

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARIANA JOFFILY

NO CENTRO DA ENGRENAGEM
Os interrogatórios na Operação Bandeirante
e no DOI de São Paulo (1969-1975)

São Paulo
2008

NO CENTRO DA ENGRENAGEM

Os interrogatórios na Operação Bandeirante
e no DOI de São Paulo (1969-1975)

Mariana Joffily

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História Social, do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para obtenção do título de
Doutora em História Social

Área: História Social

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Aparecida de Aquino

São Paulo
2008

J64 Joffily, Mariana

No centro da engrenagem : os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975) / Mariana Joffily ; orientadora Maria Aparecida de Aquino. - São Paulo, 2008.
349 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História Social. Área de concentração: História Social) - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

1. História do Brasil (1964-1985) – Política. 2. Repressão política (1969-1985) – São Paulo. 3. Violência policial (1969-1985) – São Paulo. 4. Regime militar (1964-1985) – Brasil. I. Título. II. Subtítulo.

21ª. CDD 981.063

FOLHA DE APROVAÇÃO

Mariana Joffily

NO CENTRO DA ENGRENAGEM
Os interrogatórios na Operação Bandeirante
e no DOI de São Paulo (1969-1975)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social, do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
da Universidade de São Paulo, para obtenção do
título de Doutora em História Social

Aprovada em:

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida de Aquino (orientadora) – Universidade de São Paulo

Prof^a. Dr^a. Maria Celina D`Araújo – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Carlos Fico – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof^a. Dr^a. Ana Maria de Almeida Camargo - – Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Sérgio Adorno – Universidade de São Paulo

Para Bernardo e Olívia, pelo que vivemos juntos.
Aos torturados políticos, daqueles e de outros tempos.

Agradecimentos

As falhas e inconsistências dessa tese são de minha inteira responsabilidade. Suas possíveis qualidades, no entanto, devo-as a uma série de pessoas.

Agradeço primeiramente à minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida de Aquino, por sua orientação paciente e leitura minuciosa dos originais.

Ao CNPq, pela bolsa que me foi concedida.

Aos professores Kátia Mattoso, Denis Rolland e Luiz Felipe de Alencastro, por terem me conduzido nas primeiras pesquisas.

Aos professores Maria Celina D'Araújo e Sérgio Adorno, por terem participado da banca examinadora do exame de qualificação, fazendo observações e sugestões extremamente importantes para o prosseguimento da pesquisa.

Aos professores Carlos Fico, João Roberto Martins Filho, Ana Maria Camargo e Tadeu Antonio Dix Silva, por terem me passado textos de sua autoria e, em alguns casos, documentos originais que me foram muito úteis.

Aos jornalistas Mário Magalhães e Ayrton Baffa agradeço respectivamente o envio de um documento original e o de um livro de sua autoria.

A Pedro Estevam da Rocha Pomar, agradeço pelas breves conversas.

A Marco Antônio Tavares Coelho, Maria Amélia de Almeida Teles, Cesar Augusto Teles, Eleonora Menicucci de Oliveira e Guiomar Silva Lopes, por terem tido a gentileza e a generosidade de responderem às minhas questões.

A Cristina Eira Velho, pela coleta exaustiva das fontes. Sem o seu trabalho persistente, essa tese não passaria do projeto.

A Maria Cláudia Badan Ribeiro, por ter me enviado parte do material com o qual trabalhei.

Aos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, do Arquivo Edgar Leuenroth e do Arquivo Ana Lagôa – muito especialmente a Leandro Targa – pelo seu atendimento atencioso e competente.

A Amaral da Silva Lala e Ilana Heineberg, pelos livros que me enviaram do além-mar.

A Salete Corrêa de Oliveira, por ter cuidado tão bem dos meus filhotes quando precisei.

Aos meus colegas de pesquisa, Wilma Antunes Maciel, Admar Mendes de Souza, Walter Swenson e Letícia Nunes de Moraes, pelas trocas e conversas.

A Dharana Pérola Ricardo Sestini, por ter compartilhado comigo muitos momentos importantes da pesquisa.

A Marco Aurélio Vannucchi Lemes de Mattos, pela leitura cuidadosa dos originais e por suas observações acuradas e pertinentes.

A Egon Rangel, pela leitura de parte dos originais e pelos comentários sugestivos.

A Stella Maris Scatena Franco Villardaga, colega, amiga, irmã, leitora atenta dos originais e companheira inigualável.

A Nara Guisoni, por ser a irmã de uma filha única.

A Carmen Müller, por ter sido uma companheira solidária em todas as horas.

A Rosa Ferreira, pelas inumeráveis ajudas de ordem prática e apoio moral significativo.

A Esther Iracema Neugroschel, por ter procurado o inencontrável.

A Giovanni Secco, por sua revisão detalhista e competente.

A Ian Ribas, meu companheiro de travessia, meu grande amor.

A Luc e Gil Ribas, por serem excelentes razões para eu ser mais otimista...

“Como é inútil tudo quanto já foi escrito, feito e pensado,
quando não se conseguem evitar essas coisas.”

Erich Maria Remarque

Resumo

No período em que os militares exerceram o poder político no Brasil, assumindo a direção do país (1964-1985), foi criado um órgão de repressão misto, que reunia elementos das três Forças Armadas e das diversas forças policiais: o Destacamento de Operações de Informações (DOI) – a partir de uma experiência piloto, a Operação Bandeirante. Criado e desarticulado durante o regime militar, o DOI foi um dos produtos mais específicos e marcantes da violência institucional praticada na época. Problematiza-se a função dos interrogatórios preliminares produzidos pelo DOI de São Paulo dentro da engrenagem repressiva, procurando compreender como se articulavam os dois eixos de atividade do órgão: informação e segurança. Parte-se da constituição do DOI para se investigar, em seguida, como se processavam os interrogatórios preliminares, como se constituía seu *ethos* discursivo, quais os temas abordados e, finalmente, quais os métodos empregados para obter as informações e dar-lhes um tratamento, de modo a construir um depoimento “coerente”, livre de contradições.

Palavras-chave: regime militar, interrogatórios, órgão repressivo, repressão política, polícia política.

Abstract

During the time that the military exerted the political power in Brazil, taking over the country's government (1964-1985), a mixed repression agency was created, assembling elements from the three Armed Forces and from several police forces: the Information Operations Detachment (DOI) – after a pilot experience, the Bandeirante Operation. Created and deactivated during the military rule, the DOI was one of the most specific and striking products of the institutional violence practiced during the period. One examines the function of preliminary interrogatories produced by the São Paulo DOI within the repressive gear, trying to understand how the two axis of activity of the agency, information and security, worked together. From the beginning of the DOI, one follows on to investigate how the preliminary interrogatories were processed, how their discursive *ethos* was constituted, the subjects of interest, and, finally, the methods employed to obtain information and to treat this information in order to build a “coherent” deposition, free of contradictions.

Key words: military rule, interrogatories, repressive agency, political repression, political police.

Sumário

Introdução, 9

1 A engrenagem, 27

1.1 Operação Bandeirante, 28

1.2 O sistema DOI-CODI, 41

1.3 Tragédia em três atos, 71

2 O *ethos* discursivo, 91

2.1 Inquérito policial e processo judicial, 92

2.2 A ordem do discurso, 111

3 Os temas, 147

3.1 Identificar o próximo elo da cadeia, 148

3.2 Conhecer o inimigo: estrutura e funcionamento da organização, 175

3.3 Delito de opinião, 194

4 A produção do depoimento, 226

4.1 Tempo, 227

4.2 Tortura, 242

4.3 Processamento das informações, 277

Considerações finais, 304

Fontes, 308

Referências bibliográficas, 309

Introdução

Ao golpe civil-militar de 1964 sucedeu-se uma série de medidas no sentido de afirmar a ordem política que estava sendo implantada¹ e de coibir reações adversas: suspensão de garantias constitucionais, intervenções em sindicatos, cassações de direitos políticos, expurgos nas Forças Armadas e no serviço público, e instauração de inquéritos policial-militares (IPMs).² Essa onda coercitiva inicial articulou em torno da repressão política um primeiro núcleo de oficiais que defendiam um controle social mais estrito sobre as opiniões dissidentes. Os IPMs, por carecerem, em grande parte dos casos, de fundamentação jurídica consistente, eram freqüentemente revogados pelo Judiciário, pelo Supremo Tribunal Federal e pelos tribunais estaduais. Criava-se uma dicotomia que se estenderia por todo o regime, entre uma estrutura legal tradicional e uma paralela, extralegal, assentada na exaltação punitiva. Nascia, desse modo, a expressão “linha dura”, que designava um grupo de militares de extrema direita, disseminados pelos quartéis, que defendiam o uso da violência como instrumento de afirmação do poder.³

A existência de discordâncias no seio das Forças Armadas e do governo militar levou à construção – que se difundiu tanto entre os próprios militares quanto na sociedade – de uma perspectiva segundo a qual haveria, entre os militares, dois setores distintos e, de certo modo,

¹ Para uma discussão sobre as bases doutrinárias do regime militar, consultar ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: Edusc, 2005; COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

² Instaurados nos diversos estados em 27 de abril de 1964, os IPMs eram submetidos ao controle da Comissão Geral de Investigação (CGI) e presididos por um oficial, com o intuito de identificar, em todas as esferas governamentais, funcionários civis e militares envolvidos com atividades “subversivas”. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*, p. 69. A CGI foi instituída em 1964. Composta de representantes da Marinha e do Exército, sua jurisdição abrangia todo o território nacional. Sua função consistia em combater a corrupção e o enriquecimento ilícito dentro do poder público. FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 150.

³ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 134-135. Para o jornalista Carlos Castello Branco, esse grupo foi extremamente influenciado pelo governador do Rio, Carlos Lacerda: “Não é segredo que a mentalidade dessa corrente militar radical forjou-se ao longo da pregação do sr. Carlos Lacerda, sobretudo de 1954 a 1964. O sr. Carlos Lacerda, nessa época, moldou os ideais de uma geração militar, dos que eram tenentes e capitães e chegaram, em dez anos, ao segundo escalão da hierarquia”. *Apud* ARGOLO, José Amaral; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto M. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996, p. 226. Entre os principais expoentes desse grupo, pode-se citar: Syseno Sarmento, Jayme Portella, Ramiro Tavares Gonçalves, Henrique Assumpção Cardoso, Clovis Bandeira Brasil, Sylvio Frota, Affonso de Albuquerque Lima, Lauro Alves Pinto, Cesar Montagna de Souza, Arthur Candal Fonseca e João Dutra de Castilho. Lista elaborada por Heitor Ferreira, ex-secretário particular de Ernesto Geisel. *Apud* GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 284.

conflitantes: o “moderado” e o “duro”. Essa categorização foi alvo de críticas pelo cientista político João Roberto Martins Filho. O autor entende que:

Depois do expurgo das forças castrenses nacionalistas e populares, a paisagem das correntes políticas atuantes nas Forças Armadas brasileiras caracteriza-se por uma pluralidade de posições e por uma complexidade de fatores de desunião e cizânia que impede uma análise em termos duais.⁴

O historiador Carlos Fico, da mesma maneira, ressalta a existência de matizes e a complexidade em identificar o pertencimento a um desses grupos, lembrando que o presidente Castelo Branco deu um grande passo no sentido da consolidação da linha dura com a aprovação da Constituição de 1967.⁵ Além disso, o próprio general Ernesto Geisel, presidente que conduziu o projeto político de abertura do regime, tolerava o uso da tortura, posição compartilhada pelos militares mais autoritários.⁶ Assim, se por um lado é certo que o sistema de repressão foi instituído pelos militares da chamada “linha dura” e por civis anticomunistas, por outro há de se reconhecer que esse processo contou com o apoio tácito dos moderados, além de ter sido incorporado pelas Forças Armadas como instituição.⁷

Embora contestada, essa categorização em “duros” e “moderados” continua a ser amplamente empregada, mesmo pelos autores citados. No que diz respeito ao aparelho repressivo, não há dúvidas de que se filiava à linha dura. Para esse grupo, que se autodenominava “comunidade de informações” – alcunha que englobava tanto os órgãos de informação quanto os de segurança –, a repressão desempenhava a dupla função de manter a ortodoxia do ponto de vista doutrinário e de pôr fim à oposição política.⁸

⁴ MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Ed. UFSCar, 1996, p. 114. O autor propõe quatro categorias: os “castelistas” (partidários das idéias de Castelo Branco), a “linha dura” (articulada pelos coronéis Boaventura e Ruy Castro), os “albuquerqueístas” (em referências ao ministro do Interior Affonso de Albuquerque Lima) e o “grupo palaciano” (reunido em torno do general Jayme Portella), p. 115-120. Já Carlos Fico menciona as seguintes categorias: “aqueles que eram comprometidos com as formalidades da legislação democrática (especialmente os militares oriundos da ESG [Escola Superior de Guerra]”, os “despóticos que as desprezavam *vis-à-vis* suas utopias autoritárias (extremistas de direita que tinham posições anticomunistas)”, os “que se batiam por um nacionalismo ufanista baseado nas ‘grandezas brasileiras’” e os “que admitiam as insuficiências do país tendo em vista um projeto global de desenvolvimento.” FICO, Carlos. *Como eles agiam*, p. 41.

⁵ FICO, Carlos. *Como eles agiam*, p. 55.

⁶ Sobre a posição de Ernesto Geisel, ver D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

⁷ D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 18.

⁸ D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 18. Emprego preferencialmente a expressão “órgãos repressivos”, por entender que as atividades desses órgãos não se dirigiam à manutenção da segurança, mas à repressão política.

A segunda onda de violência teve por marco a proclamação do Ato Institucional nº 5 (AI-5),⁹ que representou a porta de entrada jurídica para a viabilização de uma nova estrutura repressiva. O AI-5 aboliu o *habeas corpus* para os crimes políticos e permitiu que as prisões prescindissem de acusação formal e mandado judicial. Afrouxavam-se consideravelmente as amarras legais, atenuando a fronteira freqüentemente ultrapassada entre as práticas em conformidade com a lei e as clandestinas. A liberdade de ação proporcionada aos órgãos repressivos pela nova legislação foi registrada na apostila sobre o Sistema de Segurança Interna (Sissegim):

Com a decretação do AI-5 e de vários decretos-leis, bem como com as alterações introduzidas na Lei de Segurança Nacional, surgiram novas perspectivas, quanto ao aspecto legal e jurídico para o combate à subversão e ao terrorismo.¹⁰

Ainda que o AI-5 tenha ficado na memória histórica como o grande marco do endurecimento do regime, não se pode perder de vista o fato de que, desde o golpe de 1964, uma nova arquitetura de leis de caráter autoritário foi sendo progressivamente erigida. Assentavam-se as bases para que a “linha dura” fosse alçada de grupo de pressão à condição de “sistema de segurança”:

Portanto, coube a Castelo Branco tornar legal a noção de “guerra interna” e permitir que brasileiros civis fossem indiscriminadamente acusados de “subversivos” – base jurídica e conceitual indispensável para que a linha dura passasse da simples condição de grupo de pressão para a perigosa posição de “sistema de segurança”, com permissão para investigar, prender e interrogar, erigindo-se em polícia política.¹¹

⁹ O AI-5, diferentemente dos outros atos institucionais, não apresentava sua data de vigência. Perduraria por quase dez anos, sendo revogado pela Emenda Constitucional nº 11, de outubro de 1978, durante o governo do general Ernesto Geisel. AQUINO, Maria Aparecida de. Mudanças e permanências: ambigüidades do Estado autoritário brasileiro pós-64. In: AQUINO, Maria Aparecida de; KOERNER, Andrei; SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Elaboração jurídico-penal do passado após mudança no sistema político em diversos países*. Relatório Brasil para o Instituto Max Planck para o Direito Penal estrangeiro. – Freiburg. São Paulo: IBCCrim, 2004, p. 38. O historiador Luiz Felipe de Alencastro alerta para o papel desempenhado pela elite civil na formulação e imposição do AI-5: “Dois membros do *establishment* paulista, dois civis, catedráticos da USP, tiveram um papel crucial na implantação do texto mais celerado da história brasileira: o ex-reitor Luís Antônio da Gama e Silva, ministro da Justiça, que açulou a crise e urdiu o conteúdo do Ato Institucional, e Delfim Neto, ministro da Fazenda”. Alencastro lembra, igualmente, que Delfim Neto garantiu ao presidente Costa e Silva que não encontraria, ao editar o Ato, oposição do empresariado. ALENCASTRO, Luiz Felipe. 1964: por quem dobram os sinos?. In: TELES, Janaína (Org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001, p. 41.

¹⁰ *Apostila Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN*. [1974?], cap. 2, p. 4. O documento não é datado. Presume-se que tenha sido elaborado em 1974 pelas referências que faz a fatos históricos ocorridos no período imediatamente anterior. Reproduzo a referência adotada pelos autores que citaram a apostila em seus trabalhos. Agradeço a Carlos Fico a gentileza de ter me cedido um exemplar desse importante documento.

¹¹ FICO, Carlos. *Como eles agiam*, p. 56.

A primeira delas foi o Ato Institucional nº 1 (AI-1),¹² promulgado em 9 de abril de 1964, que suspendia os direitos individuais, abrindo espaço para os expurgos da burocracia do Estado, e estabelecia medidas com o intuito de concentrar poder nas mãos do Executivo.¹³ No dia 25 de outubro de 1965, foi instituído o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que lançou o slogan “Desenvolvimento e Segurança” e restringiu consideravelmente a representação política.¹⁴ O AI-2 fez mais do que dar continuidade à “operação limpeza” levada a cabo logo após o golpe. Determinou a extinção dos partidos políticos existentes, substituindo-os pelo bipartidarismo, instituiu a eleição indireta para presidente da República e transferiu ao Executivo ainda mais poderes. Do ponto de vista repressivo, decretou que os crimes contra a Segurança Nacional¹⁵ – ou seja, os crimes de natureza política –, fossem eles cometidos por civis ou militares, seriam julgados pela Justiça Militar. Essa medida foi uma concessão importante aos setores da “linha dura”, que reivindicavam maior rigor na punição dos crimes políticos e estavam descontentes com o fato de muitos recursos judiciais terem permitido que parte dos indivíduos processados nos IPMs fosse liberada.¹⁶

A Constituição de 1967 deu um novo salto, incorporando os principais pontos dos atos institucionais anteriores. Substituiu o conceito de Segurança Nacional associado à agressão externa – representada pela possibilidade de conflito com outros países – pela noção do “inimigo interno”, assim como deslocava o conceito de “fronteiras territoriais” para o de “fronteiras ideológicas”.¹⁷ Seu caráter autoritário, representado nas medidas estabelecidas para combater o “inimigo interno”, contrapunha-se à garantia de uma série de direitos políticos e individuais, impostos por setores mais progressistas do Congresso Nacional.¹⁸

¹² Sendo o primeiro de uma série de 17, esse Ato não possuía numeração. Posteriormente, com a edição dos Atos posteriores, ficou conhecido como AI-1.

¹³ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*, p. 66.

¹⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*, p. 111.

¹⁵ Entende-se por Segurança Nacional “o grau relativo de garantia que, através da ação política, econômica, psicossocial e militar, o Estado proporciona à nação, para a consecução ou manutenção dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos ou pressões existentes ou potenciais”. FRAGOSO, Heleno. Verbete Lei de Segurança Nacional. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV/CPDOC, 2001, p. 3058.

¹⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*, p. 111-113.

¹⁷ A noção de fronteiras ideológicas é um produto da Guerra Fria, dividindo o mundo em dois blocos: o ocidental cristão – liderado pelos Estados Unidos – e o socialista – composto da então URSS, China e Cuba.

¹⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*, p. 132-135.

Foi igualmente significativa para o conjunto de órgãos repressivos a outorga da Lei de Segurança Nacional (LSN, Decreto-Lei nº 314), editada em março de 1967, ainda no governo do general Castelo Branco. Essa lei previa 38 tipos de crimes contra a Segurança Nacional e diversos delitos referentes à “guerra psicológica adversa” e à “guerra revolucionária ou subversiva”. Segundo a advogada de presos políticos Annina Alcantara de Carvalho, “O campo das atividades proibidas se alargou sensivelmente”.¹⁹ De fato, o decreto responsabilizava toda pessoa natural ou jurídica pela Segurança Nacional. Em março de 1969, foi instituída uma nova Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 510), aumentando as penas previstas na lei anterior e arrolando como políticos certos delitos pertencentes à esfera do crime comum. Pouco tempo depois, em setembro de 1969, como resposta do governo ao seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, por uma ação conjunta das organizações clandestinas de esquerda Ação Libertadora Nacional (ALN)²⁰ e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8),²¹ houve uma nova modificação na Lei de Segurança Nacional (LSN, Decreto-Lei nº 898), que passou a prever a pena de morte e a prisão perpétua.²²

O Código Penal Militar (CPM) e o Código do Processo Penal Militar (CPPM) foram instituídos em 1969, respectivamente pelos Decretos-Lei nº 1001 e nº 1002, incorporando as disposições previstas nas Leis de Segurança Nacional anteriores. Em novembro de 1971, seria ainda assinado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici o Decreto nº 69.534, que atribuía ao

¹⁹ CARVALHO, Annina Alcântara de. A lei, ora, a lei... In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (Org.). *Tiradentes, um presidio da ditadura*. São Paulo: Scipione, 1997, p. 406.

²⁰ A ALN foi criada a partir de uma cisão do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Seu dirigente, Carlos Marighella, rompeu com o Partido Comunista por defender a luta armada, em 1967, formando o Agrupamento Comunista de São Paulo, que mais tarde se espalhou por vários estados e constituiu a ALN. MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 26.

²¹ O MR-8, cuja denominação remete-se à data da morte de Che Guevara, ocorrida na Bolívia, era conhecido como Dissidência (DI) da Guanabara do PCB. Com o seqüestro do embaixador norte-americano, a DI assume o nome de outro grupo, de Niterói (RJ), desmantelado pela repressão. O MR-8 tinha influência, sobretudo, no movimento estudantil. MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 393.

²² SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha: revolução, autocrítica e repressão judicial no estado de São Paulo (1967-1974)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 50. Agradeço o autor por ter me enviado uma cópia de sua tese. Essa Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 898) foi a mais severa do período e foi sob a sua égide que operaram, na maior parte do tempo, a Operação Bandeirante (Oban) e o Destacamento de Operação de Informações (DOI). Há que se destacar que, a despeito do caráter extremamente autoritário dessa LSN, os órgãos repressivos a desrespeitaram sistematicamente, seqüestrando, torturando e assassinando militantes políticos de organizações de esquerda. Seriam ainda editadas em 1978 e 1983 outras Leis de Segurança Nacional mais amenas, mas nesse período a atuação dos órgãos repressivos já estava consideravelmente esmaecida. A LSN de 1983 continua em vigor até hoje.

presidente da República o direito de aprovar decretos secretos ou reservados concernentes à defesa da segurança nacional, com a publicação, no Diário Oficial, apenas de seu número e de breve resumo.²³

Como se vê, houve desde o início do regime militar uma ênfase importante na repressão política, traduzida pela sucessão de leis cujo caráter de controle social acentuava-se a cada nova formulação. Um dos aspectos mais relevantes da legislação repressiva diz respeito à noção de crime político, que, ao contrário do crime comum – cujos delitos atentam contra a ordem pública –, afetam a segurança nacional. A diferenciação baseia-se nas razões que levam o indivíduo a praticar o crime: caso os motivos sejam de ordem política, então o delito terá essa mesma natureza.²⁴

Durante o regime militar, o crime político assumiu uma importância desmesurada e, conseqüentemente, o “criminoso político” recebeu um tratamento extremamente rigoroso. Como afirma Tadeu Antonio Dix Silva, “Nas leis de segurança promulgadas pelo Regime, o *inimigo interno* tem seu papel exacerbado a um limite tal que se converte em *principal inimigo* da nação”.²⁵ Tal fenômeno dava-se como conseqüência da concepção estabelecida pela Doutrina de Segurança Nacional, segundo a qual o Estado ocidental precisava ser protegido da ameaça do comunismo, e, para tanto, sentia-se como necessária a supressão de determinados direitos civis.

Com o objetivo de enfrentar o que era considerado uma grande ameaça, foi constituída toda uma rede de órgãos repressivos, que, ao lado da reformulação de estruturas já existentes, compôs um vasto esquema de informações e de segurança. O brasileiro Alfred Stepan, comparando os regimes militares dos países do cone Sul, concluiu que o Brasil foi o país no qual a organização de inteligência atingiu o “mais alto nível de expansão por via legal, e institucionalização impessoal dentro do aparelho de Estado”.²⁶ O Departamento de Polícia Federal (DPF), subordinado ao Ministério da Justiça, dedicou-se preferencialmente à censura e ao controle das informações. A Polícia Militar, força independente de cada estado, foi subordinada em julho de 1969 ao Exército. A nomeação dos secretários de segurança pública de cada estado, responsáveis pelo controle das Polícias estaduais, era aprovada pelo governo

²³ CARVALHO, Annina Alcântara de. A lei, ora, a lei..., p. 408.

²⁴ SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha*, p. 248.

²⁵ SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha*, p. 269. (Grifos do autor.)

²⁶ STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 26.

federal.²⁷ Os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS)²⁸ também atuaram intensamente na repressão política.

Em junho de 1964 foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), com o intuito de assessorar o presidente da República no exercício do poder. O SNI tornou-se um órgão poderoso e influente, chegando a dedicar-se ao gerenciamento de atividades políticas e empresariais.²⁹ Em 1967 foi criado o Centro de Informações do Exército (CIE). No ano seguinte, a Aeronáutica seguiu o mesmo exemplo com a montagem do inicialmente denominado Núcleo do Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica (N-Sisa), que, reformulado em 1970, passou a denominar-se Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa). O Centro de Informações da Marinha (Cenimar), fundado em 1955 e voltado, sobretudo, para atividades relativas a fronteiras e a questões diplomáticas, também foi reestruturado, em 1971, para combater atividades políticas. Foram ainda criados a Operação Bandeirante, em São Paulo, em 1969, e, seguindo o seu modelo organizacional, em 1970, os Centros de Operações de Defesa Interna e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI-CODIs).³⁰

Embora as Forças Armadas tenham se envolvido, como instituição, no combate ao crime político, apenas parte da oficialidade viu-se diretamente comprometida com ele. Por isso, há quem utilize como argumento em defesa das três Forças a idéia de que os órgãos repressivos teriam se constituído como um setor à parte, cuja autonomia em relação à hierarquia militar teria resultado em alguns excessos de violência.³¹ Essa idéia, segundo Carlos Fico, teria sido criada pelos próprios oficiais “moderados”, que, indiretamente beneficiados pela repressão política, foram coniventes com esta ou, no melhor dos casos,

²⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*, p. 212.

²⁸ O DOPS de São Paulo foi criado em 1924.

²⁹ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ari Dillon; CASTRO, Celso (Org.). *Os anos de chumbo*, p. 14.

³⁰ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ari Dillon; CASTRO, Celso (Org.). *Os anos de chumbo*, p. 15-18.

³¹ Refiro-me aos militares entrevistados por Maria Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro, pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC). Contribuição importante para um entendimento do pensamento militar, as séries de entrevistas publicadas em três volumes expõem o pensamento daqueles que participaram ativamente das diversas fases do regime autoritário, da sua implantação até a abertura democrática. A introdução que precede cada volume contém uma reflexão sobre as entrevistas realizadas, apresentando um breve balanço das principais questões do período histórico abordado e daquelas evocadas pela fala dos militares. D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ari Dillon; CASTRO, Celso (Org.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ari Dillon; CASTRO, Celso (Org.). *Os anos de chumbo*; D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ari Dillon; CASTRO, Celso (Org.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994; D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.). *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

omissos.³² Na realidade, como enfatizam os entrevistadores do CPDOC, “o modelo concebido, se previa coordenação, dava amplas brechas para que faltasse controle e para que, em nome da segurança nacional, métodos e sistemáticas não regulamentares fossem melhor desempenhados”.³³ Mas a autonomia era relativa e restrita, mesmo porque esses setores mais “duros” sempre estiveram representados nos altos escalões do governo militar. Talvez se possa falar mais em disputas internas do governo militar do que em autonomia propriamente dita.

Do ponto de vista dos militares, a criação dos órgãos repressivos e o emprego de métodos violentos de investigação justificaram-se pela existência de uma oposição armada que ameaçava a segurança do país. Na introdução do volume *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão* – dedicado ao período em que os órgãos de informação e de repressão foram criados e no qual combateram, até quase a destruição, as organizações da esquerda armada –, os entrevistadores contrapõem-se a esse argumento afirmando que a repressão política, tal como foi orquestrada, não resultou de uma contra-ação defensiva, mas de um processo que antecedia a luta armada e cujo projeto, desde o início, continha um forte componente autoritário:

Obviamente, surge certo desconforto ao serem lembrados [os entrevistados] de que, naqueles anos de chumbo, foram os militares que deram um golpe de Estado, violaram a Constituição, cassaram pessoas, restringiram enormemente a participação política e os canais de expressão, instituíram a censura, editaram Atos Institucionais, ainda *antes* do início das ações armadas dos grupos de esquerda.³⁴

Outra leitura possível é aquela apresentada pelos autores do projeto *Brasil: nunca mais*, segundo a qual o confronto armado buscado por setores da esquerda teria sido provocado pelo fechamento dos canais legais de contestação política: “setores oposicionistas, manietados pela decretação do Ato Institucional nº 5, se viram compelidos a formas ilegais de ação política, incluindo alguns grupos até mesmo a luta guerrilheira”.³⁵ Maria Helena Moreira Alves adota uma perspectiva semelhante. Para a autora, instalou-se um processo dialético dentro do qual, diante de uma ação repressiva do governo, articulou-se uma contestação

³² FICO, Carlos. *Como eles agiam*, p. 24-25.

³³ D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ari Dillon; CASTRO, Celso (Org.). *Os anos de chumbo*, p. 19.

³⁴ D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ari Dillon; CASTRO, Celso (Org.). *Os anos de chumbo*, p. 13.

³⁵ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 73.

armada, que, por sua vez, gerou um reforço sem precedentes da repressão política e a destruição quase completa das organizações da esquerda armada:

O período subsequente à promulgação do Ato Institucional nº 5 caracterizou-se, assim, por uma dinâmica de violência. Alguns setores da oposição empunharam armas, julgando não haver outra maneira de combater o *Leviatã*. A luta armada, por sua vez, fortaleceu no Estado de Segurança Nacional os setores voltados para a defesa da Segurança Interna. Eles efetivamente se valeram do espaço de que dispunham para implantar um formidável aparato de repressão e institucionalizar a estratégia de controle pelo terror.³⁶

Na realidade, como pontua Carlos Fico, a resposta dos setores de oposição que pegaram em armas, significou a precipitação de um projeto político muito anterior, de instaurar o sistema comunista no país através de uma revolução armada.³⁷ Por outro lado, o sistema repressivo também não se constituiu como uma reação à resistência armada. Fazia parte de um plano maior, cujo objetivo era manter um consenso forçado em torno do projeto político que os militares estavam implantando no país. Assim, ambos os lados agiam movidos por intentos que antecederiam o confronto, em movimentos autônomos que, em dado momento, passam a interagir em uma relação de influência mútua. Como observa a historiadora Maria Aparecida de Aquino, houve “uma dialética entre dominação e resistência na construção de suas estratégias de atuação que levam ao confronto aberto nos anos mais duros do regime militar”.³⁸

A produção bibliográfica a respeito do regime militar é extensa e variada. Tanto os estudos que traçam um panorama do período quanto aqueles que se debruçam sobre a construção do aparelho repressivo são unânimes ao distinguir a criação da Operação Bandeirante, em julho de 1969, como um marco da repressão política e ao identificar no seu sucedâneo, o sistema DOI-CODI, o seu maior símbolo. Talvez a principal razão para isso esteja assentada em suas especificidades: foram criados e desmontados pelo regime militar; sua composição mista – reunião de representantes das Forças Armadas e das diversas forças

³⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*, p. 166.

³⁷ FICO, Carlos. *Como eles agiam*, p. 64. Outros autores que abordam esse caráter do projeto político da esquerda brasileira são: REIS FILHO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990; e RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1993.

³⁸ AQUINO, Maria Aparecida de. A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras. 2000, p. 281. Da parte da repressão, a criação e reformulação dos órgãos repressivos; da parte das organizações de esquerda, a estruturação de diversas organizações, o planejamento da guerrilha rural, as ações de guerrilha urbana.

policiais – significava uma inovação do ponto de vista da ação repressiva, e ambos carregaram durante todo o período de sua existência uma forte marca de ilegalidade, embora o DOI-CODI, diferentemente da Operação Bandeirante, tenha sido institucionalizado. O modo de funcionamento desses órgãos é delineado pela bibliografia especializada mediante a análise de documentos do Exército, a descrição de sua estrutura e funções, assim como mediante as denúncias dos prisioneiros políticos que estiveram sob seu jugo. No entanto, faltam pesquisas que se detenham prioritariamente sobre os meandros internos de seu funcionamento e sua prática cotidiana. Nesse sentido, o estudo dos interrogatórios preliminares produzidos pela Operação Bandeirante e pelo DOI-CODI justifica-se pela contribuição que traz ao conhecimento desses órgãos,³⁹ mais especificamente das subseções de interrogatório e de análise de informações,⁴⁰ consideradas o “coração” de suas atividades.⁴¹

No título desta tese, a expressão “centro da engrenagem” refere-se ao mesmo tempo a dois elementos: o interrogatório preliminar⁴² como centro da engrenagem Oban/DOI-CODI; e esses órgãos como centros do aparelho repressivo nacional. O interrogatório preliminar não constituía o único procedimento efetuado por esses órgãos e talvez seja precipitado considerá-lo como o mais importante – dado que ainda não há pesquisas a respeito de suas outras atividades –, mas certamente foi peça fundamental em seu funcionamento. Do mesmo modo, a despeito das características muito particulares da Operação Bandeirante e do DOI-CODI, esses órgãos não são considerados como essencialmente distintos de seus congêneres. Seus métodos e finalidades não apenas estavam em consonância com o sistema repressivo em sua totalidade, como podem ser tomados como um exemplo privilegiado para compreender a sua dinâmica.

³⁹ Embora pareça inconveniente referir-se à Operação Bandeirante como um órgão, uma vez que sua denominação remete preferencialmente a uma configuração momentânea, acredito ser esse o termo mais adequado a utilizar, pelas características e pela estrutura que essa organização assumiu ao longo de sua existência.

⁴⁰ Há pouquíssimos registros a respeito das atividades dos agentes de análise, mas os interrogatórios preliminares constituem ao mesmo tempo matéria-prima para a sua atuação e resultado de suas orientações para os interrogadores.

⁴¹ Há pelo menos dois outros temas, relacionados à Oban e ao DOI-CODI, que mereceriam ser aprofundados, mas cuja inexistência ou inacessibilidade de fontes documentais dificulta extremamente a pesquisa: a participação de médicos e enfermeiros nas torturas e cuidado dos presos políticos e a contribuição do empresariado na criação e manutenção dos órgãos repressivos.

⁴² O interrogatório preliminar era o primeiro procedimento pelo qual passavam os presos políticos ao serem detidos pelos órgãos repressivos, sendo efetuado, na grande maioria das vezes, sob tortura física e psicológica.

Essa pesquisa partiu de um duplo questionamento. Qual a função dos interrogatórios preliminares? O que os documentos resultantes desses interrogatórios têm a dizer sobre os órgãos que os geraram?

O intento desta pesquisa é compreender a mecânica e o universo dos interrogatórios preliminares: como eram efetuados e transcritos, quais os métodos empregados para obter informações, quais os temas abordados, como os outros procedimentos desses órgãos articulavam-se com os interrogatórios, quais as suas funções. Defendo a tese de que a coleta de informações era apenas um dos objetivos dos interrogatórios preliminares. A tortura, supostamente utilizada como instrumento para obter essas informações, era a peça-chave de transformação do interrogatório preliminar em uma poderosa máquina de sujeição, de normalização e de imposição da autoridade representada pelo governo militar. Mais do que uma ferramenta de inquirição, o interrogatório constituía-se, portanto, num instrumento de poder.

A escolha do recorte geográfico da pesquisa recaiu na cidade São Paulo, por ter ela sediado a experiência piloto da Operação Bandeirante e por ser considerada, pelos órgãos repressivos, como a capital da “subversão” no Brasil.⁴³ O limite cronológico 1969-1975 é definido em função do acervo documental. Os primeiros interrogatórios preliminares aos quais se teve acesso coincidem com o ano de implementação da Operação Bandeirante, em 1969; os últimos datam de 1975, embora o seu sucedâneo, o DOI-CODI, tenha existido provavelmente até 1984. Há, ainda, registro de interrogatórios realizados nos anos de 1978 e 1980, no papel timbrado do DOI-CODI, mas realizados nas dependências do DOPS ou do DPF. Embora o recorte obedeça a esse imperativo colocado pela documentação, procurou-se, sempre que possível, estender a reflexão aos anos seguintes, visando abarcar todo o período de existência dos órgãos estudados.⁴⁴

⁴³ Segundo Antonio Carlos Fon, São Paulo seria tida como “o centro de irradiação dos movimentos de contestação violenta ao governo. FON, Antonio Carlos. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979, p. 16.

⁴⁴ Essa perspectiva se fez em detrimento de outra possibilidade, que também poderia produzir resultados muito interessantes e que aponto aqui para motivar futuras pesquisas. Há a possibilidade de fazer um recorte muito mais reduzido do material, centrado em uma única organização de esquerda ou grupo de militantes, e de fazer uma análise vertical de um tema específico. Ou seja, confrontar as diferentes versões sobre determinado fato ou conjunto de fatos em suas múltiplas narrativas: dos presos políticos nos interrogatórios do DOI – acompanhando como a versão vai se modificando sob a interferência dos interrogadores e conforme outras informações vão sendo recolhidas, inclusive nos interrogatórios de seus companheiros –, nos interrogatórios oficiais do DOPS e nos interrogatórios da Auditoria, e, por fim, destes mesmos presos políticos em memórias e entrevistas efetuadas nos anos posteriores.

O corpo documental desta pesquisa é fundamentalmente constituído pelo Dossiê 50-Z-9,⁴⁵ que integra a Série Dossiês (1940-1983) – parte do acervo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, mantido e conservado pelo Arquivo do Estado.⁴⁶ Ao ser extinto, em 4 de março de 1983 – logo antes da posse do governador da oposição ao regime militar Franco Montoro –, seu acervo documental foi transferido para a agência paulista da Polícia Federal. Permaneceu fechado nesse órgão até 1991, quando foi entregue ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde se encontra atualmente. Há fortes suspeitas de que, no período em que esteve sob a guarda da Polícia Federal, o arquivo tenha sido alvo de depuração por parte de agentes ligados aos antigos órgãos repressivos. Ainda que a ressalva seja válida, não se pode negar a riqueza da documentação para a pesquisa. O projeto Mapeamento e Sistematização do Acervo DEOPS/SP: Série Dossiês (1940-1983),⁴⁷ realizado sob a orientação da professora Maria Aparecida de Aquino entre 1998 e 2002, identificou os diversos dossiês que compõem a série, fornecendo, de forma sucinta, o perfil de cada um deles. O Dossiê 50-Z-9, segundo esse levantamento, contém um número elevado de documentos provenientes do II Exército,⁴⁸ da Operação Bandeirante e do DOI-CODI – de outro modo, até agora, inacessíveis para a pesquisa.

Os documentos contidos no Dossiê 50-Z-9 estão distribuídos em 236 pastas e são oriundos dos mais diversos órgãos de informação e repressão.⁴⁹ Entre eles, foram selecionados os que diziam respeito à Operação Bandeirante e ao DOI-CODI – tendo sido produzidos por esses órgãos, a eles enviados ou nos quais fossem o assunto principal. Notou-se uma predominância de interrogatórios preliminares e documentos a eles relacionados, tais

⁴⁵ O código que identifica o dossiê foi gerado pelo próprio DOPS.

⁴⁶ O acervo do DOPS é composto de 101 livros de registros de inquéritos policiais instaurados pelas delegacias que integravam o DOPS de São Paulo e de quatro séries documentais: Prontuários, Dossiês, Ordem Social e Ordem Política. A série Dossiês caracteriza-se por uma enorme variedade documental. AQUINO, Maria Aparecida de. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária. In: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Lemes de; SWENSSON JR., Walter Cruz (Org.). *A alimentação do Leviatã nos planos regional e nacional: mudanças no DEOPS/SP no pós 1964*. Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002, p. 27.

⁴⁷ Sobre o projeto, consultar: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Lemes de; SWENSSON JR., Walter Cruz (Org.). *Radiografias do autoritarismo republicano Brasileiro*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002. 5 v.

⁴⁸ Atual Comando Regional do Sudeste, divisão administrativa do Exército que tem como sede central o Estado de São Paulo.

⁴⁹ Tais como Centro de Informações do Exército (CIE), Serviço Nacional de Informações (SNI), Operação Bandeirante (Oban), Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), Coordenação de Informações e Operações (CIOp), II Exército, Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP) e o próprio Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

como os ofícios de apresentação ou restituição de presos e as declarações de próprio punho. A escolha recaiu sobre essa documentação não apenas por seu volume, mas também por ser o testemunho de uma das mais importantes funções da Operação Bandeirante e do DOI-CODI. Contabilizando apenas os interrogatórios nos quais as datas e horários de início e fim da sessão são legíveis, chega-se a um total de 1.324 pessoas inquiridas, das quais 50 eram testemunhas, num total de 5.427 sessões. Devido ao fato de a distribuição documental no tempo apresentar-se bastante irregular e claramente não representar o total da atividade do órgão, como se pode visualizar na tabela abaixo, optou-se por evitar qualquer abordagem quantitativa.

Distribuição dos interrogatórios preliminares contidos no Dossiê 50-Z-9

Ano	Sessões	Pessoas
1969	27	17
1970	2.309	522
1971	2.298	640
1972	663	133
1973	3	3
1974	43	10
1975	76	33

Em razão da dificuldade em identificar a lógica arquivística das pastas contidas no Dossiê 50-Z-9, que não respeitava nem uma ordem cronológica, nem uma ordem temática, o primeiro passo consistiu em organizar a documentação selecionada cronologicamente, procurando manter as unidades documentais que foram sendo observadas no contato com as fontes. O exemplo mais significativo foi o conjunto composto do ofício de apresentação ou restituição do preso político, das diversas sessões de interrogatório às quais foi submetido, da sua declaração de próprio punho e da lista de material apreendido. Procurou-se, portanto, restabelecer a lógica de produção dos documentos pela Operação Bandeirante e pelo DOI-CODI, em detrimento da lógica de arquivamento pelo DOPS. A decisão pela organização cronológica decorreu, ainda, da necessidade de acompanhar a evolução dos interrogatórios e sua modificação no tempo.

Cabe dizer que o acesso à documentação foi enormemente facilitado pela política adotada pela “comissão de notáveis” – historiadores, arquivistas, juristas, representantes do governo e de entidades de defesa dos direitos humanos – nomeada pelo governo de São Paulo, que recomendou a abertura irrestrita à consulta pública, conquanto o consulente assumisse, por escrito, a responsabilidade pelo uso das informações contidas na documentação.⁵⁰

Segundo levantamento efetuado pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta, o Arquivo Público do Estado de São Paulo é, até o momento, a instituição mais liberal no acesso ao acervo do DOPS. Nos arquivos dos outros estados, o acesso normalmente é limitado a pesquisas previamente determinadas: sobre instituições, eventos e pastas ou dossiês temáticos. A consulta a prontuários individuais permanece restrita àqueles que foram os seus objetos, a seus herdeiros ou a pessoas autorizadas. Alguns, ainda, não permitem sua leitura para pesquisas acadêmicas, sendo disponibilizados unicamente aos diretamente interessados ou a seus familiares.⁵¹

Como contraponto à documentação da Operação Bandeirante e do DOI-CODI de São Paulo, foi escolhida uma fonte que traz outro aspecto desses órgãos repressivos. Trata-se dos volumes 1 a 3 (Tomo V) do projeto *Brasil: nunca mais*, em que estão transcritos todos os relatos de torturas contidos nos 707 processos movidos pela Justiça Militar entre 1964 e 1979 contra oponentes do regime.⁵² Em sua grande maioria, as denúncias de tortura foram registradas nos interrogatórios dos presos políticos realizados na Auditoria ou em cartas de próprio punho anexas aos autos. Foram selecionados os relatos que tratam das torturas

⁵⁰ De 1991 a 1994 a consulta desse acervo ficou restrita aos membros da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos ou por indivíduos que quisessem consultar as fichas nominais que lhes dissessem diretamente respeito. AQUINO, Maria Aparecida de. DEOPS/SP: visita ao centro da mentalidade autoritária, p. 24-26.

⁵¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O ofício das sombras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, ano XLII, n. 1, jan.-jun. 2006, p. 63-64.

⁵² O projeto *Brasil: nunca mais* deve sua origem ao trabalho dos advogados de presos políticos que preparavam as petições de anistia – proclamada no dia 28 de agosto de 1979 – para seus clientes ainda presos ou exilados. Os advogados tinham o direito de consultar os arquivos dos processos da Justiça Militar durante o período de 24 horas. Um grupo ligado à defesa dos Direitos Humanos decidiu copiá-los. Seus membros sabiam que nos processos estavam contidos os depoimentos dos presos políticos perante a Auditoria, quando, muitas vezes, denunciavam as torturas a que foram submetidos. Possuir uma cópia desses depoimentos significava ter a prova da utilização sistemática da tortura pelo regime militar, pois aqueles que a denunciavam, ao fazê-lo, corriam o risco de sofrer novas sevícias. Além disso, essa documentação mostrava uma série de irregularidades e atos ilegais, sendo a prova irrefutável dos abusos cometidos pelo regime militar. De 1979 a 1984, uma equipe de especialistas ocupou-se em xerocar, microfilmear e tratar as informações contidas nesses processos. O projeto foi realizado em grande sigilo, a fim de proteger não apenas a integridade física daqueles que o desenvolviam, como também para salvaguardar a documentação recolhida. Para conhecer a bela história do projeto *Brasil: nunca mais*, ler WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de conta com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

ocorridas nas dependências dos órgãos estudados, ou que tenham acontecido sob a responsabilidade direta de seus agentes, para dispor de peças complementares na recomposição dos procedimentos desses órgãos.

Num caso e no outro, trata-se de fontes oficiais do aparelho repressivo que têm como qualidade intrínseca o fato de carregarem consigo a marca impressa das instituições que as produziram. O fato de serem o resultado da atividade da polícia política, como lembra a historiadora Ana Maria Camargo, pode acentuar o sentimento, já constitutivo do ofício de historiador, de prevenção diante das fontes. A autora faz, em seu texto, uma distinção bastante profícua entre os conceitos de autenticidade – o documento de arquivo constitui uma prova do processo que o gerou – e de veracidade – elemento o qual, independentemente da origem do documento, precisa ser buscado num universo que ultrapasse o seu horizonte.⁵³ O historiador Étienne François, ao referir-se aos arquivos da polícia política da Alemanha Oriental, observa, nesse sentido, que essas fontes “encobrem tanto quanto revelam”.⁵⁴ A prevenção salutar não pode, entretanto, servir de pretexto para a paralisia. No momento de sua confecção, esses documentos representavam o resultado funcional de uma atividade cotidiana, e não um procedimento clandestino. Sua preservação deve-se justamente ao fato de ser o interrogatório uma operação realizada dentro de uma engrenagem instituída pelo Estado, ainda que nem todas as suas atividades estivessem inscritas no plano da legalidade.

O fato de os procedimentos empregados para a obtenção de informações serem clandestinos e violentos, e, portanto, produzirem resultados cujo valor poderia ser questionado, não desqualifica as fontes, mas encaminha o olhar exatamente para o modo como esse mecanismo se inscreve nelas. Nesse sentido, é importante diferenciar o interrogatório preliminar como ato e como documento – o registro desse ato. A maneira como se dá o registro também deve ser objeto de reflexão, pois, como aponta Peter Spink, “Os documentos públicos são [...] simultaneamente traços de ação social e a própria ação social”.⁵⁵ Ainda que só tenhamos acesso ao registro, deve-se ter em conta que ele possui essa dupla

⁵³ CAMARGO Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. *Registro*, Indaiatuba, n. 1, jul. 2002, p. 10, 15.

⁵⁴ FRANÇOIS, Étienne. Os “tesouros” da Stasi, ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ; Ed. FGV, 1998, p. 157.

⁵⁵ SPINK, Peter. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, Mary Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 126.

dimensão: a de testemunha da ação que o gerou; e a de testemunha da maneira com que essa ação foi documentada.

Assim, procurou-se, na observação dos padrões e das dissonâncias contidos nas transcrições dos interrogatórios preliminares, identificar a marca da presença dos interrogadores – e, eventualmente, de analistas de informações –, de forma explícita ou sub-reptícia, nos depoimentos. A tarefa, dotada de uma considerável dose de complexidade, consistiu em procurar compreender a lógica dos inquiridores por meio da resposta dos interrogados, ou seja, o olhar por detrás do olhar. Por isso, optou-se por não nomear, nas citações, os presos políticos interrogados, seja na Operação Bandeirante e no DOI-CODI, seja na Auditoria. Tal escolha⁵⁶ representou um recurso importante para não desviar a atenção para o interrogado, uma vez que o objeto de pesquisa se centra no interrogatório. O foco está, portanto, sempre orientado para os procedimentos desses órgãos e de seus agentes, mais particularmente para a dinâmica dos interrogatórios e seu registro.

Em eventos acadêmicos da área de História em que resultados preliminares dessa pesquisa foram expostos, surgiu com alguma frequência a indagação sobre a possibilidade de se trabalhar com entrevistas orais com ex-agentes da repressão ou com ex-presos políticos,⁵⁷ por isso me sinto no dever de esclarecer a decisão deliberada de não fazê-lo. Primeiro pelo volume da documentação reunida – totalizando cerca de 20.000 páginas –, cuja leitura integral demandou tempo e dedicação consideráveis. Em segundo lugar, pela dificuldade em se ter acesso direto aos ex-agentes da Operação Bandeirante e do DOI-CODI, pela imagem extremamente negativa que o órgão deixou na sociedade brasileira, o que não ajuda a predispô-los a dar seus depoimentos. Além disso, alguns deram entrevistas para a imprensa, que foram aproveitadas neste trabalho. A terceira razão reside no fato de a documentação pesquisada ser não apenas inédita, mas extremamente rica, merecendo, a despeito de sua aridez, um estudo detido e amplo.

Esta tese apresenta-se dividida em quatro capítulos. No primeiro são traçados o contexto de criação da Operação Bandeirante, bem como o do DOI-CODI, os objetivos para

⁵⁶ Vale notar que a sugestão, muito bem colocada, de despersonalizar os depoentes partiu da banca de qualificação, composta do professor Sérgio Adorno, do Núcleo de Estudos da Violência – USP, e de Maria Celina D’Araújo, pesquisadora do CPDOC-FGV/RJ e professora da UFF.

⁵⁷ Conversei com alguns ex-presos políticos para tirar dúvidas pontuais, aos quais agradeço imensamente. São eles: Marco Antônio Tavares Coelho, Maria Amélia de Almeida Teles, Cesar Augusto Teles, Eleonora Menicucci de Oliveira e Guiomar Silva Lopes.

os quais foram constituídos e sua estrutura operacional. Procura-se situar o lugar ocupado pelos interrogatórios preliminares nas atividades desses órgãos, bem como o papel que desempenhavam na troca de informações com os outros órgãos repressivos – notadamente com o DOPS, com o qual havia uma relação ao mesmo tempo de disputa e de complementaridade. Também foi abordado o tema das matrizes estrangeiras – norte-americana e francesa – que serviram de modelo para a constituição de sua estrutura e para a definição de seus métodos operacionais. É igualmente objeto desse capítulo a trajetória dos órgãos, em suas diversas fases: desde a destruição das organizações de esquerda,⁵⁸ passando pela perseguição aos partidos comunistas e, por fim, chegando ao nebuloso processo de seu desmonte.

O segundo capítulo versa sobre as operações envolvidas na transcrição do interrogatório preliminar. Discutem-se as funções do interrogatório preliminar, além do roteiro percorrido pelo documento no percurso que levava da detenção ao processo judicial. Identifica-se, na transcrição dos depoimentos, toda uma série de operações que contribuem para forjar, ao transmitir a fala dos presos políticos interrogados, determinada moldura discursiva.

O terceiro capítulo trata dos temas abordados nos interrogatórios, procurando determinar a importância e a utilidade que possuíam para o combate das organizações de esquerda. Explica-se como as informações obtidas serviam para alcançar os diversos desígnios desses órgãos repressivos: identificar e localizar outros militantes políticos, conhecer a estrutura e o funcionamento das organizações, perscrutar intencionalidades nos delitos cometidos e os graus de convicção ideológica dos interrogados.

O quarto capítulo dedica-se a descrever como operava essa engrenagem de produção de interrogatórios. Dentro disso, investiga-se como o fator tempo incidia no trabalho de inquirição dos presos, quais os móveis de atuação dos interrogadores e quais os instrumentos de que dispunham. Reflete sobre as múltiplas razões para a adoção da tortura como método de interrogatório, para além da coleta de informações, e a possível funcionalidade da morte de presos políticos. Por fim, abordam-se as diversas estratégias utilizadas pelos presos políticos

⁵⁸ Emprego o termo genérico “organizações de esquerda” com o fim de abranger tanto as organizações que optaram pela luta armada urbana ou rural quanto aquelas que se mantiveram atuantes, sem, no entanto, lançar-se no confronto direto com o regime militar. Por “esquerda”, entendo uma tendência política baseada no princípio da igualdade social e econômica entre os homens e na apropriação coletiva da propriedade e dos meios de produção. Para uma discussão aprofundada sobre o conceito, ver BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

para não ceder as informações desejadas e os mecanismos dos interrogadores e agentes de informações para contornar esses estratagemas. Verifica-se que, além de uma tentativa de auferir a verdade, esses mecanismos contribuíam para construir determinada versão dos fatos, aparentemente destituída de contradições, e que correspondia, na maioria das vezes, ao olhar que se tinha sobre os presos políticos e suas atividades.

1 A engrenagem

O combate à subversão e ao terrorismo, para ser eficiente, exige a instantaneidade das ações, onde o tempo é fator fundamental e os resultados alcançados não deixam dúvidas, quanto à eficiência dos métodos utilizados.⁵⁹

A preocupação com a “eficiência” e a “instantaneidade”, aliada à percepção do tempo como “fator fundamental”, citadas num documento sobre a Operação Bandeirante, traz indícios não apenas das características estruturais do órgão criado em 1969 como também de seu funcionamento. As informações, consideradas o pilar de qualquer sistema de segurança, deveriam ser coletadas de forma rápida, passando a ser esse o critério de eficiência dos “métodos utilizados”.

A necessidade de poder contar com um órgão que agisse de maneira dinâmica e coordenada para combater os inimigos do regime militar, particularmente as organizações de guerrilha urbana, foi sentida de forma aguda num episódio que representou uma profunda desonra para o Exército: a deserção do capitão Carlos Lamarca do 4º Regimento de Infantaria, em Quitaúna; e o roubo concomitante de armas e munições da Companhia, em 25 de janeiro de 1969.⁶⁰ Na apostila do Sistema de Segurança Interna, lembra-se que, dias antes do evento,

⁵⁹ *As informações no II Exército e a Operação Bandeirante*. 29/06/1970 (data de arquivamento pelo DOPS). Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 74, 13177, fl.8. Utilizarei, para identificar os documentos, o código do dossiê (Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9), seguido do número da pasta, e do número do documento, que aparece no interior da pasta em ordem decrescente. Os documentos da época apresentam inúmeros erros de datilografia, ortografia, pontuação e gramática – além de seguirem normas gramaticais anteriores à reforma ortográfica de 1971. Procuo reproduzir exatamente a grafia do texto, inclusive o uso das maiúsculas e das aspas, quando aparecem. Para não poluir o texto, utilizarei a fórmula "sic" apenas quando a estrutura do texto estiver comprometida.

⁶⁰ Outras ações de esquerda tendo por alvo forças do Exército ou da polícia já haviam sido efetuadas. A conferência *A subversão e o terrorismo em São Paulo*, proferida pelo comandante da Coordenação de Execução da Operação Bandeirante, o então tenente coronel Waldyr Coelho cita o atentado ao QG do II Exército (por um comando da VPR, no dia 16 de junho de 1968), o assalto ao Hospital do Militar do Cambuci (por um comando da VPR, no dia 22 de junho de 1968) e o assassinato do Capitão Chandler (por um comando misto da ALN e da VPR, no dia 12 de outubro de 1968). *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. 17/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 86, 16084, p. 11. (Há duas versões do documento, uma de agosto e outra, que inclui um arrazoado sobre a guerra revolucionária, datada de outubro do mesmo ano. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15602.) Até então, essas ações foram tomadas como atividades de criminosos comuns, pois os militantes tiveram o cuidado de agir sem professar suas motivações políticas, de maneira a não se distinguir dos marginais. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*, p. 250.

militantes da organização que planejava o roubo – a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)⁶¹ – foram presos e interrogados pela polícia do Exército:

Mas a falta de experiência nas Operações de Informações, não levou a nenhum resultado prático. [...] Mesmo com a prisão antecipada de vários elementos que participavam da operação, não foram obtidas as Informações necessárias para neutralizar este ato criminoso. Todos foram surpreendidos com o êxito da operação empreendida pelo então Capitão Lamarca.⁶²

Observa-se que a fonte de informações que eles consideraram indevidamente explorada eram os militantes presos, que, embora severamente interrogados, não o teriam sido da forma mais apropriada para obter as confissões necessárias. Para os órgãos repressivos tratava-se ao mesmo tempo de acumular conhecimentos sobre as organizações de esquerda e suas formas de atuação e aprimorar as técnicas de extração de dados dos militantes capturados em sessões de interrogatório mais bem preparadas. Esse intento foi alcançado com a criação da Operação Bandeirante e depois com a instituição do sistema DOI-CODI em diversas capitais do país.

Neste capítulo pretendo discutir as condições de criação desses órgãos e sua trajetória nos quinze anos de sua atuação. Procuro igualmente demonstrar que os interrogatórios preliminares eram centrais não apenas para o seu funcionamento, como também pela relação que estabeleciam com os outros órgãos repressivos.

1.1 A Operação Bandeirante

O II Exército reagiu ao roubo das armas no quartel de Quitaúna estruturando o serviço secreto (E2) da 2ª seção⁶³ da 2ª Divisão de Infantaria – responsável pela segurança interna da Subárea A, que abarcava a região da Grande São Paulo –, a fim de preparar-se para outra ofensiva da guerrilha urbana, presumida com o roubo das armas e munições. Formou-se um

⁶¹ A VPR surgiu em 1968, de uma dissidência da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP) de São Paulo com militantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), ligados a Onofre Pinto. Em 1969 juntou-se com o Comando de Libertação Nacional (Colina), originando a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR Palmares). Pouco depois houve uma cisão e uma parcela da nova organização recompôs a VPR, tendo como liderança Carlos Lamarca. MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 238-239.

⁶² *Apostila Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN*. [1974?] cap. 2, p. 5 e 6.

⁶³ De acordo com um modelo internacional as atividades de informação cabem sempre às 2^{as} seções das unidades militares de cada Força. As outras seções eram: atividade de pessoal, operações, apoio logístico e relações públicas. D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 15.

núcleo especializado na investigação de ações de cunho político – reunindo efetivos da Secretaria de Segurança Pública, do DOPS, do CIE, do CISA, bem como do Exército –, que passou a recolher informações sobre o tema e a coordenar investigações e diligências que tivessem como alvo militantes de grupos de luta armada contra o regime.⁶⁴ Esse esforço conjunto resultou na “queda” (prisão) de vários integrantes da VPR, da Ação Libertadora Nacional (ALN) e da Ação Popular (AP),⁶⁵ bem como no esclarecimento de diversas ações praticadas por essas organizações.⁶⁶ As operações eram comandadas pelo chefe da seção de informações do Estado-Maior da 2ª Divisão do Exército, o major Waldyr Coelho, no quartel da Polícia do Exército.⁶⁷

Em março de 1969, o general Vicente de Paulo Dale Coutinho assinava as “Instruções para investigações e diligências por parte da 2ª Cia. de Polícia do Exército”:

1. Para todos os efeitos a 2ª Cia PE é tropa diretamente subordinada ao Cmdo do II Exército.

2. Fica autorizado o atendimento, pela 2ª Cia PE, de pedidos diretos feitos pelo Cmdo da Subárea A para investigações e diligências relacionadas, exclusivamente, com as ações contra terrorismo e subversão das quais esteja encarregado. [...]

A 2ª Cia PE poderá solicitar a colaboração do DOPS do Estado de São Paulo, para as suas investigações e diligências, através do Cmdo do II Ex ou do Cmdo da Subárea A,⁶⁸ conforme o caso.⁶⁹

⁶⁴ Tal núcleo seria o precursor da Operação Bandeirante, que, por sua vez, serviria de modelo para a criação do Destacamento de Operações de Informações e do Centro de Operações de Defesa Interna.

⁶⁵ A AP foi criada, em 1963, a partir da militância estudantil da Juventude Universitária Católica. Em 1968 adotou uma linha política maoísta. Em 1971 grande parte da organização fundiu-se ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), e o restante fundou a Ação Popular Marxista Leninista (APML). MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 486.

⁶⁶ *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. 17/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 86, 16084, fl. 11. O documento cita, entre outros, o assalto ao Hospital Militar, o atentado ao QG do II Exército e o assassinato do capitão norte-americano Chandler. No dia 22 de junho de 1968 um comando da VPR invadiu o corpo de guarda do Hospital Militar, no Cambuci, e roubou 11 fuzis. Revoltado, o então comandante do II Exército, general Manuel Rodrigues de Carvalho Lisboa, reagiu lançando um desafio: que fossem atacar o seu quartel. Em resposta, no dia 26 do mesmo mês, um comando da VPR dirigiu um automóvel cheio de explosivos para o Quartel-General do II Exército. O carro explodiu antes de atingir o alvo, matando o soldado Mário Kozell Filho. O assassinato do capitão norte-americano Charles Rodney Chandler, veterano da guerra do Vietnã, no dia 12 de outubro de 1968, foi executado por um comando conjunto da VPR e da ALN, por ser ele um agente da CIA. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 143-144.

⁶⁷ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 50.

⁶⁸ A subárea A abrangia a região da Grande São Paulo.

⁶⁹ *Instruções para investigações e diligências por parte da 2ª Cia de Polícia do Exército*. 17/03/1969. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 45, 7753-2.

Estavam assentadas as bases para a criação da Operação Bandeirante.⁷⁰ Em fevereiro de 1969 realizou-se o I Seminário de Segurança Interna em Brasília, que reuniu todos os secretários de Segurança Pública, os comandantes das Polícias Militares e os superintendentes regionais da Polícia Federal, sob a orientação do então ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, e do general Carlos de Meira Mattos, chefe da Inspeção Geral das Polícias Militares.⁷¹ Em abril do mesmo ano o general Manuel Rodrigues de Carvalho Lisboa, contrário ao envolvimento do Exército em operações de natureza policial, foi substituído.⁷² Em maio desembarcava em São Paulo o novo comandante do II Exército, o general José Canavarro Pereira, cujo chefe de Estado-Maior era o general Ernani Ayrosa da Silva. No mês seguinte, o general Canavarro convocava uma reunião de todos os órgãos ligados à segurança no Estado, em que foi debatido e aprovado um plano de combate ao “terrorismo”.⁷³ De acordo com Tadeu Antonio Dix Silva, os preparativos para a implementação da Operação Bandeirante incluíram reuniões setoriais com os órgãos que forneceriam agentes para compor a experiência piloto. O novo plano de combate às organizações de esquerda foi apresentado em palestras para os funcionários selecionados.⁷⁴

⁷⁰ O símbolo do “bandeirante” está intrinsecamente ligado a uma antiga tradição da cidade de São Paulo, de homenagear os paulistas do século XVII, que percorriam o interior do país capturando índios e vendendo-os como escravos. Embora a associação com os bandeirantes centre-se na imagem de paulistas intrépidos e aventureiros, não se pode negar que empregavam uma violência extrema na captura e sujeição dos índios. Intencional ou não, o nome escolhido é emblemático da proposta da Oban, evocando ao mesmo tempo a opressão contra os índios e a bravura na “conquista do oeste” e na busca do ouro.

⁷¹ Note-se que o Seminário que deu origem à Operação Bandeirante foi comandado por um civil e por um militar, e que o ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva foi também quem redigiu o AI-5.

⁷² USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*. Brasília: Ser, 2006, p. 220. FON, Antonio Carlos. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*, p. 18. O general Manuel Rodrigues de Carvalho Lisboa, antecessor do general José Canavarro Pereira no comando do II Exército, teria se recusado a autorizar que seus subordinados participassem de semelhante empreitada. De acordo com o general Gustavo Moraes Rego Reis, “Na ocasião, considerava o risco a que ficariam expostos os oficiais e graduados à corrupção, em face do acesso, fora de qualquer controle, a dinheiro e a bens apreendidos nas operações”. D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 154. Efetivamente, isso viria a ocorrer. A julgar pelas listas de material apreendido, pelo menos parte do dinheiro recolhido em “aparelhos” (locais de moradia ou reunião dos militantes) ou junto aos presos políticos ficava na própria Oban. Muitas dessas listas, ao serem enviadas ao DOPS continham uma anotação indicando que a quantia em questão fora retida pelo órgão. Para citar alguns dos vários exemplos: Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 73, 13086 (NCr\$ 5.300,00); Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 75, 13397 (NCr\$ 1.013,00); Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 71, 13182 (NCr\$ 120,00), Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 69, 12035 (NCr\$ 1.554,66).

⁷³ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 220-221.

⁷⁴ SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha*, p. 167.

O ato solene de fundação do novo órgão, ocorrido em 1º de julho de 1969,⁷⁵ foi prestigiado por diversas autoridades civis e militares do estado de São Paulo, assim como personalidades do mundo dos negócios: “A inauguração da Oban teve direito a coquetel e salgadinhos, expressiva presença de empresários, os convidados de honra que iriam financiar tudo aquilo”.⁷⁶ De acordo com o jornalista Antonio Carlos Fon, nesse momento se “encerrava um processo de cinco anos de discussões sobre o papel a ser desempenhado pelas forças armadas na manutenção da segurança interna”. Venceu o argumento dos setores militares que eram favoráveis a um engajamento “total, ideológico e operacional das Forças Armadas na luta anti-subversiva”,⁷⁷ contrário aos que sustentavam que tal intervenção apenas se justificaria em caso de insurreição aberta e de insuficiência dos efetivos das Polícias Civil e Militar para contê-la.

Sua missão consistia em “identificar, localizar e capturar os elementos integrantes dos grupos subversivos que atuam na área do II Exército, particularmente em São Paulo, com a finalidade de destruir ou pelo menos neutralizar as organizações a que pertençam”.⁷⁸ Para tanto, reunia elementos provenientes das três Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), do DOPS, do DPF e da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Militar e Polícia Civil).⁷⁹ A Operação Bandeirante não foi legalmente oficializada. Seu comando coube ao Exército – na pessoa do coronel Antônio Lepiane, chefe do Estado-Maior da 2ª Divisão de Infantaria –, que fez do órgão o meio de entrada, em grande escala, das Forças Armadas em operações de ordem policial, especializadas na repressão política:

A OB [Operação Bandeirante] só inicia as investigações quando o caso apresenta indícios de subversão ou de terrorismo. Muitas vezes, no entanto,

⁷⁵ Segundo o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que comandou o DOI, órgão que, em conjunto com o CODI, sucederia a Operação Bandeirante, a data oficial da criação é o dia 27 de junho de 1969, quando o II Exército elaborou um documento confidencial sobre a constituição e a missão do novo órgão. USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. Brasília: Editeria, 1987, p. 221. Waldyr Coelho, comandante da Coordenação de Execução da Operação Bandeirante situa a criação do órgão no dia 24 de junho de 1969 e o início das atividades da Central de Execução no dia 30 de junho de 1969. *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. 17/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 86, 16084, p. 12.

⁷⁶ Entre as personalidades presentes, destacam-se o governador do Estado, Roberto Costa de Abreu Sodré, o secretário de Segurança Pública, Hely Lopes Meirelles, e o general José Canavarro Pereira, comandante do II Exército. SOUZA, Percival de. *Autopsia do medo. Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000, p. 162.

⁷⁷ FON, Antonio Carlos. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*, p. 15.

⁷⁸ *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. 17/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 86, 16084, fl. 5.

⁷⁹ *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. 17/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 86, 16084, fl. 12.

[...] no decorrer das diligências fica comprovado crime comum. A OB encaminha os criminosos ao órgão competente e presta, dêsse modo, um serviço que, mesmo não sendo de suas atribuições específicas, não deixa no entanto de ser útil à coletividade.⁸⁰

Se a criação de órgãos dessa natureza foi sentida como necessária é porque se via na contestação política e social um perigo específico e importante, suscetível de mudar efetivamente o equilíbrio social e de pôr em risco determinado estado de coisas. A atenção especial dedicada ao combate às organizações de esquerda faz supor que a importância atribuída ao crime político, na época, suplantava aquela dada às outras modalidades de contravenção à ordem estabelecida, o que é corroborado pela exposição redigida pelo comandante da Coordenação de Execução da Operação Bandeirante, o então tenente-coronel Waldyr Coelho:

a. Em 1968 explodiu em São Paulo uma extraordinária onda de subversão ostensiva que abalou a opinião pública e intranquilizou todos os setores da vida paulista, em particular o meio empresarial.

Paralelamente à subversão generalizada ocorreram os primeiros atos de terrorismo, que pela sua brutalidade e violência causaram profundo impacto na população, além de criar uma imagem negativa das autoridades responsáveis pela segurança interna e pela manutenção da ordem.

b. Em face da gravidade do quadro, que acusou incremento das ações terroristas com o passar do tempo, foi criada, em junho de 1969, pelo Exmo Sr Gen Cmt do II Exército, a Operação Bandeirante, com a missão específica de combater a subversão e o terrorismo.⁸¹

A sede do órgão foi transferida para uma parte das dependências da 36ª Delegacia de Polícia, situada na rua Tutóia, na cidade de São Paulo.⁸² Como não dispunha de verbas consignadas em orçamento, coube a Antonio Delfim Neto – futuro ministro da Economia – e a Gastão Vidigal – dono do Banco Mercantil de São Paulo – reunir os representantes de grandes bancos brasileiros para pedir fundos, procedimento repetido na Federação das

⁸⁰ *Relatório Especial de Informações* n° 26. 02/09/1969. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 58, 9786, fl. 20

⁸¹ *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. 1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 86, 16081, fls. 16-17. Embora a distinção entre “subversão” e “terrorismo” não esteja explícita na documentação pesquisada, supõe-se que o termo “subversivo” aplique-se a todos aqueles que possuíam uma opinião política discordante daquela professada pelas autoridades do regime militar, particularmente os indivíduos próximos às organizações de esquerda ou membros das mesmas “terrorista”, ao passo que “terrorista” dirija-se, mais especificamente aos militantes de organizações que se dedicavam a ações de luta armada.

⁸² Consta que seu logo no seu início a Operação Bandeirante instalou-se nas dependências do 2º Batalhão de Reconhecimento Mecanizado e da Polícia do Exército, na rua Abílio Soares, mudando-se para a rua Tutóia no dia 7 de setembro de 1969. FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (Org.). *Tiradentes, um presidio da ditadura*, p. 362. Havia duas entradas para a Operação Bandeirante, uma situada na rua Tutóia, 921 e outra na rua Tomás Carvalhal, 1030.

Indústrias de São Paulo (Fiesp).⁸³ O empresário Paulo Sawaia também fazia a ponte entre empresários e industriais e o órgão.⁸⁴ Henning Albert Boilesen, presidente da Ultragás – dinamarquês naturalizado brasileiro –, exercia pressão sobre os seus colegas de outras empresas no sentido de contribuírem financeiramente para garantir a “paz dos negócios”.⁸⁵ Centro aglutinador de esforços, a Operação Bandeirante, além de contar com forças policiais e militares em seus efetivos e com o financiamento do empresariado, também recebeu o apoio de autoridades políticas paulistas, como o prefeito Paulo Maluf, o governador Roberto de Abreu Sodré e o secretário de Segurança Pública Hely Lopes Meirelles, colaboração devidamente reconhecida em documento do órgão:

⁸³ Houve outras modalidades de apoio: “A Ford e a Volkswagen forneciam carros, a Ultragás emprestava caminhões, e a Supergel abastecia a carceragem da rua Tutóia com refeições congeladas.” GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 62-63. Os autores do projeto *Brasil: nunca mais* citam ainda a General Motors. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*, p. 73. Percival de Souza lembra que o jornal *Folha da Tarde* publicava na íntegra as notas redigidas pelos órgãos repressivos, sendo conhecido nas redações como “Diário Oficial da Operação Bandeirante”. É importante lembrar que faziam parte dessas notas notícias falsas sobre mortes em tiroteio de militantes políticos torturados e ainda vivos. SOUZA, Percival de. *Autopsia do medo*, p. 501.

⁸⁴ SOUZA, Percival de. *Autopsia do medo*, p. 171.

⁸⁵ LANGGUTH A. J. *A face oculta do terror*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 108. O apoio direto de empresários à Operação Bandeirante e a outros órgãos repressivos é um tema de fundamental importância, que resta a ser explorado. Autores clássicos como René Armand Dreiffuss e Guillermo O’Donnell acentuam a participação das camadas civis, não apenas no golpe de 1964, mas também nos processos de definição de diretivas e de tomada de decisão. Dreiffuss estudou a atuação de duas instituições formadas por setores da elite civil, pertencentes ao que chamou de “bloco de poder financeiro-industrial multinacional”, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Em sua visão, ter-se-ia, na bibliografia sobre o regime militar, “negligenciado o papel dos empresários e tecno-empresários na liderança política dos acontecimentos, na definição de diretrizes políticas e táticas, empregadas para enfrentar a crise de insubordinação das classes dominadas contra o regime imposto e o desejo de controlar o Estado por parte dos industriais e banqueiros do bloco de poder multinacional e associado”. DREIFFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 482. O’Donnell, ao formular um modelo de interpretação sobre os regimes militares do Brasil e da Argentina, estabelece as principais características do que chamou de Estado Burocrático Autoritário, assentado na coerção e na imposição de uma nova ordem econômica: “Institucionalmente, é um conjunto de organizações no qual adquirem peso decisivo as especializadas na coerção, bem como as que tentam levar a cabo a “normalização” da economia. Este peso é a expressão institucional da definição, pelos seus próprios atores, das duas grandes tarefas (que aparecem como íntima e necessariamente relacionadas) que incumbe ao BA [Burocrático Autoritário] realizar: a reimplantação da “ordem” na sociedade mediante a re-subordinação do setor popular, por um lado, e a “normalização” da economia, pelo outro. [...] Seu regime, não formalizado porém claramente vigente, implica o fechamento dos canais democráticos de acesso ao governo e, junto com eles, dos critérios de representação popular ou de classe. Tal acesso fica limitado aos ocupantes da cúpula de grandes organizações, especialmente as Forças Armadas e as grandes empresas, privadas e públicas.” O’DONNELL, Guillermo. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Para as críticas e revisões feitas ao conceito de “autoritarismo-burocrático”, ver COLLIER, David (Org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Antonio Carlos Fon menciona, a esse título, o caso de João Carlos Di Genio, proprietário do cursinho pré-vestibular Objetivo que se expandiu para uma rede de ensino incluindo colégios secundários e faculdades. Segundo o autor, esse empresário andava acompanhado do capitão do Exército Maurício Lopes de Lima, chefe de uma Equipe de Busca do DOI e notório torturador do órgão. Segundo um ex-diretor de um órgão de informação entrevistado por Fon, outros empresários fizeram grande fortuna naquele período, financiando os órgãos repressivos e sendo por eles beneficiados. FON, Antonio Carlos. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*, p. 59.

O êxito da repressão à subversão e ao terrorismo em São Paulo reside, em síntese, no apoio das elites civis e autoridades civis e militares, no trabalho integrado que soma esforços e multiplica resultados e na motivação dos órgãos de Segurança.⁸⁶

A constituição do novo órgão repressivo deu-se sob o signo da ambigüidade. Fundado em ato que contou com a presença de importantes autoridades civis e militares, não foi institucionalizado formal e juridicamente, restringindo-se a um conjunto de medidas administrativas internas. Objetivando coordenar o combate contra a “subversão”, entrava com freqüência em conflito com outras forças coercitivas. Embora fosse diretamente comandado pelo Exército, exercia funções de polícia política.⁸⁷ O funcionamento da Operação Bandeirante repousaria permanentemente sobre essa dicotomia legalidade/ilegalidade, o que lhe conferia dinamismo e flexibilidade em suas atividades repressivas. Em outras palavras, no que diz respeito aos seus fundamentos, o órgão estava ancorado na sólida estrutura do Exército, contando com todo o suporte das mais altas patentes. Os métodos empregados – tortura, invasão de domicílio, assassinatos – eram ilegais mesmo dentro da lógica da legislação autoritária erigida pelo regime militar, entretanto, utilizados com a aquiescência dos superiores hierárquicos, embora não assumidos publicamente, pelo desgaste que tal opção acarretaria à imagem das Forças Armadas e do governo. O sólido apoio logístico aliado à implícita autorização para agir clandestinamente – portanto, sem a necessidade de prestar contas – permitiam-lhe uma grande liberdade de atuação. Como aponta Maria Aparecida de Aquino,

existia a preocupação com a manutenção da legalidade formal que, entretanto, deu vazão ao aparato repressivo que, na prática, atuava na

⁸⁶ *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. 10/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15602, fl. 5.

⁸⁷ Adoto a definição elaborada por Marília Xavier: “O termo ‘polícia política’ tem sido utilizado, tradicionalmente, para designar um tipo especial de modalidade de polícia que desempenha uma função preventiva e repressiva na história do Brasil, tendo sido criada com fins de entrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a ‘ordem e a segurança pública’”. XAVIER, Marília. Antecedentes institucionais da polícia política. *DOPS: a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria do Estado da Justiça/Arquivo Público do Estado, 1993, p. 33. Segundo a mesma autora, foi em 1933 que surgiu o primeiro órgão especializado na repressão política e social, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESP) – órgão independente da polícia administrativa e judiciária e diretamente subordinado à chefia de polícia. Porém, desde 1892 o enquadramento criminal que seria mais tarde conferido ao dissidente político já estava presente, seja em termos da lei, seja no discurso da polícia. XAVIER, Marília. Antecedentes institucionais da polícia política, p. 33-35. Para Rodrigo Patto Sá Motta, a primeira iniciativa no sentido de organizar a polícia política data de novembro de 1922, com a criação da Quarta Delegacia Auxiliar da Polícia Civil do Distrito Federal, incumbida de vigiar questões relacionadas à ordem social e política. Em 1924, o governo de São Paulo seguiria o exemplo, com a criação da Delegacia de Ordem Política e Social e, em 1927, seria a vez do governo mineiro, com a Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O ofício das sombras*, p. 55.

ilegalidade. Sim, porque a LSN [Lei de Segurança Nacional], embora tenha previsto em determinado momento a vigência, para alguns atentados à Segurança Nacional, da pena de morte, nunca permitiu, em seu texto, o exercício da tortura para “extrair informações”, o que, porém, foi largamente utilizado durante todo o tempo.⁸⁸

A estrutura do órgão apoiava-se em três eixos, a partir do Centro de Coordenação: a Central de Informações (constituída pelos oficiais de informações de diversas unidades militares e responsável pelo exame e tratamento de informes⁸⁹); a Central de Operações (formada pelos oficiais de operações de diversas unidades militares e responsável pelas operações de combate); e a Central de Difusão (responsável pela ação psicológica e pelo controle de notícias vinculadas à segurança interna).⁹⁰ O Centro de Coordenação era composto dos comandantes do II Exército (II Ex), da 2ª Região Militar (2ª RM), da 2ª Divisão de Infantaria (2ª DI), do 6º Distrito Naval (6º DN), da 4ª Zona Aérea (4ª ZAé), do diretor do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), do secretário de Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP), do superintendente da Polícia Federal de São Paulo (DPF/SP) e do chefe da Agência de São Paulo do Serviço Nacional de Informações (SNI/ASP). Ao comandante do II Exército recaía “tôda a responsabilidade pelo desenrolar das ações da Operação Bandeirante em todos os seus níveis”.⁹¹

A Coordenação de Execução

O centro nevrálgico das operações, no entanto, cabia à Coordenação de Execução (CE) – subordinada à Central de Informações –, cujo trabalho ininterrupto de 24 horas por dia era executado pelo pessoal de informação da 2ª DI do II Exército⁹² e comandado desde o início pelo então major Waldyr Coelho, promovido a tenente-coronel em abril de 1970.⁹³ A

⁸⁸ AQUINO, Maria Aparecida de. A especificidade do regime militar brasileiro, p. 274.

⁸⁹ O “informe” era o dado bruto inicial, ao passo que a “informação” equivalia ao informe processado e devia responder a uma necessidade de tomada de decisão. FICO, Carlos. *Como eles agiam*, p. 95.

⁹⁰ Ver organograma nos anexos.

⁹¹ *As informações no II Exército e a Operação Bandeirante*. 29/06/1970 (data de arquivamento pelo DOPS). Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 73, 13139, fl. 7. (Grifado no original.)

⁹² *As informações no II Exército e a Operação Bandeirante*. 29/06/1970 (data de arquivamento pelo DOPS). Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 73, 13139, fl. 6. Ver organograma nos anexos.

⁹³ A documentação leva a presumir que a promoção tenha sido efetuada em abril, a partir das assinaturas constantes nos ofícios de apresentação de presos ao DOPS.

Coordenação de Execução, pela sua intensa atividade, era confundida com a própria Operação Bandeirante.⁹⁴

É evidente que o setor que surge com maior relevância, com justiça pelo seu trabalho, é a Coordenação de Execução, mas é preciso que se reafirme a importância da Operação Bandeirante como um todo, a fim de evitar possíveis explorações.⁹⁵

Entre as funções que desempenhava, destacam-se: busca e captura, investigação, interrogatório e análise de informações. O critério para selecionar os militares e agentes policiais que participariam desse esforço repressivo repousava na dureza ou na identidade ideológica. Parte de seu contingente provinha da Divisão Estadual de Investigações Criminais (DEIC), célebre pela crueldade de seus métodos de interrogatório.⁹⁶ A experiência investigativa da polícia comum, que contava com um variado rol de métodos de tortura, foi absorvida pelo órgão e incorporada à lógica militar de repressão interna. A socióloga norte-americana Martha Huggins descreve essa passagem:

Segundo um ex-delegado do Departamento de Investigações Criminais da Polícia Civil de São Paulo, o núcleo policial da OBAN provinha de um grupo especialmente selecionado de policiais “duros” que esse delegado havia originalmente reunido quando estava na diretoria do DEIC. Esses policiais já eram “muito brutais” quando os incorporou a seu novo esquadrão da morte oficial secreto na diretoria, mas tornaram-se ainda mais quando passaram a executar seu trabalho especializado para ele. Experientes em busca, captura e interrogatório, esse grupo de policiais violentos foi então convidado a integrar a OBAN (S, 1993), tornando-se o núcleo dessa organização de segurança interna notoriamente violenta.⁹⁷

Para a autora, há uma perigosa relação entre a especialização da polícia e o surgimento de práticas ilegais de repressão. A profissionalização da repressão interna, mediante o emprego de métodos e forças policiais, teria levado a um processo de autonomização e, como consequência, à degeneração, conforme foram acentuando-se as divergências entre as autoridades que instituíram os órgãos repressivos e os oficiais que os comandavam.⁹⁸

⁹⁴ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 223.

⁹⁵ *As informações no II Exército e a Operação Bandeirante*. 29/06/1970 (data de arquivamento pelo DOPS). Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 73, 13139, fl. 7.

⁹⁶ FON, Antonio Carlos. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*, p. 21- 22.

⁹⁷ HUGGINS, Martha. *Polícia e política*. São Paulo: Cortez, 1998, p. 175-176.

⁹⁸ HUGGINS, Martha. *Polícia e política*, p. 235.

Elio Gaspari situa na convivência promíscua entre as Forças Armadas e a “bandidagem da polícia”⁹⁹ um dos males do regime militar, pois “O que se apresentava como uma militarização das operações policiais tornou-se uma policialização das operações militares.”¹⁰⁰ No entanto, não se pode esquecer que essas práticas se generalizaram por todo o país e eram igualmente aplicadas por órgãos de repressão exclusivamente militares, como era o caso do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), no Rio de Janeiro. Assim, o argumento sustentado, segundo o qual as Forças Armadas foram contaminadas pela cultura da Polícia Civil, procede apenas em termos. Havia uma predisposição das Forças Armadas em lançar mão de todos os instrumentos disponíveis – entre os quais a tortura – para assegurar o que consideravam a “segurança interna” do país:

O recurso à violência atingiu tais dimensões que, nos anos seguintes, seria utilizado indiscriminadamente até mesmo dentro das Forças Armadas, para a apuração de crimes comuns praticados por militares, chegando a atingir integrantes dos próprios órgãos de segurança, torturados por seus ex-companheiros.¹⁰¹

Os interrogatórios preliminares

Dentro da comunidade de informações¹⁰² a Operação Bandeirante desempenhava um papel preponderante, por conjugar coleta de informações com ação direta. Nesse sentido, era um órgão “misto”.¹⁰³ As informações constituíam um ponto privilegiado na estratégia de

⁹⁹ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 66.

¹⁰⁰ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 67.

¹⁰¹ FON, Antonio Carlos. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*, p. 49.

¹⁰² No caso de São Paulo, constituía-se pelos seguintes órgãos: Centro de Informações do Exército (CIE) – 2ª Divisão de Infantaria (2ª DI) – Departamento da Polícia Federal/SP (DPF/SP) – Departamento de Ordem Política e Social/SP (DOPS/SP) – Serviço Nacional de Informações/Agência de São Paulo (SNI/ASP) – Centro de Informações e Operações da Secretaria de Segurança Pública/SP (CIOp/SSP/SP) – IV Comando da Aeronáutica (COMAR) – 6º Distrito Naval (6º DN) – 4ª ZAé (4ª Zona Aérea) – Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP). De uma maneira mais genérica, reunia o SNI, os serviços secretos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, parte da Política Federal, as divisões de informações dos ministérios os DOPS e os serviços de informações das polícias militares. Segundo estimativas de Elio Gaspari, o grupo teria passado de alguns “gatos-pingados” em 1964 para mais de 6 mil pessoas em 1982. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. p. 158.

¹⁰³ Adoto a distinção efetuada por Carlos Fico entre órgãos de informação (responsáveis pela coleta, análise e difusão de dados) e órgãos mistos (que combinavam operações de informação e de repressão). FICO, Carlos. *Como eles agiam*, p. 92. Na mesma época da criação da Operação Bandeirante em São Paulo, foi criada em Porto Alegre a Divisão Central de Informações (DCI), com objetivos semelhantes, especializada no combate às organizações de esquerda. A DCI, diferentemente da Oban, estava subordinada à Secretaria de Segurança Pública e restringia-se à análise de dados, ao passo que os interrogatórios e as ações de combate eram executados pelo DOPS/RS. A DCI funcionou até 1974, quando foi criado o DOI/CODI/III Exército em Porto Alegre. USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 283.

combate à esquerda armada. Como afirma o então tenente-coronel Waldyr Coelho, logo na introdução de sua conferência sobre a “subversão” em São Paulo, “A doutrina militar ensina que somente o Chefe bem informado pode chegar a decisões oportunas e adequadas e, também, guardar-se contra qualquer surpresa intentada pela facção antagônica”.¹⁰⁴ Além do recurso das infiltrações, sobre o qual não há documentos disponíveis para um estudo mais aprofundado, no que se refere aos agentes da Oban e do DOI-CODI, o atalho mais comumente utilizado para conhecer as intenções do inimigo era o interrogatório preliminar de suspeitos e presos políticos:

O interrogatório preliminar, isto é, o contacto inicial com qualquer elemento prêso por subversão ou mesmo por suspeita, deve ser centralizado, pois somente desta forma poderá haver continuidade nas investigações. Isto por que há necessidade de um perfeito conhecimento das diferentes organizações subversivas e de suas ramificações o que só é possível através de equipes especializadas e que já vêm há bastante tempo trabalhando no assunto. [...]

Todos os órgãos desta Secretaria [de Segurança Pública] ao efetuarem prisões de indivíduos suspeitos de subversão, terrorismo, deverão providenciar o encaminhamento dos mesmos, de imediato, para a Operação Bandeirante (Rua Tutoia – 921 – Paraíso). Após o interrogatório preliminar serão encaminhados, os civis para o DEOPS e os militares para as suas respectivas Corporações.¹⁰⁵

Os documentos provenientes da transcrição desses interrogatórios não tinham valor jurídico, embora servissem não apenas para obter as informações que levariam a novas apreensões e ao conhecimento do funcionamento dos grupos de esquerda, mas também como subsídio para o que deveria constar no interrogatório oficial, realizado pelo DOPS. Na realidade, a Operação Bandeirante produziu-os em profusão, dia e noite, numa escala quase industrial. Cópias do “resumo de declarações” – como o interrogatório preliminar era chamado no órgão – dificilmente aparecem nos autos dos inquéritos enviados à Justiça Militar.¹⁰⁶ Os interrogatórios preliminares constituem, portanto, o testemunho do funcionamento de uma engrenagem na qual não apenas os procedimentos mas os próprios produtos eram clandestinos.¹⁰⁷ A ocultação das questões dos interrogadores na reprodução da fala dos interrogados e a feição pouco protocolar desses documentos remetem, por um lado, à

¹⁰⁴ *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. 17/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 86, 16084, fl. 1.

¹⁰⁵ *Informação sobre a Operação Bandeirante*. 02/06/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 73, 13139.

¹⁰⁶ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*, p. 174.

¹⁰⁷ “As investigações desenvolvidas nesses órgãos [DOI-CODIs] eram clandestinas e, do ponto de vista jurídico, ilegais.” ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*, p. 174.

função não oficial que desempenhavam. Por outro lado, a conservação do seu aspecto formal e a sistematicidade com que os dados são anotados demonstram um cuidado profissional na produção do documento.

Ao encaminharem um preso político ao DOPS, a fim de formalizar o inquérito policial-militar, os agentes da Oban e do DOI enviavam o conjunto de seus interrogatórios preliminares acompanhado da “declaração de próprio punho”,¹⁰⁸ que serviria de base para orientar os agentes do DOPS em seu interrogatório oficial, denominado “auto de qualificação e de interrogatório”. Essa documentação, por ser um registro da fala do depoente, servia como prova de suas afirmações, podendo ser a qualquer momento cotejada com o depoimento prestado no DOPS.

Visto que as declarações prestadas eram muitas vezes contraditórias e confusas, a essa documentação era anexado um ofício de apresentação do detido, no qual as principais características, as atividades e os contatos políticos dele eram explicitados. Essas informações sumárias continham o essencial do conteúdo que deveria constar no auto de interrogatório realizado no DOPS. Outra modalidade de divulgação do farto cabedal de dados obtidos mediante as confissões arrancadas dos presos políticos era por meio de “informações” ou “informes” enviados aos órgãos que compunham a comunidade de informações. Nesse caso, divulgavam-se apenas alguns elementos selecionados ou, muitas vezes, a simples reprodução dos depoimentos colhidos de um dia para o outro entre os diversos detidos, o que resultava em dados brutos, ainda não tratados, mas que poderiam ser úteis em uma possível investigação, futura ou em andamento. Nos Relatórios Especiais de Informações – enviados aos mesmos órgãos, com algumas variações –, um apanhado das informações mais importantes, colhidas em interrogatórios, acompanhava, igualmente, a lista das ações “terroristas” praticadas no período e dos “subversivos” presos.

Os dados obtidos por meio dos interrogatórios nem sempre eram confiáveis, portanto era necessário intervir com uma série de procedimentos de seleção, cotejamento, confirmação e complementação. Entretanto, o interrogatório preliminar era considerado como um instrumento privilegiado para esclarecer eventos e apontar outros alvos a serem atingidos, como se pode verificar nesse *Relatório Especial de Informações* do II Exército, de agosto de 1969: “A prisão de JOÃO DOMINGOS DA SILVA permitiu o levantamento de mais uma

¹⁰⁸ Documento redigido à mão e assinado pelo detido, descrevendo seus contatos e sua atuação política.

base da VPR. Tal terrorista, convenientemente interrogado, quando seu estado de saúde permitir, poderá fornecer novos dados que conduzam à desarticulação de novas BASES e a prisão de seus integrantes”.¹⁰⁹ Por vezes algum órgão solicitava a seus congêneres que inquirissem os presos políticos sobre temas específicos. O CIE, em janeiro de 1970, difundiu um *Pedido de Busca* à comunidade de informações, por ter recebido de um de seus informantes um relatório a respeito da possível deflagração de ações armadas no início do ano. Tratava-se, assim, de uma encomenda de interrogatório:

(b) reinquirição de terroristas prêsos, que ocupavam posição de destaque em organização subversiva, sôbre o assunto (movimento armado para inícios de 1970);

(c) especial atenção nos interrogatórios de terroristas subversivos, que vierem a ser prêsos, sôbre o assunto (movimento armado para inícios de 1970).¹¹⁰

Ao cabo de quase um ano de funcionamento da Operação Bandeirante, o saldo contabilizado em palestra proferida pelo coronel Erar de Campos Vasconcelos,¹¹¹ chefe da 2ª Seção do II Exército, diante do General Antonio Carlos Muricy, chefe do Estado-Maior do Exército, incluía alguns feitos importantes do ponto de vista da repressão: desorganização da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR Palmares);¹¹² completa desarticulação da Ala Vermelha do PC do B,¹¹³ da Frente Armada de Libertação Nacional (FALN)¹¹⁴ e da Frente Estudantil pela Luta Armada (FELA)¹¹⁵; prisão dos principais líderes da Vanguarda

¹⁰⁹ *Relatório Especial de Informações n° 05/69*, fl. 7. 06/08/1969, Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 120, 23228. (J.D.S. fora ferido, durante sua captura, em tiroteio com policiais do DEIC.).

¹¹⁰ *Pedido de Busca*. 01/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 66, 11529.

¹¹¹ Segundo Percival de Souza, o palestrante teria sido o mentor da Operação Bandeirante: “Conseguiu-se manter nas catacumbas da repressão o segredo de que o pai da idéia foi o coronel Erar Vasconcelos – chefe da II Seção do II Exército, que trouxe para São Paulo um capitão do I Exército (Rio de Janeiro), Carlos Alberto de Francicis, e utilizou o delegado de polícia Gilberto Alves da Cunha para arrebanhar a primeira leva dos defensores da segurança nacional”. SOUZA, Percival de. *Autopsia do medo*, p. 175.

¹¹² A VAR Palmares foi criada com a fusão do Comando de Libertação Nacional (Colina) com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em 1969. Pouco tempo depois se cindiu e parte de seus membros recriou a VPR. MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 428.

¹¹³ A Ala Vermelha do PC do B surgiu como dissidência do PC do B em 1966, envolvendo-se na luta armada entre 1968 e 1971. SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha*, p. 15.

¹¹⁴ A FALN, segundo o documento da Operação Bandeirante, surgiu em Ribeirão Preto (SP), no segundo semestre de 1969, sob a instigação de Carlos Marighella. *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. 17/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 86, 16087, p. 8.

¹¹⁵ A FELA, segundo o mesmo documento, foi uma tentativa da ALN de formar um grupo voltado especificamente para a realização de ações dentro das universidades e de arregimentação de estudantes de nível superior para a organização. *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. 17/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 86, 16087, p. 8.

Popular Revolucionária (VPR); desmantelamento da Ação Libertadora Nacional (ALN), com prisão de inúmeros líderes e morte de Carlos Marighella, “o que constituiu indubitavelmente em profunda desarticulação do movimento subversivo”; “participação efetiva no esclarecimento do sequestro do Embaixador dos Estados Unidos”; e “esclarecimento total do sequestro do Consul do Japão”.¹¹⁶ Os dados estatísticos eram igualmente eloqüentes: 111 “aparelhos” estourados e 412 presos encaminhados para fins de processo, sendo 313 ao DOPS, 48 ao DEIC e 15 ao DPF.¹¹⁷ O palestrante finalizou seu discurso validando os esforços do órgão:

Acreditamos ser a Operação Bandeirante, em São Paulo, uma realidade irreversível e é com grande e justo orgulho que o II Exército a ela se refere, pois sem dúvida alguma, marcou o início da nossa ofensiva no campo da subversão e está se constituindo em exemplo para todo o país, sinceramente desejamos que em outras áreas os sucessos alcançados sejam tão grandes ou maiores que os nossos, porquanto o nosso objetivo é livrar este país do terrorismo e da subversão.¹¹⁸

E concluía em favor de sua continuidade:

3) A Operação Bandeirante tem recebido todo o apoio das elites civis e dos chefes militares de SP. Realiza trabalho impessoal, objetivo, patriótico, abnegado, dentro de um espírito de equipe, apesar da heterogeneidade de seus componentes.

4) A experiência colhida na Operação Bandeirante vem comprovar que o trabalho integrado deve ser coordenado por um único órgão – Central de Informações do II Exército – a fim de somar esforços, dividir experiências e multiplicar resultados.¹¹⁹

1.2 O sistema DOI-CODI

A Operação Bandeirante mostrara-se eficiente. A partir dessa constatação decidiu-se ampliar o seu escopo, disseminando um modelo semelhante em todo o país. A idéia de criar uma estrutura de combate ao crime político em âmbito nacional não era nova. Em 1936, numa

¹¹⁶ *As informações no II Exército e a Operação Bandeirante*. 29/06/1970 (data de arquivamento pelo DOPS). Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 73, 13139, fls. 8 a 10.

¹¹⁷ *As informações no II Exército e a Operação Bandeirante*. 29/06/1970 (data de arquivamento pelo DOPS). Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 73, 13139, fl. 11.

¹¹⁸ *As informações no II Exército e a Operação Bandeirante*. 29/06/1970 (data de arquivamento pelo DOPS). Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 73, 13139, fl. 13.

¹¹⁹ *As informações no II Exército e a Operação Bandeirante*. 29/06/1970 (data de arquivamento pelo DOPS). Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 73, 13139, fl. 14.

conjuntura de autoritarismo crescente que redundaria no golpe de Getúlio Vargas, em 1937, e no Estado Novo, houve um Congresso de Chefes de Polícia, no Rio de Janeiro convocado pela Chefia de Polícia do Distrito Federal e pelo Ministério da Justiça. O objetivo do evento era melhorar as relações entre as polícias estaduais, a fim de melhor combater o comunismo. A resistência ao projeto de federalizar a polícia política, em detrimento do controle dos Estados, foi levantada por alguns representantes estaduais, particularmente de São Paulo, receosos com a possível diminuição da eficiência do trabalho policial. Em 1944 houve reformulação da polícia do Distrito Federal – que passou a ser denominada Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) – e uma ampliação de suas atribuições, entre as quais constava a cooperação com as polícias estaduais no que dizia respeito à ordem política e social. Os DOPS, no entanto, não foram afetados em sua autonomia.

Em 1958, na II Conferência Nacional de Polícia, a discussão sobre a reestruturação da polícia voltou à tona, com a proposta de se criar uma Polícia Federal. Novamente foi a delegação de São Paulo quem mais se opôs ao projeto, argumentando que as elites paulistas não estariam interessadas no fortalecimento do poder federal e que os policiais paulistas dispunham de instituições bem aparelhadas, como o DOPS.¹²⁰

Até 1969, portanto, a repressão política coube essencialmente às Secretarias da Segurança Pública e aos DOPS de cada Estado. Concomitantemente com a criação da Operação Bandeirante, em junho de 1969, o controle operacional das polícias militares passou a ser centralizado pelo Exército, e sua função de policiamento preventivo foi substituída pela manutenção da segurança interna.¹²¹ Foi preciso, assim, que o DOPS de São Paulo perdesse parcela de seu prestígio em detrimento da Operação Bandeirante e que a iniciativa de criar um novo modelo repressivo partisse de São Paulo – com a estreita colaboração das elites paulistas –, para que a federalização da polícia política se concretizasse.

Os CODIs foram instituídos a partir de 1970,¹²² nas Zonas de Defesa Interna (ZDIs), criadas seguindo o desenho das áreas de jurisdição do I, II, III e IV Exércitos.¹²³ A criação das

¹²⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O ofício das sombras, p. 56-60.

¹²¹ Decreto nº 667, de 2 de julho de 1969. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*, p. 212.

¹²² Alguns autores situam a criação do sistema DOI-CODI no mês de janeiro. É o caso de Maria Celina D'Araújo, Celso Castro e Gláucio Ary Dillon Soares e dos autores do projeto *Brasil: nunca mais*. Carlos Fico fala em “segundo semestre de 1970”. Outros, como Elio Gaspari e o ex-comandante do DOI, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra (*Rompendo o silêncio*), situam sua criação no mês de setembro. Outros, ainda, como Antonio Carlos Fon e Maria Helena Moreira Alves e Maria Aparecida de Aquino referem-se apenas ao ano de 1970. É possível que tenha havido discrepâncias no que diz respeito ao início das atividades do órgão em cada estado e mesmo entre a ativação do DOI e do CODI numa mesma localidade.

ZDIs foi um artifício para garantir a precedência do Exército sobre as demais Forças Armadas, embora a Marinha e a Aeronáutica também contassem com representação formal nessas zonas.¹²⁴ O Centro de Coordenação foi substituído pelo Conselho de Defesa Interna (CONDI), com composição e atribuições semelhantes, porém situados hierarquicamente acima dos CODIs.¹²⁵ Estes possuíam representantes das três Forças Armadas e das Polícias Civil e Militar, e passaram a ser chefiados pelo chefe do Estado-Maior do Exército. Estavam incumbidos de planejar, coordenar e assessorar as medidas de defesa interna – tanto de informações quanto de segurança. Nessa mesma época foram criados os DOIs, unidades móveis e dinâmicas, controlados operacionalmente pela 2ª Seção do Estado-Maior do Exército¹²⁶ e subordinadas aos CODIs, e cuja missão constituía em executar operações de repressão política. Os CODIs eram órgãos de planejamento, ao passo que os DOIs eram órgãos de ação. Todas as chefias de seções e subseções, à exceção da administrativa, cabiam a oficiais das Forças Armadas, o que demonstra o caráter militarista do órgão e a importância atribuída, pelos militares, ao controle da oposição.¹²⁷ O sistema DOI-CODI foi criado a partir de diretrizes secretas, elaboradas pelo Conselho de Segurança Nacional e aprovadas pelo então presidente da República, Emilio Garrastazu Médici.¹²⁸ Segundo Martha Huggins,

muito embora o DOI/CODI fosse apenas um pequeno subconjunto do aparelho de segurança interna do Brasil, essa organização – devido à sua subordinação direta ao Executivo militar federal – sobrepunha-se aos demais elementos de segurança interna e tinha status mais alto do que eles.¹²⁹

A continuidade entre a Operação Bandeirante e o DOI-CODI é atestada por um documento intitulado “Operação Bandeirante (Organização do CODI/II Ex)”, assinado pelo comandante do II Exército, o general José Canavarro Pereira e pelo chefe do Estado-Maior do

¹²³ Na época, ao todo eram 4 as grandes regiões militares: I Exército: tropas do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo; II Exército: tropas de São Paulo e de Mato Grosso; III Exército: tropas do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná; IV Exército: tropas da região Nordeste. Além dessa divisão, havia ainda onze Regiões Militares menores, comandadas por generais-de-divisão, e responsáveis por oferecer apoio logístico ao Exército. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. p. 365.

¹²⁴ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 178. Em 1970 foram criados os CODI/DOI do I Exército (Rio de Janeiro), do II Exército (São Paulo), do IV Exército (Recife) e do Comando Militar do Planalto (Brasília); em 1971 os da 5ª Região Militar (Curitiba), da 4ª Divisão de Exército (Belo Horizonte), da 6ª Região Militar (Salvador), da 8ª Região Militar (Belém) e da 10ª Região Militar (Fortaleza); em 1974, o do III Exército (Porto Alegre), substituindo a Divisão Central de Informações. FICO, Carlos. *Como eles agiam*, p. 124.

¹²⁵ *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. 10/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15602, fl. 32.

¹²⁶ *Apostila Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN*. [1974?], cap. 2, p. 29.

¹²⁷ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 181.

¹²⁸ FICO, Carlos. *Como eles agiam*, p. 119.

¹²⁹ HUGGINS, Martha. *Polícia e política*, p. 190.

II Exército, o general Ernani Ayrosa da Silva.¹³⁰ O CODI manteria a Central de Informações e a Central de Operações, e modificaria o nome da Central de Difusão para Central de Assuntos Cíveis. À Coordenação de Execução corresponderia o DOI, cuja preponderância nas operações ficaria registrada na memória política na sigla DOI-CODI, que invertia a hierarquia de comando, mas refletia o ativismo do DOI, uma vez que “a efetiva atuação dos DOI, ultrapassava, muitas vezes, a capacidade coordenativa dos CODI”.¹³¹

A decisão de criar um órgão como o DOI-CODI, em vez de reformar a Polícia Federal ou de coordenar as polícias estaduais, foi explicada pela urgência que o combate à “subversão” exigia. O Exército possuía um bom número de argumentos para justificar sua opção: a) a polícia não estaria estruturada para esse tipo de missão, pois tinha suas próprias missões a cumprir; b) o prazo estimado para organizar as instâncias regulares do Estado era de 15 a 20 anos; c) a polícia mostrara-se, na prática, incapaz de combater a “subversão”; d) apenas uma parcela do Exército seria empregada no Sistema de Seguranças e Informações, algo em torno de 600 homens; e) combater na guerra interna, em estado latente, também seria atribuição do Exército; f) combater o inimigo interno seria preparar-se para uma guerra externa, uma vez que o inimigo externo procuraria aliar-se ao primeiro; e g) uma nova doutrina de guerra, brasileira, estaria sendo desenvolvida com grande êxito.¹³² Se a instituição de um novo órgão repressivo com uma estrutura mais ágil, como a do DOI, permitiu evitar um grande desperdício de tempo, inevitável na modificação de estruturas mais consolidadas, havia nessa escolha o risco concreto de uma sobreposição de funções e de jurisdições de outras forças armadas, o que fomentaria a competição entre os órgãos repressivos já existentes e o DOI-CODI. Para minimizar esse risco, não apenas os oficiais das três Forças estavam representados como se procurava respeitar as áreas de jurisdição da Marinha e da Aeronáutica (portos e aeroportos).¹³³

Alguns autores¹³⁴ lembram o fato de que, entre a criação da Operação Bandeirante e a adoção do sistema DOI-CODI, houve uma importante intensificação das atividades da

¹³⁰ *Operação Bandeirante (Organização do CODI/II Ex)*. 25/09/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 99, 7391.

¹³¹ FICO, Carlos. *Como eles agiam*, p. 213.

¹³² *Apostila Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN*. [1974?], cap. 2, p. 46-47.

¹³³ *Apostila Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN*. [1974?], cap. 2, p. 21.

¹³⁴ MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da guerre révolutionnaire (1959-1974). In: CONGRESSO DE 2006 DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION. San Juan, Puerto Rico, 2006, p. 14. Agradeço ao professor a gentileza de ter me enviado uma cópia do artigo. SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha*, p. 220-221.

guerrilha urbana, notadamente o seqüestro do embaixador norte-americano, em setembro de 1969, do cônsul japonês, em março de 1970, e do embaixador alemão, em junho do mesmo ano. Segundo Tadeu Antonio Dix Silva, o número de organizações de esquerda elevava-se para doze. Apesar dos danos provocados pelos órgãos repressivos, a VPR implantara um campo de treinamento de guerrilhas no Vale do Ribeira, comandado por Carlos Lamarca. As ações de guerrilha urbana – expropriações de bancos e estabelecimentos comerciais – aumentara consideravelmente. Crescera, igualmente, o número de agentes repressivos mortos em confronto com os militantes de esquerda, assim como o de civis mortos nas ações. Agregam-se a isso as disputas e atritos entre os órgãos repressivos – CIE, CISA, CENIMAR e DOPS – no combate às organizações de esquerda, gerando conflitos e constrangimentos entre as altas hierarquias das três Armas e da Polícia Civil.¹³⁵

A idéia de não retirar totalmente a iniciativa dos outros órgãos repressivos aumentava o leque de possibilidades do ponto de vista repressivo, mas diminuía consideravelmente a real centralização do sistema. É difícil saber até que ponto essa foi uma escolha bem refletida ou resultou da preocupação em não melindrar demasiadamente os membros de organismos pertencentes às outras Forças, uma vez que a superioridade adquirida pelo Exército nem sempre era ponto pacífico: “O primeiro conflito resultava da primazia concedida ao Exército não só sobre os poderes da República, mas também sobre as outras duas Forças Armadas”.¹³⁶

Outra questão diz respeito à hierarquia dentro do próprio Exército. Para ser um órgão eficiente no combate às organizações de esquerda, o DOI-CODI precisava ter uma autonomia de ação nem sempre compatível com os diversos níveis da instituição:

a cadeia técnica, em muitos momentos, suplantaria outros comandos formais, e este salto era compreendido como parte do esforço pelo zelo com a segurança nacional. [...] Note-se também que nem sempre esta duplicidade de funções de cadeias fluiu de forma pacífica. Na verdade, por diversas vezes, foi motivo de atritos e divergências. De toda forma, foi esse recurso adicional de poder que deu à comunidade de informações as condições para se impor nas decisões políticas nacionais e no direcionamento da repressão.¹³⁷

Apesar dos eventuais conflitos, porém, o conjunto de órgãos repressivos formava uma “comunidade” que compartilhava idéias, modo de funcionamento, funções e poder. Pelas

¹³⁵ SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha*, p. 221-222.

¹³⁶ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 177.

¹³⁷ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 16.

características particulares não apenas da sua dinâmica, mas também de seus objetivos, acabaram por desenvolver uma postura autonomista. Evidentemente, tratava-se de uma autonomia relativa que, se em alguns momentos chegou a trazer alguns problemas para os níveis hierárquicos superiores, não se traduziu em descontrole de comando por parte do governo militar.¹³⁸ A esse respeito, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra – conhecido pelo codinome de doutor Tibiriçá – afirma categoricamente:

Dizer que as Forças Armadas não participaram da luta armada e que foi uma ação paralela de alguns militares é, no mínimo, um desrespeito ao comandante militar da área ao qual estávamos subordinados, ao ministro do Exército e até ao presidente da República, que havia assinado a diretriz que criara os DOI.¹³⁹

O DOI de São Paulo

Foi o então major Carlos Alberto Brilhante Ustra que assumiu o comando do DOI de São Paulo.¹⁴⁰ Preenchia os requisitos para exercer a função. Era oficial de nível superior e possuía experiência na área de informações, pois acompanhara, a título de representante da 2ª Seção do II Exército, o trabalho da Operação Bandeirante nas reuniões semanais da comunidade de informações, durante as quais se avaliavam os avanços e recuos das ações de guerrilha.¹⁴¹ O DOI passou da 2ª Divisão de Infantaria, à qual se vinculava a Coordenação de Execução da Operação Bandeirante, ao controle operacional do chefe da 2ª Seção do II Exército, ao qual se reportava preferencialmente.¹⁴²

¹³⁸ FICO, Carlos. *Como eles agiam*, p. 140 e 198.

¹³⁹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 319.

¹⁴⁰ O Setor de Operações de Informações – que compreendia o cerne do DOI: a Seção de Investigações, a Seção de Informações e Análise e a Seção de Busca e Apreensão – era chefiada pelo capitão de artilharia Dalmo Lúcio Muniz Cyrillo. A Seção de Informações e Análise era chefiada pelo capitão de Infantaria André Leite Pereira Filho. A Seção de Investigações era chefiada pelo capitão do Exército, da arma e da Artilharia, Ênio Pimentel da Silveira, secundado pelo capitão do Exército, da arma de Cavalaria, Freddie Perdigão Pereira. A única seção a ser chefiada por um oficial da Polícia Militar ou um delegado de Polícia – e, portanto, não por um militar – era a Seção de Busca e Apreensão, a mais sujeita a sofrer baixas, por ter como missão a captura de militantes políticos que poderiam estar armados e reagir à prisão. O nome de seu chefe não é mencionado. USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 299-306.

¹⁴¹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*, p. 73. Curiosamente, segundo Elio Gaspari, Ustra havia coberto 30 dias de férias de Waldyr Coelho, no primeiro semestre de 1970, e foi devolvido ao quartel general com a qualificação de “oficial incompetente”. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 187.

¹⁴² *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. 10/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15602, fl. 32.

A institucionalização deu-se em grande estilo. O efetivo elevou-se de 116 para 300 homens.¹⁴³ Materiais de toda a ordem, incluindo um moderno sistema de comunicação de rádio, armamentos, munições e viaturas foram fornecidos pelo Ministério do Exército. Metade das instalações da 36ª DP foi cedida ao órgão, incluindo a carceragem. Um prédio de dois andares foi construído, e o que já existia foi reformado: alojamentos para os funcionários de serviço, salas de interrogatório adaptadas, garagens e oficina mecânica.¹⁴⁴ As dependências estenderam-se até a rua Thomaz Carvalhal, cuja frente passou a ser identificada pelo número 1.030, entrada oficial do órgão. Guaritas foram montadas tanto na rua Tutóia quanto na rua Thomaz Carvalhal.¹⁴⁵ Matéria publicada no *Jornal do Brasil* assim descrevia o interior do órgão:

Ao se transpor o portão cinza, de duas folhas, imediatamente após o cordão-da-guarda, integrado por soldados do Exército e da Polícia Militar, tem-se à direita uma sala de espera e à esquerda um amplo estacionamento com os mais diversos tipos de viaturas. Já dentro do prédio cinza, à direita se encontra o refeitório dos funcionários e, à esquerda, dependências em ampla área edificada. Uma porta de ferro impede o acesso a estranhos. Vêem-se uma mesa, com cadeira, e uma saleta destinada à identificação dos presos. No extenso corredor, à direita, há quatro celas de cada lado, com portas gradeadas, podendo ver-se seu interior. Apenas uma cela, no fundo do corredor, possui chuveiro de água quente. Ainda no mesmo corredor, uma solitária, onde permanece o preso incomunicável.

No sentido, ainda, dos grandes portões de entrada, tem-se à frente uma escada de dois lances. Chega-se à parte assobradada onde se localizam as salas de interrogatório. No seu interior, uma mesa simples, tendo de cada lado duas cadeiras de plástico. Na parte de cima, também, instalam-se o comando do DOI-CODI e as equipes de análise que interpretam os depoimentos feitos pelos presos. Além dessas dependências, mais três celas estão ali instaladas.¹⁴⁶

O trabalho foi reorganizado, centralizado e compartimentado, de modo que cada agente realizasse tarefas específicas.¹⁴⁷ Do ponto de vista da produção de interrogatórios preliminares, no entanto, não houve mudanças significativas, embora, com o tempo, a institucionalização tenha se revelado, por exemplo, na apresentação formal das transcrições,

¹⁴³ O general Adyr Fiúza de Castro, ao referir-se ao contingente do DOI do Rio de Janeiro, fala em 180 homens. Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, publicado em D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 243.

¹⁴⁴ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 292.

¹⁴⁵ JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*. 6. ed., São Paulo: Global, 2005, p.167.

¹⁴⁶ O prédio cinza do Bairro Paraíso. *Jornal do Brasil*. 23 jan. 1976. Apud JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog*, p. 167-168.

¹⁴⁷ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 292.

que, antes despojadas, passaram a contar com uma folha de rosto em papel timbrado. O DOI manteria as práticas extralegais de apreensão e tortura de suspeitos, o funcionamento contínuo (24 horas por dia) e a convivência dos estilos militar e policial.

A missão do DOI não se diferenciava daquela da Operação Bandeirante: tratava-se de “desmontar toda a estrutura de pessoal e de material dessas organizações [subversivas], bem como impedir a sua reorganização”.¹⁴⁸ Sua organização deveria ser suficientemente flexível para adaptar-se às modificações da dinâmica assumida pelo combate, ao passo que os postos-chave e as funções de chefia eram invariavelmente ocupados por membros das Forças Armadas. A coabitação entre representantes de diversas corporações policiais e militares visava a dois alvos distintos: o primeiro, contar com o auxílio de cada força militar ou policial em determinadas ações, que exigissem uma logística particular, o que permitia ao DOI desdobrar-se e multiplicar-se sem precisar manter um efetivo muito elevado e custoso; o segundo, implicar os mais diversos órgãos repressivos, de modo a impedir o isolamento político do DOI, evitando que se constituísse como corpo estranho em relação aos órgãos policiais e militares:

Essa constituição mista além de traduzir uma demonstração nítida da reunião dos esforços de todos os órgãos responsáveis pela Segurança Interna, apresenta inúmeras outras vantagens, tais como: a compreensão, o apoio e a consideração que os vários órgãos do Governo prestam ao DOI, principalmente através do apoio aéreo, do transporte de presos, do acesso a serviços de identificação e às delegacias de polícia, do apoio do serviço de rádio-patrolha, do Instituto Médico Legal e de instalações. Esse apoio é consciente e contínuo, pois os chefes destes serviços vêem nos DOI uma comunidade que trabalha irmanada para alcançar um objetivo comum: o de manter a paz e a tranquilidade social para que o governo possa, sem riscos e sem pressões, continuar o seu trabalho em benefício do povo brasileiro.¹⁴⁹

Ocorria, por exemplo, aos agentes do DOI pedir auxílio aos pára-quedistas, mas essa assistência nunca ultrapassava limites muito bem estabelecidos: tratava-se de travar o combate, efetuar a prisão e entregar o indivíduo ao DOI, sem interrogá-lo ou mantê-lo prisioneiro em outra instituição.¹⁵⁰ Em muitos casos, porém, a relação com os colegas que serviam em outras áreas tinha sua carga de conflitos. Davi dos Santos Araújo – o “capitão Lisboa” – chefe de uma equipe de busca e apreensão, comenta como essa tensão era vivida no cotidiano:

¹⁴⁸ *Apostila Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN. [1974?], cap. 2, p. 27.*

¹⁴⁹ *Apostila Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN. [1974?], cap. 2, p. 28-29.*

¹⁵⁰ FON, Antonio Carlos. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*, p. 43.

Eu estou aqui numa perua, um camarada barbudo, outro camarada barbudo e atrás outro camarada barbudo. A Rota vê e começa a cercar. Era tudo civil e tudo frio. Barba, carro, tudo. Você já imaginou o dia-a-dia com a própria polícia como é que era? [...] Você não sabe como é o pessoal da PM? Já chega pra valer. Chegava em cima de nós pra valer e nós tendo que sair daquela situação. Não é difícil? E então você precisava avisar, que tinha alguém em assim em algum lugar e que eles precisavam sair da área. [...] [Houve] Vários incidentes. Troca de insultos, empurra-empurra, arma engatilhada. Morte, não.¹⁵¹

Era difícil também acolher favoravelmente, no seio de uma instituição tão disciplinada e hierarquizada como o Exército, agentes que se vestiam à paisana, com cortes de cabelo que não condiziam com os códigos da instituição e barba por fazer, assim como aceitar a quebra de hierarquia na execução de operações de combate. Diante do mal-estar gerado, o comandante do II Exército, o general Humberto de Sousa Melo¹⁵² – grande defensor do DOI – ocorreu em auxílio ao órgão, enviando um ofício circular a todas as organizações militares de sua área de jurisdição:

Tendo chegado ao conhecimento deste Comando que em algumas OM deste Exército, há uma certa incompreensão relacionada com seus próprios elementos que integram o Destacamento de Operações de Informações do CODI/II Ex, face à apresentação pessoal dos mesmos, impostas pelas circunstâncias que tipificam a natureza da luta em que estão empenhados, resultando mesmo em atitudes de má vontade para aqueles que, com bravura, denodo e coragem estão na 1ª linha de combate ao terrorismo, dou por muito bem recomendado que todos os Cmt e Chefes de OM dêem o máximo de apreço e prestígio àqueles que pertencem a este Destacamento.¹⁵³

O cerne das operações era executado pelos seguintes departamentos: a) Setor de Investigações, incumbido de seguir suspeitos e observar aparelhos, no intuito de identificar e localizar indivíduos procurados; b) Seção de Busca e Apreensão, responsável pela captura de suspeitos, pelo desmonte dos “aparelhos”, pela cobertura de “pontos”, pela apreensão de documentos e condução dos presos ao DOPS, auditorias, hospitais, etc.; c) Subseção de Interrogatório – à qual cabia realizar os interrogatórios preliminares –, ajudada pela Turma Auxiliar, encarregada da carceragem e da datilografia dos interrogatórios; e d) Subseção de Análise, que mantinha um arquivo sobre os prisioneiros e as organizações de esquerda,

¹⁵¹ Entrevista de Davi dos Santos Araújo. CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998, p. 311.

¹⁵² O general Humberto de Sousa Melo sucedeu o general José Canavarro Pereira no comando do II Exército, no qual permaneceu de janeiro de 1971 a janeiro de 1974. ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930*, p. 3719.

¹⁵³ *Ofício nº 35-E2*. Apud USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*, p. 136.

analisava os documentos apreendidos, estudava os depoimentos dos presos, fazia pesquisas para elucidar dúvidas, fornecia subsídios ao trabalho dos interrogadores e elaborava as informações encaminhadas à 2ª Seção do II Exército.¹⁵⁴ Assim, esse destacamento “formava uma unidade policial autárquica, concebida de forma a preencher todas as necessidades da ação repressiva sem depender de outros serviços públicos”.¹⁵⁵

No centro da engrenagem encontravam-se a extração (interrogatório) e a análise de informações: “Quando um terrorista era preso, a fase crucial da prisão, tanto para ele como para nós, era a do interrogatório”.¹⁵⁶ As equipes de interrogatório e de análise trabalhavam de maneira concertada: a primeira fornecia dados para a segunda, que, por sua vez, orientava os rumos das questões a serem formuladas para completar o quadro do que já se sabia.

O fluxo de informações

A troca de informações entre os diversos órgãos repressivos era freqüente, servindo para aprofundar investigações, auxiliar na elaboração dos interrogatórios ou identificar indivíduos procurados. Uma das formas nas quais essa colaboração se manifestava consistia na disponibilização de presos políticos para serem interrogados por aqueles que conduziam determinada investigação, conforme ofício encaminhado ao DOPS:

1. O Exmo Sr Gen Cmt da 2ª DI incumbiu-me de remeter-vos os Resumos das Declarações prestadas pelo indivíduo CELSO LUNGARETTI (“LAURO PESSOA”, “DANIEL GASPAR DE OLIVEIRA”, “JULIO”, “DOUGLAS”, “LOURENÇO” ou “JONAS”), prêso na GB [Guanabara] pelo CIE e encaminhado à Operação Bandeirante.
2. Referido indivíduo foi restituído, por solicitação, hoje, ao CIE/GB.
3. Na oportunidade, apresento-vos protestos de consideração.¹⁵⁷

Ou esta informação difundida pela Divisão Central de Informações (DCI), de Porto Alegre, ao DOI-CODI do II Exército:

Seguem os presos abaixo relacionados conforme entendimentos havidos nesta capital com o Maj. E2 [do serviço secreto] do II Ex [...]. Os

¹⁵⁴ *Apostila Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN. [1974?], cap. 2, p. 31-32. USTRA, Carlos Alberto Brilhante. A verdade sufocada, p. 302-308.*

¹⁵⁵ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 180.

¹⁵⁶ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 308.

¹⁵⁷ *Ofício n° 556/OB. 14/06/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 76, 13717.*

nominados, particularmente do PC do B da Ala Vermelha deverão ser novamente interrogados, visto haver possibilidades de ligações com elementos subversivos de São Paulo.¹⁵⁸

Por vezes, ao invés de transferir o depoente, era o agente de repressão que se locomovia, de um estado a outro, procurando esclarecer algum ponto obscuro ou completar dados. Essa prática está registrada nas declarações de uma militante da AP:

Que, ontem foi interrogada por autoridade vinda do Rio de Janeiro, encarregada dos inqueritos sobre a A.P. (Ação Popular).

Que, declarou ao mesmo o já narrado a OB [Operação Bandeirante], reconhecendo mais “DORA” em foto exibida por aquela autoridade. Que “DORA” é elemento da A.P. da Baía.¹⁵⁹

O DOI difundia documentos contendo algumas características de indivíduos procurados (atividades principais, organização à qual pertenciam, pessoas às quais eram ligados, características físicas) à comunidade de informações, solicitando sua localização, sua prisão e seu encaminhamento ao órgão. Retornava o serviço, por sua vez, em forma de novos dados, como mostra esse pedido oriundo do Centro de Informações do Exército (CIE):

Segundo declaração de F.N.S. “VALDO” ou “FELIPE”, os contatos da Organização com o Comando Regional de Recife – CR/7 e Comando da Executiva de Luta Principal, CARLOS ALBERTO SOARES DE FREITAS “BRENO”, só são feitos através de elementos de São Paulo e que CARLOS FRANKLIN “MAX” é quem sabe as datas e locais de pontos de entrada naquela localidade. [...]

Solicita-se interrogar CARLOS FRANKLIN a fim de obter dados que possibilitem investigações na regional de Recife, em Belem e na área estratégica.¹⁶⁰

O CIE coordenava as informações em âmbito nacional. Sua ascendência sobre os órgãos de repressão traduzia-se, muitas vezes, na quebra da hierarquia usual, o que pode ser verificado em uma “informação”¹⁶¹ – seguida da transcrição de interrogatórios preliminares – divulgada pela Coordenação de Execução da Operação Bandeirante (anterior ao DOI) ao DOPS e ao I Ex (por intermédio do CIE). A situação é curiosa: trata-se de um militante da VAR-Palmares detido em Vitória da Conquista (BA), interrogado em São Paulo e cujos

¹⁵⁸ *Informação n° 1.820/70*. 16/11/1970 Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 98, 18730-29.

¹⁵⁹ *Interrogatório preliminar*. 15/03/1970, Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 76, 13799.

¹⁶⁰ *Pedido de Busca n° 2.030/70*. 09/10/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 85, 15869.

¹⁶¹ *Informação n° 135/70*. 21/01/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 66, 2155.

companheiros atuavam nos estados de Minas Gerais e da Guanabara.¹⁶² Dentro dos canais oficiais, essa documentação deveria ter sido transmitida em primeiro lugar ao Centro de Coordenação da Operação Bandeirante, em seguida ao II Exército, que, por sua vez, a encaminharia ao I Exército.

Do ponto de vista hierárquico, o DOI de São Paulo vinculava-se à 2ª Seção do II Exército, mas os dados que obtinha eram difundidos igualmente junto aos comandos da Marinha e da Força Aérea, sediados na área da grande São Paulo, ao CIE, à agência do SNI no estado, à Polícia Militar, à Polícia Federal e aos órgãos ligados à Secretaria de Segurança Pública do estado. Às múltiplas formas de cooperação descritas vem somar-se a parceria com o DOPS.

As “sentinelas indormidas da pátria”¹⁶³

A importância dos interrogadores na obtenção de informações não escapou aos arquitetos do DOI. A chefia da Subseção de Interrogatório Preliminar foi reservada a um oficial das Forças Armadas. Cada uma das três Turmas de Interrogatório – composta de seis agentes, entre policiais e militares – era comandada por um oficial com patente de capitão, “de preferência com o curso EsAO [Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais] e o Curso Superior de Administração de Empresas ou Economia”.¹⁶⁴ Normalmente eram oficiais superiores, diferentemente dos agentes da Turma de Busca e Apreensão, em sua maioria constituída de sargentos.¹⁶⁵ Para interrogar, porém, era necessário possuir mais do que certo nível na hierarquia; a função requeria certo perfil psicológico:

O interrogador deve ser um homem muito calmo, frio, não pode se irritar, e precisa ser muito inteligente para, através de certas dicas que o interrogado der – tudo é gravado –, imediatamente tirar algumas conclusões e informar,

¹⁶² O antigo estado da Guanabara fundiu-se ao do Rio de Janeiro em 15 de março de 1975. JOFFILY, Bernardo. *Brasil: 500 anos (Atlas Histórico do Brasil)*. São Paulo: Três, 1998, p. 217 (Cronologia).

¹⁶³ Tomo emprestada essa expressão utilizada para nomear os órgãos de repressão – em manifesto anônimo contra Golbery do Couto e Silva – para referir-me aos interrogadores e demais funcionários do DOI. Expressão encontrada em GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 68.

¹⁶⁴ *Apostila Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN*. [1974?], cap. 2, p. 33. Na época da Operação Bandeirante, eram seis as Equipes de Interrogatório Preliminar, trabalhando duas a cada turno. *As informações no II Exército e a Operação Bandeirante*. 29/06/1970 (data de arquivamento pelo DOPS). Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 73, 13139, fl. 7.

¹⁶⁵ Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, publicado em D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 60.

porque as diligências têm que ser feitas imediatamente. Então é necessário que ele seja um homem muito especial.¹⁶⁶

Os agentes de repressão entrevistados por Martha Huggins confirmam o fato de haver uma escolha cuidadosa, promovendo a especialização dos integrantes do setor de acordo com as habilidades demandadas pelo ofício:

Os mais “identificados com [a tortura eram] muito frios,... muito agressivos, tinham que ser...”. Os policiais que apresentavam essas características eram “classificados para [isto é, encaminhados para] ... o trabalho de tortura”, para serem modelados como instrumentos cuidadosamente afinados de terror. Como explicou um ex-agente, “os que tinham qualidade para trabalhar de certo jeito [isto é, agressivamente] [eram] realmente explorados por seus chefes – por aqueles que queriam ver o serviço pronto rapidamente.¹⁶⁷

Nem todos suportavam servir num órgão com tais características. Assim, além do encaminhamento de policiais e militares com perfil mais adequado, havia uma espécie de “seleção natural” entre os que ficavam e os que pediam para ser transferidos: “Houve nego que chegava lá, não agüentava, chamava o capitão e pedia pra sair. Houve quatro num só dia. Não agüentaram a parada. Chegaram e foram embora no mesmo dia”.¹⁶⁸ A cada órgão ou unidade de origem cabia a designação daqueles que iriam trabalhar no DOI:

Na Polícia Militar, a triagem era feita pela 2ª Seção do Estado-Maior Geral. Às vezes, um de nossos membros indicava um parente ou um amigo para servir conosco, mas, mesmo assim, havia um estudo preliminar na 2ª Seção da Polícia Militar. Já na Polícia Civil a indicação era feita pelo DOPS. No Exército, o II Exército designava as unidades que deveriam fornecer oficiais e praças para integrar o DOI. A escolha era do comandante da unidade.¹⁶⁹

Há que se nuançar a idéia de que os interrogadores, assim como os demais agentes do DOI, eram meros instrumentos de oficiais superiores. Maria Aparecida Costa, ex-militante da ALN, afirma categoricamente: “Um ódio tão grande, visceral. Não estavam cumprindo ordens. Faziam aquilo porque nós representávamos uma grande ameaça. Tinham convicção do que estavam fazendo”.¹⁷⁰ O perfil do setor incluía, portanto, senão certa dose de convicção

¹⁶⁶ Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, publicado em D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 61.

¹⁶⁷ HUGGINS, Martha. *Polícia e política*, p. 191-192.

¹⁶⁸ Entrevista de Davi dos Santos Araújo, o “capitão Lisboa”. CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*, p. 316

¹⁶⁹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 294.

¹⁷⁰ Entrevista de Maria Aparecida Costa. CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*, p. 223. Muitos dos ex-militantes e ex-dirigente de organizações de esquerda citados nesse trabalho tiveram importantes atribuições em sua vida política posterior aos eventos estudados. Atenho-me, no entanto, para qualificá-los, à sua militância política da época.

política, ao menos a adesão a um sistema que identificava nos militantes políticos de esquerda uma ameaça a ser debelada energicamente.

No interior de cada Turma de Interrogatório associavam-se a disciplina militar, imposta pelo seu comandante, e a experiência da polícia na arte da inquirição. A associação de competências fazia-se, entretanto, em paralelo a um preconceito recíproco. Para os policiais, os militares careciam de experiência num campo em que trabalhavam há muitos anos, eram despreparados para realizar investigações, além de contarem com pouca fineza e sensibilidade política.¹⁷¹ Os militares, por sua vez, lançavam mão dos agentes da polícia para aproveitar seus conhecimentos acumulados, mas também para economizar os efetivos do Exército e minimizar o desgaste decorrente do envolvimento da instituição com operações de polícia política, o que está implícito na apostila sobre o Sistema de Segurança Interna:

Os DOI necessitam de um grande apoio em pessoal que pode ser dado tanto pelas Polícias Civas, como pelas Polícias Militares.

É necessário, entretanto, que se realize uma seleção rigorosa entre os membros destas polícias que se destinem aos DOI. Não querer utilizar estes policiais escudados nas premissas falsas de que todos eles são corruptos, incapazes, desonestos, incompetentes e preguiçosos, constitui um procedimento que não se adapta à realidade. É verdade que são inúmeros os policiais com estes defeitos, mas existem muitos oficiais e praças das Polícias Militares, Delegados de Polícia e Investigadores que são homens dignos, corretos, honestos, trabalhadores e que só honram as corporações onde trabalham. São homens desta estirpe que se devem procurar para integrar os DOI e quanto em maior número eles forem melhor para as Forças Armadas, pois menor será o ônus a elas atribuído, no que se refere a constituição dos efetivos dos DOI. Os postos chaves e as funções de chefia deverão, entretanto, permanecer sob a responsabilidade das Forças Armadas. Assim os policiais trabalharão sempre enquadrados por elas.

O DOI/CODI/II Ex, por exemplo, possui um efetivo de mais de 250 homens e, destes, menos de 80 pertencem às Forças Armadas.¹⁷²

No trecho citado fica evidenciada a visão negativa dos militares sobre os policiais em geral – “corruptos”, “incapazes”, “desonestos”, “incompetentes”, “preguiçosos” – e, em contraste, a imagem extremamente favorável que possuíam sobre si mesmos – “dignos”, “corretos”, “honestos”, “trabalhadores”, “honrados”. A moldura da colaboração entre as forças de segurança pública e as Forças Armadas está igualmente bem delineada: os policiais eram selecionados, enquadrados e arcavam com o ônus numérico – constituição dos efetivos –

¹⁷¹ COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 390-391.

¹⁷² *Apostila Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN*. [1974?], cap. 2, p. 27-28.

e simbólico – decorrente dos métodos empregados pelo órgão, ao passo que aos militares cabia a tomada de decisões e o comando das operações.

As condições específicas de trabalho acabariam, entretanto, por estabelecer um clima favorável à criação de um espírito de grupo. A “casa da vovó”, como o DOI de São Paulo era chamado por seus agentes, era um espaço de exceção, onde as regras eram modificadas, sem deixar de existir. As normas de segurança exigiam o uso de traje civil e proibiam o uso de corte de cabelo militar, mesmo para os oficiais, de forma que não se diferenciavam dos demais funcionários do DOI. Os policiais eram chamados de “capitão” e os oficiais de “doutor”.¹⁷³ As operações e as atividades eram realizadas em completo sigilo, e o uso de codinomes era obrigatório. Mais do que isso, costumava-se utilizar o mesmo codinome para indivíduos diferentes, com o intuito de impedir a identificação dos agentes. Nomes como “Ubirajara”, “Tibiriçá” ou “Guimarães” encobriam mais de um oficial no DOI. Um dos agentes entrevistados por Martha Huggins contou que, numa batida, para evitar que fossem identificados, todos se chamavam pelo mesmo codinome. Assim, “a vida de cada um – a personalidade de cada um – [estava estreitamente] identificada [com o grupo], explicou o agente do DOI/CODI. Isso garantia não só que o grupo ficasse anônimo, mas que agisse em conjunto”.¹⁷⁴

O uso de codinomes serviu para proteger a identidade dos responsáveis pela morte do jornalista Vladimir Herzog.¹⁷⁵ Na segunda audiência do processo movido por Clarice Herzog, diante da insistência para que duas testemunhas do DOI fossem inquiridas – um investigador e o capitão Ubirajara (codinome do delegado Aparecido Laertes Calandra) –, o comandante do II Exército, general Dilermando Gomes Monteiro, alegou que não fora possível encontrar o primeiro e que não havia no órgão nenhum oficial com o nome do segundo. Ficou registrado, nos autos, o protesto dos advogados da requisitante: “O ofício deixa clara a inexistência de um capitão Ubirajara a serviço do DOI-CODI, ficando portanto consubstanciada de modo inequívoco a preocupação de se ocultarem os verdadeiros responsáveis pela morte de Vladimir Herzog”.¹⁷⁶

¹⁷³ SOUZA, Percival de. *Autopsia do medo*, p. 8-11.

¹⁷⁴ HUGGINS, Martha. *Polícia e política*, p. 197.

¹⁷⁵ O jornalista Vladimir Herzog, então diretor do jornal da TV Cultura, foi intimado a comparecer no DOI, o que fez voluntariamente, e foi assassinado sob tortura, no dia 25 de outubro de 1975. Os agentes do DOI montaram uma farsa acusando-o de ter se enforcado na cela do órgão, usando um cinto.

¹⁷⁶ JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog*, p. 182.

Para além da impunidade e do anonimato, o emprego de codinomes tinha o efeito de reforçar a dinâmica própria daquele universo, criar um distanciamento entre o que se fazia no DOI e o mundo exterior. O sigilo em torno das atividades desenvolvidas acabava por propiciar uma cisão entre a vida social e o exercício profissional, reforçando o sentimento de grupo e de camaradagem entre os agentes: “Na verdade, muitos agentes mantiveram sua filiação ao DOI/CODI completamente em segredo para a família e amigos”.¹⁷⁷ O ex-diretor do DOPS, Romeu Tuma, acompanhou esse processo tanto no DOI quanto no próprio DOPS:

Quem participou de torturas ou do esquema repressivo mais duro se desestruturou familiarmente porque precisava passar a maior parte do tempo fora de casa e não podia conversar sobre nada do que fazia. Esse pessoal viveu o drama de poder matar ou poder morrer.¹⁷⁸

A negação oficial do emprego de práticas como a tortura, por um lado, e seu incentivo tácito, por outro, também contribuíam para criar uma atmosfera à parte. As práticas violentas, realizadas no cotidiano do órgão, eram aceitas como componentes do serviço. A linha da moralidade era ultrapassada como um rito de iniciação tido como necessário. Percival de Souza descreve esse fenômeno no seguinte episódio:

Ao entrar pela primeira vez no DOI-CODI e ver essas cenas [corpos feridos e mortos arrastados e tirados dos bagageiros dos carros e lançados ao chão, manchas de sangue espalhadas], um policial começou a vomitar, apoiado numa pilastra. Foi amparado por um colega, que o abraçou e falou baixinho no ouvido dele: “Calma, você vai se acostumar”.¹⁷⁹

O espírito de grupo, por sua vez, potencializava o uso da violência, na medida em que não se podia integrar as equipes sem que os seus membros se mostrassem dignos de estar entre os seus pares. O desempenho do indivíduo era avaliado, entre outras coisas, pelo grau de aceitação dos princípios do órgão, medido por sua capacidade de reproduzi-los em atos:

Certamente que em todas as atividades ilícitas, de natureza política ou nos crimes comuns, o grupo, a bem da sua própria segurança, exigirá que “cada indivíduo cometa um ato irreversível” de maneira a destruir os seus liames com a sociedade constituída, antes que seja acolhido no seio dessa comunidade da violência.¹⁸⁰

¹⁷⁷ HUGGINS, Martha. *Polícia e política*, p. 195.

¹⁷⁸ SOUZA, Percival de. *Autopsia do medo*, p. 412.

¹⁷⁹ SOUZA, Percival de. *Autopsia do medo*, p. 10.

¹⁸⁰ ARENDT, Hannah, *Da violência*. Brasília, DF: Edunb, 1985, p. 37

A natureza do trabalho ali desenvolvido fazia com que, para além dos turnos que muitas vezes ultrapassavam as 24 horas regulamentares – para 48 horas de folga¹⁸¹ – houvesse uma atmosfera muito intensa, descrita por um ex-agente: “Eu trabalhava todo o tempo, sem nenhuma outra vida fora do meu trabalho ou separada dele. Mesmo nos raros dias de folga, ainda vivia, respirava, comia e dormia (quando conseguia dormir) coleta de informações”.¹⁸² O turno de trabalho iniciava-se às oito horas da manhã, quando era feita a troca das equipes. Das oito às nove, os interrogadores aguardavam as instruções da Subseção de Informações e Análise, enquanto os outros funcionários faziam a limpeza das dependências do órgão e serviam café para os prisioneiros. O trabalho dos interrogadores seguia até as sete horas do dia seguinte, momento em que estes já começavam a arrumar seus pertences, “‘loucos’ para ir embora”.¹⁸³

Somava-se ao trabalho exaustivo uma tensão constante. Segundo o delegado David dos Santos Araújo, chefe de uma das equipes do DOI, depois do atentado à bomba organizado pela VPR ao Quartel-General do II Exército, que vitimou o soldado Mário Kozel Filho, todos tinham medo de dormir na sede do DOI: “Comentava-se que, se os terroristas eram capazes de jogar um carro cheio de bombas no QG, o que não seria de se imaginar com relação ao DOI-CODI, centro da caçada aos terroristas?”¹⁸⁴ Efetivamente, os agentes do DOI eram alvos preferenciais das organizações da esquerda armada, como atesta a transcrição desse interrogatório, realizado em novembro de 1971 com um militante da ALN:

Que logo após as “ações” da “semana de MARIGHELLA”, o depoente “cobriu” um “ponto” com MARIA AUGUSTA THOMAZ (“MARCIA”) que disse ao depoente que a execução de elementos da PM estavam (sic) tendo uma repercussão muito má no seio do povo e que a organização deveria pensar em executar (“justiçar”) os elementos da OBAN (DOI); que ela justificou tal execução como sendo a verdadeira “guerra psicológica à repressão”; que ela disse, também, que isso seria possível após um bom “levantamento”; que tal conversa não teve mais do que um caráter de discussão e parece, ao depoente, não chegou ao conhecimento de outros elementos da organização; [...]

¹⁸¹ Segundo o sociólogo Roberto Kant de Lima, na Polícia Civil o turno de trabalho, em 1982, era de 24 horas para 72 horas de folga. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado, 1994, p. 18.

¹⁸² HUGGINS, Martha. *Polícia e política*, p. 194-195.

¹⁸³ COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*, p. 388.

¹⁸⁴ SOUZA, Percival de. *Autopsia do medo*, p. 64.

EM TEMPO: O depoente ainda esclarece que, segundo “MÁRCIA”, imediatamente após o justicamento de elementos da OBAN (DOI), os seus corpos seriam desaparecidos, sendo enterrados ou algo semelhante.¹⁸⁵

Em 25 de fevereiro de 1973, a ameaça tomou corpo com o “justicamento” do delegado Octávio Gonçalves Moreira Júnior, chefe de uma das Turmas de Busca e Apreensão, por um comando conjunto da ALN, da VAR-Palmares e do PCBR, no Rio de Janeiro.

Para aqueles que acreditavam estar salvando o país da ameaça comunista, a sensação de risco tendia a justificar os métodos empregados, ainda que fossem ilegais e nunca externados. As críticas partiam daqueles que estavam de fora, que usufruíam a tranquilidade oferecida pelo órgão à sociedade brasileira sem arriscar-se no combate, como afirma o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra: “É fácil criticar quando não se estava sujeito a ‘justicamento’, seqüestro, sabotagem e atentado”.¹⁸⁶ Assim, a rede de lealdades e comprometimentos forjada dentro do órgão, pela sua especificidade e pelas práticas clandestinas e sigilosas que ali ocorriam, acabaria por relativizar as diferenças – de formação, de nível cultural, de origem institucional – em função do espírito de corpo que se criava em torno do DOI. O pertencimento ao grupo era ainda reforçado pelo sistema particularmente favorável de gratificações e de promoções na carreira,¹⁸⁷ assim como pelo isolamento em relação aos outros colegas de farda, cujo sistema de trabalho era muito distinto.¹⁸⁸ Nas palavras do ex-comandante do DOI, “Éramos e continuamos uma família”.¹⁸⁹

Essa “família”, entretanto, não deixaria de reproduzir as desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira. Segundo o ex-presos político Fernando Gabeira, a divisão de trabalho no DOI organizava-se em função da origem social de seus agentes:

Os sujeitos que vêm dos setores mais pobres da população e que por acaso são crioulos ou mulatos são os que enfrentam o choque. São a tropa de choque, os que estão arriscados a morrer, como alguns morreram. A divisão de trabalho é tão desigual, que eles são colocados para receber as primeiras balas.¹⁹⁰

¹⁸⁵ *Interrogatório preliminar*. 21/11/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 155, 32291.

¹⁸⁶ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 320.

¹⁸⁷ Apenas no DOI paulista, em três anos, 90 agentes receberam a mais alta condecoração do Exército, a Medalha do Pacificador com Palma. *Apostila Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN*. [1974?], cap. 2, p. 41.

¹⁸⁸ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 26-30.

¹⁸⁹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 409.

¹⁹⁰ Entrevista de Fernando Gabeira. *Pasquim* n. 490, 17 jul. 1978, p. 11.

DOI/DOPS: colaboração e disputa

A criação do DOI aparentemente manteve inalteradas as estreitas relações que a Operação Bandeirante mantinha com o DOPS, devido à divisão de tarefas que se estabeleceu entre os dois órgãos. Ao último cabia, pela sua estrutura e experiência em lidar com inquéritos de natureza política, executar as tarefas cartoriais.¹⁹¹

A transferência de um contingente de policiais provenientes do DEIC para o DOPS e de uma parte desses para a Operação Bandeirante foi justificada pelo fato de os funcionários do DOPS estarem despreparados para a nova modalidade de oposição política – a guerrilha urbana – e pela inexperiência das Forças Armadas em lidar com a repressão interna. A decisão de criar um novo órgão em detrimento das estruturas já existentes atendia ao duplo objetivo de garantir a proeminência militar sobre as atividades repressivas e de ampliar o escopo de atuação dos limites estaduais, aos quais o DOPS estava circunscrito, aos federais:

A ineficiência da Polícia é mencionada [pelos militares] várias vezes como um dado estrutural a indicar a necessidade de uma decisão desse teor. Além de despreparada, teria limitações legais para agir, posto que as secretarias estaduais tinham jurisdições regionais demarcadas, o que impediria um combate nacional. A Polícia Federal, por sua vez, não teria agilidade, recursos e treinamento necessários. Desta forma, caberia às Forças Armadas assumir esse papel, uma vez que, em situação de excepcional perigo, tinham asseguradas condições institucionais mais condizentes para o tipo de ação que se prenunciava.¹⁹²

Essa opção gerou certo esvaziamento do DOPS, cuja função passou a se restringir à formalização dos inquéritos. Essa divisão de tarefas foi operacional na maioria dos estados que contaram com o DOI-CODI, a partir de 1970.¹⁹³ No entanto, na cidade de São Paulo, o DOPS não apenas ultrapassou suas funções como, muitas vezes, entrou em conflito com a Operação Bandeirante e, depois, com o DOI. Isso se deu em grande parte graças à figura do responsável pela Divisão de Ordem Social, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, que, nas

¹⁹¹ *As informações no II Exército e a Operação Bandeirante*. 29/06/1970 (data de arquivamento pelo DOPS). Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 74,13177, fl. 7.

¹⁹² D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 24 e 25.

¹⁹³ Isso não significa que o DOI-CODI tenha monopolizado a repressão política. Tanto os DOPS, como as delegacias regionais da Polícia Federal e outros órgãos de informação como o CENIMAR, atuaram prendendo, torturando e mesmo assassinando opositores. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*, p. 74.

palavras de Elio Gaspari, “Tinha o pé direito na repressão aos movimentos de esquerda e o esquerdo na briga entre quadrilhas de tráfico de drogas”.¹⁹⁴

Esse fenômeno ocorreu por duas razões distintas. A primeira está ligada à importância e ao prestígio que o combate à guerrilha urbana adquiriu no seio do regime militar, decorrente da proeminência da Segurança Nacional dentro do projeto do governo. Como explica Martha Huggins,

a associação entre especialização, compartimentalização e pressão sobre todas as forças de segurança para que fizessem prisões, obtivessem confissões, coletassem informações e eliminassem “elementos perigosos” – tudo isso executado em um clima de guerra total contra o crime e a subversão interna – exacerbava a competição entre as forças de segurança para decidir relativamente a quem caberia o crédito pela captura e obtenção de informações de “subversivos” de maior notoriedade.¹⁹⁵

A segunda diz respeito à escolha pragmática por uma política de resultados – encarnada nas memoráveis capturas de bandidos famosos e de lideranças de esquerda pelo delegado Fleury – em detrimento da centralização e coordenação efetiva das forças repressivas. O general Adyr Fiúza de Castro, ex-chefe do CODI do Rio de Janeiro, comenta o papel particular desempenhado pelo DOPS paulista:

Mas em São Paulo foi diferente, porque eles fizeram a Operação Bandeirantes, a OBAN, antes da criação dos DOIs. A OBAN já foi uma mistura de DOPS com o Exército. Isso não aconteceu no Rio ou em qualquer parte do Brasil. Só em São Paulo. [...] E Fleury era muito eficiente, era o chefe do DOPS mais eficiente que havia no Brasil. Eficientíssimo. Estava instalado num grande prédio, e contava com mais de quarenta delegados. No Rio, o DOPS ficava num prediozinho, e tinha três delegados. Em Minas, quase que era um delegado só: um delegado e dois ou três escrivãos. Mas em São Paulo havia uma poderosa organização.¹⁹⁶

O DOPS paulista, por mais de uma ocasião, desrespeitou a primazia da Operação Bandeirante ou do DOI na captura e interrogatório de militantes de organizações de esquerda. O início da desavença dera-se em outubro de 1969, com a operação para cercar Marighella, o dirigente máximo da ALN e inspirador da luta armada no país. O delegado Fleury,

¹⁹⁴ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 65. Fleury foi convidado a integrar o DOPS em agosto de 1969, pelo recém-empossado diretor do DOPS Benedito Nunes Dias, professor de Direito Constitucional e ex-diretor da Faculdade de Direito de Guarulhos. SOUZA, Percival de. *Autopsia do medo*, p. 296.

¹⁹⁵ HUGGINS, Martha. *Polícia e política*, p. 204. Sem mencionar os prêmios em dinheiro, oferecidos aos agentes que obtivessem êxito em suas ações. FON, Antonio Carlos. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*, p. 61.

¹⁹⁶ Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, publicado em D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 75-76.

investigando o seu paradeiro, a partir de pistas inexploradas pelos agentes da Operação Bandeirante,¹⁹⁷ foi ao Rio de Janeiro, onde entrou em contato com oficiais do Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Uma vez em São Paulo, montou uma operação para capturar o dirigente – cerco que levaria ao assassinato de Marighella – sem nada comunicar aos agentes da Operação Bandeirante. Poucos meses depois, no dia 21 de março de 1970, o DOPS prendeu Shizuo Ozawa – conhecido como “Mário Japa” –, procurado militante da VPR, que havia estado na área de treinamento de guerrilhas do Vale do Ribeira. Tratava-se de uma presa importante, pois possuía informações que poderiam levar à captura do odiado capitão Carlos Lamarca, militar que havia desertado do 4º Regimento de Infantaria, levando armas e munições do próprio Exército para utilizar na guerrilha. Ao tomarem conhecimento da prisão, agentes da Operação Bandeirante invadiram o DOPS em busca do preso político, que o delegado Fleury recusara-se a enviar-lhes. Obrigado a ceder, Fleury, antes de entregar Shizuo Ozawa, pulou sobre o seu peito, quebrando-lhe várias costelas, a fim de impedir que seus colegas o interrogassem e soubessem do paradeiro de Lamarca. Dois dias depois, em represália, aumentou a pressão sobre a Secretaria de Segurança Pública, e Fleury foi transferido para o longínquo 41º Distrito Policial na Vila Rica, bairro da zona leste de São Paulo.¹⁹⁸

Ainda em março, um ofício do II Exército dirigido à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo registrava o descontentamento com a atitude do delegado. Embora não fizesse menção nominal a Fleury, criticava seu estilo excessivamente “personalista” e “promocional”, solicitava que se mantivesse o espírito de equipe e que se respeitasse a atribuição de cada órgão:

A adoção de orientação diferente da determinada no documento que criou a “OPERAÇÃO BANDEIRANTE” seria prejudicial, embora seja oportuno ressaltar que a iniciativa de cada órgão deve ser mantida nos seus trabalhos normais. [...]

Reafirmo a necessidade de que a troca de informações é fundamental, como também a centralização do interrogatório preliminar deva ser feita na Coordenação de Execução da OPERAÇÃO BANDEIRANTE [...]

4. A Coordenação de Execução da OPERAÇÃO BANDEIRANTE, tem fornecido ao Serviço Secreto do DEOPS/SP, tôdas as informações acêrca dos presos envolvidos em subversão e terrorismo e, os encaminha acompanhados de tôdas as provas materiais que tenha apreendido, bem com o resumo das declarações que tenham prestado.

¹⁹⁷ POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa*. São Paulo: Busca Vida, 1987, p. 190.

¹⁹⁸ FON, Antonio Carlos. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*, p. 52-35.

5. Como está previsto cabe ao DEOPS/SP o desenvolvimento da parte processual do subversivo terrorista, pela necessidade de ser a mesma também centralizada e pela alta experiência que aquele órgão tem no assunto.

6. Êste Exército teve conhecimento de que alguns delegados e investigadores do DEOPS/SP, por não terem ainda compreendido perfeitamente os métodos de trabalho da OPERAÇÃO BANDEIRANTE, vêm demonstrando pontos de vista que colidem com as normas atuais da Coordenação de Execução dessa Operação dando a impressão de discordância e de alguns desentendimentos.

A atual estrutura montada, cujos resultados alcançados são insofismáveis, não têm caráter personalista, sensacionalista e promocional dos trabalhos, e lhe dá sentido de equipe.¹⁹⁹

Em agosto do mesmo ano, Fleury foi socorrido pelo CENIMAR, com a prisão de um guerrilheiro bastante procurado pelos órgãos de repressão, Eduardo Leite – conhecido como “Bacuri” –, ex-militante da VPR e líder da Resistência Democrática (REDE). Eduardo Leite foi preso no Rio de Janeiro por agentes do órgão de informações da marinha e entregue ao delegado Fleury, que o utilizou como moeda de troca para retornar ao DOPS paulista. No entanto, só o entregou após tê-lo interrogado, juntamente com agentes do CENIMAR.

A passagem da Operação Bandeirante ao DOI foi feita sob o signo dessa disputa acirrada com os policiais civis do DOPS. O comandante da Coordenação de Execução da Operação Bandeirante, o tenente-coronel Waldyr Coelho, irritado com a concorrência que Fleury lhe fazia, exigiu que o então chefe do Estado-Maior do II Exército, o general Ernani Ayrosa da Silva, escolhesse entre ele e o delegado do DOPS. Waldyr Coelho foi transferido para a chefia da seção de informações da 2ª Divisão de Infantaria, e o DOI seria assumido pelo então major Carlos Alberto Brilhante Ustra, no dia 29 de setembro de 1970.

Em outubro de 1970, Joaquim Câmara Ferreira – conhecido como “Toledo” –, primeiro homem da ALN após a morte de Carlos Marighella, foi preso e morto por agentes do DOPS, que não haviam avisado o DOI sobre suas investigações. Toledo fora levado para o sítio clandestino onde Fleury interrogava com mais liberdade os militantes políticos presos por seus agentes. Na “Fazenda 31 de Março”, nome do centro clandestino de torturas, estavam outros militantes. Maurício Segall acompanhou a cena e narra os momentos que se seguiram à morte de Joaquim Câmara:

¹⁹⁹ *Ofício n° 78/E2*. 24/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 43, 7479, fls. 2-3.

O acampamento foi levantado e fomos levados para o DOPS e logo, a seguir, para a Oban. Os militares da Oban queriam saber onde era o sítio de Fleury e mostravam-se irritados com a morte de Toledo antes que tivessem tido a oportunidade de interrogá-lo.²⁰⁰

Os desentendimentos entre os dois órgãos assentavam-se sobre a primazia na captura e, principalmente, no interrogatório de presos políticos. Nos episódios mencionados, o envolvimento do CENIMAR demonstra que a disputa não se restringia às diferenças existentes entre um órgão comandado por militares e outro dirigido por um delegado ciente de sua fama. A associação entre o DOPS e o CENIMAR indica o incômodo que a preeminência do Exército provocava nas outras Forças. Ainda que os acontecimentos mais eloqüentes tenham se restringido a alguns casos, a parceria continuava e, eventualmente, os agentes do DOI tomavam conhecimento dela. Os presos políticos eram instrumentalizados pelo DOPS dentro de um equilíbrio frágil entre o desejo de apoderar-se dos militantes capturados pelo órgão – explorando as possibilidades de informação que pudessem ser coletadas – e as obrigações funcionais do sistema repressivo – que limitavam seu papel a mero formalizador de inquéritos. Desse modo, um dirigente da VAR Palmares relatava aos agentes do DOI, em agosto de 1970, que por pouco não fora enviado ao CENIMAR:

Declara, finalmente, que no seu primeiro dia de prisão no DEOPS/SP, julgou que seria enviado ao CENIMAR, pois assistiu a um telefonema, (não sabe se local ou interurbano) efetuado por um elemento, aparentando certa graduação na qualidade de delegado, e que comunicou ao seu interlocutor a prisão do depoente; na conversa o mesmo (provavelmente o delegado), disse que o depoente tinha implicações na Guanabara. O elemento que conversou ao telefone, tinha as seguintes características físicas: - alto aproximadamente 1,75m, pele morena-clara, idade aproximada de 40 anos, pêso normal, cabelos pretos e lisos, sem óculos e bigodes; usava paletó e gravata.

Que no telefonema, o depoente ouviu a palavra CENIMAR, daí ter feito a dedução supracitada.²⁰¹

Em outra circunstância, ocorrida em dezembro de 1971, os interrogadores do DOI seriam informados, por um militante da Ação Popular Marxista Leninista (APML),²⁰² que:

²⁰⁰ MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 55.

²⁰¹ *Interrogatório preliminar*. 26/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 93, 17562. Note-se que os agentes do DOI pediram a descrição física do agente que teria feito o contato com o CENIMAR.

²⁰² A APML foi a denominação dada à AP em 1971 pelos militantes remanescentes, quando um grande contingente de seus membros migrou para o PC do B. MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 486.

Seu nome verdadeiro [do militante “ÁLVARO”] foi omitido pelo declarante no DOPS, por conveniência das diligências por parte do CENIMAR, conforme foi o declarante orientado por um Oficial ali, que acertou êsse ponto com o Dr FLEURY, Delegado do DOPS; [...] Esclarece que a prisão dêsse militante precisa ser efetivada com cautela e através de um serviço perfeito de campana, para que possa a Polícia apanhá-lo junto com DUARTE BRASIL DO LAGO PACHECO PEREIRA (“ESTEVÃO” ou “ARNALDO”), segundo homem em importância na organização e com o qual êle mantém contato semanalmente, em local que o declarante desconhece. [...] que isto tudo foi omitido no interrogatório que fêz no DOPS para não prejudicar as diligências que êsse Departamento, através do Dr FLEURY, iria encetar conjugados com as do CENIMAR.²⁰³

Ou seja, o nome do militante em questão fora omitido no próprio interrogatório do DOPS para que essa informação não fosse transmitida a outros órgãos repressivos antes que o delegado Fleury e os agentes do CENIMAR tomassem as devidas providências para prender o companheiro do depoente, juntamente com o nº 2 da organização. Colaboração e competição corriam, assim, lado a lado. Conta o biógrafo de Fleury que, certa feita, o major Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante do DOI, foi interrogar um preso em uma cela do DOPS. O delegado não se opôs, mas ouviu toda a sessão por meio de uma escuta, sem que o major desconfiasse de nada.²⁰⁴

No DOPS, o interrogatório de indivíduos oriundos do DOI, já inquiridos por seguidas sessões, na teoria era mera formalidade, importante, no entanto, para fazer o registro oficial do depoimento do preso. Todavia, na esperança de obter alguma informação que tivesse escapado ao DOI, ocorria de o militante ser novamente inquirido. No verso do ofício de apresentação de um militante da Ala Vermelha do PC do B, encontra-se o seguinte texto, manuscrito e assinado por Fleury: “Ao Dr Andréa para: a) Reinquirir os presos; b) Diligenciar no que for possível, mesmo o que já foi feito antes mas que ainda possa dar em alguma coisa; c) Providenciar o resumo e devolver”.²⁰⁵

De fato, houve situações em que o delegado obteve sucesso em investigações a partir de pistas ignoradas pelo pessoal de análise de informações do DOI. Segundo o relato do advogado de presos políticos Luiz Eduardo Greenhalgh, o próprio Fleury queixara-se da incompetência de seus colegas:

²⁰³ *Perguntório*. 21/12/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 155, 32212

²⁰⁴ SOUZA, Percival de. *Autopsia do medo*, p. 483.

²⁰⁵ Verso do *Ofício nº 201-E/2-DOI*. 11/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 111-A, 21659.

Veza por outra ele dizia que o DOI ficava com o cara dois, três meses, matava e não sabia manipular a informação. Que depois de os restos do pessoal serem jogados no DEOPS, ele conseguiu prender o Marighella, conseguiu prender o Toledo, mesmo a questão do Lamarca foi ele quem mexeu. Não escondia de ninguém que o DOI era um bando de brutamontes que não tinha capacidade da manipulação das informações.²⁰⁶

O que estaria em jogo, ainda de acordo com o advogado, era a disputa do investimento que os empresários faziam na repressão. Era preciso demonstrar que sua atuação era muito mais efetiva e competente, e que o DOPS não tinha uma estrutura condizente com seus méritos.²⁰⁷

A despeito das desavenças e disputas, de modo geral, o sistema repressivo funcionava dentro de uma lógica de colaboração e de troca de informações, mesmo entre as três Forças. Ao menos é o que parece indicar esta observação incluída ao final do depoimento de um militante da Ação Popular (AP):

Que o interrogatório, no que tange ao reconhecimento fotográfico, ficou prejudicado em parte, visto que este DOI carece de álbum específico da AP; que, diante disso, sugere-se que seja solicitada a colaboração do CENIMAR, órgão de informação especializado em militantes da referida organização.²⁰⁸

O funcionamento do DOI pressupunha esse apoio, pois carecia de infra-estrutura: “Era uma unidade com uma peculiaridade: não tinha serviços, não tinha burocracia. Tinha de ser acoplada a outra unidade qualquer para prover rancho, toda a espécie de apoio logístico, prover tudo.²⁰⁹ Para desenvolver devidamente suas atividades, contava cotidianamente com os serviços da Secretaria de Segurança Pública (Instituto Médico Legal, DOPS, laudos periciais e médicos). A freqüente transferência de detidos políticos de um órgão repressivo a outro, às vezes localizados em outra cidade ou estado, também atesta o intercâmbio entre os vários órgãos militares. Dentro do esquema de informações, tem fundamental importância o que já se sabe e o que se pretende saber sobre determinada pessoa, organização ou ação. Quanto mais se sabe, mais fácil é chegar ao que se quer saber – como num quebra-cabeças em que a visualização da imagem depende do número de peças encaixadas. Cada organismo, tendo efetuado suas próprias investigações, tinha suas questões a fazer a esse ou àquele preso

²⁰⁶ POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa*, p. 190.

²⁰⁷ POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa*, p. 190-191.

²⁰⁸ *Interrogatório preliminar*. 30/04/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 137, 28723.

²⁰⁹ Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, publicado em D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 52.

político, em função do material previamente coletado. Desse modo, um militante poderia ser precioso na disputa entre os órgãos repressivos – em busca de prestígio –, mas também funcionava como moeda de barganha entre eles ou como elemento de cooperação entre uns e outros, dentro do projeto de sujeição da opinião dissidente.

As influências externas

Do ponto de vista das influências externas na adoção do modelo da Operação Bandeirante, há duas matrizes que se destacam: a norte-americana e a francesa. Há que se distinguir, além disso, dois tipos distintos de influência: aquela que diz respeito à estrutura do órgão e aquela que se refere ao aspecto mais teórico, à maneira de vislumbrar o conflito e as estratégias para combatê-lo ou evitá-lo.

A matriz norte-americana teve sem sombra de dúvidas forte influência sobre as Forças Armadas brasileiras, sobretudo no campo teórico. O alinhamento do Brasil com o bloco comandado pelos Estados Unidos remonta à participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), junto ao V Exército dos Estados Unidos, na Campanha da Itália, na Segunda Guerra Mundial.²¹⁰ A intensa relação de camaradagem que se estabeleceu entre os oficiais dos dois países acabaria por desembocar na fundação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949. Diferentemente de seu modelo, o National War College norte-americano, a ESG contaria, em seus quadros profissionais, com uma importante participação de civis das classes mais altas.²¹¹ O apoio norte-americano à repressão política durante o regime militar deu-se, entre outras coisas, por meio da cessão de equipamentos de tortura e de cursos de formação oferecidos a militares de toda a América Latina, em que vários métodos de combate e de interrogatório eram ensinados.²¹²

Martha Huggins estudou a criação da Operação Bandeirante e do DOI-CODI sob a ótica do Office of Public Safety (OPS), programa norte-americano de cooperação policial entre os Estados Unidos e países da América Latina. A autora levanta um aspecto pouco conhecido da Operação Bandeirante, que, além da captura e interrogatório de militantes de esquerda, procurou desenvolver uma campanha de propaganda junto à população civil,

²¹⁰ AQUINO, Maria Aparecida. *Mudanças e permanências*, p. 27.

²¹¹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*, p. 28.

²¹² GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 259.

estimulando-a no sentido de colaborar com correntes telefônicas e postais, difundindo boatos “terroristas” e disseminando informantes em várias organizações civis, com o intuito de vigiar possíveis “subversivos”. Huggins compara a estrutura do órgão com o Programa Phoenix, instituído no Vietnã do Sul em 1967, com apoio financeiro dos Estados Unidos. Lembra também que, no Seminário de Segurança Interna em que foi feita a primeira proposta para integrar o trabalho das forças repressivas, os organizadores do evento reconheceram o estímulo dos representantes da OPS para promover essa unificação.²¹³ Posteriormente, as relações entre os funcionários da diplomacia norte-americana e o órgão que viria a ser criado para consumir a integração seriam estreitas.²¹⁴

Para Elio Gaspari, o modelo de ação anti-subversiva do Vietnã não teria convindo aos militares brasileiros, pela sua ineficiência, ao passo que o sistema francês mostrara-se muito eficaz: “Nos três meses de duração, a Batalha de Argel foi o maior triunfo de uma unidade antiinsurrecional nos tempos modernos”.²¹⁵ De acordo com o autor, “essa célula repressiva [Operação Bandeirante] era uma anomalia na estrutura militar convencional. Na originalidade e na autonomia, assemelhava-se ao dispositivo montado pelo general Massu em Argel”.²¹⁶ Com efeito, em 1957 um novo centro de coordenação era criado na Argélia, o serviço Reinsegnement Action Protection (RAP), como resposta à inadequação dos serviços de informação e à natureza das táticas desenvolvidas pelo adversário, os independentistas argelinos. Aos RAP, subordinavam-se os Détachement Opérationnel de Protéction (DOP). Esses últimos assemelhavam-se muito aos DOIs e eram, como os seus congêneres, subordinados ao *Deuxième bureau* (algo equivalente à 2ª Seção do Exército), embora gozassem, operacionalmente, de uma autonomia considerável. As características desse destacamento não deixam dúvidas a respeito da proximidade organizacional e funcional em relação ao DOI brasileiro: organismo militar, mas de composição mista (incluindo policiais e gendarmes²¹⁷) e flexível – variando de acordo com a área de atuação –, especializado na guerra anti-subversiva, responsável por operações de informação e de captura de suspeitos,

²¹³ HUGGINS, Martha. *Polícia e política*, p. 176 e 177.

²¹⁴ Elio Gaspari cita o caso de um funcionário do consulado norte-americano em São Paulo que chegava a ler os depoimentos dos presos no DOI. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 299.

²¹⁵ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 32.

²¹⁶ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 60. Gaspari estabelece essa comparação desde 1986, quando publicou um artigo na revista *Veja* intitulado “O tamanho dos porões”, de 10 set. 1986, no qual afirma que “O massuismo foi a moeda corrente na cúpula militar brasileira a partir de 1969”, p. 42.

²¹⁷ Militar pertencente a um tipo especial de corporação, que tem o encargo de velar pela ordem e segurança pública na França e em alguns outros países.

encarregado do interrogatório dos presos políticos – detidos pelo próprio órgão ou para lá conduzidos pelas diversas forças de ordem –, dotado de grande autonomia e cuja missão central residia na coordenação das forças repressivas.²¹⁸

No tocante à doutrina que forneceria o embasamento teórico para o combate ao novo tipo de guerra que apontava no horizonte brasileiro – a guerra revolucionária – há certa controvérsia. Autores como Maria Helena Moreira Alves e Joseph Comblin tendem a dar um destaque à Doutrina de Segurança Nacional – desenvolvida pela Escola Superior de Guerra sob inspiração norte-americana –, que seus críticos reputam excessivo.²¹⁹ Elio Gaspari, por exemplo, questiona a efetividade dessa doutrina. Para o autor, o sistema repressivo pautou-se por práticas policiais e serviu-se dela unicamente para justificar seus métodos violentos.²²⁰ Na realidade, o próprio Joseph Comblin, na introdução de seu livro sobre a Doutrina de Segurança Nacional, comenta que é surpreendente encontrar nos países da América Latina numerosas traduções de obras produzidas por generais e coronéis franceses que lutaram na guerra da Argélia, demonstrando que há uma espécie de relação entre a doutrina e o modelo francês de guerra anti-subversiva.

João Roberto Martins Filho mostra a estreita relação desenvolvida entre o regime militar brasileiro e a doutrina francesa sobre a guerra revolucionária. Os franceses, segundo o autor, teriam sido pioneiros em identificar e refletir sobre um conflito cuja principal característica residia na “indistinção entre política, ideologia e operações militares que ela punha em funcionamento”.²²¹ A doutrina francesa localizava no controle das informações e na unificação dos comandos político e militar as armas centrais para o combate à guerra revolucionária, assentada na ação psicológica e na doutrinação ideológica, de caráter insidioso e subliminar.²²² O general Octávio Costa confirma a importância que adquiriu, entre os

²¹⁸ BRANCHE, Raphaëlle. *La torture et l'armée pendant la guerre d'Algérie – 1954-1962*. Paris: Gallimard, 2001, p. 197-200.

²¹⁹ MOREIRA, Maria Helena. *Estado e oposição no Brasil*; COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional*.

²²⁰ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*, p. 39-40.

²²¹ MARTINS FILHO, João Roberto. A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964. In: *THE CULTURES OF DICTATORSHIP: HISTORICAL REFLECTIONS ON THE BRAZILIAN GOLPE OF 1964*. 14-16 out. 2004. Universidade de Maryland, Estados Unidos, 2004. Agradeço ao professor a gentileza de ter me enviado uma cópia do artigo.

²²² MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia, p. 6-7. Uma das formas nas quais se revestiu a aplicação da doutrina francesa em São Paulo foi a instrução dada a porteiros e zeladores de edifícios no sentido de fazer o cadastro de todos os moradores regulares e de denunciar qualquer atividade ou presença suspeita. FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (Org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*, p. 45.

círculos das Forças Armadas brasileiras, o pensamento militar francês, desde o início da década de 1960, quando surge, no seio da Escola Superior de Guerra, a preocupação com a guerra interna:

Comete-se grande injustiça debitando aos americanos a inspiração do movimento de 64. A guerra que se estudava nas escolas francesas era a guerra insurrecional, a guerra revolucionária. Como nunca deixamos de mandar estudantes à Escola Superior de Guerra de Paris, nossos oficiais voltaram com esse material na mão, toda a racionalização francesa sobre o assunto. Isso entrou pelo canal da nossa ESG, e foi ela que lançou as idéias sobre as guerras insurrecional e revolucionária e passou a nelas identificar o quadro na nossa própria possível guerra.²²³

Talvez o melhor instrumento para julgar a efetiva influência de americanos²²⁴ e franceses junto aos órgãos repressivos brasileiros – especialmente no que diz respeito ao DOI – seja a palestra que o comandante da Coordenação de Execução da Operação Bandeirante, tenente-coronel Waldyr Coelho, ministrou aos alunos do I Curso Superior de Polícia, em 1970. Já na introdução, afirma que “o mundo atual está nitidamente dividido por duas ideologias antagônicas e inconciliáveis: o comunismo e a democracia”,²²⁵ apresentando uma das idéias centrais da Doutrina de Segurança Nacional, a bipolaridade entre o Ocidente democrático e cristão e o Oriente comunista e ateu. O tema é desenvolvido sempre numa perspectiva de responder ao inimigo, ao qual é atribuído o ônus da iniciativa:

A expansão – que é da própria doutrina marxista-leninista – é, pois, um imperativo, de vez que, dizem eles, a revolução só terminará quando fôr implantada no mundo a “sociedade sem classes”, ou, em outras palavras, quando tôda a humanidade estiver comunizada.

Por outro lado, o mundo ocidental – na defesa de seus ideais de liberdade – está decidido a conter a pretendida expansão comunista e dispõe-se a manter o “status quo” atual a qualquer custo.²²⁶

²²³ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Org.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 78.

²²⁴ Em levantamento realizado pelo grupo Tortura Nunca Mais de alunos e instrutores brasileiros na *School of Americas* – famoso centro de treinamento militar de latino-americanos situado no Fort Benning – entre 1954 e 1995, aponta um único nome proveniente do DOI-CODI paulista: o capitão-aviador Francisco Renato Mello. Consta, nessa mesma lista, o nome do capitão da Cavalaria do Exército Francisco Paulo Manhães, que teria sido comissionado no DOI-CODI carioca em 1969, no CIE-RS entre 1970 e 1972 e na brigada de pára-quedistas que combateu a guerrilha do Araguaia. Disponível em: <www.torturanuncamaisrj.org.br/sa/Denuncias.asp?Codigo104&Pesq=torturadores>. Acesso em: 15 jul. 2007.

²²⁵ *A guerra revolucionária*. 1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15602, fl. 1.

²²⁶ *A guerra revolucionária*. 1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15602, fl. 1.

A definição da guerra revolucionária ou subversiva, recomendada pelo Estado-Maior da Forças Armadas e adotada pelo Exército, assemelhava-se àquela elaborada pelos militares franceses. Em ambos os casos tratava-se de uma guerra interna, mas inserida no contexto de oposição dos dois blocos, o que lhe dava uma dimensão internacional – seja pela ajuda concreta, seja pelo apoio ideológico de outras nações. Essa guerra comportava ações de naturezas bem distintas – políticas, sociais, econômicas, psicológicas, militares – visando à tomada do poder e sua substituição por um outro regime. A estratégia empregada visava explorar as tensões internas do país, e seu objetivo maior residia no controle da população.²²⁷ Na conclusão de sua palestra, o tenente-coronel Waldyr Coelho citava explicitamente os franceses: “A GR [Guerra Revolucionária] é um tipo diferente das demais guerras, porque nela não há luta aberta entre exércitos. Na definição feliz dos franceses, ‘a GR é uma luta abstrata contra um inimigo invisível’”.²²⁸

A despeito da incontestável combinação das influências norte-americana e francesa, tanto a Operação Bandeirante quanto o DOI-CODI foram plenamente adaptados à realidade nacional a ponto de não apenas serem considerados um produto de criação própria, como também de serem repassados a outros países da América Latina, servindo de modelo de organização repressiva.²²⁹ Na visão dos militares, tratava-se do fruto de uma “vasta experiência operacional”:

Essa prática operacional evoluiu para uma doutrina de Operações de Informações, peculiares e perfeitamente adaptadas ao ambiente da Contra-Subversão no Brasil. Desta forma deixou-se de traduzir e copiar para aplicar. Assim, dentro das nossas características, moldadas ao nosso ambiente e ao nosso homem, nasceu e forjou-se uma doutrina de Operações de Informações, específicas da Contra-Subversão no Brasil.²³⁰

²²⁷ *A guerra revolucionária*. 1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15602, fl. 1. Ver também TRINQUIER, Roger. *La guerre moderne*. Paris: La Table Ronde, 1961, p. 15-16.

²²⁸ *A guerra revolucionária*. 1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15602, fl. 14.

²²⁹ Percival de Souza cita o Chile, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia, países que mandaram agentes para o curso da Escola Nacional de Informações (EsNI), em Brasília. SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo*, p. 477. Segundo a Apostila de Segurança Interna, “Para todos os brasileiros que tiveram oportunidade de manter contato com os oficiais de Informações do exército argentino, chileno e uruguaio, é reconfortante ouvir o testemunho desses oficiais que, ao estudarem o nosso SISSEGIN, sentem que estamos certos e ficam admirados de ser ele uma criação inteiramente nossa”. *Apostila Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN*. [1974?], cap. 2, p. 44.

²³⁰ *Apostila Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN*. [1974?], cap. 2, p. 27. É preciso levar em conta também que a experiência francesa, vitoriosa militarmente, representou um rotundo fracasso do ponto de vista político, pois a guerra concluiu-se com a independência argelina. Os militares brasileiros não estavam alheios a esse fracasso, como consta nesta reflexão, transcrita de um IPM: “Está perdido aquele que enfrentar uma guerra

Do ponto de vista das técnicas utilizadas nos interrogatórios, notadamente a tortura, os interrogadores brasileiros beneficiavam-se de uma longa tradição no emprego desse método: “É uma tolice a idéia de que os brasileiros aprenderam a torturar com os norte-americanos”.²³¹ Ainda que o *know-how* norte-americano possa ter dado sua contribuição, particularmente no emprego de equipamentos eletrônicos, na alternância de tortura física com a tortura psicológica e na sistematização dos métodos de obtenção de informações, tinha um caráter eminentemente complementar.²³²

1.3 Tragédia em Três Atos

A atuação da Operação Bandeirante – e, em seguida, do DOI-CODI – definiu-se, em grande parte, em função de sua razão de ser: reprimir a oposição política ao regime militar. O órgão foi criado com esse objetivo e sobreviveu ao fim das organizações de luta armada e ao desmantelamento da direção dos partidos comunistas apenas por alguns anos. A tragédia em três atos – destruição das organizações da esquerda; combate aos partidos comunistas (PCB e PC do B); e terrorismo de direita voltado contra entidades da oposição legal – corresponde às três fases de sua curta e contundente trajetória.

A destruição das organizações de esquerda

Os primeiros anos de funcionamento do órgão foram dedicados principalmente ao combate às organizações da esquerda armada. Nessa primeira fase, limitou-se a fazer o

revolucionária, alheio às peculiaridades do local e do tempo em que ela se desenvolve. Os franceses estudaram profundamente este tipo de guerra. E foram derrotados na Indochina e na Argélia. Não podemos absolutamente aplicar no Brasil o padrão indochinês ou argelino. Temos que considerar a guerra revolucionária, como se ela se realiza no Brasil e nos dias de hoje [...]. Dessa maneira, tudo o que considerarmos sob o ponto de vista doutrinário tem um valor essencialmente relativo”. Inquérito Policial Militar nº 709. *Apud* MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia, p. 5. Todavia, não se tirou a lição mais profunda que a guerra da Argélia deixara como herança. A derrota política deveu-se ao mesmo elemento que permitiu a vitória militar: o uso sistemático, indiscriminado e intensivo da violência, especialmente da tortura e do assassinato, como métodos de interrogatório, intimidação e submissão.

²³¹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 258

²³² GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 304.

acompanhamento das atividades do Partido Comunista Brasileiro (PCB)²³³ – que havia optado por uma oposição pacífica – e algumas prisões eventuais de seus membros.²³⁴

Ainda que a guerrilha urbana representasse um novo tipo de contestação social, os DOIs, assim como outros órgãos repressivos, foram rapidamente inteirando-se de seu modo de funcionamento. Como indica Maria Aparecida de Aquino:

A compreensão da estrutura complexa das organizações clandestinas se deu para o aparato repressivo no processo de desarticulação das mesmas. Assim, em nosso entendimento, à medida da necessidade, novas estratégias de destruição dos agrupamentos de luta armada foram sendo construídas até o desbaratamento quase completo das mesmas.²³⁵

Por outro lado, conforme o tempo passava, as organizações de esquerda iam perdendo o apoio da população, pela má repercussão provocada pelas ações armadas com vítimas mortais e pela euforia causada com a reanimação da economia, promovida pelo “milagre econômico”.²³⁶ Além disso, simpatizantes e militantes afastavam-se por incompatibilizarem-se com a luta armada. Vendo sua militância destroçada por um aparelho repressivo cada vez mais coordenado e bem informado, e sem condições de renovar os seus quadros, as organizações de esquerda entraram num círculo vicioso de realizar ações de expropriação destinadas não a fins políticos, em vista do financiamento da revolução, mas à mera manutenção de seus militantes profissionalizados e de vida clandestina.²³⁷ Não se pode esquecer, igualmente, que essas organizações possuíam pouca experiência no campo da guerrilha urbana. Ademais, tiveram dificuldades em conciliar as exigências de sigilo demandadas pela dura perseguição conduzida pela repressão política com a necessidade de expor e propagandear suas ações e sua ideologia, tanto entre seus próprios militantes quanto junto à população, que desejavam conscientizar e cuja simpatia procuravam atrair para engrossar suas fileiras.

²³³ O PCB surgiu em 1922, influenciado pela Revolução Russa e pelo movimento operário e sindical, e, em sua história, passou por muitos períodos de clandestinidade. Com o golpe de 1964, sofreu várias dissidências, em função da linha política adotada por seus dirigentes, que optaram por não organizar a luta armada. MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 302.

²³⁴ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 264.

²³⁵ AQUINO, Maria Aparecida de. A especificidade do regime militar brasileiro, p. 282.

²³⁶ “Milagre econômico” foi a expressão pela qual ficou conhecida a fase de excepcional crescimento econômico que o país experimentou entre 1968 e 1973, com vertiginoso crescimento do Produto Interno Bruto (de 1967 a 1973, chegou a 88,4%), da indústria (aumento de 111,2%) e das exportações (aumento de 319,8%). JOFFILY, Bernardo. *Brasil: 500 anos*, p. 195.

²³⁷ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 173.

Segundo Jacob Gorender, durante o regime militar houve duas inflexões de peso. A primeira seria o fim dos privilégios dos integrantes da classe média, que também passaram a ser vítimas da tortura: “Nem mesmo relações familiares de alto nível no meio militar conseguiam aliviar a situação dos suspeitos de subversão”.²³⁸ A segunda inflexão seria o envolvimento, em larga escala, das Forças Armadas na repressão policial e no emprego da tortura. Como bem ressaltam Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro:

Jamais, em qualquer época, a instituição militar esteve tão diretamente envolvida com as atividades de repressão política. Mais do que isso, as Forças Armadas, naquele espaço de tempo, detiveram, soberanas, o monopólio da coerção político-ideológica.²³⁹

Por ter destruído, ou pelo menos desarticulado, as organizações de esquerda armada e outras, de cunho pacífico, a atuação do DOI de São Paulo foi considerada bastante eficiente, gozando de enorme prestígio junto aos admiradores da Forças Armadas. Exemplo disso é o caso anedótico de um supervisor de vendas que, na noite paulistana, se fazia passar por agente do órgão, conforme seu próprio depoimento em interrogatório preliminar:

Declarou que é um profundo admirador das atividades militares; que devido a essa espécie de vocação, algumas vezes tem passado por oficial do Exército e outras vezes por elemento da Operação Bandeirante; [...] Que recentemente, há um mês aproximadamente, disse na Boite Belo Brumel, na Rua Augusta, que era membro da Operação Bandeirante apenas com intensão de se fazer passar por importante; [...] Que em outras oportunidades já disse ser Oficial do Exército prestando serviço à Operação Bandeirante, mas sempre com a intensão de participar e conviver dos meios policiais.

Que até hoje nunca tirou nenhum proveito pessoal, por fôrça de tal pretensão.

Que lamenta imensamente ter tomado tais atitudes, estando hoje completamente arrependido de tê-las praticado, uma vêz que avaliou a gravidade das mesmas.²⁴⁰

É preciso dizer que o órgão teve a seu favor não apenas a disponibilização de uma vasta rede de apoio – incluindo as Forças Armadas, as forças policiais e segmentos da elite

²³⁸ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 257. Gorender cita o caso do general Cordeiro de Farias, que, durante o governo Médici, não pôde aliviar a situação da filha de sua prima, Lúcia Murat, presa no DOI-CODI do Rio de Janeiro. Gaspari cita mais exemplos: “Entre 1972 e 1973, dois generais [Cristóvão Massa e Othon Bastos] e um coronel [João Luiz de Moraes] viram os filhos desaparecerem e não puderam expor publicamente sua dor”. GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 208.

²³⁹ D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 10.

²⁴⁰ *Interrogatório preliminar*. 03/01/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15659.

paulista – como a possibilidade de agir com uma truculência considerável. O fato de combater grupos com divisões internas, cujos integrantes estavam submersos na clandestinidade e nos quais a falta de experiência muitas vezes cobrou um preço altíssimo, também contribuiu para aumentar a desproporção das forças que se opunham. Esse dado não escapou à atenção dos agentes do DOI:

Tais organizações enfrentam, no entanto, divergências, representadas principalmente pela falta de unidade de pensamento no tocante à deflagração e condução da guerrilha. [...]

c. Essas divergências, aliadas à inexistência de um líder autêntico de âmbito nacional e ao personalismo dos Chefes das organizações subversivo-terroristas, têm sido um entrave à união das Vanguardas em torno de um objetivo comum.

Tal aliança, é obvio, não interessa às fôrças legais, uma vez que é mais fácil batê-las por partes do que como um todo.

d. Algumas organizações subversivo-terroristas últimamente têm atuado em conjunto, mais em razão de estarem enfraquecidas pelas inúmeras perdas sofridas, do que por quaisquer outros motivos. Em tais circunstâncias, associam-se momentaneamente para ações específicas a fim de obter recursos para poderem sobreviver.²⁴¹

Todavia, deve-se matizar a tão propalada competência do DOI. As capturas, feitas com grande alarde, freqüentemente preveniam outros militantes dos perigos de se aproximar do local, como atesta esta transcrição de interrogatório:

Confirma suas declarações anteriores, acrescentando que o esquema policial montado à Rua Turmalina para prender LAERTE DORNELLES MELIGA (“FLÁVIO”), na opinião do declarante, queimou o ponto, pois, a movimentação dos policiais no local era perfeitamente percebível por qualquer um, principalmente por “FLÁVIO”²⁴²

Ademais, os militantes reconheciam os carros utilizados pelo órgão, como demonstra este outro trecho de depoimento: “que sabe que qualquer elemento subversivo tem em conta que as peruas Chevrolet C-14 pertencem a elementos de repressão e por medida de precaução fogem de qualquer uma que avistem em qualquer situação”.²⁴³

As equipes de interrogatório preliminar e de análise também cometiam seus erros. Há pelo menos dois casos em que souberam, por interrogatórios ou material apreendido, do

²⁴¹ *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. 10/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15602, fl. 36.

²⁴² *Interrogatório preliminar*. 17/12/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 99, 18856.

²⁴³ *Interrogatório preliminar*. 16/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 171, 35511.

planejamento de ações importantes e, mesmo detendo essas informações, foram incapazes de evitar sua efetivação. O primeiro caso ocorreu no primeiro semestre de 1970. Maria do Carmo Brito, integrante do Comando Nacional da VPR, foi presa no dia 18 de abril, na Guanabara, por agentes do CODI do I Exército. Em seu “aparelho”, foi apreendido farto material da organização, em meio ao qual se encontrava um levantamento para o seqüestro do embaixador alemão.²⁴⁴ No dia 11 de junho do mesmo ano, o seqüestro do embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil, Ehrenfried von Holleben, por um comando conjunto da VPR e da ALN, custava ao governo militar a libertação de 40 presos políticos.

O segundo deu-se no ano seguinte. Um militante da VPR, preso no momento em que cobria um “ponto” com um companheiro em Porto Alegre, foi preso por agentes do DOPS e enviado ao DOI. Neste último, em sessão de interrogatório preliminar, ele declarou à equipe B:

Que confirma suas declarações anteriores. Que o depoente há 3 semanas atras quando foi juntamente com GREGÓRIO MENDONÇA (“FUMAÇA”) cobrir um “ponto”, na rua Estados Unidos, altura do nº 1000, com “ZORRO” (ou “REI”) do MRT, recebeu a incumbência de proceder a um “levantamento” na rua Estados Unidos nº 1130 (ou 1031) onde residia o “diretor financeiro da OBAN”. Que estaria ligado ao grupo ultra. Que tanto o declarante como GREGÓRIO MENDONÇA (“FUMAÇA”) participaram dêsse “levantamento” e constataram que essa pessoa saia todos os dias de sua casa, por volta das 0900 às 0930 hs em um galaxie. [...] que a finalidade do mesmo seria o sequestro com o fim de fazer um “justiçamento” ou uma troca por dinheiro.²⁴⁵

No mês seguinte, no dia 15 de abril de 1971, um comando conjunto do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)²⁴⁶ e da ALN executava o presidente da Ultragás e diretor da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), o norueguês naturalizado brasileiro Henning Boilesen, em São Paulo, por ser ativo colaborador do DOI, desde os tempos da Operação Bandeirante. Pouco mais de uma hora após o fato ter sido consumado, os interrogadores da equipe A ouviam a descrição da cena por uma testemunha convidada a depor:

²⁴⁴ Esses dados estão contidos no ofício de apresentação enviado de Maria do Carmo Brito, enviado pelo DOI ao DOPS. *Ofício nº 583/OB*. 26/05/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 77, 13879.

²⁴⁵ *Interrogatório preliminar*. 06/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 171, 35556.

²⁴⁶ O MRT originou-se de uma cisão da Ala Vermelha, em 1969. Reuniu parte do grupo que realizava ações de luta armada e que não concordou com o processo de autocritica da Ala em relação a essa prática. MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 220.

Declarou que trabalha como motorista na entrega de Leite da Companhia Leco, a região do Jardim América. Que hoje por volta das 0915 horas, quando procedia a distribuição, viu no cruzamento da Rua Barão de Capanema, esquina com a Alameda Casa Branca, dois Volks azuis fecharem um Galaxie, também de côr azul, descendo em seguida dos Volks, três elementos armados de metralhadoras os quais passaram a atirar contra o motorista do Galaxie que tentava correr após deixar o auto. O depoente viu perfeitamente quando o motorista do Galaxie [Henning Boilesen] ainda tentava fugir da sanha criminosa de seus algozes, mas tombou próximo a um Volks que estava estacionado. Os três assassinos ainda deram várias rajadas de metralhadoras no corpo já inerte do motorista do Galaxie; que presenciou ainda quando um dos elementos jogou papéis para o alto e entrou num dos Volks. Os dois Volks desceram a Alameda Casa Branca intimidando os autos que se aproximavam deles com as metralhadoras que portavam; que ao todo eram cinco elementos que participaram da ação, sendo que dois permaneceram nos Volks e os outros três desceram para participar o assassinato da forma violenta em que foi realizado. [...] Que soube que na rua Azevedo Amaral, havia também uma mulher ferida em consequência do tiroteio.²⁴⁷

A guerrilha urbana, ainda que cercada, produzia atos de intensa repercussão pública. A reação não tardou a chegar. Na área sob jurisdição do II Exército – desde janeiro de 1971, sob o comando do general Humberto de Sousa Melo –, a política em relação aos militantes de esquerda passou a ser de extermínio. Isso ocorreu especialmente com algumas categorias, como a dos banidos.²⁴⁸ A regra durante o governo Médici, segundo suas próprias palavras, era atirar: “Quando invadirem um aparelho, vocês têm que invadir metralhando. Nós estamos numa guerra e não podemos sacrificar os nossos”.²⁴⁹ No ano seguinte foram criados alguns grupos clandestinos, treinados para matar. As técnicas de execução e de ocultação de cadáveres, segundo Antonio Carlos Fon, foram aprendidas na escola de contra-insurreição do Panamá, mantida pelo governo dos Estados Unidos.²⁵⁰ Em fins de 1973 a maior parte das organizações da esquerda havia sido desarticulada, seus militantes presos, banidos, exilados ou assassinados. Enquanto isso, 90 integrantes do DOI-CODI do II Exército foram condecorados com a Medalha do Pacificador com Palma.²⁵¹ Porém, a “guerra suja” ainda estava longe de acabar.²⁵²

²⁴⁷ *Interrogatório preliminar*. 15/04/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 111, 21404.

²⁴⁸ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 380-383. Entre 1971 e 1973 foram capturados dez militantes banidos; nenhum deles sobreviveu.

²⁴⁹ *Apud* SCARTEZINI, A. C. *Segredos de Médici*. São Paulo: Marco Zero. 1985, p. 36.

²⁵⁰ FON, Antonio Carlos. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*, p. 45.

²⁵¹ *Apostila Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN*. [1974?], cap. 2, p. 41.

²⁵² USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 413.

O ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto, que trabalhou como agente de análise de informações no DOI de São Paulo, denunciou, em entrevista à revista *Veja*, realizada em 1992, a existência de centros de tortura e assassinato mantidos pelo II Exército. Houve um na zona sul, criado em 1972, outro numa casa do bairro Ipiranga, no final de 1973, e ainda um terceiro na estrada de Itapevi, mais tarde substituídos pela “Fazenda 31 de Março”, em Parelheiros.²⁵³ Os agentes do DOI agiam com grande profissionalismo, o que incluía a amputação das falangetas dos dedos para impedir o reconhecimento das impressões digitais, técnicas para que o corpo, uma vez jogado num rio, não emergisse, e enterro disperso das diversas partes do corpo.²⁵⁴ Esses aparelhos eram dispositivos complementares, autorizados pelos superiores, mediante a autonomia concedida ao órgão. Nas palavras de Elio Gaspari, “O aparelho refletia onipotência e anarquia, jamais indisciplina”.²⁵⁵

O recurso ao “desaparecimento”²⁵⁶ de presos políticos, embora já existente desde 1964, passou a ser empregado com maior frequência, aumentando expressivamente em 1971 e atingindo seu auge em 1974.²⁵⁷ Evitavam-se, dessa maneira, as versões já desgastadas de “tiroteio”, “atropelamento”, “suicídio” e “tentativa de fuga” para mortes ocorridas em dependências militares ou em sítios clandestinos de tortura:

A condição de desaparecido corresponde ao estágio maior do grau de repressão política em um dado país. Isso porque impede, desde logo, a aplicação dos dispositivos legais estabelecidos em defesa da liberdade pessoal, da integridade física, da dignidade e da própria vida humana, o que constitui um confortável recurso, cada vez mais utilizado pela repressão.²⁵⁸

²⁵³ Inicialmente a fazenda *31 de Março* pertencia exclusivamente ao DOPS.

²⁵⁴ A lei da barbárie. *Veja*, 18 nov. 1992, p. 22-24.

²⁵⁵ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 379.

²⁵⁶ São considerados desaparecidos aqueles que foram assassinados por agentes repressivos, sem que tenha havido um reconhecimento oficial de sua morte por parte do Estado.

²⁵⁷ Segundo levantamento efetuado a partir do relatório da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, o número de desaparecidos distribuiu-se da seguinte maneira: três em 1964, um em 1965, dois em 1969, seis em 1970, 16 em 1971, 23 em 1972, 31 em 1973, 54 em 1974, nove em 1975, três em 1976, um em 1978 e um em 1982 (a contagem inclui os desaparecidos da Guerrilha do Araguaia). COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Ver dados mais completos nos anexos.

²⁵⁸ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*, p. 260.

O combate aos partidos comunistas

Em 1973, à medida que as organizações armadas foram sendo destruídas, as atenções do DOI e da máquina repressiva começaram a voltar-se na direção dos dois partidos comunistas que não haviam participado da guerrilha urbana, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B).²⁵⁹ O sistema repressivo reconhecia que o “terrorismo” fora vencido, mas mantinha viva a ameaça, considerando-a ainda atual, em estado “latente”, conforme relatório do II Exército:

o desbaratamento das organizações terroristas revelou a inviabilidade da solução “militarista”, sem o apoio popular, para a tomada do poder. Com isso, os inimigos da Revolução sentiram a necessidade de intensificar o trabalho de massa cujos resultados poderão criar novas condições ou oportunidades para a reativação do terrorismo que, não obstante as derrotas sofridas, continua em estado latente.²⁶⁰

Aos poucos, a ameaça ia sendo construída, tomando uma forma adaptada à conjuntura política do país, que vivia os últimos momentos do período mais duro do regime militar. Em outro relatório, podia-se pressentir para onde se estava encaminhando a energia repressiva:

Houve um aproveitamento da sensação de “abertura” propiciada pela conjuntura eleitoral e pelos índices divulgados pelos órgãos oficiais.

Sente-se que está havendo infiltração do PCB no meio trabalhista e nota-se que ele está tendo o cuidado de se utilizar de nomes sem antecedentes.²⁶¹

As eleições de 1974, nas quais o partido oficial opositor, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), recebeu uma votação massiva de setores da esquerda, permitindo que candidatos apoiados pelos partidos comunistas se elessem, acirraram ainda mais os ânimos. O DOI, mais uma vez, preparava-se para a guerra, agora já sob o comando do tenente coronel Audir Santos Maciel e secundado pelo major Dalmo Lúcio Muniz Cyrillo.²⁶² Em março de 1975 seus agentes elaboraram um extenso documento, em que faziam uma

²⁵⁹ O PC do B foi organizado em 1962 por dirigentes do PCB que romperam com o Partido Comunista por discordarem do apoio dado à linha política revisionista adotada pelo PC Russo, a partir de 1956. Ambos – PCB e PC do B – consideraram-se a continuidade do partido fundado em 1922. MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 166.

²⁶⁰ *Relatório Periódico de Informações nº 04/1974*. 04/1974. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 183, 37441, fl. 15.

²⁶¹ *Relatório Periódico de Informações nº 09/1974*. 09/1974. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 196, 39835, fl. 41.

²⁶² SOUZA, Percival de. *Autopsia do medo*, p. 208.

análise da estrutura e da política do PCB em relação às eleições e à aliança com o MDB, a partir de artigos do órgão de imprensa do Partido, o jornal *Voz Operária*, e de manifestos políticos. O texto, difundido à comunidade de informações de São Paulo, citava dados detalhados a respeito de discussões travadas em reuniões, nomes de dirigentes, propostas debatidas e decisões tomadas. Indicava igualmente as ligações diretas ou indiretas de políticos com o PCB em vários estados, apoiados em declarações, prestadas em interrogatório preliminar, de um dirigente do PCB que compunha a Comissão de Entendimentos. Chama a atenção, nesse documento, a familiaridade com o universo da esquerda e do PCB, além da terminologia empregada. O recurso a termos como “conscientização”, “cenário político”, “reivindicações operárias e populares” e a recorrente citação de trechos de documentos do PCB dão a impressão de se estar lendo mais um texto de autoria comunista – com a exceção do termo “infiltrados”, que aparece algumas vezes.

Desse sentimento de familiaridade, pode-se extrair duas conclusões correlatas: uma delas aponta para o método de investigação, que consiste em conhecer o “inimigo” detalhadamente, identificar sua lógica de ação e prever seus passos; a outra indica o nível de conhecimento a que se chegou: o “subversivo” e o “terrorista”, com a experiência acumulada do órgão, já não constituía um estranho, uma incógnita, mas um “inimigo íntimo”.²⁶³ A conclusão reduzia o MDB a mero apêndice legal do PCB, cuja ascendência tendia a exacerbar: “Ao PCB interessa que o MDB tenha atividades acima mencionadas, pois facilitaria a atuação do PCB de vez que o MDB funcionaria apenas como fachada, sendo que atividades na realidade, seriam exercidas por elementos do partido comunista”.²⁶⁴

Findo o governo do general Garrastazu Médici (1968-1974) e alcançada a derrota dos grupos revolucionários armados, iniciava-se uma nova era, tanto para o regime militar quanto para seu aparelho repressivo. O período de distensão foi marcado por gestos pendulares do general Ernesto Geisel no sentido de abrir gradativamente o regime, ao mesmo tempo em que demarcava os estreitos limites da abertura com medidas repressivas. De acordo com os autores do projeto *Brasil: nunca mais*, seu governo visava, com esse movimento, recuperar a

²⁶³ Tomo essa expressão de empréstimo a Carlos Eugênio Paz, dirigente da ALN que publicou o livro *Viagem à luta armada: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

²⁶⁴ *Informação n° 728/75-L5*. 04/04/1975. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 198, 40206. fl. 38.

imagem da gestão militar, corroída pela falência do “milagre econômico”,²⁶⁵ pelas lutas internas nas Forças Armadas e pelas denúncias de desrespeito aos Direitos Humanos.²⁶⁶ No decorrer da “distensão lenta, gradual e segura” – nas palavras do presidente –, tratava-se de tornar a repressão mais discreta e seletiva.²⁶⁷

A ofensiva anticomunista possuía três aspectos diferentes, que, apesar de parecerem contraditórios, são, na realidade, complementares. Por um lado, tratava-se de uma estratégia para completar o trabalho iniciado com o extermínio das organizações de esquerda: “Os órgãos repressivos pareciam ter estabelecido como meta uma “última varrida” em todos os agrupamentos de esquerda, para aniquilar tudo o que tivesse resistido à repressão anterior”.²⁶⁸ Não parece despropositado levantar como hipótese que a necessidade que a repressão sentiu de combater os partidos comunistas esteja intimamente ligada aos resultados obtidos pelo MDB nas eleições de 1974, uma vez que alguns dos candidatos do MDB eram, na realidade, militantes do PCB. Em segundo lugar, essa ofensiva teria como principal objetivo justificar a existência do aparelho repressivo, uma vez que a ameaça da guerrilha urbana não podia mais servir como argumento legitimador. Ao exacerbar o perigo representado pelos comunistas, esse setor valorizava, ao mesmo tempo, a importância e a necessidade de sua atuação:

Se não houvesse tranquilidade, deveria haver repressão, porque só assim se restabeleceria a paz. Havendo tranquilidade, ela seria falsa, manha subversiva. Portanto, a repressão era indispensável. [...] Temendo a normalidade, o aparelho de segurança do governo precisava de uma ameaça. Fabricou-a no PCB.²⁶⁹

Em terceiro lugar, o recrudescimento da repressão dirigida aos comunistas e aos políticos que possuíam ligações com eles adquiriu uma conotação de desafio ao projeto de distensão política do governo Geisel, visto que os setores ligados aos sistemas de repressão e de informações eram partidários de um regime mais fechado.²⁷⁰ Antonio Carlos Fon sugere que as prisões em série de militantes do PCB e do PC do B fariam parte de um plano arquitetado pelos órgãos repressivos no sentido de atingir escalões mais altos do governo de

²⁶⁵ No campo econômico, de acordo com Ronaldo Costa Couto, o país enfrentaria um “longo período de ajustamento, redefinição de prioridades, grave endividamento externo, flutuações de desempenho, dificuldades inflacionárias e, mais tarde, recessão”. COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil: 1964-1985*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 133.

²⁶⁶ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*, p. 64.

²⁶⁷ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 264.

²⁶⁸ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*, p. 65.

²⁶⁹ GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*, p. 405.

²⁷⁰ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 265.

São Paulo. Afirma, ainda, que em 1975 os agentes do DOI-CODI, além dos problemas relacionados à distensão promovida pelo governo do general Ernesto Geisel, circunscrevendo a sua atuação, tiveram que se contentar com a diminuição drástica das contribuições do empresariado, que não se sentia mais ameaçado pelos grupos da esquerda armada. As dificuldades enfrentadas pelo presidente deviam-se à autonomia funcional adquirida pelos órgãos repressivos durante o governo do general Garrastazu Médici.²⁷¹

A perseguição ao PCB, anteriormente episódica e pontual, passou a ser sistemática. Um de seus pontos altos foi a desarticulação do jornal *Voz Operária*, em janeiro de 1975. Dentro de uma estratégia retórica repetidamente empregada pelo DOI, a importância atribuída ao jornal era diretamente proporcional ao tamanho do êxito alcançado em seu desmonte:

1. Após quase um ano de intensas investigações o DOI/CODI/II Ex logrou desbaratar o veículo da propaganda oficial da Seção de Agitação e Propaganda (SAP) do CC/PCB, traduzido na sua forma mais concreta no jornal “VOZ OPERÁRIA”.

Como disseminador das idéias do Partido e o conseqüente elo com as massas, a “VOZ OPERÁRIA” cumpriu durante quase 10 anos (fev 65 a jan 75) as funções para as quais foi criada. Durante esse decênio, na mais absoluta clandestinidade, propiciada pelos longos anos de experiência do PCB, conseguiu manter todo o seu “Esquema” de impressão e distribuição a salvo dos Órgãos de Segurança.²⁷²

A investida foi muito além do órgão de imprensa do PCB. Tratava-se de identificar seus principais dirigentes e perseguir um a um. A partir das informações fornecidas por agentes infiltrados²⁷³ e outras arrancadas sob tortura de militantes, o DOI fez cuidadoso levantamento da hierarquia do partido, como comprova a seguinte informação:

²⁷¹ FON, Antonio Carlos. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*, p. 66 e 67.

²⁷² *Informação nº 169/75*. 22/01/1975. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 192, 38987.

²⁷³ GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*, p. 393. O artigo “Palavra de Cachorro”, publicado na revista *Veja* de 11 nov. 1992, p. 32 comenta que o capitão Ênio Pimentel da Silveira – conhecido pelo codinome de dr. Ney –, agente do DOI paulista, chegou a controlar uma rede de doze informantes. Para o coronel Cyro Guedes Etchegoyen, que serviu no gabinete do ministro do Exército, general Orlando Geisel, na área de informações e contra-informações, foi o sistema de infiltrações que destruiu as organizações da esquerda armada e não os interrogatórios, por ele considerados “inócuos” e “desgastantes”. D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 118. O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra conta que, no DOI paulista, era a Seção de Informações a encarregada do trabalho de infiltrações. Tratava-se de uma operação extremamente sigilosa: apenas o chefe, o subchefe e no máximo cinco agentes conheciam a identidade do infiltrado e tinham contato com o mesmo. Embora fosse um processo difícil e demorado, era eficiente nos resultados. USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 303. Jacob Gorender também comenta os progressos alcançados pela repressão através da passagem, para o seu lado, de militantes de esquerda, principalmente em se tratando de um dirigente ou de um militante próximo à direção. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 262. Aparentemente, no entanto, a afirmação do coronel Cyro Guedes Etchegoyen peca pelo exagero, pois se os interrogatórios produziam poucos efeitos práticos, não haveria como explicar o fato de

1. O DOI/CODI/II Ex, analisando a estrutura e funcionamento do PCB, organizou uma relação de membros do CC que, pela atuação e posição no partido, se presos, causariam com suas “quedas”, danos irreparáveis a curto e médio prazo, a essa organização de esquerda.
2. Para organizar-se tal relação, foram considerados os seguintes aspectos:
 - a. Repercussão política e quebra de “moral” nos comunistas;
 - b. Condições intelectuais e ideológicas, além de militância anterior, que possibilitem assumir postos elevados ou reorganizar setores do partido;
 - c. Interesse dos Órgãos de Segurança, visando informações.²⁷⁴

Entre os nomes citados na lista, pelo menos três foram assassinados em interrogatório, outros foram interrogados e torturados, mas conseguiram sobreviver. Consta, por exemplo, o nome de Orlando da Silva Rosa Bonfim Junior, sobre o qual se afirma: “Na atual conjuntura, tornou-se o 2º ou 3º homem do partido. Sua prisão causaria danos bastante grandes ao PCB. Trata-se de elemento de alto gabarito político e de comprovada capacidade de organizar e liderar comunistas”. Há também, entre outros, o de Elson Costa (“Eli”) e o de Hiran de Lima Pereira (“Artur”), considerados vitais para o partido:

Ambos foragidos, ligados a Seção de Agitação e Propaganda [SAP] e ao esquema da “Voz Operária”. As “quedas” de “ELI” e “ARTUR” apresentam maior importância, pelo fato de ter sido publicado o nº 120 da “Voz Operária”, referente ao mês de Fevereiro de 1975, possivelmente sob a orientação de um ou de ambos.

Enquanto não forem presos, a SAP terá condições de reorganizar-se.²⁷⁵

Orlando foi preso no dia 8 de outubro de 1975, no Rio de Janeiro. Segundo sua filha, morreu na prisão, durante um interrogatório, provavelmente efetuado pelo DOI do I Exército. Seu corpo nunca foi encontrado. Elson foi detido no dia 16 de janeiro de 1975. A data de sua prisão é anterior ao documento, o que teria duas explicações: uma improvável, os agentes do DOI desconheciam o seu paradeiro; outra mais realista, sua menção no documento denotaria o cinismo de seus redatores, pois era de seu conhecimento que o dirigente havia sido assassinado por seus próprios colegas. Após a sua detenção, Elson foi levado à casa de

que o foco dos órgãos repressivos tenha sido dirigido para essa atividade. A infiltração de agentes repressivos, como explicou Ustra, era demorada e arriscada. Já a cooptação de militantes de esquerda passava por um processo de aterrorização dos mesmos, de ameaças das torturas pelas quais necessariamente passariam se não colaborassem. Além disso, os interrogatórios serviam como instrumento de afirmação do poder e de sujeição dos presos políticos, sendo a obtenção de informações apenas uma de suas funções.

²⁷⁴ *Informação nº 485/75-L5*. 13/03/1975. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 194, 39313-12.

²⁷⁵ *Informação nº 485/75-L5*. 13/03/1975. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 194, 39313-12.

Itapevi, onde funcionava um centro clandestino de torturas ligado ao DOI. Interrogado e torturado, teve seu corpo banhado em álcool, queimado e jogado no Rio Avaré. Hiran foi capturado pelos órgãos de repressão na mesma data em que Elson foi interrogado, foi torturado no mesmo local e teve seu corpo igualmente jogado ao rio.²⁷⁶

O jogo de forças estabelecido entre Geisel e a comunidade de informações teve seu ápice na ocasião das mortes em seqüência de três filiados ao PCB – o tenente-coronel da PM José Ferreira de Almeida (morto no dia 8 de agosto de 1975), o jornalista Vladimir Herzog (morto no dia 25 de outubro) e o operário metalúrgico Manoel Fiel Filho (morto no dia 17 de janeiro de 1976) –, ocorridas na sede do DOI paulista por suicídio através de enforcamento, segundo a falsa versão do DOI.²⁷⁷ Das três mortes, a de Vladimir Herzog foi a que mais chocou a opinião pública. O assassinato sob tortura de um jornalista de televisão – Herzog trabalhava no setor de jornalismo da TV Cultura – e a versão acintosamente mal construída de suicídio criaram uma comoção popular de grande repercussão.²⁷⁸ O pretense “suicídio” de Manoel Fiel Filho²⁷⁹ levou à especulação, por parte de alguns setores, de que se trataria de uma provocação do DOI paulista à política do governo Geisel, conforme matéria publicada na Revista Veja alguns anos depois:

²⁷⁶ Para as circunstâncias das mortes citadas, consultar MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, respectivamente p. 329, 330 e 327.

²⁷⁷ Segundo matéria do *Jornal do Brasil*, a equipe de interrogatório que estava de serviço na ocasião dessas três mortes, seria a mesma, chefiada pelo tenente Tomotu Nakao e integrada, entre outros, pelo 2º sargento Luis Shiji Akaboshi. “IPM da morte de Fiel revela contradições”. *Jornal do Brasil*. 26 nov. 1978. Muitos anos mais tarde, uma matéria da revista *IstoÉ Senhor* apontaria como responsável pelo interrogatório de Vladimir Herzog o policial do DOPS, cedido ao DOI, Antônio Mira Grancieri que afirmava ter sido a pessoa mais diretamente envolvida na morte do jornalista. “Eu, Capitão Ramiro, interroguei Herzog”. *IstoÉ Senhor*. 25 mar. 1992, p. 21-26. O jornalista Percival de Souza afirma que “As equipes que tiveram os três prisioneiros sob sua custódia eram as mesmas”. SOUZA, Percival de. *Autopsia do medo*, p. 208.

²⁷⁸ Vários elementos contribuíram para que a morte de Vladimir Herzog tivesse tamanho efeito sobre a sociedade civil naquele momento. Herzog não era um militante ativo do PCB, possuía emprego fixo e fora espontaneamente prestar depoimento no DOI, após ter sido convocado para tal no dia anterior. Sua viúva, Clarice Herzog, não sucumbiu às pressões para enterrá-lo às pressas e, com isso, permitiu que várias pessoas comparecessem ao enterro. Havia outros jornalistas naquele momento presos no DOI e, com a morte de Herzog, havia o sentimento de que corriam risco de vida. Além disso, todos os profissionais da área com simpatias políticas pela esquerda sentiam-se ameaçados de serem, a qualquer momento, presos e torturados e mobilizaram-se como categoria em torno da morte do colega. O culto ecumênico celebrado em homenagem a Herzog reuniu cerca de oito mil pessoas, a despeito dos bloqueios policiais, e contou com presenças importantes, como a do cardeal dom Paulo Evaristo Arns e do arcebispo de Olinda, dom Helder Câmara. Sobre esses episódios, ver ALMEIDA FILHO, Hamilton, *A sangue quente: a morte de Vladimir Herzog*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978; JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog*. MARKUN, Paulo. *Meu querido Vlado: a história de Vladimir Herzog e o sonho de uma geração*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

²⁷⁹ Se a encenação do suicídio de Vladimir Herzog parecia evidentemente falsa, devido à pouca altura entre a “forca” e o chão – o que o teria forçado a dobrar as pernas para provocar o sufocamento –, no caso de Manoel Fiel Filho foi ainda mais improvável, pois este teria se enforcado com as próprias meias.

A caminho da solução judicial, o caso Fiel continua a ser um mistério policial, pois ainda há a forte suspeita de que o operário tenha sido morto deliberadamente, para colocar o presidente Geisel diante de um novo caso Herzog, levando-o a uma crise militar que, na concepção de seus idealizadores, terminaria com o enfraquecimento do presidente. [...] A principal prova da provocação é o fato de que agentes policiais foram à casa da viúva, gritaram que seu marido estava morto e atiraram em frente à sua porta as roupas de Fiel, como se quisessem acelerar a divulgação do caso.²⁸⁰

O então comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello, e o secretário de Segurança Pública, o coronel Erasmo Dias, integravam o setor de linha-dura contrário à política de “distensão” do governo. Por isso, quando houve essa terceira morte, nas mesmas circunstâncias, Geisel reagiu imediatamente destituindo o general Ednardo D'Ávila Mello, sem consultar nem mesmo o seu irmão Orlando Geisel, ex-ministro do Exército,²⁸¹ em atitude de grande impacto entre os militares. Todos aqueles direta ou indiretamente responsáveis pelo episódio foram afastados, inclusive o comandante do DOI, o tenente-coronel Audir Santos Maciel, e o subcomandante, Dalmo Lúcio Cyrillo.²⁸² O acontecimento levou o eminente advogado de presos políticos e presidente da Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, José Carlos Dias, a escrever em artigo:

A importância política do episódio é incontestável. Se a morte de Vladimir Herzog marcou um instante de “basta” e de conscientização da opinião pública contra a tirania, o operário morto teve a marca de um reconhecimento de que “agora fomos longe demais” do próprio Poder. E a história registra, pela primeira vez, que um operário removeu um General Comandante do Exército.²⁸³

De acordo com Elio Gaspari, a atitude presidencial, entretanto, não estava revestida de uma preocupação com os direitos humanos, mas restringia-se a uma questão de disciplina militar.²⁸⁴ Tolerante com a tortura e os assassinatos de presos políticos, não podia aceitar que

²⁸⁰ Foi crime: União é condenada pela morte de Fiel. *Veja*, 24 dez. 1980. Arquivo Ana Lagôa, Seção de Recortes, R03542. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/db/pesquisaRecortes.asp>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

²⁸¹ Foi crime: União é condenada pela morte de Fiel. *Veja*, 24 dez. 1980. Arquivo Ana Lagôa, Seção de Recortes, R03542. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/db/pesquisaRecortes.asp>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

²⁸² SOUZA, Percival de. *Autopsia do medo*, p. 209. Aparentemente o tenente-coronel Rufino Ferreira Neves foi quem assumiu o comando do DOI, pois seu nome consta nos documentos relativos à Chacina da Lapa. POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa*, p. 32.

²⁸³ Fiel está morto. O silêncio é medonho. Arquivo Ana Lagôa, Seção de Recortes, R09542. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/db/pesquisaRecortes.asp>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

²⁸⁴ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*, p. 219-220.

tais atos fossem realizados fora de seu estrito controle. Prova disso foi a ausência de retaliações no episódio da Chacina da Lapa.

Em dezembro de 1976, em uma operação conjunta que lembrava os métodos praticados no governo Médici, agentes do DOI – então comandado pelo tenente-coronel Rufino Ferreira Neves²⁸⁵ – e do DOPS invadiram uma casa, na rua Pio XI, no bairro da Lapa, onde estava ocorrendo uma reunião de dirigentes do PC do B.²⁸⁶ Numa ação premeditada e bem planejada, invadiram a casa, matando Ângelo Arroyo e Pedro Pomar, membros da Comissão Executiva do partido. Os demais foram presos e torturados – entre os quais João Batista Franco Drummond, morto em interrogatório. A Chacina da Lapa, como o episódio ficou conhecido, resultou muito provavelmente de uma cuidadosa análise da hierarquia do partido, como aquela anteriormente elaborada a respeito do PCB. O momento político não permitia que se matassem todos os dirigentes, obrigando-os a bem definir os seus alvos. As versões a respeito das mortes também refletem um maior cuidado com a imagem do DOI. As mortes ocorridas na residência foram atribuídas a um tiroteio – os militantes do PC do B teriam reagido a balas à investida policial – e a de Drummond, sob tortura, a um atropelamento ocorrido após tentativa de fuga.²⁸⁷

Após a chacina, a tortura continuou a ser empregada, mas não houve mais registro de assassinatos durante os interrogatórios.²⁸⁸ Em monografia preparada em 1977 para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) pelo então major Freddie Perdigão Pereira, cujo currículo inclui a passagem por vários órgãos repressivos – serviu no DOI de São Paulo, no do Rio de Janeiro, no CIE e no SNI – consta uma estatística do DOI paulista que abrange o período de janeiro de 1969 a maio de 1977. Os dados são eloquentes: presos pelo DOI: 2.541, mortos no DOI: 51; presos mortos no DOI vindos de outros órgãos: 3; “aparelhos” estourados: 274; oficinas: 376; gráficas: 6; dinheiro apreendido: Cr\$ 915.325,60 e

²⁸⁵ Depois que o major Carlos Alberto Brilhante Ustra deixou o comando do DOI, o nome e a assinatura do comandante do DOI deixaram de ser mencionados no ofício de apresentação de presos, onde apareciam ao lado do chefe da 2ª Seção do II Exército.

²⁸⁶ O PC do B, embora não tivesse se envolvido na guerrilha urbana, procurou implantar uma guerrilha rural na região do Vale do Araguaia, na divisa dos estados do Pará, Maranhão e Goiás (o estado do Tocantins ainda não fora criado). Deslocados para a região aos poucos, desde 1966, os guerrilheiros, organizados em três destacamentos enfrentaram três campanhas do Exército (a primeira, em abril de 1972; a segunda, em setembro do mesmo ano, e a terceira, em outubro de 1973, incluindo tropas de elite (batalhão de pára-quedistas)). Após aniquilar a guerrilha em 1974 – a determinação era a de não fazer prisioneiros –, o Exército pôs-se a perseguir os remanescentes, numa caçada que ainda duraria alguns meses. JOFFILY, Bernardo. *Brasil: 500 anos*, p. 202.

²⁸⁷ POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa* p. 24.

²⁸⁸ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*, p. 66.

US\$ 78.585,00.²⁸⁹ A esses números ainda seriam acrescidos outros, pois persistia o esforço em manter acesa a chama da ameaça “subversiva” à ordem social. Em um relatório, os agentes do DOI chamavam a atenção para a organização Liga Operária, observada e apresentada com lentes de aumento. A partir da análise da documentação apreendida e dos interrogatórios preliminares de alguns de seus membros, concluía: “Existe em São Paulo, em franca atividade, um movimento subversivo de vulto, que visa atrair para si a classe operária e estudantil, para posteriormente deflagrar a luta armada, com o objetivo de derrubar o atual regime”.²⁹⁰

Os argumentos insistentemente bradados para manter a máquina repressiva não convenciam um governo ciente da violenta desestruturação dos partidos comunistas e engajado em restringir paulatinamente o poder da comunidade de informações. Mesmo o governo dos Estados Unidos, antes favorável ao regime militar, com a eleição em novembro de 1976 de Jimmy Carter, começava a pressionar o Brasil pelo respeito aos direitos humanos. A mudança de atitude do país aliado não podia ser mais evidente: o cônsul-geral dos Estados Unidos, Robert Corrigan, que recebera em sua residência o comandante do DOI – o major Carlos Alberto Brilhante Ustra²⁹¹ –, foi substituído por Frederic Chapin, que trabalhou ativamente para evitar que os remanescentes da Chacina da Lapa fossem torturados.²⁹²

O terrorismo de direita

Limitados em sua atividade pelo projeto de distensão, os órgãos repressivos começaram a organizar ações clandestinas que, apesar de serem de autoria anônima, traziam impressa sua marca de violência:

durante a “abertura”, sem ter mais os velhos inimigos contra quem lutar, a linha dura sentia-se ameaçada de extinção, acuada por ser identificada como grupo não democrático e com medo de punições que poderiam advir do retorno ao Estado de Direito (algo que nunca se verificaria, em grande medida graças ao esforço do setor durante a negociação da anistia política).

²⁸⁹ *Apud* SOUZA, Percival de. *Autopsia do medo*, p. 456. Embora esse título conste na lista de monografias da ECEME, não consegui localizá-lo, pois, segundo a bibliotecária da instituição, a monografia não se encontra no acervo.

²⁹⁰ *Relatório Inicial*. 02/05/1977. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 213, 42261, fl. 3.

²⁹¹ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*, p. 376.

²⁹² POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa*, p. 106

Foi essa combinação de decadência e medo que levou a comunidade de segurança a patrocinar alguns dos atos mais bárbaros do regime militar.²⁹³

A escalada do terrorismo de direita voltado contra entidades da oposição legal foi o último capítulo, melancólico e brutal da atuação dos DOIs.²⁹⁴ Para citar apenas alguns exemplos, em setembro de 1976, o bispo de Nova Iguaçu (RJ), D. Adriano Hipólito, foi seqüestrado, espancado e abandonado nu, enquanto seu carro explodia em frente à sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Nesse mesmo ano foram colocadas bombas no Centro Brasileiro de Pesquisas (CEBRAP), na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entidades que estavam ativamente envolvidas no processo de abertura do regime. Após a anistia, em julho de 1980, o jurista Dalmo Dallari, membro da Comissão de Justiça e Paz, foi seqüestrado e espancado na capital paulista. Seguiram-se vários ataques à bomba contra órgãos de imprensa alternativos e bancas que vendiam esse tipo de publicação em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Brasília. No Rio de Janeiro, uma carta-bomba vitimava a funcionária da OAB Lydia Monteiro da Silva, em agosto do mesmo ano.²⁹⁵

Mas o caso mais eloqüente foi a tentativa frustrada de um sargento e um tenente, ligados ao DOI-CODI do Rio de Janeiro, de colocar uma bomba no Centro de Convenções Riocentro durante um show de música popular em comemoração ao 1º de maio, em 1981. A operação foi malsucedida, e a bomba explodiu no colo de um dos agentes. A falsa versão de que se tratava de um atentado de organizações de esquerda contra os agentes do DOI-CODI não foi convincente. Ainda que o inquérito aberto para apurar os verdadeiros responsáveis não tenha, propositalmente, chegado a resultados concretos, o episódio foi extremamente desmoralizante para o sistema de repressão, uma vez que descortinou os seus bastidores.

A ação clandestina desses grupos explica-se pela resistência em abrir mão de um sistema que havia sido, durante alguns anos, fonte de prestígio, promoções, gratificações e poder. Entretanto, para além do corporativismo e do apego às vantagens oferecidas pelo

²⁹³ FICO, Carlos. *Como eles agiam*, p. 213 e 214.

²⁹⁴ A participação de agentes do DOI Rio de Janeiro em atos terroristas tornou-se pública e notória no episódio do Riocentro. Há menos registros conhecidos que atestem a presença de agentes do DOI de São Paulo entre os grupos que puseram bombas em bancas de revistas e em redações de jornais de esquerda, mas é bastante razoável supor que agentes do DOI do II Exército tivessem alguma participação nesses atos. Um caso concreto é o do capitão Freddie Perdigão que, segundo os autores de *A direita explosiva no Brasil*, teria participado, juntamente com Alexander Murillo Fernandes e de Gilberto Corrales de algumas operações dessa natureza na capital paulista.

²⁹⁵ JOFFILY, Bernardo. *Brasil: 500 anos*, p. 220, 235 e 236 (Cronologia).

exercício da função, havia a defesa de um projeto de sociedade. Este não se limitava à destruição dos focos de oposição ao governo militar, como explicita o general Ênio dos Santos Pinheiro: “Queríamos trabalhar, éramos idealistas e estávamos procurando fazer alguma coisa durável no nível da infra-estrutura”.²⁹⁶ Tratava-se, segundo ele, de um plano permanente de profilaxia da sociedade em relação a uma ameaça sempre presente de contágio com ideologias “subversivas”:

Para aqueles vinculados à área de informações, [a construção do Estado de Segurança Nacional] era de fato um projeto de maior alcance que se impunha atemporalmente e que acreditava que, via controle policial e militar, a sociedade poderia ser moldada de uma forma estática e desideologizada. Para muitos militares, ele teria a função de combater a guerrilha e, numa segunda etapa, fazer um trabalho preventivo de saneamento ideológico. Por isso mesmo, a desmontagem desse sistema se tornará tão demorada e problemática, guardando relação com os objetivos e metas que lhe foram conferidos.²⁹⁷

Segundo Maria Helena Moreira Alves, a Lei de Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979) foi o resultado de uma difícil negociação entre a oposição, o governo e os setores militares da linha dura. Embora representasse um relativo avanço para as forças oposicionistas, era uma vitória para todos aqueles envolvidos com a tortura e a morte de presos políticos, uma vez que não apenas concedia perdão incondicional aos agentes ligados à repressão, como impedia a possibilidade de formar contra os mesmos uma denúncia criminal.²⁹⁸

O desmonte do aparelho repressivo, gradual e ambíguo, foi feito de maneira a preservar a impunidade daqueles que cometeram crimes em nome da segurança nacional. Na bibliografia consagrada ao regime militar, a extinção do DOI consiste em uma significativa lacuna. De acordo com o jornalista Ronaldo Costa Couto, o sistema DOI-CODI teria sido desativado no final do governo do general João Batista Figueiredo – a data não é especificada – através de uma Portaria reservada do então ministro do Exército, o general Valter Pires. As funções do órgão teriam sido reabsorvidas pelas 2^{as} Seções do Exército e se voltado exclusivamente para informações da área militar.²⁹⁹

²⁹⁶ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 226-227.

²⁹⁷ D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 24.

²⁹⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*, p. 321.

²⁹⁹ COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura*, p. 287. O último ano do governo Figueiredo foi 1984, de maneira que o autor nos leva a crer que o desmonte do DOI-CODI ter-se-ia dado neste

Do ponto de vista da repressão política, tudo indica que o DOI foi sendo esvaziado aos poucos, ainda durante seu período de atividade, e parte de suas atribuições – já bastante diminuídas – paulatinamente transferidas ao DOPS³⁰⁰ e, posteriormente, ao DPF. Em documento datado de maio de 1977, fala-se em depoimentos prestados no DOPS e acompanhados por agentes do DOI: “O DOI/CODI/II Ex está acompanhando os interrogatórios que estão sendo realizados no DOPS/SP, analisando a documentação apreendida e formando subsídios para aprofundamento dos interrogatórios e investigações”.³⁰¹ A Revista Veja, em nota publicada em março de 1982, noticiava que:

A mais temida sigla brasileira, DOI-CODI, [...] deixou de existir como sigla. O ministério do Exército aboliu a denominação, ao mesmo tempo que reduziu drasticamente os efetivos desse órgão que foi a ponta mais dura do combate ao terrorismo nos anos 70 e hoje serve como um canal secundário dos órgãos de informação militares. Cauteloso, o porta-voz do Exército, o general Octávio Luís de Resende, admitiu apenas que o DOI “sofreu um redimensionamento”.

A informação de que a sigla está efetivamente sepultada foi confirmada, na semana passada, por um ministro civil e um coronel que serviu no DOI durante os anos 70. A idéia de limitar a atuação dos DOI nasceu do fato, evidente, de que não há mais terroristas para o Exército combater e foi corporificada em medidas graduais, que começaram com a redução das verbas, dos equipamentos e dos efetivos e desembocaram no fim da sigla.³⁰²

Confirmando a medida do Ministério, três anos depois um artigo publicado na revista *IstoÉ* sobre o projeto *Brasil: nunca mais* afirmava que o DOI fora transformado na Subseção de Operações do II Exército “com nome novo e funções parecidas”, chefiada pelo então coronel Dalmo Lúcio Muniz Cyrillo, que fora durante muitos anos chefe do Setor de

ano. Já o jornalista investigativo Ayrton Baffa, afirma que DOI-CODI teria sido extinto em 1982. BAFFA, Ayrton. *Sol para todos (memórias de antigo chefe do extinto SNI – Serviço Nacional de Informações – o monstro de cabeça oca)*. Edição do autor: Rio de Janeiro, 2000, p. 16. Devo essa referência à professora Maria Celina d’Araújo, a quem agradeço a gentileza. Agradeço igualmente o autor, que teve a enorme amabilidade de me enviar um exemplar de sua obra.

³⁰⁰ O DOPS foi extinto por um decreto no dia 4 de março de 1983. AQUINO, Maria Aparecida de. As vísceras expostas do autoritarismo. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, Ano XLII, n. 1, jan.-jun. 2006, p. 26.

³⁰¹ *Relatório Inicial*. 02/05/1977. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 213, 42261, fl. 3. Na documentação analisada para essa pesquisa, não há interrogatórios preliminares referentes ao ano de 1977 e os poucos existentes do ano de 1978 são registrados em papel timbrado do DOI, mas realizados nas dependências do DOPS ou da DPF, alguns na presença de advogados.

³⁰² Símbolo extinto: O Exército sepultou o nome DOI-CODI. *Veja*, 24 mar. 1982. Arquivo Ana Lagôa, Seção Recortes, R07760. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/db/pesquisaRecortes.asp>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

Operações de Informações e subcomandante do DOI.³⁰³ Mesmo que, de início, o espírito do DOI tenha sobrevivido em outros órgãos, ainda que de forma mais branda e descaracterizada, conforme o clima político no país foi se alterando, sua existência passou a ser injustificável. Assim como sua instituição dera-se através de uma diretriz interna do Exército, sua extinção foi realizada, sem grandes alardes, por meio de uma instrução administrativa.

Esse processo, embora tenha desarticulado o núcleo da repressão política, possibilitou a sobrevivência de muitas das práticas repressivas criadas ou consolidadas durante o regime militar, que passaram a ser disseminadas pela sociedade, tendo como alvo preferencial os membros dos setores populares. A volta à democracia política se fez, portanto, sob o signo do enorme abismo social cavado durante os anos do “milagre econômico” e da contenção social das camadas populares através da repressão policial.³⁰⁴ Como observa Paulo Sérgio Pinheiro, ao analisar as relações entre democracia, violência e justiça social:

quando as sociedades latino-americanas passaram por transições de ditaduras para governos civis, as práticas autoritárias de seus governos não foram afetadas por mudanças políticas ou eleições: sob a democracia prevalece um sistema autoritário, incrustado em especial nos aparelhos de Estado de controle da violência e do crime.³⁰⁵

O sistema DOI-CODI apagava-se, incapaz de sobreviver ao regime que o criara. Deixaria, no entanto, uma profunda marca na sociedade brasileira, refletida na atuação da polícia e numa mentalidade que está longe de ser superada. Do ponto de vista operacional, ressaltaria uma tradição já antiga na polícia brasileira de sobrevalorizar o interrogatório como procedimento e a confissão – extorquida por meios coercitivos – como evidência, em detrimento de outras técnicas investigativas e categorias de prova.³⁰⁶

³⁰³ Livro Aberto, *IstoÉ*. 27 nov. 1985, p. 33. O ex-comandante do DOI, Carlos Alberto Brilhante Ustra, presta-lhe homenagem em seu último livro, chamando-o de “amigo” e descrevendo-o como “Calmo, tranquilo, ponderado, inteligente e corajoso”. USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 299.

³⁰⁴ Ver, nesse sentido, o livro de BARCELOS, Caco. *Rota 66: a história da polícia que mata*. São Paulo: Globo, 1992.

³⁰⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio. Introdução. In: MÉNDEZ, Juan E.; O’DONNEL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Democracia, violência e injustiça: o não-Estado de direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 11. Para um exemplo das modalidades que essa violência pode atingir em termos de discriminação social e justiça penal, ver o artigo de ADORNO, Sérgio. Crime, justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no tribunal do júri. *Revista da USP*, n. 21, mar./abr./maio 1994, p. 132-151.

³⁰⁶ A respeito da tradição “inquisitorial” da polícia brasileira, ver LIMA, Roberto Kant de. A tradição inquisitorial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 10, v. 4, jun. 1989, p. 65-84.

2 O *ethos* discursivo

que ignora se o professor WARCKIS KERR da Faculdade de Ribeirão Preto seja de esquerda [...].³⁰⁷

(Primeiras declarações à Equipe de Interrogatório preliminar C das 22:00 às 23:30, do dia 22 de junho de 1971)

Seus contactos com o professor WARVICK ESTEVAN KOER, da cadeira de genética da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto eram de caráter estritamente funcional. O declarante desconhece a ideologia política do citado professor.³⁰⁸

(Primeiras declarações à Equipe de Interrogatório preliminar A das 15:00 às 17:30, do dia 23 de junho de 1971)

que acredita que o professor WAICKIR KERR seja realmente um elemento ativo na política de esquerda; que espera ao terminar de responder as acusações que ora lhe são imputadas, continuar seu curso de medicina e nunca mais se envolver em política.³⁰⁹

(Primeiras declarações à Equipe de Interrogatório preliminar C das 12:00 às 13:00, do dia 25 de junho de 1971)

A seqüência de citações acima apresentada pode ser interpretada de maneiras distintas. Consideremos pelo menos três: a) o professor estava envolvido em atividades de esquerda, mas o interrogado recusava-se a reconhecê-lo perante seus interrogadores; diante do trabalho diligente destes, a “verdade” acabou por vir à tona; b) o interrogado não se interessava em saber se as idéias do professor eram de esquerda ou não, mas diante da insistência dos interrogadores acabou por refletir melhor e concluiu que de fato aquele possuía inclinações esquerdistas; e c) o professor absolutamente não tinha nenhuma relação ou tendência de esquerda, e o interrogado apenas o afirmou, na terceira sessão, porque percebeu que a única versão que interessava aos interrogadores era aquela em que o professor era “elemento ativo na política de esquerda”. Vale notar que, seja qual for a interpretação adotada pelos interrogadores, a última frase – “que espera ao terminar de responder as acusações que ora lhe são imputadas, continuar seu curso de medicina e nunca mais se envolver em política” –, ainda que não exprimisse necessariamente a verdade, transmitia a intenção, por parte do

³⁰⁷ *Interrogatório preliminar*. 22/06/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 135, 28191.

³⁰⁸ *Interrogatório preliminar*. 23/06/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 135, 28190.

³⁰⁹ *Interrogatório preliminar*. 25/06/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 135, 28189. Embora a grafia do nome do mencionado professor difira nos três trechos citados, trata-se da mesma pessoa. As diferenças devem-se ao fato de o interrogatório ser transcrito por um dos agentes da Turma de Interrogatório Preliminar, que anotava os nomes tal como os ouvia.

depoente, de abandonar por completo o território da política,³¹⁰ lugar no qual se inscrevia o foco de interesse dos interrogadores. Desse modo, fica evidente a intensa presença destes na fala transcrita do depoente, ainda que se reduzisse – o que absolutamente não era o caso, como se verá mais adiante – ao fato de orientar a fala do interrogado em uma ou em outra direção. Insinua-se, igualmente, o papel normalizador desempenhado pelos agentes do DOI, na medida em que o interrogado é coagido a ocupar-se exclusivamente de assuntos não concernentes a questões de natureza política.

Fazer a análise crítica dos interrogatórios preliminares demanda um trabalho de investigação de suas condições de produção, no qual não pode estar ausente a reflexão sobre quem os produziu, com quais objetivos e em que circunstâncias. Descrevem-se, portanto, neste capítulo, as duas fases da repressão política – a policial e a judicial – e como os documentos produzidos nos interrogatórios eram encaminhadas ao DOPS e aos outros órgãos de repressão. Em seguida, mostram-se algumas das operações presentes na transcrição dos interrogatórios preliminares, tais como a supressão de trechos, a anotação das respostas a partir das perguntas e a inserção da fala dos interrogadores em meio ao depoimento do interrogado.

2.1 Inquérito policial e processo judicial

Há que se indagar qual era de fato a função do DOI³¹¹ – e antes dele, da Coordenação de Execução da Operação Bandeirante –, uma vez que os interrogatórios oficiais, assim como o inquérito, eram realizados pelo DOPS. Se ao DOPS cabia a parte formal do processo, o que o precedia? A noção de “formalidade”, por contraste, remete a dois tipos de operação: uma “informal”, ou seja, desprovida de caráter jurídico propriamente dito – no caso de um órgão pertencente a uma instituição como o Exército, cujos procedimentos se revestem necessariamente de certo protocolo e principalmente de intencionalidade, sua ausência indica

³¹⁰ Refiro-me aqui a “território da política” como *locus* de questionamento e discussão a respeito das possíveis formas de organização da sociedade, de distribuição do poder, de definição do papel do Estado.

³¹¹ Uma vez que a institucionalização da Operação Bandeirante no sistema DOI-CODI fez-se dentro de um processo de continuidade, a fim de facilitar a redação, bem como a leitura, referir-me-ei, de acordo com o período em questão à Coordenação de Execução da Operação Bandeirante – CE/OB, conforme notação constante em seus ofícios – (de junho de 1969 a agosto de 1970) ou ao DOI (de setembro de 1970 em diante), como sendo um único órgão. Quando a menção disser respeito ao órgão de maneira genérica, limitar-me-ei a mencionar o DOI.

um caráter extra-oficial, no sentido de uma conduta intencional, mas não assumida em sua integridade; a outra diz respeito à efetividade, ou seja, o que se fazia no DOPS resumia-se a um procedimento burocrático, dado que as informações eram de fato colhidas no DOI.³¹² Isso está explicitado na fala de um ex-chefe do CODI do Rio de Janeiro: “O DOI é o braço secular. É o que pega, guarda e interroga”.³¹³ Competia-lhe, por conseguinte, realizar as tarefas clandestinas e concretas do combate às organizações de esquerda. Constituía o primeiro elo de uma cadeia repressiva que se iniciava no momento da detenção e terminava na cela de um presídio – a menos que fosse encurtada pela absolvição ou, pelo contrário, pelo assassinato sem julgamento.

Ao ser preso, o indivíduo podia ser mantido, de acordo com o Código de Processo Penal Militar – instituído pelo Decreto-Lei nº 1.002, em 21 de outubro de 1969 –, incomunicável por até três dias.³¹⁴ Esse prazo era sistematicamente desrespeitado, pois o indivíduo podia ficar detido por meses, antes que a Justiça fosse cientificada de sua prisão. No DOI o detido era interrogado dia e noite, até que seus agentes chegassem à conclusão de que dissera tudo o que sabia. Em seguida, era encaminhado ao DOPS, e só então a prisão era oficialmente comunicada.³¹⁵ Neste órgão, fazia-se novo interrogatório, desta feita oficial, com base nas informações já extraídas pelo DOI. O depoimento era assinado pelo depoente e pela autoridade policial, e incorporado ao inquérito, instaurado pelos delegados do DOPS. Assim

³¹² É preciso explicar que esse esquema reproduz de forma sistemática a divisão de tarefas entre os dois órgãos. Na realidade, os agentes do DOPS também prendiam e interrogavam militantes políticos por conta própria e reinquiriam os presos para lá enviados, quando percebiam pontos inexplorados pelos interrogadores do DOI. Mas, nesses casos, estavam desempenhando funções diferentes daquelas que eram supostamente atribuídas ao DOPS. Como afirma Tadeu Antonio Dix Silva: “No DOPS/SP, desta forma, muitas vezes os interrogatórios preliminares eram acrescidos de outras informações obtidas mediante suplícios, enquanto outros eram ali mesmo realizados, como em casos em que Fleury – em sua disputa pessoal com a OBAN –, conseguia seqüestrar um militantes e realizava pessoalmente o interrogatório preliminar da pessoa, igualmente efetivado sob martírios”. SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha*, p. 330.

³¹³ Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, publicado em D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 61.

³¹⁴ Curiosamente o prazo é menor daquele estabelecido no parágrafo 1º do artigo nº 59 da na Lei de Segurança Nacional de 29 de setembro de 1969 (Decreto-Lei nº 898), onde se lê: “O encarregado do Inquérito poderá manter incomunicável o indiciado até dez dias, desde que a medida se torne necessária às averiguações policiais militares”.

³¹⁵ De acordo com o artigo nº 20 do CPPM, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1970, o inquérito deveria terminar em 20 dias, caso o indiciado estivesse preso ou 40 dias, caso estivesse solto. Na lei anteriormente vigente, não havia diferenciação: o indiciado estando solto ou preso, o prazo era de 30 dias, prorrogáveis, em situações excepcionais, por mais 20. SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha*, p. 308.

sendo, as investigações realizadas pelo DOI eram clandestinas, pois, legalmente, caberia ao encarregado do inquérito efetuar a prisão do infrator e colher as provas.³¹⁶

O inquérito continha o resultado dos procedimentos investigativos: interrogatórios dos suspeitos, depoimentos das testemunhas, resultados das operações de busca e apreensão de objetos e documentos, e das perícias e das vistorias. Além disso, o delegado encarregado apresentava um relatório de conclusão das investigações, indicando, se fosse o caso, os culpados e as leis nas quais se enquadravam. Nessa fase, segundo Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos, os interrogatórios desempenhavam um papel central:

As investigações procedidas pelo delegado responsável pelo inquérito tinham nos interrogatórios dos acusados sua fonte principal. Desta maneira, ao apresentar, no relatório do inquérito, seus elementos de convicção sobre a culpabilidade dos acusados, o delegado remetia-se, prioritariamente às declarações prestadas pelos indiciados na polícia, sendo secundárias as referências às declarações de testemunhas, perícias ou apreensões efetuadas.³¹⁷

Uma vez concluído, o inquérito era remetido ao procurador do Ministério Público Militar, que decidia sobre a necessidade, ou não, de oferecer uma denúncia ao juiz. Os procuradores apoiavam-se freqüentemente nos interrogatórios dos presos políticos para formar sua convicção, conferindo validade aos procedimentos coercitivos utilizados na obtenção desses depoimentos.³¹⁸ Caso a denúncia fosse aceita pela Justiça Militar, iniciava-se o processo judicial.³¹⁹

O julgamento dos réus era feito pelo Conselho Permanente de Justiça (CPJ), integrado pelo juiz auditor civil e por quatro militares sorteados entre oficiais das três Forças Armadas.³²⁰ O preso político era alçado, assim, da condição de denunciado para a de réu ou acusado de um processo baseado na Lei de Segurança Nacional. O réu era submetido a novo interrogatório, dessa vez na presença de seu advogado. Eram igualmente ouvidas as testemunhas de acusação indicadas pelo Ministério Público e as de defesa, sugeridas pelo réu

³¹⁶ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, *Brasil: nunca mais*, p. 174.

³¹⁷ MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979*. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 53.

³¹⁸ MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Em nome da segurança nacional*, p. 65.

³¹⁹ SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha*, p. 241-242.

³²⁰ Segundo Tadeu Antonio Dix Silva, os integrantes dos CPJs muitas vezes já conheciam o teor das investigações e formavam suas convicções através de comentários ouvidos sobre os interrogatórios preliminares efetuados por seus colegas, por compartilharem das idéias destes últimos, ou por terem participado das investigações realizadas pela Oban ou pelo DOI. SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha*, p. 351.

ou por seu advogado.³²¹ Nessa fase, os presos políticos muitas vezes denunciavam as torturas das quais haviam sido vítimas durante os interrogatórios preliminares³²² e modificavam o teor dos depoimentos prestados no DOI. De acordo com os autores do projeto *Brasil: nunca mais*,

A retratação, em geral, era tida pelas sentenças judiciais como mais um indício de culpabilidade do acusado, pois a retificação das confissões policiais e a narração dos métodos pelos quais tinham sido obtidas, eram entendidas como parte da estratégia de defesa, que visaria denegrir os órgãos de segurança e o Regime, com denúncias sobre torturas.³²³

Além disso, podia ocorrer que entre as testemunhas de acusação estivessem agentes do DOI, que atuavam nas investigações e nos interrogatórios.³²⁴ Estabelecia-se, desse modo, uma “aliança entre o tribunal e o ‘porão’”,³²⁵ uma vez que o tribunal não apenas acenava com um consentimento implícito aos métodos violentos aplicados para obter tais confissões, como também creditava ao sofrimento físico e psíquico a capacidade de produzir respostas “verdadeiras”, remontando, mais uma vez, às tradições inquisitoriais da cultura penal brasileira.³²⁶ Nas palavras do ex-chefe do CODI carioca, o general Adyr Fiúza de Castro, “o DOI era o braço armado da ‘Inquisição’, vamos dizer assim”.³²⁷

Findos os interrogatórios, bem como as arguições das testemunhas, e apresentadas as alegações finais do Ministério Público e da defesa, o Conselho Permanente da Justiça reunia-se e decretava a sentença, apresentando as razões que o levaram a condenar ou a absolver o

³²¹ Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha*, p. 243.

³²² As denúncias de torturas nunca foram objeto de inquérito para a sua apuração. Acontecia que o juiz auditor autorizasse a volta dos militantes políticos para novos interrogatórios, sem nenhuma proteção legal. CARVALHO, Annina Alcântara de. *A lei, ora, a lei...*, p. 412.

³²³ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*, p. 182.

³²⁴ Militante da VAR Palmares, um réu afirmou, na Auditoria “que pelos nomes apenas conhece Maurício Lopes Lima, capitão do Exército, o qual, na presença do interrogando torturou presos razão porque não pode considerá-lo como testemunha”. *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 2, *As torturas*, (1970), p. 66. Do mesmo modo, um advogado de defesa não aceitou uma das testemunhas, alegando que “segundo afirmações dos denunciados Joana D’Arc Jansen Ferreira, Milton Tavares de Campos, Ney Jansen Ferreira Júnior e Paulo Roberto Magalhães, a testemunha, durante as investigações no DOI, teria torturado os citados acusados.” Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 2, *As torturas*, (1971), p. 300. O ano parênteses refere-se ao período em que as torturas denunciadas ocorreram.

³²⁵ Expressão tomada de empréstimo a MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Em nome da segurança nacional*, p. 8.

³²⁶ “O processo penal brasileiro foi regido inicialmente pelas Ordenações Afonsinas (antiga legislação portuguesa) e, posteriormente, por outra legislação também portuguesa. Os procedimentos penais portugueses baseavam-se amplamente nos atos da inquisição canônica, segundo os quais a tortura era muito usada como meio legítimo de obter provas.” LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado, 1994, p. 30.

³²⁷ Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, publicado em D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 59.

acusado. Tanto o Ministério Público quanto a defesa tinham direito de recorrer a uma segunda instância, no âmbito do Superior Tribunal Militar (STM), e a uma nova apelação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), cuja sentença era definitiva e inapelável.³²⁸

A parceria DOI-DOPS

Para compreender melhor as duas faces – a extra-oficial e a formal – da fase policial, assim como a natureza da relação entre o DOI e o DOPS, é importante conhecer as modalidades de difusão dos documentos produzidos no DOI a partir dos interrogatórios preliminares. Da CE/OB ao DOI, não houve mudança substancial nessa parceria, mas um acréscimo de documentos enviados. Numa primeira fase – anterior à criação do DOI – ao encaminharem um preso político ao DOPS, a fim de formalizar o inquérito policial-militar, os agentes da CE/OB enviavam o conjunto de seus interrogatórios preliminares acompanhado da “declaração de próprio punho”,³²⁹ que serviriam de base para orientar os agentes do DOPS em seu interrogatório oficial, denominado “auto de qualificação e de interrogatório”. As declarações de próprio punho eram manuscritas e assinadas pelo depoente. Consistiam em um apanhado das informações obtidas no decorrer dos interrogatórios, assim como um resumo da trajetória pessoal e política do militante.³³⁰ A declaração era cotejada com as transcrições dos interrogatórios e, caso fosse considerada satisfatória, era datilografada, conforme consta no depoimento de um militante da VPR: “Confirma as declarações anteriores. Quanto a declaração manuscrita, foi a mesma analisada com o declarante e sanadas as dúvidas existentes, a qual já pode ser datilografada”.³³¹ Essa documentação, por ser um registro da fala do depoente, servia como prova de suas afirmações, podendo ser a qualquer momento comparada com o depoimento posteriormente colhido no DOPS.

Visto que as declarações prestadas nos interrogatórios da CE/OB eram muitas vezes contraditórias e confusas, a essa documentação era anexado um ofício de apresentação do

³²⁸ SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha*, p. 244-245.

³²⁹ Documento redigido à mão pelo detido descrevendo seus contatos e sua atuação política.

³³⁰ JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog*, p. 174. O jornalista Paulo Markun, que esteve preso no DOI, descreve o documento da seguinte maneira: “Éramos obrigados a produzir, de próprio punho, detalhadas descrições de nossa militância e das confissões arrancadas sob tortura”. MARKUN, Paulo. *Meu querido Vlado*, p. 9.

³³¹ *Interrogatório preliminar*. 10/12/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 168, 34819.

detido,³³² no qual suas principais características, atividades e contatos políticos eram explicitados. Essas informações sumárias continham o roteiro das informações que deveriam constar no auto de interrogatório realizado no DOPS. Anexava-se, a esse conjunto, uma lista do material apreendido na residência, no “aparelho” ou no veículo do preso político.

Paralelamente a esse esquema de envio de documentação, endereçada exclusivamente ao DOPS, foi criado outro, em agosto de 1970.³³³ Uma “informação”, difundida junto à comunidade de informações,³³⁴ anunciava a emissão de “resumos de declarações” prestadas na CE/OB, nos dias 18 e 19 de agosto de 1970,³³⁵ e listava o nome de 25 depoentes, seguidos da grade de presos do mesmo período. Em seguida, vinham as páginas contendo a transcrição das sessões de interrogatório preliminar ocorridas nos dias indicados. Essa nova modalidade de divulgação das informações extraídas dos depoentes mostra a urgência em transmitir, para os outros órgãos de repressão e de informação, os dados colhidos, ainda que não tivessem sido verificados. Havia, portanto, essa prática de comunicar à comunidade de informações tudo quanto pudesse servir de pista ao combate das organizações de esquerda, mesmo que se averiguasse, posteriormente, não passar de boato ou de engano era freqüente. Diferente da maneira coordenada com que os depoimentos eram enviados ao DOPS, essa outra forma evoca uma “manufatura” de depoimentos. Temos, portanto, duas faces do funcionamento do órgão: a de produção em série e ininterrupta de depoimentos de presos políticos, divulgados em seu estado bruto, ao lado de uma engrenagem de extração, averiguação e depuração dos depoimentos – por meio de investigações, análises de documentos e, principalmente, de estratégias variadas de inquirição dos presos políticos.

Além da documentação eram encaminhados ao DOPS os próprios presos políticos e o material recolhido. No caso de o depoente ter sido capturado pelo DOPS, podia ocorrer um

³³² Esse ofício era provavelmente confeccionado por agentes da Turma de Análise de Informações, cujas atribuições incluíam “Elaborar as Informações encaminhadas à 2ª Seção do Exército” ou pelos agentes da Assessoria Jurídica e Policial, responsáveis pela assessoria em assuntos de polícia judiciária. *Sistema de Apostila Segurança Interna. SISSEGIN*. [1974?], cap. 2, p. 32, 34.

³³³ Não se pode ser muito rigoroso com a definição das datas, uma vez que esse acervo não contém a totalidade de documentos produzidos pela Operação Bandeirante e pelo DOI. As datas indicadas referem-se às constantes nos primeiros exemplares encontrados dentro do Dossiê Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9. No caso, trata-se da *Informação n° 1673/70*. 28/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 79, 14420.

³³⁴ Composta de: Centro de Informações do Exército, 6º Distrito Naval, 4ª Zona Aérea, Serviço Nacional de Informações/Agência de São Paulo, Centro de Informações e Operações da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo.

³³⁵ Normalmente de um dia para o outro, correspondendo ao turno de uma das equipes de interrogatório preliminar.

interrogatório preliminar no próprio órgão. Mas em seguida aquele era conduzido ao DOI – assim como o depoimento preliminar –, cujos agentes, por sua vez, o reconduziam ao DOPS, ao final do processo. Ocorria também de o preso político ser solicitado novamente, para esclarecer algum ponto, conforme se pode observar neste ofício endereçado ao DOPS:

O Exmo Sr Gen Chefe do Estado-Maior do II Exército, Chefe do Centro de Operações de Defesa Interna (Operação Bandeirante), incumbiu-me de restituir-vos os presos UBIRATAN DE SOUZA (“GREGORIO”) e VALNERI NEVES ANTUNES (“ÁTILA”), após terem sido reinterrogados no DOI.³³⁶

Poderia ainda acontecer uma acareação do preso com outro militante: “O Exmo Sr Gen Cmt da 2ª DI incumbiu-me de restituir-vos MARLENE DE SOUZA SOCAS (“EUNICE”), após ter sido acareada na OB, com MARCOS PENNA SATTAMINI DE ARRUDA (“ZÉ”), ambos da AP”.³³⁷ Por vezes, ainda, o preso político era conduzido ao DOPS para prestar declarações, mas deveria logo em seguida retornar ao DOI: “Informo-vos ainda, que o preso ora apresentado, após ouvido deverá retornar ao DOI/CODI/II Ex. Para tanto, a escolta que o conduz aguardará nesse Departamento”.³³⁸

O vai-e-vem dos depoentes entre os dois órgãos obedecia à lógica da obtenção de informações, da observância aos prazos legais para a formação dos inquéritos e da correspondência entre as informações prestadas no DOI e o depoimento oficial do DOPS. Havia casos em que, a partir de outros depoimentos, sentia-se a necessidade de complementar informações de um indivíduo já sob a tutela do DOPS. Podia acontecer de o preso político ser encaminhado às pressas ao DOPS para evitar que o prazo dos trâmites judiciais fosse desrespeitado, como mostra este ofício: “Solicito-vos seja o referido indivíduo requalificado por êsse Departamento e os respectivos Autos encaminhados à 1ª Auditoria da 2ª CJM, com a máxima urgência, a fim de que sejam os mesmos incluídos no processo a que o mesmo está respondendo”.³³⁹ O depoimento oficial do DOPS devia conter os elementos considerados mais relevantes das múltiplas sessões de interrogatório realizadas pelos agentes do DOI. Em relatório do DOPS, endereçado ao delegado adjunto do setor de Ordem Social, consta, por

³³⁶ *Ofício n° 228-E/2-DOI*. 07/12/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 83, 15328.

³³⁷ *Ofício n° 72 3-OB*. 11/07/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 80, 14569.

³³⁸ *Ofício n° 631/74-E/2-DOI*. 18/10/1974. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 192, 39050.

³³⁹ *Ofício n° 725- E/2-DOI*. ?/09/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 161, 33447.

exemplo, que “Conforme determinação de V. Sa., e protocolado nº 1725, datado de 14/4/70, do Cartório desta especializada, ouvimos MARCO ANTONIO MORO, tendo o mesmo confirmado ‘in Toctum’, o declarado na Operação Bandeirantes”.³⁴⁰ Se as declarações prestadas no DOPS não coincidiam com o depoimento efetuado no DOI, o preso político era novamente interrogado pelo segundo órgão. Foi o caso de um “apoio” da Ala Vermelha do PC do B, que, restituído ao DOI, limitou-se a afirmar: “Confirma suas declarações anteriores, prestadas neste DOI, nada mais tendo a acrescentar”, ao que se segue uma análise dos interrogadores:

OBSERVAÇÃO DA EQUIPE DE INTERROGATÓRIO PRELIMINAR

As declarações do depoente feitas neste DOI, não confrontam [sic] com as declarações prestadas pelo próprio no DEOPS nos seguintes tópicos: [...] Tendo em vista as declarações de JORGE KURBAN ABRAHÃO (“BRAZ”) neste DOI, chega-se a conclusão de que “BRAZ” era elemento de apoio do MRT, e participava de reuniões e “cobria pontos” com PLÍNIO PETERSON PEREIRA (“GAÚCHO” ou “MARCOS”).

Em suas declarações no DEOPS, JORGE KURBAN ABRAHÃO (“BRAZ”) faltou com a verdade em quase todos os tópicos de suas declarações.³⁴¹

Algumas denúncias consignadas nos interrogatórios realizados na Auditoria expressam o clima no qual os depoimentos eram realizados nas dependências do DOPS, como o desta socióloga, relatando que,

alertada de que deveria responder afirmativamente ao encarregado do inquérito, a todas as perguntas e haveria comparação entre aquilo que disse no DOI e se, houvesse divergência ela seria conduzida ao DOI passando por outros tormentos sendo usada uma expressão que ela bem guardou, ou seja, haveria “repique” e então, ela confessaria mesmo tudo o que já constava das declarações anteriores; que disseram à interrogada que tomaria choques, inclusive, na língua, o que impediria qualquer outro pronunciamento ainda que quisesse; que ela não poderia falar e apenas ficaria “babando” [...]³⁴²

Mais uma vez a tortura aparece não como mero instrumento de obtenção de informações, mas como uma ferramenta de submissão da vontade do preso político. Nesse caso, a ameaça proferida segue no sentido contrário, o de impedir que a interrogada dissesse

³⁴⁰ *Relatório – DOPS*. 15/04/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 70, 12425.

³⁴¹ *Interrogatório preliminar*. 10/03/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 111-A, 21510-21509.

³⁴² *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 3, As torturas, (1972), p. 932.

mais alguma coisa, contradizendo o que afirmara anteriormente. Situação igualmente dramática é apresentada por um coronel da Polícia Militar, acusado de pertencer ao PCB:

No DOPS, vi-me na contingência de ter que assinar depoimento feito nos mesmos termos do que fora feito no DOI, pois havia o perigo de retorno a esse Órgão policial, caso negasse qualquer dos termos de meu depoimento feito no DOI. Aliás, nada menos de duas vezes, retornei àquele órgão depois de me encontrar no DOPS. E as torturas se repetiam. Minha sobrevivência estava em jogo, ou confirmava e assinava tudo o que me fosse apresentado ou eu teria deixado de viver, possivelmente.³⁴³

Outros relatos feitos na Auditoria ressaltam, principalmente, o fato de o depoimento do DOPS ser baseado nos interrogatórios preliminares do DOI, como a de um comerciante afirmando que, “No DEOPS, o escrivão limitou-se a copiar o meu ‘depoimento’ prestado no DOI-CODI e deixou claro que caso eu não o assinasse, voltaria para o DOI-CODI”.³⁴⁴ O mesmo aconteceu com um militante do PC do B, em cujo relato consta que “foi chamado [no DOPS] para o que denominam ‘fazer o cartório’; que, quando esperava ser interrogado, viu o que ocorria, na realidade, era quase cópia do denominado relatório de próprio punho elaborado no CODI/DOI-II”.³⁴⁵

A apresentação do preso

Não era por acaso, conseqüentemente, que os ofícios de apresentação/restituição de presos que encabeçavam a série de transcrições dos depoimentos traziam um resumo sucinto do que havia sido revelado, compondo uma espécie de roteiro para o interrogatório oficial. Cabe salientar que os depoimentos continham uma série de inconsistências, informações falsas, contradições e omissões. Nos ofícios fazia-se a triagem, por assim dizer, dos dados verificados, facilitando as etapas posteriores. Caso não houvesse essa triagem, um agente de informações do DOPS teria que se debruçar sobre os depoimentos para identificar as informações válidas, que deveriam ser incluídas no interrogatório do órgão. Ainda que esse documento não fosse elaborado pelos interrogadores, convém que nos detenhamos por alguns instantes em sua análise, pois carrega traços interessantes da lógica do DOI.

³⁴³ *Carta de próprio punho*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 1, A tortura, (1975), p. 557.

³⁴⁴ *Carta de próprio punho*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 1, A tortura, (1975), p. 971.

³⁴⁵ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 2, A tortura, (1975), p. 78.

A escolha dos tópicos implicava forçosamente uma operação seletiva, destacando alguns pontos em detrimento de outros. O estado de saúde dos depoentes era um item ausente, ainda que pudesse ser uma informação importante, já que eles seriam apresentados à Justiça, e as marcas de tortura, se fossem visíveis, poderiam ser prova demasiadamente contundente da prática de coações físicas. Também não eram incluídos dados tais como a quantidade de dias passados no DOI ou o número total de horas de interrogatório. As informações consideradas úteis nesse contexto de envio de documentação para o DOPS não eram, ainda, as inéditas, pois eram processadas pelo próprio DOI, com o fim de fazer novas capturas. Tudo indica que a preocupação maior girava em torno das etapas posteriores, ou seja, fornecer subsídios para a formação do inquérito, que, por sua vez, levaria ao processo judicial.

Constavam, assim, a organização de militância, a lista de ações armadas, as reuniões – normalmente quando não havia outras atividades a citar – e os companheiros mais próximos com os quais o depoente se relacionava. Frequentemente, os ofícios mencionavam agravantes do ponto de vista da implicação, tais como: “participou de várias reuniões da Ala Vermelha, inclusive, algumas delas em sua própria residência”;³⁴⁶ ou do pleno conhecimento do delito praticado: “providenciou homizio a LUIZ ALMEIDA ARAUJO (“RUY” ou “CELSO”), mesmo sabendo que êste estava vindo de CUBA, onde havia treinado guerrilhas a mando da organização subversivo-terrorista denominada ALN”.³⁴⁷ Ocorria de serem incluídos comentários que não se referiam a nenhum delito específico, mas à culpabilidade genérica, uma intromissão no campo do Direito: “como elemento de direção da Ala Vermelha é responsável, mesmo indiretamente, de vários atos subversivo-terroristas praticados por aquela ‘organização’”.³⁴⁸

Tais notações inserem-se no âmbito das funções da polícia, à qual cabe investigar, para além dos fatos em torno do delito, “outros elementos que a polícia considere importantes na avaliação do caráter e do temperamento do indiciado”, envolvendo “aspectos individuais, sociais e familiares, a situação financeira, bem como a conduta emocional antes, durante e

³⁴⁶ *Ofício n° 153-E/2-DOI*. 24/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 150, 31235.

³⁴⁷ *Ofício n° 592-E/2-DOI*. 28/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 103, 19763.

³⁴⁸ *Ofício n° 153-E/2-DOI*. 24/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 150, 31237.

após a ocorrência criminal”.³⁴⁹ O elenco dos principais focos de culpabilidade dos depoentes trai, em certa medida, o sistema de valores daqueles que pinçavam, em meio aos inúmeros depoimentos, os elementos mais relevantes.

“Carregar as tintas” no grau de implicação política também parece ser uma constante. Um exemplo significativo dessa tendência pode ser encontrado no caso da esposa de um militante da VAR Palmares. Em seu depoimento consta “Que devido ao seu baixo nível de politização não pertenceu ou pertence a qualquer partido ou movimento de natureza política”.³⁵⁰ Acareada com um dos dirigentes da organização, este “confirmou, integralmente, as presentes declarações [...] Que sua idéia era aliciar o espôso da mesma para futuramente estruturar um Setor de Inteligência no qual, porém, a declarante não seria incluída devido a má vontade demonstrada quando das discussões de problemas políticos”.³⁵¹ O ofício de apresentação, todavia, afirma que a depoente “era considerada, segundo declarações de CARLOS FRANKLIN PAIXÃO ARAUJO (“MAX”), simpatizante da VAR-Palmares” e que “participou de reuniões da VAR-Palmares, em sua residência e fora dela”.³⁵²

No registro de determinada maneira de interpretar os fatos entram também considerações de ordem mais geral, nas quais se aponta para a impossibilidade de “regeneração”, entendida como uma reinserção na sociedade em outros moldes, dentro dos quais a atuação política estaria ausente. O eixo desloca-se dos delitos em si em direção à trajetória do indivíduo e às suas convicções políticas. Uma militante do Partido Operário Comunista (POC)³⁵³ é assim descrita: “é pessoa de um passado integralmente voltado à subversão através de pixações, panfletagens, greves, reuniões, etc.”.³⁵⁴ Em outro ofício,

³⁴⁹ LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro*, p. 35. Mattos também atentou para esse aspecto dos inquéritos, cujos formulários incluíam dados sobre a escolaridade, hábitos, vida familiar, situação psicológica e vida pregressa do acusado. MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Em nome da segurança nacional*, p. 51.

³⁵⁰ *Interrogatório preliminar*. 04/09/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 94, 17784.

³⁵¹ *Interrogatório preliminar*. 04/09/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 94, 17783.

³⁵² *Ofício n° 808-OB*. 17/09/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 94, 17803.

³⁵³ O POC foi constituído em 1969 a partir de remanescentes das cisões da VAR Palmares, da Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul (do PCB) e de alguns outros militantes. Atuou no Movimento Estudantil de 1968 e possuía alguma presença junto aos meios operários. MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 510.

³⁵⁴ *Ofício n° 633-DOI*. 11/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 169, 35220.

ressalta-se que um dirigente regional da mesma organização “em declaração de próprio punho disse que continuará a luta, incessantemente, contra o atual regime político-econômico brasileiro, até que seja implantado o socialismo no Brasil”.³⁵⁵

Alguns dos itens, por fim, traziam informações que não constavam nos depoimentos ou nas declarações de próprio punho, mas contribuíam para traçar o perfil do preso político, além de constituírem um agravante, tal como a reação violenta à captura, por parte de um dirigente nacional da Ala Vermelha do PC do B: “Quando de sua prisão, reagiu atirando de metralhadora contra os elementos pertencentes ao DOI, encarregados de sua detenção”;³⁵⁶ ou a natureza do material encontrado no momento da detenção: “no ‘aparelho’ onde residia foi apreendido farto material subversivo-terrorista, além de armamento e munições”;³⁵⁷ e até a indisposição em colaborar com a repressão, demonstrada por uma militante do POC:

declarou ter “ponto” com “RITA”, daquele Partido. Conduzida ao local de encontro, tentou a fuga, não conseguindo em face da intervenção de policiais dêste DOI; [...] declarou não ter cooperado com a repressão em face de sua convicção ideológica. Em consequência, o DOI deixou de prender dois elementos subversivo-terroristas.³⁵⁸

Ao encaminhar o ofício de apresentação, portanto, não apenas assinalavam os pontos a serem incluídos no interrogatório oficial do DOPS, como indicavam também a direção que o inquérito deveria tomar, decretando, ou pelo menos sugerindo, o que era mais grave na trajetória do indivíduo.

Testemunho sistemático e extra-oficial

Os “resumos de declarações” ou das “primeiras declarações” – como a transcrição do interrogatório preliminar era denominada, respectivamente, na Operação Bandeirante e no DOI – dificilmente aparecem nos autos dos inquéritos enviados à Justiça Militar.³⁵⁹ Os interrogatórios preliminares constituem, portanto, o testemunho do funcionamento de uma

³⁵⁵ *Ofício n° 697-E/2-DOI. ?/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 176, 36367.*

³⁵⁶ *Ofício n° 386-E/3-DOI. 05/05/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 117, 22829.*

³⁵⁷ *Ofício n° 633-DOI. 11/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 169, 35218.*

³⁵⁸ *Ofício n° 633-DOI. 11/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 169, 35220*

³⁵⁹ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*, p. 174.

engrenagem em que não apenas os procedimentos mas também os próprios produtos eram clandestinos.³⁶⁰ A feição pouco protocolar desses documentos remetem, por um lado, à função extra-oficial que desempenhavam: uma folha de papel sem referências explícitas ao órgão, sem sinais indicando sua procedência e na qual o único formalismo mais evidente devia-se ao cabeçalho, onde constavam sempre algumas informações básicas: nome verdadeiro e falso(s) do depoente, código da equipe de interrogatório preliminar, data e hora da sessão, filiação, endereço e local de captura do depoente, além de um carimbo da 2ª Seção da 2ª Divisão de Infantaria, assinado pelo comandante da Coordenação de Execução da Operação Bandeirante, o major Waldyr Coelho. Por outro lado, a permanência do padrão e a sistematicidade com que os dados eram anotados demonstram um cuidado profissional e minucioso na produção do documento.

Poucos meses após a criação do DOI, a institucionalização do órgão se tornaria mais visível pela modificação da apresentação gráfica dos depoimentos. Em novembro³⁶¹ começam a aparecer exemplares com uma capa, ou folha de apresentação, na qual as marcas do DOI são explícitas³⁶² e com informações sobre o depoente e as condições de sua captura. A utilização da folha de papel é menos econômica, o que poderia sugerir que se estava mais à vontade no ofício. Observa-se, distintamente, a preocupação em indicar a continuidade entre os dois órgãos, mediante a menção à Operação Bandeirante, expressa pelas suas iniciais “OB” entre parênteses, ao lado do “DOI-CODI”. Outra novidade foi a introdução – entre a documentação enviada para o DOPS –, por volta de novembro de 1970, de uma ficha médica³⁶³ – ou “laudo de identificação médica” – sumária e absolutamente informal, contendo dados sobre o estado de saúde dos depoentes: “nome”, “estado geral”, “cabeça”, “pescoço”, “tronco”, “membros superiores”, “membros inferiores”, “marcha” (capacidade de andar normalmente), data e assinatura do médico responsável. Na grande maioria das vezes, ao lado de cada item era manuscrito “bom”, o que leva a crer que apenas eram dignos de nota estados de saúde muito

³⁶⁰ De acordo com os autores do projeto *Brasil: nunca mais*, “As investigações desenvolvidas nesses órgãos eram clandestinas e, do ponto de vista jurídico, ilegais”. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*, p. 174.

³⁶¹ *Interrogatório preliminar*. 17/011/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 98, 18722A.

³⁶² A folha de rosto traz as seguintes inscrições, no alto da página: “Ministério do Exército – II Exército – Quartel General CODI/II Ex (OB) – DOI”. Ver exemplo nos anexos.

³⁶³ *Ficha médica*. 09/11/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 112, 21843. A introdução da ficha médica, uma espécie de exame de corpo delito informal deve-se, com toda probabilidade, à divulgação de denúncias de tortura, por parte dos presos políticos que se encontravam no Presídio Tiradentes.

comprometidos.³⁶⁴ Por volta de agosto de 1971, parte das declarações de próprio punho passa a ser orientada por um questionário, denominado perguntório.³⁶⁵

É interessante notar que, em comparação com as transcrições de depoimentos preliminares em outros órgãos – como o DOPS, o DPF ou as delegacias regionais –, as do DOI eram muito mais minuciosas, do ponto de vista burocrático, contendo informações omitidas nos outros casos – equipe, horário e data da sessão – e seguindo um modelo sistemático, ao passo que as do DOPS não eram sequer datilografadas em papel timbrado. Essa discrepância decorria do fato de que o que era uma atividade-meio para os outros órgãos era uma atividade-fim para o DOI. Vale salientar, igualmente, que o fato de os depoimentos serem enviados ao DOPS revela um cuidado formal – embora extra-oficial – com o registro do interrogatório preliminar. Esse cuidado parece dizer respeito à imagem que o órgão tinha de suas funções, pois, ainda que estas ultrapassassem as fronteiras da legalidade, estavam perfeitamente inscritas dentro de um quadro institucional e, portanto, deviam ser registradas como tal. A indicação precisa dos dias e horários de início e fim de cada sessão demonstra que o trabalho executado pelos interrogadores era monitorado e que estes precisavam prestar contas de suas atividades profissionais. Poder-se-ia indagar por que os depoimentos não eram simplesmente resumidos nas informações que deveriam ser reproduzidas no interrogatório oficial e enviados nesses moldes ao DOPS. Minha hipótese é a de que uma prática desse tipo não seria condizente com a maneira pela qual o papel do DOI era entendido pelos seus comandantes. Estes estariam convencidos de que desempenhavam uma importante função social ao obrigar os presos políticos a dizerem “a verdade”, e era o resultado dessa operação que transmitiam aos outros órgãos repressivos. Dentro desse raciocínio, não se tratava de um procedimento arbitrário de impor uma versão (dos agentes do DOI) sobre a outra (dos presos políticos), mas de auferir a “verdade” por meio de métodos

³⁶⁴ A grafia manuscrita, em termos médicos abreviados, não favorece a compreensão das poucas observações que aparecem.

³⁶⁵ Não há registro da palavra “perguntório” no dicionário *Houaiss*. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. O termo, muito provavelmente, fazia parte do vocabulário próprio à comunidade de informações. Ao que tudo indica, significa um questionário exaustivo. O brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, em depoimento aos pesquisadores do CPDOC, emprega-o ao referir-se à verificação pela qual passava um aspirante ao serviço de informações: “Qualquer pessoa que trabalha com informações é estudada do ponto de vista familiar, de vida, tudo. Faz-se uma espécie de “perguntório” em torno de seus amigos pessoais, e assim obtém-se uma informação muito grande a respeito do oficial”. D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 188 O primeiro “perguntório” que aparece no acervo pesquisado data de agosto de 1971. *Perguntório*. 17/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 175, 36167.

coercitivos. Entretanto, a utilização da violência implica necessariamente a imposição de determinada visão dos acontecimentos e de certa ordem discursiva.

A fala do pastor presbiteriano James Wright, um dos autores do projeto *Brasil: nunca mais*, ajuda a explicar o zelo burocrático dos agentes do DOI:

os militares brasileiros eram tecnocratas. Faziam questão de fazer as coisas de acordo com as regras, mesmo que os resultados fossem cruéis e perversos. Por exemplo, eles tinham a obsessão de manter um registro completo de tudo o que faziam. Nunca pensaram que alguém fosse examinar esses registros – certamente não de modo sistemático. Nunca imaginaram que teriam que prestar contas a quem quer que fosse. Mas o protocolo, os procedimentos estabelecidos, exigia registros completos e bem ordenados, de modo que eles os fizeram.³⁶⁶

A mesma atenção aplicada na transcrição dos interrogatórios e na confecção de outros documentos era empregada na omissão sistemática de toda e qualquer referência aos métodos violentos utilizados na obtenção de informações. Essa cautela leva a crer, contrariando em parte o argumento do reverendo Wright, que talvez não desacreditassem de todo que esses registros pudessem ser lidos por indivíduos externos à comunidade de informações. Seja como for, essa ambigüidade evidencia claramente um importante aspecto da cultura autoritária brasileira. Como destaca a historiadora Maria Aparecida de Aquino, essa documentação

nos diz muito acerca do Autoritarismo Republicano Brasileiro. A extrema preocupação com o formalismo legal e com a aparência democrática, escondendo uma brutal realidade de torturas, mortes e desaparecimentos, em pleno reino da ilegalidade e da ausência de legitimidade.³⁶⁷

As menções ao tratamento dispensado pelos interrogadores, nas raras vezes em que apareceram, foram positivas. No depoimento de um militante do POC, na primeira vez que foi detido, consta que:

não se apresentou há tempos por temer o trato, que segundo diziam na Faculdade da USP onde frequentou até 1969, era de violência, e mais, diziam que era preciso ser muito forte para sair com vida; que nada tem a reclamar do tratamento dêste DOI pelo contrário, acha que está sendo bem tratado.³⁶⁸

³⁶⁶ WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo*, p. 22.

³⁶⁷ AQUINO, Maria Aparecida de. Ambigüidades do autoritarismo republicano brasileiro. In: AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Lemes de; SWENSSON JR., Walter Cruz (Org.). *A alimentação do Leviatã nos planos regional e nacional*, p. 54.

³⁶⁸ *Interrogatório preliminar*. 25/01/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 118, 22895.

Mais tarde, no auto de qualificação e interrogatório, já na Auditoria, declararia que “depois de passar por 3 vezes na OBAN, resolveu assinar qualquer depoimento”.³⁶⁹ Deve-se observar que nas raras ocasiões em que surge alguma referência sobre o acolhimento pelos interrogadores, estas vêm invariavelmente acompanhadas de uma forte carga de medo, relacionadas às notícias de maus-tratos e torturas:

que “JOÃO” e “ZEZINHO” bem como o depoente há muito pretendiam entregar-se mas temendo violências físicas, dado ao que sabia através a imprensa falada e escrita, não tinham coragem de fazê-lo; que a prisão de sua esposa LIA CARVALHO DE LIMA deu ao depoente a coragem que lhe faltava para se apresentar.³⁷⁰

O cuidado no registro do que se passa durante e em torno do interrogatório envolve igualmente as passagens que descrevem a impossibilidade de se efetuar ou continuar o inquirimento, em função do estado de saúde do depoente. Esse registro põe em xeque o argumento tantas vezes repetido pelos agentes repressivos de que é necessária certa dose de coação física para se obterem certos dados, pois o emprego da coação também pode impedir que essas informações sejam transmitidas. As notações sobre as condições físicas do interrogado, sumárias e pouco explicativas, são mencionadas como um impedimento técnico para a realização do trabalho dos interrogadores. Desse modo, fica implícito que o interrogatório é suspenso ou deixa de ocorrer não pela ação dos interrogadores – que provocaram aquele quadro clínico –, mas pelo estado do depoente, como se fosse uma condição independente da vontade e da ação dos agentes do DOI, como demonstra esta observação feita em depoimento de uma militante da ALN: “Apesar dos esforços, deixa de ser interrogada a contento, em virtude de não apresentar condições físicas e psicológicas, para tal”.³⁷¹

As denúncias de torturas praticadas durante os interrogatórios preliminares, feitas na Auditoria, parecem ecoar ainda mais vivamente, por contraste, diante de uma admissão apenas metafórica dos métodos violentos sistematicamente aplicados pelo DOI. No

³⁶⁹ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 1, A tortura, (1971), p. 676.

³⁷⁰ *Interrogatório preliminar*. 06/11/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 112, 21857.

³⁷¹ *Interrogatório preliminar*. 28/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 166, 34594. Em depoimento na auditoria, registrado no “auto de qualificação e interrogatório”, a militante em questão declararia que “deve constar que as prisões e perdas de elementos de esquerda se deram em razão das declarações prestadas sob tortura à autoridade policial”. Projeto *Brasil: nunca mais*. Tomo V, v. 3, As torturas, (1971), p. 25.

depoimento de um dirigente da VAR Palmares lê-se: “OBSERVAÇÃO: Visto o declarante não apresentar condições físicas de continuar o interrogatório, passou a esclarecer somente alguns pontos”.³⁷² As circunstâncias reais são explicitadas na leitura dos autos de interrogatórios da Auditoria, onde o mesmo dirigente explica a conjuntura que originou a observação citada:

Quer também declarar que quando foi preso em São Paulo, foi barbaramente torturado pelas autoridades policiais, quer da Operação Bandeirante, quer no DOPS, sendo que quer citar o nome (ileg.) do Exército de sobrenome ALBERNAS, que o submeteu a diversas modalidades de tortura, entre as quais: cadeira de dragão, pau-de-arara e, especificamente, choques elétricos que visavam os órgãos genitais, bem como foi torturado fisicamente no CODI da Guanabara.³⁷³

Fica evidenciado, portanto, que a transcrição dos interrogatórios preliminares obedece, por um lado, a uma lógica de visibilidade: registro minucioso e sistemático de determinados procedimentos do órgão, incluindo os turnos de trabalho das equipes e os resultados obtidos. Por outro lado, obedece a uma lógica de ocultação ou, pelo menos, de não-menção aos métodos violentos que permitiam que as informações transcritas fossem extraídas. Não que a violência em si esteja ausente. Ela atravessa alguns dos depoimentos – conforme os trechos citados – em seus resultados – nas descrições de determinados estados de saúde – e na evocação do repertório de idéias em torno do órgão, difundido nos meios estudantis e na imprensa, como mostra este trecho do depoimento de uma militante da AP:

A declarante declara que ao chegar na OB, ocultou toda a verdade, pelo terror de que estava possuída, dado notícias da revista VEJA e imprensa internacional. O que mais a apavorou foi a possibilidade do pessoal da OB, se soubesse que ela tinha uma filha de 8 (oito) meses, tomá-la e submetê-la a tortura. Havia lido uma declaração de uma advogada à ONU, onde esta cita o casal que teve seu [filho] de 4 meses em mãos da polícia (não sabe o setôr) a qual deu choque na criança, ocasionando sua morte e a loucura da mãe.³⁷⁴

A violência também se insinua em falas que indicam um enorme sofrimento físico e/ou psíquico, relatado aqui por um militante da VPR que pretendia pôr fim a sua própria vida: “que, esta noite, o depoente pensou em tentar o suicídio, quando fosse levado para

³⁷² *Interrogatório preliminar*. 13/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 93, 17582.

³⁷³ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 1, A tortura, (1970), p. 552.

³⁷⁴ *Interrogatório preliminar*. 03/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 76,13813.

cobrir um “ponto de rua”, se atirando debaixo de um automóvel”.³⁷⁵ Poder-se-ia argumentar que não haveria funcionalidade de incluir nos documentos a descrição dos métodos de tortura utilizados. Do ponto de vista burocrático, o argumento tem validade. Penso, contudo, que se não houvesse nenhum tipo de interdição à prática da tortura, não seria despropositado pensar que esse registro poderia ser feito, tanto como prestação de contas do trabalho efetuado quanto como referência sobre a eficiência desse ou daquele método.

Conta o ex-dirigente do PCB Marco Antônio Tavares Coelho que procurou fazer constar em seus depoimentos que seus companheiros de partido desaparecidos no ano anterior haviam sido assassinados pelos órgãos repressivos.³⁷⁶ Não demorou muito para que viesse uma advertência escrita da turma de análise: “os interrogadores estão caindo no jogo de MATC, quando ele declara que (os cinco) foram assassinados por nós. Não aceitar isso nos depoimentos”.³⁷⁷ A manobra chegava a tal ponto que, diante da nova estratégia do dirigente comunista, de dizer que haviam sido assassinados pela CIA, veio a seguinte instrução: “interrogar ao máximo MATC, descendo o pau, se necessário, pois o PCB é que sumiu com os desaparecidos, para fazer campanha contra os órgãos de segurança”.³⁷⁸ Numa completa inversão, os interrogadores passaram a torturá-lo para que indicasse o paradeiro dos cinco comunistas. A situação é inverossímil, pois era muito improvável que os agentes do DOI desconhecêssem o paradeiro dos comunistas mortos. Portanto, configura-se como a imposição de uma sujeição máxima ao interrogado, numa manipulação perversa da lógica dos fatos. Esse episódio ilustra também, com precisão, como o discurso se configura como espaço de disputa, como considera Michel Foucault: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.³⁷⁹

³⁷⁵ *Interrogatório preliminar*. 20/05/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 111, 21347.

³⁷⁶ Eram eles: Walter de Souza Ribeiro (desaparecido em 03/04/1974, em São Paulo e assassinado no Rio de Janeiro, em centro clandestino de tortura), João Massena Melo (desaparecido em 01/04/1973, segundo o ex-sargento Marival Dias Chaves, foi morto com uma injeção para matar cavalos, em centro clandestino de tortura), David Capistrano (desaparecido em 16/03/1974, ao retornar ao Brasil pelo Uruguai), Luiz Ignácio Maranhão Filho (preso em 03/04/1974 e reconhecido pelo ex-médico e torturador Amílcar Lobo no DOI/RJ), José Roman (desaparecido em 16/03/1974, ao retornar ao Brasil pelo Uruguai). MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 322-325.

³⁷⁷ COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*, p 398.

³⁷⁸ COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*, p 398.

³⁷⁹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 10.

Como “testemunhos do funcionamento dos órgãos que os gerou”,³⁸⁰ esses documentos trazem em si “um importante traço distintivo dos documentos de arquivo: o de serem produzidos de forma natural e rotineira, por imperativos de ordem prática, sem qualquer pretensão de informar a posteridade”.³⁸¹ O silêncio sobre a tortura pode ser em parte atribuído à inutilidade funcional de sua inclusão nos registros dos interrogatórios. Porém, parece estar muito mais estreitamente relacionado a uma interdição social que, desde a aprovação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, excluiu essa prática do rol de métodos aceitáveis. O modo com que o general Leônidas Pires Gonçalves formula a questão deixa transparecer a ambivalência flagrante com que as Forças Armadas trataram o assunto, criando uma distinção entre a prática cotidiana dos órgãos repressivos e o discurso oficial – representado pelas leis e pelo regulamento interno das armas. O fosso flagrante que existia entre uma e outra parece representar um problema muito mais contornável do que uma possível admissão oficial da prática da tortura:

Admito que houve tortura na repressão da década de 70, mas ela não estava prevista nos regulamentos militares nem na orientação adotada pelos altos-comandos e, portanto, não poderia ser aplicada legalmente, ao arrepio da lei e das normas militares.³⁸²

Como afirma o general Gustavo Moraes Rego Reis,

Quanto ao comandante, ninguém daria uma ordem ilegal por escrito, assumindo integralmente a responsabilidade. Ninguém faria isso conscientemente. A conivência ou a omissão entre chefes e subordinados e a impunidade implicaram em graves prejuízos para a hierarquia e a disciplina, todos nivelados pela ilegalidade das operações e pelo arbítrio. Paradoxalmente, um movimento revolucionário, desencadeado e levado às suas últimas conseqüências para preservar os princípios da hierarquia e da disciplina e os valores éticos ameaçados pelo comunismo e pela subversão, não conseguiu preservá-los suficientemente em sua própria dinâmica.³⁸³

Assumir o uso da tortura significaria descortinar a aparência democrática que o regime militar queria manter a todo custo, mantida pela instituição do bipartidarismo, pelo funcionamento do Congresso Nacional – exceto em momentos pontuais –, pela compulsão

³⁸⁰ CAMARGO Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte, p. 15.

³⁸¹ CAMARGO Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte, p. 11. Evidentemente isso não significa que esses documentos sejam “ingênuos”, que não carreguem uma forte dose de intencionalidade.

³⁸² Depoimento do general Leônidas Pires Gonçalves, publicado em CONTREIRAS, Hélio. *Militares: confissões. Histórias secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, p. 73.

³⁸³ Depoimento do general Gustavo Moraes Rego Reis, publicado em D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 157.

legisladora de seus dirigentes e pelos discursos de exaltação da democracia, proferidos por todos os generais-presidentes.³⁸⁴

2.2 A ordem do discurso

A transcrição dos interrogatórios preliminares se dá dentro do que o filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin denomina de “gênero do discurso”, entendido como o repertório relativamente estável de enunciados (orais e escritos) utilizado por determinado grupo social, em certo contexto. Bakhtin cita, entre outros exemplos, o gênero dos documentos oficiais, que costumam seguir um padrão definido: “A variedade dos gêneros do discurso pressupõe a variedade dos escopos intencionais daquele que fala ou escreve”.³⁸⁵ Seria inoportuno extrair das marcas que são próprias à confecção de dado documento, devido a seu pertencimento a um gênero discursivo, conclusões a respeito do fenômeno que o produziu, sem considerar que essas marcas dizem respeito a uma tradição muito mais ampla. A transcrição das declarações feitas no contexto do interrogatório não leva em conta as questões formuladas, mas tão-somente a fala encadeada do depoente, como se este estivesse proferindo determinado discurso³⁸⁶ sem qualquer interferência. Esse padrão é característico do gênero do discurso em que se incluem os documentos da polícia e pode ser encontrado, igualmente, na anotação de boletins de ocorrência.

A descrição do gênero que o interrogatório transcrito constitui pode ajudar a melhor captar o seu modo particular de produção e representação da realidade. A ausência de perguntas³⁸⁷ deve-se muito provavelmente à natureza do inquérito, fase inicial de uma série de procedimentos que poderão desembocar no âmbito da Justiça. No inquérito policial prevalecem as características inquisitoriais, não havendo o contraditório, ou seja, a

³⁸⁴ AQUINO, Maria Aparecida de. *Mudanças e permanências*, p. 48.

³⁸⁵ BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 291.

³⁸⁶ Discurso aqui entendido como “enunciado oral ou escrito que supõe, numa situação de comunicação, um locutor e um interlocutor”. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*, p. 1054.

³⁸⁷ Houve uma exceção a essa regra, em maio de 1972, quando um grupo de oito advogados de prisioneiros políticos, que se encontravam no Presídio Tiradentes, elaborou um documento denunciando uma série de irregularidades aos quais os detentos estavam sendo submetidos. Os agentes do DOI, preocupados com uma greve de fome realizada por uma parcela desses presos, devido à transferência de alguns deles para a Casa de Detenção, decidiram interrogar os advogados. Dentro da documentação analisada, essas são as únicas sessões de interrogatório preliminar em que as questões – normalmente as mesmas para cada advogado – estão reproduzidas na transcrição do depoimento.

possibilidade de o indivíduo suspeito defender-se da acusação que lhe é imputada, uma vez que, juridicamente, essa acusação não foi formulada. As questões feitas ao suspeito adquirem menor importância, pois não precisam estar diretamente conectadas com a razão que o levou a ser inquirido. Toda informação pode ser útil no sentido de investigar a possível culpabilidade: “O sistema inquisitório não afirma o fato; *supõe* sua probabilidade, *pressupõe* um culpado e busca provas para condená-lo. O sistema procura fornecer ao juiz *indícios* para que a *presunção seja transformada em realidade*”.³⁸⁸

O padrão seguido no registro escrito do interrogatório se apresenta com tal regularidade que a leitura eventual de outro modelo chama a atenção. Um dos depoimentos, de março de 1970, apresenta um formato com estrutura textual claramente distinta das demais. A narrativa não fica em suspeição como nas fórmulas “afirma que”, “declara que” – ou seja, em discurso indireto. Embora também seja escrita em terceira pessoa, por mencionar o nome da depoente e usar o pronome pessoal “ela”, o texto produz um efeito de proximidade, de alguma empatia:

Ela, mais do que êle [seu marido], discordava e também colocava que pretendia ter filhos e cuidar deles e assim, limitava sua disponibilidade para o trabalho. Ela passou muito tempo, sem fazer “nada”, desinteressada pela situação e pensando em um modo de conciliar as coisas: família e política.
³⁸⁹

O texto é dividido em itens que, parece razoável supor, correspondiam à lista de informações requeridas pela Subseção de Análise.

Outra surpresa ocorre em março do ano seguinte, quando um depoimento é transcrito com a marca da primeira pessoa, após a apresentação: “DECLAROU com suas próprias palavras que:”. Em suas primeiras frases, assemelha-se muito à estrutura das declarações de próprio punho:

O homem nasce, cresce e se desenvolve, também intelectualmente, preocupa-se com as coisas que o cercam, e concebe suas idéias de acordo com as circunstâncias em que se desenvolveu. Assim também ocorreu comigo. Filho de pais pobres, estudando com imensa dificuldade, tive os primeiros contatos com livros que se preocupavam em explicar os acontecimentos que geram o desenvolvimento da sociedade.³⁹⁰

³⁸⁸ LIMA, Roberto Kant de. A tradição inquisitorial, p. 68. (Grifos do autor.)

³⁸⁹ *Interrogatório preliminar*. 02/03/1970, Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 76, 13819.

³⁹⁰ *Interrogatório preliminar*. 22/03/1971, Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 118, 22863-22862. Talvez se tratasse de uma declaração de próprio punho não identificada como tal. No

Nesse caso, o efeito produzido é um aumento considerável da presença simbólica do depoente, em prejuízo ao enquadramento do órgão, mais evidente no modelo padrão. Essas exceções à norma, que podem ser fruto da inexperiência do agente encarregado da transcrição, evidenciam a regularidade de determinados procedimentos que, mais uma vez, atestam para o caráter sistemático e formal do funcionamento de um órgão, no entanto voltado para atividades extralegais. A minúcia constitui, igualmente, uma característica constante. Os nomes dos indivíduos citados em depoimentos costumam ser acompanhados de todos os codinomes adotados pelo militante. No caso de menção a fatos extraídos de outros interrogatórios, consta o nome completo do autor das declarações e as indicações da sessão em que foram feitas (data e horário), de maneira que a origem das informações possa ser devidamente checada.

O gênero discursivo do qual esses depoimentos fazem parte apresenta o interrogatório como um monólogo do interrogado – são raras as vezes em que é empregada a fórmula “perguntado se”, que explicita, ainda que indiretamente, a questão formulada. A imagem veiculada pelo documento, na grande maioria das vezes, é a de que a fala do interrogado se faz independentemente do interrogador, cuja presença, entretanto, insinua-se nos cortes, em quebras bruscas de assunto ou em observações acrescidas em alguns dos casos. Ao mesmo tempo, o emprego do discurso indireto na apresentação da fala do depoente interpõe entre este e sua fala certo distanciamento, uma opacidade, perceptível em contraste com as exceções citadas.

A forma através da qual o interrogatório preliminar – enquanto fenômeno social – é transcrito, materializando-se num documento escrito, deixa entrever indícios do funcionamento da dinâmica não apenas do interrogatório em si, como também do processo de seu registro. Ambos os procedimentos – o interrogatório e sua transcrição –, embora possam por vezes confundir-se, são úteis à compreensão do funcionamento do órgão que lhes deu origem. A transcrição dos interrogatórios envolvia uma série de operações, assim descritas pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra:

No interrogatório preliminar, feito no DOI, as declarações do interrogado eram anotadas à mão pela equipe de interrogatório. Esse manuscrito era encaminhado à Turma Auxiliar que o datilografava. Depois de datilografado, retornava à equipe de Interrogatório para conferência e aprovação. No final do plantão essas declarações eram encaminhadas para a Seção de Análise,

entanto, parece improvável, pois há uma declaração de próprio punho em nome do depoente, em outra data, e o texto é diferente.

que estudava as informações. O depoimento de próprio punho, escrito à tinta pelo preso, era datilografado.³⁹¹

Não se pode compreender a dinâmica do interrogatório sem procurar discernir não apenas quais são os atores envolvidos, mas como cada um se posiciona na produção da cena. Nem todas as etapas parecem estar contempladas no esquema explicativo acima reproduzido. É comum encontrar anotações que parecem ter sido acrescentadas após a sessão, provavelmente por um agente de análise, ou pelo agente da turma de interrogatório, como a inclusão dos termos “preso” ou “morto” ao lado dos nomes citados pelo depoente, ou observações tais como “Esta declaração foi confirmada por CARLOS FRANKLIN PAIXÃO ARAUJO. (“MAX”)³⁹² ou “Que confirma as suas declarações anteriores; que a reunião referida na linha 27 da fôlha 1 de seu depoimento de 18/19 Jun 71, das 1900 às 2330 horas, não se realizou em março de 1970, e sim, em março de 1967”.³⁹³ São adendos que não prescindem de uma consulta à documentos anteriores, que não poderiam ser concomitantes à anotação do depoimento, o que fica claro, ainda, neste trecho do depoimento de uma dirigente da VPR:

A fim de esclarecer declarações prestadas à Equipe de Interrogatório Preliminar A-1, do dia 17 Mai 70, das 1850 às 1930 horas informou o seguinte:

MAN é a abreviatura do codenome “Manso”, de JUAREZ GUIMARÃES BRITO

NUN é a abreviatura do codinome Nunes [...]

MACIEL é companheiro da “LIDIA”.³⁹⁴

A descrição do interrogatório, feita pelo general Fiúza de Castro, para além de certa aura cinematográfica, aponta para um conjunto de profissionais em torno do ato de inquirição:

Todo interrogatório é monitorado, não só visualmente, através daquele espelho falso, como por meio de escuta dentro da sala de interrogatório, e às

³⁹¹ Essa descrição me foi enviada por e-mail pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, depois de reiterados pedidos, respondendo à seguinte pergunta: “Como e por que profissional (estenógrafo, taquígrafo, datilógrafo) as informações dadas pelos depoentes eram anotadas e por que fases (transcrição, análise, comparação) passavam antes de serem datilografadas e enviadas ao DEOPS?” Em seguida, enviei outras questões, mas não obtive nenhuma resposta. Em seu livro, o ex-dirigente comunista, Marco Antônio Tavares Coelho faz uma exposição semelhante: “Em geral o preso é mantido sentado num tamborete, a uns três metros da mesa, usada pelo interrogador para escrever o depoimento. Ao contrário dos interrogatórios no DOPS [...], no DOI o depoimento é anotado à mão pelo interrogador”. COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*, p. 391.

³⁹² *Interrogatório preliminar*. 10/09/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 94, 17838.

³⁹³ *Interrogatório preliminar*. 23/06/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 103, 19844.

³⁹⁴ *Interrogatório preliminar*. 18/05/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 77, 13833.

vezes, do lado de fora com dois, três ouvindo, monitorando e pensando. O interrogador que está dentro também recebe instruções do pessoal de fora para fazer certas perguntas, mas o preso não os vê.³⁹⁵

Estivessem ou não diretamente presentes no ato de transcrição do depoimento – ou mesmo, em alguns casos, no interrogatório em si –, os analistas de informações possuíam importância capital, nos interrogatórios preliminares. Suas atribuições incluíam a análise dos depoimentos prestados no DOI ou recebidos de outros órgãos, o exame do material apreendido nos “aparelhos” e junto aos presos, a pesquisa de dados para complementar ou explicar informações, o fornecimento de subsídios à Subseção de Interrogatórios, a organização de pastas por organização, contendo seu histórico, nomes e codinomes, principais ações, bem como um arquivo com fichas de cada militante – o fichamento do detido também era de sua competência –, a confecção e a atualização de álbuns de fotos de indivíduos presos ou procurados, além de, muito importante, a elaboração das informações repassadas à 2ª Seção do II Exército.³⁹⁶

As marcas de seu trabalho são identificáveis pelos trechos de declarações sublinhados em vermelho, nomes completados à caneta, menção à organização à qual o depoente pertencia – quando não estava explícita no texto –, e método na transcrição das datas e horários dos depoimentos mencionados. Esses agentes eram os responsáveis pela leitura minuciosa de todos os documentos apreendidos em poder dos militantes de esquerda ou encontrados nos aparelhos. Trabalhando em turnos, como seus colegas, constituíam o elo entre as diversas equipes de interrogatório, destrinchando cuidadosamente os depoimentos, comparando-os, identificando lacunas, localizando tanto contradições internas como discordâncias entre depoentes e orientando as inquirições seguintes. A partir das informações obtidas, indicavam quais as questões a serem formuladas para explicar, confirmar, detalhar, complementar e verificar as peças do quebra-cabeça que possuíam e com as quais iam formando, pouco a pouco, o quadro da oposição da esquerda organizada ao regime militar.

São comuns as referências, nos depoimentos, ao trabalho da Subseção de Análise. O fornecimento de material das organizações de esquerda para o esclarecimento de alguns pontos, servindo de base para sessões de interrogatório preliminar, é atestado pelo seguinte início de depoimento de uma militante da ALN: “Sôbre o material fornecido pela equipe de

³⁹⁵ Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, publicado em D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 61.

³⁹⁶ *Apostila Sistema de Segurança Interna. Apostila SISSEGIN*. [1974?], cap. 2, p. 32.

análise esclarece o seguinte [...]”.³⁹⁷ Os subsídios fornecidos pela Subseção de Análise eram de grande valia, pois orientavam o conteúdo dos interrogatórios. A falta desse auxílio podia impedir que a sessão fosse adiante, caso do interrogatório de uma conhecida de um militante do POC, que motivou a seguinte observação do interrogador: “Obs. O interrogatório foi prejudicado, por não ter sido possível localizar as ditas cartas”.³⁹⁸ As cartas em questão haviam sido enviadas a seu esposo, antes do casamento, e poderiam conter algum indício sobre a possível participação da depoente em uma organização clandestina. Outro exemplo refere-se a uma militante da AP, interrogada sem que o material apreendido em sua residência estivesse disponível no momento da sessão, falha técnica devidamente anotada pelo interrogador: “OBS.: Devido ao horário [a sessão transcorreu entre 02:15 e 21:30 horas], esta equipe de interrogatório não pode acrescentar mais detalhes com referência aos elementos acima citados, tendo em vista não contar com o material necessário”.³⁹⁹

Todos os documentos podiam conter elementos que levassem a novas informações, de modo que os agentes de análise tinham o máximo cuidado em conservá-los. Uma sessão de interrogatório preliminar de quatro horas, de um “apoio” do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT),⁴⁰⁰ por exemplo, foi inteiramente consagrada à explanação de um documento:

O interrogador apresentou a depoente um bilhete escrito em castelhano, no qual se encontra um “croquis”, com desenho das Ruas Manoel Soveral, Augusto Araujo e Av. Nova Cantareira. [...] A depoente respondeu, que ignora a maneira pela qual o referido bilhete foi levado para sua residência, alegando que não conhece aquele bairro nem pessoas que ali residem; apresentado também uma possível senha com os dizeres, (perguntar pelo Sr ANTONIO. Dizer da parte do LUCAS, para ver o ULISSES), a depoente alegou desconhecer;

³⁹⁷ *Interrogatório preliminar*. 23/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 92, 17296.

³⁹⁸ *Interrogatório preliminar*. 31/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 109, 20978.

³⁹⁹ *Interrogatório preliminar*. 05/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 76, 13810.

⁴⁰⁰ O PORT foi fundado em 1953, seguindo uma linha trotskista, sob a influência do argentino J. Posadas. Atuou no movimento estudantil e operário e foi o mais importante grupo trotskista do Brasil no período. MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p.523.

OBS: - O “croquis” foi material encontrado na residência de T. V. espôso da depoente, sendo que estava rasgado, tendo sido recomposto pela Equipe de Análise desta OB e que se encontra na pasta de declarações de “SOUZA”.⁴⁰¹

À turma de análise cabia, igualmente, a delicada tarefa de avaliar o conteúdo das informações prestadas, a partir do conhecimento acumulado sobre as organizações e a respeito dos indivíduos interrogados. Em interrogatório preliminar de pessoa ligada ao PC do B, o interrogador dirige-se diretamente aos agentes de análise, atribuindo-lhes a tarefa de julgar a procedência da fala da depoente:

que a declarante se prontifica sendo posta em liberdade a colher elementos que possibilitem à esta OB, a localização de EDYR e ALVARO; que a declarante reafirma as declarações prestadas anteriormente.

Obs.- A sinceridade desta última sugestão, fica a critério da Equipe de Análise.⁴⁰²

Com efeito, os agentes de análise estavam mais bem situados para formar uma visão de conjunto da existência e do estado de mobilização das organizações de esquerda, diferentemente dos interrogadores, cujo trabalho era mais compartimentado. Em rara interferência na descrição de um depoimento, um agente de análise adverte sobre a pouca validade de informações prestadas por uma militante do POC:

OBSERVAÇÃO DA SUB-SEÇÃO DE ANÁLISE DO DOI:

A análise desenvolvida pela depoente não deverá servir de subsídio para estudos sobre o POC. Documentos recentemente apreendidos, revelam que o POC possui uma estrutura atual bem diferente do exposto.⁴⁰³

Entre as tarefas da Subseção de Análise, talvez as mais significativas, para a Subseção de Interrogatórios Preliminares, fossem a elaboração de questões e pontos a serem explorados nos interrogatórios – os analistas “forneciam listas de perguntas capciosas aos torturadores e as linhas gerais das informações que desejavam descobrir antes que terminasse o dia de tortura”⁴⁰⁴ – e a orientação sobre o tratamento a ser dispensado, no intuito de obter as respostas. Em janeiro de 1975, o dirigente comunista Marco Antônio Tavares Coelho foi interrogado por vinte dias consecutivos, no DOI paulista, sob intensa tortura. Nas suas

⁴⁰¹ *Interrogatório preliminar*. 08/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 110, 21191.

⁴⁰² *Interrogatório preliminar*. 19/11/1969. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 068, 11822.

⁴⁰³ *Interrogatório preliminar*. 26/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 169, 35124.

⁴⁰⁴ LANGGUTH A. J. *A face oculta do terror*, p. 177.

memórias relata que conseguiu ler as instruções escritas do chefe da Subseção de Análise – cujo codinome era “capitão Homero” –, onde constava:

Tratamento de Marco Antônio T. Coelho. Proibição de usar roupas, colchão, coberta, proibição de fumar e ler jornais; só pode tomar o café da manhã (pão e um caneco de café com leite) e uma colher de arroz no almoço e outra no jantar; só pode beber um caneco de água por dia (duas vezes, um caneco pela metade); deverá ser interrogado de 9 horas da manhã até 7 horas da manhã do dia seguinte, sem interrupção. Essa é uma determinação para as turmas “A”, “B” e “C”, a fim de quebrar a pretensa superioridade intelectual e cultural deste elemento.⁴⁰⁵

O trecho mostra a precisão das prescrições, nas quais estão contidas tanto um regime alimentar quanto um de “tratamento”. O fim deste último está nitidamente expresso: “quebrar” a inteireza moral do interrogado. Nota-se que essa finalidade transcende em muito a coleta de informações, espalhando-se para o domínio da sujeição do interrogado e da imposição da autoridade constituída.

Ao orientar a condução das sessões de interrogatório, as instruções – fossem da ordem da coerção física, ou relativas aos temas a serem trabalhados pelos interrogadores – inscreviam-se, de algum modo, no documento resultante da operação. Assim, direta ou indiretamente, tanto o interrogatório preliminar quanto sua transcrição em documento configuram-se na resultante de várias vozes (interrogador, interrogado, analista de informações, datilógrafo), que se encontram e, muitas vezes, se sobrepõem.

As fórmulas típicas

Assim como no inquérito policial e no processo judicial, o registro das falas no interrogatório preliminar submete-se a certas “fórmulas legais tradicionais”.⁴⁰⁶ As declarações prestadas são, desse modo, “traduzidas” em jargão próprio da polícia ou, em outros termos, são adaptadas ao gênero de discurso no qual os interrogatórios se incluem. Por conseguinte, no ato de transcrição, a escuta da fala do depoente é atravessada pela percepção dos interrogadores. As diversas operações envolvidas na produção do depoimento revelam indícios de como o órgão constrói uma visão dos fatos narrados pelo interrogado. Essa versão,

⁴⁰⁵ COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*, p. 382. (O horário corresponde, grosso modo, ao turno da equipe de interrogatório preliminar.) O autor afirma que o chefe da Subseção de análise participou várias vezes das sessões de interrogatório, torturando-o pessoalmente.

⁴⁰⁶ LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro*, p. 25.

por sua vez, está intimamente relacionada à função que o interrogatório preliminar assumia na engrenagem repressiva. O interrogatório preliminar não visava, evidentemente, estabelecer um diálogo com o depoente. A intenção desse procedimento sustentava-se em dois eixos: angariar informações para chegar a novas prisões e assim sucessivamente – até destruir as organizações de esquerda –; e transmitir ao DOPS material suficiente para que o declarante fosse indiciado. A fala desse último, portanto, não é fim; é meio dessa comunicação que se estabelece entre pares – agentes dos órgãos repressivos. O papel de enunciador era desempenhado pelo interrogador, e seus interlocutores, em última instância, eram os agentes do DOPS – assim como outros integrantes da comunidade de informações, aos quais trechos desses depoimentos eram difundidos sob diversas formas.

Cabia ao interrogador e aos agentes da Subseção de Análise a definição do que seria dito, como a fala seria reproduzida e para quem – informações difundidas a vários órgãos, outras exclusivas para o DOPS, algumas reproduzidas em relatórios ou em palestras. Muitos anos depois, fragmentos desses depoimentos seriam, ainda, utilizados para reforçar algumas das asserções do próprio comandante do DOI, o coronel Carlos Brillante Ustra, em outro contexto, o de exposição, para o grande público, de sua versão sobre os fatos por ele protagonizados.⁴⁰⁷ Entretanto, ainda que não fosse o interlocutor último do ato de enunciação, o depoente desempenhava um papel central na constituição desse discurso, uma vez que o interrogatório configurava-se como um espaço de disputa (desigual) pela palavra e pelo silêncio. O sentido “essencialmente negativo”⁴⁰⁸ das práticas da polícia política acaba por fazer com que a fala do outro seja reapropriada em outro contexto, mas que se parta dela, o que provoca uma mescla curiosa de universos lingüísticos das duas partes. No que se refere ao preso político, sua interferência se dá na contramão, mediante o emprego de vocabulário próprio, pela sua lógica de pensamento e de ação, pelos temas que traz à tona, em função do modo de funcionamento de sua organização de militância, externos ao universo repressivo. A despeito disso, o quadro discursivo é regulado pela repressão. Assim, nos depoimentos, temos o registro sobreposto de duas situações de comunicação: a primeira entre os interrogadores e o depoente, na forma de pergunta/resposta; a segunda entre o interrogador/registrator e os agentes repressivos, aos quais será dado ler a integralidade ou trechos desses depoimentos. Cada uma dessas situações contribui, a sua maneira, para modelar o depoimento tal qual o

⁴⁰⁷ Refiro-me às obras *Rompendo o silêncio*, publicada em 1987, e *A verdade sufocada*, publicada em 2006.

⁴⁰⁸ CAMARGO Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte, p. 9.

lemos na sua versão final, pois, como defende Bakhtin, todo enunciado é endereçado a alguém, e essa presença do interlocutor é denunciada nas formas concretas assumidas pelo discurso.⁴⁰⁹

Nesse sentido, o discurso do interrogado, no ato da transcrição do depoimento, passa por um processo de reconstrução, no qual a fala – como aponta Michel Foucault a propósito da produção do discurso em toda a sociedade – é “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.⁴¹⁰ A anotação do interrogatório preliminar, apoiando-se em determinado suporte de valores, obedece a um sistema de exclusão de dados, acréscimo de outros, num movimento de apropriação e recondução da fala do outro, que situa o todo dentro de um cerrado controle e delimitação do discurso. O aleatório da fala do outro, assim como sua ordem própria de discurso, é neutralizado, enquadrado dentro de uma outra ordem, que fixa os repertórios possíveis. Alguns desses procedimentos são nitidamente perceptíveis na constituição do depoimento e são descritos a seguir: a padronização da fala através do emprego de fórmulas lingüísticas típicas, a transcrição das respostas a partir da formulação das perguntas, a edição na escolha do que deve ou não ser transcrito, a sobreposição de um vocabulário próprio ao universo das organizações da esquerda por termos oriundos do jargão dos agentes repressivos, a conformação da fala do depoente a determinada ordem do discurso, a justaposição da fala dos interrogadores no discurso do depoente.

A caracterização da forma pela qual a transcrição do interrogatório apresenta a fala do depoente deve levar em conta que algumas das operações que serão aqui descritas fazem parte de um processo mais amplo – não restrito ao DOI – de constituição de determinado gênero discursivo.⁴¹¹ Algumas formas típicas, por exemplo, são muito presentes nos depoimentos, fossem eles de militantes, dirigentes, simpatizantes, suspeitos ou meras testemunhas. Entre as comemorações do 1º de Maio de 1970, houve uma festa, patrocinada por vários sindicatos de São Paulo, no Estádio Maria Zélia. Houve distribuição de panfletos e jornais, sendo 18 indivíduos presos pela Força Pública e encaminhados à Operação Bandeirante por “estarem

⁴⁰⁹ BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*, p. 38.

⁴¹⁰ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*, 1996, p. 9.

⁴¹¹ Fazer o inventário de quais dessas operações eram generalizadas em outros órgãos repressivos – incluindo aqueles voltados ao crime comum – e quais eram exclusivas ao DOI de São Paulo requereria um complexo trabalho de comparação que foge aos objetivos desta pesquisa.

distribuindo panfletos subversivos” – muitos deles estavam apenas portando os tais panfletos.⁴¹² Alguns dos depoimentos desses detidos apresentam a mesma fórmula com pouquíssimas – ou nenhuma – alterações: “podendo ser efetuado um estudo de sua vida pregressa nada tendo a temer”.⁴¹³ Há outras variações dessa fórmula que também são encontradas com muita frequência, nas situações mais distintas, como: “Que nunca foi prêso e nem processado e nunca se envolveu em política de qualquer espécie”.⁴¹⁴ Ou, ainda: “Declara que nunca foi preso nem processado por crimes de quaisquer natureza”.⁴¹⁵

A existência dessas expressões típicas aponta para dois fenômenos. O primeiro é uma tendência a cercar e padronizar a fala do depoente, formatá-la a partir de um contingente de frases feitas. O segundo é a anotação das respostas a partir das perguntas. Em grande medida, essas fórmulas reproduzem mais a estrutura da pergunta do que a resposta propriamente dita. Nas quatro frases a seguir, repetidas amiúde nos depoimentos, com pequenas variações, pode-se detectar claramente parte dos focos de preocupação dos interrogadores. Uma delas se refere à omissão de detalhes importantes: “Que não possui mais nenhum dado, que possa conduzir esta OB à novas investigações”⁴¹⁶ ou “que já prestou tôdas informações possíveis, durante os interrogatórios a que foi submetido nesta OB, nada mais tendo a acrescentar; que confirma as declarações prestadas anteriormente”;⁴¹⁷ assim como com a possível filiação em organizações de esquerda: “Não conhece nem tem ligações com Organizações Subversivo-Terrorista ou que saiba de pessoas filiadas às mesmas. Não responde a nenhum processo crime ou de contravenção”,⁴¹⁸ igualmente com o (re)conhecimento de indivíduos procurados pelo órgão:

⁴¹² *Ofício n° 510-OB*. 02/05/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 114, 22299.

⁴¹³ *Interrogatório preliminar*. 01/05/1970. 114, 22291, 22289, 22288, 22280.

⁴¹⁴ *Interrogatório preliminar*. 18/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 79, 14403.

⁴¹⁵ *Interrogatório preliminar*. 16/01/1975. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 194, 39365.

⁴¹⁶ *Interrogatório preliminar*. 01/04/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 70, 12483.

⁴¹⁷ *Interrogatório preliminar*. 05/02/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 150, 31309.

⁴¹⁸ *Interrogatório preliminar*. 18/10/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 85, 16009.

“Que folheando o álbum fotográfico e nominal dos terroristas não reconheceu nenhum dos catalogados”.⁴¹⁹

A prática de reproduzir a pergunta do interrogador como parte da fala do depoente evidencia-se em trechos nos quais abundam as negativas, como nas respostas deste depoente, que afirma não ser ligado a nenhuma organização política:

nunca pertenceu a organização subversiva ou terrorista; que nunca tomou parte, promoveu ou aliciou qualquer elemento à assistir reuniões de cunho subversivo; [...] que desconhece o que venha ser Partidão, pois ouviu falar nesse nome através dos jornais; que examinando o álbum dos elementos subversivos deste DOI, não reconheceu nenhum dos indivíduos ali catalogados.⁴²⁰

O mesmo ocorre no depoimento de um militante da APMML que, de início, negou toda e qualquer participação política:

Declara que nunca foi preso ou processado. Não conhece nenhuma organização subversiva. Não é e nunca foi militante de nenhuma organização subversiva. Não conhece nenhuma pessoa que milite em organização subversiva. [...] Declara que o material apreendido em seu armário [...] não lhe pertence, não sabe de sua procedência e considera ter sido ali colocado, com o intuito de prejudicá-lo. [...] Nada mais tem a declarar.⁴²¹

Há aquelas em que se percebe que a informação ali contida não provém do depoente, mas do próprio interrogador, interessado em demonstrar que executou seu trabalho corretamente. No depoimento de um coordenador de imprensa da VAR Palmares, lê-se a seguinte passagem:

quanto ao informe recebido nesta data do QG II Ex, com relação a prisão efetuada em Brasília, em que referido elemento, informou da vinda de componentes da VAR-PALMARES de Brasília e da COLINA de Minas Gerais, para São Paulo, e cujo Coordenador seria “LOYOLA”, nada poderia esclarecer.⁴²²

Nesse fragmento, a resposta negativa, que poderia até ser suprimida do depoimento, por não acrescentar nada de novo, tem por função explicitar a questão formulada. A parte

⁴¹⁹ *Interrogatório preliminar*. 10/11/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 95, 17423.

⁴²⁰ *Interrogatório preliminar*. 07/01/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 88, 16520.

⁴²¹ *Interrogatório preliminar*. 10/09/1974. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 187, 38086.

⁴²² *Interrogatório preliminar*. 26/01/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 67, 11612.

reservada à resposta resume-se ao “nada poderia esclarecer”. Na realidade, importava também saber que tipo de informações o depoente detinha ou não detinha e mostrar que a pergunta fora devidamente formulada.

Diante disso, não é surpreendente encontrar duas sessões de interrogatório preliminar, ocorridas num intervalo de poucas horas, de dois militantes do PC do B, praticamente idênticas. Segue a transcrição na íntegra da sessão da primeira:

Declarou que confirma suas declarações anteriores, esclarecendo que não se recorda de mais nenhuma particularidade que possibilite melhores esclarecimentos quanto a sua participação com a organização denominada PC do B. Que, da mesma forma, o declarante não se recorda de nenhuma pessoa com quem tivesse mantido qualquer contacto político, além das que mencionara em suas declarações anteriores.⁴²³

E da segunda:

Declarou que confirma as suas declarações anteriores, esclarecendo que não se recorda de nenhum pormenor que possibilite melhores esclarecimentos quanto a sua militância junto ao PC do B; que da mesma forma, não vê possibilidade alguma de ter deixado de mencionar alguma pessoa com quem tivesse tido qualquer contacto político; que tem absoluta certeza que não deixou de mencionar qualquer pormenor relacionado com o PC do B que seja de seu conhecimento.⁴²⁴

A razão da semelhança não se encontra no fato de serem os dois inquiridos membros do PC do B, mas de terem sido, os dois, interrogados pela mesma equipe. Portanto, ocorre repetidamente que a transcrição da resposta na realidade abarque a reprodução da pergunta, sendo a fala do depoente incluída no aspecto afirmativo ou negativo da resposta. Tomando de empréstimo a última frase do segundo trecho citado, a transcrição que poderia ser registrada nos seguintes termos, “perguntado se tem absoluta certeza que não deixou de mencionar qualquer pormenor relacionado com o PC do B que seja do seu conhecimento, respondeu que sim”, assume a forma reproduzida mais acima. Essa escolha, por assim dizer lingüística, de apresentação do discurso do outro faz com que lhe seja atribuída uma fala que não lhe pertence, o que se pode ver nesta acareação entre um militante e um apoio da ALN: “Acareado o depoente e RAFAEL DE FALCO NETO este explica que houve falha de

⁴²³ *Interrogatório preliminar. 27/05/1972.* Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 145, 30300.

⁴²⁴ *Interrogatório preliminar. 27/05/1972.* Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 149, 31037.

interpretação por parte dele quando lhe formularam a pergunta pois se encontrava em descontrole emocional e apenas confirmou o que lhe perguntaram”.⁴²⁵

Além do cabeçalho, há uma fórmula típica que inicia praticamente todas as sessões, à exceção do primeiro interrogatório de cada indivíduo: “Declara que confirma as declarações, acrescentando que”. Mera formalidade, ocorre de a sentença ser contradita logo em seguida, como se pode observar na fala de um militante da ALN.

Que confirma suas declarações anteriores, esclarecendo que o “ponto” que dizia que existia no quarteirão da Faculdade Paulista de Medicina é “frio” e tudo mais que disse com referência a esse “ponto”, como seja: ter visto PERCIVAL MENON MARICATO num volkswagen branco, rodando em sentido contrário é mentira. Que não há ponto para hoje às 2400 horas no Quarteirão da Faculdade Paulista de Medicina e nem “ponto” para vinte e quatro horas após nesse local como alternativa.⁴²⁶

Como estaria o depoente confirmando suas declarações se, na realidade, afirma ter mentido a respeito do tema em questão? A frase que inicia grande parte dos depoimentos também leva a crer que o depoente tinha a oportunidade de ler suas declarações anteriores, uma vez que a confirmava. As inserções muito precisas de retificações a depoimentos anteriores também induzem nessa direção, como no exemplo abaixo:

Retificando a fôlha 2 de 09/10/FEV/72 das 1000 às 1200 horas, o declarante diz que na 10ª (décima) linha deve-se ler “militava no PC do B” e não PCB.

Que na fôlha de 12/13/FEV/72 das 1100 às 1200 horas na última linha do 1º (primeiro) parágrafo deve-se ler “no ano de 1965” e não 1960.⁴²⁷

Todavia, os relatos de ex-militantes que estiveram no DOI, ao comentar da dificuldade em manter uma versão não apenas crível, mas coerente de uma história criada que satisfizesse os interrogadores, mostravam a preocupação e a dificuldade em guardar na memória os detalhes inventados. A ex-dirigente da VAR Palmares, Dilma Rousseff, presa na Operação Bandeirante em janeiro de 1970, reforça a importância de conservar a versão: “A gente tinha que fazer uma moldura e só se lembrar da moldura, da história que se inventava, e não saía disso. Tinha que ter uma história”.⁴²⁸ O mesmo sustenta o ex-dirigente do PCB, Marco

⁴²⁵ *Interrogatório preliminar*. 26/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 95, 18043.

⁴²⁶ *Interrogatório preliminar*. 17/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 165, 34416

⁴²⁷ *Interrogatório preliminar*. 17/02/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 153, 3188.

⁴²⁸ Dilma diz ter orgulho de ideais da guerrilha. entrevista concedida a Luiz Maklouf Carvalho. *Folha de S. Paulo*, 21/06/2005.

Antônio Tavares Coelho: “O pior das mentiras é que a gente se esquece delas, quando são muitas e quando passam diversos dias. As mentiras vão se misturando com o transcurso do tempo e depois tudo vira um cipoal, que a gente paga um preço alto”.⁴²⁹ Tal dificuldade não faria sentido se, a cada sessão, o depoente tivesse uma possibilidade de acesso ao que já havia dito. As retificações eram anotadas, portanto, nas ocasiões em que as respostas contradiziam afirmações anteriormente feitas. Seria razoável pensar que as perguntas formuladas em um depoimento eram propositalmente reeditadas nas sessões seguintes e a resposta registrada como uma confirmação ou retificação do que se havia dito, o que difere muito do que seria a correção a partir da leitura, para os depoentes, da transcrição de sessões anteriores. Numa etapa posterior, antes que o depoimento fosse datilografado, procedia-se à comparação entre este e o que já fora dito, inserindo-se a referência precisa dos documentos em que constava uma informação discordante, com o intuito de acompanhar a coerência geral da fala do depoente.

A edição da fala

Na época da Operação Bandeirante, a transcrição do interrogatório era chamada de “resumo de declarações” e, na época do DOI, apenas de “declarações”. A primeira denominação não deixa de ser apropriada na medida em que sugere que o discurso do depoente passava por um tratamento, sofrendo cortes e reestruturações, conquanto não se tratasse propriamente de um resumo, como quer indicar o termo empregado, visto que há, não raro, informações repetidas. Em alguns casos, pouco frequentes, a não-transcrição de trechos do depoimento é explícita, como nesta observação do interrogador, acrescida ao depoimento de um militante da Ala Vermelha do PC do B: “OBS: O depoente fez uma grande explanação de Ideologia e conduta política que foram simplificados; das ações citadas, alega o mesmo serem tôdas às quais esteve ligado, sabendo que houve outras mas não sabe pormenores”.⁴³⁰ O mesmo ocorre no interrogatório de um militante da ALN, mas, dessa vez, no interior do próprio depoimento: “O depoente esclarece agora a documentação encontrada em seu poder e

⁴²⁹ COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*, p. 392.

⁴³⁰ *Interrogatório preliminar*. 17/01/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 134, 28020.

fornece explicações satisfatórias e sem importância [...]”.⁴³¹ O mesmo ocorre na fala transcrita de outro militante da ALN: “Quanto a sua participação política, limitou-se ao já declarado em seu depoimento das 1700 às 0230 horas do dia 18/19 de fevereiro de 1972”.⁴³² Considerando a desproporção muitas vezes encontrada entre a duração das sessões e a quantidade de páginas, pode-se supor que acontecia do depoimento ser abreviado ou, mais precisamente, não integralmente transcrito, sem que o agente tivesse o zelo profissional necessário para assinalar o procedimento. Ocorria de haver, do mesmo modo, adições, o que é evidenciado nesta nota incluída ao final do depoimento de um militante da Ala Vermelha do PC do B: “OBS: Os 8 primeiros itens acima estão em ordem cronológica definida pelo depoente, e as datas precisas foram extraídas de Documento reservado da SSP-SP [Secretaria de Segurança Pública de São Paulo] do dia 18-01-71”.⁴³³

As adições eram comuns, pois a equipe de análise completava os dados parciais fornecidos, como datas de eventos ou sobrenomes desconhecidos do depoente. O mesmo ocorria no DOPS. A descrição do procedimento pelo jornalista Luiz Maklouf Carvalho merece ser reproduzida, pois segue exatamente a mesma lógica que se percebe nos interrogatórios do DOI:

Como boa parte de seus colegas, Magnotti [delegado adjunto do DOPS] não tinha escrúpulos quando se tratava de moer os terroristas – e deles tirar o máximo de informações. Quando não tirava, acrescentava o que bem lhe aprouvesse – muitas vezes colocando na boca da presa informações que já havia levantado de outras formas igualmente ilícitas. É o caso, por exemplo, de muitos nomes completos que aparecem nos depoimentos, como se o preso interrogado os tivesse falado. Ora, no geral, os presos só conheciam os nomes de guerra. Magnotti e sua trupe, cruzando informações analisadas, obtinham os nomes verdadeiros e os enxertavam nos depoimentos a seu bel-prazer.⁴³⁴

Exemplo dessa prática no DOI se encontra no depoimento de um militante do POC:

Confirma suas declarações anteriores, retificando que da sua célula, faziam parte 3 elementos: O depoente, “SIDNEY” ou “ELZA” e um outro elemento; que anteriormente, não havia citado o nome de RUTH RIBAS

⁴³¹ *Interrogatório preliminar*. 20/04/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 92, 17249.

⁴³² *Interrogatório preliminar*. 20/02/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 166, 34509.

⁴³³ *Interrogatório preliminar*. 20/01/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 117, 22819.

⁴³⁴ CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*, p. 207.

sem saber como explicar o seu aparecimento nas suas declarações de 17/18 Jul 71 [...].⁴³⁵

Em auto de qualificação e interrogatório realizado na Auditoria, um preso político, detido no DOI, afirmaria, no mesmo sentido, que “as ‘coisas a mais’ que há no seu depoimento policial foram criadas por quem o elaborou e coagiu o interrogado a assinar”.⁴³⁶

Muitas das retificações feitas pelos interrogados no DOI não desfazem histórias inventadas ou revelam informações omitidas. Ao contrário, atenuam declarações por demais comprometedoras, o que leva a pensar que os interrogadores conduziam os depoentes a exagerar determinadas informações e estes últimos, nas sessões seguintes, procuravam corrigi-las. Uma presa política, suspeita de envolvimento com o POC, por exemplo, retifica da seguinte maneira o seu depoimento:

Confirma suas declarações anteriores, retificando sua declaração do dia 27/07/71, das 0030 às 0100 hora, quando declarou que era do seu conhecimento, que seu amásio ANTONIO JOSÉ DA SILVA (“GOUVEIA”, “MARIO” ou “TONINHO”), era militante de uma organização subversiva; que na verdade pretendia declarar que o mesmo era simpatizante de esquerda, ignorando qual a facção política.⁴³⁷

Outras retificações levam a crer que as transcrições dos interrogatórios preliminares tendiam a dar um espaço considerável para o que não se havia dito. Um depoente, interrogado por ter participado de reuniões do Partido Socialista Revolucionário (PSR), não reconhece sua fala repetida pelos interrogadores: “Voltando a ser interrogado novamente, JOSÉ TEIXEIRA PINTO DINIZ FILHO, declarou que não prestou as referidas declarações, conforme os ‘Resumos de Declarações’ do dia 24 para o dia 25 do corrente Mês, às equipes de

⁴³⁵ *Interrogatório preliminar*. 18/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 176, 36289.

⁴³⁶ *Projeto Brasil: nunca mais*. Tomo V, v. 1, A tortura, p. 750. O dirigente do PC do B, Haroldo Lima explica bem como a fala do interrogado era transformada em depoimento: “Referido 'depoimento' era inteiramente arbitrário. Um delegado ditava-o para um datilógrafo, tomando por base um rascunho previamente feito e anotações selecionadas. Tudo era dito como se a pessoa tivesse 'declarado'. Por exemplo: se em uma anotação de conversa com alguém já identificado tivesse uma frase como, por hipótese. 'trabalho zona sul crescendo', e uma data como 25 de agosto, escreviam-se frases inteiras como: 'Declara que no dia 25 de agosto efetivamente encontrou-se com fulano, que também se chamava beltrano e sicrano, com quem conversou sobre andamento do trabalho do Partido na zona sul da cidade; acrescentando que recebeu informações de que o Partido estava muito ativo nessa região; esclarece, ainda, que fulano lhe disse que o trabalho estava crescendo...’” LIMA, Haroldo. Memorial de Haroldo Lima a respeito de seu afastamento do Comitê Central (1979). *Apud* POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa*, p. 181.

⁴³⁷ *Interrogatório preliminar*. 28/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 109, 20779.

interrogatórios preliminares ‘C’ e ‘D’”.⁴³⁸ Situação semelhante ocorreu com um militante da ALN em cujo depoimento afirma que: “Sôbre o seu conhecimento de membros da ALN teria a fazer uma nova declaração, pois como está registrado não exprime exatamente idéia que o depoente quis transmitir”.⁴³⁹ O mesmo se repete com um militante do PCB: “Retifica, integralmente, o item 2 de sua declaração de 26/26 Jul 72, das 1200 às 2230 horas, folha 1, no que diz respeito a ‘GERÔNIMO’, afirmando que o que consta da mesma não foi o que declarou”.⁴⁴⁰

As incorreções das transcrições podiam ser resultado de enganos. Contudo, repetidamente eram fruto de um “excesso de imaginação” dos interrogadores, de uma tendência à exacerbação dos delitos, ao estabelecimento de conexões livremente inferidas e, até, à inclusão deliberada de informações obtidas alhures na fala dos depoentes. Exemplo deste último caso pode ser encontrado no depoimento de um militante da VPR: “declara ter havido mal entendido em suas declarações, pois nunca ouviu ninguém fazer menção aos nomes dos sargentos acima [mencionados], como elementos ligados ao grupo de LAMARCA no 4º RI”.⁴⁴¹ Marco Antônio Tavares Coelho fala a respeito de uma “preocupação doentia a respeito do comportamento sexual dos presos”,⁴⁴² o que provavelmente teria levado um de seus interrogadores a transformar sua afirmação de que “‘morava’ no apartamento da velha Alva Mendes” em “‘vivia’ amasiado com Alva Mendes”.⁴⁴³ Processo análogo levou um militante da Ala Vermelha do PC do B a esclarecer um desses “deslizes”:

que o declarante esclarece que provávelmente houve um mal entendido quanto ao “apôio” que o PC do B receberia da China Comunista; [...] Que o declarante desconhece por completo qualquer tipo de “ajuda financeira” recebida do PC do B – ala Vermelha, da China Comunista.

⁴³⁸ *Interrogatório preliminar*. 25/08/1969. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 056, 9477.

⁴³⁹ *Interrogatório preliminar*. 20/02/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 166, 34510.

⁴⁴⁰ *Interrogatório preliminar*. 26/07/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 146, 30585.

⁴⁴¹ *Interrogatório preliminar*. 26/02/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 150, 31299.

⁴⁴² COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*, p. 385. Essa preocupação não transparece claramente na documentação aqui estudada.

⁴⁴³ COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*, p. 384.

ACAREACÃO: [...] ficou esclarecido que foi citado a expressão “apôio” e não “apoio financeiro”, conforme consta no depoimento dêste último citado, no dia 12 próximo passado.⁴⁴⁴

Havia, assim, em algumas ocasiões, o preenchimento de informações consideradas incompletas ou a reorganização de dados, segundo os critérios do agente responsável pela transcrição, demonstrando como o outro era percebido e enquadrado em determinado estereótipo.

O vocabulário

Dentro do processo de reapropriação, em determinados moldes, da fala do depoente, tem destaque o emprego de um vocabulário característico. Nos anos 1960 e 1970, utilizava-se uma terminologia particular, cujas expressões estão relacionadas com situações específicas das atividades clandestinas das organizações de esquerda. Algumas eram empregadas indistintamente por militantes e por agentes repressivos: ponto (encontro marcado com outro militante, podendo haver ou não uma senha), cobrir um ponto (ir a um encontro), aparelho (local de reuniões – às vezes de moradia de militantes – e de guarda de materiais da organização: documentos, panfletos, jornais, armamentos, mimeógrafos), queda de um aparelho (quando os órgãos repressivos o localizam), estouro de um aparelho (quando é revistado por agentes repressivos), queda de um militante (quando o militante é preso). Outras eram utilizadas de forma bastante diferenciada dentro do jargão da repressão ou daquele dos militantes de esquerda, em oposições binárias: subversivo/militante, terrorista/guerrilheiro, codinome/nome frio, homiziar/hospedar, aliciamento/recrutamento, doutrinar/conscientizar, amásio(a)/companheiro(a), assalto ou roubo/expropriação, assassinato/justiçamento (no caso de a vítima estar ligada à repressão ou de ser um militante considerado traidor), órgão de segurança/órgão repressivo.

Em consonância com as demais práticas discursivas descritas, o emprego do vocabulário oriundo do universo da repressão é muito mais freqüente do que a utilização de expressões caras à esquerda. Há exceções, nas quais se encontra o emprego de uma

⁴⁴⁴ *Interrogatório preliminar*. 17/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 111, 21483.

terminologia neutra, ou mais referenciada no universo da esquerda, caso do depoimento de um militante do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário).⁴⁴⁵

Que não tem conhecimento da existência de nenhum membro do PCBR em São Paulo. Que há três anos o declarante é subvencionado pelo PCBR através de contribuições dos militantes e simpatizantes. Que o PCBR não tem nenhuma “ação” (que seja do conhecimento do declarante). Que desconhece qualquer área de treinamento ou de guerrilha localizada no Paraná, pertencente a qualquer organização político clandestina.⁴⁴⁶

No caso, a escolha recaiu em termos como “militantes” e “organização político clandestina”, quando normalmente se usava “subversivo-terrorista”, “organização subversiva”, como se verá a seguir, na fala de um militante da AP: “que o declarante ‘aliciou’ para a AP mais ou menos 7 subversivos terroristas”.⁴⁴⁷ Curiosamente, nesse caso, a palavra “aliciou” está entre aspas. Não foi o caso com outras expressões, nitidamente em conflito com a maneira de pensar de um militante da Ala Vermelha do PC do B e, depois, do MRT, tendo participado de algumas ações armadas, presentes neste depoimento:

acrescentando que certa vez, (por volta de 1965) quando EDGARD DE ALMEIDA MARTINS (“MATIAS”) estava aliciando o declarante no intuito de arregimentá-lo para as hastes criminosas do PC do B, este (“MATIAS”) lhe falou de um fazendeiro de nome ANTONIO JOAQUIM o qual era ligado ao antigo PCB, dando inteiro apóio aos seus componentes, homiziando-os e fornecendo-lhes condições financeiras para que subsistissem durante suas jornadas subversivas [...].⁴⁴⁸

Se o uso de expressões como “jornadas subversivas” já seria de se estranhar, o que dizer de “hastes criminosas do PC do B” ou de “malhas da subversão”, fórmulas empregadas na transcrição do interrogatório de um militante da ALN?

Êsse setor [Trabalho Político Estrito] se encontra desbaratado totalmente, devido as quedas ocorridas ultimamente. O trabalho consiste em manter ligações com entidades estudantis-básicas (Centros Acadêmicos e Grêmios), a fim de levar o conhecimento de seus diretores, problemas referentes às estruturas estudantis, sem todavia, colocá-los a par de ligações que os mesmos possuíam com a ALN. Portanto, de início, passavam por meros colaboradores dos Centros Acadêmicos, com o intuito de orientá-los nos

⁴⁴⁵ O PCBR foi criado, após o golpe de 1964, a partir de uma dissidência do PCB no Rio de Janeiro, denominada inicialmente Corrente Revolucionária. Em 1968 adotou o nome PCBR. MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 360.

⁴⁴⁶ *Interrogatório preliminar*. 05/12/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 87, 16234.

⁴⁴⁷ *Interrogatório preliminar*. 25/12/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 172, 35700.

⁴⁴⁸ *Interrogatório preliminar*. 05/03/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 146, 30488.

estudos das reformas básicas do Ensino, para posteriormente angariar confiança e envolvê-los nas malhas da subversão.⁴⁴⁹

Parece bastante improvável que a transcrição tenha sido completamente fiel aos termos do depoimento, pois para os militantes e guerrilheiros a questão se colocava literalmente em outros termos. Em 1971, um militante do PC do B, estudante de medicina e estagiário do Hospital das Clínicas em São Paulo, prestou ajuda a um companheiro da VPR que, ferido, encontrava-se hospitalizado. Forneceu-lhe roupas e dinheiro para que fugisse, uma vez que estava extremamente visado por ter participado do seqüestro do cônsul do Japão. Em interrogatório, segundo sua transcrição, o sextanista de medicina teria dito o seguinte:

Afirma peremptóriamente que o auxílio que deu ao famigerado terrorista MARCO ANTONIO LIMA DOURADO (“GAÚCHO”), hospitalizado, na ocasião, no HC de São Paulo, foi um ato isolado, não recebendo ajudas tanto monetárias como financeiras de quem quer que seja (VPR – PC do B – Simpatizantes Esquerdistas).⁴⁵⁰

A dupla adjetivação, “famigerado terrorista” está em aberta contradição com o ato de camaradagem do estudante com o militante da VPR. Poder-se-ia contestar a incoerência, alegando que se tratava de uma estratégia para lidar com os interrogadores, servindo-se de seu vocabulário para diminuir a distância e, conseqüentemente, o choque que o separava destes. No entanto, a ordem geral do raciocínio, dentro do depoimento, não induz a pensar que seja o caso.

A lógica

Em contrapartida, há situações nas quais o depoente aceita, em termos, a moldura discursiva dos interrogadores, respondendo às questões em conformidade com ela. Nos depoimentos a seguir, nota-se a intenção de se conformar a certo padrão de raciocínio – sem que caiba discutir aqui se essa adequação correspondia realmente a uma convicção ou limitava-se a uma estratégia de subtrair-se ao confronto. Eis o depoimento de um indivíduo sem qualquer envolvimento político:

Que, reconhece ter sido “imbecil” ao guardar o material [material explosivo] sem saber do que se tratava. Que, não é membro de qualquer organização

⁴⁴⁹ *Interrogatório preliminar*. 07/03/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 165, 34277, 34276.

⁴⁵⁰ *Interrogatório preliminar*. 23/06/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 103, 19849, 19848.

clandestina, e desconhece “nomes de guerra”, sendo “LOU” apelido familiar do amigo. [...] Que, foi totalmente iludido pelo amigo. Que, não tem tempo para pensar em política, não tem qualquer livro de ideologia comunista em sua residência. Que, não tem passagem pelo DOPS. Que, vive do seu trabalho jamais recebendo dinheiro de origem clandestina.⁴⁵¹

O depoente aceita a pecha de “imbecil”, provavelmente proferida pelos interrogadores, e se coloca no lugar da vítima “iludida” ou, nos termos da repressão, “inocente útil”. Em seguida, define a si mesmo a partir da negação dos traços que caracterizariam um militante de esquerda: pensar em política, possuir livros comunistas, ser fichado no DOPS e viver às expensas de uma organização clandestina. Disposição semelhante encontra-se na fala de um militante da ALN, que assume uma perspectiva de assentimento que vai além da simples aquiescência: “que realmente o declarante cometeu um erro e estava mesmo disposto a participar do movimento ao qual pertencia “ALENCAR”; que foi até bom o declarante ter sido prêso agora, porque senão poderia ter se comprometido mais com o movimento”.⁴⁵²

Em caso um pouco distinto, a lógica dos interrogadores de certo modo atravessa a fala do depoente no momento de sua transcrição. As respostas de um militante do MR-8, preso em São Paulo, a respeito de sua atuação na Guanabara, ficaram registradas da seguinte maneira:

que não se lembra de fatos novos que possa[m] interessar; que a ênfase passou a ser colocada na sua presença e atuação em São Paulo, uma vez que foram respondidas pelo depoente tudo o que lhe foi perguntado, esclarece ainda, que supõe existir um dossier na Marinha onde possa fazer um interrogatório mais específico em torno da sua vida na Guanabara.⁴⁵³

Há dois pontos nesse fragmento que causam certa estranheza. Quem afirma, muito provavelmente referindo-se à condução do interrogatório, que “a ênfase passou a ser colocada na sua presença em São Paulo”? O depoente ou os interrogadores? Porém, mais curiosa do que essa mistura de vozes, é a proposta – aparentemente formulada pelo depoente – de que se faça um interrogatório mais específico a partir de um suposto dossiê montado pela Marinha. Que um militante político, ao sofrer sevícias, acabe por ceder aos interrogadores a ponto de responder docilmente às perguntas formuladas é compreensível. Também não seria absurdo que afirmasse que provavelmente a Marinha já havia constituído um dossiê a respeito do

⁴⁵¹ *Interrogatório preliminar*. 26/01/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 68, 11909.

⁴⁵² *Interrogatório preliminar*. 06/04/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 90, 16793.

⁴⁵³ *Interrogatório preliminar*. 12/02/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 67, 11735.

objeto das inquirições. O que parece improvável, no entanto, é o fato de o depoente sugerir que se faça um interrogatório mais específico sobre suas próprias atividades. A maneira pela qual o depoimento foi transcrito faz supor que uma parte desse trecho diga respeito ao raciocínio dos interrogadores em relação às declarações do depoente, ou seja, a hipótese mais plausível é a de que o depoente tenha revelado a existência de tal dossiê e que os interrogadores, de posse dessa informação, tenham concluído que tal material poderia oferecer a possibilidade de se formularem questões mais específicas. A transcrição, portanto, teria condensado a informação do depoente e a avaliação dos interrogadores.

De modo análogo, no depoimento abaixo, de um militante do PCB, confundem-se as perspectivas do depoente e de seus interrogadores:

que o depoente militou no PCB no período compreendido entre os anos de 1960 a 1970, sendo que nos anos 1964 a 1968 o declarante não teve nenhuma militância subversiva devido a eclosão da revolução de 1964 a qual tornou a repressão bastante atuante o que CONTRASTAVA com os governos anteriores que demonstravam total ineficacias na repressão aos movimentos subversivos existentes naquela época; que o depoente nada mais tem a acrescentar aos seus depoimentos anteriores, pois o declarante já descreveu toda a sua militância no PCB e ainda os terroristas da VPR e ALN que conheceu nos anos de 1969 e 1971.⁴⁵⁴

Os termos utilizados pelo depoente – “militância subversiva” para se referir a sua atuação no partido comunista, “revolução” ao designar o Golpe de 1964 e “terroristas” para nomear os membros da VPR e da ALN – são emprestados da terminologia dos órgãos repressivos. Mas a inversão da perspectiva vai além na maneira com que descreve a “repressão” – expressão também empregada pelos agentes do DOI –, que, “atuante”, diferenciava-se daquela de outros governos, qualificada como “ineficaz”. Ora, a construção discursiva segundo a qual a expressão “atuante” é utilizada em oposição a “ineficaz” é nitidamente favorável à repressão, uma vez que “ineficaz” pode ser facilmente assimilado a “incompetente” e “ineficiente”, adjetivos incontestavelmente negativos. O fragmento citado, portanto, contrapõe “repressão ineficaz”, “militância subversiva” e “terroristas” a uma “revolução” que teria tornado a repressão mais “atuante”, estrutura pouco compatível com a visão de mundo esperada de um militante, ou recém ex-militante comunista que estava sendo vítima dessa mesma repressão.

⁴⁵⁴ *Interrogatório preliminar*. 27/02/1972 Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 160, 33368. (A expressão “contrastava” está em caixa alta no original.)

Evidentemente não é possível estabelecer claramente a fronteira entre o discurso dos interrogadores e o dos depoentes, pois se trata de um terreno pantanoso, no qual as falas de uns e de outros não se distinguem de forma precisa. Entretanto, o que se procura mostrar aqui é como as fórmulas padronizadas utilizadas para circunscrever a fala do interrogado, a transcrição de questões como respostas, a abreviação de trechos do depoimento, a inclusão de informações, o modo como determinado vocabulário é empregado, enfim, todas essas práticas, compõem uma estratégia discursiva que envolve a fala do depoente dentro da perspectiva dos agentes repressivos. Exemplos expressivos são o depoimento de uma professora universitária, amiga de um dirigente do POC, que emprestou seu apartamento para atividades da organização:

Que confirma as declarações anteriores, esclarecendo que reconhece ter agido levianamente ao ceder seu apartamento para reuniões, que sabia ser de estudos e não ter se inteirado na época sobre o móvel real das reuniões; [...] que sendo professora universitária devia estar ao par do que ocorria e não servir de instrumento para organização subversiva, que justifica ter agido assim sem pensar porque se interessava somente no ritmo de seus afazeres por demais intensos e seus projetos para o futuro; [...] que a depoente está convicta de que pode explicar mas não justificar a sua maneira de agir.⁴⁵⁵

O mesmo ocorre com o de uma militante da APMML:

que a declarante sabia ser ilegal tal atitude, porquanto, não alega ignorância ou desconhecimento de causa sobre seu envolvimento com a APMML e que, evidentemente, sua posição não era a de uma simpatizante ou de apoio, mas sim, de uma militante em fase de conscientização; [...] que na verdade, a declarante mais parece ter sido um instrumento útil à seu aliciador, do que irredutível esquerdista, convicta ideologicamente, como pode parecer, em virtude da documentação que transportava, ao ser presa; que a declarante afirma agora, estar tendo outra visão da realidade, podendo afirmar agora, sem indecisão, que seus ideais estavam sendo distorcidos, pois, diante das “injustiças sociais” que “MAURO” expunha de modo inteligente, pareceu-lhe que ali estavam as soluções de tudo que imagina estar errado; que na verdade, os problemas brasileiros não podem ser sanados de um dia para outro, ainda mais com “convincentes” argumentações de quem quer que seja, mas sim, da forma pela qual a política do Governo Federal vem se fazendo sentir, em todos os setores da atividade administrativa do país, acreditando a declarante, que dentro de 5 décadas, mais ou menos, mais de 50% dos problemas do nordeste estará solucionado, assim como os que dizem respeito à educação.⁴⁵⁶

⁴⁵⁵ *Interrogatório preliminar*. 23/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 79, 14348.

⁴⁵⁶ *Interrogatório preliminar*. 09/05/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 153, 31738.

No primeiro caso, o trecho assinala certa concordância com determinado ponto de vista em relação às ações praticadas. Se a depoente “reconhece” determinada proposição, significa que esta lhe foi apresentada de maneira implícita ou explícita, ou seja, não se deve emprestar a casa para reuniões sem inteirar-se de seu conteúdo. Ela pode “explicar”, mas não “justificar” sua “leviandade”, portanto adota a perspectiva do erro de sua atitude. No segundo caso, a depoente, no início, não “alega ignorância ou desconhecimento de causa” e se define como uma “militante em fase de conscientização”. Ou seja, não procura atenuar sua conduta, assumindo a posição de uma simpatizante ou de apoio. Em seguida, no entanto, o seu discurso sofre uma brusca alteração, que explica como “uma nova visão da realidade”, e se põe no lugar de um “instrumento útil à seu aliciador”, vítima da distorção de seus ideais, e não mais no de uma “irredutível esquerdista, convicta ideologicamente”. A política do governo, antes criticada, passa a parecer-lhe a mais correta e apropriada. Nessa mudança de rumo, abriga-se a atuação dos interrogadores. A visão do mundo destes aparece de maneira contundente na exaltação dos feitos administrativos do governo federal.⁴⁵⁷ Na palavra “agora” parece residir a senha da transformação ideológica da depoente, situação que se reproduz no depoimento de um militante do PCBR:

que o depoente procura elucidar êsses fatos, porque agora, se acha compenetrado de que estava se portando como mau brasileiro, tendo se envolvido com o PCBR, não porque tivesse alguma ideologia política, mas em razão de se ver mergulhado em extrema penúria, a qual foi amenizada, com algumas contribuições em dinheiro que a organização lhe fêz; que no momento se vê livre da dependência moral a que estava submetido, com os elementos da organização, desejando colaborar no que fôr possível com os órgãos da repressão e imbuir nos juizes que forem julgá-lo, clemência para si e seus familiares.⁴⁵⁸

Por sua atuação no movimento estudantil e fornecimento de documentos falsos para militantes da ALN, um apoio dessa organização foi preso ao menos em duas ocasiões pelo DOI. Na segunda, afirmou que

desejava deixar patente e público seu repúdio à qualquer tipo de atividade praticada pelas organizações existentes atualmente, aos quais não tem nenhum fundamento a não ser o da prática de delitos que segundo a opinião do declarante, não tem as características de crime político, porém, são delitos

⁴⁵⁷ Os ideólogos do regime militar não eram alheios aos enormes problemas sociais e econômicos enfrentados pelo país. Viam-nos com preocupação, pois os consideravam como possíveis focos de distúrbio social e elementos facilitadores da inserção da propaganda comunista. Devo essa observação pertinente a Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos.

⁴⁵⁸ *Interrogatório preliminar*. 25/04/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 141, 29397.

comuns (roubos, furto, estelionato, etc) e como tal deveriam ser punidos [...].⁴⁵⁹

Em outra sessão de interrogatório, a tentativa de mostrar-se em conformidade com o projeto do governo militar – do qual os agentes do DOI eram funcionários especializados – revestiu-se da repetição dos feitos mais eloqüentes, amiúde divulgados pela propaganda oficial:

está trabalhando como professor de História Geral, no CURSO ANGLO-LATINO, onde procura elevar aos seus alunos a figura de Brasil-Progresso, no que diz respeito à Transamazônica, Plano de Integração Social e aumento do mar territorial para 200 milhas, fatos êsses que fazem com que o declarante perceba o verdadeiro destino de uma nação que caminha a passos largos para o progresso em todos os sentidos; que o declarante poderá perder o seu emprêgo como professor do citado curso, caso não retorne até o fim desta semana, pelo que, por meio dêste depoimento vem solicitar lhe seja dado um voto de crédito, dando-lhe condições de retornar ao trabalho, passando a responder, dêsse modo, pelos fatos a que está implicado. Que se compromete a denunciar qualquer elemento, ainda que seja ou tenha sido seu colega de escola, que porventura venha procurá-lo em têrmos de subversão.⁴⁶⁰

A “adesão” ao imaginário ufanista não excluía o compromisso em alimentar a sede mais prosaica do órgão repressivo de capturar novos indivíduos.

A adoção – real ou tática – do *modus pensandi* dos interrogadores também se fazia em outros moldes, não necessariamente em termos discursivos ou na análise da própria trajetória segundo a lente utilizada por eles. Podia também se revestir da mesma lógica de exacerbação da suspeita, como mostra o depoimento de um militante da VPR, no qual menciona a existência de “livros subversivos” na residência de um conhecido cujas tendências políticas não chegava a conhecer:

que foi apresentado por NELSON CANABARRO a RUI, no corredor do prédio de apartamentos, onde residia RUI, que este prédio fica em uma rua próximo da Rua Maria Antonia, em local que sabe indicar que viu que na sala do apartamento de RUI, havia vários livros de cunho subversivo. [...] Que ignora se RUI SAVIETO PRATTI, pertencia ou não a qualquer organização subversiva ou terrorista, bem como se possuía tendências de esquerda.⁴⁶¹

⁴⁵⁹ *Interrogatório preliminar*. 29/01/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 163, 34017.

⁴⁶⁰ *Interrogatório preliminar*. 03/02/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 163, 34006.

⁴⁶¹ *Interrogatório preliminar*. 22/11/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 83, 15321.

Em acareação realizada três dias depois, a afirmação é atenuada pelo próprio acusado: “Acareado com RUI SAVIETO PRATTI êste alega que no seu apartamento da Rua Maria Antônia possuía apenas um livro de Karl Marx denominado ‘O Capital’”.⁴⁶² A pressão para que se fizesse determinado tipo de acusação ou delação fica patente no caso de uma militante do POC que, tendo sido abrigada por uma companheira, traçou o seguinte comentário a seu respeito: “que a depoente ficou homiziada na casa de BEATRIZ DE TAL, apenas durante dois dias, mas foi tempo suficiente para notar que esta pessoa é possuidora de idéias de esquerda”.⁴⁶³

Convém citar igualmente situações em que o ponto de vista dos interrogadores é ressaltado não pela anuência dos depoentes, mas, pelo contrário, por sua recusa e, em certa medida, questionamento, uma vez que os valores dos depoentes lhe são contrapostos. Neste trecho do depoimento de uma simpatizante do POC, exceção à regra, aparece explicitamente transcrita a pergunta do interrogador e a resposta da depoente:

Perguntado se compreende ser essa atitude caracterizada como omissão e ao mesmo tempo constituir REDE de Apoio, do ponto de vista legal, compreende a extensão de sua omissão, mas que, segundo o seu conceito ideológico, a omissão ocorreu, mas para com seus amigos e suas próprias idéias, visto que nada fazia em prol deles e não colocava em prática essas suas idéias.⁴⁶⁴

Raciocínio semelhante apresenta o amigo de um militante da ALN, contrapondo a obediência à lei, representada teoricamente pelos agentes do DOI, à fidelidade a um amigo de longa data:

Esclarece ainda que o depoente que homizou LUIZ ALMEIDA ARAÚJO (“RUI”), tendo conhecimento que o mesmo pertencia a organização subversiva ALN e que com este ato cometia uma transgressão da Lei; que justifica sua atitude pelo longo conhecimento e amizade que tinha por LUIZ ALMEIDA ARAÚJO (“RUI”); que deixou de comunicar o fato as autoridades para não se transformar num traidor de seu amigo.⁴⁶⁵

Vale, também, transcrever um trecho, ainda que longo, de uma declaração de próprio punho, na qual um assessor do Comando Regional da VAR Palmares faz uma extensa e

⁴⁶² *Interrogatório preliminar*. 25/11/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 83, 15319.

⁴⁶³ *Interrogatório preliminar*. 16/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 169, 35157.

⁴⁶⁴ *Interrogatório preliminar*. 26/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 127, 24857.

⁴⁶⁵ *Interrogatório preliminar*. 11/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 103, 19793.

interessante discussão, mostrando em que medida a maneira com que era classificado pelos agentes de repressão lhe parecia ou não conveniente e por quê:

Primeiramente, considera necessário definir porque aceita o termo organização de caráter subversivo, imposto pela sociedade e instituições vigentes. O direito de se revoltar contra uma injustiça institucionalizada, é o direito mais sagrado que existe na essência da consciência humana. O direito de analisar a realidade de seu próprio país e tomar uma posição perante a imensa, (sic) é a consequência corrente de todo homem soberano, isento de preconceito e preocupado com a mudança qualitativa e humanizante desta realidade; o fato de se levar adiante e praticar os princípios concientizados anteriormente, não significa uma opção sem maiores dificuldades, a própria sociedade reage em contrário, contra todo o sentido de mudança, diria C. H. HILLS, e assim é. E isto independente de regimes econômicos sociais a prática da mudança tem todas as instituições sociais contra si desde um determinado momento em que estas se vêm em perigo. Não importa em que sentido se dirija a mudança, tampouco importa a justiça ou não dos valores pelos quais se empenha a mudança.

É nesse sentido que para Cuba, a volta ao sistema capitalista é um movimento subversivo, e é nesse sentido que um sistema capitalista como o que vige neste país, qualquer proposição socialista é um movimento subversivo, ou melhor, é fruto de um movimento subversivo. Por esses motivos o depoente aceita a terminologia empregada pela sociedade capitalista de que é subversivo. A consequência disto é de que também é contrário às instituições vigentes e com muito maior razão, contrário ao poder instituído que mantém as mesmas instituições.

Baldados seriam os esforços, que tentassem pois, provar a inocência do depoente em relação a estes itens a estes ideais. O depoente aceita pois a pecha, que acredita em nada o desmerece pelo contrário, o louva em todos os sentidos. Eliminados os primeiros entraves terminológicos, passemos aos subsequentes. O depoente nega veementemente, a pecha de terrorista.⁴⁶⁶

As vozes do discurso

Por último, merece ser descrito um fenômeno lingüístico bastante curioso, que, a despeito de sua pouca frequência, é extremamente revelador de como a fala do depoente é tomada na transcrição dos interrogatórios preliminares. Trata-se de intervenções do interrogador, assinaladas ou não, dentro da fala do depoente, sem marcas distintivas dessa interferência,⁴⁶⁷ como se entre a fala do depoente e a do interrogador as fronteiras fossem permeáveis. Ou, talvez, como se ao interrogador que “fala” dentro do depoimento fosse

⁴⁶⁶ *Declaração de próprio punho*. 25/01/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 67, 11616, 11615.

⁴⁶⁷ Refiro-me, aqui, a uma demarcação gráfica explícita entre as fronteiras – início e fim – da fala do depoente e da intervenção do agente de interrogatório.

permitida uma ampla liberdade de acesso e ingerência no discurso do interrogado. No depoimento abaixo, de um militante do POC, a presença dos agentes de interrogatório é traída por um “nos” onde normalmente se utiliza uma fórmula impessoal:

“Apesar de haver permanecido 4 meses em Pôrto Alegre e de ser levado por “MÁRIO”, pelo menos uma vez por semana, (normalmente durante dias úteis), no citado “aparêlho”, o depoente no entanto afirma que desconhece a localização exata do citado “aparêlho”, dizendo não estar em condições de nos informar da região aproximada onde o mesmo se encontra.”⁴⁶⁸

A transcrição de outro interrogatório, realizado com um militante da ALN, também apresenta uma formulação extremamente curiosa, confundindo a voz daquele que fala com a daquele que transcreve: “Que êsses reencontros sempre acontecem tôdas as vezes que tais ações são encetadas, é uma espécie de medida de segurança que êles ‘terroristas’ usam em ocasiões idêntica”.⁴⁶⁹ Não parece razoável que um militante se refira aos companheiros pela expressão “êles” ou “terroristas”, principalmente ao descrever uma prática comum entre os integrantes da organização da qual era membro. Situação semelhante ocorre em uma das sessões de interrogatório de outro militante da ALN, cuja transcrição é reproduzida na íntegra:

Que confirma suas declarações anteriores; acrescentando que “RODRIGUES” trabalha na Indústria ARNO S/A, (Departamento de Eletrônica), no Ipiranga; que “RODRIGUES” pertence ao Setor de Massas e está ligado também aos grupos dos bancários; que seus “pontos” com “RODRIGUES” eram no bairro do Ipiranga (Ruas Sacomã, Bom Pastor r[ua] Silva Bueno); “ALEXANDRE” ou “LELIO” reside juntamente, com “SIMÕES”, endereço êsse que poderá ser localizado por “RODRIGUES”; que, nesse instante, o depoente será conduzido até a ARNO S/A, juntamente, com uma equipe de busca, a fim de prender “RODRIGUES”.⁴⁷⁰

Quem profere a última frase? Teria sido o depoente a decidir que era o momento de deixar o interrogatório para proceder a uma busca de seu companheiro com a Equipe de Busca? Tanto menos provável que, na grande maioria das vezes, frases de semelhante estrutura são acrescidas após o depoimento, em uma “observação” ou “observação do interrogador”. Neste outro depoimento, o interrogador acrescenta uma dedução – apontada

⁴⁶⁸ *Interrogatório preliminar*. 20/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 169, 35104.

⁴⁶⁹ *Interrogatório preliminar*. 02/03/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 165, 34283.

⁴⁷⁰ *Interrogatório preliminar*. 08/04/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 90, 16772.

como tal – no meio da fala de um militante da Resistência Democrática (REDE),⁴⁷¹ completando a informação parcialmente revelada, em total despreocupação em manter íntegro o discurso do outro:

que ao sair da av. supracitada (que passou ao lado do CEASA), “BACURI” subiu uma ladeira asfaltada, desceu logo em seguida outra ladeira asfaltada, atravessou tartarugas (sentiu solavanco) e talvez 1 minuto depois estava no quintal da casa; conforme dados fornecidos pelo depoente a casa em questão foi utilizada para o sequestro do Consul Japonês (dedução do interrogador); que presume que ao lado, ou no terreno, da casa, em questão houvesse algo em construção, pois o depoente sentia que o carro passava sobre terreno recoberto de areia e em certo momento o veículo passou sobre uma tábua [...].⁴⁷²

Um último exemplo, retirado do depoimento de um militante do PORT, reproduz o comentário do interrogador ao final do texto, dessa vez sem diferenciação alguma dos enunciadores.

que veio à São Paulo a fim de colher e trazer informes sobre a situação política econômica e social e uma vez inteirado das análises feitas aqui, deveria retornar à Recife onde se reuniria com “GIL” e “SÉRGIO BUARQUE” para pô-los a par da situação para posterior divulgação e propaganda que se faria no ME [Movimento Estudantil] a cargo de SÉRGIO BUARQUE. O depoente não consegue explicar como se manteve desde 1964, por ocasião de sua fuga, embora tente justificar com evasivas que ganha seu sustento através de trabalhos de desenhista, sem contudo apontar uma única fonte pagadora.⁴⁷³

Em todas as passagens citadas, repete-se o mesmo fenômeno: os interrogadores dispõem da fala do depoente como se, através dela, falassem eles próprios. Mais do que isso, apropriam-se desse discurso, imiscuindo-se nele, apagando a distinção que separa uma voz da outra, numa instrumentalização completa da fala do depoente. É extremamente importante, no entanto, ressaltar que essas operações não invalidam as transcrições dos interrogatórios como documento histórico, nem revelam uma manipulação total delas. Esses documentos, longe de demonstrar um desleixo na produção dos interrogatórios, transmitem sistematicidade e rigor. Mas refletem, igualmente, como pano de fundo, certa visão de mundo e determinado *modus*

⁴⁷¹ A REDE foi criada pelo ex-militante da POLOP e da VPR Eduardo Collen Leite, conhecido como Bacuri, em 1969. Teve uma existência curta, tendo o seu fundador ingressado alguns meses depois na ALN. MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 58.

⁴⁷² *Interrogatório preliminar*. 10/05/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 107, 20355, 20354.

⁴⁷³ *Interrogatório preliminar*. 27/07/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 110, 21155.

operandi. A instrumentalização, aqui referida, seguia um padrão específico, não aleatório nem caótico, obedecendo a regras não explícitas, mas nem por isso inexistentes.

A maneira pela qual a fala era transcrita caracteriza uma representação da fala do interrogado dentro de uma encenação na qual a personagem principal não era aquele que estava proferindo o discurso, mas aqueles que o recebiam – os interrogadores –, como representantes de um poder maior, o próprio Estado e o governo militar. Assim, o *ethos* discursivo próprio ao interrogatório contrapunha-se – e em alguns momentos substituía – ao *ethos* do discurso do depoente. A imposição do poder do regime militar e de seu ideário não se fazia apenas por meio da coerção física, mas inscrevia-se também no discurso. No ato da transcrição da fala do outro, o interrogador, mesmo que não se desse conta disso, enredava parte desse discurso na teia de suas convicções ideológicas. No limite, o interrogatório tinha por função implícita aniquilar a alteridade e impor uma única fala autorizada: a dos interrogadores.

A “autocrítica”

Complementando os interrogatórios, há outro documento, denominado perguntório, que merece atenção por conter explícitas as questões dos agentes do DOI. Havia três versões padronizadas: “Vida de militante”, “Auto-crítica” e “Experiência em Cuba”.⁴⁷⁴ Tudo indica que eram respondidas sob a supervisão dos agentes do DOI, visto que no cabeçalho consta a indicação da equipe de interrogatório preliminar então presente. O documento era redigido à mão pelo depoente e, muitas vezes, por ele assinado. Em seguida era datilografado, sendo as duas versões enviadas ao DOPS. O primeiro modelo de questionário contém perguntas relativas à iniciação política, ao desenvolvimento da militância, à estrutura, ao organograma, aos meios e aos métodos das organizações de esquerda, às pessoas nelas envolvidas, a sua linha política e divergências com outras organizações. Os termos das questões são tomados de empréstimo do vocabulário da esquerda e sua formulação transmite fortemente a impressão de ter sido obra de um ex-militante “virado” – passado para o lado da repressão. O mesmo ocorre

⁴⁷⁴ Esses questionários aparecem pela primeira vez, na documentação, nas seguintes datas: “Vida de militante”, *Perguntório*. 17/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 175, 36167; “Experiência em Cuba”. *Perguntório*. 22/05/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 141, 29476-29471; “Auto-crítica”. *Perguntório*. 11/12/1973. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 181, 37213- 37210. Seria arriscado, em função da incerteza da real data de sua elaboração, interpretar o momento em que cada um dos modelos surge.

no questionário referente à “experiência em Cuba”, no qual a preocupação foca-se em questões de ordem prática: quando o militante esteve na ilha, qual a finalidade de sua viagem, o itinerário percorrido na ida e na volta, a descrição detalhada do curso de guerrilhas, o nome dos colegas de curso, assim como o dos instrutores. A “Auto-crítica”, em contraste, ainda que seu título evoque uma prática bastante comum dos militantes das organizações de esquerda,⁴⁷⁵ reflete o *modus pensandi* da comunidade de informações.

A linguagem dos questionários demonstra habilidade no manejo do vocabulário do inimigo. Por um lado, questionários de ordem mais prática, elaborados dentro de uma estética e lógica muito próximas às dos militantes de esquerda, com questões tais como “Perguntado sobre as tarefas a si distribuídas como membro da organização; idem para os demais membros da Regional, célula ou GTA [Grupo Tático Armado] e etc.”, “Perguntado a descrição minuciosa das reuniões ou congresso que tenha participado como membro; citando: local, data, pessoas presentes, divergências, etc.”,⁴⁷⁶ “Perguntado ao depoente quais os objetivos da organização a curto, médio e longo prazo” e “Mandado fazer um paralelo entre a linha política da organização, da frente e das demais organizações”.⁴⁷⁷ Trata-se de conhecer o universo do outro e de sistematizar as respostas fornecidas nas inúmeras sessões de interrogatório que o precederam, de forma que é do universo linguístico dos interrogados que saem as perguntas. Sua formulação – muito apropriada ao público ao qual se dirigia – aparentemente ajudava a criar certa familiaridade, e, em alguns casos, tem-se a impressão de que não se estava dentro de um órgão repressivo. Eis um fragmento da longa resposta de um militante do POC à seguinte questão:

PERGUNTADO SÔBRE AS CRISES “RACHAS” E DISSIDÊNCIAS OCORRIDAS NO POC?

R – Respondeu que o POC foi fundado, em março de 1968, fruto da fusão da POLOP com a dissidência do PCB do Rio Grande do Sul. A primeira crise teve início em fins de 1969, por ocasião de um balanço das atividades do ano. Isto ocorreu numa reunião do Comitê Nacional. Uma ala considerava que o POC vivia numa crise de liderança, outra criticava o burocratismo da direção e falta de orientação política concreta (o que fazer?). Esta crise se agravou quando a Secretaria Regional de São Paulo, preparando uma Conferência Regional, em março de 1970, abriu um debate interno

⁴⁷⁵ Trata-se da discussão freqüente sobre o acerto ou o erro das posições teóricas e ações dos militantes ou da organização, assim como de posturas consideradas “pequeno burguesas”. Para um exemplo dessa prática, ler SYRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980, p. 233-236.

⁴⁷⁶ *Perguntório*. 17/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 175, 36167-36159.

⁴⁷⁷ *Perguntório*. 18/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 175, 36152.

criticando a direção nacional. Após a Conferência regional que traçou diretrizes políticas mais claras, a maioria da direção nacional, julgando-se impossibilitada de continuar na organização, afastou-se. Com esse afastamento, houve um início de “racha” nas bases de São Paulo, criando imediatamente a Fração Proletária. Com a adesão de outras regiões e especialmente da antiga direção, a Fração Proletária, numa conferência, fundou a OCML-PO.⁴⁷⁸

Na “Auto-crítica” as questões parecem advir de um modo de raciocinar completamente distinto, caro aos agentes repressivos. Seu intuito parece consistir, com efeito, em dar vazão a todo o tipo de arrependimento do depoente e, de algum modo, justificar a ação dos órgãos repressivos. Não por acaso sucedia os interrogatórios preliminares. Não era mais a informação que despertava interesse, mas a verificação do efeito moral que a passagem pelo DOI pudesse ter surtido. As questões – como vimos em outros procedimentos relativos aos interrogatórios preliminares –, ao mesmo tempo que pareciam abrir espaço para um debate ideológico, orientavam as respostas em determinada direção. A primeira pergunta era assim colocada: “Após sua prisão, você teve tempo de refletir. Faça uma auto-crítica da sua vida, como militante da organização”. Ela pressupõe, evidentemente, que o depoente incorreu em um grave erro e, portanto, deve fazer uma autocrítica, assumir esse desvio, embora deixe certo espaço para uma opinião discordante na segunda questão: “Você acha que agiu corretamente ao se integrar na organização? Caso positivo, você voltará a militar nessa ou noutra organização? Por que?”. Trata-se de armadilha para manter o depoente sob cerrada suspeição uma vez cumprida sua pena ou tentativa de compreender o inimigo e suas motivações? Mais do que excluir-se, essas duas possibilidades parecem convergir num mesmo projeto.

As questões que se seguem ajudam a mostrar até que ponto essa escolha de militar na esquerda era equivocada, uma vez que comportava pesadas conseqüências: “Algum dia você pensou em ser preso, cumprir longos anos de prisão, em deixar seus entes queridos numa eterna angústia, em decorrência de seus atos?” e “Foi válido esse seu sacrifício? O que você fez de objetivo para o bem do povo?”. Em uma altura em que as organizações de esquerda já estavam praticamente derrotadas, arremata: “Acha que sua organização, seus líderes e mesmo você, estavam capacitados a dirigir os destinos do povo brasileiro?” A maneira pela qual as questões eram formuladas transferiam ao depoente toda a responsabilidade pela sua detenção e repressão, como se fossem uma decorrência óbvia de seu comportamento. Induziam claramente o depoente a assumir para si o ônus da situação de violência enfrentada nos órgãos

⁴⁷⁸ *Perguntório*. 16/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 176, 36296, 36295.

de repressão. A impressão geral é a de que o tratamento dispensado pelo DOI era inteiramente cabível contra indivíduos envolvidos em “subversão” para que percebessem, com esse castigo, a gravidade de suas opções e enganos – semelhante ao esquema da tortura, em que o torturador, diante do silêncio do torturado, acusa-o de obrigá-lo a bater para que fale.

Outras perguntas, colocadas em série, compunham quase um discurso, conduzindo em grande medida as respostas: “Você acha que o comunismo é uma forma de imperialismo ou de democracia?”, “Para você é um paradoxo existir uma democracia com um só partido político, senhor e único dono da verdade e dos destinos dos seus cidadãos?”, “Você acredita que o comunismo possa extirpar da face da Terra as contradições de classe? Você acredita que algum país do mundo tenha conseguido isto?”, “Será que num regime de partido único, os membros deste partido não estarão se locupletando dos bens do povo, falando em nome desse povo?”.⁴⁷⁹ A partir dessas questões, pode-se presumir, ao menos em parte, as principais críticas dos agentes do DOI ao comunismo. Primeiramente, o comunismo parece ser avaliado a partir das experiências históricas de tentativa de implantação desse sistema, ou seja, de sua aplicação na União Soviética, na China e em Cuba. A contraposição entre democracia e imperialismo sugere que a primeira é representada pelo bloco ocidental, ao passo que o segundo estaria relacionado aos países do bloco comunista. As contradições de classe são apresentadas como intrínsecas às sociedades humanas, já que a questão seguinte orienta a resposta no sentido de que nenhum país logrou alcançar tal intento. O partido único surge como um dado estrutural da manipulação do povo e da apropriação de seus bens em nome de uma pretensa entidade coletiva.⁴⁸⁰ Desse modo, toda uma série de julgamentos é apresentada de forma incisiva, permeando as questões cuja função parece ser menos a de abrir espaço para visões discordantes do que a de demonstrar a validade dos pareceres explicitados.

Respostas tímidas e arrependidas, balanços ao mesmo tempo positivos e negativos da própria experiência política, proselitismo político e defesa dos ideais revolucionários são algumas das diversas reações do variado espectro dos interrogados. Algumas delas transmitiam o sentimento dos depoentes de terem sido manipulados, por pessoas que nem

⁴⁷⁹ *Perguntório*. 11/12/1973. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 181, 37213-37210.

⁴⁸⁰ Como afirma Rodrigo Patto Sá Motta, a respeito das representações anticomunistas, o ideário comunista aparece como uma estratégia para encobrir as tentativas de dominação do país por potências estrangeiras: “Por trás das generosas promessas de redenção da humanidade estaria escondido um objetivo oculto, inconfessável, de conquista do mundo”. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 55.

eram capazes de dirigir o país e que ainda por cima colocavam sua integridade física, liberdade e a própria vida em risco. Um militante da APML, por exemplo, deu a seguinte resposta à solicitação de proceder a uma autocrítica de sua vida:

Declaro que sempre fiz meu trabalho imbuido de boas intenções procurando ser útil a todos, mas que fui utilizado por elementos mau intencionados até me levarem para a organização. O pouco tempo que fiquei na organização [APML] só serviu para atrapalhar minha vida.⁴⁸¹

À mesma questão, um militante do PCB respondeu da seguinte maneira:

Após e durante minha prisão tive tempo suficiente tanto de refletir como também de perceber a gravidade da minha situação, chego a dar graças a Deus por ter sido preso antes que me envolvesse ainda mais, tudo que fiz como militante foi servir a uma dezena de aventureiros que só visava seus interesses e por não querer se expor por que sabem a força da repressão ficavam solicitando casas de operários que viviam apenas de seu trabalho.⁴⁸²

Nesses casos, o papel de vilão não cabia aos interrogadores, mas àqueles que levaram os indivíduos a cair nas mãos da repressão. Evidentemente, o fato de o questionário ser preenchido diante da presença coercitiva dos agentes de repressão, dentro do órgão no qual os depoentes haviam passado por inúmeras sevícias, não era estranho ao teor das respostas. Ao mesmo tempo, estas contribuíam – nas situações em que os interrogados se diziam arrependidos – para a construção de uma lógica que se auto-alimentava: ao prender, seqüestrar e torturar os indivíduos, os órgãos de repressão faziam-no pagar um preço alto demais por sua participação política, que passava a ser vista como algo perigoso e injustificável dentro da relação entre custo – prisão e tortura – e benefício – construir um mundo melhor. Além disso, o preço era pago de imediato, com juros, ao passo que o benefício não passava de uma utopia. Assim, a respeito da experiência da prisão no DOI, um militante da APML afirmou que “Somente depois das prisões é que comecei pensar mais seriamente, e percebi onde eu tinha entrado, mas já era tarde demais”.⁴⁸³ Outro preso político, membro da AP, respondeu de forma semelhante: “Nunca pensei nem me preparei para isso. Uma longa semana de prisão aqui já é mais que suficiente para me deixar angustiado comigo mesmo e com o que podem estar sofrendo minha esposa, meus familiares, meus amigos”.⁴⁸⁴

⁴⁸¹ *Perguntório*. 19/07/1974. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 187, 38060.

⁴⁸² *Perguntório*. 10/01/1975. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 195, 39614.

⁴⁸³ *Perguntório*. 19/09/1974. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 187, 38060.

⁴⁸⁴ *Perguntório*. 02/08/1974. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 186, 37892.

Para os agentes de repressão, esse tipo de discurso produzido por parte dos depoentes – independentemente de ter sido por eles orientado através da formulação das questões e dos maus-tratos infligidos – confirmava a “justeza” de suas convicções. Sua missão, de certo modo, era assim validada: fora preciso o uso de certa violência para que os interrogados se dessem conta do erro em que estavam incorrendo, mas o importante é que finalmente percebiam o absurdo de suas convicções “subversivas”. Aponta-se para uma função “educativa” do órgão, promovendo o reenquadramento, na sociedade, de indivíduos “iludidos” ou “manipulados”. Já os que não se arrependiam mereciam tudo por que passaram e mostravam-se casos sem solução. Eram aqueles que, nas reuniões da comunidade de informações, eram qualificados, como um dirigente da Ala Vermelha do PC do B, de “elemento de um fanatismo acima do comum. É dono de um passado [...] voltado totalmente para a subversão e o terrorismo”.⁴⁸⁵ Desse modo, o propósito dos agentes do DOI não se orientava apenas para a punição dos delitos cometidos pelos militantes de esquerda, nem ao desmantelamento de suas organizações. Estendia-se a níveis mais profundos, visando à conversão de militantes políticos em cidadãos inofensivos e apolíticos, “reabilitando-os” para o convívio social. Buscava-se, nas palavras de Michel Foucault, “controlar o indivíduo, a neutralizar sua periculosidade, a modificar suas disposições criminosas, a cessar somente após a obtenção de tais modificações”.⁴⁸⁶

⁴⁸⁵ *Reunião da comunidade de informações*. 20/01/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 102, 19520.

⁴⁸⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. História das violências nas prisões*. 8. ed., Petrópolis: Vozes, 1991, p. 22. A passagem realizada entre os séculos XVI e XIX da punição do corpo – suplício – para a punição da alma – prisão – traz consigo, segundo Foucault, uma substituição de objetos. A qualidade, a natureza, a substância do que se constitui o elemento punível são transformadas. Mais do que sancionar a infração, trata-se de atingir a alma em seu potencial de transgressão da ordem. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, p. 23-24.

3 Os temas

Os terroristas não eram cidadãos comuns. O terrorista é um combatente que optou por um tipo de guerra, a Guerra Revolucionária. Dentro desse contexto ele milita no âmbito de uma organização clandestina; é preparado ideologicamente; recebe recursos materiais de uma potência estrangeira; é aperfeiçoado em cursos nesses países interessados em apoiar essa Guerra; recebe nomes falsos e codinomes; vive na mais absoluta clandestinidade; possui mecanismos de segurança extremamente eficientes, onde a compartimentação os isola da maioria dos seus companheiros; vive infiltrado no seio da população; não usa uniformes; ataca sempre de surpresa; seqüestra, mata, assalta e rouba em nome do seu ideal revolucionário; vive em “aparelhos”; combate no seio da sociedade que pretende destruir; vive a soldo de uma Organização para a qual dedica todos os seus dias.⁴⁸⁷

Essa descrição do “inimigo”, feita pelo ex-comandante do DOI, é muito significativa porque traz dois elementos centrais da repressão política dos anos 1960 e 1970: a adaptação aos métodos do “inimigo”, reformulando as ações sempre que necessário, em função da experiência empírica; e a teoria, de inspiração francesa, da Guerra Revolucionária, doutrina militar norteadora do combate aos grupos de esquerda. Segundo essa teoria, o novo tipo de guerra – que combinava operações bélicas e ideologia, ações concretas e propaganda política – exigia não apenas um firme combate das forças policiais e armadas, como o pleno conhecimento das técnicas e táticas do inimigo, o que se fazia por meio de um poderoso sistema de controle de informações. Tratava-se, segundo o cientista político João Roberto Martins Filho, de uma “doutrina que funciona em forma especular e extrai seus métodos e seu nome do fenômeno que visa combater”.⁴⁸⁸

Os interrogatórios preliminares assumiam, por conseguinte, um lugar de destacada importância no novo cenário, cujos imperativos, do ponto de vista da polícia política, eram assim descritos pelo comandante da Coordenação de Execução da Operação Bandeirante, o tenente-coronel Waldyr Coelho:

c. Há necessidade de fortalecimento permanente, no âmbito das Forças Armadas e das polícias, dos ideais de liberdade e democracia, objetivando mantê-las infensas a toda e qualquer pregação – ostensiva ou subterrânea – da subversão comunista. Por outro lado é impositivo – face à agressividade do expansionismo marxista-leninista – o conhecimento pleno, pelos quadros das Forças Armadas e das polícias, do mecanismo, técnicas e táticas empregadas pela GR [Guerra Revolucionária], para melhor pressenti-la e localizá-la. Mas só isso não basta. É imprescindível manter quadros e tropa

⁴⁸⁷ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*, p. 157.

⁴⁸⁸ MARTINS FILHO, João Roberto. *Tortura e ideologia*, p. 5.

das Fôrças Armadas e das polícias permanente e conveniente adestradas para ser oporem a GR onde e quando ela se manifestar.

d. Há necessidade de uma boa rêde de informações para localizar a subversão no seu nascedouro e propiciar condições ao poder legal de se contrapor a ela, quando ainda em seus estágios iniciais.⁴⁸⁹

Nesse fragmento estão contidos elementos que orientavam os trabalhos do DOI: a busca obsessiva por informações sobre o “inimigo”, em seus mínimos detalhes, o combate incessante às organizações de esquerda e o dever de pressentir e localizar as manifestações da Guerra Revolucionária, o que, na realidade, significava ampliar tanto quanto fosse possível o leque das suspeitas. Identificar a “subversão” em seu “nascedouro” significava rastrear todas as suas possíveis manifestações, convertendo em suspeita qualquer expressão de idéias ou práticas de esquerda. Os interrogatórios preliminares eram cruciais na operação de confirmar ou não desconfianças a respeito dos indivíduos capturados e na de verificar o grau de envolvimento dos depoentes na política.

Sobre as informações contidas nos depoimentos, pode-se dizer, grosso modo, que possuíam ao menos três funções distintas. A primeira e mais urgente consistia em localizar o inimigo: angariar dados para novas perseguições e capturas, além de identificar os alvos. A segunda estava relacionada ao conhecimento do inimigo, com o propósito de antever seus passos e impedir seus movimentos. A terceira dizia respeito à punição legal, sendo importante identificar o grau de envolvimento do depoente com atividades de cunho político, e medir intencionalidades, com vistas à fase judiciária da repressão política, a fim de orientar a decisão dos juízes no processo movido pela Justiça Militar. O objetivo deste capítulo reside em identificar a natureza das informações buscadas nos interrogatórios, bem como suas modificações no tempo.

3.1 Identificar o próximo elo da cadeia

“O que eles queriam nos seus interrogatórios era, basicamente, pontos e aparelhos”.⁴⁹⁰ Essa percepção de Fernando Gabeira, ex-militante do Movimento Revolucionário – 8 de outubro (MR-8, ex-Dissidência da Guanabara) – é evidentemente parcial. Os pontos de

⁴⁸⁹ *A guerra revolucionária*. 1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15602, fl. 15.

⁴⁹⁰ GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 171.

encontros de militantes e a localização de aparelhos – locais onde se guardavam materiais e documentação da organização, onde se fazia o planejamento das próximas ações a serem executadas, realizavam-se reuniões e hospedavam-se militantes – formavam, inequivocamente, um dos eixos dos interrogatórios, mas não o único; talvez o mais identificável, uma vez que eram as informações a serem obtidas com maior urgência. Era através delas que se chegava muito rapidamente a outros militantes, mantendo uma cadeia de “quedas” (prisões) e de apreensão de material de todo o tipo: propaganda, armas, munições, dinheiro, documentos internos das organizações.

Pontos

Havia vários tipos de pontos. Respondendo a um perguntório, um membro do setor de imprensa da ALN afirmava conhecer as seguintes modalidades:

- 1) Ponto de segurança: para verificar se o militante não caiu depois de executar alguma tarefa (uma ação, por exemplo).
- 2) Ponto de referência: se um dos dois militantes furar um ponto existe uma referência pré-determinada, que pode ou não ser no mesmo local.
- 3) Ponto fechado: para o caso de cair um militante que é o único contacto com outro da Organização, a fim de que este outro não fique perdido. Nesses casos o primeiro militante passa ao segundo um papel com as indicações do ponto (local, hora, modo de vestir ou objetos a levar, senha, contra-senha). O primeiro militante não lê o papel e o segundo joga-o fora depois de decorar o seu texto.
- 4) Ponto móvel: depois de fixada uma rua estabelece-se, por exemplo, que na 2ª feira o ponto será no número 200, na 3ª no número 300 e assim por diante.
- 5) Ponto andando: um trecho de rua, entre dois números ou duas perpendiculares. O encontro terá um ar mais casual.
- 6) Ponto de polícia: o perguntado ficou sabendo de sua existência neste DOI.⁴⁹¹

O ponto de polícia é descrito da seguinte maneira por um militante da REDE e do MRT:

Observação: FERNANDO KOLLERITZ (“IVO”), declarou que a REDE está empregando apontamentos, denominados pontos policiais. Isto significa

⁴⁹¹ Perguntório. 11/03/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 153, 31850.

que o elemento caído, deve dar um ponto frio, pré-determinado, o qual é diàriamente observado pelos elementos importantes da organização.⁴⁹²

Obter a data e o horário dos próximos pontos, assim como a localização dos aparelhos, era crucial e premente, uma vez que, havendo demora por parte dos agentes de repressão, os militantes, ao detectarem a prisão de um companheiro, deixavam de comparecer aos pontos e, algumas vezes, transferiam o local dos aparelhos. Segundo o ex-chefe do CODI do Rio de Janeiro Adyr Fiúza de Castro, “o ‘ponto’ é o que faz cair em cadeia”.⁴⁹³ Estabelecia-se, desde o início, um jogo de forças no qual o depoente às vezes conseguia manter secreta a informação cobiçada. Um militante da VPR confessou, por exemplo, “que o ponto que declarou quando prêso, que teria com FLAVIO, era um ‘ponto policial’, que tinha por finalidade, identificar ao FUGIMORE que o depoente havia caído; que na época de seu depoimento, omitiu as declarações acima”.⁴⁹⁴ Outro, da ALN, utilizou como recurso responder às questões dos interrogadores com informações falsas, visando omitir as verdadeiras:

Retifica seus depoimentos anteriores, pois fornecêra detalhes falsos, dera “pontos” inexistentes com o fito de não “queimar” os verdadeiros “pontos” que tinha nesta data, ou seja, “ponto” com o “CARLOS”, às 1400 horas, na Rua Albuquerque Lins e o “ponto” com SILVIA CARNEIRO PONTES PEROBA (“RITA”), às 1500 horas, na Avenida Higienópolis, esquina com Albuquerque Lins.⁴⁹⁵

Embora normalmente as questões sobre os pontos aparecessem apenas nas primeiras sessões, acontecia de os interrogadores explorarem esse tópico mesmo quando o depoente já estava detido há algum tempo, como ocorreu com um militante da ALN que, na 15ª sessão de interrogatório, respondeu a esse respeito:

que o único ponto que lhe resta é com o japonês “ROBERTO” para as quintas feiras às 2030 horas na Rua Tabapuã X Iguatemi mas acha pouco provável que “ROBERTO” volte a cobrir tal ponto já que a essa altura todos da ALN de São Paulo devem saber que o depoente foi prêso.⁴⁹⁶

⁴⁹² *Interrogatório preliminar*. 10/05/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 107, 20374.

⁴⁹³ Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, publicado em D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 67.

⁴⁹⁴ *Interrogatório preliminar*. 18/11/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 83, 15327.

⁴⁹⁵ *Interrogatório preliminar*. 20/11/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 155, 32300.

⁴⁹⁶ *Interrogatório preliminar*. 28/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 165, 34285.

Caso o ponto fosse revelado a tempo, a sessão era interrompida para que o depoente fosse ao encontro, acompanhado da Turma de Busca. A frase a seguir, retirada do depoimento de um militante do PCB, é bastante freqüente: “Nesta altura, foi interrompido o interrogatório, a fim de que o depoente fosse levado para ‘cobrir’ o ponto citado no início do presente depoimento”.⁴⁹⁷ Muitos militantes foram detidos desse modo, por desconhecem a prisão de seus companheiros ou por insistirem em cobrir um ponto a despeito da ausência, nos pontos anteriores, daquele que iriam encontrar. Guiomar Lopes, ex-militante da ALN, comenta o fenômeno: “parecia uma *família árabe*, porque um ia tentar salvar o outro e era preso, formando uma corrente...”.⁴⁹⁸ Por isso sonhavam com o dia em que teriam um esquema de comunicações e encontros mais seguro. Um dos personagens das memórias romanceadas do ex-militante da VPR Alfredo Sirkis afirma que criariam “uma estrutura tão bem estanquizada que não tivesse mais nem pontos marcados entre os combatentes, apenas comunicação através de sinais e mensagens em muros e postes”.⁴⁹⁹ Porém, mesmo esse tipo de prática acabava sendo do conhecimento dos interrogadores e instrumentalizado pelos agentes do DOI. Um militante da VPR descreve a armadilha montada por estes para prendê-lo:

O depoente esclarece que, conforme havia combinado com EMÍLIO IVO ULRICH (“ALEMÃO”) passou em determinado dia na Av Pacaembu e notou que nada havia de anormal no poste que haviam combinado deixar um sinal. O poste inclusive estava escuro e sujo. Já no dia seguinte pode notar o sinal combinado em tal poste, porém, notou algo de estranho, uma vez que a marca estava muito bem feita e o poste havia sido limpo para que se fizesse o sinal.

Que, normalmente os sinais são feitos de maneiras apressadas e nunca poderiam estar nas condições em que aquele sinal se apresentava. Assim, já desconfiado compareceu no horário combinado para cobrir o “ponto” na Av Turmalinas e sem descer do ônibus em que tomava assento, verificou “ALEMAO” no local combinado. Teve então suas suspeitas confirmadas, pois em um local sem movimento “ALEMAO” estava com uma pessoa pouco a sua frente e um outro, pouco à retaguarda, o que fêz deduzir que eram policiais. Dai então, não mais voltou a cobrir tal ponto em suas alternativas.⁵⁰⁰

Ao mesmo tempo em que comparecer ao encontro podia ser extremamente arriscado, dada a possibilidade de campana montada pelos agentes do DOI, era a oportunidade de

⁴⁹⁷ *Interrogatório preliminar*. 27/07/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 146, 30568.

⁴⁹⁸ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, p. 265. (Grifo do autor.)

⁴⁹⁹ SYRKIS, Alfredo. *Os carbonários*, p. 308.

⁵⁰⁰ *Interrogatório preliminar*. 03/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 171, 35563-35562.

confirmar se um companheiro havia “caído” (sido preso) ou não. O trecho abaixo, retirado do depoimento de um militante da VPR e da REDE, mostra uma e outra faces da situação:

Que confirma as suas declarações anteriores, acrescentando que o único ponto de encontro que o depoente tinha com os elementos de sua base e da base de “MIGUEL” que ainda estavam ou estão em liberdade, ou seja “DUDU”, “ÉLOY”, “PEDRO”, “MIGUEL” e a “CARMEM” êste ponto era de emergência [sic]; sendo coberto pelo depoente e equipe desta OB, onde compareceu “PEDRO” representando os demais, isto por medida de segurança; em consequência da queda de “PEDRO” e do alarde feito no local, os elementos que estão fora e que poderiam voltar nos próximos dias, já que aquêle era ponto de emergência da base, assim sendo, ninguém retornará aquêle local.⁵⁰¹

As operações nem sempre eram tão indiscretas. Alfredo Sirkis narra a montagem de uma campana, observada por ele e uma companheira, de um ângulo próximo, mas pouco visível. Seis agentes – não se sabe se eram do DOI ou do DOPS – chegaram intempestivamente ao cemitério das Clínicas, em São Paulo, numa perua amarela. Desceram do automóvel e rapidamente sumiram do outro lado do portão. A perua amarela, estacionada entre o carro do pipoqueiro e as barracas de flores, incorporara-se à paisagem. Os observadores, percebendo que o ponto fora descoberto pela polícia, trataram de distanciar-se do local. Não tivessem chegado um pouco antes e observado a cena, teriam sido presos.⁵⁰²

Cientes das variadas modalidades de pontos e dos procedimentos envolvidos nos encontros – uso de senhas e contra-senhas – os agentes do DOI os utilizavam como “isca”. O conhecimento detalhado dos meios empregados pelas organizações de esquerda era um instrumento poderoso para chegar a seus militantes. Em julho de 1971, ao ser cientificado de que seu irmão, militante da ALN, fora seqüestrado pelos órgãos de repressão, Manoel de Almeida Araújo foi ao DOI procurá-lo. Os interrogadores nada disseram sobre o paradeiro daquele, mas quiseram descobrir quem lhe havia passado a informação:

Que hoje (11 Jul 71) por volta das 1630 horas quando se encontrava na residência de sua progenitora atendeu a um telefonema (fone 44-21-22) em que um elemento a procurava, sendo que após o declarante se identificar como filho da mesma recebeu o seguinte recado: - Que seu irmão LUIZ ALMEIDA DE ARAÚJO (“RUI”) encontrava-se prêso há quinze dias e sòmente sua família poderia localizá-lo, e que deveriam fazê-lo rápido pois LUIS poderia morrer torturado nas mãos da polícia. Por êsse motivo o declarante passou a procurá-lo tendo ido ao DEOPS, BPE (IIEx/), Rec Mec (II Ex) e finalmente tentou encontrá-lo neste DOI. [...]

⁵⁰¹ *Interrogatório preliminar*. 22/04/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 104, 20021.

⁵⁰² SYRKIS, Alfredo. *Os carbonários*, p. 221-222.

OBSERVAÇÃO: O declarante comprometeu-se a, caso êsse elemento telefone novamente, marcar um ponto com o mesmo, dizendo haver conseguido localizar o seu irmão, tendo êste lhe passado um recado escrito e que somente poderá entregá-lo pessoalmente, não podendo fornecer mais detalhes pelo telefone. Imediatamente após, o declarante entrará em contacto com êste DOI e fornecerá detalhes sôbre o referido ponto (dia, hora, local, elemento que deverá cobri-lo, senha, contra-senha, e etc.). As instruções referentes à simulações serão também dadas pelo declarante à sua mãe, a qual deverá executá-lo no impedimento do mesmo.⁵⁰³

À medida que iam prendendo os militantes, os agentes do DOI, de posse das informações conseguidas, iam mapeando a área de atuação de cada organização. Os militantes costumavam circular dentro de determinadas zonas da cidade de São Paulo, o que facilitava sua localização. Um dirigente da REDE explicou aos interrogadores como fazia para encontrar companheiros de sua organização e da ALN, quando o contato era interrompido.

quando GILBERTO FARIA LIMA (“GIBA” ou “CARLOS”) saiu da área de treinamento, procurou-o na Av Indianópolis, onde o depoente tinha “ponto” com DEVANIR JOSÉ DE CARVALHO (“HENRIQUE”). Que “GIBA” ou “CARLOS” sabia que o depoente costumava marcar ‘pontos’ naquele local, e então, na tentativa, conseguiu encontra-lo. [...]

O depoente lembra-se ainda que, antes da ação havia se encontrado com “TOLEDO” umas 3 ou 4 vezes na Vila Mariana [...]. Que êsses “pontos” foram realizados na sua totalidade na Vila Mariana, só variando as ruas (locais de pontos). [...] Perguntado como conseguiria contactar com alguém da organização em São Paulo, respondeu que o tentaria andando pelos bairros de Vila Mariana e Indianópolis.⁵⁰⁴

O mesmo sucedia com outras organizações, como atesta esta fala de um militante do POC: “Que, depois de abandonar o POC, diversas vezes, passando de ônibus pelas Avenidas Paulista e 9 de Julho, viu elementos do POC fazendo pontos; que é comum o pessoal do POC marcar pontos nas Avenidas Paulista, 9 de Julho e Rua Augusta”;⁵⁰⁵ assim como a de um militantes da VAR Palmares: “Que atualmente elementos da organização costumavam marcar ponto sempre fora da cidade, em virtude da vigilância; que os lugares preferidos são: Praça Oswaldo Cruz, transversais da Rua Turiassu próximo ao Shopping Center de Iguatemi,

⁵⁰³ *Interrogatório preliminar*. 11/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 103, 19784-19783. Luiz Almeida Araújo foi seqüestrado na Av. Angélica, após ter conduzido um companheiro a um encontro com um dirigente da VPR, no dia 24 de junho de 1971. Seu corpo não foi encontrado. MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 61-62.

⁵⁰⁴ *Interrogatório preliminar*. 23/09/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 95, 18071-18070.

⁵⁰⁵ *Interrogatório preliminar*. 16/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 139, 28984.

Lapa”.⁵⁰⁶ O fato de os militantes circularem dentro de uma área restrita da cidade expunha-os sobremaneira, pois nesses casos os bairros em questão poderiam ser vigiados por agentes do DOI mesmo que estes não dispusessem de informações precisas sobre datas e horários dos encontros. Tal procedimento é descrito pelo ex-comandante do DOI, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, numa operação destinada a capturar integrantes da ALN:

Na reunião da Comunidade de Informações [...] eu solicitara ao chefe da 2ª Seção da Polícia Militar que colocasse barreiras para controle de trânsito nos prováveis locais onde os terroristas mais transitavam. Conforme combinado, após um estudo da Seção de Análise do DOI, escolhemos alguns locais críticos e indicamos zonas de maior atuação terrorista para que a Polícia Militar montasse as barreiras.⁵⁰⁷

Aparelhos

A localização de aparelhos era, do mesmo modo, um tema insistentemente presente nos interrogatórios. Estava em jogo não apenas a possibilidade de prender outros militantes que ali residissem ou estivessem se reunindo, como de recolher vasto material de propaganda, armamentos, dinheiro e documentos da organização à qual o aparelho pertencia. Uma vez identificado um desses imóveis, os agentes do DOI faziam campana em suas proximidades, observando a movimentação em torno do local. Capturavam os indivíduos que pudessem estar ligados à organização investigada e os levavam para a rua Tutóia para serem interrogados. Assim, uma vez obtidas informações sobre o aparelho de um militante procurado, o interrogatório era suspenso para que se fizessem as buscas no local, interrupção assinalada pelos inquiridores: “OBS: O depoente foi conduzido pelas Equipes de Busca ‘A-3’ e ‘A-4’, a fim de localizar a casa de onde YOSHITANE fôra visto saindo. Se reconhecida a casa, o depoente deverá retornar à OB e montar-se-a uma campana”.⁵⁰⁸ Desse mesmo modo se deu a interrupção do interrogatório de um militante do POC, assinalada ao final do depoimento:

⁵⁰⁶ *Interrogatório preliminar*. 12/09/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 97-A, 18641.

⁵⁰⁷ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 382. Segundo o general Leônidas Pires Gonçalves, ex-chefe do CODI do Rio de Janeiro, a partir dessas informações, compunha-se um “bolotário”: “havia um mapa de homens com suas atividades, marcadas por aquelas bolotinhas, e, quando olhávamos, estávamos diante de uma cadeia nuclear. Porque fulano de tal se liga com fulano que se liga com... Então fazíamos uma análise completa, direitinho e tal”. Depoimento do general Leônidas Pires Gonçalves, publicado em D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 242.

⁵⁰⁸ *Interrogatório preliminar*. 29/09/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 80, 14658.

“OBSERVAÇÃO DA TURMA DE INTERROGATÓRIO: O depoimento foi interrompido neste ponto para o declarante ir tentar localizar o aparelho de MARCOS WILSON SPIGLER (“GERSON”)”.⁵⁰⁹

Chama a atenção o fato de alguns militantes conhecerem vários aparelhos, contrariando as normas de segurança das organizações.⁵¹⁰ Um militante da VPR, interrogado entre dezembro de 1969 e fevereiro de 1970, cita catorze aparelhos em que esteve – ainda que desconhecesse o endereço de alguns deles, por ter se dirigido ao local com os olhos vendados – em São Paulo, em Embu-Guaçu, na Guanabara e em Santos.⁵¹¹ Conforme foram adquirindo experiência na clandestinidade e a repressão foi aumentando, as organizações passaram a ser mais cuidadosas com a segurança. Indagada sobre as armas e meios financeiros da ALN, uma militante deu a seguinte resposta:

Em outubro foi alugado um “aparelho”, no qual residem “JOSE” e “MARCIA”, onde possivelmente se encontra o dinheiro e armamento da organização. Tal “aparelho” a depoente, como os outros componentes do “COMANDO” desconhece, pois tendo em vista a queda do GTA [Grupo Tático Armado], anterior foi tomada precaução de mantê-lo “fechado”, bem como modificado o sistema de segurança.⁵¹²

De fato, o “estouro” (desmonte) de um aparelho podia significar perdas consideráveis de material, de militantes presos, de informações sigilosas. Em relatório datado de setembro de 1969, o II Exército vangloriava-se por ter a Operação Bandeirante desarticulado – ao menos por certo tempo – a Ala Vermelha do PC do B:

⁵⁰⁹ *Interrogatório preliminar*. 07/09/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 173, 35798.

⁵¹⁰ Em documento da VAR Palmares sobre normas de segurança, constante no arquivo do DOPS, preconiza-se, no item “Sobre aparelhos”: “A preservação de nossa aparelhagem é fundamental para o funcionamento da Organização, pois é ela que assegura a nossa infra-estrutura. O militante deve conhecer apenas o seu aparelho de reunião da célula. [...] Tôdas as vêzes que descobriremos algum aparelho da Organização, devemos comunicar imediatamente a Organização pelos canais internos, a fim de que possa ser evacuado. Temos que ser rígidos nessa prática para enfrentarmos o avanço da repressão e assegurarmos a nossa segurança”. *Normas básicas de segurança*. 05/03/1970 (data de envio da documentação à Coordenação de Execução da Operação Bandeirante). Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 75, 13493, fls. 2-3.

⁵¹¹ *Interrogatório preliminar*. 14/01/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 150, 31322-31319. Nesse sentido, Jacob Gorender faz uma dura crítica à situação da esquerda armada: “As organizações de esquerda se revelaram débeis no duelo contra os dispositivos da repressão policial, assim que se deu sua centralização pelo comando das Forças Armadas. [...] Pelo exame das trajetórias individuais, verificam-se numerosos casos de militantes que passaram por três organizações, alguns por quatro ou cinco. Uma vez aprisionados e torturados, podiam fazer denúncias sobre todas elas. Sem falar na inexperiência e nas incríveis imprudências, que facilitaram a tarefa dos órgãos repressivos”. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 261.

⁵¹² *Interrogatório preliminar*. 28/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 91, 17218.

A prisão de onze elementos da Ala Vermelha do PCdoB – a maioria dos quais dos mais atuantes e de grande expressão no Partido – aliada à tomada de dois “Aparelhos” com volumosos material de grande valia para a organização, permite afirmar que a Ala Vermelha sofreu um duro golpe e que não tem condições – pelo menos no momento – de “atuar” com eficiência no campo subversivo-terrorista. Por outro lado, as referidas prisões permitiram esclarecer um bom número de assaltos a Bancos, a organizações comerciais e outros atos de terrorismo, recuperar algum dinheiro, armamento e outros materiais roubados, a apreender armamento e munição e a impedir a realização de alguns assaltos e outras “ações” que já estavam planejadas e até programadas para a semana em curso.⁵¹³

Nas ocasiões em que os interrogados desconheciam o endereço, pedia-se que dessem todas as indicações disponíveis para se chegar ao local. Um dirigente da REDE assim apresentou as referências para localizar a casa na qual se hospedara:

que esteve várias vezes no aparelho de DEVANIR JOSÉ DE CARVALHO (“HENRIQUE”), porém esclarece que quando seguia para aquele local, que sempre era feito em companhia do mesmo, usava óculos vendados com algodão; esclarece que não sabe precisamente onde fica localizado o referido aparelho, acreditando na possibilidade de precisar a área; sabe que fica na direção de Americanópolis, em vista da direção que DEVANIR JOSÉ DE CARVALHO (“HENRIQUE”) seguia, quando para lá se dirigia; [...] O depoente passou a descrever a possibilidade de se chegar ali, saindo da Igreja de São Judas na Avenida Jabaquara; que dali saindo DEVANIR JOSÉ DE CARVALHO (“HENRIQUE”) seguia rumo a Americanópolis, sempre seguindo a linha de ônibus em rua asfaltada durante 10 a 15 minutos; que após êsse espaço de tempo saiam do asfalto entrando possivelmente à direita e fazendo um percurso de aproximadamente 5 minutos em estrada de terra; que antes de chegar ao “aparelho” existe uma subida forte de terra e após uns 50 metros, encontra-se o referido aparelho; sabe que o “aparelho” não fica na mesma rua da subida, pois notou que o carro entrava à direita, após a mesma que por essa razão acredita que o “aparelho” fica em lugar alto [...].⁵¹⁴

Era comum que fosse exigido do depoente que procurasse rememorar as características do percurso, com todos os detalhes de que pudesse lembrar. A fala de um militante do POC ajuda a reconstituir a estrutura da pergunta formulada pelos interrogadores:

que o declarante quando foi levado para o “aparelho” em agosto de 1970, viajou em um auto Volkswagen desde Osasco, até passar à Praça Oswaldo Cruz; que logo depois dêsse local recebeu ordens [...] para que colocasse um óculos de lentes escuras e fechasse os olhos e permanecesse de cabeça em ângulo baixo, apesar de ser mais ou menos 1930 horas; que devido as condições viajou na etapa final da viagem não tem condições de refazer

⁵¹³ *Relatório Especial de Informações nº 26*. 02/09/1969. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 58, 9786.

⁵¹⁴ *Interrogatório preliminar*. 22/09/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 95, 18075-1804.

mentalmente e reconstituir o itinerário do auto até atingir o “aparêlho” em que permaneceu guardado pelo espaço de uma semana.⁵¹⁵

Parece pouco provável que tais coordenadas permitissem a identificação dos imóveis em questão. No entanto, essas perguntas parecem integrar a lógica de inquirição dos interrogadores, que incluía a repetição de detalhes e a insistência para que se dissesse tudo o que o depoente sabia, pois toda informação, ainda que parcial, poderia levar a alguma pista. É o correspondente, para o ofício do interrogador, da mentalidade expressa pelo general Adyr Fiúza de Castro a respeito dos analistas de informação: “Qualquer informação, a mais inverossímil possível, eles têm que receber e processar porque rasgar não é possível”.⁵¹⁶ Essa mentalidade, nos interrogatórios, convertia-se em estratégia de verificação do que era dito pelos depoentes – analisava-se a capacidade deste de conservar a coerência em seus mínimos detalhes – e em instrumento de saturação, vencendo a resistência do interrogado pelo cansaço. De um modo mais geral, aponta para uma intenção totalizante, para uma dissecação do adversário em todas as suas minúcias.

Nomes

No que diz respeito aos nomes, distinguem-se três estratégias distintas. A primeira consistia em ampliar ao máximo a margem da suspeita, para que se evitasse deixar de fora qualquer indivíduo que pudesse estar politicamente comprometido com as idéias de esquerda. A segunda dizia respeito à obtenção de mais informações sobre os indivíduos citados e situá-los do ponto de vista de sua participação. Procurava-se conhecer o nome verdadeiro daqueles cujos codinomes foram levantados nos interrogatórios. A seguir, definir o grau de participação e a função exercida pelo indivíduo nas organizações – se era um apoio ou militante, em que setor da organização militava, quais atividades desenvolvia, etc. A terceira situava-se na identificação dos dirigentes de cada organização, seu nível de importância, seus hábitos e locais de circulação.

Em relatório encaminhado ao DOPS em agosto de 1969, agentes da Operação Bandeirante explicam em que condições os dois indivíduos enviados ao órgão foram presos e

⁵¹⁵ *Interrogatório preliminar*. 26/06/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 143, 29822.

⁵¹⁶ Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, publicado em D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 46.

o que foi apurado a respeito. A detenção se deu a partir de um informe que denunciava a realização de atividades “subversivas”, “consubstanciadas em reuniões” na casa de um deles. O dono da casa na qual se realizavam as reuniões “teria queimado alguns livros subversivos, teria obrigado sua esposa a desfilar em via pública com a bandeira ‘Comunista’, é desempregado [mas] vive relativamente bem”. Na Operação Bandeirante “foram interrogados diversas vezes”.⁵¹⁷ A conclusão a que chegaram sobre o caso foi a de que um terceiro “elemento”, com o qual os outros dois se reuniam, era “subversivo”. Quanto a seus companheiros, um era “simpatizante da ideologia Comunista”. O autor do relatório afirma ser ele “homem de índole esquerdista, estando atualmente em estado passivo”.⁵¹⁸ Seu companheiro de reuniões também seria “homem de tendências esquerdistas, estando atualmente em estado latente”. Foram enviados ao DOPS pelo fato de os agentes da Operação Bandeirante entenderem que as “2 (duas) pessoas interrogadas são realmente simpatizantes do Comunismo, muito embora não estejam atualmente em ação. Como entretanto, em data não muito remota, chegaram a ensaiar algo concreto, manifestada através [de] reuniões de cunho subversivo, entendemos que os mesmos deverão ser enviados ao DOPS, para serem processados na forma da Lei”.⁵¹⁹

O que merece ser destacado desse documento – único na documentação estudada – é o conceito de “índole esquerdista em estado passivo” ou de “tendências esquerdistas” em “estado latente”. A representação segundo a qual o comunismo era associado a uma doença faz parte do imaginário anticomunista desde a década de 1930.⁵²⁰ No caso, as expressões utilizadas remetem à idéia de um vírus com o qual os indivíduos em questão estavam infectados. E, uma vez apresentada tal condição, a “doença” poderia manifestar-se a qualquer momento, o que exigia vigilância. Ao pedirem que o depoente declinasse os nomes das pessoas conhecidas com alguma participação política, os interrogadores agiriam, em certo sentido, como “agentes de saúde” pública, moral e política, identificando as possíveis “zonas de contágio”. O que está em questão na repressão política não se restringe aos delitos cometidos, mas atinge as convicções do indivíduo, sendo estas muitas vezes vistas como distúrbios psicológicos. O general Leônidas Pires Gonçalves, ex-comandante do I Exército e, portanto, chefe do CODI do Rio de Janeiro entre 1974 e 1977, refere-se aos militantes das

⁵¹⁷ *Relatório*. 26/08/1969. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 56, 9486.

⁵¹⁸ *Relatório*. 26/08/1969. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 56, 9486.

⁵¹⁹ *Relatório*. 26/08/1969. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 56, 9486.

⁵²⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*, p. 53.

organizações de esquerda nos seguintes termos: “os subversivos, com raríssimas exceções, eram desequilibrados. Eram psicologicamente desequilibrados, por questões familiares, por questões fisiológicas”.⁵²¹

Inúmeros são os depoimentos que contêm uma série de nomes, codinomes e atividades desenvolvidas pelos indivíduos citados. Uma vez terminada a lista de pessoas conhecidas, os interrogadores insistiam em pedir mais nomes, a fim de explorar todas as possibilidades. Assim, um militante da VPR respondia “que no momento não se recorda do nome de outras pessoas que estejam envolvidas na subversão ou terrorismo”.⁵²² Outro, da Ala Vermelha, afirmava “Que não se lembra de outros nomes ou enderços de quaisquer pessoas ligadas à mesma organização que a do declarante, exceto os que já declarou nesta e nas outras declarações anteriores, conquanto esteja definitivamente decidido à colaborar”.⁵²³

Aos que desconheciam o nome verdadeiro de seus companheiros era exigido que dessem sua descrição física. O depoimento de um militante da ALN evidencia não apenas a prática da descrição física, como também a tentativa, por parte dos interrogadores, de cruzar as informações sobre os indivíduos anteriormente mencionados:

que “CELSO” tem 1,75m de altura, é forte porém não é gordo, olhos castanhos-claros, cabelos loiros lisos, com 23 a 25 anos de idade; que não conhece nenhum elemento do GTA cujo codinome seja “JOSE”; que conheceu um rapaz de nome “HELIO” 1,78m de altura, forte, cabelos castanhos escuros, olhos castanhos, com aproximadamente 22 anos, cujas características se aproximam às das fornecidas por “MARIA” (GUIOMAR), como sendo “LOURENÇO”; que não conhece nenhum elemento com o codinome de “JOÃO”, no entanto “CELSO” já teve o codinome de “MARIANO”, correspondendo à descrição fisionômica dada por “MARIA”, para “JOÃO”.

OBS.: Comparando as declarações de “ALENCAR” e “MARIA”, pode-se deduzir que “LOURENÇO” e “HÉLIO” são a mesma pessoa.

Pela mesma comparação, que “JOÃO”, “CELSO” e “MARIANO” são também a mesma pessoa.⁵²⁴

⁵²¹ Depoimento do general Leônidas Pires Gonçalves, publicado em D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 245.

⁵²² *Interrogatório preliminar*. 30/12/1969. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 067, 11702.

⁵²³ *Interrogatório preliminar*. 09/05/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 122, 23719.

⁵²⁴ *Interrogatório preliminar*. 31/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 90, 16727.

Nos Relatórios Especiais de Informação, documento periodicamente elaborado pelo II Exército para fazer um balanço do combate às organizações de esquerda, fazia-se o resumo do número de indivíduos “identificados”, “não identificados, porém com codinomes levantados”, “presos” e “foragidos” de cada organização.⁵²⁵ Uma vez que estivesse devidamente identificado e situado, o indivíduo era objeto de um Pedido de Busca, enviado para os diversos órgãos repressivos da área em questão, nos seguintes termos:

1. ALCIDES YUKIMITSU MAMIZUKA é o coordenador do “Setor de Massas” da ALN, nas cidades de CAMPINAS e RIO CLARO.
2. ALCIDES está cursando o 4º ano da Faculdade de Engenharia de Campinas. Além da ocupação escolar, dá aulas particulares de Matemática.
3. Anexo, foto de ALCIDES YUKIMITSU MAMIZUKA.
4. Solicita-se investigações, visando localizar, prender e encaminhar ALCIDES YUKIMITSU MAMIZUKA à CE/Op Band.⁵²⁶

Tomou-se, igualmente, desde o início da Operação Bandeirante, a iniciativa de espalhar cartazes com as fotos dos militantes mais procurados. Em outro relatório, consta que os cartazes começaram a ser afixados a partir de agosto de 1969, numa primeira leva de mil coleções, com a intenção de expandir em pouco tempo essa tiragem: “A OB espera imprimir mais 100.000 cartazes (20.000 coleções) de modo a dar ampla difusão às fotos dos terroristas, objetivando facilitar a captura dos mesmos”.⁵²⁷ Em consonância com a idéia de que o auxílio da população era indispensável ao combate da Guerra Revolucionária, pretendia-se conquistar não apenas sua simpatia, mas sua participação concreta no combate ao “inimigo interno”:

A afixação de cartazes com fotos de terroristas procurados está despertando a população de São Paulo para o grave problema da subversão e do terrorismo. Tudo indica que tal providência motivará a população para oferecer denúncias que contribuirão para a prisão de subversivos e dos terroristas.⁵²⁸

Alguns militantes, por conhecerem um elevado número de organizações, de diversos estados, constituíam uma fonte privilegiada de informações para o DOI, ao mesmo tempo em que uma ameaça considerável para os seus companheiros. Foi o caso de um membro da

⁵²⁵ Ver, por exemplo, *Relatório Especial de Informações nº 26/69*. 02/09/1969. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 58, 9782.

⁵²⁶ *Pedido de Busca*. 06/05/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 71, 12741.

⁵²⁷ *Relatório Especial de Informações nº 7/69*. 18/08/1969. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 54, 9278.

⁵²⁸ *Relatório Especial de Informações nº 7/69*. 18/08/1969. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 54, 9276.

APML que, tendo contato com muitos participantes do movimento estudantil, assim como com militantes do PCBR, da POLOP, do PC do B e da própria APML, apontou a existência de 11 aparelhos e 144 nomes de vários estados, como Minas Gerais, Guanabara, Bahia, Goiás, Pernambuco, São Paulo, etc.⁵²⁹ Àqueles que não possuíam tantos contatos e cuja memória era menos prodigiosa, inquiria-se sobre os meios para se obterem mais dados a respeito de um nome citado, ou de um militante procurado pelos órgãos de repressão, como neste trecho do depoimento de um militante da Ala Vermelha:

que chegando-se ao ‘TIMÓTEO’, pode-se chegar facilmente ao ‘RINGO’ ou ao pessoal do Birô Político da Região do ABC, porque ‘TIMÓTEO’ era o coordenador de base do ABC, e membro do Birô político da região subordinada que é ao Comitê Regional de São Paulo.⁵³⁰

Ou neste outro, de um militante da mesma organização: “Acrescenta ainda que NADIA VILLELA é namorada de JOSÉ CARLOS DE SOUZA SANTOS (“BETO”) e que talvez se possa chegar ao mesmo através de NADIA. Que NADIA nada tem a ver com a organização e ainda que sabe localizar sua residência”.⁵³¹

Nota-se com freqüência certa obsessão em não deixar escapar nenhum nome que possa ter alguma relação com as organizações combatidas ou que possa vir a ter, uma estratégia dentro da qual é preferível pecar pelo excesso que pela falta. O termo “esgotamento” aparece recorrentemente nos depoimentos, em falas semelhantes a esta, de um militante da Ala Vermelha do PC do B: “que em sucessivos interrogatorios, a partir do momento em que foi prêso por esta OB, já teve oportunidade de esgotar tôdas as informações que poderia prestar a respeito de sua atuação política, nada mais tendo a acrescentar, a não ser reafirmar o que já declarou anteriormente”.⁵³² Por vezes, ainda que se tivesse chegado ao “esgotamento”, as inquirições persistiam, fazendo com que um militante da ALN indicasse pessoas que pouco conhecia e cuja participação política ignorava:

esclarece que no ano passado conheceu uma moça de nome OLGA DE TAL, que cursava o 1º ano de Filosofia da PUC, período da tarde; que a mesma é branca, tem 21 anos aproximadamente, cabelos e olhos castanho escuros,

⁵²⁹ *Perguntório*. 28/12/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 157, 32593-32579.

⁵³⁰ *Interrogatório Preliminar*. 03/03/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 111-A, 21642.

⁵³¹ *Interrogatório Preliminar*. 11/09/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 97-A, 18643.

⁵³² *Interrogatório Preliminar*. 05/01/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 69, 12035.

residência ignorada não sabendo se exerce qualquer profissão; que ignora também se a mesma é ligada a qualquer partido político.⁵³³

Em depoimento realizado na Auditoria, portanto numa circunstância muito distinta da dos interrogatórios do DOI, um militante do PC do B denuncia a respeito:

que, durante essas torturas os interrogadores pretendiam que o interrogado abandonasse seus princípios morais e incriminasse pessoas conhecidas e se auto incriminasse e fornecesse informações que possibilitasse[m] a prisão de pessoas amigas ou conhecidas [...].⁵³⁴

Acompanhada de variados métodos de tortura, a insistência dos interrogadores produzia acusações muitas vezes injustificadas, a exemplo do episódio narrado por um detido político, suspeito de manter ligações com o PCB:

José Ferreira de Almeida, deitado num colchão imundo estendido sobre o chão, agarrou a mão que eu lhe estendia para lhe cumprimentar, e me disse: Lopes, eu não agüento mais, eu te acusei injustamente quando me torturavam; perdoa-me e os soluços vieram-lhe até a garganta; dizendo, por fim, eu vou morrer.⁵³⁵

Nos casos em que um militante confessasse ter sido hospedado – ou “homiziado”, nos termos dos agentes do DOI – por alguém, os interrogadores imediatamente interessavam-se em saber se o indivíduo em questão sabia ou ignorava a participação política daquele que o havia recebido, o que fica evidenciado no depoimento de um militante da VAR Palmares:

Declara ainda que ao sair do aparelho supracitado, homizou-se por uma noite no atelier de pintura de JOSÉ CARLOS DE SOUZA SANTOS, sito em um quarto de pensão próximo a Avenida Liberdade, em local que o depoente sabe indicar; que JOSÉ CARLOS sabia da condição de foragido político do depoente.⁵³⁶

A preocupação em estender o manto da suspeita era acompanhada pelo cuidado em identificar os indivíduos citados e, se possível, seu grau de comprometimento com as organizações de esquerda. Das muitas informações que chegavam ao DOI ou que eram produzidas pelo órgão era preciso extrair dados que possibilitassem colocar nome e sobrenome nas descrições físicas e nos codinomes que eram obtidos nos interrogatórios. Em

⁵³³ *Interrogatório Preliminar*. 15/05/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 160, 33381.

⁵³⁴ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 3, As torturas, (1972), p. 411-412.

⁵³⁵ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais.. Tomo V, v. 2, As torturas, (1975), p. 886.

⁵³⁶ *Interrogatório Preliminar*. 07/09/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 97-A, 18650.

observação adicionada ao depoimento de uma militante da Organização de Combate Marxista Leninista – Política Operária (OCML-PO),⁵³⁷ os interrogadores assinalam:

Que LÚCIA ANDRADE ou LÚCIA MARIA ANDRADE (“BAIXINHA”) é a mesma pessoa que na relação dos elementos foragidos identificados do POC, consta ser MARTA MARIA HENRIQUE DA SILVA (“GINA” ou “CÉLIA”), como também JOSÉ DE TAL (“ZÉZINHO”) consta ser MOACIR BARBOSA DA SILVA (“VITOR”); tal conclusão baseia-se nas informações dadas hoje, por ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA (“GOUVEIA”) e um entrevistador que se dirigiu ao DEOPS a fim de obter maiores detalhes sobre a depoente.⁵³⁸

Da mesma forma, nesta outra observação, acrescida no depoimento de uma militante do POC, uma hipótese levantada é excluída, demonstrando o esforço no sentido de localizar os indivíduos e situá-los dentro das organizações:

OBS: que conforme as descrições do “GENERAL”, militante do POC no Rio Grande do Sul, relatadas pela depoente e as descrições fornecidas por EDGARD DE ALMEIDA MARTINS (“ANTONIO DE BIASI”, “ANISIO DOS SANTOS”, “PAULO ARMANDO DUARTE”, “CID”, “GUSTAVO”, “SERGIO”, “MATHIAS”, “MILTON”, “RENATO” ou “MIRO”), a respeito do “GENERAL” da ALA VERMELHA, está fôra de cogitações tratar-se da mesma pessoa.⁵³⁹

Mesmo quando o indivíduo já se encontrava detido, acontecia de passar por uma sessão de acareações para que cada militante fornecesse as referências que possuía a seu respeito. Eis um desses casos, constante no depoimento de um militante do POC:

“ACAREACÃO: acareado com vários elementos do POC, para fins de reconhecimento visual do depoente, foi dito ou ficou constatado o que se segue:”

ELEONORA DE OLIVEIRA SOARES (“MIRELA”): ex-militante, participante da célula como ouvinte, sem direito de votar ou ser votado, usava o codinome de “ALDO”.

LEANE FERREIRA DE ALMEIDA (“JUDITH”): - “ALDO” era alguém do POC em 1970,

RUTH RIBAS DE ITACARAMBI (“ELZA”): militante da OPP [Organização Para Partidária] do POC, usava o codinome de “ALDO”. [...]

DECLARARAM DESCONHECER O ACAREADO

⁵³⁷ Em 1979 o POC sofreu uma cisão, e parte de seus dirigentes – pertencentes à antiga POLOP – formou a COLM-PO. MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 508.

⁵³⁸ *Interrogatório Preliminar*. 18/09/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 173, 35739.

⁵³⁹ *Interrogatório Preliminar*. 27/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 169, 35122.

SINVAL DE ITACARAMBI LEÃO (“VALDO”), ANTONIO JOSÉ DA SILVA (“GOUVEIA”), HÉLIO BENTO MIRANDA DA CUNHA (“REZENDE”), CLODOALDO RODRIGUES NUNES (“ROGÉRIO”).⁵⁴⁰

Outro recurso comumente utilizado era o dos álbuns fotográficos. Desde a época da Operação Bandeirante, houve uma preocupação em montar álbuns para reconhecimento de membros das organizações da esquerda ou lideranças do movimento estudantil. As fotos permitiam a identificação de indivíduos dos quais os interrogadores possuíam apenas algumas descrições físicas, não só pelos próprios militantes, como por testemunhas e vítimas de ações armadas. Exemplo disso se encontra no depoimento de um militante do PC do B: “Mostrado ao depoente o álbum em xerox de militantes do PC do B este não reconheceu nenhum militante além dos já citados, não conseguindo, portanto, identificar os que nas declarações da presente data permaneceram incógnitos”.⁵⁴¹ Conforme o tempo foi passando, esses álbuns especializaram-se em alguns temas, como podemos observar nas seguintes citações: “Ao folhear o álbum deste DOI, reconheceu as seguintes fotos das pessoas foragidas”⁵⁴² – retirada das declarações de um militante da VPR –, assim como nesta outra, transcrita do depoimento de um militante da ALN:

que sendo-lhe exibido neste DOI o álbum de fotografias de elementos que participaram do Congresso Estudantil de Ibiúna em 1968, o depoente reconheceu na foto número 1568, de JOSÉ JENOÍNO NETO, ali catalogada o indivíduo “JENOÍNO” da UNE, que freqüentava o Grêmio daquela faculdade, apesar de nela não estudar [...].⁵⁴³

Além do álbum dedicado aos estudantes presentes no Congresso da UNE em Ibiúna⁵⁴⁴ e daquele exclusivo dos foragidos, havia um específico para cada organização de esquerda.

⁵⁴⁰ *Interrogatório Preliminar*. 27/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 169, 35097.

⁵⁴¹ *Interrogatório preliminar*. 04/08/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 148, 30986.

⁵⁴² *Interrogatório preliminar*. 22/03/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 171, 35533.

⁵⁴³ *Interrogatório preliminar*. 09/03/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 165, 34268.

⁵⁴⁴ Realizado clandestinamente em 12 de outubro de 1968, num sítio em Ibiúna, no interior de São Paulo, o XXX Congresso da UNE foi invadido por tropas militares. Entre as 972 pessoas presas, foram cuidadosamente selecionados, identificados e fichados os líderes das entidades estudantis. O material resultante dessa operação seria fartamente utilizado pelos órgãos repressivos em sua ação contra as organizações de esquerda e o movimento estudantil. MIR, Luís. *A revolução impossível*. São Paulo: Best Seller, 1994, p. 335.

Mais tarde, outros foram sendo constituídos, com temas variados: banidos, exilados, presos, procurados, etc.⁵⁴⁵

Com o tempo, a descrição também foi se tornando mais complexa. Aos itens constantes no perguntório de 1971 – altura, idade, tez, peso, cabelos, olhos, óculos, barba, bigode, defeitos físicos, traje⁵⁴⁶ –, foram acrescentados outros,⁵⁴⁷ tais como: mulher, amantes, filhos, parentes (descrição), organização, setor que milita, função, tempo na organização, estado da federação de origem, hábitos, vícios, ligação com sindicatos ou movimento de Igreja, quem conheceu, quem o apresentou, a que elementos era ligado.⁵⁴⁸ Percebe-se nesse acréscimo não apenas um maior detalhamento, fruto da experiência desenvolvida pelo órgão, como uma alteração de perfil dos depoentes, evidenciada pelos itens referentes à ligação com sindicatos ou movimentos de Igreja. O depoimento no qual as novas informações demandadas aparecem, por exemplo, é de um sindicalista filiado do PCB, tendo sido tomado em janeiro de 1975.

Muitas sessões foram dedicadas, parcial ou totalmente, a extrair elementos que permitissem a prisão de dirigentes das organizações de esquerda. Antes de tudo, era necessário identificar quais eram os mais destacados de cada organização e a ordem de importância de cada um deles. Para os agentes do DOI importava conhecer as figuras mais proeminentes e tirá-las de circulação. Assim, de um militante da VPR, obtiveram a informação de

que EDUARDO LEITE (“BACURI”) é um dos principais elementos de terror no país; por ocasião da fusão da COLINA com a V.P.R., EDUARDO LEITE foi dissidente e formou a seguir um grupo autônomo denominado REDE, que todas as organizações (REDE, VPR, Ala MARIGHELA e Ala Vermelha do PCdoB), pretendem no futuro executar importantes ações em força, contra objetivos cuidadosamente selecionados, mediante forma de ações centralizadas.⁵⁴⁹

⁵⁴⁵ *Perguntório*. 22/08/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 147,30746-30745.

⁵⁴⁶ *Perguntório*. 17/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 175, 36167.

⁵⁴⁷ Na documentação estudada esses outros dados são encontrados no início de 1975, mas podem estar presente em interrogatórios anteriores.

⁵⁴⁸ *Interrogatório preliminar*. 20/01/1975. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 95, 38605-38604.

⁵⁴⁹ *Interrogatório preliminar*. 01/01/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 150, 31335.

Do mesmo modo, souberam, por intermédio de um membro do Comando Nacional da VPR, “que ‘HENRIQUE’ é o coordenador do MRT, ‘BASÍLIO’ coordena a REDE e ‘TOLEDO’ a ALN”,⁵⁵⁰ completando a informação com as respostas de um militante da ALN, “Que, no seu entender OTÁVIO ÂNGELO (“TIÃO”) era o individuo mais ‘importante’ da A.L.N. em São Paulo, quando da ausência de JOAQUIM CÂMARA FERREIRA (“TOLEDO”)⁵⁵¹ A dificuldade em localizar o dirigente da ALN que comandou o seqüestro do embaixador norte-americano em 4 de setembro de 1969 fica patente na resposta de um membro do GTA da organização:

Perguntado, porque JOAQUIM CÂMARA FERREIRA (“TOLEDO”) não comparece aos pontos, onde há “campana” declarou que: êste individuo é muito “arisco”, chega cedo, (1/2 hora antes) de automóvel, com motorista, circula cuidadosamente as cercanias e a menor suspeita deixa de comparecer ao “ponto”.⁵⁵²

Questão semelhante já havia sido formulada a um membro da Coordenação Nacional da VPR, que também se encontrava com o dirigente:

Declara também que em setembro de 69, cobriu uns três pontos com JOAQUIM CÂMARA FERREIRA (“TOLEDO”), contato êste passado por “JONAS”. Nestes contatos, o depoente, recebeu instruções sobre o trabalho de propaganda e massa; os mesmos foram realizados em via pública, e o que chamou a atenção do depoente, foi a maneira pela qual “TOLEDO”, cobria os pontos. Os mesmos abrangiam não um ponto fixo, mas um trecho de rua, com numeração variando em média de 200 a 300 números; êste trecho deveria ser percorrido pelos contactantes, em sentido contrário, durante 3 ou 4 minutos; inclusive ficava estipulada, a direção da qual cada contactante deveria surgir e caso da primeira passagem não houvesse o encontro, “TOLEDO” retirar-se-ia.⁵⁵³

A localização dos aparelhos assim como os pontos marcados com outros militantes eram as grandes armas da repressão para localizar os dirigentes. Um militante da VPR teve seu interrogatório interrompido pelo menos em três ocasiões distintas para que os agentes do DOI o levassem, com o intuito de encontrar-se com o dirigente da REDE Eduardo Leite. Na primeira vez, os interrogadores tomaram conhecimento do que haveria em seu aparelho:

⁵⁵⁰ *Interrogatório preliminar*. 21/04/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 77, 14058.

⁵⁵¹ *Interrogatório preliminar*. 11/04/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 90, 16715.

⁵⁵² *Interrogatório preliminar*. 14/04/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 91, 17197.

⁵⁵³ *Interrogatório preliminar*. 23/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 90, 16740.

que, no aparelho de “BACURI” tem conhecimento da existência de três ou quatro revólveres calibre 38, uma metralhadora INA, uma Winchester, duas ou três granadas de mão uma lata com explosivos, diversos panfletos e varias caixas de munição; que, neste instante, o interrogatório é suspenso, pois o declarante foi conduzido por elementos da OB., a encontro com EDUARDO LEITE (“BACURI ou BASILIO”).⁵⁵⁴

No mesmo dia, algumas horas mais tarde, nova tentativa: “OBS: - Nêste momento o depoente saiu, para novamente tentar localizar e encontrar-se com “Basilio ou Bacuri”. (encontro das 20,00 horas, alternativa)”;⁵⁵⁵ assim como no dia seguinte: “- Nêste horário o declarante saiu para cumprir ‘ponto’ com EDUARDO (“BASILIO” ou “BACURI”)”.⁵⁵⁶

Na falta de pontos marcados, rastreavam-se os locais de circulação, os hábitos, os trajés, a condução, enfim, qualquer elemento que pudesse auxiliar na captura do dirigente. Todas essas questões são colocadas a um militante do MRT, a fim de descobrir o paradeiro de Devanir José de Carvalho, líder da organização:

O interrogado confirmou suas declarações anteriores, tendo informado ao interrogando que durante sua militância na organização até o dia de sua prisão no Sul (Pôrto Alegre – 1730 hs de 2 Mar 71), teve quatro contactos pessoais com DEVANIR JOSÉ DE CARVALHO (“HENRIQUE”). [...] A todos êsses contactos havidos entre o interrogado e DEVANIR JOSÉ DE CARVALHO (“HENRIQUE”), o mesmo sempre compareceu trajando roupa esporte, bem como motorizado, ou seja, de carro, carros êsses que variavam de marcas. Tais encontros como se podem observar, quase todos aconteceram na Zona Sul da cidade, corroborando depoimento já prestados nêste DOI, por elementos tais como EDGARD DE ALMEIDA MARTINS (“MATHIAS”), o que vem comprovar suas declarações. Que a área em que “HENRIQUE” prefere para tôda e qualquer finalidade é a Zona Sul da cidade.⁵⁵⁷

Os locais de freqüentação também eram alvo de questões, que orientavam as tarefas das outras equipes do DOI, conforme o depoimento do mesmo militante: “O depoente acredita que sexta-feira pp. [próxima passada] foi visto por ‘ROQUE’ e ‘MARCIO’ do MRT, quando foi conduzido pela Equipe A3, ao restaurante da rua Domingos de Moraes, por

⁵⁵⁴ *Interrogatório preliminar.* 17/05/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9. 149, 31169.

⁵⁵⁵ *Interrogatório preliminar.* 17/05/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9. 149, 31166.

⁵⁵⁶ *Interrogatório preliminar.* 18/05/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9. 149, 31161.

⁵⁵⁷ *Interrogatório preliminar.* 17/03/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 171, 35534.

policiais dêste DOI”;⁵⁵⁸ assim como o do de um militante da VPR: “Confirma suas declarações anteriores, acrescentando que continua em diligências policiais, rodando com a Equipe, em diversos lugares onde, ‘ROQUE’, ‘HENRIQUE’, e outros elementos da organização, costumavam marcar ‘ponto’”.⁵⁵⁹ A prioridade na captura das lideranças é claramente verificável num trecho do depoimento de um militante da VPR, que demonstra a intensa rotatividade na direção da organização devido às diversas prisões e mortes de dirigentes:

que o depoente quando chegou a São Paulo, em 1º de março de 1970, o Coordenador [da VPR] era LADISLAS DOWBOR (“JAMIL” OU “NELSON”); que depois das quedas ocorridas no mês de abril, a coordenação passou a ser executada por OSWALDO SOARES (“MIGUEL” OU “FANTA”); que com a queda dêste último, em 19 de maio de 1970, o coordenador assou a ser EDUARDO LEITE (“BACURI” OU “BASÍLIO”); que com a queda da “área de Registro”, em abril do mesmo ano, YOSHITANTE FUJIMORE (“JOEL”) retornou a São Paulo em junho, assumindo a coordenação até ocorrer a queda dêste último em dezembro; que a partir desta data, praticamente deixou de haver coordenador, visto que da organização em São Paulo só restaram efetivamente o declarante e GREGÓRIO MENDONÇA (“FUMAÇA”), pois o militante “AGENTE” estava desconectado e perdeu-se da organização [...].⁵⁶⁰

Os dirigentes aqui citados – Joaquim Câmara Ferreira, Devanir José de Carvalho e Eduardo Leite – assim como outros – tais como Carlos Lamarca, Carlos Marighela e Mário Alves – foram assassinados, ou sob tortura ou em tiroteio, o que faz supor a decisão de executar pessoas-chave nas organizações. Com efeito, uma das preocupações dos agentes do DOI residia na possibilidade do surgimento de um líder carismático de oposição que pudesse reunir as organizações atomizadas em torno de um único projeto. Em seu relatório sobre a Guerra Revolucionária, o comandante da Coordenação de Execução da Operação Bandeirante, o tenente-coronel Waldyr Coelho, explicava o papel do grupo de vanguarda na condução da revolução, sublinhando que “Não pode haver GR sem a existência de um líder nacional”.⁵⁶¹ Ao fazer um balanço da “subversão” em São Paulo, constatava o “personalismo dos Chefes das organizações subversivo-terroristas” e a “inexistência de um líder autêntico de

⁵⁵⁸ *Interrogatório preliminar*. 07/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 171, 35516.

⁵⁵⁹ *Interrogatório preliminar*. 04/03/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 171, 35504.

⁵⁶⁰ *Interrogatório preliminar*. 21/05/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 171, 35530-29.

⁵⁶¹ *A guerra revolucionária*. 1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15602, fl. 5.

âmbito nacional”.⁵⁶² O fato de as lideranças serem objeto constante de inquirição demonstra a intenção de cortar o mal pela raiz, antes que pudessem oferecer um perigo maior. Os dirigentes constituíam um alvo preferencial não apenas pelo papel que desempenhavam nas organizações, como também pelo potencial que cada um tinha de vir a se constituir num aglutinador das forças da esquerda.

O general Dilermando Gomes Monteiro, comandante do II Exército e do CODI de São Paulo, a partir de 1976, concedeu uma entrevista à revista *Veja* na qual explica a modificação da estratégia para chegar aos “cabeças”.

Naquela época [de seu antecessor, o general Ednardo D’Ávila Mello], a forma de combater o terrorismo tinha que ser um pouco mais dura, mais violenta do que combater apenas confabulações. E foi essa a orientação que imprimi no meu comando. Terrorismo se combate a bala. Então, se o inimigo está armado, eu estou armado; se o inimigo reage a bala, eu tenho que atirar nele. E aí é combate. [...] No comando dele ainda se estava tratando o problema da subversão com dureza idêntica à que havia na época dura do terrorismo. Então prendia-se muita gente para se conduzir através do depoimento dessas pessoas aos cabeças, aqueles que são os verdadeiros subversivos, que quase sempre não são encontrados. [...] Mudando esse modo de agir, de conformidade com a nova tática usada por eles, nós conseguimos mudar a posição. Quer dizer, em vez de eu sair catando uma porção de pessoas, ouvi-las para depois ir buscar os cabeças, eu preferia guardar as minhas observações, as minhas pesquisas, até o momento certo para ir buscar. E esse nós íamos pegar. Fizemos isso várias vezes em São Paulo. Foi uma mudança apenas de tática.⁵⁶³

A “mudança de tática” não impediria, no entanto, o assassinato de dirigentes do PCB, o massacre dos dirigentes do PC do B na “chacina da Lapa”, nem as torturas, denunciadas na imprensa, de militantes do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP).⁵⁶⁴

“Experiência em Cuba”

Entre os alvos preferenciais do DOI, encontravam-se os militantes que receberam treinamento em Cuba.⁵⁶⁵ Símbolo, para os militantes da esquerda, da resistência ao

⁵⁶² *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. 10/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15602, fl. 36.

⁵⁶³ Geisel queria o diálogo. *Veja*, 14 mar. 1979, p. 3.

⁵⁶⁴ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 265.

⁵⁶⁵ De acordo com Denise Rollemberg, o apoio de Cuba aos brasileiros deu-se em três fases distintas: primeiramente, antes do golpe civil-militar, dirigiu-se a membros das Ligas Camponesas; em segundo lugar, ao grupo de sargentos e marinheiros expulsos das Forças Armadas, liderados por Leonel Brizola; por fim, a partir

imperialismo e da possibilidade de construção do socialismo em terras latino-americanas, a Ilha representava para a repressão um perigo a ser evitado de todas as maneiras. Como situa Rodrigo Patto Sá Motta, “Havia a sensação de que os soviéticos fomentavam revoluções por toda a parte e o exemplo cubano estava muito próximo, como a mostrar que a progressão do comunismo em direção ao Brasil já ia adiantada”.⁵⁶⁶ Já em janeiro de 1970 a Operação Bandeirante havia difundido um “pedido de busca” solicitando que os órgãos repressivos interrogassem os “terroristas presos” que tivessem confessado ter feito curso de guerrilha, abordando detalhes tais como:

- onde, quando, como e porque foi eleito para fazer o curso;
- qual o critério adotado (no caso de existir algum) para selecionar os que vão cursar guerrilhas;
- como viajam e como são feitos os contatos com Cuba;
- de que se constitui o curso (duração, matérias ministradas, etc....);
- quais os demais elementos brasileiros e de outras nacionalidades que fizeram o curso na mesma época que o interrogando;
- como se dá o regresso ao Brasil (ou ao país de origem).⁵⁶⁷

Posteriormente, o questionário sobre Cuba foi consideravelmente desenvolvido e ampliado.⁵⁶⁸ Assim como o perguntório referente a atividades em organizações de esquerda, as perguntas, pelas minúcias e pelo tipo de preocupação que apresentam, dão a impressão de terem sido formuladas com a ajuda de um ex-militante recrutado pela repressão. Não parece despropositado levantar a hipótese de que o questionário tivesse relação estreita com o extermínio de vários integrantes do Movimento de Libertação Popular (Molipo),⁵⁶⁹ dissidência da ALN criada em 1971 por militantes treinados em Cuba.⁵⁷⁰

de 1967, guerrilheiros de organizações envolvidas na luta armada, especialmente da ALN, VPR e MR-8. ROLLEMBERG, Denise. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro, p. 7. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/artigos/rollemborg_apoio.pdf>. Acesso em: 15 out. 2007.

⁵⁶⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*, p. 277.

⁵⁶⁷ *Pedido de Busca nº 08/70*. 08/01/1970. 64, 11083.

⁵⁶⁸ O primeiro perguntório sobre Cuba aparece nesta documentação em maio de 1972, o que não significa que o questionário tenha sido formulado nessa data. Uma reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* menciona a existência de um documento idêntico, com carimbo da 2ª Seção do Quartel General da 5ª Região Militar, datado de 24 de julho de 1972, localizado no Arquivo Público do Paraná. *O Estado de São Paulo*. 18 ago. 1996. p. A28. *Apud* RAGO FILHO, Antonio. *A ideologia de 64: os demiurgos do capital atrofico*. Tese de doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1998, p. 204-206. O fato de outra circunscrição militar possuir o mesmo questionário indica que o mesmo pode ter sido formulado por um órgão de informações, como o CIE, ou pelo próprio DOI e repassado a outros setores do Exército.

⁵⁶⁹ O Molipo foi criado a partir de uma dissidência da ALN em 1971, por militantes da organização que foram fazer treinamento de guerrilha em Cuba. A maioria integrava o chamado “Grupo dos 28” ou “Grupo da Ilha”,

De acordo com o ex-comandante do DOI paulista, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, até 1972, 138 militantes haviam participado de cursos de guerrilha em Cuba.⁵⁷¹ O perguntório “Experiência em Cuba”, dividido em duas partes e composto ao todo de 53 questões, tinha muito mais itens do que o “Vida de Militante”, com 17, ou o “Auto-crítica”, com 15. A primeira parte dedica-se prioritariamente à capacitação político-militar dos guerrilheiros, e a segunda, às atividades desenvolvidas pelos militantes em seu retorno ao Brasil. Ao lado de perguntas a respeito do esquema de entrada e saída do país, do critério de seleção dos guerrilheiros, ou dos instrutores e do conteúdo dos cursos, há outras como “Aos brasileiros, é dado o direito de escolher o curso? Ou são simplesmente designados pelos cubanos? Ou há algum critério de seleção? Ou é a organização que determina?”. Há, inclusive, a preocupação de saber o que acontece com os indivíduos desligados do curso ou que tenham desistido de segui-lo: “Há desligamentos de cursos? Quem determina? O que ocorre com os desligados? Cite alguns desligados?” e “Há algum esquema para evitar defecções? Como se processava em Cuba? Como se processa no Brasil?”. O questionário também se expande para outros países: “Que outros países da Cortina de Ferro oferecem curso aos subversivos brasileiros? Cite alguns companheiros que já frequentaram esses cursos”, “Que países da América Latina mandam também subversivos para os Cursos em Cuba?” e “Quais são os contatos da ALN na Europa e em outros países socialistas? E da VPR e do MR-8?”.⁵⁷²

As relações da Ilha com os grupos de esquerda no Brasil são minuciosamente exploradas. Queriam saber quais os contatos dos guerrilheiros brasileiros com o governo cubano, qual a natureza do apoio dado por Cuba às organizações de esquerda, quem era o responsável na Ilha pela coordenação dos brasileiros, se havia brasileiros a serviço do governo cubano. O maior medo parecia residir na “exportação” da revolução cubana para o Brasil e para outros países da América Latina, o que se evidencia pela questão iniciada por uma

recebendo, posteriormente, a adesão de outros membros. MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 26.

⁵⁷⁰ Essa organização, cuja trajetória foi acompanhada desde o início – ainda em Cuba – pelos órgãos repressivos, por intermédio de um informante, foi dizimada através da eliminação física de grande parte de seus componentes. Dos 28 membros iniciais – que motivaram sua primeira denominação de “Grupo dos 28” – foram mortos ou desapareceram 19. MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 127.

⁵⁷¹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*, p. 101. As informações sobre o curso em Cuba contidas no capítulo foram transcritas a partir de interrogatórios preliminares.

⁵⁷² *Perguntório*. 22/05/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 141, 29476-29459.

afirmativa: “É sabido que guerrilheiros cubanos estão prontos a vir para o Brasil, tão logo haja uma infraestrutura no campo em condições de recebê-los. Quais as organizações que estão trabalhando nesse sentido? Qual era sua missão em relação a esse trabalho?” e, no mesmo sentido, “Acha que Cuba é o centro de exportação da violência comunista na América Latina? Como encara o problema do Chile nessa mesma atividade?”.⁵⁷³

Havia, igualmente, perguntas mais genéricas, que revelavam curiosidade a respeito do país “inimigo” e do regime combatido: “Teve alguma aproximação mais íntima com algumas pessoas ou família cubana? Especifique o que observou com relação ao regime cubano e ao seu governo?”; e da recepção aos brasileiros pelo povo cubano: “Como os brasileiros eram recebidos pelo povo em geral? Havia aproximação? Onde? Em que oportunidade? Eram reconhecidos como comunistas, terroristas, subversivos ou com indiferença quanto aos problemas ideológicos”. Algumas das questões demonstram a ojeriza provocada pela experiência socialista na Ilha: “Para você Cuba correspondeu à sua expectativa? Acha que a experiência cubana é desejável para o Brasil? Que vale a pena a luta terrorista para a tomada do poder a fim de transformar o nosso país num satélite comunista à semelhança de Cuba?”. Por fim, procurava-se medir os resultados práticos do treinamento guerrilheiro: “Como você aplicou no Brasil os conhecimentos adquiridos em Cuba? Chefiou alguma ação? Orientou algum plano de assalto ou sequestro?” e “Acrescente algo de sua experiência no que se refere à aplicação das técnicas apreendidas em Cuba ou em outros países comunistas?”.⁵⁷⁴ Cuba parece representar o risco maior que poderia correr o Brasil: país de dimensões continentais e grande liderança da América Latina tornar-se um mero satélite comunista.⁵⁷⁵ Ao mesmo tempo, os militantes de esquerda que recebiam treinamento na Ilha eram tomados como agentes de uma doutrina “exótica” e não apropriada para o Brasil. Nas palavras de Gilberto Velho:

Existe também a idéia de que sua mente [do subversivo] é corrompida por agentes externos às fronteiras da sua sociedade, tornando-se massa de manobra de interesses “de fora”. Ele traz coisas “de fora”, contamina a sua sociedade com o exógeno, desarruma e desorganiza uma ordem natural, com

⁵⁷³ *Perguntório*. 22/05/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 141, 29476-29471.

⁵⁷⁴ *Perguntório*. 22/05/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 141, 29476-29471.

⁵⁷⁵ É interessante observar que os Estados Unidos são vistos como um aliado natural, enquanto as relações com os países comunistas são vistas sempre dentro de um prisma de subordinação.

idéias e comportamentos deslocados e disruptivos. Portanto, ele é um traidor, que renega a sua pátria.⁵⁷⁶

Segundo o Relatório Periódico de Informações, elaborado pelo II Exército, os militantes da ALN enviados a Cuba “voltam, gradativamente, mais experientes e capacitados, dificultando suas prisões e, por outro lado, facilitando a rearticulação da organização”.⁵⁷⁷ O Molipo era em grande parte formado por ex-integrantes da ALN que haviam feito o curso de guerrilhas em Cuba. Sua criação, segundo Jacob Gorender, assentou-se nas divergências em relação à ALN por suas tendências grupistas, seu ativismo e pela reduzida importância atribuída ao trabalho de massas.⁵⁷⁸ Contraditoriamente, o grupo dedicou-se com afinco às ações armadas, pois, como pontua Denise Rollemberg, ao criticar a ALN, o grupo não compreendeu que o isolamento da organização não se dera por escolha, mas por uma conjuntura adversa: repressão política feroz e isolamento em relação à sociedade.⁵⁷⁹

Após apontar as razões que levaram à formação do grupo, o relatório do Exército afirmava que, “No entanto, após a cisão, tal grupo iniciou uma série de ações de caráter até mais violento que a própria ALN: assaltaram e incendiaram várias Rádio Patrulhas, ônibus, mataram policiais, etc. É responsável por mais de vinte assaltos em São Paulo”.⁵⁸⁰ Para o II Exército, a organização estava diretamente ligada ao governo cubano:

Consta que recebe armas, dinheiro, orientação político-militar, treinamento e documentos do Partido Comunista Cubano. Isto parece verdadeiro, pois a MOLIPO não tem praticado “ações expropriatórias” de dinheiro, armas e material logístico. Como se verificará adiante, suas ações mais comuns são “atentados a bomba”, atentados a empresas que oneram preços com imediata repercussão junto ao povo (em especial de transporte coletivo) e viaturas dos órgãos de segurança e apesar disso, se mantêm em “ação”, consumindo bens.⁵⁸¹

⁵⁷⁶ VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 59.

⁵⁷⁷ *Relatório Periódico de Informações nº 01/72*. 1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 204-A, 41011.

⁵⁷⁸ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 228.

⁵⁷⁹ ROLLEMBERG, Denise. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil, p. 31.

⁵⁸⁰ *Relatório Periódico de Informações nº 01/72*. 1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 204-A, 41011, fl. 12.

⁵⁸¹ *Relatório Periódico de Informações nº 01/72*. 1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 204-A, 41011, fl. 12. Segundo Denise Rollemberg essa informação era inexata. Embora Cuba tivesse apostado no grupo como uma promessa de recomposição da guerrilha no Brasil e tivesse fornecido documentos para a volta de seus integrantes ao Brasil, não deu nenhum apoio financeiro. ROLLEMBERG, Denise. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil, p. 33.

O documento leva a crer que houve intensa dedicação do DOI paulista no sentido de dizimar a organização:

Face a intensificação das Buscas e Investigações levadas a efeito pelo DOI/CODI, principalmente no último trimestre de 1971, conseguiu-se imputar várias baixas na nova organização que surgiu, baixas estas de importância, visto serem elementos de grande destaque a organização.⁵⁸²

Mais adiante, o item “situação atual” fazia o balanço do resultado da investida dos órgãos de repressão, que, no segundo semestre de 1972, já haviam dizimado o grupo:

Além das baixas empreendidas pelo DOI/CODI II Ex, graças às prisões e à farta documentação apreendida, somando-se as investigações e buscas, conseguiu-se o completo levantamento do MOLIPO, bem como a identificação de todos os seus militantes a exceção de quatro, ainda não “levantados”, com as baixas sofridas, ficou em situação difícil, já que seu comando está totalmente desarticulado.⁵⁸³

Alguns anos após a “desarticulação” do Molipo, o ex-comandante do DOI o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, justificaria o extermínio de seus integrantes a partir do que classificou como o “fanatismo de seus membros”. Segundo seu argumento, os militantes do Molipo haviam assumido entre eles o compromisso de não se entregar e de resistir até a morte: “Não deviam ser presos vivos para não colocarem em risco a organização”.⁵⁸⁴ Atribuía-se ao outro a responsabilidade das ações dos órgãos repressivos, ainda que se tratasse de seu próprio assassinato. Na realidade, o treinamento em Cuba terminou por produzir um efeito inverso àquele que se propunha. Ao distanciar os militantes do cotidiano da luta armada no Brasil, que evoluía muito rapidamente em função das atividades dos órgãos repressivos, deixava-os despreparados para as mudanças operadas na dinâmica do confronto, ao mesmo tempo em que os tornava um alvo privilegiado da repressão.⁵⁸⁵ Dos componentes da nova organização sobraram apenas seis militantes, que escaparam dos órgãos repressivos sem terem sido detidos. Todos os que foram presos morreram ou desapareceram.⁵⁸⁶

⁵⁸² *Relatório Periódico de Informações nº 01/72*. 1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 204-A, 40947, fl. 16.

⁵⁸³ *Relatório Periódico de Informações nº 01/72*. 1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 204-A, 40947, fls. 19.

⁵⁸⁴ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 366.

⁵⁸⁵ Como afirmou o militante da ALN Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz, “O índice de sobrevivência de quem ficou aqui é muito mais alto do que o índice de sobrevivência de quem saiu e voltou, porque a gente ia acompanhando passo a passo...”. ROLLEMBERG, Denise. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil, p. 35.

⁵⁸⁶ ROLLEMBERG, Denise. O apoio de Cuba à luta armada no Brasil, p. 38.

3.2 Conhecer o inimigo: estrutura e funcionamento da organização

Passado o momento inicial de perplexidade com a nova modalidade de oposição política e a surpresa provocada por ações tão ousadas quanto espetaculares – roubo de armas no Quartel de Quitaúna (janeiro de 1969), roubo do cofre da amante do prefeito Ademar de Barros (julho de 1969), seqüestro do embaixador americano (setembro de 1969), assaltos a bancos –, a repressão dedicou-se com zelo a perseguir e a conhecer as organizações de esquerda. Estabelecer-se, desde o golpe de 1964, uma corrida paralela entre os grupos oposicionistas e a polícia política, cuja relação de causa e efeito é difícil estabelecer com clareza. A repressão política, movida por uma doutrina militar anticomunista e reativa, justificava suas ações a partir do que considerava a iniciativa do inimigo, a quem atribuía o ônus da “guerra suja”.⁵⁸⁷ A esquerda, por sua vez, batia-se por um projeto político mais amplo, que não se limitava à derrubada do regime militar. Como afirma Carlos Fico:

para setores da esquerda, lutar pelo comunismo, tendo como estratégia o estabelecimento de uma “guerra popular”, deflagrada a partir de focos de guerrilha rural e preparada por ações de guerrilha urbana (geradora de recursos financeiros e clima político para a conflagração geral), não era, obviamente, apenas uma decorrência do endurecimento do regime militar brasileiro, mas um projeto geral que os animava. Seria concepção igualmente redutora explicar a criação do sistema de segurança do regime militar com base em fatores reativos: na verdade, a montagem de um “setor especificamente repressivo”, paralelamente à constituição do sistema de informações, era um projeto que, apoiado em outros instrumentos (como a censura e a propaganda política) pretendia eliminar ou ocultar do país tudo o que constituísse divergência em relação à diretriz geral da “segurança nacional”.⁵⁸⁸

No curto período em que o fator surpresa preponderou, as organizações puderam contar com alguma margem de manobra, uma vez que a repressão tinha poucas pistas sobre o que estava ocorrendo. Logo, porém, o quadro alterar-se-ia. A importância adquirida pelas ações como fator de propaganda da guerrilha urbana, fruto da necessidade que as organizações tinham de divulgar sua existência, sua posição política, e de informar a população a respeito luta que estavam travando, fazia com que os órgãos de repressão ficassem cientes de seus passos. Os efeitos da propaganda, entretanto, contrastavam com a

⁵⁸⁷ Essa expressão aparece recorrentemente no discurso dos militares em D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*.

⁵⁸⁸ FICO, Carlos. *Como eles agiam*, p. 62-63.

clandestinidade dentro da qual mergulhou grande parte dos militantes das organizações de esquerda a partir de 1969.⁵⁸⁹

Mediante os depoimentos de testemunhas de assaltos, ficam evidenciadas não apenas a maneira de agir dos guerrilheiros urbanos como também a maneira pela qual os interrogadores distinguiam suas ações daquelas de assaltantes comuns. Um funcionário da Ericsson descreve da seguinte forma a cena que presenciou: “que hoje mais ou menos às 1000 horas, estava na agência do Banco Comércio e Indústria de São Paulo, próximo à porta de saída, quando ouviu um grito: ‘mãos ao alto, isto é um assalto!’ [...] que um deles gritou: ‘nós não somos ladrões, somos revolucionários’”.⁵⁹⁰ Um caixa da Metraig Consórcio Metropolitano Andrade Gutierrez, vítima de assalto, respondeu da seguinte maneira às questões que lhe foram feitas:

que não houve nenhum dialogo ligado a organização subversiva e nem foi usado arma pesada na ação, apenas dois senhores; que não viu, mas soube que usaram para o assalto um TL claro onde permaneceu mais um indivíduo sentado no volante; que não foi deixado nenhum panfleto no local; que os elementos não tinham cultura e trajavam roupas bastante surrada.⁵⁹¹

Desse depoimento retira-se, por contraste, o perfil do assaltante ligado a uma organização de esquerda: declaravam seus objetivos políticos, utilizavam armas pesadas, deixavam panfletos da organização, expressavam-se corretamente e vestiam-se bem. As características específicas dos assaltos cometidos por militantes políticos eram conhecidas pelos órgãos repressivos, fazendo com que uma comerciante, vítima de assalto em sua padaria, ao prestar queixa, fosse encaminhada ao DOI: “Os meliantes em questão não pareciam ser ladrões comuns, dado ao ‘modus operandi’, como tal foi dito à depoente, ao ser ouvida neste DOI ou melhor, no 36º DP”.⁵⁹²

Embora as ações surtisses efeito no sentido de oferecer visibilidade à guerrilha urbana, tendiam a isolar cada vez mais as organizações de esquerda, deixando-as vulneráveis ao avanço da repressão. Como bem descreveu o ex-militante do MR-8 César Benjamin:

⁵⁸⁹ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, p. 48.

⁵⁹⁰ *Interrogatório preliminar*. 25/06/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 104, 19935.

⁵⁹¹ *Interrogatório preliminar*. 02/10/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 167, 34729.

⁵⁹² *Interrogatório preliminar*. 16/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 129, 25297,

É típico da guerrilha urbana ter sucessos iniciais, ela é eficaz taticamente. Com ela, um grupo muito pequeno pode, em determinado momento, passar para o centro da conjuntura nacional. Mas ela é ineficaz estrategicamente, porque, ao mesmo tempo em que se ocupa através dela o centro da luta política – isso dá uma ilusão de poder –, radicaliza-se o processo político muito rapidamente, sem que a guerrilha implique o avanço da luta de massas. [...] A luta fica reduzida a um enfrentamento entre grupos e Estado.⁵⁹³

Os panfletos deixados nos locais das ações, visando esclarecer a população sobre o caráter político de que se revestiam e divulgando a existência das organizações, não escapavam aos olhos atentos do aparelho repressivo. Em um Relatório Especial de Informações, elaborado pelo II Exército, assinalava-se que

Dia 08 Ago 69 foi distribuído em SÃO BERNARDO DO CAMPO um boletim, o qual dá conta da fusão da “VPR” (Vanguarda Popular Revolucionária) com a COLINA (Comando de Libertação Nacional), dando origem à VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA – PALMARES (VAR – Palmares). [...] A fusão da VPR com a COLINA indica a disposição das organizações subversivas em se fortalecerem mutuamente, a fim de adquirirem melhores condições para a prática da subversão e do terrorismo, e para dar partida a ações de maior envergadura. O manifesto encontrado no veículo abandonado com dinamite, mostra o fanatismo de que estão impregnados os integrantes da VAR – PALMARES, ex- VPR e COLINA. Por outro lado confirma a velha praxe da VPR de dar resposta a qualquer ataque que lhe é dirigido.⁵⁹⁴

O documento também informava que “O panfleto encontrado na Agência Arrecadadora da Light indica a existência de uma nova organização subversiva, qual seja a ‘RESISTÊNCIA NACIONAL DEMOCRÁTICA POPULAR’ (ReDe)”.⁵⁹⁵ Os agentes do DOI observavam de perto a movimentação do “inimigo”, atentos a suas estratégias e objetivos. A leitura do manifesto redigido por Carlos Marighela e divulgado na Rádio Nacional de São Paulo, além de provocar profunda irritação entre os militares, deu-lhes pistas de qual seria a estratégia empregada pela ALN em seu confronto com o regime militar:

O manifesto [...] além de ser altamente subversivo, é faccioso e extremamente injurioso ao Governo e às Forças Armadas. Por outro lado deixa claro a estratégia escolhida pelo alto comando do movimento subversivo-terrorista, qual seja, a de manter as forças legais empenhadas nas ações de repressão nas grandes cidades, enquanto as áreas rurais ficariam à mercê dos contra-revolucionários, por falta de meios para atender às duas

⁵⁹³ Entrevista de César Benjamin. RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, p. 53.

⁵⁹⁴ *Relatório especial de informações nº 24*. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 54, 9244-9242.

⁵⁹⁵ *Relatório especial de informações nº 24*. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 54, 9243.

frentes. As ações contra-revolucionárias nas cidades seriam ações diversionárias [sic] visando a encobrir a preparação da guerrilha rural, considerada mais importante e ponto de partida para a formação do “exército revolucionário de libertação do povo”. Urge, pois, para se contrapor a essa estratégia, o incremento da vigilância e a intensificação das buscas nas áreas rurais, de modo a se detectar as regiões escolhidas para o desencadeamento da guerrilha rural.⁵⁹⁶

A dificuldade das organizações de esquerda em conciliar as árduas necessidades de sigilo, implicadas na clandestinidade a que foram forçadas, com a importância que atribuíam à informação da população a respeito do que estavam fazendo, criava um impasse bem aproveitado pelos órgãos repressivos.

Entretanto, ainda que os manifestos das organizações constituíssem uma fonte valiosa de informações, era nos interrogatórios que os dados eram esmiuçados, confirmados e atualizados. Conforme surgiam novas organizações, os interrogadores inquiriam sobre a origem das siglas, inteirando-se sobre as especificidades de cada uma delas. Por exemplo, sobre o emprego da denominação “MR-8”, uma vez que esse grupo havia sido desmantelado há poucos meses, registraram a seguinte resposta: “Esclarece, outrossim que após as quedas do MR-8 (meados de 69), o nome e a herança político-ideológica do MR-8, foram empoçadas [sic] por uma organização esquerdista adepta da luta armada, originariamente denominada Dissidência-Comunista”.⁵⁹⁷ De outro militante, obtiveram a explicação do significado da sigla “PORT”, bem como do objetivo último da organização:

esclarecendo que a sigla POR significa Partido Operário Revolucionário e é acompanhado da palavra trotskista entre parênteses, mas pelo uso costumava-se acrescentar apenas o T resultando a sigla PORT significando Partido Operário Revolucionário Trotskista; que a escolha da sigla obedece orientação local, pois como se sabe a organização é Internacional, embora funcionem autonomamente[;] seguem todavia programas internacionais visando a organização socialista de toda a humanidade.⁵⁹⁸

⁵⁹⁶ *Relatório especial de informações nº 7*. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 54, 9277.

⁵⁹⁷ *Interrogatório preliminar*. 03/02/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 67,11742. A denominação Movimento Revolucionário 8 de Outubro – que homenageia Che Guevara, evocando a data de seu assassinato na Bolívia em 8 de outubro de 1967 – foi retomada pela Dissidência da Guanabara do PCB, durante o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick em setembro de 1969, para desmoralizar os órgãos repressivos que comunicaram ter desarticulado a organização original em Niterói. MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 393.

⁵⁹⁸ *Interrogatório preliminar*. 24/07/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 110, 21183.

Duas grandes preocupações dos interrogadores, que aparecem como temas recorrentes nos depoimentos, são o estoque de armas e munições e a proveniência e distribuição dos fundos. Uma vez que o combate às organizações de esquerda era considerado guerra interna, o conhecimento do potencial de fogo do inimigo era crucial. O tema adquiria uma importância adicional, igualmente, pelo fato de uma das fontes de obtenção de armas pelas organizações guerrilheiras ser o Exército. Quando ocorreu o episódio da deserção do capitão Carlos Larmarca e seus companheiros, acompanhado do roubo de armamento pesado do quartel de Quitaúna, os militares sentiram-se profundamente afrontados, uma vez que as armas que serviriam à guerrilha urbana, assim como os militares envolvidos, saíram de suas próprias fileiras. Não por acaso os militares haviam criado uma série de mecanismos de controle no sentido de assegurar o respeito à hierarquia e a predominância da visão do regime militar entre os oficiais mais graduados. Os expurgos que se seguiram ao Golpe de 1964 visavam justamente garantir o comando e o alinhamento das Forças Armadas com o governo que se instituiu, eliminando militares democratas e nacionalistas que poderiam opor-se a seu projeto político.⁵⁹⁹ A questão se revestia, portanto, de uma dupla natureza, ao mesmo tempo estratégica – evitar a infiltração entre seus efetivos – e simbólica – não permitindo que a instituição fosse maculada. Não por acaso a aula do comandante da Coordenação de Execução da Operação Bandeirante, o tenente-coronel Waldyr Coelho, situava como ponto de partida de um novo proceder da polícia política justamente o caso Larmarca. O interrogatório de um militante da VPR, envolvido nessa ação, não deixou de abordar, com insistência, o paradeiro do material furtado:

com relação aos FAL [Fuzil Automático Leve], desviados do 4º RI, o declarante sabe que 17 ficaram com a VPR e 2 com a VAR-PALMARES; que os 17 FAL da VPR estavam com o Dr. LUCENA e família, que após o “racha” passou para a VPR; que os 2 FAL que estavam no aparelho de São Miguel ficaram com a VAR-PALMARES; que do assalto à S. Caetano, 10 fuzís s/ ferrolho ficaram com a VPR e 13 c/ ferrolho ficaram com a VAR, através de (“TADEU”) cuja fotografia saiu em jornal do Rio quando da morte de CHAEL SCHREIER entre 3 pessoas [...].⁶⁰⁰

O processo de obtenção de armas e de munições e o arsenal acumulado pelas organizações eram tema obrigatório na inquirição de integrantes dos Grupos Táticos Armados

⁵⁹⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*, p. 77-78.

⁶⁰⁰ *Interrogatório Preliminar*. 31/12/1969. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 150, 31336.

(GTAs).⁶⁰¹ Uma militante da ALN, no dia de sua prisão, declarou “não ter participado de nenhuma ação da Organização e nem tem conhecimento, onde se encontram os FAL e munição”.⁶⁰² No dia seguinte, os interrogadores voltaram à carga, tendo como resposta “que a declarante desconhece onde se encontram os FALS”.⁶⁰³ Três dias depois, a depoente afirmou que “nunca soube se o “PORTUGUÊS” tinha sob sua guarda 6 FAL”.⁶⁰⁴ Mais dois dias e retorna-se ao mesmo tema: “Que, quando ‘passou’ ‘PORTUGUÊS’ ‘VALDEMAR’ ignorava a existência das ‘FAL’ na organização, não entrando portanto em cogitação da depoente a transferência destas armas para outro local, fato que veio ocorrer posteriormente”.⁶⁰⁵

O tema também esteve presente no interrogatório de um militante do POC, organização que teve uma parcela de seus membros envolvida na luta armada em 1970: “que o último citado [companheiro de organização] não adiantou ao declarante quantas armas possuíam e qual os seus referidos tipos e por motivo de segurança não revelou onde as armas se encontravam”.⁶⁰⁶ Percebe-se, nesse trecho, que as questões abrangiam detalhes estratégicos de uma situação de combate: a quantidade de armas, os tipos e sua localização. Nesse caso, trata-se de avaliar as condições do inimigo. Em outros, de conhecer a fonte de aquisição de armamento, a fim de impedir o acesso a ele. Estava em questão, ainda, caracterizar um crime previsto pela Lei de Segurança Nacional: “Importar, fabricar, ter em depósito ou sob sua guarda, comprar, vender, doar ou ceder, transportar ou trazer consigo armas de fogo ou engenhos privativos das Fôrças Armadas ou quaisquer instrumentos de destruição ou terror, sem permissão da autoridade competente” (artigo 46, Decreto-Lei nº 898/1969), cuja pena era a reclusão por 5 a 10 anos.

No tocante à questão financeira, importava saber quais as fontes de renda da organização – ações de “expropriação”, contribuição de militantes e simpatizantes, venda de jornais –, quem era a pessoa responsável por sua distribuição pelos diversos setores e qual era

⁶⁰¹ O GTA era a ponta de lança das organizações, dado que era o grupo responsável por realizar as ações de guerrilha urbana.

⁶⁰² *Interrogatório Preliminar*. 21/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 91, 17236.

⁶⁰³ *Interrogatório Preliminar*. 22/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 91, 17235.

⁶⁰⁴ *Interrogatório Preliminar*. 25/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 91, 17226.

⁶⁰⁵ *Interrogatório Preliminar*. 27/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 91, 17223.

⁶⁰⁶ *Interrogatório Preliminar*. 10/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 175, 36139.

o modo de subsistência dos militantes. Em sua grande maioria clandestinos, os militantes não possuíam em geral outro provento que não fossem os frutos dos assaltos a banco, caixas de supermercado e carros fortes. Desse modo, tornava-se essencial saber como se desenrolavam as ações expropriatórias para melhor evitá-las, como se observa neste Relatório da Operação Bandeirante:

Continuam os assaltos a Bancos, praticados agora por grupos de maior efetivo do que os empregados em assaltos anteriores. Por outro lado, tais assaltos estão se mostrando cada vez mais audaciosos, tornando-se quase praxe a interdição das adjacências dos Bancos, com o desvio do trânsito.⁶⁰⁷

Mas também acompanhar as tendências e modificações nesse campo, como demonstra a resposta de um militante da VPR:

que os atuais remanescentes das Organizações Terroristas não estão se preocupando em assaltar Bancos tendo em vista o policiamento ostensivo e também por ter os Bancos pouco dinheiro em caixa; que os levantamentos para assaltos estão voltados para carros fortes que transportam dinheiro de Super-Mercado e de bancos [...].⁶⁰⁸

A leitura dos interrogatórios no tempo demonstra como a repressão, na medida em que se inteirava do *modus operandi* das organizações, foi adequando seus métodos, e como sua atuação foi cerceando as possibilidades da oposição armada. Neste trecho de perguntório um militante da ALN “acrescenta estarem as ações financeiras expropriatórias contra carros pagadores, em principio suspensas em virtude da dificuldade e do grande potencial humano e material que é necessário para a consecução das mesmas, aliado ao perigo de baixas durante a ação”.⁶⁰⁹

Organogramas

Embora a grande maioria das organizações de esquerda tivesse sua origem no PCB, sua estrutura interna, quantidade de militantes, esquemas de apoio e áreas de inserção podiam variar consideravelmente de uma para a outra. Dentro dessa “constelação” de grupos, os agentes do DOI procuravam compreender o funcionamento e a lógica de cada uma, atentando

⁶⁰⁷ *Relatório Especial de Informações nº 5/69*. 06/08/1969. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 120, 23229.

⁶⁰⁸ *Interrogatório Preliminar*. 20/05/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 149, 31154.

⁶⁰⁹ *Perguntório*. 10/03/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 164, 34198.

para os organogramas,⁶¹⁰ os cargos ocupados e as funções exercidas pelos militantes e dirigentes mais destacados, os meios de comunicação da organização (jornais, panfletos, documentos internos) e os alvos escolhidos para as ações. Além de exigir que os depoentes compusessem o organograma da organização na qual militavam, os interrogadores formulavam questões mais específicas sobre cada setor, o que se percebe na resposta de um militante da ALN: “Esclarece ainda que não possui conhecimentos definidos sobre o comando da A.L.N. em São Paulo, sabendo que a sua estrutura básica, repousa no G.T.A.; percebe inclusive falta de coordenação geral entre os vários setores”.⁶¹¹ Buscavam, ainda, apreender como cada organização se estruturava e as conexões entre seus diversos componentes, conforme se pode observar no depoimento de um militante da VPR:

Confirma as declarações anteriores esclarecendo que, os encontros entre os Comandos Regionais, realmente existem porém, os mesmos não são previamente combinados. Esses encontros acontecem todas às vezes que os respectivos Comandos entendem serem necessários. Informou, ainda, que não tinha autoridade para participar de tais encontros, desses só participam os denominados “Líderes”. Acrescentou também, que, com relação a esse assunto “encontro de comandos regionais com o Nacional”, nada sabe adiantar, uma vez que, de tais encontros só participam os “Líderes” de cada região com o Comando Nacional.⁶¹²

Os conhecimentos que os agentes acumulavam a respeito de algumas organizações serviam de base para inquirir militantes de outra, o que é evidenciado pela resposta de um militante da REDE: “Não destaca na organização [REDE] nenhum setor de IMPRENSA, MASSA, ou de inteligência. Para as ações, não há elementos constantes nem mesmo idéia de grupos formados, sendo escolhidos de última hora”.⁶¹³

⁶¹⁰ É constante, especialmente nos depoimentos de militantes que ocupavam algum cargo de direção, a reprodução da estrutura organizacional dos grupos de esquerda sob a forma de organogramas, seja com os diversos setores e “células”, seja com o nome das pessoas que ocupavam esses setores. Ver um exemplo nos anexos.

⁶¹¹ *Interrogatório Preliminar*. 23/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 90, 16742.

⁶¹² *Interrogatório Preliminar*. 18/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 171, 35548.

⁶¹³ *Interrogatório Preliminar*. 14/05/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 107, 20371. A REDE foi criada por Eduardo Collen Leite (Bacuri), ex-militante da POLOP e da VPR, em 1969. Tratava-se de um pequeno grupo que muitas vezes agia em “frente” com outras organizações em ações armadas. Integrou-se à ALN em junho de 1970. MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 58; e GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 215.

Conforme as informações referentes à estrutura de cada organização iam sendo colhidas, as questões tornavam-se mais específicas e especializadas, como as respondidas por um militante da OCML-PO:

que o depoente ignora qual seja a estrutura orgânica da “Organização de Combate Marxista Leninista – Partido Operário”; que ignora quais sejam os elementos integrantes da Coordenação Nacional de Organização (CORG.) dêste partido político subversivo; que o depoente ignora quem integra o setor da Organização Regional (S.OR.) [...].⁶¹⁴

O trecho abaixo, retirado do depoimento de outro militante da mesma organização, mostra como os dados referentes aos adversários eram acumulados dentro de uma perspectiva de desmantelamento do grupo:

que o declarante calcula que a OCML-PO possuía até dia 3 Set 71, que é a data de sua prisão, mais ou menos 100 militantes; que êsse número estimativo está baseado no número do BOLIN-IN – Boletim Interno que eram rodados pela organização e que via de regra se situava em uma centena; que o declarante ignora quantos OPP, Simpatizantes, “contactos e apoios” que a OCML-PO possuía, considerando que tais dados podem ser concluídos através do quadro que foi apreendido no Setor de Imprensa e que fornecia o número de BOLIN-EX – Boletim Externo e demais publicações “rodadas” no citado setor; [...] Que fora o declarante, estão presos mais 5 militantes da OCML-PO, do que se conclui que apenas 5% dos militantes da organização, restando serem presos mais ou menos 95% dos atuais integrantes dos diversos órgãos que a mesma possui; que para o declarante caíram três órgãos de real importância para a estrutura da organização que são representados pelos Setores de Coordenação Nacional da Organização – CORG, Setor Nacional e Regional de Imprensa e Setor de Distribuição Nacional de Imprensa.⁶¹⁵

Da avaliação sobre a quantidade total de militantes, ressaltou-se a quantidade de militantes, simpatizantes e apoio a serem presos. Das prisões já efetuadas, calcularam-se a importância e os danos causados à estrutura da organização.

O conhecimento dos organogramas e dos principais dirigentes não impedia que perguntas cujas respostas já haviam sido anteriormente anotadas fossem refeitas. Pode-se supor algumas funções para tal prática: confirmação do que se sabia de antemão, verificação da “veracidade” da fala do depoente e demonstração da “onisciência” dos interrogadores ao rebater respostas falsas. Mas o emprego dessa estratégia também possui igualmente outra explicação. Na dinâmica criada entre a repressão e as organizações – obrigadas a adaptar-se

⁶¹⁴ *Interrogatório Preliminar*. 07/09/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 188, 38324.

⁶¹⁵ *Interrogatório Preliminar*. 30/09/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 173, 35772.

continuamente às contingências, prisões e mortes de militantes e divisões internas – havia alterações significativas, efetuadas em um curto período, que os interrogadores procuravam acompanhar, conforme o depoimento de um militante do POC:

Confirma suas declarações anteriores, esclarecendo que até maio de 1971 o POC possuía uma estrutura conforme o organograma I, estrutura esta que no decorrer do tempo sofreu algumas modificações, sem contudo fugir ao abaixo esplanado [sic]. Estas modificações ora eram decorrentes de quedas sofridas pela organização, ora para melhor atender ao fim a que ela se propunha.

Com as crises e divergências internas ocorridas no início de 1971, o POC passou a adotar o organograma II sob a forma de uma “Direção Administrativa”, com as Secretarias Regionais permanecendo inalteradas, a semelhança do organograma I.⁶¹⁶

Organizações “militaristas” e “massistas”

Após um ano de intenso trabalho, o comandante da Coordenação de Execução da Operação Bandeirante, o tenente-coronel Waldyr Coelho, em seu relatório sobre a “subversão” em São Paulo, apresentava as “organizações subversivo-terroristas”. Baseado em grande parte nos interrogatórios dos presos políticos, mas também nos dados obtidos no combate a essas organizações, descrevia a origem, a linha política, a estrutura e a situação de cada uma delas. Nas conclusões parciais, confrontava as principais características de algumas das organizações mais importantes:

a. As organizações subversivo-terroristas têm um ponto em comum[:] objetivam, em última análise, a derrubada do govêrno, a tomada do poder e a mudança do regime através da LUTA ARMADA.

b. Tais organizações enfrentam, no entanto, divergências, representadas principalmente pela falta de unidade de pensamento no tocante à deflagração e condução da guerrilha.

A ALN defende – em consonância com as idéias de MARIGHELLA – a disseminação das guerrilhas em todo o país. A VPR é partidária do estabelecimento de ‘foco’, tese recomendada por DEBRAY.

A VAR-PALMARES, mais prudente, propugna, em uma primeira fase pela organização das massas, para, posteriormente, deflagrar a guerrilha.⁶¹⁷

⁶¹⁶ *Interrogatório Preliminar*. 06/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 176, 36327.

⁶¹⁷ *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. 10/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15602, fl. 36.

Essa passagem evoca a divisão que se constituía num dos grandes pontos de divergência entre as organizações de esquerda: a prioridade dada às ações armadas (“militaristas”); ou a inserção dos militantes entre os estudantes e operários, a fim de criar uma base sólida para a organização (“massistas”). A julgar pelos alvos preferenciais dos órgãos repressivos – Carlos Marighela (ALN), Joaquim Câmara (ALN), Carlos Lamarca (VPR), Eduardo Leite (REDE) –, a ênfase na repressão recaiu, num primeiro momento, sobre as primeiras, devido ao impacto causado pelas ações armadas. Porém, o objetivo final incluía todas as organizações de esquerda, estivessem ou não envolvidas nas guerrilhas urbana ou rural. Além disso, como observou Marcelo Ridenti, a separação entre os dois tipos de organização deve ser feita com prudência, pois na maioria dos grupos havia as duas tendências. Algumas organizações “massistas” tinham dificuldade em penetrar nos movimentos sociais e por vezes desenvolveram algumas ações armadas. Outras, “militaristas”, tinham inserção no movimento operário ou no movimento estudantil, sendo mais apropriado, portanto, segundo o autor, distinguir entre os “mais massistas” e os “mais militaristas”.⁶¹⁸

Segundo o ex-comandante do DOI, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o Destacamento procurava combater uma organização por vez:

Quando, na mesma época, surgiam fatos que nos conduziam a outra organização eles não eram desprezados e, em geral, adotávamos a técnica de acompanhar os seus militantes, de seguir seu rastro, de não perder o contato tão procurado e desejado. Se possível, deixávamos uma “ponta” num compasso de espera, aguardando a hora oportuna para neutralizá-la.⁶¹⁹

Em agosto de 1971, por exemplo, uma reunião da Comunidade de Informações dedicou-se inteiramente ao POC. Considerou-se sua composição, avaliando que “os integrantes do POC, são, na grande maioria, universitários, filhos de famílias abastadas, destacando-se uma porcentagem elevada de filhos de judeus. Há alguns operários, porém é uma minoria”.⁶²⁰ Em seguida, fez-se um balanço da sua situação em função das prisões e tentativas de reestruturação, concluindo que “atualmente, após várias prisões efetuadas pelo DOI, o POC foi praticamente desbaratado, restando apenas, alguns elementos, entre eles 2 ou

⁶¹⁸ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, p. 57.

⁶¹⁹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 299.

⁶²⁰ *Reunião da Comunidade de Informações*. 04/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 102, 19518.

4 de alguma importância, havendo, no entanto, boas pistas para as suas prisões”.⁶²¹ Por fim, listaram-se os pontos e os “aparelhos estourados”. A reunião seguinte, realizada uma semana depois, contabilizava mais quatro prisões em São Paulo e três no Rio Grande do Sul. No item “situação do POC” concluía-se que

- foi desmantelado quase na sua totalidade. Todos os integrantes da sua direção foram presos
- como foi dito na reunião anterior, naquela ocasião restavam 2 ou 3 elementos de destaque a serem presos. Isto já se deu com dois deles, restando, somente, 1 elemento da Secretaria Regional de São Paulo
- não tem condições de se reestruturar e de agir a curto e a médio prazo e, com dificuldades, se reestruturará a longo prazo.⁶²²

O DOI, embora priorizando a repressão aos grupos “militaristas”, voltava-se com força contra as organizações consideradas “massistas”, procurando inteirar-se das atividades desenvolvidas junto aos setores camponeses, à igreja e aos sindicatos. Acompanhando a evolução e os progressos da Ação Popular,⁶²³ em sua tendência crescente a aproximar-se do PC do B, os agentes do DOI acrescentaram questões específicas sobre esses tópicos em perguntório destinado aos militantes da organização, tais como “Que sabe sobre o trabalho camponês realizado pela AP no interior de São Paulo e no Brasil. Quem é o coordenador desse trabalho no âmbito nacional e regionais?” ou “Quais os sindicatos dominados pela AP, ao que parece [essa organização] dominava o sindicato dos bancários em São Paulo e no Paraná”, ou, ainda, “Que sabe sobre a possível fusão entre a AP e o PC do B?”.⁶²⁴ Nas sessões os interrogadores não perdiam o fio das atividades da organização, investigando sua maneira de agir e os critérios utilizados para novos recrutamentos, como se vê no depoimento de um de seus militantes:

Que os padres mais procurados para serem “trabalhados” pela AP são os de paróquias operárias, os ligados a área estudantil ou os ligados a organizações eclesíásticas tais como CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil),

⁶²¹ *Reunião da Comunidade de Informações*. 04/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 102, 19518.

⁶²² *Reunião da Comunidade de Informações*. 11/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 102, 19512-19511.

⁶²³ A AP, originada a partir da Juventude Universitária Católica (JUC) em 1963, assumiu uma vertente maoísta em 1968 e, em 1971 fundiu-se, em grande parte, com o PC do B. Os que não participaram da fusão passaram a denominá-la de Ação Popular Marxista-Leninista. MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 486.

⁶²⁴ *Perguntório*. 21/12/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 155, 32195-32193.

CRB (Conferência dos Religiosos do Brasil) e elementos ligados ao movimento de pastoral (evangelização).⁶²⁵

Em documento difundido junto à Comunidade de Informações, fica explícita a preocupação em não menosprezar as atividades das organizações “massistas” e em atribuir uma maior importância ao trabalho por elas desenvolvido junto aos diversos setores sociais:

sob o ponto de vista deste Destacamento; os Órgãos de Informações estão dando uma ênfase demasiada às Organizações ditas “militaristas” (ALN – MR/8 – VPR), colocando as ditas “massistas” (POC – AP – POLOP – OCML-PO), em uma situação secundária, como se as mesmas não oferecessem perigos iminentes para a Segurança Nacional.

É bom ressaltar que as Organizações Militaristas, apesar de não estarem completamente dizimadas, não tem conseguido uma penetração no seio do povo, em decorrência dos seus atos sangüinários. Assim é que, pelos últimos documentos apreendidos da VPR, verifica-se que vários de seus militantes são concordes em afirmar que a sua linha política não tem conseguido angariar militantes e nem mesmo simpatizantes.⁶²⁶

De fato, nos interrogatórios, os agentes do DOI ouviam recorrentemente dos presos políticos respostas que demonstravam inequivocamente o quanto as organizações “militaristas” encontravam-se em situação precária, devido ao isolamento imposto pela clandestinidade e às investidas constantes da repressão. Assim um militante do MRT descrevia da seguinte maneira a situação do grupo:

Que confirma as suas declarações anteriores; esclarecendo que acredita que o MRT não seja reorganizado, primeiro porque não dispõe de material humano e segundo pelas divergências políticas de outras organizações de esquerda contra o modo de trabalho do MRT. Acredita ainda que o que sobrou irá para a ALN ou outra organização.⁶²⁷

Outro militante, da VPR, descrevia a penúria da organização em São Paulo:

Confirma suas declarações anteriores, acrescentando que a VPR ainda não deve ter providenciado elementos para integrarem a área de SP, pois a própria queda do declarante e de GREGÓRIO MENDONÇA (“MARCOS”), andava o mesmo (“MARCOS”) assumir São Paulo, o que êle e o declarante acharam ridículo, pois, só estavam ambos no Estado.⁶²⁸

⁶²⁵ *Interrogatório preliminar.* 32/12/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 155, 32237.

⁶²⁶ *Informação nº 444 - DOI.* 09/09/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 135, 28181.

⁶²⁷ *Interrogatório preliminar.* 21/04/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 117, 22784.

⁶²⁸ *Interrogatório preliminar.* 26/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 171, 35541.

Sobre a situação do POC, um militante, ao ser instado a fazer um organograma da organização, respondeu “que não pode fazer um organograma da atualidade, pois o POC foi desmantelado e seus elementos prêsos, crendo ainda o depoente, ter sido o último a ser prêso”.⁶²⁹ A tendência desse quadro era a de acirramento, como se vê no depoimento de uma militante da Dissidência da ALN descrevendo uma conjuntura muito semelhante àquela apresentada no documento do DOI:

Que a DI/ALN estava passando por uma fase muito ruim já que seus antigos militantes estavam morrendo ou sendo aprisionados um a um, e não conseguia penetração na massa a fim de aliciar novos militantes.

Que na Organização era reduzidíssimo o número de integrantes “legais”, o que resultava uma série de dificuldades, pois os militantes clandestinos estão sujeitos a muitas limitações e não podem estar em contato direto com as “massas”, em consequência, conseguir aliciar novos elementos para militarem na organização.⁶³⁰

A despeito dos resultados obtidos pela repressão policial no extermínio dos grupos armados de esquerda, impossibilitados de recrutar novos militantes para substituir os companheiros mortos, presos ou exilados, a conclusão dos agentes do DOI, no documento acima citado, apontava para novos alvos, num movimento que de certa maneira prenunciava a posterior campanha deflagrada contra os partidos comunistas:

Êste DOI é de parecer que se deve informar a tôda Comunidade de Informações como um brado de alerta, passar a agir de imediato contra essas organizações (AP - POLOP - etc), contra os “amigos de Bairro”, fazer investigações nos Sindicatos e alertar os serviços de Segurança das fábricas a fim de que levantem os agitadores infiltrados.⁶³¹

Mudança de foco

A partir de 1974 e principalmente de 1975, quando o DOI havia cumprido a tarefa para a qual fora criado, de “destruir ou pelo menos neutralizar” as organizações de esquerda, percebe-se uma nítida alteração no perfil dos presos políticos do órgão, lembrando a orientação expressa em apostila do Sistema de Segurança Interna: “Dadas às características de combate à subversão, sempre que modificações forem observadas quanto ao modo de agir das

⁶²⁹ *Perguntório*. 07/11/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 144, 30170.

⁶³⁰ *Interrogatório preliminar*. 16/01/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 154, 31972.

⁶³¹ *Informação n° 444 - DOI*. 09/09/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 135, 28180.

organizações subversivas, os DOI devem aperfeiçoar a sua estrutura”.⁶³² As alterações deveram-se mais à mudança de conjuntura e do perfil do “inimigo” escolhido do que à natureza das ações. A documentação pesquisada é muito mais rarefeita nesses anos, mas ainda assim permite observar como os temas dos interrogatórios foram se alterando, procurando adaptar-se à realidade do movimento sindical. As preocupações parecem centrar-se em dois eixos: a “infiltração” do PCB nos sindicatos e a estratégia do partido comunista nas eleições de 1974.

Tratava-se de um universo distante das ações armadas, pontos, aparelhos, organogramas ou “rachas” teóricos que povoavam os interrogatórios dos militantes das organizações de esquerda. Trechos do depoimento de um operário metalúrgico, ligado à APML e ao sindicato de sua categoria, demonstram a generalidade das questões, o que indica certo desconhecimento nessa nova área de atuação:

Inquirido acerca de seu trabalho político-subversivo, efetuado junto ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo esclareceu tratar-se de algumas panfletagens a respeito de campanhas sindicais, nas seguintes indústrias do bairro de Santo Amaro: WAPSA S/A, METAL LEVE S/A, BURROUGHS S/A, CATERPILAR S/A e AÇOS VILARES SA. Tais panfletagens foram realizadas nos meses de setembro a novembro de 1973; participaram das mesmas, além do depoente, os seguintes elementos: [...]

Esclarece que sua tarefa principal era levar as posições da APML para o sindicato; que desconhece a posição do sindicato com relação ao PCB ou qualquer outra organização subversiva; que não tem conhecimento de qualquer ligação dos elementos referidos no presente depoimento, com organizações subversivas.⁶³³

A inquirição ainda gira em torno da identificação dos indivíduos que participaram das panfletagens e da inserção do PCB no sindicato, mas não entra em detalhes específicos sobre o conteúdo dos panfletos, sua aceitação pelos operários ou as metas e discussões sindicais.

Os nomes exigidos são os dos componentes de chapas concorrentes à diretoria dos sindicatos, ou das células do PCB que se reuniam periodicamente. Na falta de ações expropriatórias, indagava-se sobre os meios de levantamento de fundos, cujas cifras estavam muito distantes daquelas produzidas pelas organizações armadas. Assim, no interrogatório de um motorista profissional filiado ao Sindicato dos Condutores de Veículos e ao PCB, esse foi um dos temas abordados:

Que a arrecadação para o partido era feita através de “BONOS”; que procedia-se da seguinte forma: cada militantes tinha uma cota estipulada

⁶³² *Apostila Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN. [1974?], cap. 2, p. 27.*

⁶³³ *Perguntório. 18/09/1974. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 187, 38071.*

para vender e, o capital apurado era entregue a JOSÉ RODRIGES DE SANTANA (Tesoureiro do partido na época) e este entregava a quantia citada a MOYSES WAINSESIN, não sabendo o declarante onde e em que o dinheiro era empregado, da vez que tal assunto fugia-lhe de suas atribuições; que cada “BONO” custava entre Cr 5,00 e Cr 10,00.⁶³⁴

Procurava-se encontrar razões para desabonar os militantes comunistas, como desvio de dinheiro, o que provocou indignada resposta de outro membro do Sindicato dos Condutores de Veículos:

que o depoente é o responsável direto e único pelas finanças do órgão [Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de São Paulo, Osasco e Itapeverica da Serra] e afirma categoricamente que nenhuma verba foi desviada para o PCB, apesar de que dos sete diretores, seis são militantes do PCB.⁶³⁵

As reuniões não eram mais realizadas nos aparelhos, mas nas residências dos componentes da célula, cujos nomes e endereços eram sistematicamente demandados pelos interrogadores. Exigiam-se, ainda, o local, o nome dos participantes e os assuntos discutidos. Eis a descrição de uma delas, por um militante do PCB filiado ao Sindicato dos Têxteis:

Inquirido acerca das reuniões realizadas em sua residência pela Celula dos Texteis da região do Belenzinho, respondeu que, em realidade, omitiu em seus depoimentos o fato de que, por várias vezes, a referida celula reuniu-se em sua casa, bem com em casas de outros militantes, e que, a esta altura, resolve esclarecer toda a sua militância subversiva, a saber:

1ª. Reunião – Realizada em sua residência, em fins de 71, tendo como objetivo a realização da Campanha do Mês Nacional de Finanças, referente ao ano de 1971. Participaram:

- o depoente;
- CLAUDIO JOSE RIBEIRO (“AGENOR PESSOA” ou “COUTINHO”) coordenador;
- JOSE FERNANDES CASTRO (“LUCIO” ou “CASTRINHO”);
- ANTONIO CAVALCANTE DE LIMA;
- JOSE QUEIROZ
- NELSON MORALES.⁶³⁶

Embora as reuniões sempre tivessem constado entre os temas de inquirição, nessa fase adquiriram importância redobrada, provavelmente por constituírem umas das partes mais

⁶³⁴ *Interrogatório preliminar*. 19/01/1975. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 194, 39350.

⁶³⁵ *Interrogatório preliminar*. 18/01/1975. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 195, 39565.

⁶³⁶ *Interrogatório preliminar*. 01/01/1975. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 195, 39520.

significativas da militância dos depoentes. Nas sessões seguintes, os interrogadores passaram a pedir maior esclarecimento a respeito de cada uma delas:

Inquirido a respeito da terceira e última reunião, realizada no dia 02 nov 74, em sua residência, respondeu que tal reunião tinha por objetivo tratar das eleições que se realizariam no dia 15 de novembro de 1974; que, nessa reunião, o depoente e JOSE FERNANDES CASTRO (“CASTRINHO” ou “LUCIO”), receberam de SEVERINO TEODORO DE MELO (“CARLOS MULLER MENEZES” ou “AUGUSTO”), orientação sobre as referidas eleições, bem como material de propaganda política dos candidatos ALBERTO GOLDMAN, MARCELLO GATO e ORESTES QUERCIA, a fim de que fosse distribuídos nos respectivos locais de trabalho e nas cercanias das zonas eleitorais; que, tal reunião já foi devidamente analisada nos depoimentos de 1/2 jan 75, das 1400 às 0200 horas.⁶³⁷

O tema das eleições de 1974 era igualmente caro aos agentes do DOI. Confiante nos altos índices de crescimento econômico, o governo militar não esperava que o MDB, partido de oposição, pudesse ter uma votação expressiva. Apoiado na discussão de temas como a repressão, a injustiça social e o modelo econômico desigual, o partido recebeu muitos votos, saindo vitorioso nas eleições pelo aumento das cadeiras na Câmara dos Deputados, o controle de importantes assembleias estaduais e maioria no Senado.⁶³⁸ A “linha dura”, pressentindo os possíveis efeitos de abertura política, centrou suas forças em investigar a “infiltração” do PCB no MDB. As consequências das eleições não preocupavam apenas os “duros”. Marco Antônio Tavares Coelho reproduz em seu livro a instrução da Subseção de Análise a seus interrogadores: “De ordem da Presidência da República deve ser feito minucioso interrogatório sobre as ligações do PCB com o MDB, principalmente em função das eleições de novembro passado”.⁶³⁹ A consigna foi diligentemente seguida durante oito interrogatórios de aproximadamente 10 horas cada: “Como foi difícil ultrapassar esse assunto. Por causa dele colocaram-me duas vezes no ‘pau-de-arara’, levei muitos murros e cacetadas e recebia ‘choques’ horas a fio”.⁶⁴⁰

⁶³⁷ *Interrogatório preliminar*. 02/01/1975. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 195, 39503.

⁶³⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*, p. 226-227. Para Luiz Felipe de Alencastro, o resultado das eleições foi uma demonstração incontestável do enfraquecimento do regime autoritário. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. L’impératif électoral (1964-1981). *Problèmes d’Amérique latine*. La Documentation française, n. 61, 3. trim. 1981, p. 53-54.

⁶³⁹ COELHO, Marco Antonio Tavares. *Herança de um sonho*, p. 399.

⁶⁴⁰ COELHO, Marco Antonio Tavares. *Herança de um sonho*, p. 399.

A estratégia consistia em desacreditar o partido de oposição, provando suas relações com os comunistas.⁶⁴¹ Em documento sobre o PCB, elaborado em 1975, os agentes do DOI explicitam claramente os rumos tomados pelo órgão em suas investigações:

I – O DOI/CODI II Ex, na estrutura e funcionamento do PCB, através o presente trabalho, dá uma especial atenção a atuação dos comunistas nas eleições de 15 Nov 74, demonstrando o quanto influíram e até que ponto estão infiltrados, na política nacional.

A par das informações anteriormente difundidas a essa AI [Agência de Informações], encontra-se em fase de preparo, trabalho analisando a infiltração e atuação do PCB, na área de SÃO PAULO, nos diversos setores, principalmente o sindical.

II – A política adotada pelo PCB, sempre foi a de participar ativamente das eleições, quer sejam municipais, estaduais ou federais.⁶⁴²

O documento descreve em profundidade a participação do PCB nas eleições e sua relação com o MDB, alertando para o que era considerado uma ameaça à sociedade:

Sabe-se que, um dos pedidos que o PCB fez ao MDB, foi que este último acelerasse a formação de departamentos estudantis e trabalhistas, logicamente, com a finalidade de facilitar a conscientização marxista, aproveitando-se da “fachada” legal dada pelo Partido Oficial.⁶⁴³

Ainda que identificassem nos operários filiados ao PCB um perigo a ser combatido, estava-se muito distante do “inimigo” anterior, que havia justificado, em tese, a criação do DOI com suas características e métodos próprios. Porém, os operários não eram os únicos alvos. Faziam parte de uma vasta operação de desmantelamento do PCB que atingiu também professores aposentados, jornalistas, estudantes, advogados e arquitetos.⁶⁴⁴ Gildásio Westin Cosenza, ex-prisioneiro político, afirma que “No período em que eu passei lá, num curto espaço de tempo eram mais de trezentas pessoas passando por lá e sendo torturadas”.⁶⁴⁵

Dos 105 presos na operação iniciada no dia 1º de outubro de 1975, 76 foram julgados pela Justiça Militar e 65 foram absolvidos em primeira instância. Dois ficaram de fora e

⁶⁴¹ Em dezembro de 1975 os deputados Marcelo Gatto e Nelson Fabiano foram cassados pelo governo Geisel, por constar, em vários depoimentos no DOI, que tinham ligações com o PCB. MARKUN, Paulo. *Meu querido Vlado*, p. 152.

⁶⁴² *Informação n° 628/75*. 04/04/75. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 198, 40206.

⁶⁴³ *Informação n° 628/75*. 04/04/75. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 198, 40206, fl. 7.

⁶⁴⁴ MARKUN, Paulo. *Meu querido Vlado*, p. 116.

⁶⁴⁵ Depoimento de Gildásio Westin Cosenza publicado em COUTO, Ronaldo da Costa. *Memória viva do regime militar. Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999, p. 111.

apenas nove foram condenados.⁶⁴⁶ Um artigo publicado no *Jornal do Brasil*, alguns anos mais tarde, registrava as críticas do juiz-auditor Nélson da Silva Guimarães a respeito do trabalho do DOI:

O inquérito policial conduzido pelo DOI-CODI de São Paulo, quando da prisão de 105 acusados de pertencer ao Partido Comunista, em 1975, foi criticado pelo Juiz-Auditor Nélson da Silva Guimarães na sentença em que foram absolvidos, em primeira instância, 67 dos 76 denunciados. [...]

“A denúncia” – diz a sentença – “mais uma vez vale-se de um inquérito policial que se pode dizer gigantesco quanto ao número de indiciados e à quantidade de fatos noticiados, que não traz provas nem elementos suficientes à convicção. Só há confissão (vaga, imprecisa, atípica, muitas vezes) que, em juízo, na maioria dos casos cai fragorosamente. A própria denúncia se vale, infrutiferamente, do texto policial.”⁶⁴⁷

Tais críticas não impediram o prosseguimento das atividades do órgão, atento à possibilidade de surgimento de um novo inimigo que legitimasse, aos olhos de ao menos alguns setores, sua conduta. Assim, um ano mais tarde, o general Dilermando Gomes Monteiro, comandante do II Exército, descreveria da seguinte maneira, à revista *Veja*, sua atitude ao assumir o cargo:

Eu não fui com a idéia de controlar o pessoal do DOI-CODI, porque primeiro fui ver como eles trabalhavam. Examinei, fiscalizei, verifiquei tudo. E foi aí que criei mais confiança e mais respeito pelo pessoal deste setor. São homens que merecem todo o nosso respeito. E quando alguém, depois, no final do meu comando perguntou: “O senhor acha que se deve acabar com o DOI-CODI?” Eu disse: “Negativo”. Acho que isso não pode acabar, porque ainda estamos com problemas de infiltração subversiva no nosso meio. Eles estão escondidos, estão em hibernação e a qualquer momento podem ressurgir. E só através desses órgãos é que podemos controlar a subversão. O Exército não pode abandonar, tão cedo; o combate à subversão. O que precisa é fazer com que as coisas evoluam, numa espécie de resposta condizente com a época e a situação.⁶⁴⁸

O general escolhido pelo presidente Ernesto Geisel para pôr ordem na situação, após os episódios das mortes de Vladimir Herzog e de Manoel Fiel Filho, dava seu recado. O governo não pretendia desfazer-se do órgão que o desafiava, mas impor-se a ele. O elogio aos agentes do DOI, que, segundo o general “merecem todo o respeito”, indica que cumpriam um papel importante, mesmo no contexto de abertura do regime. O “combate à subversão”

⁶⁴⁶ MARKUN, Paulo. *Meu querido Vlado*, p. 152.

⁶⁴⁷ Juiz-Auditor critica o DOI-CODI. *Jornal do Brasil*, 10 jun. 1978. (Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 214, 42409.)

⁶⁴⁸ Geisel queria o diálogo. *Veja*, 14 mar. 1979, p. 2.

aparece como um projeto a ser realizado em longo prazo, evoluindo conforme a situação, mas ainda necessário por um tempo indeterminado.

3.3 O delito de opinião

“Eram criminosos! Estavam preparando a destruição da sociedade brasileira!”⁶⁴⁹ A afirmação do brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, um dos expoentes da “linha dura”, expressa com clareza o estatuto conferido aos militantes de esquerda. O “subversivo” – considerado perigoso por seu projeto de modificação da ordem constituída – e o “terrorista” – aquele que, para alcançar seus objetivos, realizava ações violentas – situavam-se, para os órgãos repressivos, no cruzamento entre o criminoso e o inimigo. Esse cruzamento caracterizou-se pela reunião, no DOI, de policiais e militares para combatê-los. É difícil avaliar até que ponto os agentes do DOI assimilavam ações como assaltos a bancos, seqüestros de diplomatas e assassinatos de indivíduos envolvidos na repressão a crimes de natureza política ou a crimes comuns. O vocabulário da polícia, de conotação moral, normalmente utilizado em relação a criminosos comuns – tais como “homiziar”, “amásio(a)”, “aliciar” –, compõe uma visão dos militantes de esquerda que os situa dentro da esfera do delinqüente, o que não significa que uns e outros estivessem amalgamados.

Referindo-se ao envolvimento de integrantes do Esquadrão da Morte⁶⁵⁰ na repressão política, Luiz Roberto Salinas Fortes, ex-presos político, sentenciava:

Não demoraria para que as sutilezas baseadas nestas vagas categorias da ideologia jurídica sofressem definitivo abalo por parte da realidade da repressão que acabaria, na sua voracidade, por misturar os gêneros, por enfiar em um mesmo saco os desviantes de todos os calibres, os transviados de todo tipo, pondo no encaço dos políticos aqueles mesmos que haviam se adestrado e especializado na fabricação dos pobres presuntos perfurados.⁶⁵¹

⁶⁴⁹ Depoimento do brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, publicado em D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 185.

⁶⁵⁰ Os esquadrões da morte constituíam grupos paramilitares que efetuavam execuções sumárias de criminosos comuns. Os primeiros esquadrões da morte ligados à política foram instituídos no Rio de Janeiro, no final da década de 1950. HUGGINS, Martha. *Polícia e política*, p. 145. Um dos esquadrões mais célebres foi aquele comandado pelo delegado do DOPS Sérgio Paranhos Fleury, em São Paulo.

⁶⁵¹ FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Retrato calado*. São Paulo: Marco Zero, 1988, p. 27. Vale lembrar que os presos políticos e criminosos comuns compartilharam valas clandestinas do Cemitério Dom Bosco, em Perus, onde eram enterrados como indigentes. Ler, a respeito, BARCELLOS, Caco. O *Globo Repórter* sobre a vala de Perus. In: TELES, Janáina (Org.). *Mortos e desaparecidos políticos*, p. 213-226.

Por outro lado, nessa observação, inserida no depoimento de um militante da Ala Vermelha do PC do B, destaca-se nitidamente o componente político de seus antecedentes criminais:

OBSERVAÇÃO: [...] No interrogatório ficou constatado ter sido o declarante aliciado para militar (fazendo panfletagens e participando de reuniões de caráter político em via pública) na ALA VERMELHA do P. C. do B. O declarante tem ainda antecedentes político-criminais (participação em passeata).⁶⁵²

De fato, o Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, estabelecia como crime, no artigo nº 45, a propaganda “subversiva”, “Realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata”. O enfrentamento ao crime político, entretanto, adquiriu prioridade absoluta sobre o crime comum, ainda que os métodos fossem semelhantes, como afirma Salinas:

A luta política se radicalizara. Era natural que o poder lançasse mão de todos os recursos disponíveis. A guerra à subversão, além de continuação da política por outros meios, teria que ser também a continuação, pelos mesmos e tradicionais meios, da repressão clássica a todas formas de dissidência.⁶⁵³

Caso paradigmático da proeminência assumida pela repressão política encontra-se na detenção, pela Delegacia Especializada em Entorpecentes (DEIC), de um suspeito de tráfico de drogas e seu encaminhamento à Operação Bandeirante. O ofício dirigido ao órgão pela Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública descreve o episódio:

Por êste, faço apresentar a V.Sa. o indivíduo ALDO LUIZ KLEIN, detido hoje em sua residência, à rua Major Diogo nº 264, por investigadores desta Delegacia, quando de diligências referentes a tráfico de entorpecentes.

Em seu poder foi encontrada a carta que segue em anexo, a êle enviada, procedente do município de São Carlos, missiva essa que contém mensagens em código, bastante suspeitas e que poderá ser objeto de investigações por essa digna Operação Bandeirantes.

Outrossim, informo a V.Sa. que referido elemento é suspeito de tráfico de drogas, mais especificamente o L.S.D., pois acha-se intimamente ligado a indivíduos que se dedicam a tal tipo de “comércio”, motivo pelo qual solicito os bons ofícios de V. Sa. no sentido de nos informar a respeito de qualquer confissão do mesmo que possa nos interessar.

Esclareço, mais, que o apresentado possui, em sua residência, diversos livros considerados de caráter subversivo.

⁶⁵² *Interrogatório preliminar*. 22/01/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 134, 28069-28068.

⁶⁵³ FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Retrato calado*, p. 28.

Ao ensêjo apresento a V. Sa. elevados protestos de estima e consideração.⁶⁵⁴

Ou seja, entre as evidências de tráfico de entorpecentes, de um lado, e a carta cifrada e os livros considerados “subversivos”, de outro, foram esses últimos que mereceram maior atenção dos policiais do DEIC, mesmo não consistindo em provas contundentes de envolvimento político do suspeito.

Uma hipótese plausível para explicar a percepção de maior periculosidade junto ao militante político do que ao criminoso comum vem da conclusão da pesquisa de Michel Foucault a respeito do nascimento da prisão como mecanismo de controle social:

O atestado de que a prisão fracassa em reduzir os crimes deve talvez ser substituído pela hipótese de que a prisão conseguiu muito bem produzir a delinqüência, tipo especificado, forma política ou economicamente menos perigosa – talvez até utilizável – de ilegalidade; produzir os delinqüentes, meio aparentemente marginalizado mas centralmente controlado; produzir o delinqüente como sujeito patologizado.⁶⁵⁵

As inúmeras e ameaçadoras modalidades de ilegalidades, com toda a dimensão política que podem assumir, nos contextos em que representam uma afronta não apenas às leis estabelecidas, mas à elite que as formulou, foram circunscritas à figura do delinqüente, neutralizando o seu potencial perigo através do estabelecimento de uma ilegalidade visível, e controlável. Enquanto o crime comum encontra-se demarcado pelo campo restrito da delinqüência, o crime político parece conter todos os riscos que se logrou conter nos delitos comuns, pelo seu caráter explicitamente contestatório da dominação vigente. Não se trata de uma apropriação localizada de um bem alheio, mas de uma intenção claramente expressa de subverter o sistema de poder estabelecido. Além disso, trata-se de um infrator mais sofisticado, oriundo não das classes populares, mas das próprias classes médias e altas. Nas palavras do general Octávio Costa:

De repente, começou a haver uma ação intelectualizada, delitos planejados e executados pela melhor inteligência brasileira: estudantes, jornalistas, intelectuais. Algumas pessoas que fizeram assaltos ou seqüestros estão hoje por aí, são grandes figuras da República, ministros, deputados, senadores, homens-chave na administração pública. [...] É indiscutível que os

⁶⁵⁴ *Ofício interno n° 48/71*. 31/03/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 97, 18529.

⁶⁵⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, p. 244.

organismos policiais se mostraram incapazes de enfrentar os novos desafios criminais.⁶⁵⁶

Não obstante as diferenças entre criminosos comuns e “subversivos”, a luta contra “os novos desafios criminais” utilizou mecanismos que remetem aos descritos por Michel Foucault no processo de substituição do “infrator” por “delinqüente”: localizar os indivíduos, infiltrar-se nos grupos, estimular a delação, isolar os grupos da sociedade, reduzindo-os a uma condição precária de existência e forçando-os a lançarem-se numa esfera de atuação localizada, destituída de apoio popular, estigmatizada e despolitizada.⁶⁵⁷ Esse processo é descrito pelo ex-militante político César Benjamin:

Com a derrota dos movimentos sociais de 1968, e a repressão que se segue, fomos expelidos do tecido social brasileiro. [...] Fomos levados a radicalizar o processo político no momento em que o adversário era muito mais forte e, pior, o fizemos à revelia da ação popular organizada. [...] a partir de certo ponto, não podíamos recuar, ou, pelo menos, era muito mais difícil do que se pensa, pois as pontes para a sociedade estavam cortadas e a situação política precocemente radicalizada.⁶⁵⁸

Ao mesmo tempo, construía-se o estigma do “subversivo terrorista”, distinguindo o universo dos indivíduos envolvidos na militância de esquerda em duas categorias: o “fanático”; e o “inocente útil”. O esquema a partir do qual se organizava a percepção dos agentes repressivos identificava os últimos como “jovens que foram iludidos, fanatizados e usados por experientes militantes comunistas” – nas palavras do ex-comandante do DOI paulista.⁶⁵⁹ Para ele, “A lavagem cerebral e o comprometimento com as organizações subversivas os tornavam [os jovens] reféns do terror e verdadeiros autômatos”.⁶⁶⁰

Adyr Fiúza de Castro, ex-comandante do CODI do Rio de Janeiro, descreve esses jovens como “pequeno-burgueses, filhos de papai rico, que, quando saem da prisão, os pais procuram tirá-los da organização, e eles deixam”.⁶⁶¹ Por outro lado, os mais “frios” eram “muito estruturados, muito rancorosos, e só pensavam na volta, no troco. Quando liberados,

⁶⁵⁶ Depoimento do general Octávio Costa, publicado em D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 277.

⁶⁵⁷ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*, p. 244-245.

⁶⁵⁸ *Apud* RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, p. 250-251.

⁶⁵⁹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 320.

⁶⁶⁰ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 175.

⁶⁶¹ Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, publicado em D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 65.

retornavam ao seu grupo terrorista”.⁶⁶² Em informação divulgada pelo DOI-CODI de São Paulo a respeito do MEP, em 1977 – quando já fazia anos que as organizações da esquerda armada haviam sido dizimadas –, os termos empregados para descrever um de seus militantes foram “autêntico comunista” e “agitador sindical”, que havia se entregado “de corpo e alma ao serviço impatriótico da subversão e da desordem”. Outro militante, da mesma organização, foi descrito como “perigoso aliciador para os caminhos da desagregação e da subversão”.⁶⁶³

Associada à adjetivação de “iludidos” ou “fanáticos” apresentava-se constantemente a idéia de desestruturação familiar. Talvez fosse uma explicação plausível, para os agentes repressivos, para contemplar o envolvimento de filhos da “boa sociedade” com preocupações sociais, políticas e econômicas que não lhes diziam diretamente respeito, especialmente num período de elevação dos índices de crescimento econômico, que beneficiava diretamente esses setores sociais.⁶⁶⁴ Em algumas declarações de próprio punho – a partir de 1974 – há referências ao tema, o que faz supor que tal questão tivesse sido levantada pelos agentes do DOI em algum momento da detenção no órgão. Uma militante do MR-8 descreve os “problemas” apresentados por seus colegas de militância:

As pessoas de esquerda com quem convivi, especialmente no Rio Grande do Sul, apresentavam tanto problemas sociais quanto familiares, em geral bastante esacerbados. Tratando-se de elementos mais velhos que eu, com desajustes variados (profissionais, sexuais, etc) passei a representar para eles um papel impo[r]tante. Esta interação de grupo foi um dos fatores que contribuiu para meu envolvimento. Com relação aos problemas familiares e sociais por mim sentidos, até a época da minha doutrinação, eles não eram suficientes para me tornarem uma revoltada.⁶⁶⁵

O mesmo tema aparece na declaração de um militante do PCB:

Eu não possuía idéias de esquerda. a) fui doutrinado através de reuniões festivas em residência ou clubes esportivos. b) ingressei na Juventude Comunista, espontaneamente, sem me aperceber das consequências que adviriam.

⁶⁶² Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, publicado em D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 66.

⁶⁶³ *Informação nº 1321/77*. 07/11/1977. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 211, 42067-42066.

⁶⁶⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*, p. 182.

⁶⁶⁵ *Declaração de próprio punho*. 30/05/1974. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 183, 37459.

Não me recordo de problemas familiares ou sociais que me fizeram tomar tal atitude.⁶⁶⁶

A última frase, sendo uma negação, indica uma resposta, mais do que uma asserção do depoente. O mesmo tipo de frase aparece nesta outra declaração, também de um militante do PCB:

Eu nunca havia me definido politicamente, sendo verdade no entanto que, embora não possuísse idéias de esquerda, eu não as rejeitava completamente e até as aceitava em parte. Sendo assim, jamais poderia afirmar ter sido iludido em minha boa fé, nem condenar o referido colega de escola por ter me introduzido numa organização clandestina. Se aceitei entrar para essa organização foi por acreditar, na época, estar agindo com acerto, devendo agora assumir a responsabilidade por essa decisão.

Eu jamais me considereei um revoltado, nem jamais tive quaisquer problemas familiares ou sociais. Jamais militei em qualquer outra organização anteriormente.⁶⁶⁷

Vale observar que no primeiro parágrafo há uma rejeição à idéia de ter sido “iludido” em sua “boa-fé” e de condenar seu companheiro pelo ingresso no partido. Segundo Cecília Coimbra, “Era pensamento corrente na época, dentro dos organismos de repressão, que existiam duas categorias de presos políticos: os recuperáveis e os irre recuperáveis”.⁶⁶⁸ A preocupação em classificar os indivíduos nesses dois grupos parece fazer parte de uma estratégia de circunscrever os “irrecuperáveis”, isolando-os da sociedade para evitar a propagação das idéias “subversivas”. Mas também obedece a uma lógica de desqualificação do inimigo, patente na fala do ex-chefe do CODI do Rio de Janeiro, Leônidas Pires Gonçalves:

Agora, sem nenhum deboche, sem nenhum espírito de crítica negativa com propósitos outros, a quantidade de pessoas com problemas pessoais no meio da subversão é impressionante. Impressionante. A maioria tinha problemas psicológicos. É incrível! A mãe abandonou o pai ou fez coisa pior, traído por uma mulher, impotente... Sabe que eu fiquei impressionado?⁶⁶⁹

⁶⁶⁶ *Declaração de próprio punho*. 13/08/1975. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 198, 40103.

⁶⁶⁷ *Declaração de próprio punho*. 16/06/1975. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 198, 40125.

⁶⁶⁸ COIMBRA, Cecília Maria B. Algumas práticas “psi” no Brasil do “milagre”. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (Org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*, p. 431.

⁶⁶⁹ Depoimento do general Leônidas Pires Gonçalves, publicado em D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 251.

Iniciação política

Ao lado dos pontos e aparelhos, o ingresso do depoente na organização de esquerda ou no movimento estudantil era um dos primeiros temas a ser abordado nas sessões de interrogatório. Destituído de sentido utilitário mais urgente, sua presença entre os pontos iniciais das inquirições indica a importância atribuída ao tema. Para um órgão cuja função era aniquilar as organizações de esquerda, identificar os canais que levavam os indivíduos a integrar uma dessas organizações era de suma importância. Através de que meios os indivíduos se vêem atraídos por práticas e organizações “subversivas”? Como se dá a passagem para a luta armada?

Começar pela iniciação política do depoente também era uma maneira de familiarizar-se com a história do indivíduo a partir do momento em que esta se constituía como um problema para os órgãos repressivos. A primeira sessão de interrogatório de um militante da VAR Palmares foi integralmente dedicada a pontos e aparelhos. A segunda, ocorrida algumas horas mais tarde do mesmo dia, iniciou-se da seguinte maneira:

Que confirma as declarações anteriores e mais que era estudante de Madureza do Cursinho do Grêmio quando foi convidado por EDUARDO MACEDO MUSSI (“ARTHUR”), atualmente na França, para ingressar como simpatizante da antiga VPR e atualmente VAR-PALMARES. Isto ocorreu em junho ou julho de 1969 e naquela época veio a conhecer RAUL IAVELBERG (“TARCISIO”), RICARDO ABRAMOVAY (“MARCELO”), CARLOS EDUARDO DE PAULA SPILAK (“FLORIANO”), MIRIAN ABRAMOVAY e SAMUEL IAVELBERG. Ficou naquela época coordenado por RAUL YAVELBERG (“TARCISIO”) no setor. De simpatizante, em outubro de 1969 passou a ser considerado OPP [organização para-partidária] e em março de 1970, militante. Logo após a viagem de “TARCISIO” para a Europa, o depoente passou a coordenador do setor estudantil e ligado diretamente a CARLOS FRANKLIN PAIXÃO DE ARAUJO (“LUIZ” ou “MAX”).⁶⁷⁰

Nesse trecho, obteve-se o local freqüentado pelo depoente e pelo militante que o introduziu na organização, o nome deste último, seu paradeiro (França), o percurso do depoente dentro da hierarquia interna da organização – simpatizante, OPP, militante e coordenador do setor estudantil – através do tempo, assim como seus principais contatos dentro da organização. É preciso lembrar que, de acordo com a Lei de Segurança Nacional (artigo 39, Decreto-Lei nº 898/1969), fazer propaganda “subversiva”, “aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino”, era crime punido com uma detenção que poderia variar de 1 a 3

⁶⁷⁰ *Interrogatório preliminar*. 29/09/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 96, 18248.

anos. Saber quem “aliciou” o depoente também ajudava a estabelecer seu potencial dentro da organização. Um indivíduo convidado por um dirigente a militar teria maiores chances de ocupar uma função importante do que outro recrutado por um militante de base.

Identificava-se igualmente, por essa via, qual era o elo que unia um militante a outro, definindo as cadeias das relações interpessoais que compunham o grupo. O tema da iniciação política servia, ainda, como *entrée en matière*, uma maneira padronizada de estabelecer o primeiro contato com o depoente. Assim se inicia a primeira sessão de um militante da ALA Vermelha do PC do B:

Declarou o seguinte: Que foi aluno do primeiro ano da Faculdade de Ciências Sociais da USP, tendo abandonado o curso no ano de 1969; que, durante o seu curso colegial, conheceu JOSÉ ELI SAVÓIA, com quem passou a manter algumas discussões políticas; que aproximadamente em março de 1970, a convite de JOSÉ ELI SAVÓIA, passou a integrar a organização na qualidade de OPP; que, posteriormente, veio a saber que se tratava da organização clandestina denominada Ala Vermelha. Há questão de quatro meses passou a pertencer ao setor de imprensa, juntamente com JOSÉ FELIPE LINDOSO (“BARBUDINHO”) E “MAURÍCIO”, o qual coordenava êsse setor.⁶⁷¹

Nos dois casos citados, a porta da “subversão” se deu através do local de estudo. Os exemplos dessa natureza aparecem em grande quantidade, marcando o meio estudantil como uma via potencial de entrada na militância política, e o jovem como um elemento extremamente suscetível aos apelos das organizações de esquerda. Em um Relatório Especial de Informações, ainda em 1969, afirmava-se:

A prisão do grupo da Ala Vermelha em Embu-Guaçu, confirma mais uma vez a participação de estudantes no processo subversivo-terrorista em curso em São Paulo. Os jovens secundaristas e universitários estão sendo “trabalhados” intensamente pelas organizações subversivas e muitos deles, despreparados e sem orientação dos pais e mestres, estão aderindo, endossando as fileiras das referidas organizações. Por outro lado, as constantes e repetidas investigações realizadas pelas equipes da OB, está obrigando a que tais elementos ingressem na clandestinidade, dificultando sua ação.⁶⁷²

Em 1971, uma informação divulgada pelo DOI aos membros da comunidade de informações avaliava, com alarme, a capacidade de arregimentação de novos filiados pelo POC.

⁶⁷¹ *Interrogatório preliminar*. 15/01/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 120, 23307.

⁶⁷² *Relatório Especial de Informações nº 24*. 11/08/1969. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 54, 9242.

No meio estudantil o POC tem o seu celeiro inesgotável. Se considerarmos que o estudante é o elemento ideal para ser ganho para a causa comunista e, ao mesmo tempo verificarmos que alguns são verdadeiros líderes, capazes de influenciar a classe operária ou os menos dotados intelectualmente, facilmente chegaremos à triste conclusão que dentro em breve teremos problemas com greves e passeatas por êle instigadas.⁶⁷³

No ano seguinte, outra apreciação nos mesmos termos dava-se em relação à ALN, num Relatório Periódico de Informações:

Lembra-se que essa facilidade de rearticulação prende-se ao fato de que possui no meio estudantil, tradicionalmente, um celeiro inesgotável de simpatizantes que paulatinamente ingressam em suas fileiras, somando-se à vinda de elementos de outros Estados que para São Paulo se deslocam.⁶⁷⁴

No caso dos operários e trabalhadores em geral, o ingresso em organizações de esquerda se dava prioritariamente por meio dos sindicatos. O depoimento de um militante do PCB responde às indagações dos interrogadores a esse respeito:

Declara nunca ter sido prêso, ou processado por crime contra a Segurança Nacional.

Que no ano de 1965 trabalhava como cobrador de onibus da Empresa Auto Onibus Alto do Pari, quando no mês de junho foi convidado por HENRIQUE CANAÃ ILLES, para participar da eleição do Sindicato dos Condutores de Veículos de São Paulo [...]

Que, no ano de 1965 mes de junho veio a travar amizades com MOYSES WAINESTEIN (“MAURO”, “RAUL” ou “SOARES”) no escritório do advogado Dr PAULO DE TAL e ARNO DE TAL, vindo a ingressar no PCB em 10 de outubro 1971 como 2º Secretário do Comitê dos Transportes nas Empresas Particulares lá permanecendo, até março de 1974 quando esclarece ter deixado definitivamente a Organização, tendo em vista as várias “reuniões e cursos” que era obrigado a realizar.⁶⁷⁵

Tendo sido o universo das organizações de esquerda composto majoritariamente de militantes e simpatizantes de origem estudantil, era natural que os órgãos repressivos se orientassem prioritariamente contra esse setor. Segundo Marcelo Ridenti, “a análise da participação estudantil na luta contra o regime militar deve ser considerada peça-chave para compreender as esquerdas armadas urbanas, ainda que elas tenham tido inúmeras facetas

⁶⁷³ *Informação n° 444 - DOI.* 09/09/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 135, 28181-28180.

⁶⁷⁴ *Relatório Periódico de Informações n° 01/72.* 1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 204-A, 41011, fl. 19.

⁶⁷⁵ *Interrogatório preliminar.* 18/01/1975. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 194, 39362-39361.

sociais além da estudantil”.⁶⁷⁶ Afinal, na década de 1960, no mundo inteiro, explodiram manifestações públicas de estudantes. Estes últimos, segundo Eric Hobsbawm, “tinham constituído, social e politicamente, uma força muito mais importante do que jamais haviam sido”.⁶⁷⁷

Os caminhos que conduziam à militância política eram perscrutados igualmente na descrição exigida das funções exercidas pelo depoente dentro de sua organização. No trecho abaixo, retirado do depoimento de uma militante do POC, tem-se um relato de como eram recrutados os militantes para a organização. Vale observar que sua redação – pelo emprego de termos tais como “subterfúgio” e “aliciados” – parece mais condizente com o estilo dos relatórios e informações do DOI do que com a fala de um militante de esquerda:

recebeu instruções de seu coordenador (LUIZ EDUARDO DA ROCHA MERLINO (“NICOLAU”)) para, mediante subterfúgio, organizar grupos de estudos entre seus colegas de faculdade; que a finalidade desses grupos de estudos era a de reunir vários estudantes para discutirem problemas atuais, tais como história, momento político ligado às atividades estudantis, teatro, cinema, etc; que no desenrolar dessas reuniões é que seriam observados os elementos que possuíam condições para serem aliciados para o Partido; [...] que nenhum dos elementos citados [...] chegaram a ser classificados quanto aos seus níveis políticos, que seria a primeira fase para possibilitar o aliciamento dos mesmos.⁶⁷⁸

Outro relato, de um militante do Molipo, explicava que havia nesse um setor que se ocupava especialmente da aproximação de alguns estudantes, sua integração no quadro do grupo e seu treinamento para as ações armadas. Aqui também as expressões – “agitação”, “descontentes” – evocam as representações dos interrogadores a respeito dos “jovens desestruturados” que integrariam as organizações de esquerda:

que os “COMANDINHOS” do SE [Setor Estudantil] procuram no meio universitário os elementos descontentes e após a abordagem desses elementos, incentivam-nos à agitação e procuram ganhar os elementos para a organização; o “COMANDINHO” prepara ainda os elementos no uso de armas, formas de combates, etc..., este elementos depois de testados em ações de pequeno porte e de acordo com o comportamento em ação, passam a integrar os Comandos de ações financeiras, etc.⁶⁷⁹

⁶⁷⁶ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*, p. 121.

⁶⁷⁷ HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 290.

⁶⁷⁸ *Interrogatório preliminar*. 13/09/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 124, 24052.

⁶⁷⁹ *Interrogatório preliminar*. 15/01/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 155, 32267.

A revista *Veja*, em artigo publicado em julho de 1970, mostrava que essa representação não se limitava ao DOI paulista:

A constatação de que os bandos inimigos tenham sido recrutados em grande parte entre jovens inexperientes, formados ideologicamente em movimentos estudantis severamente reprimidos, foi observada, pelas autoridades, em centenas de depoimentos de subversivos presos.⁶⁸⁰

De acordo com Cecília Coimbra, foram realizadas pelo menos três pesquisas para estabelecer o “perfil psicológico” de militantes políticos. A primeira, realizada com 260 presos políticos no Rio de Janeiro, organizada por solicitação do general Antônio Carlos da Silva Murici, fazia um levantamento do nível de escolaridade e das razões que os levaram à luta armada, concluindo que uma ampla maioria dos entrevistados possuía pelo menos o primeiro ano universitário e que as causas do envolvimento político podiam ser atribuídas a quatro fatores: desajustes, descaso dos pais, politização do meio escolar e proselitismo político de “maus professores”. No início de 1970 a pesquisa ampliava-se ao âmbito nacional, abarcando um universo de 500 presos políticos. O resultado apontava para uma tendência das organizações de esquerda em organizar-se junto ao setor estudantil, particularmente nos grandes centros. A terceira, efetuada apenas no Rio de Janeiro, com 44 presos políticos, interessa menos pelo resultado do que pelos itens nos quais é distribuída: situação familiar, momento de ingresso “na subversão” (em relação ao nível escolar) e forma ou razão por que foram “aliciados”. O estudo conclui pela importância da vida familiar, afirmando que “é no lar que se encontra a melhor trincheira contra os desvios da moral e da conduta social”.⁶⁸¹

Grau de implicação política

Avaliar o quanto o depoente estava implicado com as organizações de esquerda tinha ao menos duas funções: determinar seu potencial em termos de fornecimento de informações; e oferecer subsídios para que seu comprometimento fosse julgado nas fases posteriores do inquérito e do julgamento pela Justiça Militar. Exemplo da primeira função, ou seja, apurar a localização do depoente na hierarquia da organização, encontra-se na seguinte nota adicionada ao depoimento de um militante da AP:

⁶⁸⁰ Autocrítica do terror. *Veja*, 15 jul. 1970, p. 16.

⁶⁸¹ COIMBRA, Cecília Maria B. Algumas práticas “psi” no Brasil do “milagre”, p. 431-434. A citação, reproduzida pela autora, está contida no artigo “Murici: recuperar jovens que se desviaram é a grande tarefa”. *O Globo*, 12 nov. 1971.

OBSERVAÇÃO DO INTERROGATÓRIO:

Que o depoente demonstrou possuir grande militância na AP, onde ingressou em 1967; que pelo depoimento prestado, deve pertencer aos quadros de Comando ou Direção, da citada organização; que chega-se a esta conclusão pela grande movimentação política que empreendeu por grande parte do território nacional [o depoente cita nomes de militantes nos estados de MG, SP, BA, PE e GB] e estar estreitamente ligado à militância ou militantes com postos de direção.⁶⁸²

Dentro da terminologia da época, havia várias categorias de participação política: dirigente, militante, simpatizante e apoio. Nos dois primeiros casos, a implicação era óbvia, e os interrogadores ocupavam-se em obter dados sobre seus cargos e funções, os pontos a cobrir, os endereços dos aparelhos, as ações realizadas, como se deu a iniciação política, as pessoas conhecidas, o significado de documentos apreendidos, a estrutura da organização, as suas fontes de renda, as armas e munições armazenadas, os meios de comunicação e sua linha teórica. A fronteira entre o simpatizante e o “apoio” não é muito clara. O simpatizante poderia vir a militar na organização, apoiava sua linha teórica e efetuava algumas tarefas mais simples. Seria uma espécie de “pré-militante”. O apoio poderia ajudar um militante ou dirigente por compartilhar com os seus ideais, embora tivesse receio de envolver-se mais profundamente. Ou simplesmente executar uma ou outra tarefa pelos laços de família ou amizade que o ligavam ao militante em questão. Os interrogadores do DOI sondavam as motivações, esquadriavam a natureza das relações do depoente com a organização e com os seus militantes, investigavam as intencionalidades de cada ato.

Demarcava-se a esfera de participação dos depoentes. Ao se tratar de um indivíduo pouco conhecido dos agentes de repressão, principalmente se ele já havia sido detido, era necessário ter uma noção de sua importância e envolvimento político. Era comum, portanto, que se formulassem questões a um depoente sobre seus companheiros de militância, como fizeram com um militante do PC do B:

Que confirma as suas declarações anteriores; que o declarante pode afirmar com certeza que NADIR HELÚ (“ÊNIO”), não era militante do PC do B – Ala Vermelha; que o referido elemento possuía idéias de esquerda, e no relacionamento e ligações financeiras que mantinha com o depoente, equivalia a um aliado, dando assim “apôio” a organização subversiva e terrorista.⁶⁸³

⁶⁸² *Interrogatório preliminar*. 30/04/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 137, 28723.

⁶⁸³ *Interrogatório preliminar*. 04/03/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 117, 22807.

Ocorria de uma sessão de interrogatório ser integralmente dedicada a apurar o grau de participação de outro depoente, confirmar a veracidade de suas declarações ou explorar as informações por ele fornecidas. Trata-se do caso de um militante da VPR, inquirido a respeito de uma companheira:

Sôbre DAMARIS OLIVEIRA LUCENA, espôsa de ANTONIO RAIMUNDO LUCENA (“DOUTOR”), o depoente esclarece que a mesma não era militante da organização VAR-Palmares e pouco sabia das atividades de seu marido [...] que não conhece LUIZ (vulgo), elemento citado por DAMARIS; este depoimento foi feito tomando por base o depoimento de DAMARIS.⁶⁸⁴

Dois membros do MRT foram indagados a respeito de uma mesma companheira, demonstrando que os agentes do DOI pouco sabiam sobre sua atuação política. O primeiro explicou “que quanto a última citada [Fanny Askelrud de Seixas], o declarante ignora qual o seu grau de militância na Organização; que só a viu na viagem que empreendeu a GB [Guanabara] dia 6 de janeiro próximo passado, conforme seu depoimento do 21 do corrente”.⁶⁸⁵ Ao questionar o segundo, receberam informação mais completa:

Que o depoente pode afirmar categoricamente que, FANNY AKSELRUD DE SEIXAS (“RUTH” OU “LOURDES”) tinha perfeito conhecimento de que a organização praticava ações armadas, considerando-se as observações que se seguem [...] Que no “aparêlho” os militantes das organizações de esquerda e o MRT que ali se reuniam, se apresentavam armados de revólveres, sendo que, nos sofás, em cima de mesas e estantes eram deixados revólveres, carabinas, pistolas e, às vezes, metralhadoras [...].⁶⁸⁶

Nas ocorrências em que os depoentes não eram de fato ligados a uma organização, mas haviam sido detidos por haver hospedado um militante, havia um esforço em certificar-se se o apoio era político ou pessoal, podendo estender essa investigação a seus familiares e amigos. Assim, uma das sessões de interrogatório de um militante da ALN foi dedicada, em grande parte, ao exame do envolvimento político do colega de faculdade que o havia hospedado:

que suas discussões políticas com “EDE”, eram referentes aos problemas reivindicatórios da Faculdade, afirmando peremptoriamente, que nunca discutiram a respeito de qualquer atividade de grupos revolucionários, e,

⁶⁸⁴ *Interrogatório preliminar*. 21/02/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 150, 31301.

⁶⁸⁵ *Interrogatório preliminar*. 24/05/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 171, 35527.

⁶⁸⁶ *Interrogatório preliminar*. 30/05/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 154, 32060.

nunca fêz qualquer menção a “EDE”, sôbre sua ligação com a ALN; [...] resolveu contar ao EDVALDO CORADETTI, que estava sendo procurado pela repressão, por problemas políticos; que “EDE” nada lhe falou ao saber o que estava lhe ocorrendo, fazendo apenas, um ar de lamento pela sua má sorte sem indagar minúcias a respeito [...].⁶⁸⁷

Quatro dias mais tarde, opera-se um deslocamento, e o objeto de investigação passa a ser a irmã de seu colega:

Que confirma as suas declarações anteriores esclarecendo mais o seguinte: que afirma, peremptôriamente, que a advogada TEREZINHA CORADETTI, não possui ideologia política de esquerda e nada sabia a respeito de suas atividades políticas.

Que não acredita que TEREZINHA CORADETTI tenha fugido por estar implicada em movimentos subversivos-terroristas.

ACAREACÃO: Acareado com EDVALDO CORADETTI (“EDE”), sôbre as possibilidades de TEREZINHA CORADETTI estar envolvida em movimentos subversivo-terrorista, êstes a inocentaram, afirmando o mesmo, do seu completo desconhecimento das atividades de PAULO DE TARSO VANNUCHI.⁶⁸⁸

Esses trechos revelam que, para além do “delito” em si, o que estava em jogo era a maneira pela qual havia sido praticado, suas condições atenuantes – no caso de laços pessoais – ou agravantes – no caso de compartilhamento de convicção política. A namorada de um militante da ALN justificava sua atuação da seguinte maneira:

no que se refere às traduções e trabalhos de datilografia para confecções dos panfletos que foram rodados por ALCIDES, a depoente o fêz tão sômente imbuída pelo sentimento de companheirismo e dever que julga ter em cooperar com seu amásio em tôdas as circunstâncias e condições, e não intencionalmente para prestar relevantes serviços a organização de esquerda, pois que só se preocupava com a construção de seu lar.⁶⁸⁹

Um industrial, por ter hospedado um dirigente da VPR, foi detido por três vezes – a primeira pela Polícia do Exército, a segunda pela Operação Bandeirante e a terceira pelo DOPS, de onde foi encaminhado diretamente para a Oban. Um dos centros das repetidas sessões de interrogatório consistia em averiguar se o depoente estava ou não ciente da condição política de seu ex-hóspede:

⁶⁸⁷ *Interrogatório preliminar*. 06/03/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 165, 34280.

⁶⁸⁸ *Interrogatório preliminar*. 10/03/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 165, 34264.

⁶⁸⁹ *Interrogatório preliminar*. 28/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 165, 34334.

que o depoente até ser ditado [sic] pela primeira vez em março de 1969, ignorava que tanto ISAIAS DO VALE ALMADO (“LUCAS”), como LADISLAS DAWBOR (“JAMIL”) pertencessem a organizações terroristas. Que tendo sido detido por três vezes sempre sôbre o mesmo assunto e como, os dois indivíduos que o implicaram no caso, estão detidos à disposição da Justiça acredita o interrogador que a forma mais prática, de caracterizarmos a responsabilidade do depoente seria através de acareação entre os terroristas e o depoente.⁶⁹⁰

Nota-se claramente que os interrogadores não se limitavam a obter informações úteis para orientar as atividades persecutórias do DOI, localizando militantes políticos e seus aparelhos. O órgão cumpria função semelhante à de uma delegacia de polícia, especializada, no entanto, em assuntos políticos. De certo modo, o caráter político do ato podia ser mais grave do que o delito em si, ou, no mínimo, sua despolitização servia como atenuante, como mostra a justificativa de um assaltante de bancos: “Que reafirma não ter agido com qualquer intenção política. Que apenas agiu por causa de suas dificuldades financeiras”.⁶⁹¹

As interrogações a respeito da intencionalidade de um ato considerado subversivo, normalmente presentes em situações em que o envolvido não era propriamente um militante, mas um simpatizante ou apoio de uma organização de esquerda, podiam ser exaustivas. Um médico foi detido por haver fornecido cianeto de potássio (KCN) a um colega ligado à VPR. Declarou, na primeira sessão de interrogatório, que o cianeto de potássio destinava-se a matar ratos no apartamento do colega que o solicitara. No entanto, em acareação, seu colega afirmou que, ao pedir o veneno, havia explicado que se tratava de um pedido de conhecidos da Dissidência (DI) do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O depoente foi obrigado a confessar sua antiga participação no PCB, que abandonara em maio de 1968, e que estava ciente de que o cianeto de potássio seria entregue ao pessoal da DI. No entanto, ao depor no DOPS, modificou a versão dos fatos relatados, o que lhe custou um retorno à Operação Bandeirante, onde explicou que:

Ao declarar na CE/OB a justificativa do pedido da droga feita por RUBENS HIRSEL BERGEL (“ALDO”) o depoente disse que ALDO havia explicado que a mesma tinha sido pedida por antigos conhecidos da dissidência que isto o depoente declarou aqui na OB sob forte tensão emocional, o que o impedia de raciocinar com clareza; que no DEOPS o depoente já tranquilo e após quinze dias de espera para ser ouvido, e nos quais rememorou os fatos pode afirmar com certeza que “ALDO” lhe havia pedido o KCN para

⁶⁹⁰ *Interrogatório preliminar*. 12/06/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 75, 13532.

⁶⁹¹ *Interrogatório preliminar*. 20/06/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 74, 13290.

amigos, o que foi confirmado por ocasião da tomada de depoimento feito no DEOPS em acareação com “ALDO”; que quando o depoente negou inicialmente a possibilidade de conseguir o KCN já que normalmente não trabalhava com tal substância, lembra que ALDO em um segundo encontro lhe disse para ver se conseguia a substância química com alguém alegando, que seria usado para matar ratos, reafirma portanto o depoente ignorar até saber aqui na OB o destino que seria dado KCN [...].⁶⁹²

O tema aparentemente trazia bastante incômodo aos interrogadores, pela imprecisão acerca do conhecimento ou não do destino do cianeto de potássio. Na sessão seguinte, em meio à transcrição do interrogatório, sem nenhuma marcação gráfica – nem sequer uma mudança de parágrafo –, há uma espécie de intromissão não assinalada do interrogador ou do analista de informações:

Não obstante as declarações de ambos [o médico e o colega para o qual entregou o veneno], é evidente que o depoente conseguiu de forma irregular o KCN para RUBENS HIRSEL BERGEL (“ALDO”), porém não ficou caracterizado se o depoente sabia que aquele material seria entregue a elementos da dissidência do PCB. Necessário seria que se fizesse nova acareação entre ambos para firmar de uma vez a entrega consciente do material, sabendo o destino real.⁶⁹³

O episódio foi objeto de um relatório do interrogador, comparando as diferentes versões dadas pelo depoente nos interrogatórios preliminares ocorridos na Operação Bandeirante, no interrogatório realizado no DOPS e em seu retorno à Oban. A conclusão é longa, mas merece ser transcrita na íntegra por revelar elementos da lógica de seu autor:

PARECER DO INTERROGADOR

A análise dos tópicos acima conduz as seguintes observações:

1. Nas suas declarações prestadas na OB, até a de nº 5 inclusive (16 Jun 70), o depoente declara saber que o KCN, seria entregue por RUBENS HIRSEL BERGEL (“ALDO”) ao pessoal da Dissidência Estudantil.
2. Que inclusive faz essa afirmativa na própria declaração de próprio punho, o que exime qualquer espécie de coação, a que tenha sido por ventura submetido
3. A partir da declaração nº 6 (18 Jun 70), notamos na própria OB, uma desqualificação do depoente, pois êle declara inclusive que “ALDO” ao lhe pedir o KCN não disse para que finalidade o mesmo seria usado e a quem seria entregue;
4. que inclusive explica estas discrepâncias em seu último depoimento na OB, antes de ir para o DEOPS (20 Jun 70), alegando ter feito os seus 5

⁶⁹² *Interrogatório preliminar*. 01/09/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 79, 14354.

⁶⁹³ *Interrogatório preliminar*. 02/09/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 79, 14353.

(cinco) primeiros depoimentos, inclusive o de próprio punho sob tensão emocional.

5. Já no seu depoimento do DEOPS, PEDRO PAULO CHIEFFI declarou que “ALDO” ao pedir-lhe o KCN disse que o mesmo seria entregue a “amigos”; esta expressão é significativa e exigiria do depoente em relação a “ALDO” maiores explicações; ressalte-se também que ele ficou 15 (quinze) dias prêso, até prestar o depoimento, o que lhe foi propício a estruturação de inverdades.

6. Ao retornar do DEOPS, ele evidentemente tentou manter o depoimento naquele órgão prestado.

7. Hoje finalmente, admitiu a possibilidade de “ALDO” ter-se referido à “Dissidência” e não “aos antigos amigos” ao solicitar o KCN.

Conclusão: - Todos êsses fluxos e refluxos, demonstram a sua má fé e o uso de meias-verdades e sofismas, no sentido de se eximir de suas responsabilidades político-subversivas.⁶⁹⁴

Observa-se o grande empenho em apurar o nível de responsabilidade implicado no ato do depoente, uma necessidade de identificar se ele era de fato um “subversivo” ou apenas um “inocente útil”, prestando um favor ao colega. No parecer também se manifesta, curiosamente, certa desconfiança na eficácia de métodos coercitivos. Ao comentar, no segundo item, que o depoente mantivera a versão segundo a qual conhecia o destino que seria dado ao veneno mesmo na declaração de próprio punho – que aparentemente foi feita sem o uso da violência – admitia, implicitamente, que o emprego da coerção poderia ter como resultado o falseamento do depoimento.

Nota-se, igualmente, que a menção velada aos métodos coercitivos utilizados durante os interrogatórios é inserida em um contexto estritamente técnico, relacionado às versões fornecidas pelo depoente, mas está, de forma flagrante, ausente nas considerações de ordem moral tecidas na conclusão. Deduz-se que a declaração de próprio punho servia, para os agentes repressivos, como uma espécie de “confissão” do depoente, um documento no qual este imprimia suas marcas pessoais – letra, assinatura – e que, portanto, deveria representar a sua versão dos fatos. Por fim, a conclusão do interrogador deixa transparecer a maneira pela qual ele encara o depoente: alguém que tem a responder diante de seus atos – que considera ilegais, “subversivos” –, que está ciente disso e que se esquia, através de ardis, demonstrando o seu descompromisso com a verdade. Não se trata, portanto, de um “arrependido” que quer prestar contas das más ações praticadas, mas de um indivíduo que insiste no erro ao ocultar fatos importantes a respeito delas. No ofício de apresentação

⁶⁹⁴ *Relatório do interrogador*. sem data. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 101, 19213.

enviado ao DOPS, consta que: “A chefia da CE/OB julga haver elementos suficientes em suas declarações, para que seja solicitada Prisão Preventiva do mesmo, motivo pelo qual é reencaminhado a êsse Departamento”.⁶⁹⁵

As idéias políticas dos depoentes funcionavam como um agravante moral, comprovando a existência de intenção no crime cometido. Esse aspecto não deve ser menosprezado, pois demonstra que os agentes do DOI trabalhavam com vistas aos desdobramentos que se seguiriam às primeiras declarações, o que incluía a formação do inquérito policial militar e o processo judicial. Nessa última fase, tais preocupações voltavam a nortear os interrogatórios, coincidindo com o caráter de parte das questões formuladas nos interrogatórios preliminares – mas, desta vez, em juízo –, como aponta Marco Aurélio Vannucchi Leme Mattos: “Ao interrogar o acusado, o Conselho de Justiça preocupava-se em saber se houvera dolo no cometimento do crime, o que era aferido através de perguntas que tentavam perscrutar as convicções ideológicas do réu”.⁶⁹⁶

Nos dois trechos seguintes nota-se que há um cuidado em verificar se havia, por parte dos depoentes, plena consciência a respeito de sua atuação política, dentro de um dispositivo de ratificar sua classificação entre os “subversivos” ou “terroristas”, e não entre os “inocentes úteis” ou “manipulados”: “ACAREADO com JOVELINA TONELLO DO NASCIMENTO (sua espôsa): confirmam suas declarações anteriores e que ambos participaram consciente e voluntariamente da organização denominada VPR”.⁶⁹⁷ Dentro da mesma lógica:

Diante da evidência dos fatos [acareação], a declarante admite que realmente era simpatizante da POLOP, isto na sua época de estudante. [...] Que tinha plena consciência do que estava fazendo; que essa sua permissão caracterizou sua atuação como rêde de apoio da POC. Que seu marido a alertou pelo fato de ter permitido fôsse mimeografado tais jornais, o que a levou a encerrar tais atividades.⁶⁹⁸

Habitados à convivência com os militantes de esquerda, os interrogadores permitiam-se, além disso, tirar suas próprias conclusões a respeito da capacitação política de alguns

⁶⁹⁵ *Ofício de apresentação nº 879-OB*. 09/09/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 79, 14368.

⁶⁹⁶ MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Em nome da segurança nacional*, p. 110.

⁶⁹⁷ *Interrogatório preliminar*. 18/05/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 76, 13658.

⁶⁹⁸ *Interrogatório preliminar*. 14/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 144, 30017-30016.

depoentes. Um rapaz, filiado à AP, detido pela Delegacia Seccional de Polícia do ABCD com outros membros da organização e encaminhado ao DOI, declarou:

Que em 1969, primeiro semestre ingressou em uma organização que não sabe bem o nome, mas sabe que trabalhava na distribuição de panfletos entregando-os aos transeuntes a mando do “CHICO”, FRANCISCO DE CARVALHO, não sabendo a que ou a quem estava servindo com êsse procedimento; que entrou na organização para aprender a ler e escrever; que não sabe nada a respeito de política.⁶⁹⁹

Diante de seu pouco traquejo em matérias de política, o interrogador acrescentou o seguinte comentário: “Observa-se que o depoente é o tipo esteriotipado de quem desconheceu por completo o que seja política, sendo inclusive inacessível a doutrinação, revelando um pleno desconhecimento da menor maquinação que porventura o envolva”. Ou seja, sua ignorância política era tal que não podia nem ser vítima de “maquinações”, nem cabendo ser considerado um “inocente útil”. Avaliação similar é feita também a respeito de outro depoente, detido nas mesmas condições:

Obs: Achamos que o declarante não possui o mínimo de conhecimento político-partidário, desconhecendo até o que seja AP (Ação Popular), não declinando sua tradução por ignorância total aparente. Da mesma forma revelou desconhecer quais as atividades de uma organização terrorista. Foi convidado para trabalhar contra a “Ditadura”, termo êste que não sabe o que significa ao certo, julgando se tratar de um govêrno que manda através de um presidente cujo povo pretende derrubar, concluindo, o declarante revelou um baixo nível intelectual e completa ignorância sôbre assuntos políticos e ideologicos.⁷⁰⁰

Em outra situação, um depoente suspeito de ter ligações com o POC foi julgado pouco implicado: “OBSERVAÇÃO DO INTERROGATÓRIO: O depoente não é politizado e parece mais ter sido encaminhado ao POC por ‘ingenuidade’”,⁷⁰¹ apreciação muito diversa da recebida por um intelectual de esquerda, que negava seu envolvimento com a ALN: “OBS: O depoente é um elemento bastante politizado e radicalizado em suas posições de esquerda, não admitindo estar ligado à ALN”.⁷⁰² Temos, conseqüentemente, ao menos três categorias estabelecidas pelos próprios interrogadores: o indivíduo “ignorante” e despolidizado, incapaz

⁶⁹⁹ *Interrogatório preliminar*. 22/12/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 137, 28671.

⁷⁰⁰ *Interrogatório preliminar*. 22/12/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 137, 28674.

⁷⁰¹ *Interrogatório preliminar*. 24/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 139, 28994.

⁷⁰² *Interrogatório preliminar*. 26/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 108, 20632. (Grifado no original.)

de compreender o significado de uma militância política; o “ingênuo”, manipulado por indivíduos mais graduados na organização; e o politizado e “radical”.

Linha teórica, congressos e “rachas”

Desde o início da Operação Bandeirante, um dos tópicos explorados foi a linha teórica da organização, especialmente no que se refere a seus objetivos. Em interrogatório ocorrido em agosto de 1969, pouco mais que um mês depois da criação do órgão, um militante do PSR era inquirido a esse respeito:

Confessa que fez reuniões, em sua casa, do grupo pertencente ao PARTIDO SOCIALISTA REVOLUCIONÁRIO (PSR), nas quais se estabeleciam planos para o recrutamento de novos membros. A finalidade desse Partido era o recrutamento de novos membros. [...] O interrogado, embora reconhecendo que o objetivo do Partido, era a mudança do atual regime, através de uma revolução, não esclarece como seria essa revolução e quais os recursos contados para sua efetivação.⁷⁰³

Esses dados alimentavam o conhecimento acumulado sobre cada organização, permitindo que os agentes do DOI tivessem um entendimento considerável das diferenciações existentes entre elas, fossem no âmbito das táticas, de seus objetivos ou de seus princípios políticos. Compreender o “inimigo” era essencial para combatê-lo de forma adequada, para poder antever seus passos. Nesse sentido, o tenente-coronel Waldyr Coelho, comandante da Coordenação de Execução da Operação Bandeirante, observava em suas conclusões que “As organizações subversivo-terroristas têm efetuado quase que exclusivamente ações urbanas. No entanto, enfatizam a necessidade de guerrilha rural na etapa final para a derrubada do governo, tomada do poder e mudança do regime”.⁷⁰⁴ Por estarem cientes disso, os órgãos repressivos sempre estiveram atentos às tentativas de constituição de áreas de treinamento para posterior deflagração da guerrilha no campo. Fernando Gabeira, referindo-se aos analistas de informações que liam os depoimentos e instruíam os interrogadores, comentou que muitos deles “eram conhecedores profundos da esquerda. Podem te reproduzir uma luta

⁷⁰³ *Interrogatório preliminar*. 22/08/1969. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 56, 9482.

⁷⁰⁴ *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. 10/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15602, fl. 36.

interna com todos os detalhes, dizendo quais eram as posições, os argumentos, acrescentando que uma era mais histórica do que a outra”.⁷⁰⁵

As questões em torno da linha política da organização também contribuíam para dar uma dimensão do quanto o depoente estava a par do que se discutia dentro de sua organização e, portanto, perceber o seu nível político. Um militante da VPR foi assim inquirido a esse respeito, respondendo:

que entende por VAR-Palmares – uma organização cujo objetivo seria a transformação social [e] que propõe a igualdade de oportunidade em todos os níveis (político social e econômico) para elevação de padrão de vida do povo, aumentando o poder aquisitivo do mesmo, [o que] provocaria mais circulação da riqueza criando maior número de empregos e consequente[mente] maior consumo de bens de uso e assim sucessivamente completar-se ia o círculo da evoluciossocial, e que a par desta forma de reprodução de bem de consumo conjugado à distribuição equitativa de lucros alcançado seria o objetivo a que se propõe o depoente, que preconiza a VAR-Palmares a derrubada das estruturas vigentes da forma que esteve ao alcance da mesma que o depoente repudia a violência física.⁷⁰⁶

Por ter afirmado que repudiava a violência, dois dias depois o depoente foi indagado novamente a respeito e acrescentou-se à mão em seu depoimento: “Sabia que a VAR-Palmares visa derrubada do governo através da Luta Armada”.⁷⁰⁷ Constatava-se, desse modo, não se tratar de um “iludido”, mas de um militante convicto de suas opiniões.

Se os agentes do DOI eram capazes de adentrar os meandros das discussões da esquerda, isso acontecia graças à leitura de inúmeros depoimentos de presos políticos. Ao interrogar militantes de organizações as mais diversas, iam compondo um panorama das semelhanças e diferenças, da composição de cada uma delas e do tipo de atividades que desenvolviam. O membro de um grupo engajado de arquitetos respondeu da seguinte maneira às questões sobre os objetivos das reuniões das quais participava:

“ACAREADO com SERGIO FERREIRA SOUZA LIMA o declarante resolveu esclarecer que de fato o grupo do qual fazia parte estava se preparando para a guerra revolucionária, que acredita que inevitavelmente

⁷⁰⁵ Entrevista de Fernando Gabeira. *Pasquim* n. 490, 17 jul. 1978, p. 11.

⁷⁰⁶ *Interrogatório preliminar*. 25/01/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 67, 11579.

⁷⁰⁷ *Interrogatório preliminar*. 25/01/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 67, 11577.

êsse tipo de guerra se propagará no Brasil onde se fará presente numa mudança de govêrno. Que define sua linha política como sendo Marxista.⁷⁰⁸

Já um militante do MRT mostrava que a organização à qual pertencia seguia um esquema muito distinto:

que na verdade os componentes do MRT não obedeciam a nenhuma linha política pois até onde o depoente pode lembrar nenhum trabalho político foi levado a efeito por qualquer dos componentes do grupo; que só via o grupo tratar de roubo não sabendo no que era aplicado o dinheiro.⁷⁰⁹

Questões desse tipo passaram a ser sistematicamente colocadas a partir do primeiro perguntório, surgido em meados de 1971, no qual se indagava a respeito dos objetivos da organização no curto, médio e longo prazos, da linha política dela, de como a organização se posicionava em relação à Frente e quais as diferenças de sua linha política com a das outras, das crises e dissidências ocorridas na organização, detalhando motivos, participantes e soluções adotadas. Pedia-se ainda a descrição minuciosa de reuniões e congressos, incluindo local, indivíduos presentes, discussões travadas e dissidências por ventura ocorridas.⁷¹⁰ A preocupação com a Frente tinha sua razão de ser. A idéia de reunir as organizações de esquerda dentro de uma plataforma comum de ação surgiu em 1969, mas foi adiada com a morte do dirigente da ALN, Carlos Marighella, em 4 de novembro de 1969. No decorrer de 1970, ALN e VPR aliaram-se para atuar de forma conjunta em algumas ações de guerrilha urbana, sem, no entanto, unirem-se de fato. À Frente juntaram-se o MRT e a REDE, tendo a segunda organização se incorporado à ALN em junho de 1970.⁷¹¹ Ainda que não tenha de fato conquistado a fusão das organizações, a Frente significava para o DOI a possibilidade de ter diante de si um inimigo mais coeso e potente, pela reunião dos esforços da esquerda.

A introdução do perguntório acompanhou uma tendência geral do DOI de formular mais sistematicamente questões voltadas para objetos políticos, numa disposição em compreender melhor o universo das organizações de esquerda, a partir daquilo que as caracterizava. A engrenagem de extração de informações moldava-se, cada vez mais, à lógica de seus adversários. Com isso, tinham a oportunidade de conhecer – e eventualmente de

⁷⁰⁸ *Interrogatório preliminar*. 02/12/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 168, 34894.

⁷⁰⁹ *Interrogatório preliminar*. 01/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 146, 30503.

⁷¹⁰ *Perguntório*. 17/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 175, 36167-36162.

⁷¹¹ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 215.

explorar – os pontos mais sensíveis de discordância entre as organizações, como a opção pela luta armada. Respondendo a um perguntório, um militante do POC deu uma verdadeira aula sobre as organizações de esquerda:

Respondeu que para se compreender as diferenças entre as linhas políticas das organizações de esquerda é preciso levar em conta seus programas, suas táticas e suas estratégias. O programa do POC é de caráter socialista; o da AP é de caráter Burguês (revolução Nacional Popular); da ALN é de caráter burguês (Libertação Nacional) e, do PRT e VAR-Palmares, socialista; do PCB, socialista; e o do PC do B burguês (Revolução Popular). Alguns outros são um mixto, como o do PCB. Estratégicamente o POC previa a insurreição urbana e guerrilha rural para se chegar ao poder. A AP e o PC do B tem como estratégia a luta do povo, camponeses principalmente, que formará o Exército do Povo, semelhante à China. A VAR-Palmares e o PRT advogavam a guerrilha rural, negando a possibilidade de insurreição urbana (operária). O PCB tem uma concepção de minar o poder burguês com uma política de pressão sindical, não se desfazendo de uma perspectiva de golpe para a tomada do poder. A ALN advogava a guerrilha urbana e rural, com uma tática terrorista.⁷¹²

Tema controverso, a adesão à guerrilha urbana provocava críticas severas de algumas organizações, informação extremamente útil ao DOI por seu componente desagregador. Não parece improvável que algumas informações possam ter sido demandadas justamente para que os interrogadores pudessem instrumentalizar as divergências teóricas entre as organizações e seus militantes. No trecho abaixo, por exemplo, um membro da APML parece ter respondido a uma provocação:

Que a A.P.M.L. nunca participou e jamais cogitou de realizar sequestros de diplomatas ou de qualquer cidadão não vinculado aos corpos diplomáticos; que no momento a A.P.M.L. critica e condena tais “ações” sendo que já foram publicados 2 artigos no jornal “Libertação”, que é órgão oficial da organização, esclarecendo definitivamente a posição da A.P.M.L. No caso em questão; que a organização condena tais ações pelos seguintes motivos:

- a) o povo não está politizado para entender tais ações;
- b) que as ações foram realizadas completamente desligadas das reivindicações do povo;
- c) que as ações de sequestro, ao invés de aproximar o povo dos partidos e organizações, afasta-o ainda mais dos citados órgãos.⁷¹³

De modo semelhante, militantes do PORT, em perguntório, respondiam que “Os terroristas nada tem em comum. O POR(T) luta pelas vias legais e sem armas”,⁷¹⁴ ou

⁷¹² Perguntório. 16/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 176, 36296.

⁷¹³ Interrogatório preliminar. 26/12/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 157, 32606.

⁷¹⁴ Perguntório. 23/04/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 142, 29580.

esclareciam que “o POR(T) sempre foi contra as ações armadas, achando que essas ações não constroem nada, servindo apenas para intensificar o aparelho repressivo. Por isso, dedicou-se sempre a analisar o absurdo dos atos terroristas, saindo sempre a repudiar tais atos”.⁷¹⁵

Havia também as mudanças de percurso, que os interrogadores procuravam acompanhar. A AP, organização que privilegiava o trabalho de massas, em dado momento aproximou-se do PC do B, que defendia a deflagração de uma guerrilha rural como meio de derrubar o governo. De um militante da AP, os interrogadores retiraram a seguinte explicação:

que a AP inicialmente aceitava a luta armada como fase final do processo revolucionário mas a partir de 1969, quando ela se aproximou do PC do B começou a aceitar a luta armada em uma fase menos longínqua; que na fusão da AP com o PC do B, caberia a êste a liderança da união das organizações.⁷¹⁶

Via de regra, porém, mesmo que os agentes já conhecessem bem a linha teórica e os objetivos da organização e que não tivesse havido alterações significativas, essas questões eram sempre recolocadas. Uma militante da ALN, ainda em dezembro de 1971, tinha de explicar qual era o intento da organização na qual militava: “que nas doutrinações recebidas na ALN, a primordial finalidade daquela organização era a da ‘ação’ propriamente dita e a da ‘libertação nacional’ do imperialismo de qualquer espécie principalmente do norte-americano”.⁷¹⁷ Para além dos conhecimentos sobre a organização, importava saber o que cada depoente sabia a respeito e que convicções políticas possuía individualmente.

Convicção ideológica

Em sua mensagem de ano novo à nação, o general Emilio Garrastazu Médici, então presidente da República, fez o seguinte chamamento: “A todos os homens de bem que se frustraram ou se enganaram, aos que procuram na contestação e na violência encontrar o caminho que não é nosso, apelo façam hoje o seu exame de consciência”.⁷¹⁸ Poucos meses

⁷¹⁵ *Perguntório*. 23/04/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 142, 29595.

⁷¹⁶ *Interrogatório preliminar*. 30/12/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 155, 32237.

⁷¹⁷ *Interrogatório preliminar*. 01/12/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 154, 31994.

⁷¹⁸ Autocrítica do terror. *Veja*, 15 jul. 1970, p. 16.

depois, no dia 2 de julho de 1970 – dia seguinte ao aniversário de um ano da Operação Bandeirante –, um ex-militante da VPR, preso no dia 16 de abril, havia feito um pronunciamento de uma hora no horário nobre da televisão declarando-se arrependido por sua militância política. Bastante torturado na Polícia do Exército do Rio de Janeiro, o “arrependido” era o sexto em menos de um mês a contribuir com a estratégia do governo militar de desacreditar a luta armada. Alfredo Syrkis, ex-militante da VPR, comenta os efeitos da propaganda governista: “Aquilo era uma diabólica arma de guerra psicológica, pois, tinha um poder desmoralizante intenso, além de dar verossimilhança às mentiras veiculadas a nosso respeito”.⁷¹⁹

Os agentes do DOI procuravam recrutar novos “arrependidos” entre os depoentes. A ocasião apresentou-se quando um militante da ALN, baleado em um assalto do qual participava, dirigiu-se a um hospital e, posteriormente, afirmou suspeitar que fora ferido pelos seus próprios companheiros. No ofício de apresentação encaminhado ao DOPS, os agentes do DOI mencionam sua disposição em declarar publicamente o seu arrependimento:

c – “JUSTO”, em suas declarações, mostra-se arrependido dos atos praticados anteriormente; julga ter sido baleado propositadamente por seus próprios companheiros, durante o referido assalto. Declara estar disposto, através os meios de divulgação, confessar seus arrependimento e aconselhar os operários a se afastarem das organizações subversivo-terroristas;

d- já foram feitos entendimentos entre o II Exército e a Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, a fim de que este último órgão coordene as entrevistas de “JUSTO” [...].⁷²⁰

O mesmo se deu com seu cunhado, pouco tempo depois:

se apresentou voluntariamente ao QG da 4ª Zona Aérea, sendo, em seguida, conduzido à OB. [...] a – pertencia à ALN (Ação Libertadora Nacional); [...]

em suas declarações, mostra-se arrependido de ter se ligado a uma organização subversivo-terrorista. Declara estar disposto, através os meios de divulgação, confessar seu arrependimento e aconselhar os operários a se afastarem das organizações subversivo-terroristas.⁷²¹

Selecionar os “presos recuperáveis” e evitar que o convívio com os “insensíveis à recuperação” impedisse o processo de “regeneração” parece ter sido uma preocupação constante dos órgãos repressivos. Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos, em sua

⁷¹⁹ SYRKIS, Alfredo. *Os carbonários*, p. 209-210.

⁷²⁰ *Ofício de apresentação nº 772-OB*. 04/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 107, 20226.

⁷²¹ *Ofício de apresentação nº 884-OB*. 10/09/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 95, 18111.

dissertação sobre os processos da Justiça Militar movidos contra militantes da ALN em São Paulo, ressalta o papel atribuído pelos juízes ao arrependimento dos réus, assim como a sua intenção de readequar-se ao convívio social:

Proponho que a discussão sobre a adequação dos réus a determinadas normas sociais constituiu-se um dos aspectos mais relevantes dos processos aqui estudados. Como será apontado, estava presente nas argumentações dos procuradores, advogados e dos próprios réus. E, principalmente, era o critério central considerado pelos juízes nos julgamentos. Assim, ao invés de se deterem somente nos crimes imputados aos denunciados, os processos giravam em torno de suas opiniões, trajetórias e comportamentos. Importava comprovar e verificar o arrependimento dos réus em se ligarem à luta armada e sua disposição em “construir uma nova vida”, longe das lides políticas e restrita à família, ao trabalho e aos estudos.⁷²²

No mesmo sentido aponta um documento do II Exército, difundido em maio de 1975 junto à comunidade de informações, ao alertar que:

1. Nos presídios há um esquema montado pelos presos insensíveis à recuperação social, no sentido de impedir ou dificultar a ação das autoridades empenhadas em possibilitar meios de auto-recuperação aos que se mostram dispostos a se reintegrar na sociedade, após sua liberdade.

2. Nesse processo coercitivo, os desejosos de recuperação são constantemente assediados com proselitismo ou isolados por aqueles que são reconhecidamente interessados na manutenção do “status” subversivo no País. Um elemento recuperado significa um militante a menos para os quadros subversivos.

[...] os Órgãos de Segurança e de Informações têm procurado não só manter a Segurança Interna, mas também participar do trabalho de recuperação de subversivos, passíveis de tal.⁷²³

Nos interrogatórios preliminares o tema da convicção ideológica aparece com frequência; não ideológica no sentido marxista do termo, ou seja, denotando idéias falsamente tomadas como universais, porém determinadas pela dominação de uma classe sobre outra. Mas no sentido generalizado pela linguagem sociológica e política prática, designando, nas palavras de Mario Stoppino, “um conjunto de crenças políticas: um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos

⁷²² MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Em nome da segurança nacional*, p. 50-51.

⁷²³ *Informação nº 1001/75-LS*. 23/05/1975. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 205, 41088-41087. Efetivamente o cotidiano dos presos políticos nos presídios em que havia uma concentração considerável de opositores ao regime militar era organizado em torno de uma série de atividades tais como cursos de formação teórica, reuniões, redação de denúncias contra as torturas e os maus-tratos sofridos e discussões políticas. Sobre o tema, ver FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (Org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*.

políticos coletivos”.⁷²⁴ A questão parece estar intimamente ligada a dois fatores. O primeiro diz respeito à possibilidade de recidiva dos “subversivos”. Inquirido a respeito de como agiu depois de sair da prisão, um militante da ALN respondeu:

Que esteve preso durante 11 meses e que atualmente se encontra respondendo um processo na 2ª Auditoria Militar como indiciado; que sua participação no processo da ALN ficou devidamente esclarecida e que motivou o relaxamento de sua prisão preventiva [...] que após ter sido posto em liberdade não teve qualquer contato com pessoas envolvidas em movimento esquerdistas. Que acredita ter aprendido sua lição e não mais se envolveu em qualquer tipo de movimento de natureza política.⁷²⁵

Perguntas nessa mesma linha, mas com algumas variações, foram feitas a um militante da Ala Vermelha do PC do B:

Perguntado pelo interrogando [sic] “qual seria[m] as suas pretensões se não fôra a sua prisão”, respondeu “que continuaria na mesma trajetória política ideológica, fazendo ou tentando fazer ver aos operários de todos os setores a força de que as mesmas dispunham, para fazer valer os seus direitos para melhores dias”. Inquirido qual será o caminho a seguir após o cumprimento de seu castigo legal respondeu que pretende reintegrar-se no seio da sociedade após a realização de sua meta social, ou melhor, terminar o seu curso superior, após isso ensinar aqueles que necessitam de cultura.⁷²⁶

Saber o que os depoentes fariam uma vez em liberdade significava ter instrumentos para manter a vigilância sobre aqueles que pretendiam seguir desenvolvendo suas atividades políticas contestatórias. Estavam em causa tanto a manutenção das idéias de esquerda quanto o projeto de aplicá-las na prática. Um militante do POC, questionado a respeito de ambos, respondeu: “O depoente reafirma suas idéias políticas e se for solto, continuará como simpatizante, não mais como militante, porém acredita e considera o comunismo, como a solução ideal para os problemas brasileiros”.⁷²⁷ Já outra depoente, membro da mesma organização, replicou: “Afirma que, após ser posta em liberdade, voltará à luta, pois, só

⁷²⁴ STOPPINO, Mario. *Verbetes Ideologia* In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 5. ed., Brasília, DF: Edunb, 1993, p. 585.

⁷²⁵ *Interrogatório preliminar*. 07/01/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 88, 16516.

⁷²⁶ *Interrogatório preliminar*. 26/03/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 163, 33879.

⁷²⁷ *Interrogatório preliminar*. 15/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 175, 36138.

haverá maiores progressos num Brasil socialista, portanto, não abandonará a causa, como também a luta”.⁷²⁸

O segundo fator para explicar a recorrência do tema da convicção ideológica concerne ao papel desempenhado pelo DOI no sentido de não apenas impedir pela força que os depoentes traduzissem suas idéias “subversivas” na prática, militando nas organizações de esquerda, mas que continuassem possuindo-as após sua detenção. De algum modo, testavam, nesse momento, a eficácia do papel “regenerador” do órgão repressivo, ou seja, o efeito produzido pelo castigo infligido aos interrogados. Assim, a uma militante da AP os interrogadores perguntaram se havia se arrependido do que fizera:

Que reconhece ter mentido em seus primeiros depoimentos. Que, posteriormente confessou tãda a verdade, esclarecendo amplamente tãda a sua participação no movimento subversivo, como integrante da A.P. (AÇÃO POPULAR) [...]

Perguntado a interrogada se estava arrependida de ter entrado na subversão, informa que não.⁷²⁹

A mesma questão foi colocada a um médico que havia tratado de um militante do PRT ferido à bala:

Que nunca aceitou, nem aceita o estilo ou a atuação dos Partidos terroristas. Que ao fazer o atendimento ao citado elemento, na sua consciência, atenuou o fato, pois ALTINO RODRIGUES DANTAS JÚNIOR (“RENATO” OU “DANIEL”) lhe disse que o paciente tinha vida legal. Que está profundamente arrependido de não ter entregue o fato às autoridades.

Que só agora, após fazer uma auto-crítica, percebeu que o caso foi para seu consultório, devido ter sido integrante dos Movimentos Estudantis, e que êstes partidos querem comprometer o indivíduo para aliciá-lo e para futuramente torná-lo militante.⁷³⁰

Nesse caso, o médico arrependido parece retornar o discurso dos interrogadores, aceitando fazer uma “autocrítica” de sua atitude e explicando como correu o risco, ao ter ajudado um “terrorista”, de ser “comprometido” e posteriormente “aliciado” pela organização. Fala próxima à de um militante do PCB, que afirmava não ser “politizado”:

alega que nada mais tem a informar, pois tudo o que sabia já teve oportunidade de esclarecer. Deseja apenas ressaltar que, nunca foi um

⁷²⁸ *Interrogatório preliminar*. 07/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 169, 34984.

⁷²⁹ *Interrogatório preliminar*. 12/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 76, 13801.

⁷³⁰ *Interrogatório preliminar*. 23/06/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 103, 19838.

militante politizado. Tornou-se membro do PCB através de seu processo de envolvimento e comprometimento com militantes desse partido, com os quais manteve sucessivos contatos. Uma vez envolvido, não teve mais condições de recuo, embora fôsse sua intenção afastar-se e desligar-se de qualquer elemento ou organização de esquerda.⁷³¹

É interessante observar que o adjetivo “politizado”, neutro em sua acepção, nesse contexto assume uma conotação de esquerda. Para os interrogadores, a expressão está sempre associada aos militantes que possuem convicção de suas idéias políticas. Portanto, ser “politizado” não significava ser “capaz de compreender a importância do pensamento e da ação política” ou possuir “consciência dos deveres e direitos dos cidadãos”,⁷³² mas ter uma visão de que a sociedade deveria organizar-se de forma distinta daquela professada pelo regime militar.

Em alguns depoimentos percebe-se que parte das indagações voltava-se para a possibilidade de mudança da visão do mundo em função da passagem pelo DOI. Expressões tais como “continua sendo”, “reafirma”, “não apagadas”, “não abdicam” refletem a contestação a uma proposição previamente formulada. Nesse sentido, um militante da OCML-PO afirmou:

que, apesar de se encontrar um tanto “desmoralizado” pela sua prisão, considerando que sua opinião é nula, pois continua sendo um socialista por convicção. Que, a diferença de classes no Brasil, é algo de incrível e somente o socialismo bem dosado, poderá num futuro breve equilibrar essa diferença existente de uma classe à outra.⁷³³

Resposta semelhante deu um militante do POC:

Confirma as suas declarações anteriores, reafirmando que suas idéias esquerdistas não podem ser apagadas, porquanto, continuará sua luta contra o atual regime político brasileiro, julgando se necessário, basicamente, a mudança da política econômica e que para isso se concretize, implica numa conscientização da massa (estudantil e operária) e, por fim, numa Luta Armada a fim de que o poder seja derrubado e conseqüentemente implantado o regime de igualdade entre as classes sociais, ou melhor, o socialismo.⁷³⁴

⁷³¹ *Interrogatório preliminar*. 19/02/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 160, 33372.

⁷³² HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*, p. 2253.

⁷³³ *Interrogatório preliminar*. 23/09/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 188, 38331.

⁷³⁴ *Interrogatório preliminar*. 07/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 169, 35047.

No trecho abaixo, transcrição do interrogatório de uma militante do PC do B, sucedem-se questões sobre a implicação política voluntária, os objetivos de seu partido e a permanência da convicção política da depoente:

A declarante tinha consciência de que militava numa organização subversiva, aqui denominada Partido Comunista do Brasil, na posição de militante de base, atuando numa célula estudantil, como foi dito; que tinha pleno conhecimento dos objetivos finais, do PC do B, no Brasil, quais sejam: conscientização das massas operária, camponesa e pequena burguesia, para a deflagração de uma guerra popular, numa primeira etapa, e depois a implantação do socialismo e, por fim, implantação do comunismo, ou seja, uma sociedade sem classes; que a declarante não tem notícia de nenhum país cujo regime político já tenha atingido a fase do Comunismo, da forma que pensa a declarante, ou seja: sociedade sem classes; que a declarante não abdica de suas idéias de esquerda, acreditando nelas e em suas realizações, no futuro.⁷³⁵

Outras vezes, são os próprios interrogadores que concluem – a partir da fala dos depoentes – a impossibilidade de modificar as idéias de alguns deles, como nesse comentário acrescido ao depoimento de um simpatizante da ALN: “OBSERVAÇÃO: Trata-se de elemento culto, consciente de suas idéias, altamente politizado e acredita que ninguém mudará seu apêgo ao Socialismo”.⁷³⁶ Ou nesta anotação sobre uma militante da mesma organização: “Obs: A depoente permanece com idéias esquerdistas, tendo o seu pensamento sempre voltado para a economia brasileira. A seu vêr numa análise geral, o desenvolvimento da Nação não está beneficiando o povo em geral”.⁷³⁷

Por fim, ocorria dos interrogadores indagarem a respeito da avaliação dos depoentes sobre a situação nacional como se, mais do que a destruição das organizações de esquerda, o objetivo do órgão fosse modificar a avaliação política dos interrogados. Diante da questão, um militante do setor de imprensa da ALN respondeu:

O declarante ratifica suas declarações anteriores e inquirido quanto à sua posição frente à situação nacional informou que acredita que a única solução, para a tomada do poder no Brasil, seja a luta armada, em razão da

⁷³⁵ *Interrogatório preliminar*. 12/05/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 144, 20126.

⁷³⁶ *Interrogatório preliminar*. 15/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 122, 23711.

⁷³⁷ *Interrogatório preliminar*. 07/02/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 152, 31694.

maneira rígida de como o governo vem agindo, ou seja, supressão das greves, movimentos estudantis e operários, etc.⁷³⁸

Do mesmo modo, uma sessão inteira de interrogatório foi dedicada às convicções de um militante do POC. Inicia-se com indagações sobre uma possível alteração das crenças ideológicas do depoente, passa pela discussão do que deveria ser modificado no país e conclui com uma contra-argumentação, enumerando as obras do governo militar:

Confirma suas declarações anteriores, declarações essas que constituem a súmula do seu histórico no POC; fê-las de livre e espontânea vontade, uma vêz que, praticamente todos os membros do POC estavam prêsos, todavia, suas idéias marxistas, por enquanto, são as mesmas. É provável que se demova delas, mas, enquanto isto não ocorrer, continuará sua luta, implacavelmente, contra o atual regime político brasileiro, até que seja implantado o socialismo.

Perguntado ao depoente qual o ponto falho que existe na política econômica do Brasil e o que fêz no sentido de oferecer alguma sugestão a essa falha, respondeu que pouco ou quase nada entende de Economia, porquanto, embora sinta a falha, não sabe apontá-la e, por isso mesmo, o que fêz no sentido de saná-las, foi filiar-se ao POC para conscientizar a massa estudantil/operária, preparando-a para, numa fase final, pegarem em armas e lutar contra a ditadura.

Perguntado o que sabe à respeito dos últimos empreendimentos governamentais, com relação à Amazonia, através da SUDAM e, no Nordeste, através da SUDENE, respondeu que não tem muito interesse em atos levados a efeito pela ditadura brasileira, porquanto, nada sabe à respeito do objeto da pergunta.⁷³⁹

Como se vê, os interrogadores eram mais do que “instrumentos” de um órgão repressivo que, por sua vez, não se limitava a seguir cegamente as diretrizes do governo que o criara – as disputas dos órgãos repressivos com o governo do general Ernesto Geisel bem o demonstram.⁷⁴⁰ Alguns dos interrogatórios citados apontam para perguntas de ordem

⁷³⁸ *Interrogatório preliminar*. 13/02/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 153, 31890.

⁷³⁹ *Interrogatório preliminar*. 07/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 175, 36172.

⁷⁴⁰ Gildásio Westin Cosenza descreve a seguinte situação, presenciada na sede do DOI: “No dia em que o Geisel liberou os contratos de risco de petróleo... Tava o Ramiro, tava o Japonês, os dois sempre torturavam juntos. E eles diziam: ‘Eu quero pegar esse Geisel e esse Golbery aqui. O que fiz com você é fichinha’. O nível deles era esse. Extrema direita. Absolutamente contra a abertura”. Depoimento de Gildásio Westin Cosenza publicado em COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar*, p. 113. O ex-presidente da juventude do MDB em São Paulo, Valdir José Quadros, preso pelo DOI em outubro de 1975, afirmou que “quando foi preso, nos três primeiros dias, os torturadores diziam que o MDB jamais chegaria ao poder e que o presidente da República seria deposto caso insistisse em seus projetos de distensão política”. Artigo de jornal não identificado, presente no dossiê Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9. 12/05/1976. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 203, 40732.

ideológica que fogem à estrita coleta de informações e que se aventuram pelos meandros da discussão política.

4 A produção do depoimento

A subversão e o terrorismo formam um grande mosaico onde seus componentes constituem-se de grupos interligados e interdependentes. O êxito das medidas preventivas de repressão reside no perfeito conhecimento do organograma das organizações subversivo-terroristas, na análise correta das declarações, na perfeita interpretação de dados e no cotejo dos depoimentos, uma vez que os dados se completam formando o grande quadro da subversão.

Baseado neste quadro estar-se-á mais bem capacitado para a desarticulação de grupos, e, algumas vezes, da própria organização subversivo-terrorista, como um todo.⁷⁴¹

O processamento das informações extraídas nos interrogatórios preliminares era peça fundamental na engrenagem repressiva, como atesta esse fragmento da aula do comandante da Comissão de Execução da Operação Bandeirante, o tenente-coronel Waldyr Coelho. Os depoimentos eram “analisados”, “interpretados”, “cotejados” com o propósito de formar um quadro geral da atuação dos diversos grupos de esquerda no país. Dentro da engrenagem repressiva, o DOI tinha por função não apenas colher dados sobre o funcionamento e o *modus operandi* dessas organizações, mas decantar os depoimentos de todas as possíveis inverdades ou meias-verdades, detectar as omissões, esclarecer os pontos contraditórios, além de completar os dados com detalhes obtidos no interrogatório de outros presos políticos.

O conjunto de declarações de um indivíduo apenas adquiria um sentido mais amplo quando relacionado aos depoimentos de outros militantes da mesma organização, interrogados em período próximo. É por essa razão que, amiúde, no ofício de apresentação encaminhado ao DOPS, acompanhando a transcrição dos interrogatórios, o depoente era relacionado com os nomes daqueles cujos depoimentos ajudavam a recompor sua trajetória. Outras vezes, o ofício de apresentação referia-se a um grupo de pessoas cuja atuação estava interligada.

Ao que tudo indica, os agentes do DOI apenas permitiam que o preso político fosse dirigido ao DOPS quando estivessem de algum modo satisfeitos com o resultado obtido nos sucessivos depoimentos recolhidos. Enquanto subsistisse uma contradição importante ou uma omissão pressentida pelos interrogadores ou analistas de informações, o preso continuava detido na rua Tutóia. Presume-se, igualmente, que, via de regra, uma vez obtida determinada

⁷⁴¹ *As informações no II Exército e a Operação Bandeirante*. 29/06/1970 (data de arquivamento pelo DOPS). Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 73, 13139, fl. 8.

confissão, esta era mantida no depoimento oficial do DOPS. Isso se dava porque, se certa informação havia sido “arrancada”, passava a ser do conhecimento dos agentes do DOI – ou, de modo mais genérico, da “repressão”, como os militantes se referiam ao aparelho repressivo como um todo –, e encobri-la depois de tê-la revelado já não fazia sentido. Como já foi visto, nos casos em que se ocultaram no depoimento oficial do DOPS informações consideradas importantes, presentes no interrogatório preliminar, o detido era novamente encaminhado ao DOI. Nesse processo de produção do depoimento três fatores destacam-se e são o tema deste capítulo: o fator tempo, os métodos utilizados e o processamento de informações.

4.1 Tempo

De acordo com o relato do coronel Carlos Brilhante Ustra, as primeiras horas de um interrogatório eram extremamente importantes, pois se estava empreendendo “uma corrida contra o tempo e o desconhecido. A rapidez era vital para se descobrir e neutralizar ações onde mortes e grandes danos materiais poderiam ocorrer”.⁷⁴² A asserção é formulada de modo a servir de autojustificativa. A existência de um sistema repressivo forte e ágil explicava-se pelo perigo iminente de ações promovidas pelas organizações de esquerda, com um provável saldo de perdas materiais e mortes. A utilização de métodos que produzissem resultados em um breve período era a consequência lógica do tipo de ameaça oferecida pelo inimigo.

O ex-comandante do DOI nunca assumiu publicamente o emprego sistemático da tortura nos interrogatórios que se faziam sob suas ordens. Ao contrário, queixa-se indignado dos “militantes que estiveram presos no DOI e que foram preparados ideologicamente para mentir pela causa, fazendo declarações e afirmando que testemunharam cenas bárbaras”.⁷⁴³ Contudo deixou clara sua posição ante o que considera uma situação excepcional: “para combater o terrorismo, leis especiais”.⁷⁴⁴

Adyr Fiúza de Castro, ex-chefe do CODI carioca, ao admitir o emprego da violência nos interrogatórios, fundamenta a prática em função do fator tempo:

O interrogatório é a coisa mais crucial que existe. A mais difícil. Porque é preciso tirar informações de um camarada que não quer dizer. A verdade é

⁷⁴² USTRA, Carlos Brilhante. *Rompendo o silêncio*, p. 71.

⁷⁴³ USTRA, Carlos Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 301.

⁷⁴⁴ USTRA, Carlos Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 316.

essa. E essas informações são vitais, sem elas o serviço não pode ir adiante. Quando se tem tempo, há os métodos psicológicos, sala escura, essas coisas todas, que funcionam. Mas quando não se tem, ou se desiste do interrogatório, ou se aplicam métodos violentos.⁷⁴⁵

A julgar por essas falas, as primeiras horas de um interrogatório seriam decisivas para o trabalho dos órgãos repressivos, ao passo que, findas as primeiras 24 ou 48 horas, o prisioneiro deixaria de ter uma importância estratégica, para ocupar um lugar marginal. A leitura dos depoimentos, no entanto, conduz a levantar certa suspeição sobre esse argumento. Primeiro porque havia uma série de razões para que nem sempre se conseguissem as tão desejadas informações logo após a captura; depois pelo fato de os interrogatórios seguirem por dias, semanas, às vezes meses, o que não teria sentido caso a urgência fosse o único elemento válido no processo de extração de informações.

O fator tempo não se resumia, portanto, à pressa das primeiras horas, mas fazia-se presente de várias maneiras, pontuando o cotidiano de interrogadores e interrogados. A duração das sessões – diligentemente anotadas nas transcrições dos depoimentos –, a sucessão quase ininterrupta dos turnos de trabalho dos interrogadores, o ritmo contínuo dos interrogatórios, as lâmpadas acesas noite adentro nas celas⁷⁴⁶ criavam uma atmosfera de um tempo sem descanso, descrita por Roberto Salinas: “E eu atônito, catatônico, arremessado de repente em meio ao inferno, transferido de súbito para esta dimensão nova onde tudo se passa velozmente, embora dure uma eternidade e embora se propague pela eternidade afora”.⁷⁴⁷ O tempo, no DOI, revestia-se desse caráter aparentemente paradoxal, em que a urgência e a eternidade complementam-se ao invés de contradizerem-se.

Choque inicial

“O medo é realmente muito favorável ao interrogatório quando este é feito logo que o camarada ‘caiu’.”⁷⁴⁸ A frase do general Adyr Fiúza de Castro indica que havia um cuidado especial nos primeiros interrogatórios, a fim de aproveitar a comoção provocada pela captura.

⁷⁴⁵ Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, publicado em D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 66-67.

⁷⁴⁶ FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Retrato calado*, p. 25.

⁷⁴⁷ FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Retrato calado*, p. 10.

⁷⁴⁸ Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, publicado em D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 62.

As condições em que esta se dava contribuíam para criar um clima de terror, descrito em alguns depoimentos, como o de um funcionário público, aparentemente preso por engano: “Quanto de sua prisão, ficou ligeiramente apavorado com a abordagem que sofreu, pensando tratar-se de vigaristas e não sabendo quais as reais intenções dos referidos agentes da repressão”.⁷⁴⁹ Neste outro trecho de depoimento, um membro do MR-8 relata que, pelo modo como foi abordado, pensou tratar-se de uma ação de um órgão paramilitar:

foi detido por elementos estranhos que não identificou como sendo dos órgãos de repressão, tendo de imediato seus olhos vendados e conduzido para um local incerto e não sabido. Julgava no momento estar sendo sequestrado por elementos do CCC (Comando de Caça aos Comunistas); que após chegar a esse local foi sumariamente interrogado e posteriormente liberado, sendo-lhe, entretanto, exigido, que comparecesse a um local pré-fixado para entregar um relatório de suas atividades políticas desde sua inicial militância na política subversiva até a presente data, o que não ocorreu por ter se apresentado antes da data marcada – 25 Fev 74 – neste DOI. [...]

Ao chegar neste Órgão, após os primeiros contatos, verificou que sua detenção a 19 Fev 74 tinha sido por elementos desta organização e que fora, após várias voltas de carro, conduzido para as dependências do DOI; o seu reconhecimento foi feito por se lembrar que nesta segunda vez fora interrogado por um dos elementos que o interrogara naquele dia.⁷⁵⁰

Em depoimento prestado na Auditoria, uma militante do PC do B declarou que, no momento de sua prisão, pensou estar sendo vítima de um seqüestro por parte de criminosos comuns:

que sua prisão foi um absurdo porque saiu com seu marido para comprar remédio, pois ele estava muito doente e ainda está, e naquele dia ele estava pior ainda; que aí nós fomos presos, o que é um absurdo e ele pensou que até se tratasse de um assalto por marginais e só mais tarde ficou sabendo que se tratava de autoridades do II Exército ou da OBAN.⁷⁵¹

A abordagem por aparentes “vigaristas”, “criminosos comuns” ou membros de organizações paramilitares conflui no uso da violência, na arbitrariedade e no caráter pouco oficial da detenção. Há, além disso, convergência no que pesa à surpresa de ser preso durante uma atividade corriqueira – ir ao trabalho, comprar remédios – por agentes que não traziam em si nenhum distintivo que possibilitasse sua identificação como representantes do Estado.

⁷⁴⁹ *Interrogatório preliminar*. 01/11/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 83, 15343.

⁷⁵⁰ *Interrogatório preliminar*. 27/02/1974. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 192, 39082.

⁷⁵¹ Projeto Brasil: Nunca Mais, Tomo V, v. 3, As torturas, p. 57.

Pode-se aventar que o efeito provocado, de surpresa, de susto, de incompreensão inicial, não fosse alheio aos objetivos dos agentes do DOI. Aliado ao sigilo considerado necessário para realizar as operações de busca e apreensão, o uso de roupas civis e corte de cabelo comum dos agentes também poderia servir como uma forma de impedir a associação das práticas ilegais de captura efetuadas pelo órgão, com a corporação militar.

Ao abalo emocional causado pela captura violenta aliava-se – de acordo com Jacob Gorender – uma tortura brutal, o que muitas vezes forçou os militantes a revelar logo de início contatos políticos e endereços dos aparelhos conhecidos. O resultado foi, segundo o autor, que grande parte das quedas ocorreu em função da abertura de pontos de rua e aparelhos.⁷⁵² Alguns militantes, porém, referem-se a esse choque inicial para explicar as falsas informações que transmitiram em seus interrogatórios. Eis um trecho do depoimento de um dirigente do PC do B que justifica suas primeiras respostas:

Que o declarante não quis falar a verdade nesta OB, porque quando foi preso, foi cercado por metralhadoras; que no primeiro momento; disse aquilo que lhe veio a cabeça na hora, ou seja, que estava procurando casa para alugar; que nesta OB procurou sempre dizer a mesma coisa com receio de cair em contradição [...].⁷⁵³

Uma militante da VPR também relata como reagiu no momento de sua captura, antes de ser encaminhada ao DOI:

A depoente esclarece finalmente que em seu primeiro depoimento forneceu dados errôneos, por estar sob forte trauma psíquico, oriundo das inúmeras bofetadas e pancadas que recebeu dos soldados da Fôrça Pública ainda em Atibaia; não lhe deram a mínima chance para conversar em termos racionais, tratando-a por apelativos, tais como prostituta e outras expressões de baixo teor [...].⁷⁵⁴

Do mesmo modo, um médico que tinha ligações com a Dissidência do PCB declarou “Que ao ser prêsso pela OB, ficou traumatizado psicologicamente, não sendo dessa maneira, capaz de relatar logo no primeiro depoimento, tudo o que sabia com relação ao caso, que

⁷⁵² GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 258.

⁷⁵³ *Interrogatório preliminar*. 16/11/1969. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 68, 11812. Em carta anexa ao seu processo pela Justiça Militar, esse militante assim descreveria a cena de sua detenção: “Cercando-me, mais de duas dezenas de homens armados de metralhadoras, dispostos estrategicamente, numa incomum exibição de força e de violência. Parecia mais uma operação de guerra do que a prisão de um único cidadão, indefeso, portando como arma apenas os documentos legais de identidade e vivendo uma vida normal, gritavam com as armas engatilhadas para que levantasse os braços e não me mexesse, se não atirariam para matar”. Projeto Brasil: Nunca Mais, Tomo V, v. 1, A tortura, p. 722.

⁷⁵⁴ *Interrogatório preliminar*. 21/02/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 75, 13427.

motivou o seu envolvimento”.⁷⁵⁵ Um dirigente do POC também se serviu desse argumento para explicar as inverdades constantes nos seus depoimentos: “que o depoente quando chegou a êste DOI se achava bastante agitado e nervoso, motivo pelo qual falseou os depoimentos acima citados a fim de se livrar das inquisições que iria sofrer nos seguidos interrogatórios”.⁷⁵⁶

No curto prazo, portanto, o tempo tendia a correr contra os interrogadores, que precisavam obter certas informações rapidamente para proceder a novas buscas e capturas. Estavam cientes de que os militantes de esquerda recebiam orientações de manter-se firmes pelo menos nos primeiros dias, de maneira que intensificavam seus esforços. Sabiam-no por terem lido essas normas em diversos documentos apreendidos das organizações e mesmo pelos próprios interrogatórios.⁷⁵⁷ Os militantes procuravam tornar-se aptos a resistir às torturas em caso de prisão, como afirmou uma militante do POC: “que, quando chegou a êste DOI já estava psicologicamente preparado [sic] para ser interrogada, porquanto mentiu pensando em salvaguardar os interesses do POC, conforme instruções que havia recebido”.⁷⁵⁸

A questão se colocava de maneira ainda mais aguda aos membros dos setores armados das organizações, por serem – ao menos em tese – mais bem preparados militarmente, ao mesmo tempo em que detinham as informações mais valiosas para os interrogadores. Para que estes últimos soubessem como proceder em semelhantes casos, era necessário inteirar-se de como esses militantes punham-se em condições de suportar as primeiras inquirições. Assim, uma sessão inteira de interrogatório preliminar de uma militante da ALN foi dedicada ao tema:

Confirma suas declarações anteriores, esclarecendo que os elementos do GTA da ALN são treinados para quando prêsos nada falar. Que, os elementos do GTA fazem treinos mentais e físicos, e são cientes de que

⁷⁵⁵ *Interrogatório preliminar*. 20/06/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 78, 14076.

⁷⁵⁶ *Interrogatório preliminar*. 13/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 145, 30384. O termo “inquisição” é sintomático, pois, além de significar “inquirição”, remete ao tribunal eclesiástico, cujo método de investigação apoiava-se, em grande medida, em torturas contra os suspeitos de agir contra a fé católica.

⁷⁵⁷ Uma militante da AP, ao referir-se a um relatório da organização, explica que o documento “Coloca a necessidade de os militantes da AP, terem normas de segurança e apresentarem na prisão comportamento de forma resistir o máximo possível, dando tempo para que os demais componentes da organização concluam que o militante tenha ‘caído’ e tomem as precauções devidas”. *Interrogatório preliminar*. 03/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 76, 13816.

⁷⁵⁸ *Interrogatório preliminar*. 10/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 175, 36062.

quanto mais falarem, mais a repressão quer saber, razão da depoente ter mentido todo êste tempo, até não aguentar mais o interrogatório.

Que ao serem prêsos, devem calar-se a todo custo, pelo menos 48 horas, até que algum elemento da ALN tome conhecimento da prisão e avise os outros.⁷⁵⁹

Se alguns militantes conseguiam resistir aos primeiros dias, poupando com isso a vida de vários companheiros e possibilitando a mudança de aparelhos, a transferência de documentos e a desarticulação de ações planejadas, era mais difícil manter a postura no tempo. No médio e longo prazos, a situação tendia a se inverter em favor dos interrogadores, uma vez que os órgãos repressivos iam acumulando sólidos conhecimentos sobre as organizações de esquerda e seus membros, possibilitando que as sessões de interrogatório fossem mais bem preparadas. Ademais, dispunham da vida daqueles que estavam sob sua tutela, podendo interrogá-los indistintamente durante o dia ou à noite, por um tempo indeterminado.⁷⁶⁰ Tinham condições de confrontar depoimentos e investigar os dados fornecidos, montando, aos poucos, o quebra-cabeça das diversas organizações.

Sessões: duração, frequência, interrupções

Visto que as equipes de interrogatório trabalhavam 24 horas seguidas, as sessões ocorriam a qualquer hora do dia ou da noite. Assim, o preso político poderia ser interrogado logo que fosse detido, mesmo de madrugada, de maneira que não tivesse tempo de estruturar seu depoimento com alguma antecedência. Ademais, tal ritmo de trabalho possibilitava a obtenção e o processamento de informações em um fluxo ininterrupto, aumentando consideravelmente a velocidade das investigações. O ritmo febril dos interrogatórios contrariava as disposições do Código de Processo Penal Militar (CPPM), instituído pelo Decreto-lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969. O artigo 19 definia que “As testemunhas e o indiciado, exceto caso de urgência inadiável, que constará da respectiva assentada, devem ser ouvidos durante o dia, em período que medeia entre as sete e as dezoito horas”. Conclui-se, portanto, que a própria lei criada pelo governo militar era sistematicamente desrespeitada por

⁷⁵⁹ *Interrogatório preliminar*. 04/12/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 154, 31986.

⁷⁶⁰ Como afirmam os autores do projeto Brasil: nunca mais, “Sem direito a Habeas-corpus, sem comunicação de prisão, sem prazo para a conclusão do inquérito, o preso ficava absolutamente indefeso nos órgãos de segurança, desde o dia em que fora seqüestrado e até quando passasse à Justiça Militar”. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*, p. 175.

seus órgãos repressivos, uma vez que o turno de trabalho dos interrogadores era de 24 horas; a menos, evidentemente, que a grande maioria dos suspeitos detidos no DOI estivesse enquadrada nos casos de “urgência inadiável”.

Na realidade, o fato de o interrogatório poder ocorrer a qualquer momento era um elemento a mais de terror, por sua imprevisibilidade. Fernando Gabeira, que ficou por mais de um mês internado no Hospital do Exército, após ter sido baleado no momento de sua captura, menciona esse aspecto: “Os interrogatórios, naquele período, cansavam muito e a tortura consistia muito mais na surpresa. Várias vezes começavam às duas da manhã, outras no fim da tarde. Eles sempre apareciam, isso era uma certeza, mas quando?”.⁷⁶¹ Roberto Salinas também aborda o tema do “tempo vazio, exclusivamente dominado pela espera angustiante e ritmado pela aleatória arrebatada dos sons dos nossos nomes”, “tempo de morte”.⁷⁶² A espera do chamado, tão certo quanto imprevisível, antecedia o “enfrentamento doloroso”,⁷⁶³ cuja duração também escapava ao controle do preso político.

O tempo pertencia aos interrogadores e aos analistas de informação, aos quais cabia decidir quando e por quantas horas o depoente seria interrogado, assim como o momento de levar a sessão a termo. Fernando Gabeira faz em seu livro uma reflexão interessante a respeito:

Os relógios tapados ficaram para mim como o símbolo da tortura, pois eles eram muito mais do que apenas relógios tapados com esparadrapos. A noção do tempo era roubada ao torturado. Ele não poderia jamais saber que horas eram, pois agüentaria mais alguns minutos e, em muitos casos, poderia salvar uma vida. A noção de tempo não se conta apenas com os ponteiros pequenos. A noção do tempo tapado era também o exercício da onipotência fantástica do torturador. Sua fantasia de suprema dominação sobre o outro só é possível se articulada com outra fantasia: a da ausência do tempo. A tortura só é perfeita se o tempo não passa. O tempo é sua morte.⁷⁶⁴

Destituir o interrogado da noção de tempo constituía um dos pilares do mecanismo de sua desumanização, pois significava retirar daquele uma referência fundamental para o domínio de si próprio e da situação vivenciada, como narra a ex-militante da VAR Palmares Dilma Rousseff:

⁷⁶¹ GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*, p. 171.

⁷⁶² FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Retrato calado*, p. 25.

⁷⁶³ FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Retrato calado*, p. 25.

⁷⁶⁴ GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*, p. 173.

Nos primeiros dias, [durou] muito tempo. A gente perde a noção. Você não sabe quanto tempo, nem que tempo que é. Sabe por quê? Porque pára, e quando pára não melhora, porque ele fala o seguinte: “Agora você pensa um pouco”. Parava, me retiravam e me jogavam nesse lugar do ladrilho, que era um banheiro, no primeiro andar do DOI-Codi. Com sangue, com tudo. Te largam. Depois, você treme muito, você tem muito frio. Você está nu, né? É muito frio. Aí voltava.⁷⁶⁵

A duração das sessões variava consideravelmente de um caso para outro. Um interrogatório preliminar podia durar entre 20 minutos a quase 24 horas. O intervalo entre uma sessão e outra era igualmente inconstante. Um mesmo depoente podia ser interrogado mais de uma vez por dia⁷⁶⁶ ou passar vários dias sem ser inquirido. Membro do Comando Nacional da VPR, um preso político foi interrogado das nove e meia da manhã às quatro e meia da madrugada – totalizando 19 horas –, teve três horas e meia de “repouso” e depois voltou a ser inquirido das oito da manhã à meia-noite – ou seja, mais 16 horas.⁷⁶⁷

Em números gerais, o preso político que foi mais interrogado – a partir das fontes pesquisadas – foi um militante do MRT que completou 74 sessões e 166 horas de interrogatório, em 1971. Em segundo lugar, vêm um dirigente da VAR Palmares, com 44 sessões e 114 horas de interrogatório, depois um militante da VPR, com o mesmo número de sessões e 107 horas de interrogatório, ambos em 1970. Nem sempre o número de sessões é proporcional ao número de horas. Uma integrante do GTA da ALN teve menos sessões, 32, mas totalizou 110 horas de interrogatório, em 1970. Marco Antônio Tavares Coelho relata em seu livro ter sido submetido, em 1975, a um sistema denominado pelos agentes do DOI de “ronda”, que consistia em um interrogatório ininterrupto, durante vários dias a fio. Por 20 dias

⁷⁶⁵ Dilma diz ter orgulho de ideais da guerrilha. Entrevista concedida a Luiz Maklouf Carvalho. *Folha de S.Paulo*, 21 jun. 2005.

⁷⁶⁶ Para citar apenas alguns exemplos, no dia 9 de setembro de 1970, um militante da VPR foi interrogado das 9h30 às 10h30, das 15h45 às 17h40 e das 21h30 às 23h30. *Interrogatório preliminar*. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 80, 14682, 14683, 14684. Um membro do setor de imprensa da ALN foi inquirido em três sessões distintas no dia de sua detenção, das 9h30 às 12h00, das 15h00 às 15h40 e das 18h30 às 20h30. *Interrogatório preliminar*. 17/02/1971, Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 165, 34416, 34417, 34421. Um militante do PC do B também foi interrogado três vezes, no dia 21 de julho de 1972: das 15h45 às 17h15, das 19h30 às 21h00 e das 21h40 às 23h00. *Interrogatório preliminar*. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 166, 34457, 34459, 34461.

⁷⁶⁷ *Interrogatório preliminar*. 21/04/1970, Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 77, 14061, 22/04/1970, Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 77, 14056, 14053.

consecutivos o ex-dirigente comunista foi inquirido das nove horas da manhã até as sete da manhã seguinte, completando um total de 440 horas.⁷⁶⁸

Quando as sessões eram interrompidas ou encerradas por motivos alheios à vontade dos agentes de interrogatório – mesmo que por eles provocados, como o estado de saúde do interrogado –, as razões eram sistematicamente reportadas nas declarações. Era como se, detentores do tempo, precisassem justificar as situações em que a determinação do ponto final não lhes pertencera. Nesse procedimento, respeitavam o CPPM, que no primeiro parágrafo do artigo 19 determinava que o dia e a hora de início das inquirições, assim como de seu encerramento, e das interrupções, deveriam ser assinalados.⁷⁶⁹

Na grande maioria das vezes, as interrupções eram motivadas por revelações de pontos ou aparelhos. Nessas situações, o chefe da Turma de Interrogatórios avisava o chefe do Setor de Operações e Informações, que, por sua vez, acionava as Turmas de Busca e Apreensão ou informava, conforme o caso, a Seção de Investigações.⁷⁷⁰ Interrogado, um militante da VPR indicou os endereços nos quais o dirigente Carlos Lamarca havia se hospedado. Logo em seguida, assinala-se: “O interrogatório foi suspenso, tendo em vista que o declarante será conduzido por uma equipe da OB nos endereços acima”.⁷⁷¹ De modo semelhante, a declaração de um militante da AP – “que enterrou 3 mimeógrafos manuais em um morro próximo ao ponto final do ônibus Vila Zaíra (sabe localizar), que quanto ao mimeógrafo que foi levado para a residência de ‘BRAGA’ somente ele poderá informar” – é imediatamente acompanhada pela seguinte observação, feita pelos interrogadores: “neste momento foi suspenso o interrogatório, pois o declarante saiu em diligência para tentar localizar o local onde enterrou os mimeógrafos”.⁷⁷² Um militante do POC afirmou ter um ponto com um companheiro no dia seguinte. No dia em que o ponto seria coberto, a sessão de interrogatório

⁷⁶⁸ COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*, p. 381. Sobre os casos citados, o militante do MRT, embora não fosse um dirigente, podia fornecer informações que auxiliassem a desbaratar esse grupo de orientação “militarista”, que estava na mira do DOI. O militante da VPR tinha estado na área de treinamento de guerrilha rural, juntamente com o então inimigo nº 1 da repressão, Carlos Lamarca. O fato do membro da VAR Palmares ser dirigente explica por si só a quantidade de sessões à qual foi submetido, assim como não necessita de maiores explicações o caso da integrante do GTA da ALN. Marco Antônio Tavares Coelho também era dirigente, numa época em que o partido ao qual pertencia, o PCB, era alvo de uma intensa campanha de desestruturação por parte dos órgãos repressivos.

⁷⁶⁹ CPMJ, artigo 19, 1º parágrafo.

⁷⁷⁰ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 305.

⁷⁷¹ *Interrogatório preliminar*. 01/06/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 111, 21335.

⁷⁷² *Interrogatório preliminar*. 26/12/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 172, 35681.

foi interrompida: “OBSERVAÇÃO: Neste momento é suspenso o interrogatório para que o declarante, escoltado pela Turma A/3, cubra o ponto da Rua 7 de abril”.⁷⁷³

Ocorria, por vezes, de as interrupções atrapalharem, em certa medida, o curso das inquirições. Um militante do POC, por exemplo, teve seu interrogatório suspenso duas vezes, para que localizasse o aparelho de um companheiro:

OBSERVAÇÃO DA TURMA DE INTERROGATÓRIO:

Apesar de interrogarmos durante 24 horas o depoente, não pudemos obter maiores dados sobre os pontos obscuros, os quais o declarante pretende sancioná-los o mais breve possível. Sendo que nessa madrugada o depoente saiu por duas vezes com a Turma Mixta, a fim de localizar o “aparêlho” de “GUERRA” sem contudo obter êxito.⁷⁷⁴

Situação semelhante ocorreu com uma dirigente da mesma organização. Iniciada às 14 horas de um dia até as 6 horas da manhã do dia seguinte e interrompida por duas vezes, a sessão de interrogatório terminou antes que a equipe de plantão considerasse concluídas as questões. Assinalou-se, conseqüentemente, o que deveria ser perguntado na sessão seguinte:

OBSERVAÇÃO: Foi interrompido o interrogatório a fim de que a depoente fôsse com uma Turma de Busca, localizar os locais acima citados, tendo regressado às 1930 horas. [...]

OBSERVAÇÃO: Às 2100 horas, foi interrompido o interrogatório, em face da declarante ter que indicar o “aparêlho” de “JUDITH”. [...]

OBSERVAÇÃO: 1) A declarante deverá continuar a reconhecer o álbum do pessoal de MG [Minas Gerais].

2) Deverá esclarecer os documentos de sua autoria que se encontram num envelope amarelo.

3) Sua militância ainda não foi reduzida à térmo em face das frequentes saídas para localizar “aparêlhos”, o que deverá fazer cronologicamente.⁷⁷⁵

As interrupções involuntárias eram mais raras, normalmente provocadas pelo estado de saúde dos depoentes. Membro do GTA, uma militante da ALN foi internada primeiramente no Hospital das Clínicas e, em seguida, no Hospital Geral de São Paulo, administrado pelo Exército, após tentativa de suicídio.⁷⁷⁶ O fato de a depoente ter ficado

⁷⁷³ *Interrogatório preliminar.* 23/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 169, 35062.

⁷⁷⁴ *Interrogatório preliminar.* 14/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 176, 36355.

⁷⁷⁵ *Interrogatório preliminar.* 14/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 35214-35211.

⁷⁷⁶ A tentativa de suicídio era uma forma de resistência e determinadas condições de saúde podiam ser utilizadas pelos presos políticos para evitar ou encurtar as sessões de interrogatório. Fernando Gabeira, baleado no

internada não impedia, mas dificultava o trabalho dos interrogadores, que, além de não disporem do equipamento normalmente utilizado na sede do DOI, estavam sujeitos às restrições impostas pela equipe médica, como demonstra este comentário inserido em seu depoimento:

Obs. Neste instante, o médico do H.C. de SP solicita seja interrompido o depoimento em virtude do estado de saúde da depoente, que foi interrogada por outra equipe durante toda a madrugada.

Por volta das 22:00 horas, esta equipe retornou ao H.G. de SP, juntamente com SÔNIA HIPÓLITO (“GORDINHA” ou “ALICE”) e GILBERTO LUCIANO BELLOQUE (“ALENCAR”, “JULIO” e “MARCOS MELLO E SOUZA”) afim de tentar acareação de ambos com a interrogada, não conseguindo realiza-la, porque o médico de plantão mui delicadamente julgou inoportuna em virtude do estado de saúde da depoente.⁷⁷⁷

Todavia, esses limites não eram tão circunscritos a ponto de impedir o andamento das inquirições. No mesmo dia em que foi presa, ainda no pronto-socorro do Hospital das Clínicas, uma das equipes interrogou a presa política das 19h00 às 4h30.⁷⁷⁸ Um militante do MR-8, igualmente hospitalizado, também teve algumas sessões suspensas em função do tratamento recebido, conforme assinalado no depoimento: “OBS.: que nesse momento o interrogador deixou de fazer novas perguntas, pois o declarante que havia tomado uma injeção, para dormir, apresentava visíveis sinais de sonolência”.⁷⁷⁹

As suspensões, fossem para cobrir um ponto, localizar um aparelho ou receber cuidados médicos, podiam ser incômodas, mas não chegavam a prejudicar o andamento geral dos trabalhos. Sua continuidade era assegurada pela Subseção de Análise, que estabelecia uma ponte entre as tarefas realizadas pela equipe de interrogadores precedente e a que assumiria o turno a seguir. Por conseguinte, a mudança da equipe podia significar certa

momento de sua captura, conta como aprendeu a controlar, no hospital, as golfadas de sangue nas sondas ou a deixar que um coágulo saísse no momento apropriado. O capitão Homero, um dos interrogadores, reagia horrorizado: “Sou torturador mas não sou médico, não suporto essa nojeira”. GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*, p. 173.

⁷⁷⁷ *Interrogatório preliminar*. 24/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 91, 17221.

⁷⁷⁸ *Interrogatório preliminar*. 21/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 91, 17237. Esse é o horário que consta no documento. No entanto, segundo o depoimento da depoente, ela teria se atirado da janela por volta das 20h30 (Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 91, 17236), de maneira que os interrogadores registraram todo o período de contato com a depoente. A ficha de ocorrência do plantão policial do pronto-socorro, onde a depoente aparece com o nome falso, data do dia 21 de março de 1970, às 21h15. *Ficha médica*. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 91, 17187.

⁷⁷⁹ *Interrogatório preliminar*. 05/02/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 67, 11739.

alteração do estilo, sem que houvesse uma modificação substancial no teor das questões abordadas.

Até onde ir?

A extensão do período em que um preso político ficava detido no DOI parece ser motivada por uma série de variáveis, entre as quais a mais importante relaciona-se ao grau de importância do depoente. Não seria despropositado supor que outro fator determinante fosse a quantidade de informações que os agentes pensavam que o depoente detivesse, independentemente de sua posição na hierarquia da organização de esquerda à qual pertencia. Entre os elementos que contribuíam para estimar seu potencial em revelar as informações desejadas estavam os dados fornecidos por outros militantes, ou constantes em documentos, a respeito de pontos que o depoente poderia esclarecer. Se, por exemplo, algum companheiro mencionasse sua presença em determinada ação, os interrogadores e analistas de informação sabiam que esse militante poderia descrevê-la, citar os demais participantes e talvez pudesse explicar como foi planejada, por quem e com quais objetivos. Isso acarretaria um aumento de seu tempo de permanência no órgão.

O interesse de se estar convenientemente munido de algumas informações para obter outras produzia um fenômeno próprio à área de informações: quanto mais se sabia, mais se podia saber. Excetuando-se os casos nos quais os depoentes não conseguiam resistir já nas primeiras sessões, os resultados eram obtidos aos poucos, a partir de um cuidadoso trabalho de análise dos depoimentos e reinquirição. A sucessão de interrogatórios preliminares indica que o preso político continuava a ser uma fonte importante de informações, mesmo depois de passadas as primeiras 24 ou 48 horas de sua captura. Isso ocorria especialmente no que tange aos dados que dificilmente seriam alterados em um prazo tão curto, como a estrutura da organização ou a função de dado militante, assim como àqueles inalteráveis: a descrição de ações efetuadas, a implicação política de um simpatizante ou o montante de dinheiro roubado de um banco.

Exemplo disso se encontra no conjunto de depoimentos de uma militante da ALN. No dia de sua prisão, afirmou apenas que “‘JONAS’ resolveu colocá-la no setor de apoio da

ALN; que alega pertencer ao referido setor, até a presente data”.⁷⁸⁰ Foi apenas na terceira sessão que os interrogadores conseguiram obter dados mais significativos. A revelação concernia ao fato de a depoente ter participado do GTA, e não do grupo de apoio, como afirmara anteriormente:

que a idéia de “JONAS” era que a declarante mantivesse, digo, montasse o setor de apoio médico da organização, porém não foi possível, tendo em vista ter abandonado a Faculdade e perdido seus contactos naquele meio; que ingressou, então, no GTA, participando do Grupo de Ação Coordenado por “TEIXEIRA” CARLOS EDUARDO PIRES FLEURY; que, como participante do GTA, teve oportunidade de integrar o grupo que efetivou o 2º assalto ao BRADESCO da Rua Major Diogo; que sua função foi de motorista de um dos carros [...].⁷⁸¹

A maneira com que o tema é abordado, como se fosse um assunto conhecido – embora ausente nas declarações anteriores, uma vez que até então a depoente insistira em afirmar que pertencia ao grupo de apoio –, sem que haja hesitações ou contradições nesse trecho do depoimento, induz a pensar que os interrogadores obtiveram essa informação por outros meios. Essa hipótese é corroborada pela retomada do tema da iniciação política da depoente. Uma vez que mentira a respeito de suas funções na organização, era necessário que recontasse como se deu sua filiação na ALN, mencionando os detalhes antes omitidos. Obrigada a reconhecer seu pertencimento ao GTA, a depoente adquiriu um novo estatuto, pois detinha informações sobre o grupo que constituía a ponta de lança da organização. Seus interrogatórios passaram, portanto, a ser orientados no sentido de explorar questões tais como a composição do GTA, a descrição das ações realizadas e o paradeiro dos dirigentes da organização.

Não há uma relação proporcional entre a duração do interrogatório e a quantidade de informações que produziam. O depoimento de um militante do MRT, colhido entre as 10h30 e as 2h20 do dia seguinte, num total de quase 16 horas de inquirições, rendeu apenas um parágrafo, ao passo que outro, iniciado às 20h00 e encerrado às 2h00, totalizando seis horas, ocupou cinco páginas.⁷⁸² Outro exemplo dessa desproporção pode ser encontrado no interrogatório preliminar de um militante da VPR. Uma sessão transcorrida entre as 9h00 e as

⁷⁸⁰ *Interrogatório preliminar*. 21/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 91, 17237.

⁷⁸¹ *Interrogatório preliminar*. 22/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 91, 17234.

⁷⁸² *Interrogatório preliminar*. 25/05/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 154, 32064; 18/04/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 154, 32108-32104.

14h30 – cinco horas e meia de duração – , por exemplo, não preencheu mais de uma folha de papel. Outra, de duração menor – das 22h30 às 00h30, com duas horas de duração –, ocupou três páginas, a mesma quantidade produzida, em outra ocasião, entre as 8h20 e as 21h00 horas, num total de doze horas e quarenta minutos.⁷⁸³ Pode-se aventar que as razões da defasagem deviam-se, sobretudo, à capacidade de resistência do interrogado ou, ao contrário, à sua impossibilidade de responder às questões formuladas, por desconhecimento de causa.

Aliada à necessidade de identificar o potencial de informações de um depoente, havia, muito provavelmente, a preocupação em reconhecer quando um depoente já tinha dito tudo o que poderia interessá-los. Era necessário não perder muito tempo com fontes de informação cujo conteúdo já haviam esgotado, ao mesmo tempo em que precisavam encaminhar os presos políticos, cedo ou tarde, para o DOPS, a fim de formalizar o inquérito e iniciar o processo judicial. Por outro lado, corriam sempre o risco de liberar um depoente antes de explorar todas as possibilidades. Por isso se nota que, mesmo quando mais de um depoimento limitava-se a afirmações enfáticas no sentido de não haver mais nada a declarar, ainda se insistia em fazer novas inquirições. Muitas vezes, essas versavam sobre questões paralelas – a respeito, por exemplo, de outro preso político, há pouco detido, de uma precisão sobre algum dado já revelado ou de algum nome porventura esquecido.

Das 26 sessões de interrogatório – num total de 36 horas – a que foi submetida uma militante do setor estudantil da VAR Palmares, 12 restringiram-se à repetição de uma única sentença, próxima da fórmula “Confirma suas declarações anteriores, não tendo nada a acrescentar”, consumindo cerca de mais de oito horas de trabalho dos interrogadores.⁷⁸⁴ Embora esse número tão elevado represente uma exceção, era bastante comum que pelo menos uma sessão se limitasse a transcrever essa frase.

Algumas variações transmitem, por sua ênfase, uma tentativa aflita de convencer os interrogadores de que efetivamente não havia nada mais a adicionar ao que já fora dito nas sessões anteriores, tal como este depoimento de um militante do PORT:

⁷⁸³ *Interrogatório preliminar*. 17/03/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 171, 35534; 16/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 171, 35549 e 03/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 171, 35561.

⁷⁸⁴ *Interrogatório preliminar*. 13/09/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 97-A, 18608; 14/09/1970, 97-A, 18607; 16/09/1970, 97-A, 18605; 17/09/1970, 97-A, 18604; 18/09/1970, 97-A, 18603; 19/09/1970, 97-A, 18602; 20/09/1970, 97-A, 18601; 22/09/1970, 97-A, 18599; 25/09/1970, 97-A, 18596; 26/09/1970, 97-A, 18595; 27/09/1970, 97-A, 18594; 28/09/1970, 97-A, 18593;

Que confirma suas declarações anteriores. E que acredita já ter dito tudo sobre sua participação no Partido Operário Revolucionário (Trotsquista). Que procurou fazer tudo o possível para a identificação e localização de seus companheiros do Partido e se tal não foi possível foi devido ao fato de não possuir maiores dados à respeito dos mesmos.⁷⁸⁵

A mesma situação pode ser identificada na afirmação de um militante da ALN:

Que confirma as suas declarações anteriores, uma vez que tôdas as suas atividades de caráter subversivo, bem como as pessoas com as quais teve relacionamento, ou mesmo das que soube terem vínculo partidário esquerdista, foram declinadas em depoimentos anteriores, porquanto, nada mais lhe resta declarar; que a respeito de sua vida pregressa, esta foi objetivo de extensa declaração de próprio punho, feita nos dias 12/15 Mar 71.⁷⁸⁶

Ou no depoimento de um militante da Ala Vermelha do PC do B:

Confirma suas declarações anteriores, acrescentando que não se encontra em condições de em seus depoimentos, fornecer mais detalhes que possam de algum modo contribuir para maiores esclarecimentos, pois que tudo que lhe foi dado a conhecer ou tomar parte na organização, já foi sobejamente comentado no decorrer de seus depoimentos anteriores [...].⁷⁸⁷

Aparentemente não havia uma técnica segura para confirmar essas afirmativas, a não ser que houvesse bastante certeza do reduzido envolvimento político do depoente. Tudo indica que o critério para definir se um preso político ainda possuía alguma contribuição a oferecer baseava-se em sua capacidade de ater-se ao argumento de não ter nada a acrescentar e ao fato de não surgirem documentos ou depoimentos que assinalassem que subsistia algum ponto inexplorado pelos interrogadores.

Por vezes, eram os próprios agentes do DOI que chegavam à conclusão de que tudo havia sido dito, como demonstra esta observação incluída no depoimento de uma militante da ALN: “Apesar de demorada e cuidadosamente interrogada, nenhum fato novo informou, confirmando as declarações anteriores”;⁷⁸⁸ e esta outra, transcrita do depoimento de um

⁷⁸⁵ *Interrogatório preliminar*. 01/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 110, 21173.

⁷⁸⁶ *Interrogatório preliminar*. 24/05/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 165, 34234.

⁷⁸⁷ *Interrogatório preliminar*. 01/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 120, 23291.

⁷⁸⁸ *Interrogatório preliminar*. 05/05/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 91, 17191. Apesar disso, a depoente seria interrogada por mais duas sessões antes de ser encaminhada ao DOPS.

militante do PORT: “OBS: Apesar de insistentemente interrogado por cerca de 6 horas, nada de novo foi possível apurar”.⁷⁸⁹

4.2 Tortura

Para chegar aos resultados programados, o DOI contava com interrogadores selecionados e toda uma tecnologia de produção da dor orientada para a submissão dos presos políticos. O suspeito, tomado como um inimigo potencial, tornava-se mero depositário de informações que serviam de subsídio para o combate às organizações de esquerda. Desse modo, a visão técnica do trabalho a ser executado e a obrigação de mostrar eficiência e rapidez resultavam na instrumentalização do outro, percebido não como um igual, mas como elemento do qual era necessário extrair o máximo de dados em um mínimo de tempo.

Na dinâmica que se instalava no DOI, lugar de não-direito,⁷⁹⁰ à margem da lei, onde o poder de vida e de morte estava, em certa medida, nas mãos dos interrogadores, o registro da violência – freqüentemente extrema – se deslocava de uma posição marginal e passava a permear a relação entre esses agentes e os presos políticos, acusados de transgredir a ordem. Mais ainda, ela se tornou o instrumento por excelência dessa relação, instrumento esse que se confundia com o objetivo visado, criando uma relação intrincada e dialética entre fins e meios, formulada com precisão por Hannah Arendt:

A própria substância da violência é regida pela categoria meio/objetivo cuja mais importante característica, se aplicada às atividades humanas, foi sempre a de que os fins correm o perigo de serem dominados pelos meios, que justificam e que são necessários para alcançá-los. Uma vez que os propósitos da atividade humana, distintos que são dos produtos finais da fabricação, não podem jamais ser previstos com segurança, os meios empregados para se alcançar objetivos políticos são na maioria das vezes de maior relevância para o mundo futuro do que os objetivos pretendidos.⁷⁹¹

Estabelecia-se uma relação de poder dentro da qual se procurava arrancar do outro uma informação que permitiria sua aniquilação como sujeito e a destruição de seu mundo. O

⁷⁸⁹ *Interrogatório preliminar*. 07/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 110, 20215. O depoente respondeu a mais quatro sessões antes de redigir suas declarações de próprio punho.

⁷⁹⁰ Irene Cardoso fala em um “espaço do absoluto arbítrio”. CARDOSO, Irene. O arbítrio transfigurado em lei e a tortura política. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (Org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*, p. 478.

⁷⁹¹ ARENDT, Hannah, *Da violência*, p. 3-4.

indivíduo, uma vez tomado como presa nessa teia, era transformado em elemento de autodestruição – quer ele falasse, quer ele se calasse.

Interrogadores

Há pouquíssimas informações disponíveis sobre os interrogadores do DOI. Escândalos associados à nomeação de alguns deles para cargos públicos de certa visibilidade geraram denúncias de ex-presos políticos e matérias na imprensa, em que se pode angariar alguns poucos elementos para constituir seus perfis. A identidade do delegado Aparecido Laertes Calandra, que trabalhou como investigador de polícia no DEIC antes de integrar o DOI – entre 1972 e 1976 – somente foi descoberta em 1983, quando foi levado para a Polícia Federal por seu superior, Romeu Tuma, onde foi ironicamente o responsável pela guarda dos arquivos do DOPS.⁷⁹² Ao assumir sua função no DOI, teria presumivelmente incorporado o codinome “capitão Ubirajara”, utilizado pelo seu predecessor, o capitão do Exército Homero Cesar Machado, que trabalhou no DOI entre 1969 e 1971.⁷⁹³

De acordo com o ex-presos político Nilmário Miranda, Calandra “não era um cumpridor de ordens”, mas sim “um militante da tortura”, que estava na “linha de frente da repressão”.⁷⁹⁴ Outro ex-presos político afirmou a seu respeito:

Ele faz tudo. A única coisa que ele não faz é parecer *bonzinho*. Porque os torturadores se dividem em *bons* e *maus*. Os *maus* metem o pau direto, os *bons* puxam conversa, tentam envolver o preso pra ver se arrancam alguma coisa. Se não arrancam, dizem que são “obrigados” a entregar o preso pros torturadores. Mas o Ubirajara é um torturador ciente de seu dever, convicto.⁷⁹⁵

Descrito por seus colegas de trabalho como um homem “inteligente”, “reservado” e de “intensas convicções de direita”,⁷⁹⁶ o delegado é lembrado pelo ex-militante do Molipo Artur

⁷⁹² Trata-se do arquivo cujo dossiê Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9 constitui a fonte central desta tese.

⁷⁹³ O alçoz sai da sombra. *Veja*, 8 abr. 1992, p. 61.

⁷⁹⁴ Acusado de tortura é chefe na polícia de SP. *Folha de S.Paulo*, 13 abr. 2003. Artigo reproduzido no site <<http://www.torturanuncamais-rj.Org.br/sa/Resultado.asp?Pesq=torturadores>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

⁷⁹⁵ Este homem é um torturador. *Movimento*, 19 jun. 1978, p. 3-4. Arquivo Ana Lagôa, Seção de Recortes, R07682. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/db/pesquisaRecortes.asp>>. Acesso em: 2 ago. 2007).

⁷⁹⁶ Clarice Herzog critica delegado do Dipol de SP. *Folha de S.Paulo*, 17 abr. 2003. Artigo reproduzido no site <<http://www.torturanuncamais-rj.Org.br/sa/Resultado.asp?Pesq=torturadores>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

Scavone como um homem “de voz metálica e estridente”, bem vestido, “agressivo” e “extremamente cínico”:

Uma das lembranças mais fortes da equipe do Capitão Ubirajara era o permanente clima de terror que criava ao repetir barulhos de chaves (sinal de que um novo interrogatório era iminente) ou de canos de metal (sinônimo de montagem do pau-de-arara).⁷⁹⁷

Após sua passagem pela Polícia Federal, Calandra ficou restrito a funções burocráticas nos órgãos em que trabalhou, como o extinto Departamento de Comunicação Social, e, a partir de 2000, no Departamento de Investigações sobre Narcóticos. Em 2002, com a criação do Departamento de Inteligência da Polícia Civil de São Paulo, a Dipol, assumiu o posto de principal assessor do diretor do órgão, concentrando informações sigilosas da Polícia Civil paulista e controlando as escutas telefônicas. O posto de confiança que lhe foi atribuído gerou uma enorme polêmica, levando o então governador de São Paulo, Geraldo Alkmin, a destituí-lo, após ter defendido sua manutenção no cargo, alegando que sua ficha criminal mantinha-se incólume.⁷⁹⁸

Desafeitos a conceder entrevistas, os ex-torturadores costumam ser extremamente discretos por instinto de autoproteção e conivência com a estrutura extralegal da qual eram peças-chave. Há poucas exceções, como a do ex-investigador do DOPS, cedido ao DOI entre 1970 e 1979, Pedro Antônio Mira Grancieri, conhecido como “capitão Ramiro”. Envolvido na morte do jornalista Vladimir Herzog, Grancieri afirmou à revista *IstoÉ Senhor* que se orgulhava de ter sido um dos melhores interrogadores do DOI.

O ex-presos político Ivan Seixas, detido no DOI aos 16 anos, juntamente com seu pai e dirigente do MRT, Joaquim Alencar de Seixas, descreve a maneira pela qual Grancieri desempenhava suas funções:

Tinha os antebraços musculosos, adorava nos esmurrar e essa era a sua principal maneira de tortura. Tinha mãos que lembravam as de um pugilista. Não olhava nos nossos olhos, não nos tratava como pessoas e, ao bater, demonstrava um claro prazer, uma realização pessoal.⁷⁹⁹

Joaquim Alencar Seixas foi morto sob tortura por Grancieri e outros colegas do DOI. A ex-presos política Maria Amélia de Almeida Teles, então militante do PC do B, descreve-o

⁷⁹⁷ Acusado de tortura é chefe na polícia de SP. *Folha de S.Paulo*, 13 abr. 2003. Artigo reproduzido no site <<http://www.torturanuncamais-rj.Org.br/sa/Resultado.asp?Pesq=torturadores>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

⁷⁹⁸ Ele é acusado de tortura. *Folha de S.Paulo*, 18 abr. 2003. Artigo reproduzido no site <<http://www.torturanuncamais-rj.Org.br/sa/Resultado.asp?Pesq=torturadores>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

⁷⁹⁹ Eu, Capitão Ramiro, interroguei Herzog. *IstoÉ Senhor*, 25 mar. 1992, p. 24.

como “um torturador típico”, que “gritava muito e falava que eu era amásia de fulano ou sicrano”.⁸⁰⁰

Outro ex-presos político, Sérgio Gomes da Silva, membro do PCB, também relata como agia o torturador cuja marca registrada era uma tatuagem de uma âncora na parte interna do antebraço esquerdo: “Andava sempre munido de um sarrafo e sabia exatamente onde bater, nos cotovelos, nos joelhos, nos tornozelos – nas articulações. Ele conhecia muito bem a anatomia humana e desmontava uma pessoa com poucos golpes e sem barulho”.⁸⁰¹

Convencido da importância de sua função, Grancieri afirmou, em entrevista, que numa guerra “o que vale é a obtenção de informações”⁸⁰² e justificou os métodos utilizados pela dificuldade da tarefa: “A gente só partia para os conformes com os terroristas, porque também sem pressão não se tira nada de ninguém”.⁸⁰³ Como outros personagens do sistema repressivo, explica suas ações em função das atitudes do adversário: “Policia também tem sensibilidade, é pai de família e tinha de enfrentar esses integrantes de grupos armados, que eram fanáticos demais, radicais demais”.⁸⁰⁴ Após ter servido no DOI, formou-se em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas. Em 1983, ano em que concluiu o curso, foi aprovado num concurso para delegado, exercendo a função por seis anos, antes de aposentar-se.

O que pode fazer que homens comuns, “pais de família” como Grancieri, tornem-se assassinos e torturadores? A resposta, para o historiador francês Pierre Vidal-Naquet, reside em suas convicções políticas: “Agem assim, não por sadismo (do qual muitos deles parecem ser totalmente desprovidos), mas simplesmente porque são ideologicamente convencidos de ter razão, ou mais ainda, de serem os detentores mesmos da Razão”. E conclui: “toda concepção (de tipo milenarista) que põe como princípio que a um Estado soberanamente mau sucedeu ou sucederá bruscamente um Estado soberanamente bom [...], toda concepção construída sobre esse modelo é de natureza a favorecer o nascimento de um Estado torturador”.⁸⁰⁵

⁸⁰⁰ Eu, Capitão Ramiro, interroguei Herzog. *Isto É Senhor*, 25 mar. 1992, p. 24.

⁸⁰¹ MARKUN, Paulo. *Meu querido Vlado*, p. 139.

⁸⁰² Eu, Capitão Ramiro, interroguei Herzog. *Isto É Senhor*, 25 mar. 1992, p. 25.

⁸⁰³ Eu, Capitão Ramiro, interroguei Herzog. *Isto É Senhor*, 25 mar. 1992, p. 23.

⁸⁰⁴ Eu, Capitão Ramiro, interroguei Herzog. *Isto É Senhor*, 25 mar. 1992, p. 23.

⁸⁰⁵ VIDAL-NAQUET, Pierre. *La torture dans la République: essai d'histoire et de politique contemporaines (1954-1962)*. Paris: Minuit, 1972, p. 168-169. (Tradução da autora).

Os poucos dados disponíveis sobre os interrogadores e outros agentes do DOI levam a supor que de fato havia um comprometimento ideológico de ao menos uma parcela deles com idéias conservadoras. Da expressão “militante da tortura”, utilizada para descrever Calandra, à explicação de Grancieri de que os adversários por ele interrogados eram “fanáticos” e “radicais”, depreende-se um empenho cuja natureza política é inquestionável.

A maneira pela qual se deu a primeira abordagem de Fernando Gabeira, internado em um hospital do Exército, por um interrogador do DOI paulista – o capitão Maurício Lopes Lima – corrobora a tese: “Acorda, João, acorda. Você é idealista mas eu também sou”.⁸⁰⁶ Em carta anexa ao processo judicial de um militante da VAR Palmares, o pai deste retrata o encontro que teve com o capitão do Exército:

viemos a saber que nosso filho estava sendo seviciado na OBAN. Procurei lá o mesmo Cap. Maurício que inteirado dos motivos de minha apreensão responde-me textualmente: “Seu filho está apenas levando socos e pontapés; mas isso não tem importância porque também os levaria numa briga na faculdade. Está também levando choques elétricos: mas não se impressione porque os efeitos são meramente psicológicos”. Como era dito na OBAN e foi por mim ouvido mais de uma vez “O ‘pau-de-arara’ era bom para reavivar a memória”.⁸⁰⁷

A narrativa demonstra a falta de embaraço com a qual o agente do DOI se referia à tortura e deixa entrever o tom de chacota no tratamento do assunto. Ao ser mencionada, a tortura é minimizada em seus efeitos – “meramente psicológicos”, “bom para reavivar a memória” – e nas circunstâncias de sua aplicação – “também os levaria numa briga da faculdade” –, como se houvesse um abismo entre a percepção do fenômeno por parte daqueles que a aplicavam e daqueles que a sofriam.

Estabelecia-se, a todo momento, uma relação de beligerância apenas justificável pela personalização de um ódio mais genérico contra um inimigo ideológico, conforme explica Marco Antônio Tavares Coelho:

Os que caem nas garras do DOI têm a noção de que se evidencia um ódio pessoal da parte dos interrogadores-torturadores, quando essas figurinhas antes lhe eram totalmente desconhecidas. [...] Do combate em geral aos inimigos do fascismo (os comunistas em particular) eles resvalam fatalmente para o zoológico e irracional ódio individualizado a cada um de nós.⁸⁰⁸

⁸⁰⁶ “João” era o codinome de Gabeira. GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*, p. 168.

⁸⁰⁷ *Carta*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 2, As torturas, (1970), p. 615.

⁸⁰⁸ COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*, p. 395.

Para além da seleção de determinado perfil – que podia incluir convicções ideológicas – na escolha dos funcionários do órgão, havia, uma vez lá dentro, uma forte pressão no sentido de manter a coesão interna. De acordo com o ex-sargento e analista de informações do DOI Marival Dias Chaves do Canto, não havia espaço para discordâncias:

O regulamento disciplinar do Exército era muito rígido. Existia ainda a norma geral de ação, que impedia o integrante do órgão de informação de se manifestar ou discutir uma ordem. Se deixasse de cumprir, ocorriam punições e, em seguida, a pecha de contrário à Revolução de 64. [...] O próprio sistema procurava comprometer os envolvidos. O medo da repressão era mito grande. Eles criavam símbolos na própria força para mostrar que ninguém poderia reagir.⁸⁰⁹

Confluem, por conseguinte, dois processos. O primeiro consiste na atração que um órgão como o DOI, por sua natureza, exercia sobre determinado tipo de indivíduos, comprometidos com um ideal social dentro do qual os comunistas não tinham lugar. Pode-se citar o caso do delegado Otávio Gonçalves Moreira Junior – conhecido por “Otavinho” –, um dos fundadores do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e membro da Tradição Família e Propriedade (TFP). Formado em Direito pela Faculdade São Francisco, foi um dos pioneiros da Operação Bandeirante, na qual chefiava uma das Turmas de Busca e Apreensão. Possuía sólidas convicções legalistas, compartilhadas por seu tio, o ministro da Justiça Gama e Silva, um dos autores do Ato Institucional nº 5.⁸¹⁰ Seu colega de CCC, o delegado Romeu Nogueira de Lima, conhecido como “Raul Careca”, comungava de suas posições de extrema direita, o que o levou a trabalhar no DOPS e na Operação Bandeirante. Conquanto tivesse um perfil ideológico adequado para exercer suas funções, o delegado foi dispensado do órgão por ser, de acordo com um documento interno, “contumaz em faltar aos serviços na Coordenação de Execução da Operação Bandeirante”.⁸¹¹

O segundo processo diz respeito à dinâmica interna do órgão, ao convencimento sobre a pretendida justeza dos meios e dos fins no quotidiano das operações. Convém lembrar, por exemplo, que o comandante da Coordenação de Execução da Operação Bandeirante, o tenente-coronel Waldyr Coelho, passou de crítico da tortura a seu advogado:

⁸⁰⁹ A lei da Barbárie. *Veja*, 18 nov. 1992, p. 32.

⁸¹⁰ SOUZA, Percival de. *Autopsia do medo*, p. 165. O delegado Otávio Gonçalves Moreira Junior foi “justiçado” por um comando conjunto da ALN, PCBR e VAR Palmares, no dia 25 de fevereiro de 1973, no Rio de Janeiro.

⁸¹¹ *Anexo ao ofício nº 78 E/2*. 24/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 43, 7478. Em 1976 o delegado assassinou um soldado da Polícia do Exército e, preso em flagrante, foi condenado a doze anos de prisão. Livro Aberto”. *IstoÉ*, 27 nov. 1985, p. 34.

Um detalhe que poucas pessoas conhecem é que o então tenente-coronel Waldir Coelho – já falecido – primeiro comandante da “Operação Bandeirantes”, era, a princípio, contrário à tortura como forma de arrancar informações de subversivos presos. Mais tarde, porém, passou a encará-la como um “mal necessário” até se transformar em seu decidido defensor.⁸¹²

O comprometimento ideológico, porém, parece ter se traduzido muito mais na contraposição à “ideologia comunista” do que na formulação bem definida de um projeto político. Como afirma João Roberto Martins Filho, “O elemento-chave para compreender não apenas o envolvimento do Exército num conflito interno, como o emprego da tortura como instrumento ‘legítimo’, foi o anticomunismo”.⁸¹³ Como a própria expressão evoca, o anticomunismo não constitui um sistema coerente de idéias e valores, mas uma contraposição a um projeto de organização da sociedade. Segundo o general Gustavo Moraes Rego Reis – ex-chefe do Gabinete Militar de Geisel –, “a direita, como disse, não tinha ideologia. A nossa direita era do contra, não era a favor”.⁸¹⁴

Por conseguinte, os integrantes da comunidade de informações instalavam-se numa pura negatividade, na negação de um projeto de sociedade – socialista ou comunista – e na defesa de valores tão tradicionais quanto genéricos: a religião cristã, a família, a democracia, a liberdade. A geração de jovens com os quais se confrontavam, ao contrário, vivia um momento histórico de grandes mudanças, no qual o questionamento e a transgressão dos limites estabelecidos estavam na ordem do dia. Viviam uma “experiência de revolta” que, nas palavras de Irene Cardoso, “instaurava um movimento que visava a pôr em xeque fundamentalmente o poder instituído, a partir da contestação de suas práticas [...] mas sobretudo dos valores que sustentavam o funcionamento do ‘sistema’”.⁸¹⁵ Para os responsáveis pela manutenção da ordem considerada indispensável para a garantia do “progresso”, aqueles que se insurgiam davam as costas às oportunidades que lhes estavam sendo oferecidas, inspirando-se em modelos estrangeiros para convulsionar a sociedade. Dentro dessa ótica, os representantes do Estado possuíam não apenas o direito, como também o dever de impedi-los de alcançar seu intento. Como afirma Florestan Fernandes:

⁸¹² FON, Antonio Carlos. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*, p. 21.

⁸¹³ MARTINS FILHO, João Roberto. *Tortura e ideologia*, p. 2.

⁸¹⁴ Depoimento do general Gustavo Moraes Rego Reis, publicado em D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis: a abertura*, p. 93.

⁸¹⁵ CARDOSO, Irene. A geração dos anos de 1960, o peso de uma herança. *Tempo Social*, v. 17, n. 2, nov. 2005, p. 96.

A violência incorporada aos *mores* dos que se atribuem a responsabilidade da defesa da ordem, da moralidade ou da religião e todo um padrão de civilização, objetiva-se como um direito natural – ou, na pior das hipóteses, como uma coação “legítima” e “necessária”, que se justificaria por si mesma, por prevenir irrupções destrutivas da violência e por se institucionalizar como um “direito sacrossanto”.⁸¹⁶

Tratava-se de uma visão conservadora em seu sentido pleno, que procurava manter inalterados princípios que no mundo inteiro passavam por transformações consideráveis, como a revolução sexual, a nova percepção do papel da mulher na sociedade, as alterações na estrutura familiar, a modificação das hierarquias e da autoridade.⁸¹⁷ Analisando a produção escrita de agentes de repressão no campo da produção cultural, Marco Napolitano constata que, “*Grosso modo*, eles eram norteados por uma mistura de valores ultramoralistas, antidemocráticos e anticomunistas”.⁸¹⁸ O mesmo pode ser dito dos agentes do DOI, ainda que em seu discurso defendessem a liberdade e a democracia. Tanto uma quanto a outra se revestiam de conteúdos muito específicos e restritos. Como pontua Tadeu Antonio Dix Silva, a defesa desses princípios constitui um flagrante paradoxo, dado que o regime militar, “por seus valores e práticas, foi a própria negação das concepções modernas e liberais, teoricamente fundamentadas pelos pensadores do Iluminismo, que o autoritarismo brasileiro alegava defender”.⁸¹⁹

Rodrigo Patto Sá Motta, ao abordar as matrizes do anticomunismo brasileiro, comenta que a associação entre a proposta liberal e o conceito de democracia é muito freqüente. O comunismo tende a ser identificado como uma antítese da liberdade e da democracia, pelo entendimento de que os Estados socialistas eram autoritários e suprimiam a liberdade, ao mesmo tempo em que destruíam o direito à propriedade privada:

No caso brasileiro, o anticomunismo liberal e liberal democrático não primou pela pujança, nem pela coerência. Predominou uma retórica liberal pouco preocupada com as práticas democráticas, mais afinado com a afirmação da liberdade no sentido negativo que positivo, em outras palavras, enfatizava-se a luta contra o intervencionismo estatal e relegava-se para o segundo plano a questão da participação política.⁸²⁰

⁸¹⁶ FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982, p. 129.

⁸¹⁷ CARDOSO, Irene. A geração dos anos de 1960, p. 93.

⁸¹⁸ NAPOLITANO, Marco. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). *Revista Brasileira de História*, n. 47, v. 24, jan.-jun. 2004, p. 105.

⁸¹⁹ SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha*, p. 323.

⁸²⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”*, p. 38.

Na realidade, a democracia defendida não tem nenhuma relação com uma maior amplitude da participação popular nas decisões do Estado, mas com uma democracia representativa e limitada, na qual apenas um grupo minoritário – eleito direta ou indiretamente – toma as decisões que regem o país. A participação política dos cidadãos estaria, pois, restrita ao voto. A liberdade, dentro dessa linha de raciocínio, não está associada aos direitos do cidadão diante do Estado, mas ao direito de acumular bens e propriedade privada, assim como à manutenção das diferenças sociais. O brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, um dos expoentes da comunidade de informações, defende com clareza essa concepção:

Estávamos fazendo aquilo por idealismo, e o pessoal não acredita. Tínhamos a convicção de que a ideologia marxista e socialista era impraticável para a vida, para a pessoa humana. O humano não aceita o socialismo, porque é uma doutrina econômica que dá iguais direitos a pessoas diferentes, e o pessoal não aceita. [...] Cada um tem a sua função na sociedade, tem aquilo que merece. Então, como posso aceitar que cheguemos ao final tendo os mesmos direitos às benesses distribuídas pelo Estado? Não. Ninguém aceita receber coisas iguais de trabalhos diferentes. [...] Ninguém aceita a limitação de sua ambição pessoal.⁸²¹

O comunismo era diretamente associado com o totalitarismo, como se o seu projeto consistisse na supressão da individualidade em favor da homogeneização indistinta de toda a população.

Do mesmo modo, não eram os ideais cristãos de cunho humanista que se queria preservar, mas a defesa da Igreja Católica como instituição. Antônio Carlos Fon descreve o comportamento paradoxal do capitão Roberto Pontuschka, que durante o dia torturava os interrogados no DOI e à noite tentava “salvar” suas almas, distribuindo bíblias. Indagado pelo autor a esse respeito, respondeu: “Eu trago a palavra de Deus, mas, para quem se recusa a ouvi-la, eu uso essa outra linguagem”, complementando a explicação com um gesto que apontava para uma pistola calibre 45 que trazia consigo.⁸²² Assim, a concepção ideológica dos agentes repressivos, para além da repetição de chavões anticomunistas, resumia-se a uma sociedade ordenada e autoritária na qual cada indivíduo deveria ater-se às suas funções sociais – o estudante deveria se preocupar com seus estudos e sua carreira, a mulher com sua família, o operário com seu trabalho, os padres com a Igreja – e adequar-se aos limites da classe social

⁸²¹ Depoimento do brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, publicado em D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 201.

⁸²² FON, Antonio Carlos. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*, p. 12.

à que pertencia, sem ocupar-se de questões – notadamente a política – que não lhe diziam respeito.⁸²³ Tratava-se, fundamentalmente, de preservar um estado de coisas.

Essa visão está evidenciada na introdução do comandante da Coordenação de Execução da Operação Bandeirante, o tenente-coronel Waldyr Coelho, de seu estudo sobre a Guerra Revolucionária, na qual define o comunismo como uma “ideologia agressiva e expansionista” a ser derrotada em favor de uma “democracia” – que não chega a definir – e completa: “Por outro lado, o mundo ocidental – na defesa de seus ideais de liberdade – está decidido a conter a pretendida expansão comunista e dispõe-se a manter o ‘status quo’ a qualquer custo”.⁸²⁴ O autor parte então para a evolução das idéias comunistas, a conceituação e as características da Guerra Revolucionária, suas técnicas e etapas, concluindo que, embora a repressão no âmbito das Forças Armadas e das polícias – fortalecidas em seus “ideais de liberdade e democracia” – fosse crucial, era preciso ir além:

Não se pode pensar em se opôr a tal tipo de guerra com o emprêgo apenas das Fôrças Armadas e das polícias. Como vimos, a GR atua em todos os campos de atividades e explora, hábilmente, as contradições internas existentes. Daí a necessidade de ações efetivas e permanentes, também e principalmente, nos campos políticos, econômico e psicossocial para remover os antagonismos e imunizar a população da propaganda insidiosa comunista.⁸²⁵

Observa-se que a descrição do “inimigo”, bem como a de seus métodos e ideais, é muito mais desenvolvida do que a definição dos próprios princípios e valores das Forças Armadas e do governo militar.

No primeiro capítulo do livro *A verdade sufocada*, intitulado “Lupes Ustra: minha primeira motivação ideológica”, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra conta como ficou marcado pelas histórias de seu pai e de seu tio. Ambos engajaram-se na Coluna Prestes, movidos pelo sonho de melhorar as condições sociais do povo brasileiro. O tio morreu em combate com a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, em março de 1925. O pai teve uma

⁸²³ A esse respeito, é significativa a denúncia de um professor, feita na Auditora: “que, na OBAN prestou depoimento de próprio punho; que, no seu depoimento do próprio punho consta o seguinte tópico: ‘Quero ainda afirmar que após esta prisão, renuncio completamente as atividades políticas, tendo como único objetivo, a partir de agora, cuidar de sua família, mulher e três filhos, bem com de seus idosos pais, reintegrando-se às atividades profissionais e à vida da sociedade’; que quer esclarecer o seguinte: ‘que a afirmação acima não procede visto que foi obtida através de tortura [...]’”. *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 2, As torturas, (1973), p. 818.

⁸²⁴ *A guerra revolucionária*. 1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15602, fl. 1.

⁸²⁵ *A guerra revolucionária*. 1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15602, fl. 14.

profunda decepção quando Prestes aderiu ao comunismo, acreditando que a morte do irmão se dera em vão. Nenhum outro capítulo é dedicado a expor a ideologia professada pelo autor, que fala em liberdade e democracia sem se dar ao trabalho de defini-las. Como era de se esperar, as 537 páginas do livro exaltam o papel dos órgãos repressivos, que, “em todo o Brasil, lutaram com denodo, bravura e abnegação no combate à subversão e ao terrorismo”.⁸²⁶

Ainda que não se possa depreender desses textos um projeto social bem delineado para o país, é evidente que os agentes do DOI agiam em função de determinado universo de valores. Pensavam os conflitos e as disputas políticas como elementos a serem eliminados em favor de uma sociedade “pacificada”, na qual a política – assim como todas as outras esferas – fosse disciplinada e o poder decisório se mantivesse restrito ao seleto grupo dos dirigentes do país. Para tanto, não se furtavam a empregar os meios de que dispunham para coibir as opiniões dissidentes.

Métodos

Os interrogadores contavam, no exercício de sua profissão, com uma variada gama de métodos e de instrumentos de tortura.⁸²⁷ Ao lado de incontáveis ameaças – de tortura de cônjuges, filhos e outros familiares, assassinatos e outras formas de coação – os meios preferidos pelos agentes do DOI paulista⁸²⁸ para provocar dor eram a palmatória, os choques elétricos com a “pimentinha”, a “cadeira do dragão”, o “pau-de-arara”, o empalamento com cabo de vassoura, o “telefone” e a privação de alimentos e de água.⁸²⁹ Havia muitos outros

⁸²⁶ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 13.

⁸²⁷ Segundo os autores do projeto Brasil: Nunca Mais, “O emprego sistemático da tortura foi peça essencial da engrenagem repressiva posta em movimento pelo Regime Militar que se implantou em 1964”. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*, p. 203. Durante a ditadura imposta pelo governo Getúlio Vargas, no Estado Novo (1937-1945), a tortura também fora utilizada como instrumento de repressão política, sobretudo contra os comunistas. Entre os principais nomes da máquina repressiva do Estado Novo, encontra-se a figura de Filinto Müller, chefe da Polícia do Distrito Federal, celebrizado pela violência que dirigia contra os seus adversários. JOFFILY, Benardo. *Brasil: 500 anos*, p. 135.

⁸²⁸ Levantamento feito a partir da leitura de descrições de métodos de tortura realizados nas dependências da Operação Bandeirante e do DOI de São Paulo no projeto Brasil: nunca mais, Tomo V, v. 1, A tortura; v. 2 e 3, As torturas.

⁸²⁹ “Pimentinha”: magneto que produzia eletricidade de baixa voltagem e alta amperagem, condicionada em uma caixa vermelha, o que lhe valia o seu nome. Era utilizada em conjunto com dobradores de tensão alimentados à pilha, produzindo eletricidade de alta voltagem e baixa amperagem e provocando queimaduras e choques violentos. “Cadeira-do-dragão”: cadeira de madeira pesada com assento, encosto e braços revestidos de zinco, uma travessa para empurrar as pernas para trás e ligada aos fios terminais de uma máquina de choque. “Pau-de-arara”: dois cavaletes triangulares com dois meio-canos em forma de calha soldados em seus vértices e uma travessa móvel, feito de ferro galvanizado. O interrogado, geralmente nu fica numa posição extremamente

como o afogamento, as torturas químicas – uso de pentotal sódico, conhecido como “soro da verdade”, de amoníaco ou éter –, além de espancamentos de toda a sorte. A regulação da escolha, da intensidade e da progressão de cada procedimento específico de produção da dor compôs um *savoir faire* cujos registros escritos são improváveis. Misto de acumulação de conhecimento empírico e ciência de técnicas estrangeiras, a tortura era aplicada pelos interrogadores e controlada por médicos e enfermeiros.⁸³⁰ Sua inserção como mola mestra do aparelho repressivo, como aponta Martha Huggins, foi fruto de uma série de apoios concretos e conivências em várias esferas:

Na verdade, a tortura institucionalizada não poderia ter continuado no Brasil – particularmente ao se defrontar com uma crescente condenação internacional – não fosse a imposição forçada do silêncio. Conseguiu-se isso através de uma rede bem articulada de relações, que incluía os próprios torturadores, os médicos e psiquiatras que atestavam que determinada vítima não fora torturada, ou até mesmo ajudavam durante a tortura, os escrivães e escriturários que deixavam de registrar ou declaradamente falsificavam as condições de uma vítima [...] os altos funcionários do governo que fomentavam a tortura, ou fechavam os olhos a ela, e os diplomatas e peritos técnicos norte-americanos e de outros países, que, para que a imagem de seus governos não fosse manchada pela sua associação com um complexo de tortura, ou agiam como se a tortura não existisse, ou a explicavam atenuando sua gravidade, ou ajudavam a ocultá-la.⁸³¹

De acordo com Fernando Gabeira, a escolha do método podia ser induzida pela observação de como o preso político reagia ao mesmo: “A tortura sexual só existia na medida em que sentiam em você um pavor específico em relação a esse tema. Fazem a tortura de acordo com os elementos que dão mais informações. Se for o estupro, estupram a pessoa”.⁸³² Outro preso político, militante do PC do B, notou que seu comportamento era constantemente monitorado, fato que denunciou na Auditoria:

desconfortável, com os joelhos dobrados, os tornozelos e os pulsos amarrados, de maneira que os braços fiquem em torno das pernas. Nessa posição o preso é suspenso e muitas vezes torturado com choques elétricos e pancadas. Ao cabo de vassoura, utilizado para o empalamento, acrescia-se um fio de cobre. Descrições retiradas do auto de qualificação e interrogatório de um militante do PC do B. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 2, As torturas, p. 77; e FON, Antônio Carlos, *Tortura, a história da repressão política no Brasil*, p. 71-79. O telefone consistia em um forte tapa aplicado simultaneamente nas duas orelhas. A privação de alimentos, além de representar um suplício em si, tinha por objetivo evitar que o interrogado vomitasse durante as torturas. A “cadeira do dragão”, segundo Percival de Souza, foi confeccionada de forma artesanal pelo Liceu de Artes e Ofícios para ser utilizada pelo DOPS. Requisitada pelo DOI, para lá foi transferida, sob os protestos dos delegados Fábio Lessa Sampaio e Ivahyr Freitas Garcia, seus criadores. SOUZA, Percival de. *Autopsia do medo*, p. 10.

⁸³⁰ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, *Brasil: nunca mais*, p. 230.

⁸³¹ HUGGINS, Martha. *Polícia e política*, p. 203.

⁸³² Entrevista de Fernando Gabeira. *Pasquim* n. 490, 17 jul. 1978, p. 12.

que foi torturado psicologicamente a todo instante por elementos que analisavam as suas reações às ameaças, às próprias torturas, ao interrogatório que se pretendia a qualquer hora do dia ou da noite, para então escolherem as melhores técnicas de abatê-lo e o aniquilarem física e psicologicamente [...].⁸³³

O projeto *Brasil: nunca mais*, num minucioso trabalho de compilação de todas as denúncias de tortura presentes nos 707 processos da Justiça Militar, chegou a um número de 1.843 indivíduos que sofreram coerções físicas e psicológicas nos órgãos repressivos de todo o país.⁸³⁴ Evidentemente, trata-se de um valor muito inferior ao número total de vítimas de torturas. Primeiramente porque o número de réus representa apenas uma parcela dos suspeitos que povoaram os órgãos repressivos nesse período. Em segundo lugar, porque denunciar os maus-tratos sofridos podia significar voltar a ser torturado, o que restringia consideravelmente a quantidade de indivíduos dispostos a expor as violências das quais haviam sido vítimas:

Muitas vezes as vítimas de tortura, por sua própria vontade ou aconselhadas por familiares, agrupamentos políticos ou advogados de defesa, optaram por silenciar, em seus interrogatórios na Justiça, sobre as torturas que padeceram, temendo, como a muitos sucedeu, que a denúncia induzisse a uma condenação antecipada. Muitos não falaram de seus sofrimentos com medo de retornarem às sessões de tortura, como ocorreu inúmeras vezes.⁸³⁵

Em terceiro lugar, nem sempre os membros do Conselho de Justiça Militar admitiam que as denúncias de torturas fossem incorporados aos autos. Quando o permitiam, faziam-no, na maioria das vezes, de modo simplificado e genérico.⁸³⁶

Pode-se objetar que esses relatos faziam parte da estratégia de defesa dos réus, uma vez que depoimentos colhidos sob tortura perdem sua validade jurídica.⁸³⁷ Entretanto, deve-se atentar não apenas para as circunstâncias em que as denúncias foram feitas – comportando um

⁸³³ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 2, As torturas, (1975), p. 601.

⁸³⁴ Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 1, A tortura, p. 14.

⁸³⁵ Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 1, A tortura, p. 2.

⁸³⁶ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*, p. 282.

⁸³⁷ O próprio ex-comandante do DOI, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, utiliza esse argumento para invalidar o teor das denúncias: “Muitos afirmam que existiram excessos no tratamento dos terroristas presos. Mas, se existiram, foram poucos. Não foi a regra constante. Durante os ‘anos de chumbo’, ao depor na Justiça, os subversivos e terroristas usavam o argumento da tortura para justificar as confissões existentes nos processos e a delação de companheiros, feitas quando interrogados pelos órgãos de segurança. Com isso, além de escapar da condenação ou de uma pena mais severa, também se livravam de uma pena pior, o julgamento dos ‘tribunais revolucionários’. Poucos foram os que, em juízo, confirmaram suas ações”. USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 317.

considerável risco para a integridade física dos acusados –, como para sua freqüência e a coincidência das descrições, ao menos no que concerne ao DOI paulista.⁸³⁸

Chama a atenção o fato de que, teoricamente empregada como meio de obrigar o interrogado a fornecer informações, a tortura provocasse estados físicos e psicológicos que impediam a própria transmissão delas. Em denúncia diante da Auditoria, um frade dominicano ligado à ALN descreveu como ficou após seguidas horas de tortura: “Era impossível saber qual parte do corpo doía mais: tudo parecia massacrado. Mesmo que quisesse, não poderia responder às perguntas: o raciocínio não se ordenava mais”.⁸³⁹ Em outra passagem, afirmou ter ficado “com a boca toda inchada, sem poder falar direito”.⁸⁴⁰

A mera coleta de informações também não justificaria o episódio vivenciado por um dirigente do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT),⁸⁴¹ uma vez que, ao calarem-lhe os gritos, impediam ao mesmo tempo que suas possíveis respostas fossem ouvidas: “que, [o Ten. Cel. Waldir , comandante da Unidade] inclusive compareceu à sala de torturas para recomendar que amordassassem o interrogando uma vez que os gritos do mesmo causavam espécie, na vizinhança”.⁸⁴² Em outra aparente contradição, um militante do PC do B afirmou à Auditoria que graças aos métodos de interrogatório ficou em coma por algumas horas, enquanto sua companheira entrava em choque, impedindo que as inquirições fossem realizadas a contento:

Já pela madrugada, sob ameaça constante de morte e ouvindo constantemente os gritos de Carlos Danieli, minha esposa entrou em estado de choque psíquico o que tornou inútil os esforços de seus agressores. Quanto a mim perdi os sentidos já próximo do raiar do dia e vim a saber ter

⁸³⁸ O total de denúncias de tortura nas dependências da Operação Bandeirante e do DOI chegam a 726, sendo inferior, em volume, apenas se comparado à Polícia do Exército carioca, que acumulou, individualmente, 735 denúncias e, em conjunto com o DOI, 950. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 1, A tortura, p. 76 e 80. Em termos de estado, efetivamente, a porcentagem que coube ao Rio de Janeiro, 28,15% é superior à de São Paulo, 22,77%. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 1, A tortura, p. 95.

⁸³⁹ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 3, As torturas, (1969), p. 793.

⁸⁴⁰ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 3, As torturas, (1969), p. 794.

⁸⁴¹ O PRT foi fundado em 1968, a partir da Ação Popular, reunindo ex-militantes do PCB, da POLOP e do PC do B. MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 486.

⁸⁴² *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 3, As torturas, (1970), p. 857.

estado em estado de coma algumas horas em virtude do agravamento de minha saúde pelas agressões sofridas.⁸⁴³

O relato de um suspeito de ligações com o PCB põe igualmente em xeque o argumento meramente utilitário da tortura:

Colocou fios elétricos em minhas orelhas, introduzindo as pontas dos mesmos em meus ouvidos, e deu várias descargas elétricas. Cheguei ao ponto de perder a fala. Após recobrar os sentidos, recebi uma série de pancadas na cabeça e no rosto, que me quebraram (3) três dentes.⁸⁴⁴

Ainda que raros, há casos assinalados no próprio interrogatório preliminar em que a sessão foi suspensa em função do estado físico dos presos políticos, situação essa reportada de maneira sutil, como nesta observação acrescida ao depoimento de um militante da VPR: “O depoente não se sentia bem em virtude da viagem empreendida à região de Jacupiranga onde fora localizar ‘as munições’ enterradas na área de treinamento, motivo pelo qual foi suspenso o seu interrogatório”.⁸⁴⁵ A justificativa do não-prosseguimento do interrogatório de uma militante do MRT, inconcluso devido a seu estado físico e psicológico – seu marido fora torturado até a morte por agentes do DOI –, também foi registrada numa formulação que, longe de atribuir alguma responsabilidade aos interrogadores, mostrava, da parte destes, uma pretensa preocupação com o estado de saúde da interrogada:

OBSERVAÇÃO DO INTERROGATÓRIO:

Quando a declarante estava sendo interrogada, se encontrava em estado de sonolência, dificultando, sobremaneira, a missão do interrogador. Que instada a esclarecer o porque desta sua indiferença perante o interrogatório, alegou que está acometida de pressão alta, resultando esta anomalia que apresenta.

Que nesse período de interrogatório, foi observada pelo enfermeiro de plantão, recusando-se a ser medicada. Que, por cautela desta Equipe, após o término de seu depoimento, foi re-encaminhada ao ambulatório médico, para que lhe fossem ministrados os cuidados médicos de que necessita.⁸⁴⁶

Na 17ª sessão de interrogatório de um ex-militante da Ala Vermelha do PC do B, os interrogadores tiveram de renunciar à inquirição, ao constatar que “O interrogado não se

⁸⁴³ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 1, A tortura, (1972), p. 612.

⁸⁴⁴ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 3, As torturas, (1975), p. 936.

⁸⁴⁵ *Interrogatório preliminar*. 08/09/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 80, 14685.

⁸⁴⁶ *Interrogatório preliminar*. 27/04/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 157, 32699.

encontra em condições físicas e psicológicas para ser interrogado”.⁸⁴⁷ Meses depois, em auto de qualificação e interrogatório na Auditoria, o réu explicaria como viera a chegar a tais condições: “Que foi torturado por elementos daquele Departamento [sic] [DOI] durante dezesseis dias com choques elétricos, injeções de amoníaco pela boca e pelo nariz e espancamentos após colocado no ‘pau-de-arara’ e na ‘cadeira do dragão’”.⁸⁴⁸

A 11ª sessão de interrogatório de um militante do PCB teve de ser suspensa, após 11 horas seguidas de inquirição (das duas horas da tarde à uma hora da madrugada): “Obs: Devido o cansaço do depoente, este interrogador achou por bem interrompê-lo para não prejudicar as qualificações dos acima citados”.⁸⁴⁹ Destaca-se que o termo “cansaço” muito provavelmente não era o mais apropriado para qualificar o estado do interrogado, já que sessões muito mais longas – de quase 24 horas –, ocorriam freqüentemente, a despeito do cansaço dos depoentes.

Pode-se supor, com pouca margem de erro, que, se uma sessão chegava a ser interrompida ou simplesmente não ocorria em razão do estado físico do interrogado, era porque realmente o preso político não tinha absolutamente nenhuma condição de ser inquirido. Tal suposição apóia-se em inúmeros relatos de continuidade dos suplícios e das interrogações, a despeito de condições físicas e psicológicas absolutamente desumanas. Eis um trecho do depoimento na Auditoria de um militante da OCML-PO que condensa os métodos de tortura a que foi submetido:

na OBAN, foi torturado durante vários dias por três equipes, sucessivamente, em instalações denominadas: cadeira do dragão, pau-de-arara, tendo sofrido torturas denominadas “crucifixo”, simulação de morte, choques elétricos e vários outros maus tratos.⁸⁵⁰

Extrato da denúncia de um membro do PC do B atesta igualmente parte do horror vivido no órgão:

que ficou praticamente louco com os três dias de choques; que só levantava da cadeira do dragão para ter os seu tórax socado violentamente de modo a que perdesse o controle de toda sua musculatura e pudesse, assim, entrar na

⁸⁴⁷ *Interrogatório preliminar*. 12/04/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 163, 33883.

⁸⁴⁸ Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 3, As torturas, p. 235.

⁸⁴⁹ *Interrogatório preliminar*. 30/12/1974. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 195, 39523.

⁸⁵⁰ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 1, A tortura, (1971), p. 596.

freqüência das máquinas de choque e, com isso, aumentar o perigo de paradas cardíacas, que teve várias; que, após três dias de violentas torturas passou, praticamente, 15 dias numa solitária infecta, exalando odores de esgoto e só saía carregado porque não podia andar, para as sessões de torturas que se desenvolveram por todo esse período [...].⁸⁵¹

Seria, portanto, incorrer em considerável simplificação crer que o uso da violência baseava-se unicamente na funcionalidade do suplício para obter as informações desejadas, como sugere a célebre frase do ex-bispo de Diamantina Dom Sigaud: “Não se obtém confissões dando bombons aos presos”.⁸⁵² Não se trata aqui de problematizar a eficácia ou não da tortura para extrair informações não reveladas voluntariamente, mas de discutir como sua escolha como método repressivo obedece a desígnios que vão muito além de seu caráter instrumental imediato de extorsão de dados imediatamente úteis.

Como Elio Gaspari bem apontou, durante o regime militar a tortura constituiu-se “muito mais num elemento do jogo político do que num instrumento de processo investigativo”.⁸⁵³ Foi a sua dimensão política, como instituição de Estado – negada pelas autoridades, mas praticada de forma institucional e sistematizada em órgãos das Forças Armadas –, que permitiu que se operasse o deslocamento de setores da classe média da categoria dos “não torturáveis” para a de “torturáveis”.⁸⁵⁴

Empregada comumente como forma de contenção social – na maioria das vezes pela polícia –, atingindo predominantemente as classes populares, a tortura nesse período estendeu seu escopo para o terreno político. Gildásio Cosenza, em entrevista, narra um episódio que demonstra bem como tanto a esfera social quanto a política estão presentes nesse momento. Ao retornar ao DOI após ter sido transferido para o presídio do Hipódromo, Gildásio ouviu de um carcereiro: “Pegaram um operário do PCB, daquela turma aí, e tão cobrindo ele de pau”; e emendou: “Se grande aqui já leva porrada, imagine esse peão”.⁸⁵⁵ O fato de determinado setor social normalmente poupado pela violência policial passar a ser sua vítima freqüente –

⁸⁵¹ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 2, As torturas, (1975), p. 599.

⁸⁵² Passado torturante. *Veja*, 27 nov. 1985, p. 62.

⁸⁵³ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 27.

⁸⁵⁴ Tomo essas categorias de empréstimo a Luciano Oliveira que, por sua vez, inspirou-se em um personagem do romancista Graham Greene. OLIVEIRA, Luciano. *Do nunca mais ao eterno retorno. Uma reflexão sobre a tortura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

⁸⁵⁵ Tratava-se do operário Manuel Fiel Filho, torturado até a morte. Depoimento de Gildásio Westin Cosenza publicado em COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar*, p. 109.

apontado por Jacob Gorender como uma das inflexões do regime militar⁸⁵⁶ – merece atenção pelo deslocamento da noção de perigo. A prática da tortura, antes circunscrita a instrumento de contenção social, passa a operar também como ferramenta de governabilidade a partir do momento em que se dá a criminalização das práticas políticas de oposição. Esse fenômeno, como lembra Luciano Oliveira, já ocorrera, em menor escala, durante da ditadura do Estado Novo, quando a tortura política atinge, pela primeira vez, “pessoas bem situadas na escala social”.⁸⁵⁷

Para que a tortura possa ser utilizada como método recorrente, é necessário que o seu alvo seja investido de uma considerável dose de desumanização. Como afirma Marilena Chauí, “o torturador se coloca *acima* da condição humana e força o torturado a se colocar na situação *abaixo* da condição humana”.⁸⁵⁸ Cria-se um sentimento de alteridade entre o agente de segurança e o indivíduo torturado que faz com que os primeiros não mais tenham, diante do “inimigo”, as reações habituais que têm diante de outros seres humanos.

No caso de indivíduos oriundos das classes mais desfavorecidas, o processo de construção de um olhar que não reconhece no outro um igual remonta a uma longa tradição de exclusão social, cujas raízes podem ser encontradas na instituição da escravidão, assim como no extermínio dos povos indígenas. Não por acaso grande parte das vítimas de torturas e execuções pela polícia são mulatos e negros.⁸⁵⁹ Quando se trata de indivíduos oriundos da classe média – estudantes, profissionais liberais, religiosos, militares –, a marginalização se dá pela via da doutrinação ideológica e pela construção social do sujeito “subversivo” e “terrorista”, tido como inimigo da nação, da família e dos valores cristãos. A periculosidade atribuída a esse sujeito parece ser a chave para compreendermos o que derrubou a imunidade da classe média à tortura. A aliança de classes, nesse caso, estaria rompida pelo fato de indivíduos oriundos de condições sociais privilegiadas voltarem-se contra o que seriam seus próprios interesses de classe. Nessas condições, o acordo tácito que envolvia os setores médios e a elite da sociedade brasileira – no sentido de unir esforços para promover a contenção social contra os setores desfavorecidos, que, por viverem em condições indignas,

⁸⁵⁶ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 257.

⁸⁵⁷ OLIVEIRA, Luciano. *Do nunca mais ao eterno retorno*, p. 19.

⁸⁵⁸ CHAUI, Marilena. “Um regime que tortura”. In: BRANCA, Eloisa (Org.). *I Seminário do grupo Tortura nunca mais, depoimentos e debates*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 33. (Grifos da autora).

⁸⁵⁹ BARCELLOS, Caco. *Rota 66*.

representariam uma ameaça aos privilégios dos primeiros – seria desfeito, uma vez que parcela dos setores médios dispunha-se a combater ao lado dos mais pobres.

Ao mesmo tempo em que o combate às organizações da esquerda era concebido em termos de guerra, os adversários eram excluídos das regras internacionalmente instituídas para regular esse tipo de conflito. Desse modo, a Convenção de Genebra,⁸⁶⁰ instituída para salvaguardar os direitos dos soldados feridos e dos prisioneiros de guerra, não era considerada aplicável no tocante ao tratamento dos presos políticos. O coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do DOI, expressa claramente essa visão: “Os terroristas que atuavam no Brasil não poderiam ser considerados prisioneiros de guerra. Qual o país que adota a Convenção de Genebra para os prisioneiros acusados de terrorismo? [...] Guerra é guerra. Terrorismo é terrorismo”.⁸⁶¹ A tortura, portanto, não se manifesta como uma das facetas da luta entre adversários equivalentes, mas representa a plena realização do exercício de poder do vencedor sobre o vencido.⁸⁶²

Parte da “estratégia de manutenção do poder”,⁸⁶³ a tortura não foi oficialmente reconhecida pelo governo que a disseminava, criando uma flagrante ambigüidade entre o discurso ufanista e glorioso do governo militar e a sórdida prática dos órgãos repressivos.⁸⁶⁴

⁸⁶⁰ A Convenção de Genebra foi assinada na cidade de mesmo nome, na Suíça, em 22 de agosto de 1864, entre potências européias, a fim de garantir algumas condições de proteção aos militares em guerra. Em 1907, na Convenção de Haia, os seus princípios foram estendidos aos conflitos marítimos e, em 1929, também em Genebra, aos prisioneiros de guerra. Em 1949, as convenções sobre soldados feridos e prisioneiros de guerra foram consolidadas, assim como foi instituída uma quarta convenção, visando a proteção da sociedade civil em situação de conflito. Para Fábio Konder Comparato, a Convenção de 1864 “inaugura o que se convencionou chamar *direito humanitário*, em matéria internacional; isto é, o conjunto das leis e costumes da guerra, visando minorar o sofrimento de soldados doentes e feridos, bem como de populações civis atingidas por um conflito bélico. É a primeira introdução dos direitos humanos na esfera internacional”. COMPARATO, Fábio Konder. *Convenção de Genebra*. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/anthist/gen1864.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2007.

⁸⁶¹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 317.

⁸⁶² CARD, Claudia. Tortura em situações corriqueiras. In: MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Suzana Bornéo (Org.). *Saberes e fazeres de gênero, entre o local e o global*. Florianópolis: Ed.UFSC, 2006.

⁸⁶³ Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 1, A tortura, p. 11.

⁸⁶⁴ Em entrevista aos pesquisadores do CPDOC-FGV, em 1994, o general Adyr Fiúza de Castro assumiria abertamente a sua posição pessoal diante da tortura: “não sou contra a tortura. Acho que ela é válida em certas circunstâncias – para adquirir informações. Agora, por sadismo ou por puro divertimento, é até mórbida, não concordo. E há gente que se deleita com o sofrimento do próximo. Eu não me deleito. Agora, por necessidade de informações, acho válido. E todo o mundo acha. Desde os esquimós até a China, todo mundo usa, quando necessário”. Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, publicado em D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 73. O general Ernesto Geisel, ex-presidente da República, também admitiu não ser contrário ao emprego do método, em determinadas ocasiões, na frase que se tornou célebre: “Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões”; e acrescenta: “Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior!”. Depoimento do general Ernesto Geisel,

Essa dicotomia entre discurso e prática ampliava a onipotência dos torturadores, pela clandestinidade de uma ação da qual não precisavam prestar contas à sociedade e pela cumplicidade criada com seus superiores hierárquicos na manutenção da ilegalidade. Como observa Elio Gaspari, quando o aparelho repressivo percebe “que pode fazer algo que o governo nega e condena, não se pode mais saber por onde passa a linha que separa o que lhe é permitido daquilo que lhe é proibido. O porão ganha o privilégio de uma legitimidade excepcional”.⁸⁶⁵ Ao mesmo tempo, atribuía-se ao inimigo o ônus da violência da qual era vítima, não apenas por suas ações contrárias à política do governo, mas pelo fato de não dar as informações solicitadas, como demonstra um extrato da denúncia, em carta de próprio punho, feita por um dirigente do PC do B:

Os torturadores tinham como único argumento, mil vezes repetido, o fato de que eu “nada dizia” e o fato de receberem como resposta, reafirmada sempre com firmeza e serenidade, que “nada dizia porque nada tinha a dizer, mas se tivesse não diria, porque não tenho vocação para delator” [...].⁸⁶⁶

De modo semelhante, os interrogadores do DOI insistiram para que uma militante do mesmo partido se responsabilizasse pelas conseqüências dos suplícios infligidos em sua irmã. Em depoimento à Auditoria, relatou “que eles trouxeram um papel escrito afirmando que a interroganda seria responsável pelo aborto que eles iriam praticar em sua irmã; que, mesmo sendo torturada, não assinou esse documento”.⁸⁶⁷ Esta cena narrada por uma militante da AP, em carta endereçada ao juiz auditor, indica a mesma prática dos torturadores, de induzir os interrogados a responder pelas violências por eles praticadas:

Dois meses após a prisão, quando já estava recolhida ao Presídio Tiradentes, fui levada de volta à Operação Bandeirantes. Supunham que eu estivesse ligada a Marcos Sattamini Pena de Arruda, geólogo, que há mais de um mês vinha sendo torturado. Levaram-me à sala de torturas e um dos torturadores, capitão do exército, avisou-me: “Prepare-se para ver entrar o Frankstein”. Via aquele cidadão entrar na sala com o passo lento e incerto, apoiando-se numa bengala, uma das pálpebras caída, a boca contorcida, os músculos do abdômen tremendo constantemente, incapaz de articular bem as palavras. Ele havia ficado hospitalizado, entre a vida e a morte, após o violento traumatismo que sofreu nas torturas. Disseram-me: “Obrigue-o a falar

publicado em D'ARAUJO, Celina; CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*, p. 225. Em ambos os casos o método é considerado válido por uma questão de razão de Estado, mas não é assumido como instrumento sistematicamente empregado pelos órgãos repressivos durante o regime militar.

⁸⁶⁵ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 22-23.

⁸⁶⁶ *Carta de próprio punho*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 1, A tortura, (1969), p. 726.

⁸⁶⁷ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 3, As torturas, (1972), p. 57.

porque a Gestapo não tem mais paciência e se um de vocês não falar nós o mataremos e a morte dele será de sua responsabilidade.⁸⁶⁸

A tortura também constituía a peça-chave da teatralização do poder dos interrogadores,⁸⁶⁹ tanto nos ritos que acompanhavam a chegada ao órgão – despir os presos políticos, encapuzá-los, mostrar o estado físico degradado de companheiros já interrogados – quanto naqueles que antecederiam o interrogatório preliminar – o barulho das chaves abrindo as celas, o nome do preso político a ser inquirido proferido em altos brados. Em carta anexa ao processo da Justiça Militar, um cabo da Polícia Militar assim relatou sua entrada no DOI:

Antes de me empurrarem pelo portão, colocaram-me um capuz negro e, dali por diante, conheci um verdadeiro inferno. Os elementos, que me guiavam aos empurrões através de “labirintos”, proferiam os mais odiosos palavrões contra mim; até que fui encerrado num aposento, onde me tiraram o capuz e me deixaram totalmente despido. Depois atiraram-me no rosto um pesado macacão verde e me ordenaram que o vestisse, “num piscar de olhos”. Logo em seguida, alguém chegou por trás de mim e me colocou o capuz, de forma bestial, sendo este gesto acompanhado de gargalhadas hilariantes seguidas de bofetões e pontapés. Era a recepção.⁸⁷⁰

A descrição das primeiras impressões dos detidos a respeito do cenário encontrado no DOI são recorrentes em apontar esse aspecto de surpresa aliada ao horror do que se via dentro do órgão, como neste depoimento realizado na Auditoria: “foi o interrogando conduzido do pavilhão onde se encontrava para um salão que parecia uma biblioteca, mas, cujas estantes continham instrumentos de torturas”.⁸⁷¹ Outro preso político, detido por suspeitas de ligação com o PCB, reproduziu suas impressões auditivas, narrando a mistura dantesca dos gritos atormentados das vítimas com os impropérios⁸⁷² e gargalhadas dos inquiridores:

Logo na entrada, algemados e encapuçados, fomos recebidos por uma saraivada de gritos, palavrões, empurrões, safanões e ameaças, caso não confirmássemos nossa participação na reorganização do Partido Comunista Brasileiro. [...] Acompanhando essas ameaças ouvíamos também vindo de

⁸⁶⁸ *Carta ao juiz auditor*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 3, As torturas, (1970), p. 183.

⁸⁶⁹ A esse respeito, Marilena Chaui discute o que denomina o “papel do teatro e da farsa na situação da tortura”, comentando o “sentimento dos torturados de ‘estar num palco’, não só porque havia a platéia de torturadores e de companheiros, mas pelo sentimento de irrealidade criado pelo aparato técnico-científico da tortura que só poderia intimidar quando *exibido*. (Grifo da autora). CHAUI, Marilena. Um regime que tortura, p. 34-35.

⁸⁷⁰ *Carta*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 1, A tortura, (1975), p. 889.

⁸⁷¹ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 3, As torturas, (1973), p. 52.

⁸⁷² Outras denúncias citam o grande número de impropérios proferidos pelos interrogadores durante as inquirições. Torturada por recusar-se a confirmar os crimes que lhe imputavam, uma presa política reportou, na Auditoria, “que, além da violência física foram assacadas injúrias contra a interrogada que jamais ouviu e pensou que pudessem ser assacadas contra a mais vil das mulheres”. *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 3, As torturas, (1972), p. 692.

locais diferentes, gritos lancinantes de dor, de pessoas sendo torturadas, palavrões em alto brado, ruídos de pancadas e as gargalhadas dos torturadores gozando o sofrimento de suas vítimas.⁸⁷³

Essa teatralização não era mero efeito de um cenário de extrema violência, mas o resultado de uma demonstração desejada da onipotência dos agentes repressivos sobre os militantes políticos. Detido por suas ligações com a ALN, um preso político relatou em depoimento o que um dos agentes do DOI lhe disse no momento de sua captura: “Você agora vai conhecer a sucursal do inferno”.⁸⁷⁴ De fato, essa associação aparece constantemente nas denúncias, que descrevem um panorama quase irreal, a exemplo deste trecho do depoimento de um militante do PC do B: “que, pior que isso tudo foi passar dias inteiros, por vários dias, vendo e ouvindo várias pessoas serem torturadas, crucificadas, penduradas nos registros das celas, espancadas nos corredores, gritando uma agonia indescritível”.⁸⁷⁵ Ou desta passagem, transcrita da carta de próprio punho de um detido ligado ao PCB:

Escuta-se gritos de pavor, durante 24 horas por dia, choros desesperados de homens e mulheres. Vi velhos de 70 anos serem brutalmente espancados. Pais e filhos, esposas e esposos e irmãos serem torturados uns na frente dos outros, serem obrigados a torturarem-se uns aos outros. Alguns comparam aquele órgão ao inferno. Eu diria que essa palavra não consegue exprimir todo o horror que sentem aqueles que tiveram a infelicidade de entrar como prisioneiros naquela casa.⁸⁷⁶

Para além das vítimas diretas dos suplícios, os efeitos dessa violência dirigiam-se ao conjunto da sociedade, numa outra função da tortura, que se agrega à de extração de informações: a dissuasão. Maria Helena Moreira Alves explica como a tortura serviu de instrumento para afastar potenciais opositores do governo da atividade política: “A evidência da repressão criou uma ‘cultura do medo’ na qual a participação política equiparou-se ao risco real de prisão e conseqüente tortura. Configurava-se assim, com toda evidência, um poderoso elemento dissuasivo da prática e da participação política”.⁸⁷⁷

Por ser considerado um meio rápido e eficaz de investigação, o interrogatório sob tortura foi adotado como método privilegiado de apuração de atividades alçadas à condição de

⁸⁷³ *Carta de próprio punho*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 3, As torturas, (1975), p. 315.

⁸⁷⁴ *Depoimento*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 3, As torturas, (1969), p. 792.

⁸⁷⁵ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 2, As torturas, (1975), p. 602.

⁸⁷⁶ *Carta de próprio punho*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 1, A tortura, (1975), p. 790.

⁸⁷⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil*, p. 204.

crime político.⁸⁷⁸ Essa escolha não representava uma inovação, inscrevendo-se na tradição inquisitorial das práticas policiais e apoiando-se num paradigma investigativo baseado na confissão dos suspeitos e no tratamento de informações fornecidas sob coação física e moral.⁸⁷⁹ Tal técnica produz resultados rápidos, com baixo custo financeiro, ainda que, no longo prazo, apresente um elevadíssimo custo moral e político. O paradigma investigativo que adota a tortura como técnica de extorsão de informações cria, porém, um paradoxo que está na raiz mesmo de sua natureza: ao mesmo tempo em que apura fatos, cria versões fantasiosas, pois a coleta de informações, nesse contexto, é indissociável da submissão do outro.

Eis outra das funções essenciais da tortura, a sujeição do suspeito, que se dá por três vias. A primeira, pela suprema desonra que significa entregar companheiros e familiares, colaborando – ainda que involuntariamente – com aqueles que o torturam e, assim, o subjugam como ser humano a destruir o grupo do qual se faz parte; pela derrota infligida pelo corpo à consciência, tornando aquele que fala, em certa medida, uma vítima de suas próprias “fraquezas”. O aspecto perverso da situação reside no fato de que, em certa medida, o ônus da suposta “delação” recai sobre o torturado – por não ter “agüentado” –, embora seja resultado dos meios brutais empregados pelo interrogador. A lógica estabelecida pelo torturador o exime de toda e qualquer responsabilidade: se o interrogado não fala, merece apanhar para que revele o que sabe; se fornece as informações, é um traidor de sua própria ideologia.⁸⁸⁰ A segunda, pela inserção da fala do militante dentro de uma ordem do discurso que deforma o sentido simbólico do que é dito – de resistência heróica ao regime militar, o ato oposicionista transfigura-se em crime terrorista.⁸⁸¹ É o que explica a insistência, por parte dos interrogadores, da confirmação de fatos já conhecidos por outros meios. Nesse caso, já não era a informação em si que importava – uma vez que já era do conhecimento dos interrogadores –, mas sua inserção no discurso do interrogado, a admissão da culpa, fosse por

⁸⁷⁸ Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 1, A tortura, p. 11.

⁸⁷⁹ LIMA, Roberto Kant de. A tradição inquisitorial, p. 65-84.

⁸⁸⁰ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 39.

⁸⁸¹ A própria idéia de “confissão”, pressupõe a admissão de erro, culpa ou pecado. Michel Foucault lembra que o inquérito, como prática de aferição da verdade, introduz-se no Direito através da Igreja, carregando uma série de categorias religiosas. O delito assume, conseqüentemente, uma conotação de falta moral, de cunho religioso. FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2003, p. 73-74.

um crime real ou injustamente imputado. A terceira, pela aceitação forçada da versão dos acontecimentos apresentada pelos interrogadores.⁸⁸²

O aspecto da submissão é reiteradamente mencionado nas transcrições das denúncias feitas por presos políticos na Auditoria. Suspeito de pertencer ao PCB, um capitão da PM contou “que, no DOI, foi submetido a um tratamento tal que reduziu a nada a capacidade de resistência psicológica do interrogando aos fatos que lhe queriam imputar”.⁸⁸³ Afirmção semelhante faz uma simpatizante do POC: “leu o depoimento citado e não concorda inteiramente com a sua redação e, se o assinou, foi porque estava ‘emocionalmente abatida e assinaria até a sua sentença de morte’”.⁸⁸⁴ Um militante comunista, em carta de próprio punho, fez uma análise não apenas da sujeição imposta no momento do interrogatório, mas também dos efeitos mais amplos visados na utilização desses métodos, em termos de destruição moral e despersonalização:

Os constantes maus-tratos, violência, ofensas morais, privação de alimentação, desconforto, incomunicabilidade, insegurança, geram pavor e aniquilam, por completo, a vontade, condicionando a pessoa a obedecer a qualquer ordem, mesmo que a comprometa moral e legalmente.⁸⁸⁵

Submeter o adversário, no contexto dos interrogatórios preliminares, significava não apenas extrair uma fala que não se queria pronunciada, mas construir determinada versão dos fatos. Não se pode dizer até que ponto essa construção – que continha uma quantidade não desprezível de elementos de veracidade – era reconhecidamente falsa ou se correspondia às conclusões tiradas por interrogadores e analistas de informação. A segunda hipótese parece mais provável, segundo a observação de uma militante da AP em carta ao juiz auditor:

Um simples interrogatório de alguns minutos, baseado em depoimentos policiais arrancados sob torturas, como os que ocorrem nesta Auditoria Militar, pouco ou nada fornece aos senhores para que possam julgar uma

⁸⁸² O depoimento de um preso político, em carta de próprio punho anexada ao processo, acusado de pertencer a uma célula do PCB, corrobora essa avaliação: “Diziam-me que meu nome estava na lista e só me restava confirmar, caso contrário me seriam aplicados castigos ainda mais violentos, pois os outros estavam presos e haviam confessado. Reiniciaram os castigos e as ofensas. Diziam que somente parariam se eu admitisse minha culpa. Ouviam-se gritos de pessoas sendo torturadas e para abafar os ruídos ligavam um rádio em volume alto. Eu estava alquebrado e não mais conseguia concatenar meu pensamento, minhas forças estavam no fim. Sentia-me mal e confuso e, assim, só me restou admitir minha culpa para me livrar dos castigos”. *A tortura*, Tomo V, v. 1, p. 447-448, Armando Lopes, carta de próprio punho, 1975.

⁸⁸³ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 2, As torturas, (1975), p. 885.

⁸⁸⁴ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 2, As torturas, (1971), p. 778.

⁸⁸⁵ *Carta de próprio punho*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 1, A tortura, (1975), p. 448.

pessoa. Esses julgamentos fogem a provas e fatos comprovados para se calcarem em suposições endossadas pelo inquérito policial. As pessoas são julgadas pelo que se pensa delas.⁸⁸⁶

Na denúncia de um membro do MDB também fica evidenciado que os interrogadores, ao mesmo tempo em que se ocupavam em descobrir informações, imputavam aos interrogados crimes e ações que lhe eram estranhos:

que essas torturas, com espancamentos, “pau de arara”, choques elétricos nas partes mais delicadas do corpo, berros incessantes de equipes de torturadores que se renovavam, ameaças de toda a espécie, eram feitas para que ele, inicialmente, admitisse ser comunista. Ele cedeu, depois de muito tempo, mas as exigências cresceram e foi obrigado admitir tudo o que queriam os torturadores, acabando por assinar todas as versões do “Setor de Análise” do DOI, inclusive fornecendo nomes de colegas e amigos como envolvidos em tramas comunistas.⁸⁸⁷

A construção do depoimento se faz ainda presente neste extrato da carta de próprio punho redigida por um militante do PC do B:

teve início o meu interrogatório oficial, no DOPS. Ele foi, em sua maior parte, baseado nos depoimentos prestados no DOI. Apesar do clima de coação estar mais diluído, a insistência da autoridade policial para que constassem do depoimento atos que não pratiquei, foi permanente. Eis porque tal depoimento, apesar de conter partes verdadeiras, está eivado de adendos, interpretações e fatos que não correspondem, em absoluto, à minha atividade, ao meu pensamento e às minhas responsabilidades.⁸⁸⁸

O aniquilamento moral do preso político era parte integrante de um projeto mais amplo, expressamente formulado por um dos torturadores, como relatou a advogado um depoente ligado ao PCB: “Que um dos interrogadores disse ao declarante que uma das finalidades das torturas aplicadas no DOI é atemorizar as pessoas para que elas jamais voltem a ter militância política de qualquer espécie”.⁸⁸⁹ A denúncia, em Auditoria, de um militante do PRT aponta para um intento ainda mais ambicioso, o de alterar a concepção de mundo dos interrogados:

que tal depoimento foi ditado pelo Delegado [ileg.] à revelia do interrogando, que apenas foi convidado a assiná-lo, isso depois de ter sido submetido durante 32 dias de torturas [...] que, as idéias do interrogando não

⁸⁸⁶ *Carta ao juiz auditor*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 3, As torturas, (1970), p. 182.

⁸⁸⁷ Artigo de jornal não identificado, presente no dossiê Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9. 12/05/1976. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 203, 40732.

⁸⁸⁸ *Carta de próprio punho*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 3, As torturas, (1976), p. 926-927.

⁸⁸⁹ *Depoimento a advogados*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 3, As torturas, (1975), p. 627.

eram mudadas face as torturas que sofreu, se essa foi a intenção da autoridade policial.⁸⁹⁰

A questão que se coloca quando se emprega a tortura – para além de todas as objeções de ordem moral – é que não há linha demarcatória identificável entre a recusa a fornecer uma informação e a impossibilidade real de fazê-lo.⁸⁹¹ Desse modo, adentramos em um espaço contíguo ao da sujeição, que, entretanto, possui características próprias, o do castigo extralegal, que não somente antecipa uma possível pena, como a transfigura, de privação da liberdade à violação da integridade física e psicológica dos detidos políticos. A função de castigo elucida o fato de a transmissão de informações ser dificultada ou inviabilizada pelas próprias sevícias, bem como explica o porquê de muitos presos políticos declararem ter sido torturados, em alguns momentos, sem que nada lhes fosse perguntado. É o caso do ex-dirigente comunista Marco Antônio Tavares Coelho, que faz o seguinte relato: “Como disse, cheguei ao DOI de São Paulo no dia 20 de janeiro à noite. Na manhã seguinte, tive, bem cedo, a recepção do ‘doutor Homero’. Início das torturas, sem qualquer tentativa de tirar-me ‘confissão’ por processos suasórios”.⁸⁹² O mesmo ocorreu com um professor que, na Auditoria, afirmou que “antes de qualquer pergunta, foi logo surpreendido com aplicação de choques elétricos”.⁸⁹³ Fernando Gabeira também descreve uma sessão de interrogatório à qual foi submetido em que as respostas não pareciam ter importância:

Às vezes não perguntavam nada. Senti que era uma sessão de pura experiência, e como foi dura. Acabara de sair do hospital onde tinha sondas em todas as partes do corpo e agora me atavam fios nos lugares mais diferentes, sem nenhum propósito. Fiquei revoltado. A dor era horrível mas o ódio era muito maior. Não sei quanto tempo se passou ali. Nem sequer tomaram notas.⁸⁹⁴

Desde o governo do general Castelo Branco havia uma insatisfação a respeito da atuação da Justiça na punição dos crimes políticos. Como afirma Carlos Fico, “Entre os oficiais superiores, era voz corrente que a ‘Revolução’ não estava conseguindo concretizar os

⁸⁹⁰ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 1, A tortura, (1971), p. 249.

⁸⁹¹ CARD, Claudia. Tortura em situações corriqueiras, p. 60.

⁸⁹² COELHO, Marco Antônio Tavares, *Herança de um sonho*, p. 379.

⁸⁹³ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 1, A tortura, (1972), p. 202.

⁸⁹⁴ GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*, p. 175-176.

seus objetivos, especialmente em função da morosidade e limitações da Justiça”.⁸⁹⁵ Se as leis de exceção criadas pelo governo militar amainaram os ânimos dos partidários de um controle mais severo por parte do Poder Judiciário, nem por isso deixou de existir certa tensão entre a esfera militar/policial e a judicial, como comprova um pequeno trecho de um relatório do II Exército:

Os subversivos presos, Frei CARLOS ALBERTO, Frei IVES AMARAL e Frei FERNANDO DE BRITO foram postas em liberdade no dia 04 Out 73.

Mais uma vez a decisão do STM, diminuindo as penas impostas vem mostrar que a subversão é punida com muita clemência.⁸⁹⁶

Com vistas a essa “clemência” e, ao mesmo tempo, cobrindo as lacunas dos casos em que a responsabilidade – muitas vezes suposta – de alguns crimes políticos não era legalmente comprovada, os órgãos repressivos cumpriam uma missão “punitiva”. Tal propósito é explicitamente admitido pelo general Adyr Fiúza de Castro, ex-chefe do CODI do Rio de Janeiro, ao explicar que as provas existentes contra os presos políticos – as confissões, confirmadas pelos depoimentos de outros companheiros – eram anuladas no julgamento, diante da denúncia de torturas, e os acusados muitas vezes absolvidos. A detenção, nesses casos, servia como castigo certo de um crime não comprovado:

E nós achávamos que 45 dias [prazo máximo de detenção sem culpa formada] eram punição suficiente quando não havia crime de morte, quando era somente assalto a banco, pichação, isso, aquilo... Eu, pelo menos, achava que era o suficiente para, na maioria dos casos, o camarada abandonar a atividade subversiva. No entanto, para aqueles mais estruturados, mais fortes, isso de nada adiantava. Muitos foram condenados, cumpriram pena até a anistia, e continuam terroristas até hoje. São muito estruturados.⁸⁹⁷

Assim, entre a apuração consistente e dentro dos marcos legais – ainda que pelas leis de exceção – dos crimes políticos para a punição dos responsáveis e o castigo expedito dos suspeitos, optava-se pelo segundo caminho. A possibilidade de absolvição, no âmbito

⁸⁹⁵ FICO, Carlos. *Como eles agiam*, p. 113. O brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, em entrevista, queixou-se de que “No governo Castelo Branco, depois dos inquéritos terminados, nada foi apurado até o fim: todos caíram em prescrição judiciária, isto é, passaram-se os prazos e não foram a julgamento. (...) A Justiça paralisava isso tudo.” Depoimento publicado em D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 184-185.

⁸⁹⁶ *Relatório Periódico de Informações nº 11/73*. 11/1973. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 179, 36601, fl. 26.

⁸⁹⁷ Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, publicado em D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 66. Vale observar que está expressa, nessa fala, o propósito de modificar as disposições políticas dos militantes, fazendo com que estes abandonassem as suas atividades, “regenerando-se” socialmente.

judiciário, de indivíduos que os órgãos repressivos consideravam culpados – a partir do que ouviam dos interrogados – alimenta a hipótese de que havia certa urgência punitiva, que ajudaria a “justificar” o emprego da tortura. O DOI, como outros órgãos repressivos do gênero, acabava, em certa medida, por condensar as tarefas de investigação, julgamento e punição – incluindo algumas vezes, entre as “penas”, a sentença de morte.

Mortos no DOI

As mortes ocorridas durante os interrogatórios representam, em tese, um paradoxo flagrante, uma vez que o instrumento utilizado com determinado fim acarretaria seu oposto: a supressão da potencial fonte de informações. O trabalho de médicos e enfermeiros que assessoravam os interrogadores, reanimando os interrogados, estabelecendo os limites de resistência física às sevícias e tratando dos presos políticos sob risco de morte, visava justamente evitar que a morte viesse a pôr fim ao trabalho de inquirição.⁸⁹⁸ Conseqüentemente, salvo alguns “acidentes”, a morte sob interrogatório também tinha sua funcionalidade, fosse para exterminar dirigentes políticos considerados “não regeneráveis”, para servir de exemplo aos que se recusavam a falar, fosse para demonstrar o poder assumido pelos órgãos repressivos no regime militar. Esse poder, entretanto, também constituía uma fraqueza, na medida em que isolava progressivamente do regime parcelas da sociedade que concordavam com os princípios, mas não com os métodos. Como afirma Elio Gaspari:

A inimizabilidade dos militares envolvidos na repressão política passava a exigir mais do que silêncio ou tolerância. Tratava-se de encobrir homicídios por meio de versões insustentáveis, pondo em funcionamento uma nova engrenagem. De um lado o porão demonstrava sua força impondo uma mordaza à oficialidade e ao aparelho judiciário. De outro, ampliava seu contencioso com a sociedade e transformava a tortura numa linha demarcatória entre o repúdio e o apoio ao regime.⁸⁹⁹

Poucas semanas após a criação da Operação Bandeirante, morria o primeiro militante político nas mãos de seus agentes: José Wilson Lessa Sabbag, membro da ALN, foi executado no momento de sua captura. A versão oficial, que seria muitas vezes empregada em situações semelhantes, referia morte em tiroteio, quando na realidade o militante foi cercado,

⁸⁹⁸ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais* p. 230-231.

⁸⁹⁹ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 173.

gravemente ferido e não possuía nenhuma possibilidade de evadir-se.⁹⁰⁰ A segunda morte foi a do militante da ALN Virgílio Gomes da Silva, o primeiro “desaparecido” produzido pelo DOI. Virgílio, que havia comandado o seqüestro do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, no dia 4 de setembro de 1969, foi preso no dia 29 do mesmo mês e assassinado sob tortura.⁹⁰¹ Devido à sua reação à prisão e à tortura – teria escarrado nos rostos dos agentes do órgão –, foi morto a pontapés após ter sido submetido ao pau-de-arara, sem que os interrogadores se dessem conta de que se tratava do chefe do GTA da ALN em São Paulo.⁹⁰²

Ao todo, foram dez os “desaparecidos” políticos no DOI de São Paulo,⁹⁰³ dentro de um universo total de 58 mortos, distribuídos entre os anos de 1969 e 1976.⁹⁰⁴ Para o advogado de presos políticos Luiz Eduardo Greenhalgh, o desaparecimento foi um dos maiores atentados do regime militar contra os direitos humanos:

O crime de desaparecimento político é o mais degradante possível praticado contra o ser humano. A vítima é privada de toda a sua identidade pessoal, civil, política e social. Passa a não existir, existindo. Sendo vítima, não o é. Estando presa, é como se solta estivesse. O desaparecimento político, no

⁹⁰⁰ COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória*, p. 101.

⁹⁰¹ Em 2004 o jornalista Mário Magalhães encontrou, no arquivo do DOPS de São Paulo, o laudo e a foto do corpo de Virgílio, enterrado como desconhecido. COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória*, p. 104.

⁹⁰² FON, Antonio Carlos. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*, p. 37-38.

⁹⁰³ Em 1969, Virgílio Gomes da Silva; em 1970, o militante da ALN Antônio Três Reis de Oliveira e os militantes da VPR José Maria Ferreira de Araújo e Aluizio Palhano Pedreira Ferreira; em 1971, o militante da ALN Luiz Almeida Araújo e os militantes do MOLIPO Aylton Adalberto Mortati e Flávio Carvalho Molina; em 1973 o militante da APML Paulo Stuart Wright. Estão incluídos, igualmente, os militantes da APML Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira e Eduardo Collier Filho, presos por agentes do DOI no Rio de Janeiro em 23 de fevereiro de 1974 e desaparecidos desde então. Suas mães foram comunicadas de que os filhos encontravam-se no DOI paulista e, ao visitarem-nos, ouviram de um carcereiro que os dois lá estavam, mas que não era dia de visitas. Quando voltaram ao órgão, no dia indicado, disseram-lhes que havia ocorrido um engano e que os militantes nunca lá estiveram. COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória*, p. 372.

⁹⁰⁴ Trata-se de uma estimativa conservadora, que não leva em conta desaparecidos em sítios clandestinos, nem outras mortes que podem ter ocorrido nas dependências do DOI sem que se tenha registro, como no caso de Dimas Antônio Casemiro, baleado em 17 de abril de 1971 e encaminhado ao IML apenas dois dias após a sua captura. COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória*, p. 157. Também não contabiliza as mortes dos militantes da ALN Sônia Maria de Moraes Angel Jones e Antônio Carlos Bicalho Lana, presos em Santos no dia 30 de novembro de 1973, sobre a qual existem duas versões. A primeira, do primo do pai de Sônia, o coronel Canroberto Lopes da Costa, segundo a qual os militantes teriam sido enviados para o DOI do Rio de Janeiro e torturados até a morte. A segunda, do ex-sargento e agente de informações do DOI de São Paulo, Marival Dias Chaves do Canto: teriam sido encaminhados para uma casa clandestina de tortura na zona sul de São Paulo, onde também teriam sido torturados até a morte. COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória*, p. 364.

plano jurídico não é qualificado em nossas leis; os familiares de desaparecidos, por sua vez, são lançados num verdadeiro calvário.⁹⁰⁵

A conta dos mortos cresce para 60, se forem incluídos os dois casos de morte em decorrência das torturas sofridas nas dependências do órgão. O primeiro é o de José Maximino de Andrade Neto, preso em 11 de agosto de 1975 sob a acusação de pertencer ao PCB e morto um dia após ter sido libertado e deixado em sua casa pelos agentes do DOI, em condições de saúde deploráveis. O segundo é o de Massafumi Yoshinaga, militante da VPR e um dos presos políticos a gravar depoimento em rede nacional renegando a sua militância política e criticando as organizações de esquerda. Consta que esse militante teria se entregado voluntariamente, por estar desligado de sua organização, em sérias dificuldades financeiras e sendo avidamente perseguido pelos órgãos repressivos. Depois de mostrar-se “arrepentido” em entrevista à TV Tupi, passou a ter alucinações e a sofrer de síndrome de perseguição, dizendo que seria morto por agentes da Operação Bandeirante. Apesar dos tratamentos psiquiátricos aos quais se submeteu, Massafumi cometeu três tentativas de suicídio, tendo, na terceira, alcançado o seu intento.⁹⁰⁶

A distribuição, no tempo, das mortes ocorridas nas dependências do DOI ou sob a ação direta de seus agentes segue, em grandes linhas, a tendência geral do quadro de indivíduos assassinados pelo conjunto dos órgãos repressivos do país. A exceção ocorre no ano de 1974, quando há apenas um morto entre os vários desaparecidos políticos, no plano geral, e nenhuma morte no cômputo do DOI de São Paulo. Nesse ano, vários dirigentes do PCB foram assassinados em sítios clandestinos, segundo o depoimento do ex-sargento e agente de informações do DOI Marival Dias Chaves do Canto. Em entrevista à revista *Veja*, o ex-sargento revelou que, no final de 1973, o DOI servia-se de uma casa no bairro do Ipiranga e de um centro clandestino montado na estrada da Granja 20, em Itapevi. Em 1975, o cárcere de Itapevi foi substituído por uma fazenda a 30 quilômetros de São Paulo, na beira da rodovia Castelo Branco. De acordo com suas estimativas, ao menos oito membros do Comitê Central do PCB teriam sido jogados ao rio após terem sido torturados e mortos no sítio de Itapevi, o

⁹⁰⁵ Debate com Luiz Eduardo Greenhalg. In: BRANCA, Eloisa (Org.). *I Seminário do grupo Tortura nunca mais*, 1987, p. 110.

⁹⁰⁶ COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória*, p. 402 e p. 419-120, respectivamente.

que elevaria o número de desaparecidos sob a responsabilidade do DOI de 10 para 18, e o número total de mortos de 60 para 68.⁹⁰⁷

Em sua maioria, os militantes políticos perseguidos foram executados pelos agentes de Busca e Apreensão ou torturados até a morte pelos agentes de interrogatório. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), estudando diversos laudos de necropsia e fotos de cadáveres, com a ajuda de especialistas, identificou sinais de violência física em muitos militantes sobre os quais se acreditava, até então, terem morrido em função dos disparos dos agentes do DOI. Dos 27 casos de militantes baleados, seis foram levados com vida à rua Tutóia e ali torturados. Suspeita-se ainda de que outros sete tenham sofrido algum tipo de violência física antes de sua execução.⁹⁰⁸ Entre os desaparecidos, nove morreram sob torturas – 17, se contabilizarmos os dirigentes do PCB mortos no sítio clandestino – e um foi executado. Ao todo, pelo menos 31 militantes morreram sob tortura nas dependências do DOI paulista.

O repertório de versões para essas mortes não era muito extenso. Somadas, as variantes de “morte em tiroteio com os agentes da ordem” e “resistência à prisão” chegam a 37 dos casos, normalmente encobrendo execuções sumárias e mortes sob tortura. O sucesso dessa justificativa deve-se ao fato de que, em caso de tiroteio, os agentes do DOI não eram obrigados a manter intacta a cena do crime, para a investigação da perícia, o que lhes permitia forjar tiroteios sem grandes preocupações de verossimilhança. O ex-comandante do DOI, coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, procura esclarecer em seu livro a razão pela qual seus agentes não seguiam os procedimentos de praxe:

Quando o preso morria num tiroteio ou num acidente desse gênero, ele era retirado do local e levado para o DOI, onde o corpo aguardava os trâmites legais para o seu encaminhamento ao IML.

As razões desse procedimento eram necessárias, pois os terroristas, seguidamente, agiam com uma cobertura armada. Se permanecêssemos preservando o local, aguardando os procedimentos da Política Técnica, estaríamos sujeitos a uma represália dos terroristas que, em uma ação desse tipo, poderiam nos atacar e atingir os curiosos. Quando o preso não morria era, imediatamente, levado para o hospital.⁹⁰⁹

⁹⁰⁷ São eles: Elson Costa, Hiram de Lima Pereira, José Montenegro de Lima, Jayme Amorim de Miranda, Luís Inácio Maranhão Filho, João Massena Melo, Orlando Rosa Bomfim Júnior e Itair José Veloso. A lei da barbárie. *Veja*, 18 nov. 1992, p. 23-24.

⁹⁰⁸ Ver tabela nos anexos.

⁹⁰⁹ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 312.

Entretanto, não explica como o dirigente do POC Rui Osvaldo Aguiar Pfutzenreuter pôde ter sido morto em tiroteio com agentes policiais se sua organização não apenas discordava da luta armada como criticava, em seus documentos, as organizações que travavam a guerrilha urbana. Como afirmam os membros da CEMDP, “Os agentes e analistas do próprio DOI-CODI sabiam muito bem disso e demonstraram, mais uma vez, o sentimento de completa impunidade de que gozavam, ao divulgar uma farsa que todos sabiam não conter qualquer verossimilhança”.⁹¹⁰

Outra versão, empregada em quatro ocasiões, para ocultar a morte sob tortura foi a de tentativa de fuga – às vezes seguida de “atropelamento” – ao cobrir, sob a tutela dos agentes do DOI, um ponto marcado com um companheiro antes da prisão. Como afirmam Carlos Tibúrcio e Nilmário Miranda, essa explicação é muito pouco credível:

Os esquemas para capturar militantes em “pontos” abertos sob tortura envolviam dezenas de agentes que ocupavam e cercavam o local. Normalmente, o militante era conduzido ao local do “ponto” já alquebrado pelas torturas.

Na verdade, não há registro de fugas verdadeiras. Todas as fugas nas versões oficiais em “pontos” são falsas. Foi a versão preferida porque, além de fornecer o “pretexto”, apresenta o militante como um delator dos companheiros.⁹¹¹

Do mesmo modo, não são convincentes as situações em que a *causa mortis* apontada foi o suicídio – o que ocorreu seis vezes, cinco das quais para encobrir mortes sob tortura. Destes, um teria se jogado do Viaduto do Chá, outro teria sido atropelado por um caminhão, outro teria se dado um tiro, e três teriam se enforcado. Vale notar que as circunstâncias dos suicídios por enforcamento são as mais fantasiosas: em dois casos o objeto utilizado para provocar a morte teria sido supostamente o cinto do macacão reservado aos presos políticos, embora seja do conhecimento geral que a roupa deles não continha tal acessório; no terceiro, o preso teria se suicidado com as próprias meias. Todos os três teriam ocorrido sem vão livre, ou seja, sem espaço suficiente entre a forca e o chão para que o corpo ficasse suspenso no ar – o que significa que teriam que dobrar as pernas a fim de provocar a asfíxia. A respeito dessa última morte por “suicídio”, a do operário Manuel Fiel Filho – acusado de pertencer ao PCB – , Gildásio Westin Cosenza, então militante do PC do B, comenta que, “depois daquele

⁹¹⁰ COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória*, p. 296.

⁹¹¹ MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 136.

alvoroço, os caras chegaram inclusive a fazer piadas. Eles mesmos ridicularizavam a fragilidade da farsa. Um deles chegou para mim e disse que o próximo ia se enforcar com um lenço de papel”.⁹¹²

A morte de dois militantes do Partido Comunista Revolucionário (PCR)⁹¹³ nas dependências do DOI foi registrada em uma história mirabolante na qual um deles, Manoel Lisbôa, teria levado os agentes ao encontro do militante Emmanuel Bezerra dos Santos, que, desconfiado da traição, teria atirado no próprio companheiro. Diante da situação, os agentes repressivos teriam matado os dois. Além de ser falsa, a versão apresentava o dirigente do PCR como delator do companheiro, desmoralizando a organização. Na realidade, os dois morreram sob intensas torturas, e Emmanuel mutilado: arrancaram-lhe os dedos, o umbigo, os testículos e o pênis.⁹¹⁴

Para algumas mortes foi dada mais do que uma explicação. O assassinato sob tortura de Alexandre Vannucchi Leme, militante da ALN, foi presenciado por vários presos políticos, mas a versão oficial sobre sua morte é de atropelamento após fuga. As duas “testemunhas” do suposto “atropelamento” divergem: segundo o motorista do caminhão, Alexandre estaria sendo perseguido sob gritos de “pega ladrão” e teria se jogado contra o veículo; já um balconista de bar afirmou que o militante estava tomando cerveja e, de um momento para o outro, começou a correr. Segundo o ministro Rodrigo Octávio, general do Exército, “Talvez seja este o acidente mais assistido e menos testemunhado da história”,⁹¹⁵ uma vez que o local em que teria ocorrido o “acidente” é um ponto de intenso movimento de pessoas.

Frederico Eduardo Mayr, militante do Molipo, foi baleado e levado ao DOI, onde outros presos políticos o viram ser torturado na cadeira do dragão. Sua morte teve três versões oficiais distintas, nenhuma delas divulgada. Na primeira, teria morrido após tiroteio, a caminho do hospital; na segunda, datada do dia seguinte, ao fugir de um ponto; na terceira, nesse mesmo dia, teria sido alvejado pelos companheiros no interior de um carro da polícia.⁹¹⁶

⁹¹² Depoimento de Gildásio Westin Cosenza publicado em COUTO, Ronaldo Costa. *Memória viva do regime militar*, p. 109.

⁹¹³ O PCR foi organizado entre 1966 e 1977, como dissidência do PC do B e atuação restrita no nordeste do país. COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória*, p. 350.

⁹¹⁴ COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória*, p. 351-352.

⁹¹⁵ COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória*, p. 338.

⁹¹⁶ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 388.

Outro produto da despreocupação com a credibilidade foi a morte do militante do Molipo Francisco José de Oliveira. Os edemas e escoriações no rosto, queixo, olho direito e pescoço, visíveis na foto do Instituto Médico Legal (IML), e o fato de ter sido encaminhado para esse instituto despido indicam que foi morto sob tortura. Enquanto a requisição de exame do cadáver diz que o militante foi morto no dia 5 de novembro de 1971, por volta das 16 horas, após ter travado “violento tiroteio com os órgãos de segurança”, a ficha do IML assinala sua entrada no dia 4 de novembro, às 20 horas, portanto 20 horas antes do suposto “tiroteio”.⁹¹⁷ Há igualmente o caso do militante da ALN Helber José Gomes Goulart. Oficialmente morto em “tiroteio”, a foto de seu corpo não apenas mostrava equimoses, como registrava um ricto de dor, com vincos marcando a testa, em expressão incompatível com as de um cadáver, o que significa que a foto encaminhada ao IML foi feita quando ainda estava vivo.⁹¹⁸

A despreocupação em forjar versões mais coerentes e merecedoras de algum crédito expunha a onipotência dos órgãos repressivos no período, ao mesmo tempo que transmitia à sociedade a mensagem – clara para aqueles que seguiam a política nacional mais de perto – de que a participação política podia custar caro. A demonstração de força servia igualmente para intimidar os presos políticos. Vários deles denunciaram, na Auditoria, que a morte dos companheiros era utilizada como argumento para convencê-los a colaborar nos interrogatórios. Exemplo disso é o relato de um militante do PC do B:

que, em um dado momento, um dos interrogadores, gritando que como o interrogando não sairia vivo dali não havia importância que lhe visse o rosto e então arrancou o capuz do interrogando; [...] que, esse mesmo elemento gritou, nas próprias palavras dele, que fora ali que morrera José Carlos da Mata Machado e que era ali que o interrogando iria morrer.⁹¹⁹

Outro preso político, membro do mesmo partido, afirmou que “essas ameaças foram feitas por policiais do DOI que lhe esclareceram que se não confessasse teria o mesmo fim que Joel, ‘Moreno’, que foi morto por policiais do DOI do Rio de Janeiro”.⁹²⁰ De modo análogo, um militante do POC relatou “que também quer citar como elemento de peso na sua

⁹¹⁷ MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*, p. 133.

⁹¹⁸ COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória*, p. 348.

⁹¹⁹ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: Nunca Mais, Tomo V, v. 2, As torturas, (1975), p. 78.

⁹²⁰ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: Nunca Mais, Tomo V, v. 2, As torturas, (1973), p. 818.

decisão da assinatura do depoimento, o conhecimento que tinha de mortes havidas de outros companheiros, sob torturas, naquela mesma repartição [DOI]”.⁹²¹

Ainda que não se tenha encontrado nenhum documento oficial expondo os critérios da política de extermínio de membros das organizações de esquerda, pode-se inferir alguns deles. Além dos dirigentes das organizações,⁹²² estavam jurados de morte os banidos que retornavam ao país – entre os quais os integrantes do Molipo – e aqueles que voltavam a ter atuação política clandestina depois de presos.⁹²³ A esse respeito, os membros da CEMD assinalam que

essa sentença foi explicitamente formulada a dezenas de presos políticos no dia em que eram libertados, quando, depois de assinarem na Auditoria Militar os respectivos termos de soltura, muitas vezes eram levados para uma breve e ilegal passagem pelos órgãos de segurança, onde ouviam o comunicado solene.⁹²⁴

Também recebiam a sentença extrajudicial de morte os participantes de determinadas ações armadas, entre elas o atentado à bomba ao quartel-general do II Exército, no dia 26 de junho de 1968, que matou o sentinela Mário Kozel Filho e feriu mais três soldados e os “justiçamentos” de membros da repressão, como o do capitão do Exército dos Estados Unidos Rodney Chandler, no dia 12 de dezembro de 1968; o de Henning Albert Boilesen – presidente da Ultragás, considerado financiador da Operação Bandeirante – no dia 15 de abril de 1971; e o do delegado Gonçalves Moreira Junior, um dos precursores do órgão, no dia 25 de fevereiro de 1973.⁹²⁵ Percival de Souza relata que o irmão do delegado, ao retirar seus objetos pessoais no DOI, constatou que a arma não estava entre os pertences. Os agentes do órgão explicaram-lhe que a pistola Walther de calibre 7,65 mm seria utilizada para vingar a morte do colega e só

⁹²¹ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: Nunca Mais, Tomo V, v. 2, As torturas, (1971), p. 891.

⁹²² Há um episódio que põe particularmente em evidência essa política relacionada aos militantes mais destacados. O dirigente do Molipo Hiroaki Torigoe foi baleado e preso por agentes do DOI. Chegou ao órgão com hemorragia e, diante da impossibilidade de submetê-lo ao pau-de-arara, optaram por amarrá-lo a uma cama de campana para torturá-lo. Outros presos políticos testemunharam a polêmica que surgiu entre os torturadores sobre o destino a ser dado ao militante, ainda vivo. Alguns achavam que deveriam prestar-lhe cuidados médicos, reanimando-o com o fim de continuar o interrogatório, outros achavam que deveria continuar a ser torturado até a morte. Venceu a segunda alternativa. É importante observar que, nos dois casos, o destino certo era a morte. Verbete Hiroaki Torigoe, em: <<http://www.desaparecidospolitic.org.br/>>. Acesso em: 3 out. 2007.

⁹²³ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*, p. 388.

⁹²⁴ COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória*, p. 383.

⁹²⁵ SOUZA, Percival de. *Autopsia do medo*, p. 191.

então seria devolvida. Do grupo que participou do “justiçamento” apenas um teria sobrado vivo, sem que se conheça sua identidade.⁹²⁶

Os assassinatos de Vladimir Herzog e de Manoel Fiel Filho possuem uma particularidade. Se ainda restam incertezas no que concerne à primeira morte, que pode ter sido fruto de um “acidente”, a segunda não deixa dúvidas sobre o propósito de lançar um desafio à política de distensão do governo do general Ernesto Geisel. Nenhum dos dois era dirigente político ou se enquadrava em algum dos critérios expostos. O primeiro, embora tivesse simpatia pelo PCB, participava com pouco entusiasmo das “intermináveis” reuniões do partido, ao passo que se dedicava com grande afinco ao seu trabalho de jornalista.⁹²⁷ Os colegas de Manoel, por sua vez, o descreviam como homem trabalhador e desapegado a agitações políticas.⁹²⁸ A nota destoante foi punida com severidade pelo general Geisel, com a substituição do então comandante do II Exército, o general Ednardo D’Ávila Mello, e os afastamentos do comandante do DOI, o tenente-coronel Audir Santos Maciel, e do subcomandante Dalmo Lúcio Cyrillo. Mas os torturadores não foram presos ou processados, de maneira que o recado subjacente era de que cabia unicamente à alta hierarquia do Exército e do governo decidir quem deveria receber a sentença extrajudicial de morte. Os agentes do DOI conformaram-se às diretivas presidenciais, e as últimas mortes realizadas sob sua responsabilidade foram as dos dirigentes do PC do B, na Chacina da Lapa, em dezembro de 1976.

4.3 Processamento das informações

Segundo o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, nos casos em que a prisão era programada, ou que havia um intervalo de tempo entre a captura e o interrogatório, a equipe de interrogatório preliminar preparava a sessão “municipada” da documentação de que o DOI dispunha a respeito do militante, a partir das orientações fornecidas pela Subseção de Análise.⁹²⁹ Caso contrário, começava-se pelas questões mais básicas de identificação e outras em torno das suspeitas que levaram à detenção. Se, por exemplo, o indivíduo tivesse sido

⁹²⁶ SOUZA, Percival de. *Autopsia do medo*, p. 66-67, 173.

⁹²⁷ MARKUN, Paulo. *Meu querido Vlado*, p. 77.

⁹²⁸ Manoel, da Fábrica da Moóca para a morte. *O Estado de S. Paulo*, 21 jan. 1976, p. 16. Arquivo Ana Lagôa, Seção de Recortes, R03584. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br>>. Acesso em: 15 out. 2007.

⁹²⁹ USTRA, Carlos Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 159.

detido por ter sido citado no depoimento de algum militante, os interrogadores o induziam a falar sobre suas ligações com o militante em foco. As questões subseqüentes variavam em função do conhecimento que se tinha sobre o interrogado e das circunstâncias de sua prisão.

O conteúdo de cada sessão de interrogatório preliminar era determinado pelo andamento do trabalho de diversas equipes. De uma sessão de interrogatório a outra, não há necessariamente uma seqüência lógica dos temas abordados.⁹³⁰ Indivíduos não mencionados anteriormente passavam a ser objeto de inquirição de um momento para o outro, indicando que novas fontes de informação estavam sendo exploradas. Cada inquirição repunha em marcha o duplo mecanismo de confirmar o que já fora dito e de extrair novas informações. A equipe de busca, responsável pela captura dos militantes de esquerda e pela revista de casas, carros e aparelhos, levava quotidianamente novos materiais para a análise. Estes vinham somar-se ao cabedal de conhecimentos paulatinamente adquirido pelo DOI sobre a dinâmica de funcionamento das diversas organizações de esquerda, além de acrescentar novos detalhes e questões a serem esclarecidas. O processamento de informações traduzia-se, no interrogatório, no vai-e-vem de perguntas e respostas, e era entremeado pelas técnicas de produção da dor: “Quanto mais eu negava, mais fortes as pancadas” – reporta um militante da ALN.⁹³¹

Pontos de inflexão: ganhar tempo, omitir, faltar com a verdade

O general Leônidas Pires Gonçalves, ao abordar o tema do comportamento dos presos políticos nos interrogatórios, afirma categoricamente:

Agora, com rara exceção, nunca vi maior disposição para a delação do que entre essa gente. É por isso que eles hoje vivem dizendo que eram torturados. Porque os companheiros não perdoavam o que eles diziam. Mas começavam a falar logo. Diziam logo as coisas, muito mais do que era esperado.⁹³²

⁹³⁰ Segundo o depoimento do dirigente do PC do B, Haroldo Lima, os diversos temas sobrepunham-se: “Foram várias horas de tortura por dia e por noite, alguns dias e algumas noites, perguntas intercaladas com outras. Terminava uma sessão de tortura sobre a gráfica, vinha uma sobre o trabalho ‘especial’. Às vezes, no meio de uma sessão, suspendiam um assunto e metiam outro”. “Memorial de Haroldo Lima a respeito de seu afastamento do Comitê Central (1979)”. *Apud* POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa*, p. 178.

⁹³¹ *Depoimento*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 3, As torturas, (1969), p. 792.

⁹³² Depoimento do general Leônidas Pires Gonçalves, publicado em D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 243.

Já o coronel Carlos Brilhante Ustra menciona a existência de estratégias para sonegar informações: “O preso, por sua ideologia, por seu companheirismo, por seu fanatismo, ou por medo de represália de sua organização, que poderia ‘justiçá-lo’, tentava iludir-nos e ganhar o máximo de tempo possível”.⁹³³ De fato, ainda que as transcrições dos depoimentos reproduzam essencialmente a fala dos presos políticos, nota-se o tempo todo a existência de uma tensão constante entre estes e os inquiridores. O recurso a toda sorte de astúcias para ocultar, encobrir ou embaralhar informações permeia a fala dos interrogados. Contudo, como lembra Jacob Gorenader, “No meio de elementos inverídicos, os depoimentos arrancados sob tortura tiveram, em sua maioria, informações úteis à repressão policial”,⁹³⁴ inclusive pelo fato de que mesmo as histórias inventadas, para serem verossímeis, continham um bom número de elementos reais, como atesta o testemunho de Luiz Roberto Salinas Fortes:

Menciono alguns nomes, todos de maneira incompleta e alguns falsos. Só falo dos que estão fora de perigo, no exterior, com exceção de dois, os quais, na minha superestimação do zelo investigatório dos carrascos, acredito não poder omitir sob pena de comprometer o depoimento na sua totalidade.⁹³⁵

Evidentemente, as estratégias de cada indivíduo diante da violência dos interrogadores e das questões por eles formuladas variavam bastante, conforme a conjuntura e o grau de resistência física e psicológica do preso político.⁹³⁶ Não interpor, diante da violência dos interrogadores, a mediação da palavra – por mais inútil que fosse para estancar ou amenizar as torturas – era tarefa praticamente impossível. Negar-se a revelar o que quer que fosse, ainda que o interrogado de fato não dispusesse da informação desejada, dava vazão, em

⁹³³ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 309, Segundo a definição do delegado e torturador do DOPS, Firminiano José Pacheco, o interrogatório é um confronto entre duas vontades. Para ele, o “criminoso político” é mais difícil de interrogar pelo fato dele não aceitar a autoridade do Estado, representada pelo agente repressivo. Daí a necessidade de demonstrar que há métodos coercitivos capazes de obrigá-lo a submeter-se a essa autoridade. FON, Antonio Carlos. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*, p. 71.

⁹³⁴ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*, p. 261.

⁹³⁵ FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Retrato calado*, p. 20.

⁹³⁶ Gostaria de tecer uma breve reflexão a esse respeito. Meu objetivo absolutamente não é apontar quem resistiu ou não à tortura, nem medir os graus de resistência de cada um, mas simplesmente descrever algumas estratégias às quais os interrogadores se viam confrontados. Acredito, pelo contrário, que o mito do bom comportamento sob a tortura, difundido pelas organizações de esquerda, prestam um desserviço ao colocar o ônus da responsabilidade nas costas do preso político, pois, na realidade, este cabe ao torturador. Ademais, assumir uma fala que exprime o intuito de cooperar como uma real intenção nesse sentido pode ser tão enganador quanto menosprezar o valor circunstancial de uma determinada informação voluntariamente concedida, sem que o caráter voluntário dessa colaboração seja assinalado na transcrição do interrogatório. Há muitas variáveis que não podem ser inferidas através da leitura dos interrogatórios, como o estado físico dos depoentes, sua capacidade de resistência física e mental, o conhecimento anteriormente adquirido pelos interrogadores sobre um dado assunto ou a veracidade das informações fornecidas. Feitas essas considerações, é possível identificar a não linearidade entre uma sessão de interrogatório preliminar e outra, idas e vindas de um caminho tortuoso que cabia aos interrogadores – com o auxílio dos analistas de informações – “endireitar” e esclarecer.

determinadas circunstâncias, a renovadas suspeitas, como conta um preso político ligado à ALN, em depoimento a seus advogados:

Voltaram às mesmas perguntas, repetiram as difamações. Disse que em vista da minha resistência à tortura, concluiu que eu era um guerrilheiro e devia estar escondendo minha participação em assaltos a bancos. O interrogatório reiniciou para que eu “confessasse” os assaltos a bancos: choques, pontapés nos órgãos genitais e no estômago, palmatórias, pontas de cigarros apagadas no meu corpo. Durante 5 horas, apanhei como um cachorro.⁹³⁷

Para ver-se livre das sevícias, era preciso convencer o inquiridor de que não havia mais nada a extrair, missão de êxito pouco provável, diante de profissionais cujo ofício alimentava-se de uma suspeição genérica e tenaz. Nas palavras da ex-militante da VAR Palmares Dilma Rousseff, “É uma arte. A dificuldade é convencê-lo de que você não sabe mais do que aquela moldura. Não é um jogo só de resistência física, é de resistência psíquica. Até porque uma das coisas que você descobre é que você está sozinho”.⁹³⁸

Ainda assim, havia quem se negasse – ao menos por certo período – a revelar determinadas informações. Retificando o que fora dito em um interrogatório anterior, um militante da AP afirmou:

que tem o seguinte a declarar, em substituição a suas declarações anteriores, embora não queira contribuir com o trabalho das autoridades representantes do governo ditatorial; que só não declarou o que praticou ou o que sabe, com o intuito de se libertar o mais rápido possível, para continuar na luta de libertação; [...]

que se nega a declarar o endereço de sua residência, onde possivelmente ainda estejam os dois companheiros e o material de publicações da Ação Popular [...].⁹³⁹

Os interrogadores acrescentaram no depoimento de um militante da OCML-PO a seguinte observação: “o depoente apesar de incessantemente interrogado recusa-se a fornecer dados mais objetivos que poderiam levar à localização e identificação de outros membros da organização”.⁹⁴⁰ Em interrogatório, uma militante do PC do B afirmou “Que retifica em parte suas declarações anteriores; esclarecendo que omitiu diversos fatos para não ‘dedar’ elementos que conheceu e até então, não foram apontados em depoimentos anteriores, feitos

⁹³⁷ *Depoimento*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 3, As torturas, (1969), p. 795.

⁹³⁸ Dilma diz ter orgulho de ideais da guerrilha. Entrevista concedida a Luiz Maklouf Carvalho. *Folha de S.Paulo*, 21 jun. 2005.

⁹³⁹ *Interrogatório preliminar*. 11/07/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 80, 14568-14567.

⁹⁴⁰ *Interrogatório preliminar*. 13/09/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 173, 35783.

por outras pessoas que participaram do PC do B”.⁹⁴¹ Apesar de estarem numa condição extremamente desfavorável, os presos políticos contavam com uma vantagem mínima no braço-de-ferro com os torturadores: possuir uma informação desconhecida destes. Um militante do PCB, ciente dessa condição, lançava um desafio aos agentes do DOI: “Perguntado ao depoente se está escondendo informações a ele solicitadas, com relação a nomes de militantes do PCB, respondeu que não, e que, se soubesse de alguma coisa, não os diria sob nenhuma forma”. Alguns dias mais tarde, diante de uma acareação, sustentou sua versão dos fatos, contradizendo seu companheiro, o que deixou os interrogadores indignados:

ACAREACÃO – [...] afirmou diante de MOACIR LONGO (“RENE LUIZ GARCIA”, “PEREIRA” ou “NETO”) que este não é o militante “JOSÉ NETO”, de quem recebia mensalmente a importância de Cr\$ 700,00 e insiste em sua negativa, mesmo diante da afirmativa de MOACIR LONGO (“RENE LUIZ GARCIA”, “PEREIRA” ou “NETO”), de que realmente entregava a quantia mencionada ao depoente.

OBSERVAÇÃO – Diante das absurdas negativas por parte do depoente, esta Turma de Interrogatório deseja deixar claro que o mesmo é elemento insolente, incoerente, cínico e mentiroso e mesmo diante das evidências quanto a fatos que lhe dizem respeito, nega-os com o maior cinismo e desplante.⁹⁴²

Treinados para obter confissões, os interrogadores encolerizavam-se quando não alcançavam seu intento. Sobre um militante da Ala Vermelha do PC do B, anotavam que “O depoente é frio, fleugmático, calculista, cínico e teima em não esclarecer os mais simples detalhes, chegando até por horas (duas ou três) a negar seu nome verdadeiro, a conhecer sua esposa, mesmo quando de imediato se lhe foram apresentados”.⁹⁴³ Sobre outro preso político, ex-militante de várias organizações – Polop, VAR Palmares, Colina –, a “turma de interrogatório” observou:

OBSERVAÇÃO DA TURMA DE INTERROGATÓRIO:

O depoente é frio e calculista, limitando-se a prestar declarações dos fatos que ocorreram estritamente com sua pessoa, negando, peremptoriamente, a mencionar os nomes das pessoas que militaram com sua pessoa na organização. Fêz uma apologia da Revolução Armada, referindo às

⁹⁴¹ *Interrogatório preliminar*. 12/05/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 116, sem código.

⁹⁴² *Interrogatório preliminar*. 27/07/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 159, 33094-33093.

⁹⁴³ *Interrogatório preliminar*. 24/03/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 163, 33942.

autoridades do País, como por exemplo: Gorilões, Milicos, Pseuda [sic] Revolução, e etc.⁹⁴⁴

Em relação a um militante do POC, registrou-se que “OBS: O depoente é frio e calculista, procurando sempre, alegando dificuldades de memória, fornecer-nos dados ou auxiliar-nos, evitando assim que consigamos, por seu intermédio, fazer uma análise mais profunda de sua vida progressa”.⁹⁴⁵ O mesmo se deu com um companheiro de organização:

OBS DA TURMA DE INTERROGATÓRIO: O depoente é cínico e mentiroso, omitindo detalhes de sua participação no POC, bem como esclarecer elementos que, atualmente encontram-se militando, só abrindo ex-militantes, e, pessoas que se encontram foragidas do país.

Caindo em constantes contradições e retificando sempre os depoimentos por êle prestados.⁹⁴⁶

Os comentários dos interrogadores ante a recusa dos interrogados em colaborar expõem a única fragilidade do torturador diante de sua vítima, o fato de esta ter um trunfo – a informação. Caso esta não seja por ele apropriada, os esforços do interrogador são inutilizados, a violência da tortura transforma-se em pura crueldade e, numa conjuntura de forças que deveria ser-lhe extremamente favorável, sua derrota é suprema. Outro aspecto que chama a atenção é o uso recorrente dos adjetivos “frio”, “cínico” e “calculista”, utilizados como chavão para qualificar os presos políticos que conseguiam mostrar algum domínio sobre suas vontades, a despeito da tortura. Por fim, esses comentários revelam as diversas estratégias empregadas pelos interrogados: ater-se a repetir o que já era sabido, alegar perda de memória, passar informações de cunho estritamente pessoal, fornecer dados vagos e imprecisos, conduzir a pistas falsas, mencionar apenas militantes que se encontravam fora do alcance dos órgãos repressivos.

Nesse “jogo”⁹⁴⁷ de pequenas vitórias e derrotas, de concessões e armadilhas, uma tática comum empregada pelos interrogados era a omissão de informações, no intuito de ganhar um tempo que poderia ser valioso para salvar um companheiro. Militante da VAR

⁹⁴⁴ *Interrogatório preliminar*. 20/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 163, 33942.

⁹⁴⁵ *Interrogatório preliminar*. 26/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 108, 20625.

⁹⁴⁶ *Interrogatório preliminar*. 23/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 176, 36242.

⁹⁴⁷ A expressão é utilizada tanto por Fernando Gabeira, quanto por Dilma Roussef. GABEIRA Fernando. *O que é isso, companheiro?*, p. 172. Dilma diz ter orgulho de ideais da guerrilha. Entrevista concedida a Luiz Maklouf Carvalho. *Folha de S.Paulo*, 21 jun. 2005.

Palmares, um preso político declarou “que confirma as declarações anteriores, não tendo mais a acrescentar; que julga ter dito tudo sobre suas atividades subversivas, embora tenha omitido, no início, alguns fatos, para não delatar seus companheiros”.⁹⁴⁸ Uma militante do POC, admitiu “Que tinha um ‘ponto’ com ANTONIO AUGUSTO FERREIRA (“JUVENAL”) [...] Deixou de ‘abrir’ esse ‘ponto’ por motivos de convicção ideológica, pois já se encontrava neste DOI”.⁹⁴⁹ Declaração semelhante fez uma militante da ALN:

Que reafirma que “SÉRGIO” e SILVIA PEROBA CARNEIRO PONTES (“RITA”) não foram presos porque a declarante não queria que isso acontecesse, pois aí desencadearia uma série de prisões, para tal escondeu os “pontos” que tinha com eles, no dia 23 do corrente.⁹⁵⁰

Outro mecanismo bastante utilizado foi o de inventar histórias, personagens e encontros a fim de desviar o foco dos interrogadores para pistas falsas. Em uma sessão de interrogatório preliminar, um militante da Ala Vermelha do PC do B reconheceu “que na verdade nunca esteve na casa de (“LEONCIO”) ou (“GUIDO”) que tais personagens foram inventados por ele. Que esteve os últimos meses hospedado em casa de (“CARLOS”)”.⁹⁵¹ Declaração semelhante fez uma militante da ALN:

Que, confessa ter “inventado” o personagem “LOURENÇO” para confundir as autoridades e “encobrir” JOAQUIM CÂMARA FERREIRA (“TOLEDO”); que, confirma a existência real dos demais membros da organização, conforme o narrado em depoimentos anteriores.⁹⁵²

Um membro da VPR afirmou “que o ponto que declarou quando prês, que teria com FLAVIO, era um ‘ponto policial’, que tinha por finalidade, identificar ao FUGIMORE que o depoente havia caído; que na época de seu depoimento, omitiu as declarações acima [...]”.⁹⁵³ Outro militante, da ALN, admitiu ter empregado a mesma tática:

Que confirma suas declarações anteriores, esclarecendo que o “ponto” que dizia que existia no quarteirão da Faculdade Paulista de Medicina é “frio” e

⁹⁴⁸ *Interrogatório preliminar*. 27/01/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 67, 11611.

⁹⁴⁹ *Interrogatório preliminar*. 29/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 169, 35120.

⁹⁵⁰ *Interrogatório preliminar*. 23/11/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 154, 32009.

⁹⁵¹ *Interrogatório preliminar*. 22/01/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 69, 12045.

⁹⁵² *Interrogatório preliminar*. 08/04/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 91, 17203.

⁹⁵³ *Interrogatório preliminar*. 18/11/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 83, 15327.

tudo mais que disse com referência a esse “ponto”, como seja: ter visto PERCIVAL MENON MARICATO num volkswagen branco, rodando em sentido contrário é mentira. Que não há ponto para hoje às 2400 horas no Quarteirão da Faculdade Paulista de Medicina e nem “ponto” para vinte e quatro horas após nesse local como alternativa.⁹⁵⁴

Revelação parecida fez um integrante do POC:

Que confirma suas declarações prestadas em oportunidades anteriores, quando encontrava-se prêso neste DOI, no período de 14 de junho de 1971 até 1º de julho do mesmo ano, esclarecendo todavia que na ocasião omitiu e distorceu muitos fatos com a finalidade de salvaguardar a impunidade de sua noiva [...] que com referência ao “aparêlho” de “PEDRO”, citado em suas declarações anteriores o depoente esclarece, que tudo é fictício, sendo produto de sua imaginação, para justificar um período que não queria declinar, a fim de não comprometer sua amásia.⁹⁵⁵

A maior dificuldade em criar uma história era mantê-la em seus detalhes a cada sessão. Fazia parte das técnicas de inquirição repetir renovadas vezes as mesmas questões, com o objetivo de que o interrogado caísse em contradição. Tal procedimento levou alguns presos políticos a refinarem suas histórias, mantendo sua coerência interna. Marco Antônio Tavares Coelho conta, por exemplo, que evitava desdobrar-se em detalhes, tornando suas mentiras mais “sintéticas”. Além disso, ao passar os dados de identificação de algum indivíduo citado no depoimento ou referido pelos interrogadores, descrevia-os com a fisionomia de artistas de cinema. O fundamental era guardar na memória a que personagem correspondia cada indivíduo.⁹⁵⁶ A mentira servia, igualmente, para interpor, entre o interrogador e o interrogado uma narrativa que encobrisse o que realmente ocorria no universo subjetivo deste último. Dilma Rousseff elucida com precisão esse mecanismo:

O jogo é jamais revelar pra ele o que você acha. Ele não pode saber o que você pensa e ele nunca pode achar que você só fala depois de apanhar. Jamais. É melhor você não deixar ele perceber que te tira informação por tortura. Tem que ter uma história. O ruim é quando a sua história rui, por qualquer motivo. Ele acha que você mentiu. Se ele achar que você mentiu, você está roubada. Ele descobriu qual é o jogo.⁹⁵⁷

⁹⁵⁴ *Interrogatório preliminar*. 17/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 165, 34416.

⁹⁵⁵ *Interrogatório preliminar*. 27/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 144, 30079.

⁹⁵⁶ COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*, p. 394. O preço a pagar pelas mentiras era elevado, como afirma o ex-dirigente comunista: “Ficavam furiosos quando descobriam que eu os havia ‘engrupido’, gastando grupos de investigação e captura em torno de mentiras por mim forjadas, para ganhar sobretudo tempo”. COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*, p. 392.

⁹⁵⁷ Dilma diz ter orgulho de ideais da guerrilha. Entrevista concedida a Luiz Maklouf Carvalho. *Folha de S.Paulo*, 21 jun. 2005.

Forjar histórias, enganar os torturadores, não dependia, no entanto, apenas de resistência física e psicológica. A possibilidade de mentir ancorava-se na ignorância, por parte dos agentes repressivos, das informações que os interrogados poderiam deter. O caso de um militante do POC ilustra bem esse fenômeno. No ofício de apresentação do preso, registrou-se que “em 1970 foi prêsô pelo DOI por ter procurado elemento terrorista, em local que havia montada uma ‘campana’ dêste Destacamento. Nada tendo sido comprovado, foi liberado”.⁹⁵⁸ Novamente preso, em interrogatório, “Declara que desde 1969 foi aliciado para a organização subversiva POC [...] que em abril de 1970 o depoente foi prêsô pelo DOI, conseguindo ludibriar a repressão contando uma estória bem diferente da realidade que em todo caso foi aceita”.⁹⁵⁹

Shizuo Ozawa, ex-militante da VPR, detentor de uma sólida reputação por não ter revelado nada a despeito das brutais torturas de que foi vítima,⁹⁶⁰ explica as circunstâncias que contribuíram para que resistisse:

A luta armada é danada para mitificar as coisas. É o meu caso também, pelo comportamento na prisão. Não fui melhor do que ninguém. Apenas tive a sorte de cair sozinho, numa época em que a repressão nada sabia de mim. Minha entrada na esquerda foi individual. Os companheiros que me recrutaram ou me conheciam já estavam no exterior ou não tinham sido presos (um ou dois). [...] Os interrogadores não tinham com quem confrontar minhas respostas, o que me permitiu inventar uma história e mantê-la até o fim. Era meio descabelada, mas tinha coerência interna.⁹⁶¹

Na proporção em que o DOI acumulava informações e conhecimentos sobre o universo das organizações de esquerda, a margem de manobra dos presos políticos tendia a se estreitar. A dificuldade de se furtar a perguntas específicas, a julgar por alguns casos estudados, é consideravelmente maior do que nas questões mais abrangentes. Essas últimas permitem certo espaço de escolha para o depoente, entre o que se podia dizer e o que se podia ocultar, ao passo que interrogações mais detalhadas limitavam o campo de possibilidades.

⁹⁵⁸ *Ofício de apresentação n° 633/DOI*. 11/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 169, 35219.

⁹⁵⁹ *Interrogatório preliminar*. 19/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 169, 35108

⁹⁶⁰ Em seu livro, Luiz Roberto Salinas Fortes comenta a célebre resistência do militante: “Apanhou pacas, de tudo quanto é jeito, e não abriu a boca. Nada. Não disse absolutamente nada. Nem confirmou se o nome que constava dos documentos que com ele foram apreendido eram dele mesmo ou não”. FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Retrato calado*, p. 37.

⁹⁶¹ Entrevista de Shizuo Ozawa. CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*, p. 223.

Houve casos, portanto, nos quais o interrogado pôde esconder informações extremamente importantes para os interrogadores e, ao ser descoberto, refugiar-se no argumento de que não as havia revelado porque nada lhe fora perguntado. Militante da VPR, um preso político justificou “que, não declarou no DOPS ter frequentado o curso de guerrilhas em Cuba e nem ligações políticas, uma vez que DOPS estava preocupado, em saber, somente o que se fazia no seu sítio em Cotia”.⁹⁶²

Do mesmo modo, um membro da rede de apoio da ALN conseguiu, por várias sessões, ocultar o paradeiro de uma grande liderança da organização. Após haverem-no detido, as equipes de interrogatório preliminar inquiriram-no turno a turno sobre o início de sua participação política, a missão de que fora incumbido por um militante da organização – de comprar carros e alugar aparelhos –, a origem dos quatro documentos falsos encontrados em sua residência por uma equipe de busca e outros assuntos. Sua participação na ALN parecia já estar plenamente elucidada. Em uma das sessões, chegou a declarar “Que, já prestou depoimento, esclarecendo sua atuação na A.L.N., nada mais tendo a acrescentar”.⁹⁶³ Entretanto, uma equipe que interrogava outra militante da mesma organização descobriu que o depoente havia alugado um apartamento para servir de aparelho para o dirigente Joaquim Câmara Ferreira. Submetido a novo interrogatório, o depoente esclareceu que de fato fora encarregado de tal tarefa:

Que no dia 20 de janeiro (aproximadamente), “ALENCAR” apresentou “TOLEDO” ao declarante, tendo êste comentado que precisava de alugar um apartamento e que seria necessário o declarante procurar e alugar um; [...] “TOLEDO” forneceu ao declarante uma identidade falsa com o nome de ARMANDO PAULO GONÇALVES, com a qual o declarante alugou um apartamento localizado à rua José Bonifácio, 37 – Apto 6, Americanópolis; [...] que no início do mês de fevereiro “TOLEDO”, mudou-se para o referido apartamento onde o declarante o visitou periodicamente, mantendo contatos com “TOLEDO”.⁹⁶⁴

No dia seguinte, logo pela manhã, nova inquirição a esse respeito, à qual respondeu:

Que, reconhece ter faltado a verdade, em alguns depoimentos anteriores, inclusive quando o fez de proprio punho.

⁹⁶² *Interrogatório preliminar*. 30/12/1969. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 067, 11702.

⁹⁶³ *Interrogatório preliminar*. 30/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 70, 12467.

⁹⁶⁴ *Interrogatório preliminar*. 07/04/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 70, 12465.

Que, fazia parte da organização desde meados de 1969, quando mantinha “contatos” com PAULO DE TARSO (“GERALDO”). [...] Que, JOAQUIM CÂMARA FERREIRA (“TOLEDO”), pediu logo de início ao depoente para alugar um “aparelho”, para servir de residência. [...]

Que, passou a frequentar êste “aparelho” nas segundas, quartas e sextas-feiras, provendo-o de jornais de São Paulo e Rio, alimentos, material de limpeza etc.

Que, quando foi prêso estava com as chaves dêste “aparelho” sendo mesmo provavel estar nele, naquela ocasião JOAQUIM CÂMARA FERREIRA (“TOLEDO”).

Perguntado porque, omitiu êste fato nos interrogatórios anteriores, respondeu “ninguem me perguntou”.⁹⁶⁵

A valiosa informação chegava tarde. A resposta “ninguém me perguntou”, irônica ou não, punha em xeque a competência do trabalho tanto dos interrogadores quanto dos analistas de informação. Verifica-se, portanto, que os presos políticos conseguiam realizar algumas artimanhas, ainda que com dificuldade, a partir dos deslizes ou das desinformações dos agentes repressivos.

Das pequenas “inverdades” às declarações inteiramente fictícias, a maioria preferia evitar o mutismo completo, cujos riscos são apontados por vários ex-presos políticos. O maior deles consistia em não suportar manter um padrão tão elevado de conduta e, uma vez sucumbindo, perder totalmente o controle, cedendo todas as informações conhecidas. Haroldo Lima, dirigente do PC do B, desenvolve uma reflexão que trata com competência do que está em questão no momento do interrogatório:

Neste sentido, viu-se a necessidade de se destacar os exemplos meritórios daqueles que não cediam na tortura qualquer informação, nem confirmavam nada de alguma importância, custasse o que custasse [...] Mas observou-se que, repetidas vezes, o torturado desestruturava-se ideologicamente e arriava suas defesas no momento seguinte ao seu primeiro erro, ou no momento seguinte à primeira informação que confirmasse ou desse. A consciência de que atingir o objetivo a que se propunha – não dizer nada – tornara-se impossível, levava à sensação de derrota moral completa ou muito grave e irreversível. Tal sentimento, apossando-se do militante enquanto os mais sofisticados métodos de tortura lhe estão sendo aplicados, constituía-se no ponto de partida para a debacle total, para erros subsequentes de gravidades crescentes. Os militantes, às vezes, não mais se recuperavam, enveredando pelo caminho da traição, passando a entregar companheiros, a abrir frentes de trabalho. Aqui onde estou pude verificar como foi freqüente esse mecanismo de derrota ideológica em tantas pessoas. É como se a luta contra a tortura fosse regida pelo maniqueísmo do tudo ou nada e não uma luta prolongada como verdadeiramente é, dentro de seus limites, uma luta em

⁹⁶⁵ *Interrogatório preliminar*. 08/04/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 70, 12463.

que é fundamental a manutenção da moral elevada em todo o seu transcurso, tendo-se claro que, mesmo se caindo em batalhas parciais, deve-se levantar, encher-se de determinação, para não se cair em nenhuma batalha decisiva.⁹⁶⁶

Dilma Rouseff apóia essa visão:

Na relação do torturador com o torturado a única coisa que não pode acontecer é você falar “não falo”. Se você falar “não falo”, dali a cinco minutos você pode ser obrigado a falar, porque eles sabem que você tem algo a dizer. Se você falar “não falo”, você diz pra eles o seguinte: “Eu sei o que você quer saber e não te direi”. Aí você entrega a arma pra ele te torturar e te perguntar. Sua história não pode ser “não falo”. Tem que ser uma história e dali para a frente você não sabe mais nada, não pode saber.⁹⁶⁷

Algumas ocorrências parecem corroborar tais preocupações. O mesmo militante da Ala Vermelha do PC do B que reagiu a tiros a sua prisão e que recebeu a observação “O depoente é cinico e mentiroso, não tendo revelado nada que realmente ocorreu afirmando mesmo que não abrirá nada, haja o que houver” dos interrogadores,⁹⁶⁸ quase três meses depois, tinha um acréscimo no final de seu depoimento: “O depoente quer entrar em entendimento com a Chefia de Coordenação, para que seja estudada uma forma para que sua mulher [...] (“NINA”), se apresente para ser ouvida”.⁹⁶⁹

Um membro da Organização Partidária Classe Operária Revolucionária (OPCOR), ferido à bala em tentativa de fuga, teve acrescido em seu interrogatório a seguinte observação: “O interrogado é mentiroso e cínico, recusando a responder as perguntas feitas, dizendo que não é dedo-duro”.⁹⁷⁰ Menos de um mês depois, afirmava “que reconhece as seguintes fotos no álbum do SNI/ABH [Agência de Belo Horizonte], que se encontra este DOI”⁹⁷¹ e citava o nome e a circunstância em que conhecera 25 pessoas. Outro preso político, que havia conseguido omitir, em sua primeira passagem pelo DOI, sua participação na ALN, não apenas

⁹⁶⁶ LIMA, Haroldo. “Memorial de Haroldo Lima a respeito de seu afastamento do Comitê Central (1979)” *Apud* POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa*, p. 173.

⁹⁶⁷ Dilma diz ter orgulho de ideais da guerrilha. Entrevista concedida a Luiz Maklouf Carvalho. *Folha de S.Paulo*, 21 jun. 2005. Fernando Gabeira, também nesse sentido, afirma: “Tinha uma vantagem: jamais negava informação quando me perguntavam, de maneira que jamais pensaram que estava resistindo.” GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*, p. 171.

⁹⁶⁸ *Interrogatório preliminar*. 18/01/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 117, 22826.

⁹⁶⁹ *Interrogatório preliminar*. 09/04/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 117, 22786.

⁹⁷⁰ *Interrogatório preliminar*. 25/03/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 163, 33926.

⁹⁷¹ *Interrogatório preliminar*. 09/04/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 163, 33907.

se viu obrigado a reconhecer sua militância na organização, como propôs colaborar: “O declarante ratifica seus depoimentos anteriores e deseja colocar-se a disposição deste DOI para que seja levado à PUC, julgando que poderá colaborar, identificando elementos ligados à UNE com os quais manteve contatos”.⁹⁷²

Por fim, havia a estratégia da colaboração, que poderia conter pelo menos três razões distintas: a primeira, uma real disposição de cooperar; a segunda, a intenção de fazer crer que se estava colaborando, ainda que não fosse verdade; a terceira, uma informação concedida no intuito localizado de aplacar a violência dos interrogadores. Com a tortura e a pressão psicológica, alguns interrogados por vezes sugeriam maneiras de se chegar aos companheiros citados, para que confirmassem suas próprias declarações e para que se vissem livres das infundáveis suspeitas dos interrogadores, conforme parece indicar a afirmação de uma militante do PC do B: “que espera que “MAURO” caia no ‘ponto’ de hoje, para de uma vez por todas esclarecer sua posição face a subversão”.⁹⁷³

Um membro da VPR, demonstrando sua “boa vontade” com os interrogadores, asseverou: “que pretende colaborar no sentido de que o ponto de amanhã, às 17 horas, com IOSHITANE FUJIMORE (“ANTENOR” OU “JOEL”), na Avenida Santo Amaro, seja coroado de pleno êxito”.⁹⁷⁴ Em algumas situações, o próprio interrogado propõe estratégias para procurar indivíduos por ele citados, cuja residência ou aparelho desconhecia. Assim, um militante da VPR apresentou um intrincado caminho investigativo para que os agentes do DOI conseguissem localizar um aparelho da organização:

Em certa ocasião, fins de setembro ou início de outubro de 1969, na Radial Leste tombou uma Kombi. Esta Kombi estava em nome da esposa de ANTONIO RAIMUNDO LUCENA (“DOUTOR”). O nome de esposa de “DOUTOR era frio isto é falso não os recordando do mesmo, porém a chapa da perua era verdadeira. Solicitou então um “guincho” para socorrer-lo. O “guincho” era de uma companhia localizada nas proximidades da Avenida Ipiranga perto da Estação da Luz (sabe localizar). Na Cia., quando do atendimento foi anotado o número da chapa, e o nome da pessoa. Com esses dados (...) acha que podera levantar no DET o endereço ou talvez a chacara pelo nome da pessoa registrada no DET, pode através de cartórios chegar as

⁹⁷² *Interrogatório preliminar*. 02/03/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 166, 34529.

⁹⁷³ *Interrogatório preliminar*. 05/05/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 153, 31741.

⁹⁷⁴ *Interrogatório preliminar*. 19/11/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 98, 18713.

escrituras e possível localização da Chacara de ANTONIO RAIMUNDO LUCENA (“DOUTOR”).⁹⁷⁵

Levado de olhos vendados ao aparelho da organização em que ficou hospedado por uma semana e, portanto, incapaz de reconstituir o itinerário que conduzia ao mesmo, um militante do POC pensou num meio alternativo para identificar o local:

Que às vezes “PEDRO” levava mercadorias para o declarante as quais vinham acondicionadas em pacotes que possuíam um desenho com características da letra “M”; que o declarante em investigações levadas a efeito com a Turma de Busca, concluiu que tais sacos de papéis são usados pelo Super Mercado Morita; que é provável que os comestíveis levados para o citado “aparêlho” eram adquiridos nos Super Mercados que se situam nos bairros de Indianópolis, Bosque da Saúde ou Alto do Ipiranga; que o depoente pode chegar a esta conclusão, considerando que os mesmos ficam nas proximidades do itinerário desenvolvido pelo auto em que viajou, conforme constatação feita com a Turma de Busca que realizou tal levantamento.⁹⁷⁶

Outro militante da mesma organização encontrou um meio de localizar o paradeiro do irmão:

Confirma suas declarações anteriores, esclarecendo que, no dia 23 ou 31 de dezembro de 1970 recebeu um telefonema interurbano de seu irmão [...] (“DÉCIO”); que tal ligação foi feita à pagar, para o número do telefone do Curso Cairú, sito à rua Quirino de Andrade nº 171, onde o depoente é professor; que a Companhia Telefônica manda o relatório para efeito de cobrança, sendo certo, que no arquivo da secretaria do referido curso, certamente consta o telefonema feito no dia 23 ou 31 de dezembro p.p., para o depoente e o nome da cidade de onde foi feita a ligação.⁹⁷⁷

Os exemplos aqui citados certamente não recobrem a vasta gama de possibilidades de reação diante dos interrogatórios. Na grande maioria das vezes, o que se encontra não são nem grandes modelos de resistência, nem rendições totais, mas uma oscilação entre esconder e informar, um braço de ferro contínuo entre os interrogadores e os depoentes. Foram selecionados apenas alguns casos para procurar, em seguida, compreender como eram processados pela engrenagem dos órgãos repressivos.

⁹⁷⁵ *Interrogatório preliminar*. 15/01/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 150, 31318.

⁹⁷⁶ *Interrogatório preliminar*. 26/06/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 143, 29822.

⁹⁷⁷ *Interrogatório preliminar*. 28/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 169, 35167.

Construção da coerência

Por trás do sistema de “construção da coerência”, atravessado pela prática da tortura, encontrava-se a Subseção de Análise, que, ao lado da Subseção de Interrogatório, compunha a Seção de Informações e Análise.⁹⁷⁸ Cabia à Subseção de Análise a coordenação das três equipes de interrogatório preliminar, que trabalhavam isoladas umas das outras. As marcas de seu trabalho são identificáveis nas transcrições dos interrogatórios pelos trechos de declarações sublinhados em vermelho, nomes completados à caneta, menção à organização à qual o depoente pertencia – quando não estava explícita no texto –, e na reprodução de datas e horários a cada vez que um depoimento era mencionado.⁹⁷⁹ Esses agentes eram os responsáveis pela leitura minuciosa de todos os documentos apreendidos em poder dos militantes de esquerda ou encontrados nos aparelhos. Trabalhando em turnos, como seus colegas, constituíam o elo entre as equipes de interrogatório, destrinchando cuidadosamente os depoimentos, comparando-os, identificando lacunas, localizando tanto contradições internas como discordâncias entre depoentes, e orientando as inquirições seguintes através de bilhetinhos, onde eram assinalados os pontos a explorar.⁹⁸⁰

Todo esse cuidado no sentido de obter e verificar informações não era inútil. Na maioria das vezes, as inverdades e omissões acabavam por ser apuradas, seja pela insistência dos interrogadores sobre alguns detalhes, seja pelas informações obtidas de outras fontes. Conforme os integrantes de uma organização iam sendo presos, as informações fornecidas por alguns podiam ser confirmadas e completadas por outros. A partir dos dados obtidos, os agentes de informações indicavam quais as questões a serem formuladas para explicar, confirmar, detalhar, complementar e verificar as peças do quebra-cabeça que possuíam e com as quais iam formando, pouco a pouco, o quadro da oposição da esquerda organizada ao regime militar.⁹⁸¹ A produção da coerência, portanto, corresponde a determinado mecanismo

⁹⁷⁸ Ver organograma nos anexos.

⁹⁷⁹ Como nesse pequeno trecho do depoimento de um militante da ALN: 24 de fevereiro de 1971: “Que quanto ao PADRE XAVIER (citado nas declarações de ALCIDES YUKIMITSU MAMIZUKA (“CIDADÃO”) do dia 22 Fev 71 (das 1615 às 1730 hs)”. *Interrogatório preliminar*. 24/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 165, 34298.

⁹⁸⁰ Entrevista de Fernando Gabeira. *Pasquim* n. 490, 17 jul. 1978, p. 11.

⁹⁸¹ O coronel Carlos Brilhante Ustra descreve da seguinte maneira o trabalho da subseção de análise: “[ela] decifrava códigos; escolhia os alvos que poderiam ser ‘queimados’ perante as suas organizações; analisava os interrogatórios dos presos e, como resultado dessa análise, elaborava outras perguntas que deveriam ser feitas. Pesquisava em cada depoimento as possíveis contradições.” USTRA, Carlos Brilhante. *A verdade sufocada*, p. 305. Segundo o ex-sargento e analista de informações do DOI, Marival Dias Chaves do Canto, seu trabalho consistia em estudar os depoimentos dos presos políticos, examinar as informações enviadas pelos infiltrados nas

de apuração da verdade, que, ao mesmo tempo, se revela uma estratégia de construção desta.⁹⁸² Por outro lado, é importante ressaltar que essa “coerência” não correspondia apenas à conexão dos elementos internos e externos ao depoimento. Estava também intimamente ligada às convicções que interrogadores e, sobretudo, analistas de informações iam formando sobre os fatos ocorridos e sobre seus autores reais ou potenciais.

A orientação dada às equipes incluía não apenas a lista de perguntas a serem formuladas, mas também o tratamento a ser dispensado ao interrogado.⁹⁸³ Único exemplo encontrado na vasta documentação pesquisada, um documento sem data – provavelmente de junho de 1970, por referir-se a interrogatórios realizados nesse período – parece ser um roteiro destinado à inquirição de presos políticos. Inicia-se da seguinte maneira:

Conforme solicitação verbal da Coordenação e a fim de esclarecer pontos contraditórios nas declarações prestadas por AUGUSTO CAMPOS BRAGA (“LUIS AUGUSTO” ou “GUTO”), WALTER ASSIS VASCONCELOS (“VALTINHO”) e ODAIR CARNEIRO, achamos conveniente que os referidos sejam inquiridos sobre [...].⁹⁸⁴

Seguem os pontos a serem elucidados pelos depoentes. Sobre o primeiro, ligado à Ala Vermelha do PC do B, havia quatro questões. A primeira delas referia-se ao fato de o preso político ter ou não ter visto determinado indivíduo no comício da praça da Sé de 1º de Maio de 1968. Em uma declaração afirmava que não o tinha visto; em outra, que o indivíduo estava lá. A segunda, semelhante, trata de ter ou não visto dois companheiros conversando durante o citado comício. A terceira pede mais informações sobre o local – que o depoente teria dito saber indicar – onde eram efetuados treinamentos de tiro ao alvo e reuniões. A quarta

organizações de esquerda, além de fazer coleta de dados, investigações, vigilância e escuta telefônica.” A lei da barbárie. *Veja*, 18 nov. 1992, p. 26-27.

⁹⁸² Optou-se pelo emprego do termo “coerência” em lugar de “verdade” por duas razões distintas: primeiramente, para ressaltar uma das principais características desse modo particular de produção da verdade, a busca da coerência; em segundo lugar, para evitar o entendimento de que haveria uma verdade “pura”, distinta daquela “produzida” pelos interrogadores e analistas de informações. Toda reconstituição de um fato ocorrido é, em certa medida, uma construção. O que interessa aqui é identificar os processos pelos quais essa reconstituição é efetuada, e não sua correspondência com o fato em si.

⁹⁸³ COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*, p. 391. Um exemplo das determinações da Subseção de Análise é descrito pelo ex-dirigente comunista: “Tratamento de Marco Antônio T. Coelho. Proibição de usar roupas, colchão, coberta, proibição de fumar e ler jornais; só pode tomar o café da manhã (pão e um caneco de café com leite) e uma colher de arroz no almoço e outra no jantar; só pode beber um caneco de água por dia (duas vezes, um caneco pela metade); deverá ser interrogado de 9 horas da manhã até 7 horas da manhã do dia seguinte, sem interrupção. Essa é uma determinação para as turmas ‘A’, ‘B’, e ‘C’, a fim de quebrar a pretensa superioridade intelectual e cultural deste elemento”. COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*, p. 381-382.

⁹⁸⁴ *Departamento (sic) de Análise*. [06/1970?]. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 104, 20033.

demanda esclarecimento sobre um mapa com anotações, assim como uma lista de pesos atômicos encontrados junto ao depoente. As questões relativas aos outros dois depoentes são do mesmo teor, baseadas em informações contraditórias e nos documentos apreendidos.

Muitas das informações cuja veracidade procura-se verificar, embora visivelmente possuíssem certo interesse para os agentes do DOI, são, aparentemente, pouco significativas para o conhecimento da organização ou seu combate. O cuidado com esse tipo de detalhe, mais do que obedecer a um critério coerente de importância, parece dizer respeito a uma necessidade de não permitir que nada ficasse obscuro, de dispor dos fatos em sua totalidade. A preocupação em esclarecer minúcias indica como é a coerência do discurso que está em jogo, e não o delito em si, e explica um episódio narrado por Fernando Gabeira em que dois prisioneiros políticos “Estavam apanhando muito para revelar detalhes que na realidade não eram importantes”. Os detalhes tinham ainda uma função subsidiária, de cansar o interrogado, criar confusão, desorientá-lo, fazê-lo perder as noções de espaço e tempo.

Nas investigações, nem sempre se tratava de buscar as reais circunstâncias de um delito. As inúmeras denúncias nas auditorias de presos políticos descrevendo o modo pelo qual foram obrigados a assinar depoimentos totalmente inverídicos remetem para a construção, a partir dos depoimentos e deduções dos analistas, de determinada versão dos fatos – muitas vezes fantasiosa – a ser confirmada pelo interrogado. Cabia aos analistas fixar a suposta validade das respostas, sua suficiência e seu grau de aceitabilidade por sua coerência. Eram eles também responsáveis por determinar os limites de seu alcance e as brechas a serem exploradas. Torturado em um sítio clandestino e posteriormente levado ao DOI, um comerciante explicita, em carta de próprio punho anexa a seu processo, o papel dos analistas na condução dos interrogatórios:

Os interrogadores e torturadores do DOI-CODI, durante os interrogatórios, se preocupam mais em satisfazer a orientação de cima, da “seção de análise”, do que estabelecer o possível envolvimento do interrogado em atos subversivos. [...] Durou mais de um mês os interrogatórios para que, finalmente, “a análise” aceitasse meu depoimento.⁹⁸⁵

Criava-se um circuito fechado, no qual os interrogados eram obrigados a denunciar seus companheiros, e estes, uma vez presos, forçados a confessar as ações pelas quais haviam sido denunciados, como afirma o general Adyr Fiúza de Castro:

⁹⁸⁵ *Carta de próprio punho*. Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 1, As torturas, (1975), p. 791.

E que prova nós tínhamos, de fato, contra esse cidadão? Tínhamos o seu próprio depoimento, digamos, a sua confissão – que ele escrevia ou depunha ao encarregado do inquérito, e que era assinado com testemunhas, inclusive com um promotor – e o depoimento dos companheiros que o incriminavam. Então o círculo se fechava: eram dez presos, cada um incriminava o outro.⁹⁸⁶

A fala do General Adyr Fiúza de Castro contém um elemento importante para compreender a função do interrogatório preliminar. O depoimento funcionava como peça central no inquérito dos presos políticos, tanto de auto-incriminação quanto de incriminação do outro, o “círculo” que se fecha sobre si mesmo. O procedimento de interrogar apoiava-se, portanto, na estratégia de fazer falar tudo o que fosse possível, tanto de si mesmo como dos outros, de registrar exaustivamente o que pudesse estar relacionado a atividades de caráter político. Não é despropositado o fato de o próprio general referir-se ao DOI como “o braço armado da ‘Inquisição’”,⁹⁸⁷ aludindo à instituição célebre por arrancar, sob tortura, toda a sorte de confissões.

O acúmulo de informações permitia a elaboração de perguntas mais pontuais, das quais era mais difícil escapar com respostas evasivas. Haroldo Lima, dirigente do PC do B, comenta como isso contribuía para pressionar os interrogados de forma mais eficaz:

Logo nos primeiros dias um fator se interpôs para prejudicar bastante as condições de minha luta: o volume de material apreendido no *aparelho* e em minha casa. Documentos datilografados, documentos variados, retratos de viagem, muitas anotações minhas de conversas e reuniões com diferentes pessoas e organismos etc. Isso se somava ao volume verdadeiramente grande de informações semi-atualizadas que a repressão tinha da situação organizativa do Partido: composição do CC [Comitê Central], composição de comissões e de algumas direções regionais, setas últimas, mais anacrônicas.

Pasta com todo um projeto de ampliação da gráfica caiu no *aparelho*. [...] Lembro-me perfeitamente da voz estrepitosa de um dos mais truculentos: “Temos certeza absoluta de que você sabe onde fica a gráfica. E vamos *extrair* essa informação de você, agora”, e grifou a palavra *extrair*.⁹⁸⁸

Anotações escritas em código, nomes, endereços, recortes de jornal, cada documento apreendido nos aparelhos precisava ser bem compreendido pelos agentes do DOI para que orientassem novas investigações. Nesse sentido, poder contar com o esclarecimento dos

⁹⁸⁶ Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, publicado em D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 65.

⁹⁸⁷ Depoimento do general Adyr Fiúza de Castro, publicado em D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 59.

⁹⁸⁸ LIMA, Haroldo. “Memorial de Haroldo Lima a respeito de seu afastamento do Comitê Central (1979)” *Apud* POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa*, p. 176.

próprios presos políticos que os haviam gerado ou organizado, ou que pelo menos sabiam a que fim eram destinados, possibilitava processar os dados recolhidos com maior rapidez e eficiência. Algumas sessões de interrogatório ocupavam-se exclusivamente de esclarecer o conteúdo desse tipo de material, como atesta este extrato do depoimento um militante da ALN:

Que confirma suas declarações anteriores, acrescentando que do material apreendido em seu armário no CA [Centro Acadêmico] Oswaldo Cruz, tem a dizer o seguinte:

1. O rascunho de um panfleto foi-lhe passado por “LUIZ”, talvez tenha sido o próprio “LUIZ” que o elaborou. O depoente passou o esboço a “NEUZA” a fim que a mesma passasse a ALCIDES YUKIMITSU MAMIZUKA para que o mesmo rodasse no mimeógrafo e tirasse 500 cópias. Tal panfleto foi rodado e distribuído em cartas pelo correio. A zona que abrangeu essa panfletagem foi a de Santana.
2. Carteira de motorista em branco foi passada ao depoente por RAFAEL DE FALCO NETO.
3. Enderêços: [...].⁹⁸⁹

Ou neste trecho do interrogatório de uma dirigente da VPR, em que são decifrados os códigos e senhas utilizados para encobrir as informações contidas nos papéis da organização:

Aos números compreendidos dentro de triângulo e circunferência (ver documento nº 7) esclarece que triângulo são veículos e circunferência são homens, ou seja necessidades materiais e humanas.

Quanto às abreviações: NUN (Nunes), BAR (Bartolomeu), MAC (Maciel) e MAG (Magdalena) ou seja a própria interrogada, pois assim seu marido a chamava normalmente. Nunes, Maciel e Bartolomeu são-lhe desconhecidos, sabendo apenas os seus nomes, nada podendo adiantar sobre eles.⁹⁹⁰

As senhas funcionavam, na prática, como retardadoras, mas muitas vezes eram insuficientes para evitar que a repressão as decodificasse. Por mais que muitos se recusassem a falar, era necessário apenas um militante para que o acesso à informação fosse possível. De posse dessas, ou de bons indícios, os agentes de interrogatório tinham um instrumento a mais para pressionar com questões mais bem elaboradas.

Há ainda, nos interrogatórios preliminares, registro de questões envolvendo informes ou orientações provenientes tanto do próprio DOI como de outros órgãos repressivos. Exemplo disso pode ser verificado na declaração de um militante do PRT: “Que sobre a

⁹⁸⁹ *Interrogatório preliminar*. 26/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 165, 34289.

⁹⁹⁰ *Interrogatório preliminar*. 17/05/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 77, 13834.

mensagem Telex nº 106 e 109 do CODI/I Ex, datada de 21 Mai 70, o declarante desconhece e ignora por completo o assunto a respeito da realização do XXXº Congresso da Ex-UNE (Ibiuna)”;⁹⁹¹ assim como nas de um membro da VPR:

Que confirma suas declarações anteriores. Que esclarece quanto ao memorando oriundo da coordenação das equipes de interrogatório deste DOI, que “ROBERTO” é o codinome de ANTÔNIO CARLOS CHAGAS (“BETO”) já identificado em interrogatório prestado pelo depoente em 3/2/71 (0820/2100 hs).⁹⁹²

Dentro dessa complexa rede de investigações e informações que vão se elucidando mutuamente é que se explica a transferência de indivíduos de um órgão repressivo a outro, principalmente quando havia atuação política em cidades e estados diferentes. Era preciso colher seu depoimento com as perguntas específicas formuladas a partir dos dados obtidos de seus companheiros de atuação. Por mais que os diversos órgãos de repressão procurassem trabalhar de forma coordenada, fazia-se necessário ter uma experiência concreta do quadro “subversivo” da cidade e do estado, conhecer os militantes ali atuantes, bem como a disposição geográfica da região. As informações reunidas por outros órgãos e transmitidas por meio de informes e relatórios não equivaliam à oportunidade de dispor do indivíduo para interrogá-lo pessoalmente.

O mesmo se dava em relação ao temido “repique”, ocasião na qual, diante de um dado suplementar, um preso político já cumprindo pena em prisão era novamente chamado ao DOI para esclarecê-lo ou confirmá-lo.⁹⁹³ Dentro desse modelo investigativo, era crucial que os presos políticos estivessem à disposição para serem interrogados a qualquer momento, embora o procedimento fosse rigorosamente ilegal. Foi o que ocorreu com um militante da AP, que estava preso no DOPS respondendo a um inquérito por sua militância na organização. Seu depoimento inicia-se com o motivo que o levou a ser intimado pelo DOI: “Conduzido a este DOI para esclarecer a situação de LUIZ RAUL DODWORTH

⁹⁹¹ *Interrogatório preliminar*. 18/10/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 85, 16028.

⁹⁹² *Interrogatório preliminar*. 15/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 171, 35552.

⁹⁹³ Fernando Gabeira registra o efeito perverso dessa prática: “Criam-se em nossas cabeças certas lógicas, certas regras: depois da tortura, passa-se por uma fase de espera no DOPS e vai-se para o presídio. Qualquer ruptura naquela lógica parecia insuportável, pois uma coisa é entrar na tortura quando se espera; outra e ser chamado para ela num momento de distensão, quando já se está tentando criar uma nova rotina dentro da vida carcerária. A quebra permanente dessas lógicas era um elemento próprio da tortura”. GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*, p. 183.

MACHADO (“ALUISIO” ou “LE MOS”) que se acha prêso nêste DOI”.⁹⁹⁴ No depoimento de um militante do POC, o interrogador aponta para a necessidade de convocar outros dois membros da organização, com o objetivo de esclarecer alguns pontos:

OBSERVAÇÃO: é necessário a presença de CLODOALDO RODRIGUES NUNES (“ROGÉRIO”) e JONAS TADEU SILVA MALACO (“CARLOS”), a fim de prestarem novos esclarecimentos nêste DOI, sobretudo êste último elemento, pois já esteve nêste destacamento por duas vezes e sempre procurou omitir fatos, falando sòmente diante das evidências.⁹⁹⁵

Dilma Roussef conta que também foi convocada mais de uma vez a retornar ao órgão: “Voltei várias vezes para a Oban, a Operação Bandeirante. Descobriam que uma história não fechava com a outra, e aí voltava”.⁹⁹⁶

Ocorria, por vezes, de os próprios interrogadores pontuarem as inconsistências dos interrogados nas sessões que realizavam. Ao final do depoimento de um militante do POC, sem distinção entre o que foi revelado por este e o comentário do interrogador, inseriu-se:

Os demais pontos constantes do bilheteinho apreendido não ficaram devidamente esclarecidos pelo depoente.

Nos pontos marcados para quarta feira com “PAULO” há contradições na declaração do depoente pois ao mesmo tempo o depoente afirma que “PAULO” deverá embarcar na Bahia no ônibus do Espresso São Geraldo na terça feira às 0800 horas da manhã, devendo chegar em São Paulo portanto às 1600 horas, da quarta feira, nêste caso não poderia cobrir os pontos das 0730 e das 1500 horas.⁹⁹⁷

Parte significativa das sessões era dedicada, desse modo, a explorar os dados obtidos em interrogatório, seja do próprio interrogado, seja de outro companheiro. Alguns interrogatórios eram inteiramente consagrados a validar dados constantes no depoimento de um companheiro de organização. O cotejo entre as diversas declarações era uma operação corriqueira. Dois militantes da ALN tiveram como tema de seus interrogatórios, as declarações de um terceiro. A primeira respondeu “Que confirma as declarações prestadas por CARLOS RUSSO JUNIOR (‘HELIO’) no dia 8 de Abril de 1970, à Equipe de Interrogatório

⁹⁹⁴ *Interrogatório preliminar*. 25/03/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 142, 29509.

⁹⁹⁵ *Interrogatório preliminar*. 08/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 175, 36095.

⁹⁹⁶ Dilma diz ter orgulho de ideais da guerrilha. Entrevista concedida a Luiz Maklouf Carvalho. *Folha de S.Paulo*, 21 jun. 2005.

⁹⁹⁷ *Interrogatório preliminar*. 05/01/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 112, 21898.

A-2”;⁹⁹⁸ e, alguns dias depois, o segundo declarou “Que confirma tôdas as declarações anteriores e, inclusive, as prestadas nesta data por CARLOS RUSSO JUNIOR (‘HELIO’)”.⁹⁹⁹

No depoimento de um membro do POC, acrescentou-se a seguinte observação: “OBS: Esta composição está coerente com a que foi declarada por FERNANDO ANTONIO TADEU GRÁCIA (‘MELO’, ‘BRANCO’, ‘HUGO’ OU ‘DIOGO’), no dia 01/02 AGO 71, Turma ‘A’, das 08h20 às 12h20, alínea 15”.¹⁰⁰⁰ De modo semelhante, os interrogadores assinalavam no depoimento de um militante do MRT que:

as declarações do depoente confirmam as do ANTONIO SALES PINHEIRO, chegadas ontem do DOPS/RS, no que diz respeito aos detalhes dos assaltos. As declarações do MARCO ANTONIO LIMA DOURADO (‘ELOY’) da VPR também fazem os mesmos comentários a respeito.¹⁰⁰¹

As divergências eram igualmente assinaladas. Os interrogadores ressaltam, nessa observação, a existência de pontos discordantes entre o depoimento de um militante da OCMLP-PO e de sua esposa:

A presente declaração foi tomada, baseando-se nas declarações prestadas por ESTRELA DALVA LOMADANA BURSZTYN (‘MARINA’ ou ‘LÚCIA’) a 02 Jan 71 no Primeiro Batalhão de Infantaria Blindada, na cidade de Barra Mansa.

Levando-se em consideração uma série de pontos obscuros e contraditórios entre as declarações dêste e as de sua espôsa, a Turma de Interrogatório Preliminar, sente ser de bom alvitre, a acareação entre ambos.¹⁰⁰²

Havendo contradição entre um depoimento e outro, procedia-se à acareação. O exemplo seguinte mostra bem a trajetória do procedimento dos agentes do DOI: ao prender um militante da VPR, os interrogadores inquiriram outro membro da mesma organização e obtiveram alguns dados a seu respeito. No entanto, não conseguiram ter as mesmas informações junto ao militante detido, interrogado no mesmo dia, como se lê no adendo feito em seu depoimento:

⁹⁹⁸ *Interrogatório preliminar*. 12/04/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 91, 17200.

⁹⁹⁹ *Interrogatório preliminar*. 20/04/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 90, 16710.

¹⁰⁰⁰ *Interrogatório preliminar*. 25/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 139, 28993.

¹⁰⁰¹ *Interrogatório preliminar*. 24/06/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 154, 32029.

¹⁰⁰² *Interrogatório preliminar*. 21/09/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 163, sem código.

OBSERVACÃO: É necessário fazer uma acareação com ARISTON DE OLIVEIRA LUCENA a fim de eliminar as dúvidas com referência às ações que o depoente fez, pois o mesmo continua negando, contradizendo portanto as declarações de ARISTON DE OLIVEIRA LUCENA.¹⁰⁰³

A acareação era solicitada com frequência pelos interrogadores para dirimir dúvidas. Tratava-se do recurso empregado quando, a despeito das torturas, as respostas dadas não satisfaziam os inquiridores. Foi o caso de uma simpatizante do POC, em cujo depoimento foi anotado: “OBS: A declarante mentiu ao ser interrogada, sendo necessário acareá-la com o próprio marido, porquanto, será mister reinquirí-la, novamente, acêrca dos fatos aqui declarados, bem como de outros relacionados com o POC”.¹⁰⁰⁴

Além do confronto de informações distintas – com a possibilidade de observar a reação de um militante diante do outro –, a acareação tinha o propósito suplementar de desestruturação diante da fraqueza do outro, bem apontado pelo ex-militante da VPR Shizuo Ozawa:

Os companheiros que caíram em momentos de muitas prisões ficavam duplamente fragilizados pela impressão de desmoronamento da Organização e pelo confronto das informações fornecidas por uns e outros. Fica impossível resistir.

O fato é que criamos o mito de que o militante não abre, e isso transformouse em uma tortura adicional para todos, e em ódios entre companheiros. Era contraditório, porque, por outro lado, reconhecíamos a impossibilidade de resistir.¹⁰⁰⁵

Era mais difícil sustentar uma versão diante de um companheiro porque se sabia que um dos dois seria torturado até que as histórias convergissem, como afirmou Marco Antônio Tavares Coelho: “Mas acareação é fogo. Qualquer divergência nos depoimentos levava a redobramos o ‘pau’ em cima de mim”.¹⁰⁰⁶ Assim, um militante da ALN, ao ser acareado com seus companheiros, “resolve” esclarecer seu laço com a organização:

ACAREAÇÃO: Acareado com NILSON FURTADO (“ALEXANDRE” ou “ADRIANO”) êste reconheceu-o como “JOANINE” e afirmou que a namorada de MIGUEL NAKAMRA (“DANIEL”) foi-lhe passado para ficar aos seus cuidados.

¹⁰⁰³ *Interrogatório preliminar*. 03/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 171, 35564.

¹⁰⁰⁴ *Interrogatório preliminar*. 23/07/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 127, 24860.

¹⁰⁰⁵ Depoimento de Shizuo Ozawa em CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*, p. 132.

¹⁰⁰⁶ COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*, p. 387.

Nêste ponto, o depoente resolveu esclarecer que realmente conheceu JOSÉ ALPRIM (“BIGODE” ou MR X”) como professor de violão e NILSON FURTADO (“ALEXANDRE” como sendo “MARCOS”). Na organização A.L.N. tinha como função corrigir e datilografar impressos (panfletos); que em certa ocasião foi apresentado por “Mr. X” a FERNANDO GAVEIRA, que o convidou a participar da Organização como elemento de apoio.¹⁰⁰⁷

Na Auditoria, um militante do PCB denunciou as circunstâncias em que foi interrogado e nas quais aceitou modificar seu depoimento para que estivesse de acordo com os de seus companheiros:

que foi isto o que o int. declarou na Polícia, mas os policiais lhe disseram que tal versão não coincidia com os depoimentos de MOACIR LONGO e ALBERTO NEGRI, e era necessário que houvesse coincidência; que o int. se achava preso numa solitária, sofria de problemas cardíacos, tinha sido avisado por LONGO, no intervalo de uma acareação, que devia aceitar a versão que a Polícia quisesse, pois, caso contrário, seria espancado; que, em decorrência, o int. declarou aos policiais que assinaria o que lhe fosse apresentado, sendo certo que assinou um depoimento que não leu, assim como assinou três papéis em branco; [...] que muito impressionou o int. e também o pressionou a assinar os papéis que a Polícia lhe dava, o fato de MOACIR LONGO quando falou com o int. na prisão, conforme acima relata, em 15 de agosto, estar com o tórax enfaixado e com falta dos quatro incisivos superiores e uma das mãos enfaixada [...].¹⁰⁰⁸

Não raro, em acareações, havia convergência entre os depoentes, como no exemplo que se segue, retirado do depoimento de um membro do PCB: “ACAREAÇÃO: LUIS ARTUR TORIBIO (‘TUBIBA’ ou ‘ANDRÉ’) e LÚCIA MARIA LOPES DE MIRANDA LEÃO (‘JULIA’ OU ‘VERA’) ao serem acareados com o declarante, confirmaram tudo que lhes é atribuído”.¹⁰⁰⁹ No entanto, também havia divergências, o que levava a novos cotejos com outras declarações. No caso abaixo, extraído das declarações de uma militante do POC, houve discordância, sendo a questão em pauta verificada num terceiro depoimento, a fim de estabelecer qual das versões era a mais confiável:

ACAREAÇÃO: Acareada com ANTONIO AUGUSTO FERREIRA (“DIOGO”, “HAROLDO”, “OTO”, “ASSIS” OU “JUVENAL”), êste retifica as declarações da depoente [...].

¹⁰⁰⁷ *Interrogatório preliminar*. 23/05/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 91, 17108.

¹⁰⁰⁸ Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria. Projeto Brasil: Nunca Mais, Tomo V, A tortura, v. 1, (1972), p. 856.

¹⁰⁰⁹ *Interrogatório preliminar*. 09/05/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 145, 30277.

OBSERVAÇÕES: As declarações de ANA MÉRCIA MARQUES SILVA (“VIRGÍNIA”, “SUZANA” OU “PAULA”), na presente data, retificam as declarações da depoente e confirmam os dados fornecidos pelo acareante.¹⁰¹⁰

Cientes da busca pela coerência por parte dos agentes do DOI, os interrogados procuravam mantê-la em seus depoimentos. Militante da VAR Palmares, um preso político explicou “que o cognome ‘SANTINA’ não existe, esclarecendo que inventou-o por ocasião de sua prisão pelo DEOPS e nesta OB o manteve para não haver divergências em suas declarações”.¹⁰¹¹ Os célebres ruídos de rádio ligados no último volume possuíam exatamente a função de evitar que os presos políticos construíssem seu depoimento a partir do que fora dito por outros presos, mantendo uma história compatível com a de seus companheiros.¹⁰¹² Marco Antônio Tavares Coelho relata um episódio no qual conseguiu entrar em acordo com um companheiro a respeito da versão a ser sustentada diante dos interrogadores:

(Era possível aliviar a tortura de companheiros presos, que estavam envolvidos comigo, quando não havia “divergências” nos depoimentos. Foi o que sucedeu com Rodolfo Peano, meu grande amigo até hoje. Consegui me sussurrar que havia declarado que estava “roubando” o Partido. Inicialmente, não concordei com aquela versão infame. Mas ele insistiu que era a única solução. Por isso acabei corroborando com aquilo, o que ficou nos autos do processo.)¹⁰¹³

Em sessão de interrogatório preliminar, um militante da Ala Vermelha do PC do B reconhece ter feito afirmações em conformidade com o que ouviu do interrogatório de outro militante da organização:

que pegou o carro de PAULO DE TARSO GIANINI para transportar o Jornal “Unidade Operária” por 2 ou 3 vezes; que êste ano não pegou o citado veículo nenhuma vez, tendo declarado que o utilizara no dia 6 p.p. (declaração de 16 Jan 71) por ter ouvido PAULO DE TARSO GIANINI declará-lo na sala ao lado à que se encontrava nêste DOI [...].¹⁰¹⁴

Do mesmo modo, um jornalista, acusado de pertencer ao PCB, explicou na Auditoria a razão pela qual admitiu falsas denúncias a seu respeito:

¹⁰¹⁰ Interrogatório preliminar. 01/08/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 138, 28858.

¹⁰¹¹ Interrogatório preliminar. 08/09/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 97-A, 16818.

¹⁰¹² COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*, p. 393.

¹⁰¹³ COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho*, p. 387-388. (Em itálico no original.)

¹⁰¹⁴ Interrogatório preliminar. 25/01/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 150, 31209.

que foi perguntado inicialmente ao interrogando se o mesmo pertencia a uma célula do PC existente na Revista Visão, ao que o mesmo respondeu negativamente e dizendo desconhecer da existência de tal célula daquele semanário ao que o interrogando [sic] declarou que, diante de tal fato, ter-se-ia forçado a reinterrogar as pessoas que se achavam presas; que o interrogando verificando que a sua insistência na negativa resultaria em problemas para seus colegas que, no entender do interrogando iriam sofrer mais torturas e ainda traumatizado que se achava pelo falecimento de seu colega de mais de 20 anos WLADIMIR HERZOG, entendeu por bem admitir todas aquelas alegações que contra si pesavam [...].¹⁰¹⁵

Cabia ao DOI, portanto, não apenas coletar informações, mas tratá-las, de maneira a compor um quadro concorde entre os diversos depoimentos. A tortura, por ser o instrumento por excelência de submissão pela força, exercia um papel fundamental na construção dessa “coerência”, obrigando os presos políticos a se conformarem com determinada versão dos fatos.¹⁰¹⁶ Conseqüentemente, os agentes do DOI não enviavam um preso político ao DOPS antes de estarem certos de que não apenas já haviam extraído dele tudo quanto podiam, como de que reproduziria, no DOPS, o essencial dessas informações. A finalidade do DOI – nem sempre alcançada – consistia em entregar ao DOPS um indivíduo não apenas submetido fisicamente pela tortura, mas com um discurso – materializado na evolução dos depoimentos e no ofício de apresentação do preso político – processado, coeso, destituído, na medida do possível, de contradições e de zonas de sombra. A fala de um militante do PORT na Auditoria ilustra o processo:

Depois disso mandaram [os agentes do DOI] nos recolher e cada vez que faziam isso apresentavam as folhas que haviam batido [datilografado], e falavam isso aqui é o seu depoimento, isso aqui você vai ter que confirmar no DOPS [...] e então [no DOPS] eles me apresentaram isso aí, ou seja, foram batendo o depoimento e de vez em quando o delegado e dizia isso aí você não vai negar não, porque senão você volta para a OBAN [...].¹⁰¹⁷

Ao mesmo tempo em que buscava obter uma confissão como prova do delito político, o interrogatório preliminar servia como *locus* por excelência da afirmação do poder do regime militar, fosse através do exercício da tortura, fosse pela construção de determinada “verdade”,

¹⁰¹⁵ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: Nunca Mais, Tomo V, v. 3, As torturas, (1975), p. 37.

¹⁰¹⁶ Fernando Gabeira resume esse processo: “Quando a história se fechava, quando as coisas se confirmavam diante dos olhos da polícia, reveladas por fontes diferentes, à força da tortura, o caso era encerrado. Quantas histórias não foram fechadas satisfatoriamente? Sua característica é ter uma incrível riqueza de detalhes, que se confirmariam em diferentes sessões de tortura, sem nenhuma contradição interna e, naturalmente, não teriam nada a ver com a realidade dos fatos”. GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?*, p. 179.

¹⁰¹⁷ *Auto de qualificação e interrogatório – Auditoria*. Projeto Brasil: nunca mais, Tomo V, v. 1, A tortura, (1972), p. 604.

em consonância com a visão que se tinha do “inimigo”. A periculosidade deste último media-se em termos das ações praticadas para desestruturar a ordem constituída, mas também a partir do que poderia representar pela natureza das convicções ideológicas que sustentava. Abrangia, num mesmo escopo, um guerrilheiro urbano ou um militante de bairro do PCB, por estarem, ambos, inseridos dentro da qualificação de inimigo insidioso, cujo objetivo seria, nas palavras do ex-comandante da Operação Bandeirante, o tenente-coronel Waldyr Coelho, a “conquista do poder através do controle progressivo, físico e espiritual da população”.¹⁰¹⁸ Como afirma Gilberto Velho, a categoria de “subversivo”, na qual os militantes políticos eram inseridos, é considerada ameaçadora por ser identificada com a destruição do conjunto das regras da sociedade, do sistema de distribuição das riquezas e da organização da produção na sociedade.¹⁰¹⁹ Seu alcance, para o autor, é extremamente amplo:

A lógica do discurso acusatório faz com que se passe de uma denúncia política para uma acusação mais globalizadora em que a própria *humanidade* dos acusados é posta em questão. Assim, considera-se que o *subversivo* não está indo apenas contra o governo mas contra a religião, a família, a moral, a civilização, tornando-se um ser *anti-social*.¹⁰²⁰

Interrogar, portanto, é perscrutar esse inimigo, determinar suas origens, delimitar seu raio de atuação, conhecer seu modo de organização, mas também submetê-lo, controlá-lo, normalizá-lo e, algumas vezes, eliminá-lo fisicamente.

¹⁰¹⁸ *A guerra revolucionária*. 1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 84, 15602, fl. 4.

¹⁰¹⁹ VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*, p. 64.

¹⁰²⁰ VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*, p. 59. (Grifos do autor).

Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi problematizar não apenas a função que o interrogatório preliminar desempenhava dentro de um órgão como o DOI – e, antes dele, pela Operação Bandeirante –, como também investigar o que o documento originado por essa prática poderia informar a respeito do órgão que o gerou. Desde o início o DOI foi concebido como um órgão que coadunava a coleta de informações com a ação repressiva direta, de modo que esses procedimentos sempre estiveram intimamente associados. O interrogatório preliminar dos presos políticos parece ter sido um *locus* privilegiado na concretização desses dois pilares, dado que as inquirições eram feitas sob intensa tortura física e psicológica. As informações coletadas nessas circunstâncias permitiam a identificação e a captura de outros integrantes das diversas organizações, e o acesso a aparelhos, documentos e materiais delas, além de fornecer subsídios para a inquirição de outros militantes. Desse modo, o próprio processo de obtenção de informações constituía, em certa medida, a destruição das organizações de esquerda – não apenas por permitir o acesso a elas, mas também pela violência física perpetrada contra seus membros no momento mesmo da inquirição.

Objeto de disputas entre os diversos órgãos repressivos – uma vez que o combate ao crime político era razão de grande prestígio – e ao mesmo tempo elemento importante na colaboração entre eles, os interrogatórios preliminares eram a porta de entrada para o conhecimento das organizações contra as quais se combatia e para o desvendamento dos segredos necessários para seu aniquilamento. A centralização das operações militares de combate aos grupos de esquerda – ainda que nunca tenha sido totalmente lograda – assim como a flexibilidade da atuação do DOI junto aos canais hierárquicos superiores permitiram que o órgão alcançasse resultados consideráveis logo de início. Nesse processo tiveram fundamental importância a reunião, a organização e o processamento das informações extorquidas dos presos políticos. No entanto, não foram alheios à conquista de seus objetivos a fragilidade e a atomização das organizações de esquerda, o isolamento destas em relação à população que pretendiam liderar e a inexperiência de parte de seus integrantes.

O caráter extra-oficial das práticas do DOI criava um paradoxo no curso da fase policial, pois o interrogatório preliminar, como documento, não tinha nenhum valor oficial. Entretanto, era esse documento ilegal que continha a essência do que deveria constar no documento oficial produzido pelo DOPS. A passagem pelo DOI configurava-se, desse modo, como uma espécie de processador de depoimentos movido à coação física e psicológica, uma

fase preparatória para que o preso político chegasse ao estágio posterior em uma condição física e mental que coibisse qualquer veleidade de resistência. Assegurava, igualmente, que mesmo aqueles que não seriam presos nas malhas da Justiça Militar fossem castigados, ainda que os indícios contra eles não fossem conclusivos do ponto de vista legal. Desse modo, o interrogatório condensava, ao mesmo tempo, a investigação, o julgamento sumário e a punição extralegal dos presos políticos.

Os interrogatórios preliminares, além de representarem um mecanismo de afirmação pela força de certa ordem social, também constituíam um espaço privilegiado da construção de determinada versão dos fatos. Esta se dava mediante um sistema próprio de transcrição da fala dos interrogados, no qual, mais do que refletir seu conteúdo, reafirmava o universo de valores dos agentes repressivos. O fenômeno reflete a tentativa de impor determinada ordem do discurso, na qual os princípios e valores do governo militar eram reafirmados em detrimento das concepções políticas dos interrogados. Nesse sentido, o processamento das informações, as sucessivas reinquirições dos presos políticos e as acareações visavam não apenas auferir a real configuração dos fatos, mas também obrigar o interrogado a conformar-se com as conclusões tiradas por interrogadores e analistas de informações.

O emprego da tortura não se explica apenas pelos resultados por ela produzidos como método de investigação. Atendia simultaneamente a múltiplos desígnios, entre os quais a manutenção do poder estabelecido, a dissuasão do engajamento político na esquerda, a submissão a determinada ordem discursiva, a punição extralegal e a “regeneração” social do militante político. Por serem todos eles considerados, pelos agentes repressivos, capitais para o funcionamento da engrenagem repressiva, não se pode falar em termos de excessos ou extravagâncias. A justificativa para o uso de métodos coercitivos – ainda que oficialmente negado – se dava, no âmbito interno, por sua natureza instrumental e por um processo de atribuição permanente ao outro de todo o ônus moral decorrente do combate entre os órgãos repressivos e as organizações de esquerda. O argumento assenta-se na iniciativa e na periculosidade de um “inimigo” cuja construção era permanentemente atualizada. Dentro desse prisma, o uso da tortura explicar-se-ia pela “frieza” do interrogado, por sua insistência em manter determinados pontos de vista, por sua negativa em colaborar com os interrogadores.

Obcecados com a urgência em obter as informações necessárias em tempo hábil para que não perdessem sua utilidade, os agentes do DOI também apoiavam a defesa da tortura em sua suposta eficiência em atingir resultados rápidos. No entanto, os presos políticos eram

interrogados por dias, semanas, por vezes até meses a fio, até que se chegasse à conclusão de que tinham dito tudo o que poderiam dizer. Nesse período, os depoimentos passavam por uma série de processamentos no sentido de localizar e sanar todas as contradições, omissões e enganos nos quais os interrogados pudessem incorrer, fosse como forma de resistência, fosse por possuírem uma visão parcial ou errônea de algum dos pontos em questão. Muitos dos resultados obtidos pelo DOI o foram, portanto, em médio prazo, à medida que o acúmulo de informação por seus agentes estreitava a margem de manobra dos interrogados, forçando-os a dar respostas mais precisas e condizentes com o que já se sabia.

Os temas abordados apontam para o fato de que as inquirições iam muito além das informações imediatamente úteis à perseguição das organizações de esquerda. Evidentemente muitas delas se orientavam a questões mais urgentes, para a identificação de outros militantes e para a localização de aparelhos. Outras se dedicavam ao conhecimento do inimigo, perscrutando a estrutura de suas organizações e o funcionamento delas. Todavia, as questões relativas à intencionalidade dos interrogados nas ações realizadas, assim como ao grau de seu envolvimento e de suas convicções políticas, ocupavam um espaço privilegiado. Procurava-se perscrutar, ainda, os efeitos que a passagem pelo DOI produzia quanto à “regeneração” do preso político e a possibilidade de seu reenquadramento na sociedade, aos riscos de reincidência e à possível modificação de seus conceitos ideológicos.

Os interrogadores moviam-se dentro de um universo de valores difuso e, em grande medida, assentado no anticomunismo, na defesa de uma sociedade “ordenada” e autoritária e de concepções veiculadas pela ala conservadora da Igreja. Tinham por missão vencer a resistência dos presos políticos e, numa escala mais abrangente, eliminar, na medida do possível, conflitos e disputas, em favor da “pacificação” da sociedade.

A criação da Operação Bandeirante e, posteriormente, do sistema DOI-CODI significou a vitória de determinada visão de como deveria ser implantado o projeto autoritário que assumiu o poder em 1964. Esse processo acabou por fazer com que o órgão, mesmo depois de extinto, permanecesse como símbolo de uma das faces mais sombrias do regime. Ao mesmo tempo em que foi um instrumento importante para que a guerra revolucionária fosse vencida no campo militar, constituiu-se – pelos métodos empregados – como elemento decisivo na perda da batalha da memória histórica.¹⁰²¹ Em outras palavras, contribuiu para

¹⁰²¹ D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo*, p. 13.

que o regime militar ficasse registrado como um período de arbítrio e violência. Em seus quinze anos de atuação, a Operação Bandeirante e o DOI alcançaram as metas propostas nos documentos que os instituíram, porém não conseguiram perpetuar-se – como pareceu ser o intento de seus agentes, na busca de novos alvos – para além da vigência do próprio regime que os instaurou. Deixaram, no entanto, em seu rastro uma pesada herança de autoritarismo, violência e impunidade, cujas marcas profundas ainda se fazem sentir intensamente na sociedade brasileira.

Fontes

Pastas 1 a 226 do Dossiê 50-Z-9. Série Dossiês. Fundo DOPS. Arquivo do Estado de São Paulo.

Apostila Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN. [1974?].

Projeto Brasil: nunca mais. Tomo V, v. 1(A tortura); v. 2, 3 (As torturas).

Referências Bibliográficas

A LEI da barbárie. *Veja*, 18 nov. 1992.

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Org.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

ACUSADO de tortura é chefe na polícia de SP. *Folha de S.Paulo*, 13 abr. 2003.

ADORNO, Sérgio. Crime, justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no tribunal do júri. *Revista da USP*, n. 21, p. 133-151, mar./abr./maio 1994.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. L'impératif électoral (1964-1981). *Problèmes d'Amérique latine*. La Documentation française, n. 61, p. 41-76, 3. trim. 1981.

ALMEIDA FILHO, Hamilton. *A sangue quente: a morte de Vladimir Herzog*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: Edusc, 2005.

AQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

AQUINO, Maria Aparecida de. A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 271-289.

AQUINO, Maria Aparecida de. As vísceras expostas do autoritarismo. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, ano XLII, n. 1, p. 20-39, jan.-jun. 2006.

AQUINO, Maria Aparecida de. Mudanças e permanências: ambigüidades do Estado autoritário brasileiro pós-64. In: AQUINO, Maria Aparecida de; KOERNER, Andrei; SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Elaboração jurídico-penal do passado após mudança no sistema político em diversos países*. Relatório Brasil para o Instituto Max Planck para o Direito Penal estrangeiro. – Freiburg. São Paulo: IBCCrim, 2004, p. 21-48.

AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Lemes de; SWENSSON JR., Walter Cruz (Org.). *A alimentação do leviatã nos planos regional e nacional: mudanças no DEOPS/SP no pós 1964*. Família 50. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.

AQUINO, Maria Aparecida de; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Lemes de; SWENSSON JR., Walter Cruz (Org.). *Radiografias do autoritarismo republicano Brasileiro*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002. 5 v.

ARENDT, Hannah. *Da violência*. Brasília, DF: Edunb, 1985.

ARGOLO, José Amaral; RIBEIRO, Kátia; FORTUNATO, Luiz Alberto M. *A direita explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

AUTOCRÍTICA do terror. *Veja*, 15 jul. 1970.

- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARCELOS, Caco. *Rota 66: a história da polícia que mata*. São Paulo: Globo, 1992.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 5. ed., Brasília, DF: Edunb, 1993.
- BRANCA, Eloysa (Org.). *I Seminário do grupo Tortura nunca mais, depoimentos e debates*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- BRANCHE, Raphaëlle. *La torture et l'armée pendant la guerre d'Algérie – 1954-1962*. Paris: Gallimard, 2001.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. *Registro*, Indaiatuba, n. 1, jul. 2002, p. 7-17.
- CARD, Claudia. Tortura em situações corriqueiras. In: MINELLA, Luzinete Simões; FUNCK, Suzana Bornéo (Org.). *Saberes e fazeres de gênero, entre o local e o global*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006. p. 51-63.
- CARDOSO, Irene. A geração dos anos de 1960, o peso de uma herança. *Tempo Social*, v. 17, n. 2, p. 93-107, nov. 2005.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.
- CLARICE Herzog critica delegado do Dipol de SP. *Folha de S.Paulo*, 17 abr. 2003.
- COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- COLLIER, David (Org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- COMPARATO, Fábio Konder. Convenção de Genebra. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/educar/redeedh/anthist/gen1864.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2007.
- CONTREIRAS, Hélio. *Militares: confissões: histórias secretas do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- COUTO, Ronaldo da Costa. *Memória viva do regime militar: Brasil: 1964-1985*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-1985*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

- D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.). *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ari Dillon; CASTRO, Celso (Org.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ari Dillon; CASTRO, Celso (Org.). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- DILMA diz ter orgulho de ideais da guerrilha. Entrevista concedida a Luiz Maklouf Carvalho. *Folha de S.Paulo*, 21 jun. 2005.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- ELE é acusado de tortura. *Folha de S.Paulo*, 18 abr. 2003.
- ENTREVISTA de Fernando Gabeira. *Pasquim*, n. 490, 17 jul. 1978.
- ESTE homem é um torturador. *Movimento*, 19 jun. 1978.
- EU, Capitão Ramiro, interroguei Herzog. *IstoÉ Senhor*, 25 mar. 1992.
- FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FOI crime: União é condenada pela morte de Fiel. *Veja*, 24 dez. 1980.
- FON, Antonio Carlos. *Tortura, a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.
- FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Retrato calado*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história das violências nas prisões*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2003.
- FRANÇOIS, Étienne. Os “tesouros” da Stasi, ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Ed. da FGV, 1998, p. 155-161.
- FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (Org.). *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo: Scipione, 1997.

- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- HUGGINS, Martha. *Polícia e política: Relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.
- JOFFILY, Bernardo. *Brasil: 500 anos (Atlas Histórico do Brasil)*. São Paulo: Três, 1998.
- JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Global, 2005.
- JUIZ-AUDITOR critica o DOI-CODI. *Jornal do Brasil*, 10 jun. 1978.
- LANGGUTH A. J. *A face oculta do terror*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LIMA, Roberto Kant de. A tradição inquisitorial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. XX, n. 10, p. 65-84, 4, jun. 1989.
- LIMA, Roberto Kant de. *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado, 1994, p. 18.
- LIVRO Aberto. *IstoÉ*, 27 nov. 1985.
- MANOEL, da Fábrica da Moóca para a morte. *O Estado de S.Paulo*, 21 jan. 1976.
- MARKUN, Paulo. *Meu querido Vlado: a história de Vladimir Herzog e o sonho de uma geração*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e golpe de 1964. In: THE CULTURES OF DICTATORSHIP: HISTORICAL REFLECTIONS ON THE BRAZILIAN GOLPE OF 1964. 14-16 out. 2004. Universidade de Maryland, Estados Unidos, 2004.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Ed. UFSCar, 1996.
- MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da

guerre révolutionnaire (1959-1974). In: CONGRESSO DE 2006 DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION. San Juan, Puerto Rico, 2006.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Em nome da segurança nacional: os processos da Justiça Militar contra a Ação Libertadora Nacional (ALN), 1969-1979*. 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Democracia, violência e injustiça: o não-Estado de direito na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MIR, Luís. *A revolução impossível*. São Paulo: Best Seller, 1994.

MIRANDA, Nilmário; TIBURCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo, mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Boitempo, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O ofício das sombras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Rio de Janeiro, ano XLII, n. 1, p. 52-69 jun. 2006.

NAPOLITANO, Marco. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). *Revista Brasileira de História*, n. 47, v. 24, p. 103-126, jan./jun. 2004.

O ALGOZ sai da sombra. *Veja*, 8 abr. 1992.

O'DONNELL, Guillermo. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Luciano. *Do nunca mais ao eterno retorno: uma reflexão sobre a tortura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PALAVRA de Cachorro. *Veja*, 11 nov. 1992.

PASSADO torturante. *Veja*, 27 nov. 1985.

PAZ, Carlos Eugênio. *Viagem à luta armada: memórias romanceadas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

REIS FILHO, Daniel. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento*

guerrilheiro. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/artigos/rollemborg_apoio.pdf>. Acesso em: 10 out. 2007.

SCARTEZINI, A. C. *Segredos de Médici*. São Paulo: Marco Zero, 1985.

SILVA, Tadeu Antonio Dix. *Ala Vermelha: revolução, autocrítica e repressão judicial no estado de São Paulo (1967-1974)*. 2007. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SÍMBOLO extinto: o Exército sepultou o nome DOI-CODI. *Veja*, 24 mar. 1982.

SOUZA, Percival de. *Autopsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.

SPINK, Peter. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, Mary Jane (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 123-151.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

SYRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980.

TELES, Janáina (Org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. Brasília: Editerra, 1987.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade sufocada*. Brasília: Ser, 2006.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

VIDAL-NAQUET, Pierre. *La torture dans la République: essai d'histoire et de politique contemporaines (1954-1962)*. Paris: Minuit, 1972.

WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de conta com os torturadores*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

XAVIER, Marília. Antecedentes institucionais da polícia política. *Dops: a lógica da desconfiança*, Rio de Janeiro: Secretaria do Estado da Justiça/Arquivo Público do Estado, p. 32-36, 1993.

ANEXOS

Sumário

1 Organogramas

- 1.1 Operação Bandeirante, 317
- 1.2 Coordenação de Execução da Operação Bandeirante, 318
- 1.3 CODI do II Exército, 319
- 1.4 DOI do II Exército, 320
- 1.5 Seção de Informações e de Análise do DOI, 321
- 1.6 O aparato repressivo, 322

2 Tabelas

- 2.1 Total de horas de interrogatório e de pessoas interrogadas, 323
- 2.2 Acareações por pessoa, 323
- 2.3 Sessões que se resumem à fórmula “nada a acrescentar”, 324
- 2.4 Interrupções das sessões de interrogatório, 324
- 2.5 Mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964, 325
- 2.6 Mortos e desaparecidos sob a responsabilidade dos agentes do DOI-SP, 326

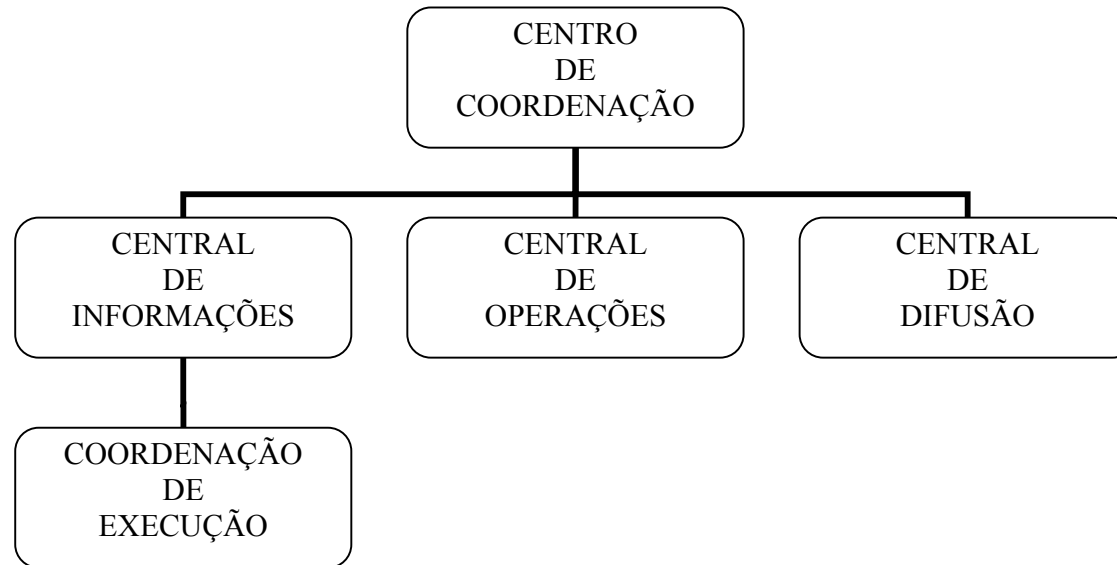
3 Perguntórios

- 3.1 Ingresso nas esquerdas, 329
- 3.2 Experiência em Cuba, 330
- 3.3 Auto-crítica, 333

4 Excerto de documentos

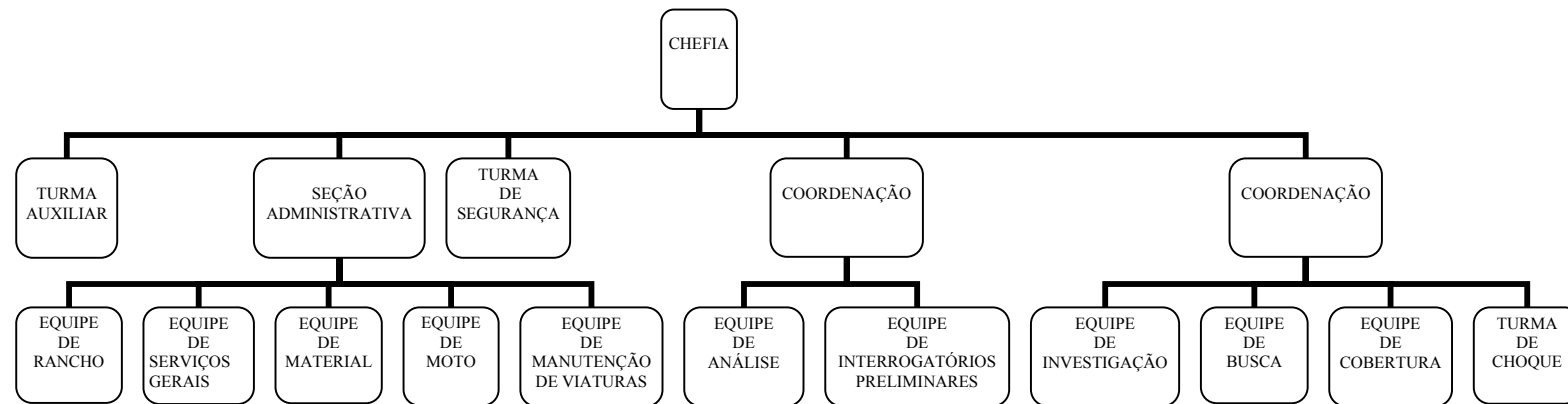
- 4.1 Ofício de apresentação de preso – Operação Bandeirante, 334
- 4.2 Interrogatório preliminar – Operação Bandeirante, 336
- 4.3 Lista de material apreendido – Operação Bandeirante, 338
- 4.4 Declaração de próprio punho – Operação Bandeirante, 339
- 4.5 Lista de interrogados – DOI, 340
- 4.6 Interrogatório preliminar – DOI, 341
- 4.7 Grade de presos – DOI, 342
- 4.8 Ofício de apresentação de preso – DOI, 343
- 4.9 Folha de apresentação de interrogatório preliminar – DOI, 344
- 4.10 Interrogatório preliminar – DOI, 345
- 4.11 Lista de material apreendido – DOI, 347
- 4.12 Ficha médica – DOI, 348
- 4.13 Perguntório – DOI, 349

Operação Bandeirante



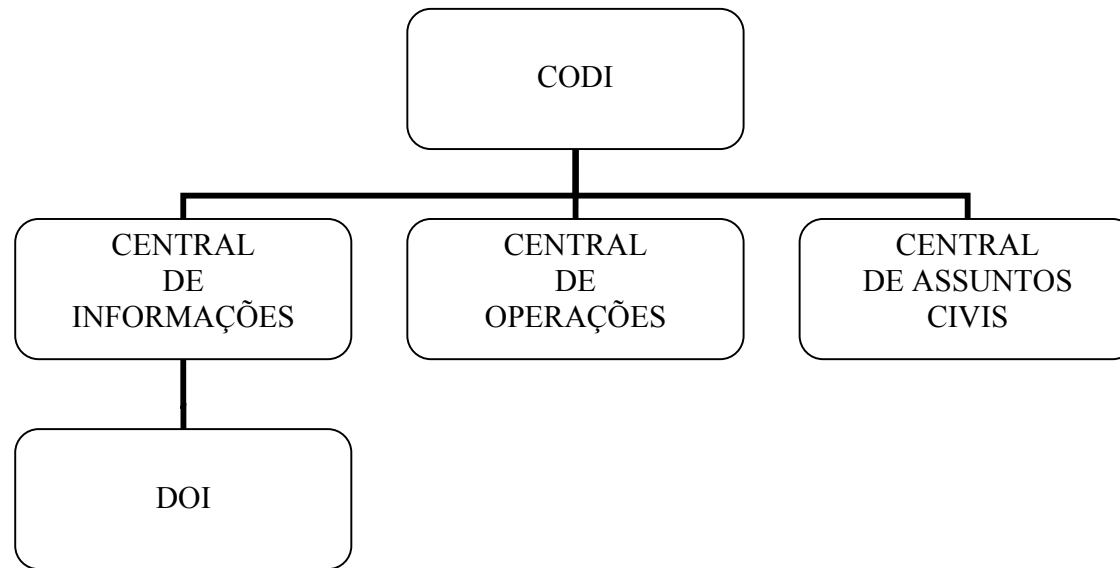
Fonte: *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. 17/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 86, 16069, anexo 11.

Coordenação de Execução da Operação Bandeirante



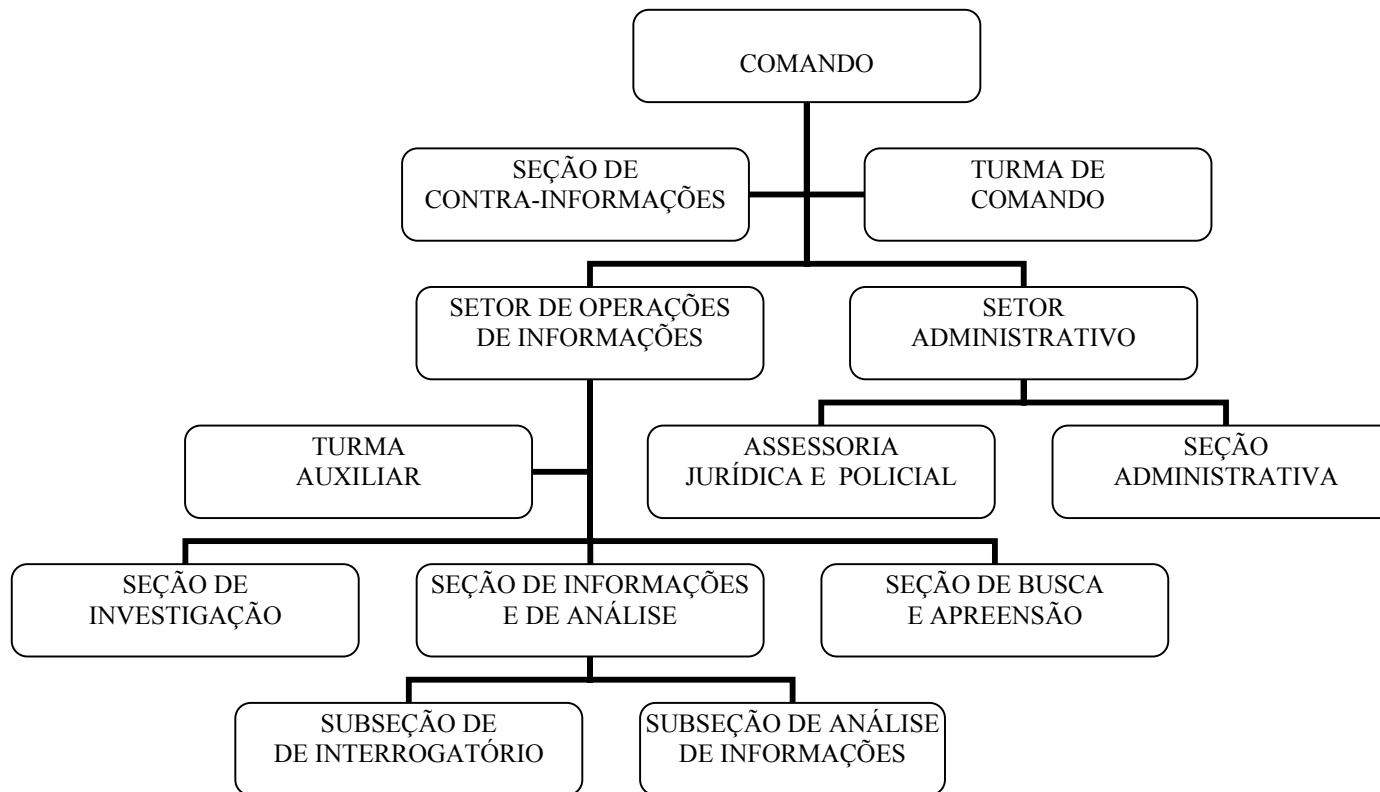
Fonte: *A subversão e o terrorismo em São Paulo*. 17/08/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 86, 16069, anexo 12

CODI do II Exército



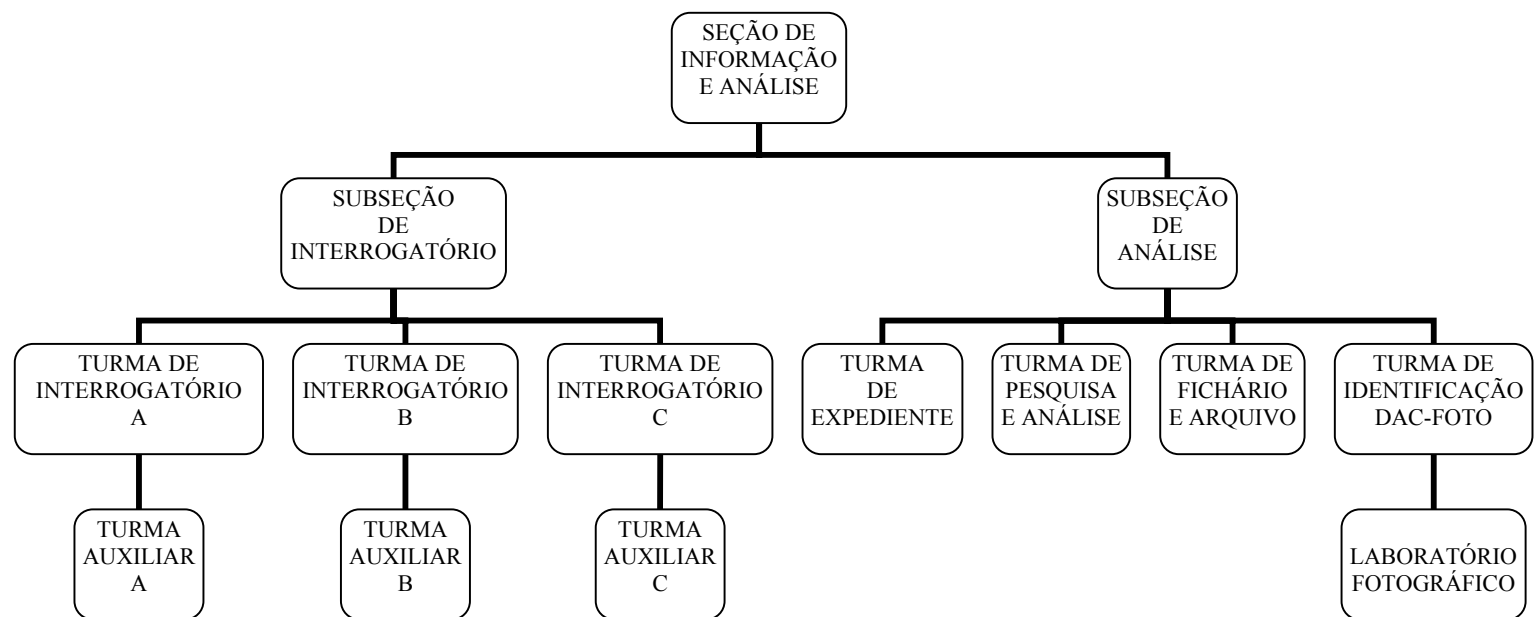
Fonte: *Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN*. [1974?], capítulo 2, p. 35.

DOI do II Exército



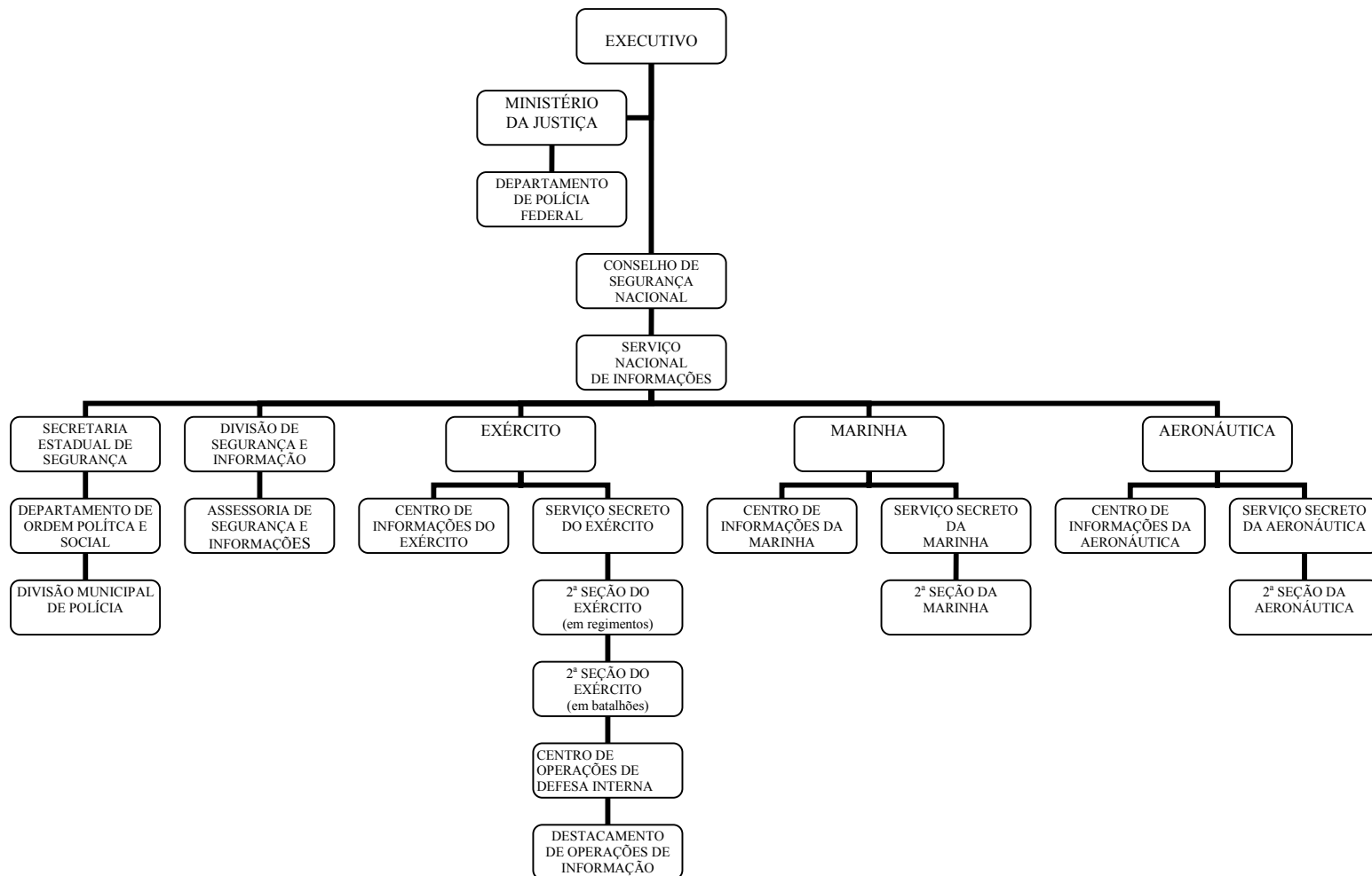
Fonte: USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*, p. 140.

Seção de Informações e de Análise do DOI



Fonte: *Sistema de Segurança Interna. SISSEGIN*. [1974?], capítulo 2, p. 35.

Aparato repressivo



Fonte: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, p. 211.

Tabela 1: Total de horas de interrogatório e de pessoas interrogadas

ano	n° de sessões	quantidade de horas	n° de pessoas
1969	27	37:05	17
1970	2309	3.970:23	522
1971	2298	4.409:49	640
1972	663	1.670:42	133
1973	3	5:45	3
1974	43	152:54	10
1975	76	232:45	33
Total	5.427	10.479	1.324

Observações:

- Estes dados foram levantados a partir da documentação pesquisada. Não refletem, em absoluto, a totalidade dos interrogatórios preliminares realizados.
- Foram contabilizadas unicamente as sessões com horas de início e de fim legíveis e aparentes.
- Mais de um indivíduo podia ser interrogado no mesmo intervalo de tempo.

Tabela 2: Acareações por pessoa

n° de pessoas	n° de acareações
1	7
1	6
1	5
3	4
28	3
74	2
212	1
320	474

Tabela 3: Sessões que se resumem à fórmula “nada a acrescentar”

nº de pessoas	nº de sessões
2	12
1	11
2	10
6	9
2	8
7	7
6	6
5	5
10	4
28	3
36	2
83	1
188	514

Tabela 4: Interrupções das sessões de interrogatório

nº de pessoas	nº de sessões com interrupção
1	7
1	5
1	3
1	3
6	2
2	2
38	1
8	1
58	80

Tabela 5: Mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964

ano	total	desaparecidos	mortos Araguaia	desaparecidos no Araguaia	mortos DOI-SP	desaparecidos DOI-SP
1964	18	3				
1965	4	1				
1966	2	0				
1967	3	0				
1968	12	0				
1969	23	2			2	1
1970	31	6			9	2
1971	52	16			13	4
1972	64	23	13	13	16	
1973	63	31	19	19	10	1
1974	55	54	31	31	2	2
1975	15	9			3	
1976	12	3	1		5	
1977	1					
1978	2	1				
1979	4					
1980	5	1				
1982	1					
1985	2					
Total	369	150	64	63	60	10

- Estão contempladas as mortes ocorridas em anos posteriores às tortura, quando comprovado que foram em decorrência de suas seqüelas.
- O número de mortos inclui os desaparecidos políticos.

Fonte: COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

Tabela 6: Mortos e desaparecidos sob a responsabilidade dos agentes do DOI-SP

nome	data	m/d*	org	circunstâncias	versão oficial
José Wilson Lessa Sabag	03/09/1969	m	ALN	executado	tiroteio
Virgílio Gomes da Silva	29/09/1969	d	ALN	torturado	desaparecido
Dorival Ferreira	03/04/1970	m	ALN	baleado/torturado	tiroteio
José Idésio Brianezi	13/04/1970	m	ALN	executado	tiroteio
Joelson Crispim	22/04/1970	m	VPR	executado	tiroteio
Roberto Macarini	28/04/1970	m	VPR	torturado	suicídio,
Alceri Maria Gomes da Silva	17/05/1970	m	VPR	executada	tiroteio
Antônio Três Reis de Oliveira	17/05/1970	d	ALN	executado	desaparecido
José Maria Ferreira de Araújo	23/09/1970	d	VPR	torturado	tiroteio, causa natural
Edson Neves Quaresma	05/12/1970	m	VPR	executado	tiroteio
Yoshitane Fujimori	05/12/1970	m	VPR	executado	tiroteio
Raimundo Eduardo da Silva	05/01/1971	m	AP	torturado	peritonite
Joaquim Alencar de Seixas	17/04/1971	m	MRT	torturado	tiroteio
Aluizio Palhano Pedreira Ferreira	09/05/1971	d	VPR	torturado	desaparecido
Luiz Almeida Araújo	24/06/1971	d	ALN	torturado	desaparecido
Luiz Eduardo da Rocha Merlini	19/07/1971	m	POC	torturado	baleado ao fugir
Antonio Sérgio de Matos	23/09/1971	m	ALN	baleado/ suspeita de tortura	tiroteio
Eduardo Antônio da Fonseca	23/09/1971	m	ALN	baleado/ suspeita de tortura	tiroteio
Manuel José Nunes Mendes de Abreu	23/09/1971	m	ALN	baleado/ suspeita de tortura	tiroteio
Aylton Adalberto Mortati	04/11/1971	d	MOLIPO	torturado	tiroteio
José Roberto Arantes de Almeida	04/11/1971	m	MOLIPO	torturado	tiroteio
Francisco José de Oliveira	05/11/1971	m	MOLIPO	torturado	tiroteio
Flávio Carvalho Molina	07/11/1971	d	MOLIPO	torturado	desaparecido
José Milton Barbosa	05/12/1971	m	ALN	executado/ suspeita de tortura	tiroteio
Hiroaki Torigoe	05/01/1972	m	MOLIPO	baleado/torturado	tiroteio
Alex de Paula Xavier Pereira	20/01/1972	m	ALN	torturado	tiroteio
Gelson Reicher	20/01/1972	m	ALN	torturado	tiroteio
Hélcio Pereira Fortes	28/01/1972	m	ALN	torturado	reação à prisão

nome	data	m/d*	org	circunstâncias	versão oficial
Frederico Eduardo Mayr	24/02/1972	m	MOLIPO	baleado/torturado	tiroteio, tentativa de fuga, alvejado pelos companheiros
Alexander José Ibsen Voerões	27/02/1972	m	MOLIPO	executado	tiroteio
Lauriberto José Reyes	27/02/1972	m	MOLIPO	executado	tiroteio
Rui Osvaldo Aguiar Pfützenteuter	15/04/1972	m	PORT	torturado	tiroteio
Grenaldo de Jesus da Silva	30/05/1972	m	indefinida	executado	suicídio
Ana Maria Nacinovic Correa	14/06/1972	m	ALN	executada/suspeita de tortura	tiroteio
Iuri Xavier Pereira	14/06/1972	m	ALN	executado/suspeita de tortura	tiroteio
Marcos Nonato da Fonseca	14/06/1972	m	ALN	executado/suspeita de tortura	tiroteio
José Julio de Araújo	18/08/1972	m	ALN	torturado	tentativa de fuga
Antônio Benetazzo	30/10/1972	m	MOLIPO	torturado	suicídio
João Carlos Cavalcanti Reis	30/10/1972	m	MOLIPO	executado	tiroteio
Carlos Nicolau Danielli	30/12/1972	m	PC do B	torturado	tiroteio
Arnaldo Cardoso Rocha	15/03/1973	m	ALN	baleado/torturado	reação à prisão
Francisco Emmanuel Penteado	15/03/1973	m	ALN	baleado/torturado	reação à prisão
Francisco Seiko Okama	15/03/1973	m	ALN	baleado/torturado	reação à prisão
Alexandre Vannucchi Leme	17/03/1973	m	ALN	torturado	tentativa de fuga
Ronaldo Mouth Queiroz	06/04/1973	m	ALN	executado	reação à prisão, tiroteio
Luiz José da Cunha	13/07/1973	m	ALN	torturado	reação à prisão, tiroteio
Helber José Gomes Goulart	16/07/1973	m	ALN	torturado	tiroteio
Paulo Stuart Wright	?/09/1973	d	APML	torturado	desaparecido
Emmanuel Bezerra dos Santos	04/09/1973	m	PCR	torturado - mutilado	tiroteio
Manoel Lisboa de Moura	04/09/1973	m	PCR	torturado	quanto
Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira	23/02/1974	d	APML	torturado	desaparecido
Eduardo Collier Filho	23/02/1974	d	APML	torturado	desaparecido
José Ferreira de Almeida	08/08/1975	m	PCB	torturado	suicídio
José Maximino de Andrade Netto	18/08/1975	m	PCB	torturado, morreu no hospital	hospital
Vladimir Herzog	25/10/1975	m	PCB	torturado	suicídio
Manoel Fiel Filho	17/01/1976	m	PCB	torturado	suicídio
Ângelo Arroyo	16/12/1976	m	PC do B	executado	reação à prisão, tiroteio

nome	data	m/d*	org	circunstâncias	versão oficial
João Batista Franco Drumond	16/12/1976	m	PC do B	torturado	tentativa de fuga
Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar	16/12/1976	m	PC do B	executado	reação à prisão, tiroteio
Massafumi Yoshinaga	07/06/1976	m	VPR	suicidou-se após ter sido torturado	suicídio

*m/d: morto ou desaparecido

Fonte: COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Direito à verdade e à memória*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

Perguntório: "Ingresso nas esquerdas"

1. Perguntado como, por que e por intermédio de quem se envolveu e se integrou aos quadros da organização?
2. Perguntado sobre as missões ou ações armadas que realizou na organização?
3. Perguntado sobre "aparelhos" que conheceu, que conhece, que foram ou estão sendo utilizados. (local, proprietário, data em que lá esteve)?
4. Perguntado sobre elementos que conheceu da organização e de outras e a descrição daqueles que não possa identificar. (descrição: altura, idade, tez, peso, cabelos, olhos, óculos, barba, bigode, defeitos físicos, traje)?
5. Perguntado sobre suas ligações dentro e fora da organização ou com outras organizações de esquerda; idem fora do país?
6. Perguntado sobre as tarefas a si distribuídas como membro da organização; idem para os demais membros da regional, célula ou GTA e etc.?
7. Perguntado sobre os meios de comunicação da organização?
8. Perguntado de onde provêm e quem são encarregados de manipular os fundos da organização?
9. Perguntado sobre o processo de obtenção de armas?
10. Perguntado a descrição minuciosa de reuniões ou congresso que tenha participado como membro, citando: local, data, pessoas presentes, divergências etc.?
11. Perguntado qual a composição CN através dos tempos; idem das regionais, células, GTA e etc?
12. Perguntado qual o organograma atual da Organização, com elementos que a compõem; idem da regional, célula e etc?
13. Perguntado qual os objetivos da Organização a curto, médio e a longo prazo?
14. Perguntado qual a linha política da Organização e sua composição em relação a Frente (se for o caso)?
15. Perguntado quais os contatos com a Frente que por acaso tenham existido?
16. Mandado fazer um paralelo entre a linha política da Organização, da Frente e demais organizações.
17. Perguntado quais as crises, 'rachas', dissidências ocorridas na Organização: motivo, participantes, solução adotada, e etc?"

Perguntório: "Experiência em Cuba" – 1ª parte

1. Quando esteve em Cuba? Qual a finalidade de sua permanência na Ilha?
2. Porque foi selecionada para aperfeiçoar-se na subversão em outro país?
3. Descreva seu itinerário do Brasil até Cuba, o apoio financeiro recebido, indicando sua origem, e as pessoas nacionais ou estrangeiras vinculadas ao esquema de viagem.
4. Quais os cursos que frequentou na Ilha?
5. Descreva, em detalhes, esses cursos (assuntos duração, época, etc...).
6. Cite seus companheiros de curso (caso não saiba o nome quente, cite todos os dados que possam auxiliar a identificação do elemento)?
7. Quais os diversos cursos que funcionam na Ilha e quais desses são frequentados por brasileiros.
8. Em função dos cursos, alguns elementos praticam os ensinamentos em órgãos do governo cubano? Quais os órgãos e que elementos já o fizeram?
9. Aos brasileiros, é dado o direito de escolher o curso? Ou são simplesmente designados pelos cubanos? Ou há algum critério de seleção? Ou é a organização quem determina?
10. Cite todos os instrutores cubanos que conheceu, com as respectivas matérias.
11. Há desligamentos de cursos? Quem determina? O que ocorre com os desligados? Cite alguns desligados?
12. Para fins de regresso ao Brasil e reintegração nas atividades subversivas em nosso país, como são preparados os documentos falsos para isso? Qual o esquema montado? Para voce, como funcionou?
13. Que outros países da Cortina de Ferro oferecem curso aos subversivos brasileiros? Cite alguns companheiros que já frequentaram esses cursos indicando os respectivos países.
14. Há algum esquema montado para evitar defecções? Como se processava em Cuba? Como se processa no Brasil?
15. As organizações terroristas que atuam no Brasil operam em conjunto ou isoladas em Cuba? Como se exercem as lideranças dessas organizações em Cuba? Há alguma interferencia de autoridades cubanas? Cite.
16. Que países da América Latina mandam também subversivos para os Cursos em Cuba?
17. Cite como Cuba tem apoiado a violência comunista no Brasil?
18. Além dos cursos que você frequentou, que outras atividades desempenhou na Ilha (descreva em detalhes).

19. Quais os elementos cubanos ligados aos cursos que você teve contato e qual a razão desses contatos?
20. Quais os elementos que exercem a coordenação dos brasileiros na Ilha?
21. Qual o apoio (tentado ou conseguido) com a El Fatah e com outras organizações estrangeiras? Como se faz a ligação? Como eram feitos os contatos. Em Cuba eram comuns esses contatos?
22. Você esteve em contato com o "Toledo" em Cuba? Caso positivo, qual foi a orientação dada por ele a você ou ao grupo?
23. Como era visto "Toledo" pelo governo cubano?
24. Qual é o esquema de ligação dos terroristas em Cuba com suas famílias no Brasil? Qual é o esquema de ligação das organizações terroristas no Brasil com Cuba? Quem são os encarregados desse esquema? Quais os emissários que normalmente tem ido à Cuba?
25. Havia algum terrorista brasileiro exercendo fiscalização dos demais brasileiros a serviço do governo cubano?
26. Antes de você regressar, foi indicado a você, previamente, um esquema de ligação com a Ilha? Qual é esse esquema?
27. É sabido que guerrilheiros cubanos estão prontos a vir para o Brasil, tão logo haja uma infraestrutura no campo em condições de recebê-los. Quais as organizações que estão trabalhando nesse sentido? Qual era sua missão em relação a esse trabalho?
28. O que você sabe sobre o apóio financeiro dado às diversas organizações pelo governo cubano? E por outros países?
29. Quais são os contatos da ALN na Europa e em outros países socialistas? E da VPR e do MR-8?
30. Que punições eram normalmente infligidas aos brasileiros pelo govêrno cubano e quais os motivos mais predominantes?
31. Havia alguma restrição de alimentos ou assistência médico-hospitalar aos brasileiros?
32. Os brasileiros tinham facilidades de contato com as autoridades cubanas? Que autoridades?
33. Como os brasileiros eram recebidos pelo povo em geral? Havia aproximação? Onde? Em que oportunidade? Eram reconhecidos como comunistas, terroristas, subversivos ou com indiferença quanto aos problemas ideológicos?
34. Teve alguma aproximação mais íntima com algumas pessoas ou família cubana? Especifique o que observou com relação ao regime cubano e ao seu governo?
35. Acha que Cuba é o centro de exportação da violência comunista na América Latina? Como encara o problema do Chile nessa mesma atividade?
36. Sabe da presença de cubanos atuando no Brasil? Em que organizações? Em que área?

37. Para você Cuba correspondeu à sua expectativa? Acha que a experiência cubana é desejável para o Brasil? Que vale a pena a luta terrorista para a tomada do poder a fim de transformar o nosso país num satélite comunista à semelhança de Cuba?

38. Quer declarar mais alguma coisa relativa à sua experiência em Cuba?

2ª parte

1. Quanto e porque você resolveu retornar ao Brasil?

2. Descreva seu itinerário de volta. Com quem você voltou? Quando chegou? Meios utilizados e autoridades cubanas ligadas ao seu regresso? Onde se instalou no Brasil?

3. Quantos "pontos" que você trouxe?

4. Quais os "pontos" que você deixou com companheiros que viriam depois? Quais eram esses companheiros?

5. Antes de chegar ao Brasil participou de algum movimento em outro país? Nesse caso, em que países, com quais organizações? Motivos de sua permanência em outros países?

6. Quais os guerrilheiros contatos que você manteve no Brasil? Onde foram?

7. Qual era a sua missão no Brasil?

8. Quais os elementos de vida legal que você deveria procurar? Para fins de apóio? Quem os passo? Cite todos.

9. Descreva, detalhadamente, suas atividades no Brasil, após o regresso (locais, épocas, pontos, ações, aparelhos, contatos, etc.).

10. Como você aplicou no Brasil os conhecimentos adquiridos em Cuba? Chefiou alguma ação? Orientou algum plano de assalto ou sequestro?

11. Cita todos os pontos que você cobriu, passou e recebeu, após o regresso ao Brasil (locais, dias, horários, etc.).

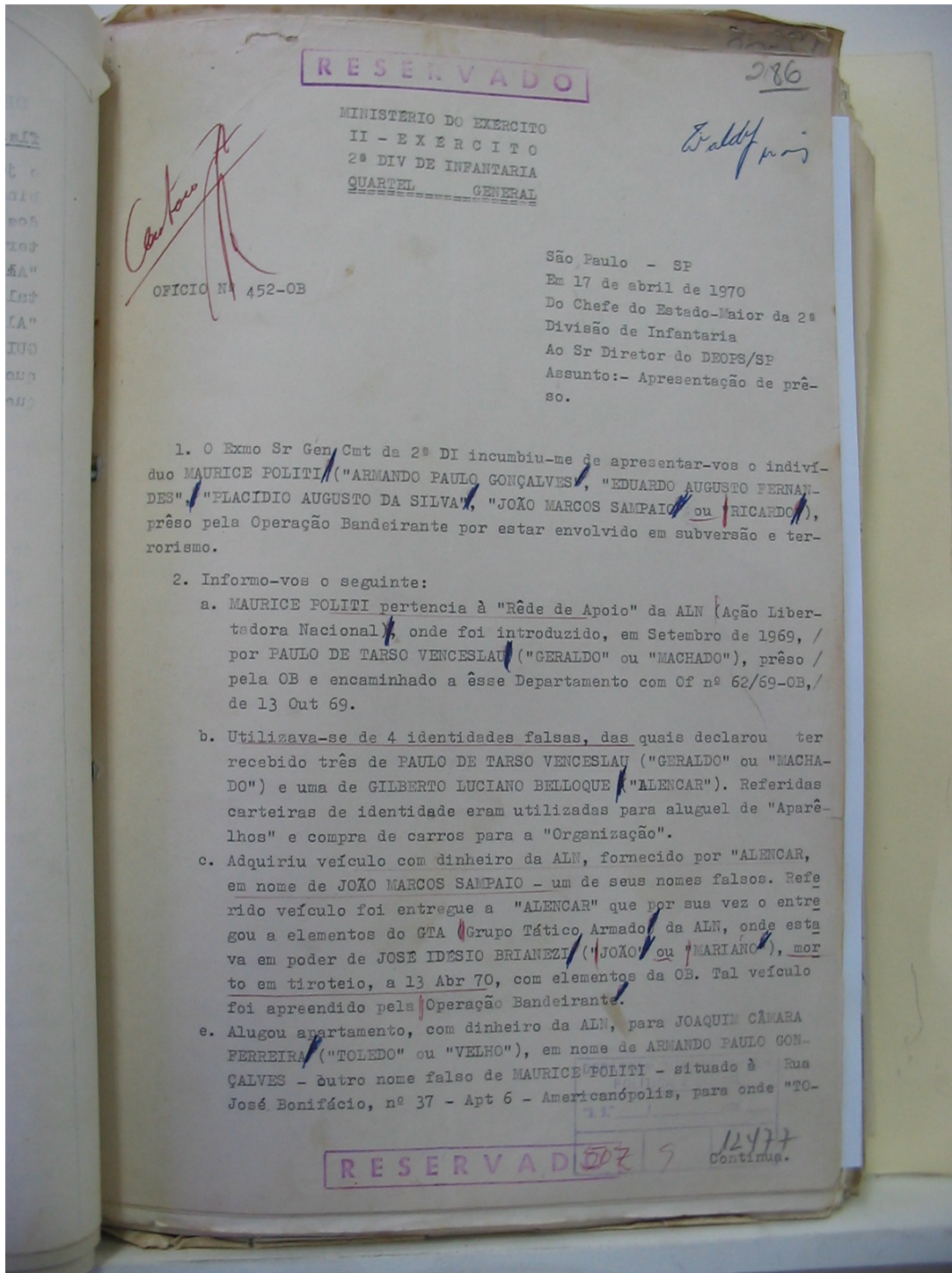
12. Quais são os pontos de entrada de elementos vindos de Cuba? E os que encontram pelo sul?

13. Acrescente algo de sua experiência no que se refere à aplicação das técnicas apreendidas em Cuba ou em outros países comunistas?

Perguntório: "Auto-crítica"

- 1ª) Após sua prisão, você teve tempo de refletir. Faça uma auto-crítica da sua vida, como militante da organização.
- 2ª) Você acha que agiu corretamente ao se integrar na organização? Caso positivo, você voltará a militar nessa ou noutra organização? Por que?
- 3ª) Algum dia você pensou em ser preso, cumprir longos anos de prisão, em deixar seus entes queridos numa eterna angústia, em decorrência de seus atos?
- 4ª) Foi válido esse seu sacrifício? O que você fez de objetivo para o bem do povo?
- 5ª) Acha que o comunismo é o regime ideal para o povo brasileiro? Por que?
- 6ª) Você acha que o comunismo é uma forma de imperialismo ou de democracia?
- 7ª) Para você é um paradoxo existir uma democracia com um só partido político, senhor e único dono da verdade e dos destinos dos seus cidadãos?
- 8ª) Você acredita que o comunismo possa extirpar da face da Terra as contradições de classe? Você acredita que algum país do mundo tenha conseguido isto?
- 9ª) Será que num regime de partido único, os membros deste partido não estarão se locupletando dos bens do povo, falando em nome desse povo?
- 10ª) Acha que sua organização, seus líderes e mesmo você, estavam capacitados a dirigir os destinos do povo brasileiro?
- 11ª) Quais os erros que observou nas organizações de esquerda? Se você tivesse poderes de decisão, quais as medidas que adotaria para corrigí-los?
- 12ª) O que você acha de errado, no atual regime brasileiro?
- 13ª) Caso você fosse, digamos, um ministro da Educação ou mesmo um ministro da Fazenda, quais as medidas que você adotaria para resolver os problemas educacionais e os econômicos do povo brasileiro?
- 14ª) Houve, no seu entender, após 1964, mudanças para melhor no setor estudantil? E no setor operário? Caso positivo ou negativo, tente justificar sua opinião.
- 15ª) Por que, na sua opinião, há influência de países estrangeiros, na tentativa de mudança de nosso sistema político.

Figura 1: Ofício de apresentação de preso – Operação Bandeirante



RESERVADO

285

Continuação do OFÍCIO Nº 452-OB - 17 Abr 70

Fls 02

LEDO" mudou-se no início de fevereiro, tendo abandonado o referido apartamento, com as prisões de elementos a êle ligados, / ocorridas em fins de março e início de abril. O suprimento em alimentos e material de tal apartamento era feito por MAURICE POLITI

3. Segue, anexo, o seguinte:
 - a. Resumo de Declarações; e
 - b. Material apreendido e respectivas relações.

ANTÔNIO LEPIANE - Coronel
Chefe do EM da 2ª DI

Por Delegação:

Waldyr Coelho
WALDYR COELHO - Major
Chefe da Coordenação de Execução da Operação Bandeirante

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA
11
507 9 / 12476

RESERVADO

Figura 2: Interrogatório preliminar – Operação Bandeirante

283

RESERVADO

RESUMO DE DECLARAÇÕES PRESTADAS POR MAURICE POLITI ("RICARDO"), À EQUIPE DE INTERROGATÓRIO PRELIMINAR C-1, NO DIA 20 DE MARÇO DE 1970, DAS 04.00 AS 07.00 HS.

1 - Filiação: Alberto Politi e Ester Politi
 2 - Residência: Alameda Barão de Limeira, 1039 - Apto 31
 3 - Local da prisão: Rua do Bosque - Campos Elísios
 4 - Declarou o seguinte:

- Que é egípcio, com 21 anos de idade, estudante cursando o 3º ano do curso de comunicações na USP, fazendo ainda o 1º ano de História também na USP; que o declarante conhece LUCIANO BELOQUE ("ALMEGAR" ou "JULIO"), desde o ano de 1967, do ME da USP; que o declarante em matéria de política participou apenas do ME em sua escola; que o declarante sabe o significado das siglas VPR, VAR-Palmares, ALN, AR etc; que o declarante está no Brasil já há 12 anos, estando atualmente tratando de sua naturalização; que seus pais já são brasileiros naturalizados.

- Quanto à LUCIANO BELOQUE ("ALMEGAR" ou "JULIO"), o declarante sabia ser o mesmo, elemento ativo no campo político, devendo pertencer a VPR ou a ALN. Sabia, ainda, que LUCIANO BELOQUE ("ALMEGAR" ou "JULIO"), estava no momento sendo procurado pelas autoridades militares e policiais, devido suas atividades; que o declarante nunca foi informado ou ouviu dizer que LUCIANO BELOQUE, tenha participado de ações violentas, tais como, assalto a banco, expropriações de armas e outras; que o declarante já não via LUCIANO há bastante tempo, voltando à vê-lo no início da aula neste ano, quando LUCIANO, pediu ao declarante para adquirir um veículo para o mesmo, se possível um Volks; que o declarante em vista disso encontrou-se/ outras vezes com LUCIANO; que no dia 15 p.p. o declarante encontrou-se com LUCIANO, no bairro de Vila Mariana, próximo à rua Borges Lagoa, e que LUCIANO, naquele momento solicitou ao declarante para dirigir um veículo de marca Volks, fornecendo ao declarante uma autorização para dirigir o referido veículo; que daquele local o declarante e LUCIANO foram até o bairro de Indianópolis, nas proximidades da Av. Indianópolis em uma travessa, não se recordando o nome da rua, mas acredita saber localizar; que LUCIANO lhe forneceu a autorização para dirigir aquele veículo alegando que talvez o declarante viesse a precisar novamente dirigir o mesmo, / outra vez.

- O declarante não conhece HELENA MARTINS DE CASTRO, que consta como proprietária do veículo. Declara que encontrou-se com LUCIANO, por volta das 14,00 horas, permanecendo com o veículo até 18,00 horas aproximadamente, devolvendo-o à LUCIANO.

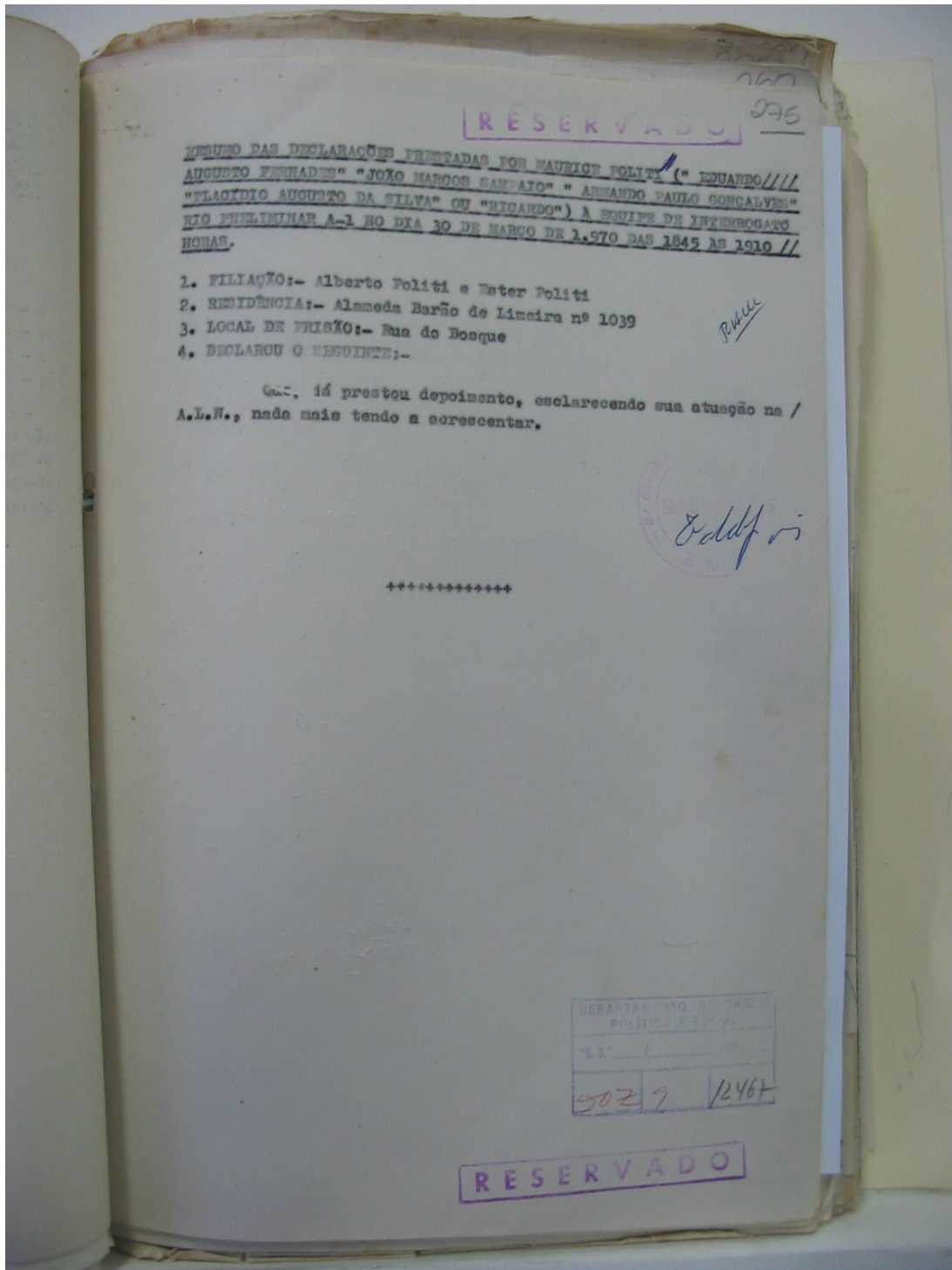
2.ª DIVISÃO DE INFANTARIA
 2.ª SEÇÃO
 E M A

RESERVADO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA POLITICA E SOCIAL
 5079 / 12475

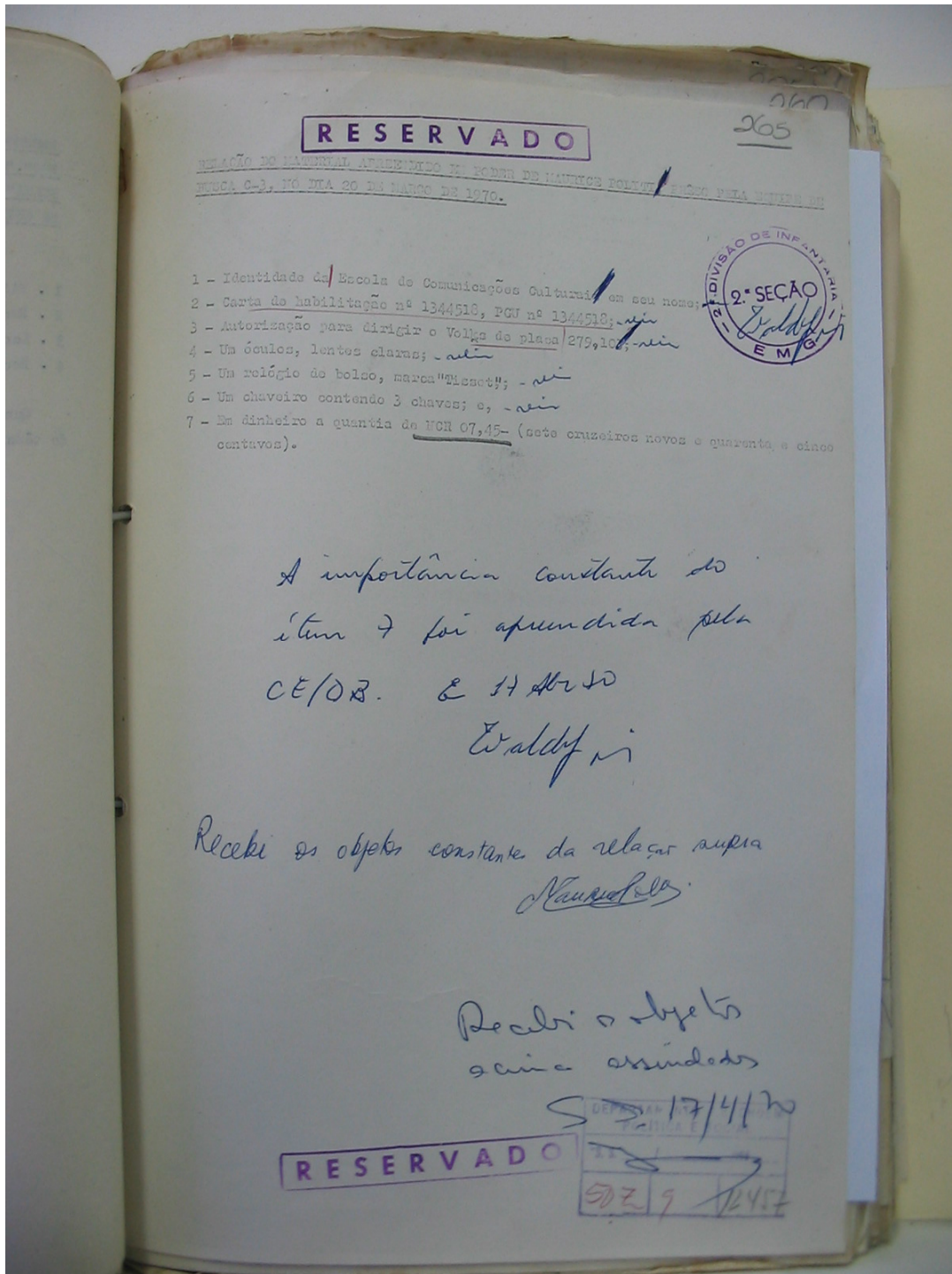
Interrogatório preliminar. 20/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 70, 12475.

Figura 3: Interrogatório preliminar – Operação Bandeirante



Interrogatório preliminar. 30/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossês, 50-Z-9, 70, 12467.

Figura 4: Lista de material apreendido – Operação Bandeirante



Lista de material apreendido. 20/03/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 70, 12457.

Figura 5: Declaração de próprio punho – Operação Bandeirante

139 VIII

RESERVADO

2.ª DIVISÃO DE INFÂNCIA
CE/CP
EMS

NOME:- JOHN MANUEL DE SOUZA

Filiação:- MANOEL CHAMBERS DE SOUZA, MURIEL ETHEL DE SOUZA

Residência:- RUA MINISTRO GODOI 860 APT. 3032

Local de prisão:- NA RESIDÊNCIA

Declarou o seguinte:-

Sobre pessoas que hospedamos em nossa casa:-
 Elie Safer esteve hospedado durante alguns dias em 1968 (não me lembro do mês). Tinha sido envolvido num caso com a polícia e já havia sido liberado porém tinha medo de ser procurado outra vez e pediu para ficar uns dias. Não me lembro mais quem pediu que o hospedássemos, acredito que foi algum amigo da minha esposa da Faculdade de Filosofia por que ele estudava lá. Depois que foi embora eu o vi uma vez ou outra ocasionalmente. Nunca mais se hospedou em casa.

Em outubro e novembro ^{de 1969} estoei hospedado um casal com os nomes José e Marília - não me lembro dos sobrenomes. Foram apresentados por José Francisco e Celia Quirino dos Santos. Tinham problemas familiares pois queriam casar e as famílias não concordavam. Resolveram depois ir morar na Bahia para onde foram depois de ficarem uns 15 ou 20 dias em casa.

Durante a ~~minha~~ ^{meu} ausência em julho ou agosto de 1969 uma pessoa foi levado para minha casa por José Francisco e Celia para ficar hospedado por uns dias. Só fiquei sabendo disso depois da minha esposa voltar de Europa em dezembro pois a empregada não me contou. Não sei quem foi a pessoa

RESERVADO 507 9 13936

Declaração de próprio punho. 20/04/1970. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 77, 13936.

Figura 6: Lista de interrogados – DOI

~~RESERVADO~~

MINISTERIO DO EXERCITO
II EXERCITO
São Paulo, SP, 10 FEV 1971

CONFIDENCIAL

Resumo de Declarações - Grade de presos
Origem: Info 67, de 7 Fev 71, do DOI/CODI/II EX - P.0830/71
Referência:
Distribuição: CIE-60DN-1-4246-SNI/ASP-CIOp/SSF/SP-DEOPS/SP-PRESF-DPF/SP
Anexo:
Observações:

INFORMAÇÃO Nº 312/71

- Segue, anexo, a seguinte documentação do DOI/CODI/II EX (O BAN), referente ao período de 0800 hs do dia 6 Fev 71 às 0800 hs do dia 7 Fev 71:

a. Resumo das Declarações prestadas por:

1. CLEUZER DE BARROS (MARIÁ ou SARÁ)
2. EDGARD DE ALMEIDA MARTINS (ANTÔNIO DE BIASI, PAULO ARMAZ DO DUARTE, ANÍSIO DOS SANTOS SILVEIRA, SERGIO, MATHIAS MILTON, CID ou RENATO)
3. JOSÉ MACEDO, digo, JOSÉ MIGUEL (MACEDO)
4. CLODOALDO RODRIGUES NUNES
5. DINIZ CABRAL FILHO (BARROSO)
6. WALDEMAR ANDREW (NESTOR ou DECIO)
7. SEBASTIÃO SIMÕES FILHO
8. DANIELLE SIMÕES
9. ALBERTINA GORDO DE OLIVEIRA COSTA
10. LAERTE DORNELLES MÊLIGA (FLÁVIO)
11. OLIVIER NEGRI FILHO (ERICK)
12. MARIA JÚLIA DE OLIVEIRA (HELOISA)
13. GIL GONÇALVES NUNES (CAETANO)
14. GREGÓRIO MENDONÇA (JOÃO CARLOS GONÇALVES DA SILVA, LEONIDAS, CARLOS ou FUMAÇA)
15. JOAQUIM SOARES
16. BENEDITO NUNES (JABURÓ)
17. JOSÉ FERREIRA LOPES FILHO

b. Grade de presos.

--- B/A ---

CONFIDENCIAL

EXERCITO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA MILITAR
71 9371
1029 1578

Informação n° 312-71. 10/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossês, 50-Z-9, 85, 15781.

Figura 8: Grade de presos – DOI

RESERVADO

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
11 EXÉRCITO
- QUARTEL GENERAL -
CODI/11 EX (OB) - DOI

00832
03

GRADE DE PRESOS - EXERCÍCIO

2.ª SEÇÃO
EMO

Relação dos elementos que se encontram presos neste Destacamento, do dia 04 para 05 de FEVEREIRO de 1971.

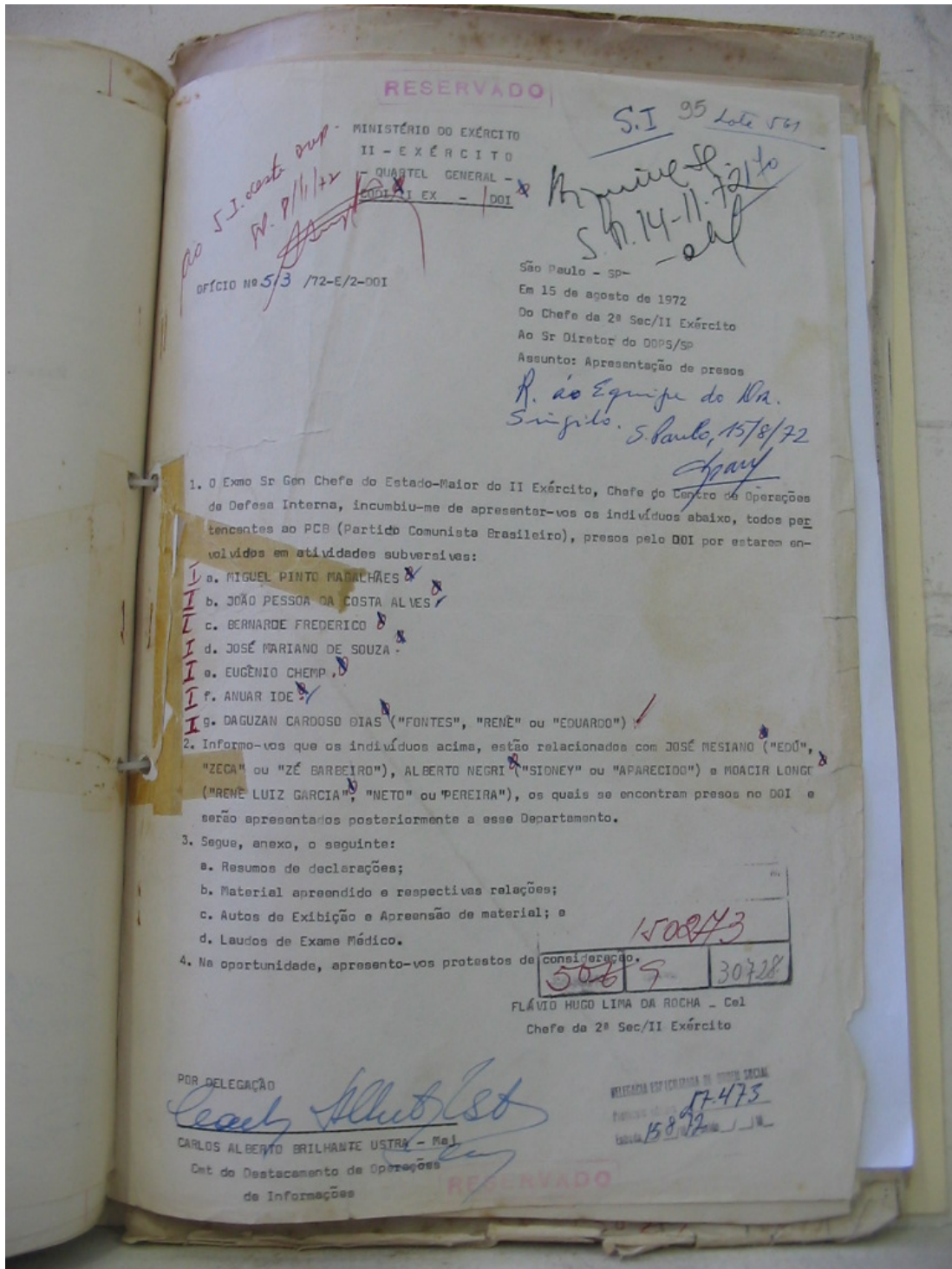
	N O M E S	PRÉSO POR	ENTRADA	PRISÃO	DESTINO	OBS
01-	DIÓGENES SOBROSA DE SOUZA ("PEDRO", "ARAUJO", "CORREA" ou "LINO")	DEOPS RGS	22/12	CELA		INT.
02-	ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA ("EMILIO")	C-3	05/01	HGeSP		INT.
03-	CLEUZER DE BARROS ("MARIA" ou "SARA")	C-2	14/01	ESP/2		INT.
04-	FELIPE JOSÉ LINDOSO ("MARCOS ALCANTARA MACEDO" ou "KIM")	C-3	15/01	XAD/3		INT.
05-	PAULO DE TARSO GIANINI ("FLÁVIO" ou "AFONSO")	A-3	15/01	XAD/2		INT.
06-	ANTONIO CARLOS LOPES GRANADO ("JOSÉ VICENTE DE SA CAMARGO", "PACO", "LULA", "HENRIQUE" ou "CAPOTON")	C-3	17/01	XAD/2		INT.
07-	EDGARD DE ALMEIDA MARTINS ("ANTONIO DE BRASI", "PAULO ARMANDO DUARTE", "ANÍSIO DOS SANTOS SILVEIRA", "SERGIO", "MATHIAS", "MILTON", "CID" ou "RENATO")	C 1-2-4	17/01	XAD/4		INT.
08-	HELIO CABRAL DE SOUZA // ("JOSÉ RIBEIRO DA SILVA", "FLAVIO CABRAL", "MATHEUS", "CAMPOS", "SILVA" ou "CELSO")	C 1-2-4	17/01	HGeSP		INT.
09-	JOSÉ MIGUEL ("MACEDO")	B-4	22/01	XAD/4		INT.
10-	CLODOALDO RODRIGUES MUNES	B-4	22/01	XAD/3		INT.
11-	NADIR HELÚ ("ÊNIO")	C-2	26/01	CHUV.		INT.
12-	DINIZ CABRAL FILHO ("BARROSO")	Rest. Pres.T.	26/01	CELA		INT.
13-	WALDEMAR ANDREW ("NESTOR" ou "DÉCIO")	Eqp. Inv.	30/01	XAD/1		INT.

RESERVADO

102 9 16526

Grade de presos. 04/02/1971. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 89, 16526.

Figura 9: Ofício de apresentação de preso – DOI



Ofício de apresentação nº 513/72-E/2-DOI. 15/08/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 147, 30728.

Figura 10: Folha de apresentação de interrogatório preliminar – DOI

228

RESERVADO
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
II EXÉRCITO

CODI 2 2a. SEÇÃO — DOI

Primeiras Declarações que presta: MIGUEL PINTO MAGALHÃES

A TURMA DE INTERROGATÓRIO PRELIMINAR "Q" DAS 0500 AS 0600
DO DIA 19/20/Jul. / 1972.

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE = PCB

Nacionalidade: **Brasileira** Estado Civil: **casado**

Naturalidade: Cidade **Descoberto** Estado **M.G.**

Data do Nascimento: **16-7-1936** (36 anos de idade)

Filiação: Filho de **Antonio Pinto Magalhães**
e de Dna. **Maria Madalena de Jesus**

Residência: Rua **Av. Hum** n.º **29**
Bairro **Jardim Peri** Cidade **São Paulo**

Profissão: **Funcionário Público**

Carteira de Identidade n.º **Carteira Profissional nº 4119- Série 256** Expedida por

Local onde trabalha: Rua **São Luiz** n.º **99**
Bairro **Centro** Cidade **São Paulo**

Local da Prisão: Rua **Em sua residência** n.º
Bairro Cidade

Como foi prêso: **Dados constantes da Info nº 487-DOI**

Equipe que efetuou a prisão: **C/1, C/2 e C/4**

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL - ARQUIVO		
3.1.	<u>19</u>	<u>S/P</u>
<u>50-2</u>	<u>9</u>	<u>33229</u>

RESERVADO

Modelo 001 - 20 bits de 100 Pa. - 9-71

Interrogatório preliminar. 19/07/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 159, 33220.

Figura 11: Interrogatório preliminar – DOI

RESERVADO 231

Declarações que presta OZEAS DUARTE DE OLIVEIRA ("MANOEL FERREIRA DA SILVA", "MATEUS", "TÁDEU" ou "JERÔNIMO").

A TURMA DE INTERROGATÓRIO PRELIMINAR 0 DAS 1000 AS 1230 HORAS DO DIA 11/12 Mai / 1972.

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE: PC do B.

[Circular stamp: CODI]

Confirma suas declarações anteriores, e juntamente com LUIZ ARTUR TORIBIO ("TURIBA" ou "ANDRÉ") compõem o seguinte organograma de organização:

Organograma do PC do Brasil

```

    graph TD
      DN[DIREÇÃO NACIONAL] --> DRSP[D.R. S. Paulo]
      DN --> DRCE[D.R. CE.]
      DN --> DRREC[D.R. Recife]
      DN --> DRFOR[D.R. Fortaleza]
      DN --> DRBAH[D.R. Bahia]
      DN --- AM[ASSESSORIA DE MASSA]
      AM --- CO[Comitê Operário]
      AM --- CS[Comitê secundarista]
      AM --- CU[Comitê Universitário]
      AM --- CC[Comitê Camponês]
      AM --- AP[Assessoria Propaganda]
      AM --- AO[Assessoria Operária]
      CO --- BE[BASE ESTUDANTIL SECUNDARISTA]
      CU --- BU[BASE UNIVERSITÁRIA]
  
```

Bases (Isoladas entre si)

COMPONENTES

DIREÇÃO NACIONAL:-
 JOÃO AMAZONAS
 PEDRO POMAR
 MAURICIO GRABOIS

DIREÇÃO REGIONAL (São Paulo):-
 THELMO
 EDGON
 ERMUNDO

DEPARTAMENTO DE POLÍTICA E RELACIONAMENTOS
 S. I. / / 19
 50789 30787

CONTINUA
RESERVADO

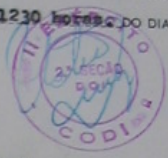
Modelo 002 - 200 bits de 100 linhas - 8-71

-2-
RESERVADO

Declarções que presta... **OZEAS DUARTE DE OLIVEIRA** ²³⁰ ("MANOEL FERREIRA DA SILVA"; "MATEUS", "TADEU" ou "JERÔNIMO").

A TURMA DE INTERROGATÓRIO PRELIMINAR... **0** DAS **1000** AS **1230** HORAS DO DIA **11/12** Mai, 1972.

ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE :- **PC do B.**



DIREÇÃO REGIONAL (GB) :- Desconhece seus componentes.

DIREÇÃO REGIONAL (Recife) :- Desconhece seus componentes.

DIREÇÃO REGIONAL (Fortaleza) :- Desconhece seus componentes.

DIREÇÃO REGIONAL (Bahia) :- Desconhece seus componentes.

ASSESSORIA DE MASSA :- *do PC do Brasil*

- O depoente.
- LUIZ OSCAR DORAT MATZENBACHER ⁸ ("LEO", "SAMUEL" ou "JOÃO").
- LUIZ ARTUR TORIBIO ⁸ ("TUBIEA" ou "ANDRÉ").

COMITÊ OPERÁRIO :- Desconhece seus componentes.

COMITÊ SECUNDARISTA :- Desconhece seus componentes.

COMITÊ UNIVERSITÁRIO :- Desconhece seus componentes.

COMITÊ CAMPONES :- Desconhece seus componentes.

ASSESSORIA DE PROPAGANDA :- Desconhece seus componentes.

ASSESSORIA OPERÁRIA :- Desconhece seus componentes.

BASE ESTUDANTIL SECUNDARISTA :- *do PC do Brasil*

- CILON CUNHA BRUM ⁸ ("COMPRIDO" ou "GAUCHO") - coordenador.
- "HELIO" - posterior coordenador.
- SERGIO FUJIWARA ⁸ ("HORACIO").
- LUCIA MARIA DE MIRANDA LEÃO ⁸ ("JULIA" ou "VERA")
- LUIZ ARTUR TORIBIO ⁸ ("TUBIEA" ou "ANDRÉ").
- SERGIO BENENKMAN ⁸ ("TADEU" ou "ANTONIO").
- MÓNICA TELLEIRA ⁸ ("MARIANA").

BASE UNIVERSITÁRIA :- *do PC do Brasil*

- NAIR YUMIKO KOBASHI ⁸ ("CRISTINA AKEMI UEDA", "JAPA" ou "AN GELICA").
- CILON CUNHA BRUM ("COMPRIDO" ou "GAUCHO").
- "XAVIER"
- MYRNA TEREZINHA ROSSI REGO ⁸ ("TEREZA") - coordenadora.
- ADILSON PEREIRA TELLES ⁸ ("JORGE").
- JOSÉ MARINHO GUSMÃO PINTO ⁸ ("GUGA").
- JOSÉ CASTRO ⁸ ("CASTRO").

-CONTINUA-

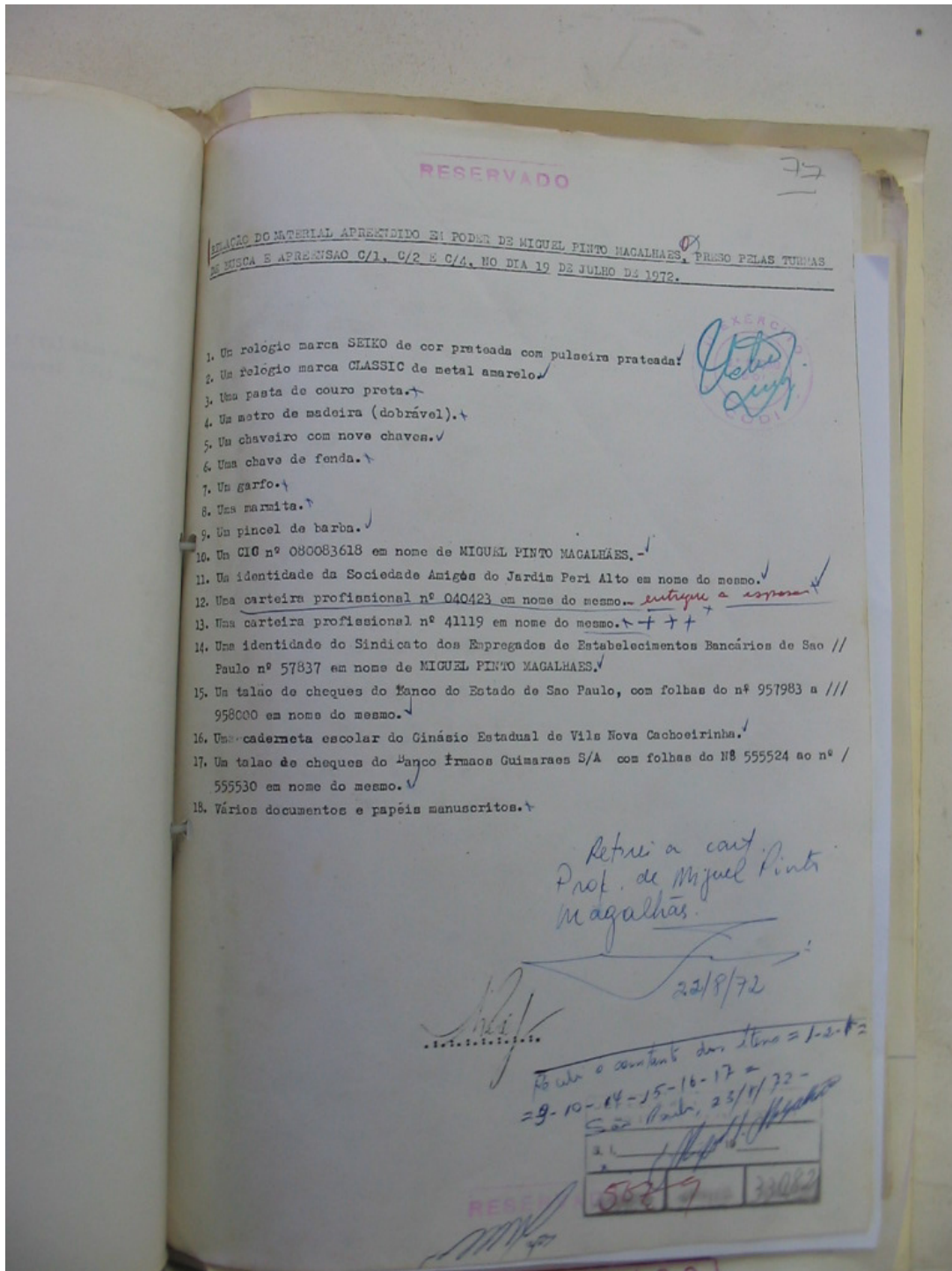
ME 5 30786

RESERVADO

Modelo 202 - 320 bits de 100 bits - 9 - 71

Interrogatório preliminar. 12/05/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossês, 50-Z-9, 147, 30787-30786.

Figura 12: Lista de material apreendido – DOI



Lista de material apreendido. 19/07/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 159, 33082.

Figura 13: Ficha médica – DOI

RESERVADO

FICHA MÉDICA

160

NOME:-- LUIZ ARTUR TORIBIO

ESTADO GERAL:-- *bu*

CABEÇA:-- *n*

PE-COCO:-- *n*

BRUNCO:-- *n*

MEMBROS SUPERIORES:-- *n*

MEMBROS INFERIORES:-- *n*

MARCA:-- *nut*

São Paulo, SP, 11 de Julho de 1972

Luiz Artur Toribio

Di		
S.		19
52	7	30756

RESERVADO

Ficha médica. 11/07/1972. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 147, 30756.

Figura 14: Perguntório – DOI

194

DECLARAÇÕES QUE PRESTA FRUTUOSO LUIZ MARTINS ("MIGUEL")
DE próprio punho

A TURMA DE INTERROGATÓRIO PRELIMINAR "A" DAS _____ AS _____ DO
DIA 17/18 / julho / 1975
ORGANIZAÇÃO A QUE PERTENCE:- P C B

Eu FRUTUOSO LUIZ MARTINS ("MIGUEL"), já qualificado, passo a fazer uma auto-crítica a respeito do meu envolvimento político-subversivo a saber:

1 . APÓS SUA PRISÃO, VOCE TEVE TEMPO DE REFLETIR? FAÇA UMA AUTO-CRÍTICA DA SUA VIDA, COMO MILITANTE DA ORGANIZAÇÃO.

R . Eu acho que cometi erro ao ingressar na organização, porque durante aproximadamente 03 anos que participei em organização de base, não percebi nenhum objetivo correto.

2 . VOCE ACHA QUE AGIU CORRETAMENTE AO SE INTEGRAR NA ORGANIZAÇÃO? PORQUE?

R . Acho que agi erradamente ao ingressar na organização.

3 . ALGUM DIA VOCE PENSOU EM SER PRESO, CUMPRIR LONGOS ANOS DE PRISÃO, EM DEIXAR SEUS ENTES QUERIDOS NUMA ETERNA ANGÚSTIA, EM DECORRÊNCIA DE SEUS ATOS?

R . Nunca pensei de ser preso e cumprir longos anos de prisão e em consequência deixar os meus entes queridos em eterna angústia.

4 . FOI VÁLIDO ESSE SEU SACRIFÍCIO? O QUE VOCE FEZ DE OBJETIVO PARA O BEM DO POVO?

R . Não fiz nada de objetivo durante esse meu sacrifício que viesse beneficiar o povo.

5 . ACHA QUE O COMUNISMO É O REGIME IDEAL PARA O POVO / BRASILEIRO? PORQUE?

R . Acho que o comunismo não é o regime ideal para o povo brasileiro.

6 . VOCE ACHA QUE O COMUNISMO É UMA FORMA DE IMPERIALISMO OU DE DEMOCRACIA.

R . Eu acho que o comunismo é uma forma de imperialismo.

7 . PARA VOCE É UM PARADOXO EXISTIR UMA DEMOCRACIA COM UM SÓ PARTIDO POLÍTICO, SENHOR E ÚNICO DONO DA VERDADE E DOS DESTINOS DOS SEUS CONCIDADÃOS?

R . Para mim é um paradoxo a existência de uma democracia, com um só partido, senhor e único dono da verdade e dos destinos dos seus concidadãos.

8 . VOCE ACREDITA QUE O COMUNISMO POSSA EXTIRPAR DA FACE DA TERRA AS CONTRADIÇÕES DE CLASSE? VOCE ACREDITA QUE ALGUM PAÍS

-continua-

Perguntório. 17/07/1975. Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo DOPS, Série Dossiês, 50-Z-9, 199, sem código.